



PLANO DIRECTOR MUNICIPAL ● O EIRAS



RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

CONCELHO DE OEIRAS

MAIO 2013

GPDEIG/CMO

VOLUME I

ÍNDICE

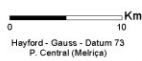
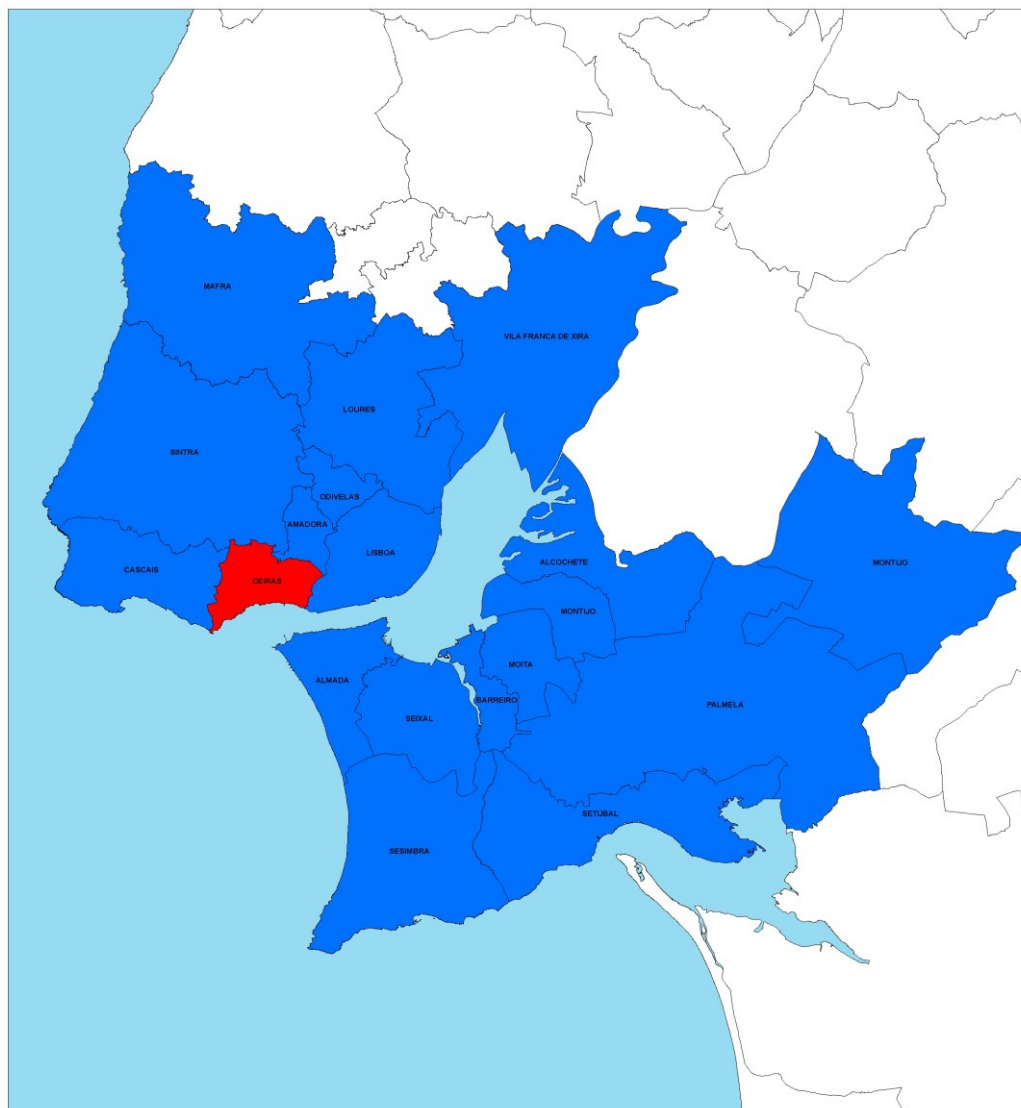
APRESENTAÇÃO DO CONCELHO EM NÚMEROS.....	1
I SÓCIO-ECONOMIA.....	13
1. DEMOGRAFIA	14
1.1 ENQUADRAMENTO	14
1.2 EVOLUÇÃO POPULACIONAL.....	15
1.3 ESTRUTURA ETÁRIA.....	23
1.4 OUTRAS ESTRUTURAS	29
1.5 GRAU DE ENSINO.....	30
1.6 ESTRUTURA FAMILIAR	32
1.7 ENQUADRAMENTO NA GRANDE LISBOA.....	34
1.8 ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE	38
1.9 SÍNTESE E PERSPECTIVA.....	43
2. SOCIEDADES E EQUIPAMENTOS	44
2.1 EDUCAÇÃO	44
2.2 SAÚDE	77
2.3 SISTEMA SOCIAL.....	97
2.4 DESPORTO.....	135
2.5 CULTURA.....	144
2.6 PATRIMÓNIO CULTURAL	155
2.7 HABITAÇÃO	193
2.8 SEGURANÇA.....	203
3. PERFIL ECONÓMICO DE OEIRAS	208
3.1 PROTAGONISMO EMPRESARIAL DE OEIRAS NA GRANDE LISBOA.....	208
3.2 ESTRUTURA ECONÓMICA	221
3.3 TURISMO	228
3.4 EMPREGO	230
II AMBIENTE	241
1. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	242
1.1 INTRODUÇÃO.....	242
1.2 CLIMA.....	243
1.3 FISIOGRAFIA	246
1.4 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA.....	247
1.5 SOLOS	249
1.6 VALORES NATURAIS E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	251
1.7 RECURSOS HÍDRICOS.....	259
1.8 PAISAGEM	266
2. ESTADO DO AMBIENTE	276
2.1 QUALIDADE DO AR E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	276

2.2 RUÍDO	289
2.3 DISFUNÇÕES AMBIENTAIS	297
3. RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	321
3.1 PERIGOS NATURAIS	322
3.2 CARTA DE RISCOS NO CONTEXTO DO PDM.....	325
III TERRITÓRIO.....	327
1. INFRA-ESTRUTURAS.....	329
1.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	329
1.2 SANEAMENTO BÁSICO	332
1.3 ENERGIA.....	333
1.4 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	336
2. ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTES.....	345
2.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL	345
2.2 INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS	359
2.3 MOBILIDADE E TRANSPORTES	366
2.4. SÍNTESE CONCLUSIVA.....	388
3. USO DO SOLO	395
3.1 INTRODUÇÃO.....	395
3.2 O MODELO DE ORDENAMENTO.....	396
3.3 UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS.....	404
3.4 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	410
3.5 RECONVERSÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANAS.....	417
3.6 ESTRUTURA VERDE E EQUIPAMENTOS.....	438
3.7 CONDICIONANTES	441
3.8 CADASTRO MUNICIPAL	453
3.9 POVOAMENTO	455
3.10 OCUPAÇÃO DO SOLO.....	457
3.11 DINÂMICAS TERRITORIAIS	465
IV ANÁLISE SWOT.....	473
4. ANÁLISE SWOT	475

APRESENTAÇÃO DO CONCELHO EM NÚMEROS



Municípios da Área Metropolitana de Lisboa



Municípios
■ Município de OEIRAS
■ Municípios da AML
 Outros Municípios

CMO / GDM
 Tratamento em SIG: PALMEIDA

DADOS GERAIS

O concelho de Oeiras, situado na margem Norte do Estuário de Tejo, integra a Área Metropolitana de Lisboa, AML.

Faz parte do grupo de concelhos da Grande Lisboa, GL, sub-região da AML, ocupando 45,85Km², ou seja 3,3% da área da G.L.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Partilha a fronteira com os concelhos de Cascais, a W, Amadora e Sintra, a N, e Lisboa a E; a S confina com o Estuário do Tejo

É constituído por 10 **Freguesias**: Algés, Barcarena, Carnaxide, Caxias, Cruz Quebrada, Linda-a-Velha, Queijas, Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Porto Salvo.

Os centros urbanos classificados como **Vilas** são: Algés, Carnaxide, Caxias, Linda-a-Velha, Oeiras, Sede do Concelho, Paço de Arcos, Porto Salvo e Queijas.

Altitude Média: 74,4m, situando-se o ponto mais alto na Serra de Carnaxide, a 215m.

Rede Hidrográfica principal: 15,8km entre as Ribeira de Algés, Rio Jamor, Ribeiras de Barcarena e de Porto Salvo que correm de Norte para a margem estuarina, a Sul.

Orla Ribeirinha: 10 km.

Área Urbana: 15,5Km², 34% da área total do concelho.

Temperatura Média Anual: 16° C

Precipitação Média Anual: 664,8mm

Humidade Relativa: às 9h – 76%; às 15h – 65%

Vento dominante de NW com 6 dias/ano de vento com velocidade \geq 36Km/h

Insolação Anual: entre 2.900 e 3.100 horas/ano

AMBIENTE

Ar

Os dados da Estação de Qualidade do Ar da Quinta do Marquês, Oeiras, para os anos de 2002 a 2008, apresentam valores de concentração de **Partículas** (PM₁₀), **Dióxido de Azoto** (NO₂) e **Dióxido de Enxofre** (SO₂) **abaixo dos Valores Limite** definidos pela Legislação em vigor (Decreto-Lei nº 111/2002 de 14/4/2002).

Água

População servida com água potável no domicílio, 2008: 99.9%

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



População servida por sistema público de drenagem de águas residuais, 2008: **99%**

População servida por sistema de tratamento de águas residuais, 2006: **95,1%**

Capitação doméstica de consumo de água, 2005: **186 l/hab./Dia.**

Energia

Evolução da procura de energia eléctrica, 1994 – 2008: **+ 116%**

Consumo de energia eléctrica *per capita*, 2008: **12,4 kWh/hab./Dia.**

Venda de combustíveis *per capita*, 2008: **0,696 tep/hab.** de combustível automóvel.

Resíduos

Capitação da produção total de resíduos sólidos urbanos, 2008: **1,19 kg/hab./Dia**

Percentagem de resíduos encaminhados para valorização, 2008: **14,64%**

Espaços Verdes

Área da **Estrutura Verde Principal** (Estrutura Ecológica Municipal), 2007: **12,80 Km²**
(28% da área do concelho)

Área Verde Urbana, 2006: **3,40 Km²** (7,5% da área do concelho)

Capitação da Área Verde Urbana, 2006: **21,2 m²/hab.**

DEMOGRAFIA

População Total em 2001: 162.128 habitantes.

População Estimada (GDM/CMO) em 2009: 175. 612 habitantes.

Densidade Populacional, em 2001: 3.536,06 hab/Km² (GL: 1.409,44).

Crescimento Demográfico: 7% entre 1991 e 2001;

Envelhecimento Demográfico: 119 idosos para 100 jovens, em 2009; 57 idosos para 100 jovens, em 1991 e 27 idosos para 100 jovens, em 1981.

Taxa Bruta de Natalidade, 2009: 11,1 ‰

População Residente

Freguesias	Área (Km ²)	2001 (INE)	2009 (estimativa GDM)
Algés	1,9	19542	21524
Barcarena	9,0	11847	13265
Carnaxide	6,5	21354	25118
Caxias	3,4	7720	8245
Cruz Quebrada/Dafundo	2,9	6591	6951
Linda-a-Velha	2,3	21952	22743
Oeiras e São Julião da Barra	6,7	34851	36301
Paço de Arcos	3,4	15776	16379
Porto Salvo	7,4	13724	14705
Queijas	2,3	8771	10382
Concelho	45,8	162128	175612

Fonte: INE, 2001 e GDM, 2010

EDUCAÇÃO

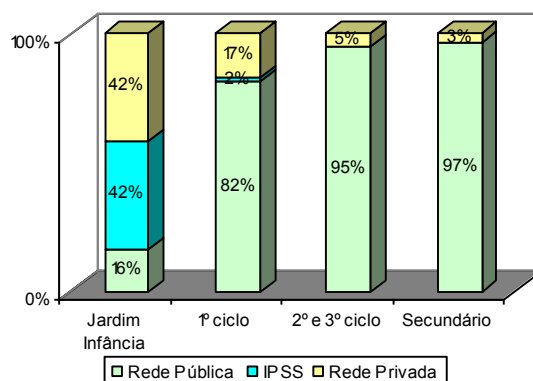
Estabelecimentos Escolares, 2009/10: 129 do Jardim-de-Infância à Escola Secundária: 53 Públicas, 45 Privadas e 31 IPSS (Instituições Privadas de Solidariedade Social).

Frequência Total, 2009/10: 21.665 alunos, em Escolas Públicas.

Estabelecimentos de Ensino Superior, 2009/10: 5 com oferta de 27 tipos de Licenciatura (Universidade Atlântica, IST, Faculdade de Motricidade Humana, Escola Náutica Infante D. Henrique) e cerca de 20 Estágios Laboratoriais no ITQB, Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa.

Estabelecimentos de Ensino Profissional, 2009/10: 2 Escolas incluídas no Sistema Educativo do Concelho: Escola Profissional Val do Rio, com 10 cursos; Instituto de Tecnologias Náuticas na Escola Náutica Infante D. Henrique, com 12 cursos; Centro Militar de Electrónica com 2 cursos, que funciona só para as Forças de Segurança.

% de Alunos por Nível de Ensino nas Redes Pública, IPSS e Privada em 2006/07



SAÚDE

Agrupamento de Centros de Saúde de Oeiras, 2010: 1 (ACES 4 – Oeiras)

Unidades Funcionais:

Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados: 6 – Algés, Barcarena, Carnaxide, Linda-a-Velha, Oeiras, Paço de Arcos;

Unidade de Saúde Familiar: 4 - Cruz Quebrada Dafundo (1) - , Oeiras (2 São Julião e Conde de Oeiras), Paço de Arcos (1 Delta);

Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados: 1 – Oeiras;

Unidade de Saúde Pública: 1 - Paço de Arcos (Delta);

Unidade de Cuidados na Comunidade: Linda-a-Velha, Oeiras

Hospitais que servem a população do concelho de Oeiras: H. São Francisco Xavier; H. Egas Moniz

Hospital localizado no concelho: H. Santa Cruz

Farmácias, 2009: 46

Profissionais de farmácia, 2008 (por local de trabalho): 71

Pessoal ao serviço no ACES Oeiras, 2009: 371

Médicos por 1.000 habitantes, 2008 (por local de residência): 8,5 ‰

Enfermeiros por 1.000 habitantes, 2008 (por local de trabalho): 3,7 ‰

Taxa de mortalidade infantil, 2004 – 2008 (por local de residência da mãe): 2,6 ‰

Taxa de mortalidade neonatal, 2004 – 2008 (por local de residência da mãe): 1,7 ‰

Taxa de Incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória, 2008 (por local de residência): 0,3 ‰

DESPORTO

Área Desportiva, 2007: 2.939.775,7m², inclui o **Parque do Jamor**, o principal e maior Parque Desportivo Nacional com 212,2ha.

Capitação da Área Desportiva: 18,1m²/hab.

Equipamentos

14 Grandes Campos de Jogos;

36 Campos Polidesportivos;

48 Campos de Ténis;

2 Pistas de Atletismo: 1 para alta competição e 1 outra simplificada;

2 Piscinas Descobertas na Orla Ribeirinha;

20 Piscinas Cobertas e a Piscina Olímpica do Complexo do Jamor;

20 Pavilhões Polivalentes;

25 Ginásios e Health Clubs;

3 Centros Hípicos

Instalações para o Espectáculo Desportivo e Equipamentos Especializados para Alta Competição no Complexo Desportivo do Jamor;

Centro Náutico do Clube de Paço de Arcos

Porto de Recreio de Oeiras

Clubes e Associações no Concelho de Oeiras: 80 que reúnem cerca de **34.000 sócios**, envolvem cerca de **10.000 atletas**, num total de **62 modalidades**. Em média existem **166 atletas e 659 associados por colectividade**.

SOLIDARIEDADE SOCIAL

REDE SOCIAL DE OEIRAS

O CLAS (Conselho Local de Acção Social) de Oeiras engloba 69 Entidades (2010): 10 Juntas de Freguesias; 5 Entidades públicas; 30 IPSS's ou equiparadas; 3 Entidades lucrativas; 14 outras Entidades sem fins lucrativos; 5 Organismos Juvenis; 2 Associações de Bombeiros.

RESPOSTAS SOCIAIS DO CONCELHO DE OEIRAS POR FREGUESIA

Freguesias	Infância	Idosos	Específicos
Algés	14	9	2
Barcarena	18	7	3
Carnaxide	17	9	4
Caxias	7	5	4
C. Quebrada/Dafundo	6	4	-
Linda-a-Velha	19	8	-
Oeiras e S. Julião da Barra	30	14	8
Paço de Arcos	17	10	6
Porto Salvo	27	7	2
Queijas	10	7	1
Concelho	165	80	30

Fonte: Carta Social do Concelho de Oeiras, GDM/DEASD, 2009

Nota: Infância: Creche + Jardim-de-Infância + ATL (Rede Solidária + Lucrativa)
 Idosos: Lar + Centro de Dia / Centro Convívio + Serviço de Apoio Domiciliário (Rede Solidária + Lucrativa)
 Específicos: Respostas sociais do domínio da deficiência, apoio aos toxicodependentes, atendimento e acompanhamento social, entre outras.

CULTURA

Património Histórico Monumental

Fortes de Defesa da Costa de Lisboa: Fortes de S. Julião da Barra, de Sto. Amaro ou do Areeiro, de S. João das Maias, de N^a. S^a. de Porto Salvo ou da Giribita e de S. Bruno de Caxias; Torre do Bugio.

Jardins Históricos: Jardins do Palácio do Marquês de Pombal, Jardins da Quinta Real de Caxias.

Palácios: Palácio do Marquês de Pombal; Palácios Reais: Palácio dos Arcos e Quinta Real de Caxias.

Património Recente

Edifícios dos Parques Empresariais: Arquiparque, Taguspark, Quinta da Fonte, Lagoas Park

Porto de Recreio e Passeio Marítimo

Parque dos Poetas

SATUO

Equipamentos

Teatros/Auditórios Municipais: 7; Anfiteatros ao Ar Livre: 3.

Galerias de Exposição e outros Espaços Expositivos: 22; Museus: 2

Bibliotecas Municipais: 3

Centro Cultural do Palácio do Egipto

Associações Culturais: 63 (2007) com: 18 Grupos Corais; 9 Bandas de Música; 24 Grupos de Teatro; 14 Grupos de Dança com 4 Escolas de Dança.

Eventos Culturais e Recreativos:

Música: Ciclo Vozes do Fado; Ciclos de Jazz;

Teatro: Mostra de Teatro Amador e Mostra de Teatro Escolar

Dança: Festival de Dança Urbana

Artes Visuais: Exposições e Mostras diversificadas

Sessões: Jornadas Europeias do Património; Encontros de História Local;

Feiras e Festas. Festas do Concelho; Festas das Freguesias; Festa da Vindima;

Festa do Cavalo; Feira da Castanha; Feira Vegetariana; Feira dos Minerais, Gemas e Fósseis

DESENVOLVIMENTO SOCIO – ECONÓMICO

Qualificação Académica dos Residentes, em 2001: 26% com ensino superior, a mais elevada do País; 5% sem nível de ensino, a mais baixa do País; 24% com nível secundário e 42% com ensino básico.

Emprego no Sector dos Serviços, em 2001: 82% dos residentes activos empregados (em 1981: 70%); destacam-se os grupos profissionais ligados à “economia do conhecimento”, entre os quais **Dirigentes / Quadros Superiores de Empresa e Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas / Técnicos**, com 30% (GL: 22%); o crescimento dos dois Grupos, entre 1981 e 2001 foi de 76% e 156% respectivamente.

Sociedades Empresariais, em 2003: Oeiras detém o 3º lugar na GL, no **volume de negócios** (quase quadruplica o volume de negócios entre 1988 e 2003) e no **emprego** (mais que triplica o nº de empregados entre 1988 e 2003); o **número de sociedades** quase triplica entre 1988 e 2003.

Emprego nas sociedades maioritariamente estrangeiras, 2003/04: 28,6%, a mais elevada proporção na GL (Lisboa com 12,4%).

Emprego em serviços intensivos em conhecimento, 2003/04: 45%, 2º na GL (Lisboa com 55%).

Emprego em actividades de Tecnologias de Informação e Comunicação, TIC, 2003/04: 11,9%, o mais elevado da GL (GL – 5,7).

Ganho médio mensal, 2007: € 1.617,88 o mais elevado do País, superando, em 68% o valor nacional. Lisboa com € 1.436,16.

Índice de Poder de Compra per capita, por local de residência, 2007: 173, 2º no País, a seguir a Lisboa com 236 (Porto com 171 e Cascais com 156).

Desemprego registado em Dez 2009: 3,2% - menor % de desempregados da GL face à população residente em 2008. Lisboa com 4,5% e GL com 4,1%

Colecta líquida do IRS, 2006: € 331 milhões, valor superior à média da GL, € 312 milhões

Valor médio por Declaração de IRS, 2006: € 4.195, o 2º valor mais alto da GL a seguir a Lisboa (€ 4.540).

Lucro Tributável Total para a Derrama, 2006: € 908,5 milhões, o 3º mais elevado do país, a seguir a Lisboa e Porto.

ACESSIBILIDADES, TRANSPORTES E MOBILIDADE

Extensão da Rede Rodoviária: 540 km, sendo 8,7 km **com portagem**.

Transportes Públicos:

Linhas ferroviárias urbanas:

Linha de Cascais: 6 estações e 9,4Km de extensão;

Linha de Sintra com 1 estação.

Linha de APM:

SATU Oeiras: 3 estações e uma extensão de 1,2 km.

Linha de eléctricos:

Eléctrico 15: 2 paragens e uma extensão de cerca 0,7 km.

Linhas rodoviárias: 51 carreiras com cerca de 4300 circulações em dia útil.

Táxis: 137 veículos.

Número de viagens diárias: 525 mil viagens, das quais 306 mil são de residentes e 34 % são viagens internas.

Número médio de viagens por pessoa: 2,59 por residente e 2,83 por não residentes

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Taxa de Motorização (ligeiros e mistos): 608 veículos/1.000 hab. em 2006 (média da GL: 461); 410 veículos/1.000 hab. em 1998.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



I SÓCIO-ECONOMIA



1. DEMOGRAFIA

1.1 ENQUADRAMENTO

A população do Concelho de Oeiras, em 2008, estava estimada pelo INE¹ em 172.021 habitantes, total correspondente a cerca de 8,5 % da população da Grande Lisboa. É uma população urbana com uma densidade média elevada de 3.758 habitantes por km².

Indicadores Demográficos Gerais

Indicadores	Oeiras		Grande Lisboa		Portugal		EU27		
	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2006	
População Total	162.128	172.021	1.947.261	2.029.458	10.356.117	10.627.250	483 Milhões	493 Milhões	
Densidade populacional (hab/km ²)	3572	3758	1457	1475	112	115	113	115	
Taxa de Variação (%)	6,1		4,2		2,6		2,1		
População por ciclos de vida (%)	0-14 anos	14,0	15,4	14,7	15,9	16,0	15,3	17	16
	15-24 anos	13,8	9,5	13,7	10,1	14,3	11,4	13,1	12,7
	25-64 anos	57,3	57,2	55,8	56,3	53,4	55,7	54,1	54,5
	65 e mais anos	14,9	17,9	15,8	17,6	16,4	17,6	15,8	16,9
População por sexo (%)	H	47,4	47,1	47,6	47,8	48,3	48,4	48,7	48,8
	M	52,6	52,9	52,4	52,2	51,7	51,6	51,3	51,2
Taxas demográficas	Tx crescimento efectivo (%)	0,97	0,32	0,74	0,19	0,71	0,09		0,37
	Tx crescimento natural (%)	0,3	0,34	0,21	0,26	0,07	0	0,06*	0,08
	Tx bruta de natalidade (‰)	11,6	11,7	11,8	11,8	11	9,8	10,4	10,6
	Tx bruta de mortalidade (‰)	8,6	8,3	9,7	9,1	10,2	9,8		9,6
	Tx crescimento migratório (%)	0,7	-0,02	0,5	-0,07	0,6	0,09	0,29*	0,29

Fonte: INE, Censos – 2001; Estimativas Anuais da População Residente, 2008; EUROSTAT

Nota: * Europa 25

A **Taxa de Variação da População**, entre 2001 e 2008, não sendo muito elevada, é maior do que a da Grande Lisboa, GL, facto que denota um dinamismo demográfico interessante no Concelho face à dinâmica regional em que se insere.

Considerando os **Ciclos de Vida** da população, correspondentes à População Jovem e maioritariamente estudante (0-14 anos), População Activa Jovem (15-24 anos), População Activa Sénior (25-64 anos) e População Idosa (65 e mais anos), verifica-se que a maior discrepância entre Oeiras e os restantes territórios referidos em 2008, é o

¹ Instituto Nacional de Estatística

“deficit” relativo de Jovens Activos: 9,5% em Oeiras, contra 10,1% na Grande Lisboa, 11,4% em Portugal e 12,7% na Europa a 27, sendo também Oeiras, o território que mais perdeu população neste grupo etário entre 2001 e 2008.

Na distribuição da **População por Sexos**, a situação em Oeiras é bastante mais equilibrada que na Grande Lisboa, Portugal ou Europa a 27.

Em 2008 as **Taxas de Crescimento** tanto Efectivo como Natural são mais elevadas que no conjunto dos territórios em análise; a **Taxa Bruta de Natalidade** é ligeiramente inferior à da Grande Lisboa, mas mais alta que a de Portugal ou da Europa e a **Taxa Bruta de Mortalidade** é a mais baixa entre todos; a **Taxa de Crescimento Migratório** é fraca.

1.2 EVOLUÇÃO POPULACIONAL

A **Evolução da População** do Concelho de Oeiras, desde 1864, ano em que surgem, pela primeira vez registos metodologicamente correctos de contagem da população, evidencia um crescimento cadenciado, com alguns sobressaltos decorrentes da conjuntura histórica portuguesa ou internacional, até à década de 1970, durante a qual o Concelho mais que duplicou².

Em 1878, regista uma taxa de crescimento anual média (t.c.a.m.) de 0,75%, valor que vai crescer, atingindo, na década 1900/11, os 4,5%. Na década seguinte regista-se uma forte redução, mas a partir da década de 20 até à de 60, o ritmo de crescimento anual da população do concelho de Oeiras evidencia aumentos progressivos.

É na década de 70/81 que se irá verificar a taxa de crescimento anual médio mais elevada de sempre para o concelho de Oeiras, 7,97%, registando-se, em termos absolutos, um aumento de cerca de 81.000 indivíduos, total superior ao total de população registado em 1970. Este crescimento excepcional, que também afecta toda a região de Lisboa, embora a um ritmo muito menos intenso, deve-se, para além do êxodo rural, que atinge na década de 70 alguns dos valores mais altos do século XX, ao retorno dos emigrantes residentes nos territórios das ex-colónias, após 1974.

Nas décadas seguintes o ritmo da t.c.a.m. reduziu-se drasticamente.

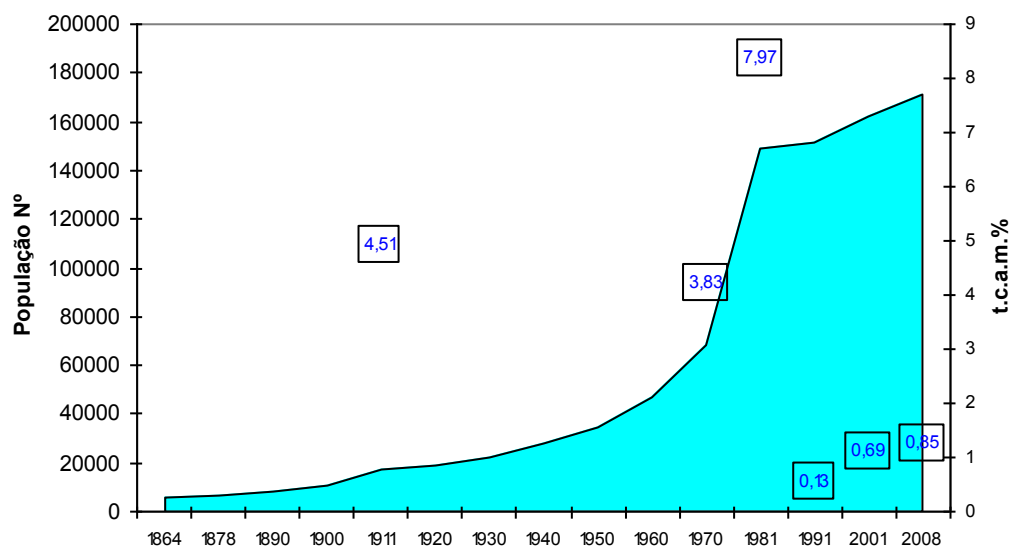
² Em 1979, uma reorganização administrativa retirou a freguesia da Amadora, a mais populosa do concelho, para integrar o novo concelho da Amadora, pelo que a análise da evolução da dinâmica populacional do concelho de Oeiras é desenvolvida anulando este efeito negativo, ou seja, contando apenas com os habitantes das actuais fronteiras do município

**Evolução da população em Portugal, Distrito de Lisboa e no Concelho de Oeiras
1864 a 2008**

Anos	População			Taxa de crescimento anual médio		
	Portugal	Distrito de Lisboa	Concelho de Oeiras	Portugal	Distrito de Lisboa	Concelho de Oeiras
1864	4286995	349187	6021	-	-	-
1878	4698984	415057	6694	0,66	1,24	0,75
1890	5102891	497727	8110	0,70	1,50	1,61
1900	5446760	565560	10447	0,70	1,30	2,56
1911	5999246	681521	16959	1,00	1,90	4,51
1920	6080135	743496	18557	0,10	0,90	0,10
1930	6825883	906582	22557	1,20	2,00	1,97
1940	7755423	1054731	28049	1,30	1,50	2,20
1950	8510240	1222471	34459	0,93	1,49	2,80
1960	8889392	1382959	46900	0,40	1,20	3,13
1970	8648369	1577390	68265	-0,30	1,30	3,83
1981	9833014	2069465	149328	1,30	2,70	7,97
1991	9867147	2052787	151342	0,03	-0,08	0,13
2001	10356117	2136013	162128	0,48	0,40	0,69
2008	10627250	2176055	172021	0,37	0,27	0,85

Fonte: INE, Censos – 1864 a 2001; Estimativas Anuais da População Residente, 2008

Evolução da população residente no Concelho de Oeiras 1864 a 2008



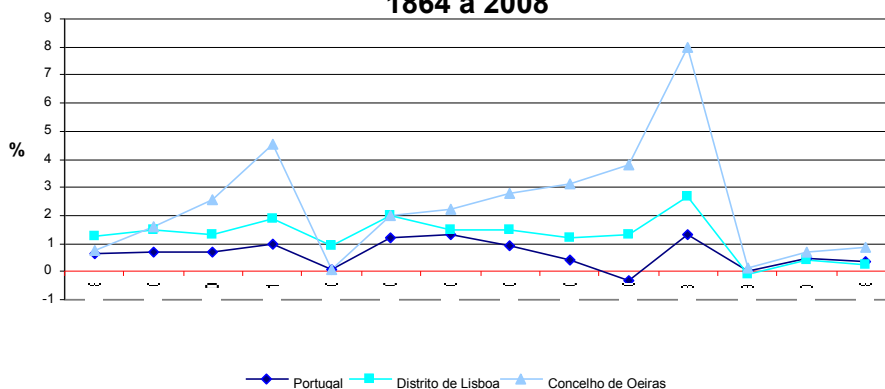
Fonte: INE, Censos, 1864 a 2001; Estimativas Anuais da População Residente, 2008

Sintetizando a evolução demográfica do concelho de Oeiras, até 2008, podem-se distinguir quatro períodos distintos quanto ao crescimento de população residente:

- O primeiro período, de 1864 a 1920, apresenta uma t.c.a.m. crescente até 1911, altura em que sofre um decréscimo acentuado como resultado da pneumónica que, aliás, afectou todo o território português;
- O período de 1930 a 1970 caracteriza-se por um crescimento populacional **lento**, evidenciado pelo progressivo aumento das respectivas t.c.a.m. e também pelas taxas de variação decenais: 24,3% entre 1930 e 1940; 45,6% entre 1960 e 1970;
- Na década de 70/81, assiste-se a um crescimento demográfico **explosivo**, durante o qual a população mais que duplicou no Concelho de Oeiras: a taxa de variação decenal atingiu 119%. De facto o concelho de Oeiras, neste período, foi um dos concelhos que mais contribuiu para um maior ritmo de crescimento populacional na Grande Lisboa, a qual apresenta, para o mesmo período, uma variação de 33,5%;
- Os dados dos dois últimos momentos censitários, 1991 e 2001, para o concelho de Oeiras, revelam uma nítida **quebra** do ritmo de crescimento demográfico anterior: a t.c.a.m. passa, entre 1970/81 e 1981/91, de 7,97 para 0,13, o valor mais baixo desde 1878, exceptuando a década de 1911.

Entre 1981 e 1991, a evolução da população do concelho de Oeiras é similar à de Portugal e do Distrito de Lisboa, neste último caso com perda de população. Em 1991/2001 verifica-se recuperação das taxas anuais, sendo a de Oeiras mais acentuada que a de Portugal e do Distrito de Lisboa. Estima-se que entre 2001 e 2008 essa recuperação se mantém.

**Evolução das taxas de crescimento anual médio
1864 a 2008**



Fonte: INE, Censos, 1864 a 2001; Estimativas Anuais da População Residente

População residente nos Concelhos da GL 1930 a 2008

Concelhos	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2008
Amadora	6884	9762	18789	47355	111929	163878	181774	175872	172110
Cascais	22932	29641	42177	59617	92907	141498	153294	170683	188244
Lisboa	591939	694389	783226	802230	769044	807937	663394	564657	489562
Loures	25927	31364	43668	74701	115130	191843	192143	199059	195035
Mafra	29750	32341	36485	35739	34112	43899	43731	54358	70867
Odivelas	3174	3696	6772	27423	51037	84624	130015	133847	153584
Oeiras	22556	28049	34459	46900	68265	149328	151342	162128	172021
Sintra	37396	45171	60423	79964	124893	226428	260951	363749	445872
Vila Franca de Xira	24053	28275	32724	40594	53963	88193	103571	122908	142163
Grande Lisboa	764611	902688	1058723	1214523	1421280	1897628	1880215	1947261	2029458

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais de População e Estimativas Anuais da População Residente, 2008

Notas: A freguesia da Amadora foi descontada do concelho de Oeiras, entre 1930 e 1970

A freguesia de Odivelas foi descontada do concelho de Loures entre 1930 e 1981

**Taxas de variação decenal da população residente nos Concelhos da GL
1930 a 2008**

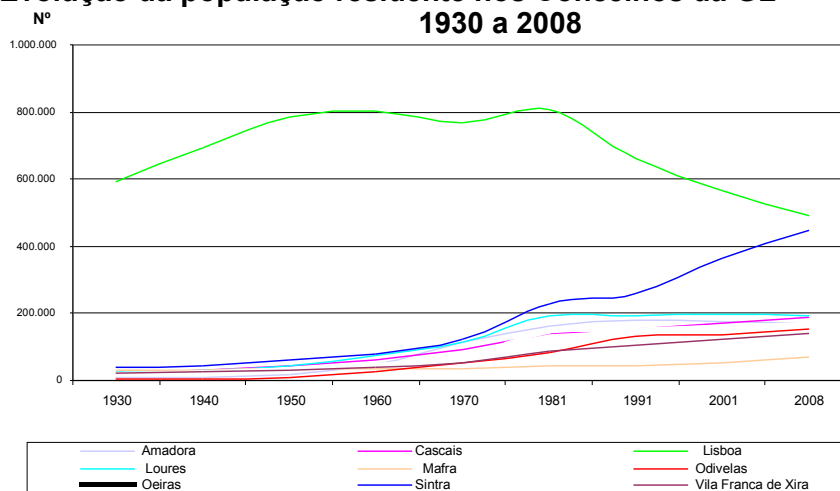
Concelhos	Variação população residente (%)							
	1930/1940	1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1981	1981/1991	1991/2001	2001/2008
Amadora	41,8	92,5	152,0	136,4	46,4	10,9	-3,2	-2,1
Cascais	29,3	42,3	41,3	55,8	52,3	8,3	11,3	10,3
Lisboa	17,3	12,8	2,4	-4,1	5,1	-17,9	-14,9	-13,3
Loures	21,0	39,2	71,1	54,1	66,6	0,2	3,6	-2,0
Mafra	8,7	12,8	-2,0	-4,6	28,7	-0,4	24,3	30,4
Odivelas	16,4	83,2	304,9	86,1	65,8	53,6	2,9	14,7
Oeiras	24,4	22,9	36,1	45,6	118,7	1,3	7,1	6,1
Sintra	20,8	33,8	32,3	56,2	81,3	15,2	39,4	22,6
Vila Franca de Xira	17,6	15,7	24,0	32,9	63,4	17,4	18,7	15,7
Grande Lisboa	18,1	17,3	14,7	17,0	33,5	-0,9	3,6	4,2

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais de População e Estimativas Anuais da População Residente, 2008

Notas: A freguesia da Amadora foi descontada do concelho de Oeiras, entre 1930 e 1970

A freguesia de Odivelas foi descontada do concelho de Loures entre 1930 e 1981

**Evolução da população residente nos Concelhos da GL
1930 a 2008**



A análise da dinâmica populacional do concelho repartida pelas freguesias é complicada pela reorganização administrativa de 1993 que deu origem à criação de 5 novas freguesias. Assim, só será avaliado o crescimento das 9 freguesias (actualmente são 10 freguesias, sendo que Caxias foi criada em 2001, depois do Recenseamento) durante a década de 1991/2001.

Carnaxide foi a Freguesia que, desde sempre e até à dissociação do respectivo território para criação de 4 outras freguesias, se apresentou como a maior carga

populacional, seguindo-se-lhe Oeiras e S. Julião da Barra, Freguesia Sede do concelho, Paço de Arcos e por último Barcarena.

É de realçar o facto de as freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra e Paço de Arcos apresentarem volumes populacionais muito próximos até 1970, data a partir da qual o ritmo de crescimento da população irá produzir resultados substancialmente diferentes: entre 1970 e 1981, a t.c.a.m. para a freguesia de Oeiras é duas vezes superior à calculada para Paço de Arcos, respectivamente 10,36% e 5,72%; na década de 1981 ambas as freguesias apresentam decréscimos de população que Oeiras recupera na década de 90 e a partir de 2001, continuando Paço de Arcos a decrescer, recuperando a partir de 2001, mesmo com o destaque do seu território, da Freguesia de Caxias, em 2002.

Em todas as freguesias ocorrem fases de crescimento negativo, embora não simultaneamente, e que se explicam, a partir de 1981, pela intervenção ao nível do realojamento da população que necessitava de habitação condigna e que nem sempre foi realojada na mesma freguesia. Em todo o caso, as fases de crescimento positivo e simultâneo da população são mais generalizadas a todas as freguesias.

Na década de 1991/2001, importa destacar os decréscimos populacionais registados nas freguesias de Algés (t.c.a.m. -0,7%), Cruz Quebrada/Dafundo (t.c.a.m. -2,35%), Linda-a-Velha (t.c.a.m. -1,14%) e Queijas (t.c.a.m. -1,11%).

Quanto aos crescimentos positivos, a Freguesia de Barcarena destaca-se, neste período, com uma t.c.a.m. de 2,91%, seguindo-se as freguesias de Porto Salvo com 2,67%, Carnaxide com 2,46%, Oeiras e S. Julião da Barra com 0,62% e Paço de Arcos com 2,23% (aqui considerada com os antigos limites administrativos, uma vez que Caxias só foi destacada em 2002).

No período 2001/2007, Carnaxide continua a crescer mais, seguindo-se Porto Salvo e Queijas; Oeiras e S. Julião da Barra que apresenta a mais baixa t.c.a.m. deste período.

De notar que estas diferenças de comportamento demográfico das freguesias decorrem, essencialmente das políticas locais de desenvolvimento.

Evolução da população por freguesia no concelho de Oeiras

Anos	Algés	Barcarena	Carnaxide	Caxias	Cruz Quebrada /Dafundo	Linda-a-Velha	Oeiras S. Julião da Barra	Paço de Arcos	Porto Salvo	Queijas
1864		1355					2613			
1878		1117					3495			
1890		1432					4514			
1900		1274	5103				4070			
1911		1553	9800				5606			
1920		1624	6804				6067			
1930		1820	12608				4497	3632		
1940		1940	15345				5197	5567		
1950		2552	20136				6285	5486		
1960		3329	28301				6875	8413		
1970		4425	38747				13962	11133		
1981		10742	78583				40358	19645		
1991	20952	8891 (11359)	16746 (79801)		8360	24626	32751 (43364)	18666 (16818)	10540	9810
2001	19542	11847	21354	7720	6591	21952	34851	15776	13724	8771
2007	21344	11917	25440	7784	6722	21681	35026	16264	15495	9799

Taxa de crescimento anual médio por freguesia no concelho de Oeiras

Anos	Algés	Barcarena	Carnaxide	Caxias	Cruz Quebrada/ Dafundo	Linda-a-Velha	Oeiras S. Julião da Barra	Paço de Arcos	Porto Salvo	Queijas
1864/78		-1,37					2,10			
1878/90		2,09					2,15			
1890/190		-1,16					-1,03			
1900/11		2,00	6,74				3,25			
1911/20		0,45	-3,58				0,79			
1920/30		1,15	6,36				-2,95			
1930/40		0,64	1,98				1,46	4,36		
1940/50		2,78	2,75				1,92	-0,15		
1950/60		2,69	3,46				0,90	4,37		
1960/70		2,89	3,19				7,34	2,84		
1970/81		9,08	7,17				10,36	5,72		
1981/91		-1,87			(-1,55)		-2,07	-0,51	(-16,81)	
1991/200	-0,7	2,91	2,46		-2,35	-1,14	0,62	-1,67	2,67	-1,11
2001/07	1,48	0,10	2,96	0,14	0,33	-0,21	0,08	0,51	2,04	1,86

Fonte: INE, Censos – 1864 a 2001; Estimativas Anuais da População Residente, 2007

Nota: Com o objectivo de anular a distorção resultante das várias reorganizações administrativas que o concelho de Oeiras sofreu nas últimas décadas, apresentam-se entre parêntesis os volumes populacionais das freguesias caso os seus limites administrativos não tivessem sido alterados

Na análise da repartição interna dos valores da população pelas Freguesias de Oeiras, constata-se diferenças significativas. É o caso da **densidade populacional**:

- As freguesias com melhor acesso a Lisboa registam os valores mais elevados de densidade populacional – Algés e Linda-a-Velha, com 11.234 e 9.427 hab/km² respectivamente, em 2007. Das freguesias que apresentam menores densidades, destaca-se Barcarena, a freguesia menos urbanizada.

População das Freguesias do Concelho de Oeiras

Freguesias	Superfície km ²	População N ^o		t.c.a.m.	Densidade hab/km ²		População Estrangeira %	Pop que 5 anos antes vivia fora do Município %	Taxa de deficientes %
	2007	2001	2007	2001/07	2001	2007	2001	2001	2001
Algés	1,9	19542	21344	1,48	10285	11234	3,8	14,1	7,0
Barcarena	9	11847	11917	0,10	1316	1324	3,4	17,6	6,3
Carnaxide	6,5	21354	25440	2,96	3285	3914	6,2	13,9	5,4
Caxias	3,4	7720	7784	0,14	2271	2289	-	-	-
C. Quebrada/Dafundo	2,9	6591	6722	0,33	2273	2318	4,2	15,3	7,1
Linda-a-Velha	2,3	21952	21681	-0,21	9544	9427	3,1	13,2	5,8
Oeiras e S. Julião da Barra	6,7	34851	35026	0,08	5202	5228	4,6	16,6	6,8
Paço de Arcos	3,4	15776	16264	0,51	4640 ¹	4784	5,8 ¹	16,1 ¹	6,2 ¹
Porto Salvo	7,4	13724	15495	2,24	1855	2094	7,5	9,8	5,9
Queijas	2,3	8771	9799	1,86	3813	4260	1,9	7,3	6,5
Concelho	45,8	162128	171472	0,94	3540	3744	4,7	14,4	6,3

Fonte: INE, Censos – 2001; Estimativas Anuais da População Residente, 2007

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

Porto Salvo, Carnaxide e Paço de Arcos são as freguesias com maior percentagem de **população estrangeira**, situação que se liga à localização de bairros de iniciativa municipal (987, 2657 e 808 fogos respectivamente) cujos residentes são, em grande percentagem, oriundos dos PALOP

Barcarena, Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias são as freguesias que registam maior percentagem de **população que 5 anos antes de 2001 vivia fora do concelho**; pelo contrário, Queijas e Porto Salvo foram as que receberam menos população de fora do Concelho.

Ainda abordando as características gerais da população, verifica-se que a **taxa de deficiência**, ao nível do Concelho, é de 6% e que os valores por freguesia são muito próximos: Algés e Cruz Quebrada/Dafundo são as freguesias com maiores taxas de

população deficiente, 7%, porque têm população mais envelhecida e com maior probabilidade de incidência de deficiência; por outro lado, o melhor acesso ao comboio dá mais oportunidades de mobilidade a pessoas com mobilidade condicionada; Carnaxide, Linda-a-Velha e Porto Salvo são freguesias com menor taxa de população deficiente, porque têm população mais jovem e, no caso das duas primeiras, porque são freguesias especialmente atractivas para população activa.

1.3 ESTRUTURA ETÁRIA

Pela análise da estrutura etária do Concelho verifica-se que, na comparação das classes correspondentes aos **Ciclos de Vida**, Oeiras, entre os 0 e os 14 anos, Jovens, tanto em 2001 como em 2008, apresenta a proporção mais baixa na Grande Lisboa, Portugal e mesmo a União Europeia. Situação idêntica acontece na classe dos 15 aos 24 anos, os Jovens Adultos que podem ser estudantes ou já activos, verificando-se uma forte descida geral das percentagens de 2001 para 2008, mais acentuada para Oeiras. Ao contrário, a importância dos Adultos Seniores, dos 25 aos 64 anos, é mais evidente em Oeiras, tanto em 2001 como em 2008, que no resto das áreas geográficas em análise. A proporção de Idosos, classe com mais de 65 anos, era menor em Oeiras, mas acentuou-se em 2008, para valores idênticos aos da Grande Lisboa e Portugal, todos mais elevados que os da União Europeia.

Existe um fenómeno de **envelhecimento** no Concelho de Oeiras que se tem vindo a acentuar desde 1981, como é patente nas pirâmides etárias de 1981, 1991 e 2001: a classe etária Jovem (0-14 anos) perde 42% entre 1981 e 2001; no que se refere aos Idosos o ganho foi de 127% no mesmo período, ou seja o fenómeno do duplo envelhecimento, perda de jovens e ganho de idosos, é uma realidade, aumentando estes em maior proporção. Note-se que a representatividade dos Adultos também se acentua, principalmente entre 1981 e 1991.

Esta variação configura um comportamento etário da população do Concelho de Oeiras diferente das populações da Grande Lisboa e de Portugal, ainda que todas com tendência para o envelhecimento:

- Em Oeiras o envelhecimento no topo da pirâmide, em 2001, é muito notório nos adultos seniores, resultado de, pelo menos, duas décadas de atracção de população activa; na base da pirâmide nota-se, ainda que de forma incipiente, algum rejuvenescimento;

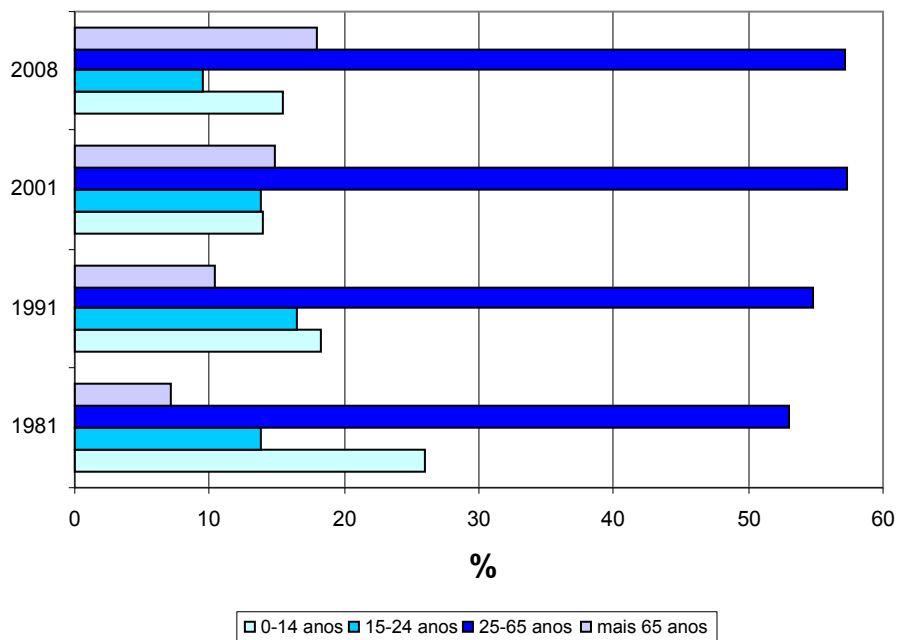
- Na Grande Lisboa o envelhecimento percorre todas as classes etárias com algum rejuvenescimento; em Portugal o envelhecimento é também generalizado e o rejuvenescimento é o mais incipiente.

Evolução da Estrutura Etária da População do Concelho de Oeiras

Grupos Etários	1981		1991		2001	
	Total	%	Total	%	Total	%
0 - 4 anos	12.906	8,64	6.923	4,57	7.670	4,73
5 - 9 anos	14.491	9,70	8.634	5,70	7.354	4,54
10 -14 anos	11.387	7,63	12.171	8,04	7.661	4,73
Total de Jovens	38.784	25,97	27.728	18,31	22.685	14,00
15 -19 anos	10426	6,98	13947	9,22	9506	5,86
20 - 24 anos	10209	6,84	10985	7,26	12806	7,90
25 - 29 anos	12557	8,41	9840	6,50	13581	8,38
30 - 34 anos	14759	9,88	10282	6,79	11417	7,04
35 - 39 anos	12482	8,36	11758	7,77	11165	6,89
40 - 44 anos	10269	6,88	13724	9,07	11076	6,83
45 - 49 anos	9436	6,32	11684	7,72	12004	7,40
50 - 54 anos	8012	5,37	9638	6,37	13366	8,24
55 - 59 anos	6926	4,64	8610	5,69	11282	6,96
60 - 64 anos	4837	3,24	7319	4,84	9087	5,60
Total de Adultos	99.913	66,91	107.787	71,23	115.290	71,10
65 - 69 anos	4.222	2,83	6.025	3,98	8.088	4,99
70 - 74 anos	2.991	2,00	3.875	2,56	6.433	3,97
75 - 79 anos	1.895	1,27	3.041	2,01	4.806	2,96
80 - 84 anos	974	0,65	1.847	1,22	2.610	1,61
85 e +	549	0,37	1.039	0,69	2.216	1,37
Total de Idosos	10.631	7,12	15.827	10,46	24.153	14,90
Concelho	149.328	100,00	151342	100,00	162128	100,00

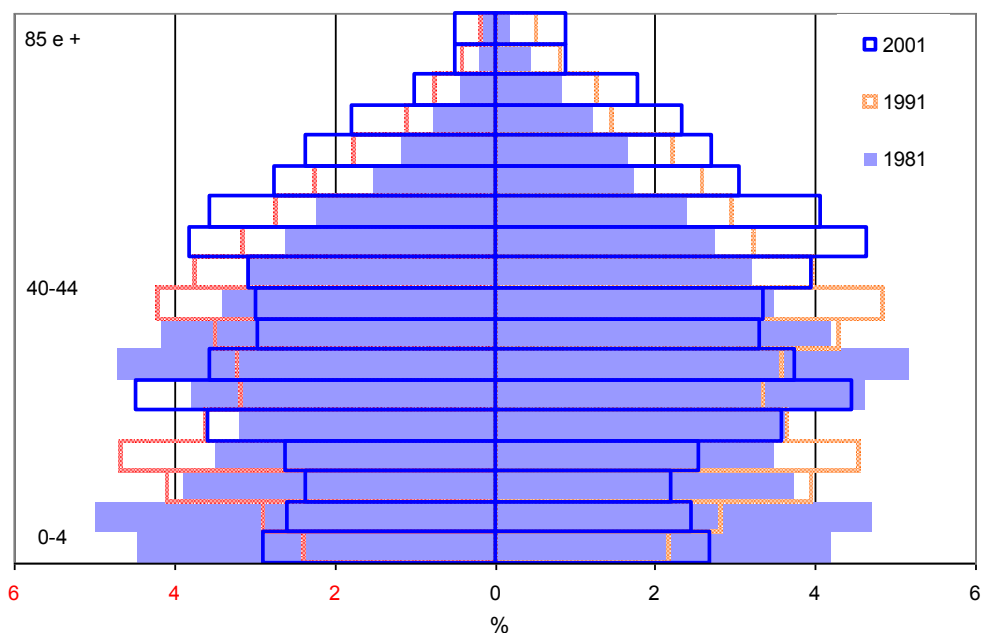
Fonte: INE, Censos, 1981, 1991 e 2001

Estrutura etária por ciclos de Vida 1981 a 2008



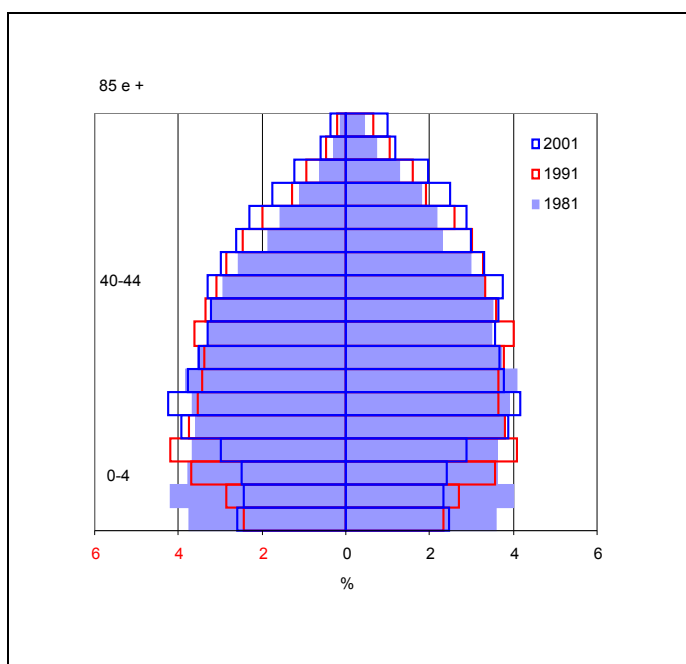
Fonte: INE, Censos, 1981, 1991 e 2001

Pirâmides etárias do Concelho de Oeiras

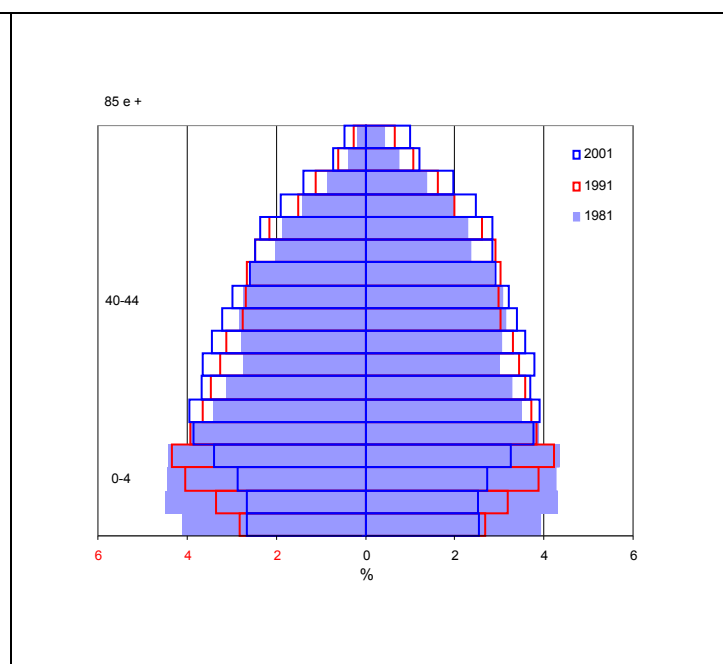


Fonte: INE, Censos, 1981, 1991 e 2001; Estimativas Anuais da População Residente, 2008

Pirâmides etárias da Grande Lisboa



Pirâmides etárias de Portugal



Fonte: INE, Censos – 1981, 1991 e 2001

Fonte: INE, Censos – 1981, 1991 e 2001

Nota: Em 1991 a população residente na Grande Lisboa corresponde à divisão territorial estabelecida no momento censitário

Desagregando a análise da estrutura etária da população ao nível da freguesia, é possível classificar as freguesias em mais jovens e mais envelhecidas.

Estrutura etária da população nas freguesias do Concelho de Oeiras

Freguesias	Ciclos de Vida 2001							
	0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Algés	2252	11,5	2381	12,2	10808	55,3	4101	21,0
Barcarena	1814	15,3	1687	14,2	7003	59,1	1343	11,3
Carnaxide	3549	16,6	3273	15,3	12459	58,3	2073	9,7
Caxias	1244	16,1	1192	15,4	4241	54,9	1043	13,5
Cruz Quebrada/Dafundo	757	11,5	760	11,5	3676	55,8	1398	21,2
Linda-a-Velha	2760	12,6	3057	13,9	13046	59,4	3089	14,1
Oeiras e São Julião da Barra	4719	13,5	4406	12,6	20017	57,4	5709	16,4
Paço de Arcos	2248	14,2	2053	13,0	9050	57,4	2425	15,4
Porto Salvo	2331	17,0	2308	16,8	7429	54,1	1656	12,1
Queijas	1011	11,5	1195	13,6	5249	59,8	1316	15,0
Concelho	22685	14,0	22312	13,8	92978	57,3	24153	14,9

Fonte: INE, Censos, 2001

As freguesias mais jovens do concelho, quer na base quer no topo, são Porto Salvo, Carnaxide e Caxias; as freguesias mais envelhecidas na base, ou seja, com menor percentagem de jovens, são Algés, Cruz Quebrada/Dafundo e Queijas, enquanto que as freguesias mais envelhecidas no topo são Cruz Quebrada/Dafundo e Algés.

Varição da população residente por grupos etários nas Freguesias do Concelho de Oeiras, 1991 e 2001

Freguesias	0-14 anos		Variação 1991/2001 %	15-64 anos		Variação 1991/2001 %	65 e + anos		Variação 1991/2001 %
	1991	2001		1991	2001		1991	2001	
Algés	3118	2252	-28	14888	13189	-11	2946	4101	39
Barcarena	1770	1814	2	6399	8690	36	722	1343	86
Carnaxide	3713	3549	-4	11905	15732	32	1128	2073	84
Caxias	-	1244	-	-	5433	-	-	1043	-
C. Quebrada/Dafundo	1458	757	-48	5689	4436	-22	1213	1398	15
Linda-a-Velha	5020	2760	-45	17616	16103	-9	1990	3089	55
Oeiras S.J. Barra	5562	4719	-15	23621	24423	3	3568	5709	60
Paço de Arcos	3072 ¹	2248	-27 ¹	12853 ¹	11103	-14 ¹	2741	2425	-11 ¹
Porto Salvo	2075	2331	12	7560	9737	29	905	1656	83
Queijas	1874	1011	-46	7136	6444	10	800	1316	64
Concelho	27662	22685	-18	107667	115290	7	16013	24153	51

Fonte: INE, Censos 1991, 2001

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

Entre 1991 e 2001, algumas alterações merecem destaque.

- Porto Salvo foi a freguesia em que o número de jovens mais aumentou, tendo também ganho, e fortemente, na proporção de idosos; Barcarena aumentou pouco o número de jovens e envelheceu mais que Porto Salvo;
- As freguesias que viram mais acentuada a proporção de idosos foram Barcarena, Carnaxide e Porto Salvo;
- As freguesias que mais jovens perderam foram Cruz Quebrada/Dafundo, Queijas e Linda-a-Velha, sendo que estas duas últimas também ficaram mais envelhecidas;
- A única freguesia que perdeu no grupo de idosos foi Paço de Arcos
- As freguesias que mais adultos perderam foram Cruz Quebrada/Dafundo, Algés e Paço de Arcos.

Na relação existente entre o número de jovens, idosos e a população activa, entre 1981 e 2001, o concelho de Oeiras acompanhou o sentido de evolução dos principais **Índices Demográficos** da Grande Lisboa. Destaca-se o **Índice de Envelhecimento**, através do qual se verifica existirem, em 2008, 116 idosos para 100 jovens, enquanto que, em 2001, existiam 107 idosos para 100 jovens e em 1981 pouco mais de 27 idosos por 100 jovens, em Oeiras, tendo ultrapassado o valor da GL; o Índice de Envelhecimento tem praticamente **duplicado de valor, em cada um dos dois últimos decénios**.

Índices Demográficos por Freguesia: o facto mais notório é o aumento do valor do Índice de Envelhecimento e do Índice de Dependência de Idosos: ambos os índices apresentam os valores mais elevados nas freguesias de Algés e Cruz Quebrada/Dafundo e os mais baixos na freguesia de Carnaxide.

O **Índice de Dependência de Jovens** é elevado nas freguesias de Carnaxide, Caxias e Porto Salvo e bastante baixo em Queijas.

O **Índice de Dependência Total** é mais elevado em todas as freguesias do litoral.

Na análise do **Índice de Longevidade** (ratio da população com 75 anos e + sobre a população com 65 anos e +), as freguesias que se destacam são Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos, Caxias e Barcarena.

Índices demográficos nas freguesias do concelho de Oeiras 1991 e 2001

Freguesias	Índice dependência de jovens N°		Índice dependência de idosos N°		Índice de envelhecimento N°		Índice dependência total N ^a		Índice de renovação pop. em idade activa N°	Índice de Longevidade N°
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	2001	2001
Algés	20,9	17,0	19,8	31,0	94,5	182,6	40,7	48,2	101,3	40,2
Barcarena	27,7	20,8	11,3	15,4	40,8	74,0	38,9	36,3	158,1	41,2
Carnaxide	31,2	22,5	9,5	13,1	30,4	58,4	40,7	35,7	151,7	37,0
Caxias	-	22,9	-	19,2	-	83,8	-	42,1	-	-
C. Quebrada/Dafundo	25,6	17,0	21,3	31,5	83,2	184,6	47,0	48,6	99,7	40,9
Linda-a-Velha	28,5	17,1	11,3	19,1	39,6	111,9	39,8	36,3	127,8	38,5
Oeiras e S. Julião da Barra	23,5	19,3	15,1	23,3	64,1	120,9	38,7	42,7	125,7	41,3
Paço de Arcos	23,9 ¹	20,2	21,3 ¹	21,8	89,2 ¹	107,6	45,2 ¹	42,1	145,6 ¹	43,1 ¹
Porto Salvo	27,4	23,9	12,0	17,0	43,6	71,0	39,4	40,9	148,8	33,2
Queijas	26,3	15,6	11,2	20,4	42,7	130,1	37,5	36,1	109,9	38,2
Concelho	19,6	19,6	14,9	20,9	57,9	106,4	40,6	40,6	129,5	39,9

Fonte: INE, Censos – 1991 e 2001

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

1.4 OUTRAS ESTRUTURAS

Relativamente à composição da população residente, segundo o **Género**, verifica-se que, como esperado, o total de mulheres ultrapassa no concelho, e em todas as freguesias, o total de homens. Os valores registados em 2001 não diferem significativamente dos registados em 1991.

A análise do indicador relação de masculinidade confirma-nos este facto. O valor total para o concelho diminuiu de 92,1 para 90,1, facto que poderá estar relacionado com o envelhecimento demográfico já analisado, uma vez que, como é sabido, as mulheres têm uma maior esperança de vida que os homens.

Os dados do Quadro 13 permitem caracterizar a população residente de acordo com o seu **Estado Civil**. Verifica-se que, na generalidade, a maior parte da população das freguesias do concelho de Oeiras se encontra casada, apresentando valores que variam entre 47,6% em Paço de Arcos e 54,6% em Queijas.

População por género nas freguesias do Concelho de Oeiras 1991 e 2001

Freguesias	População por género							
	1991 ¹				2001			
	Masculina		Feminina		Masculina		Feminina	
Algés	9.819	46,9	11.133	53,1	9.012	46,1	10.530	53,9
Barcarena	4.319	48,6	4.572	51,4	5.822	49,1	6.025	50,9
Carnaxide	8.148	48,7	8.598	51,3	10.212	47,8	11.142	52,18
Caxias	-	-	-	-	3.948	51,1	3772	48,9
Cruz Quebrada/Dafundo	4.006	47,9	4.354	52,1	3.026	45,9	3.565	54,1
Linda-a-Velha	11.889	48,3	12.737	51,7	10.386	47,3	11.566	52,7
Oeiras e São Julião da Barra	15.412	47,1	17.339	52,9	16.170	46,4	18.681	53,6
Paço de Arcos	8.733 ¹	46,8 ¹	9.933 ¹	53,2 ¹	7.321	46,4	8.455	53,6
Porto Salvo	5.134	48,7	5.406	51,3	6.745	49,2	6.979	50,9
Queijas	4.791	48,8	5.019	51,2	4.220	48,1	4.551	51,9
Concelho	72.251	47,7	79.091	52,3	76.862	47,4	85.266	52,6

Fonte: INE, Censos, 1991 e 2001

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

Estado civil nas freguesias do Concelho de Oeiras 2001

Freguesias	Proporção da População por Estado Civil, 2001					
	Solteiros	Casados		Viúvos	Separados	Divorciados
		c/ registo	s/ registo			
Algés	35,9	47,0	4,5	7,5	1,0	4,1
Barcarena	37,5	48,3	5,4	5,0	0,8	3,0
Carnaxide	41,3	44,6	5,6	4,3	0,9	3,3
Cruz Quebrada/Dafundo	34,9	44,3	5,9	8,9	1,4	4,5
Linda-a-Velha	37,8	46,4	4,9	5,8	1,0	4,1
Oeiras e São Julião da Barra	38,1	44,3	5,2	6,4	1,2	4,8
Paço de Arcos	40,7	41,2	6,4	6,0	1,0	4,6
Porto Salvo	41,2	43,3	7,6	4,6	0,9	2,3
Queijas	35,5	51,2	3,4	6,0	1,0	3,0
Concelho	38,5	45,1	5,5	5,9	1,0	4,0

Fonte: INE, Censos – 2001

1.5 GRAU DE ENSINO

Grau de ensino da população residente nas freguesias do Concelho de Oeiras 2001

Freguesias	População sem grau de ensino ¹ %	Proporção de população residente com pelo menos a escolaridade Obrigatória ² %	Proporção de população residente com ensino superior completo ³ %
Algés	3,6	67,6	27,4
Barcarena	4,4	55,5	12,7
Carnaxide	4,9	64,2	24,8
C. Quebrada/Dafundo	4,7	55,0	16,7
Linda-a-Velha	2,6	68,2	24,5
Oeiras e S. Julião da Barra	2,4	71,8	28,6
Paço de Arcos	3,6	65,0	22,9
Porto Salvo	6,8	45,8	9,5
Queijas	3,9	57,4	14,9
Concelho	3,8	64,0	22,7

Fonte: INE, Censos – 2001

Notas: ¹ (População residente com 10 e + anos ('Não sabe ler nem escrever') / População residente com 10 e + anos)

*100

² (População residente com pelo menos a escolaridade obrigatória/ População residente com 14 e + anos) *100

³ (População residente 21 e mais anos com ensino superior concluído/ População residente com 21 e + anos)

*100

Oeiras detém uma situação privilegiada em matéria de **Grau de Ensino**, tanto em termos nacionais como regionais, nomeadamente ao nível da Grande Lisboa, evidenciando-se pelo maior peso do grupo de residentes com qualificação no ensino superior, mais de 22%, e o menor peso do grupo de residentes sem qualquer grau de ensino, menos de 4%, face a concelhos como Lisboa, Porto e Coimbra que agregam a maioria das instituições académicas portuguesas e que poderiam ter algum efeito indutor nas populações residentes.

Por outro lado, 64% da população detém a escolaridade obrigatória, ainda a proporção mais forte na grande Lisboa, e menos de 10% tem outra situação necessariamente de grau incompleto.

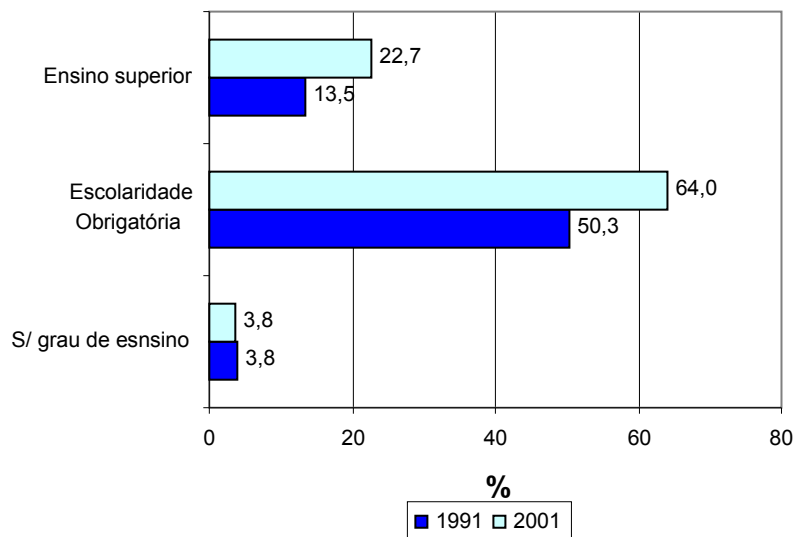
Percorrendo as freguesias do Concelho, verifica-se que é Oeiras e S. Julião da Barra que mais sobressai em qualquer dos graus de ensino, seguindo-se Linda-a-Velha, Algés e Paço de Arcos em situações similares, conjuntamente dos graus de ensino em análise. É interessante relacionar este grupo de freguesias com o respectivo papel que desempenham no território:

- Oeiras e S. Julião da Barra é Sede de Concelho e tem forte tradição neste domínio, no Concelho, uma vez que o Liceu de Oeiras foi, durante muitos anos, o único estabelecimento de ensino público da Linha de Cascais;
- As restantes freguesias mencionadas ou são directamente servidas pelo comboio ou pelo acesso à Auto-Estrada, e, por isso, foram desde há muito, especialmente atractivas para uma população profissional e culturalmente evoluída que procurava um território atractivo para viver.

Sobre esta base facilitadora de evolução têm-se acrescentado os resultados das políticas de ensino mais recentes que implicam um efeito multiplicador da qualificação da população em termos de ensino.

Entre 1991 e 2001, o total de residentes com ensino superior quase duplicou e a população com ensino obrigatório passou de 50% para 64%, mantendo-se a proporção de população sem grau de ensino.

Grau de ensino da população residente no Concelho de Oeiras - 1991 e 2001



Fonte: INE, Censos – 1991 e 2001

1.6 ESTRUTURA FAMILIAR

A **estrutura familiar** é como que uma mostra da organização social de uma comunidade, principalmente no que se refere à dimensão e tipo de família.

A primeira grande conclusão que se retira da análise da evolução da estrutura familiar, ao nível do concelho, é que se registou uma significativa diminuição da dimensão média da família, de 3,0 em 1991 para 2,6 em 2001. Os efeitos do decréscimo populacional reflectem-se na estrutura familiar, verificando-se nas freguesias de Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo uma acentuada diminuição da dimensão média da família, sendo esta última a que apresenta a menor dimensão média no concelho em 2001 (2,3).

Como consequência desta diminuição da dimensão média da família, as famílias numerosas, com 5 ou mais indivíduos, viram reduzida a sua importância na última década, assim como as famílias com 3 e 4 indivíduos. Pelo contrário, as famílias com 1 e 2 indivíduos aumentaram a sua representatividade, sendo importante salientar, tal como no resto do país, a crescente importância das famílias com uma só pessoa, que perfaziam 21,6% do total das 61.717 famílias do Concelho, em 2001.

Dimensão média da família nas freguesias do Concelho de Oeiras 2001

Freguesias	Indivíduos nas famílias clássicas N°	Famílias clássicas N°	Dimensão média da família (indivíduos nas famílias/famílias clássicas) N°
Algés	19.442	8.005	2,4
Barcarena	11.678	4.234	2,8
Carnaxide	21.327	7.481	2,9
Cruz Quebrada/Dafundo	6.558	2.891	2,3
Linda-a-Velha	21.839	8.449	2,6
Oeiras e São Julião da Barra	34.479	13.720	2,5
Paço de Arcos	23.082	9.142	2,3
Porto Salvo	13.691	4.640	3,0
Queijas	8.656	3.155	2,7
Concelho	160.752	61.717	2,6

Fonte: INE, Censos – 2001

Este facto prende-se, não só com o envelhecimento da população, mas também com a alteração dos comportamentos sociais como é o caso do aumento do número de indivíduos mais jovens que não constituem família ou que entram em processos que conduzem à respectiva dissolução.

Estrutura familiar nas freguesias do Concelho de Oeiras

Freguesias	Famílias Clássicas						Núcleos familiares		
	Total		Taxa de variação (1991 - 2001) (%)	c/ 1 ou 2 indivíduos 2001 (%)	5 ou mais indivíduos 2001 (%)	Proporção de famílias unipessoais de indivíduos 2001 (%)		Proporção de casais com filhos 2001 (%)	Proporção de monoparentais 2001 (%)
	1991	2001				Total	com 65 ou + anos		
Algés	7716	8005	3,7	59,0	5,1	25,1	11,7	56,14	14,8
Barcarena	2871	4234	47,5	44,5	6,6	15,3	5,4	65,82	12,8
Carnaxide	5234	7481	42,9	43,2	9,1	16,3	4,7	69,72	15,9
Caxias	-	2653	-	-	-	-	-	-	-
Cruz Quebrada/Dafundo	2984	2891	-3,1	64,0	4,1	31,2	13,3	53,2	16,6
Linda-a-Velha	8068	8449	4,7	51,3	5,2	20,5	6,9	63,12	16,4
Oeiras e São Julião da Barra	11236	13720	22,1	55,1	6,1	24,1	8,1	61,39	17,6
Paço de Arcos	6643 ¹	6489	-2,3 ¹	55,7 ¹	7,3 ¹	26,0 ¹	8,3 ¹	62,53 ¹	17,9 ¹
Porto Salvo	3367	4640	37,8	42,8	11,3	13,3	5,1	65,22	16,2
Queijas	3126	3155	0,9	44,5	5,7	14,4	6,0	64,13	12,5
Concelho	43529	61717	41,8	52,0	6,7	21,5	7,8	62,74	16,1

Fonte: INE, Censos – 1991 e 2001

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

A repartição das famílias nas freguesias do Concelho segue, como é natural, a repartição da população.

No que se refere à **variação**, são as freguesias mais envelhecidas que registam menores crescimentos ou mesmo decréscimos do número de famílias, para o que também contribuiu o Programa de Realojamento de famílias, implementado pela Autarquia, que implicou mudanças de residência, com eliminação das residências anteriores degradadas, muitas delas fazendo parte de bairros de barracas.

As freguesias que registaram taxas de variação mais positivas foram Carnaxide, Barcarena, Porto Salvo e Oeiras e S. Julião da Barra.

As famílias de menor dimensão predominam nas freguesias mais envelhecidas, caso de Cruz Quebrada/Dafundo, Algés, Paço de Arcos e Oeiras e S. Julião da Barra. As famílias mais numerosas predominam nas freguesias de Porto Salvo, Caxias e Carnaxide: nesta última e em Porto Salvo foram onde especialmente se procedeu ao realojamento de habitantes de bairros degradados.

As famílias unipessoais concentram-se principalmente nas freguesias do litoral e, destas, principalmente aquelas em que os indivíduos têm 65 ou mais anos, notoriamente Cruz Quebrada/Dafundo e Algés. Pelo contrário são as freguesias do interior do concelho que mais concentram os núcleos familiares com filhos, mesmo os monoparentais.

1.7 ENQUADRAMENTO NA GRANDE LISBOA

Na **distribuição geográfica** da população da GL distinguem-se Lisboa e Sintra como os concelhos mais populosos, detendo no seu conjunto 46% da população da região, em 2008. Segue-se o grupo dos concelhos Cascais e Loures, onde o peso da população total na GL não atinge os 19%. O concelho de **Oeiras**, representa 8,5% da população da GL.

Comparando as **taxas de variação** 2001/08, com as calculadas para 1991/08, **Oeiras** apresenta-se com um crescimento moderado, 14%, entre todos os concelhos da GL, principalmente se compararmos os comportamentos extremos dos dois concelhos mais populosos, Lisboa que decresce -26% e Sintra que cresce 71%, no mesmo período 1991/08.

Considerando a **evolução da população** entre 1991 e 2008, verifica-se que a GL viu a sua população aumentar 8%, encerrando este valor grandes diferenças entre os

concelhos: Sintra e Mafra registam os maiores aumentos, 71% e 62% respectivamente e com significados diferentes para cada um; Lisboa e Amadora perdem população, respectivamente -26% e 5%; **Oeiras** cresce moderadamente, 14%.

No que diz respeito à **densidade populacional**, os concelhos da GL dividem-se em quatro grupos:

- **Oeiras**, isola-se dos restantes grupos com 3.758 hab./Km²; ainda que este valor o coloque muito próximo do grupo de Lisboa, Odivelas e Amadora, constituindo, assim, um núcleo central da GL com densidades francamente urbanas;
- Lisboa, Odivelas e Amadora, registam os valores mais elevados, com mais de 5.000 hab./Km², sendo que o valor referente à Amadora ultrapassa o valor da capital, em 2008;
- Loures, Sintra e Cascais, situam-se entre os 1.152 hab./Km², para o primeiro e os 1.933 hab./Km² para o terceiro concelho, situando-se Sintra nos 1.396 hab./Km²;
- Mafra e Vila Franca de Xira registam os valores mais baixos, 243 hab./Km² para o primeiro e 447 hab./Km² para o segundo.

Considerando as **taxas demográficas** disponíveis – crescimento efectivo, natural e migratório, em 2008, a GL apresenta valores médios relativamente baixos para qualquer delas: **Oeiras** também apresenta valores baixos, ainda que mais altos do que a GL, sendo evidente que é o concelho que menos cresce na GL, fruto de baixas taxas, permanentes, de crescimento natural e migratório.

Na Grande Lisboa, em 2006, os concelhos onde se registaram mais pedidos de estatuto de residente, por população estrangeira foram Odivelas, Amadora, Loures e Lisboa, respectivamente 1,61%, 0,79%, 0,75% e 0,71%. **Oeiras** registou 0,36%, um valor moderado, sendo os registos menos significativos os referentes a Cascais, 0,16% e V. F. de Xira, 0,17%.

Entre 1991 e 2008, Vila Franca de Xira (-4,5%), Amadora (-4,3%) e Loures (-4,3%) foram os concelhos que perderam mais jovens. Amadora (8,8%), **Oeiras** (7,4%) e Loures (7,3%) foram os que ganharam mais idosos, ainda que todos os concelhos da GL tenham registado acréscimos neste grupo etário.

Entre 2001 e 2008, o **Índice de Envelhecimento** acentuou-se em quase todos os concelhos da GL, excepto em Cascais, Mafra e Lisboa que, no entanto, se destaca com o índice de envelhecimento mais elevado tanto em 2001 como em 2008. **Oeiras**, Amadora e Odivelas registam índices de envelhecimento superiores a 100, em 2008, enquanto que Sintra se destaca com o índice de envelhecimento mais baixo entre todos os concelhos da GL, 76, sendo, simultaneamente com Odivelas e Loures, um dos concelhos que registaram os maiores aumentos, ao nível deste Índice, entre 2001 e 2008.

Os **índices de dependência dos jovens (IDJ) e dos idosos (IDI)** são dois indicadores que traduzem os encargos que a população adulta, potencialmente activa, tem com estes dois grupos etários. O **IDJ**, em 2008, coloca Odivelas e Amadora no nível mais baixo da GL.

O **IDI** aumentou em todos os concelhos da Grande Lisboa, entre 2001 e 2008, registando-se os maiores acréscimos nos concelhos da Amadora e Odivelas (superiores a 5%) e os menores em Lisboa, 2,5%, embora com o maior IDI da GL nas duas datas. **Oeiras** apresenta valores moderados e próximos da média da GL, tendo registado um aumento de 4,8%. O **IDT**, só com cálculos para 2008, regista os valores mais altos em Lisboa, 62%, e os mais baixos em V. F. de Xira e Odivelas, ambos os concelhos com valores de 44%. Em **Oeiras** o IDT é moderado, 50%.

Quanto ao **Índice de Renovação da População em Idade Activa (IRPIA)**, que traduz o potencial da população activa jovem face à população activa em grupos etários mais elevados, considerando a evolução entre 2001 e 2008, verifica-se um decréscimo médio entre 30 e 40 pontos percentuais na maioria dos concelhos da GL; **Oeiras** regista o mais baixo potencial de renovação da população activa da GL, em 2008.

Índices Demográficos (%) dos Concelhos da Grande Lisboa

Zona geográfica	Índice envelhecimento ¹		Índice de dependência de jovens ²		Índice de dependência de idosos ³		Índice de dependência total		Índice de renovação da população em idade activa ⁴	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Grande Lisboa	107,3	110,7	21,1	24,0	22,7	26,6	-	50,5	136,6	92,7
Amadora	93,8	116,4	20,9	22,2	19,6	25,9	-	48,1	126,6	92,3
Cascais	99,8	99,7	21,6	25,6	21,6	25,5	-	51,1	129,8	90,8
Lisboa	203,3	172,2	17,9	22,8	36,4	39,2	-	62,0	111,2	86,7
Loures	77,4	98,5	22,0	22,9	17,0	22,6	-	45,5	137,3	95,2
Mafra	96,8	95,5	23,5	27,6	22,7	26,3	-	53,9	140,3	111,5
Odivelas	81,0	105,3	20,1	21,4	16,3	22,5	-	43,9	138,8	90,2
Oeiras	106,4	115,9	19,6	23,1	20,9	26,8	-	50,0	129,5	79,6
Sintra	56,5	75,9	25,3	26,3	14,3	20	-	46,3	190,6	101,1
Vila Franca de Xira	66,9	82,3	22,8	23,9	15,2	19,6	-	43,5	175,5	102,6

Fonte: INE, Censos – 2001 e Estimativas Anuais da População Residente – 2008

Notas:

¹ Quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos

² Quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos

³ Quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos

⁴ Quociente entre o número de pessoas com 20 e 29 anos e número de pessoas com idades compreendidas entre 55 e 64 anos

No contexto da GL, o Concelho de **Oeiras** distingue-se por apresentar um **maior grau de instrução** já que aqui se regista a menor percentagem de população analfabeta, 3,8%, em simultâneo com as maiores percentagens de população com a escolaridade obrigatória, 64%, e com ensino superior, 22,7%).

Entre 1991 e 2001, a **distribuição das famílias** entre os concelhos na GL anda a par com a distribuição da população residente, como seria de esperar. É de salientar o registo do decréscimo de núcleos familiares com filhos, em todos os concelhos da GL, entre os dois momentos censitários, valendo, este decréscimo, no conjunto -7,2%.

Oeiras não perde famílias entre 1991 e 2001 – o crescimento é de 20%; detém 21,5% de famílias unipessoais, em 2001, valor similar à Amadora e o segundo mais alto da GL; no que se refere a casais com filhos, faz parte do grupo de concelhos que apresenta menor proporção deste tipo de família, pouco mais de 60%, com Amadora, Cascais e Mafra; nos monoparentais apresenta o maior peso a seguir a Lisboa.

1.8 ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE

Nesta fase, é possível fazer um diagnóstico comparativo e diferenciado acerca da situação actual ao nível do crescimento demográfico. No entanto, a instabilidade nas vertentes económico-social e dos comportamentos demográficos, contribuem para um plano incerto no futuro.

Através da extrapolação de estudos demográficos elaborados a outros níveis de desagregação geográfica, da análise comportamental das componentes demográficas e das tendências de crescimento urbanístico, perspectivou-se a população no concelho de Oeiras, utilizando 2 métodos de cálculo:

1 – Método do peso do concelho de Oeiras no PROTAML

Este método consiste, na extrapolação da população prevista em 2021, no âmbito da revisão do PROTAML

Consideram-se os seguintes pressupostos:

A população do cenário mais desejável, cenário de antecipação, na Unidade Territorial 3 (UT3), prevista para 2021.

Parte-se do princípio que o peso da população no concelho de Oeiras de 2001, na UT3, manter-se-á até 2021.

Estimativa Populacional no Concelho de Oeiras PROTAML

Concelhos	População 2001		População 2021
	Nº	%	Nº
Cascais	170 683	12,9	196352
Loures	199 059	15,0	228995
Oeiras	162 128	12,2	186510
Sintra	363 749	27,4	418453
Vila Franca de Xira	122 908	9,3	141392
Amadora	175 872	13,2	202321
Odivelas	133 847	10,1	153976
UT3	132 8246	100,0	152 8000

Fonte: INE - Censos População 2001
PROTAML - Revisão, 2010 – Cenários Demográficos

Segundo esta metodologia, espera-se em 2021 uma população de cerca de **186 510** habitantes.

A adopção do critério da repartição da população no espaço, poderá ser bastante discutível do ponto de vista metodológico. A delimitação da UT3 não corresponde exactamente à delimitação dos respectivos concelhos e a análise retrospectiva das tendências demográficas num passado recente, foi muito diferente entre os concelhos desta unidade territorial.

2 – Método do nº de fogos com alvará aprovado, atendendo à continuidade da evolução das taxas de crescimento natural

Este método consiste em perspectivar a população a partir do nº de fogos aprovados em alvará, tendo em atenção o ritmo de concretização/ocupação desses fogos e à continuidade do crescimento natural da população. Para este cálculo considerou-se uma população aberta, com os seguintes pressupostos:

- Manutenção do **crescimento natural** de 2009, de 0,32%
- **As migrações** dependeriam de factores territoriais e económicos, neste caso, da oferta habitacional do concelho de acordo com os fogos a habitar aprovados e a concretizar em 2020.
- Os fogos irão manter a **ocupação de residência habitual** de 2001, 78.82%
- **O número médio de indivíduos por habitação** de 2.158, conforme o último Censo.

Estimativa populacional nas freguesias do concelho de Oeiras

Cenário Tendencial

Freguesias	População 2001	População 2009	População 2020
Algés	19542	20747	21509
Barcarena	11847	13334	14171
Carnaxide	21354	22968	24065
Caxias	7720	8206	8480
Cruz Quebrada/Dafundo	6591	6992	7226
Linda-a-Velha	21952	22580	23437
Oeiras e S. Julião da Barra	34851	36142	37628
Paço de Arcos	15776	16291	16959
Porto Salvo	13724	14880	16327
Queijas	8771	9221	9567
Concelho	162128	171404	179368

Fonte: INE – Censos População, 2001; GDM e DPGU/CMO, 2009 e 2020

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



O INE estimou a população no concelho de Oeiras para 2009, em **172 610** habitantes. É um valor muito próximo ao estimado por este método em 2009, **171 404**, o que assegura a viabilidade de utilizarmos esta metodologia para perspectivar a população no horizonte temporal do PDM.

Nestes termos, a população residente no concelho de Oeiras num **Cenário Tendencial**, rodará os de **179 300** habitantes, em 2020

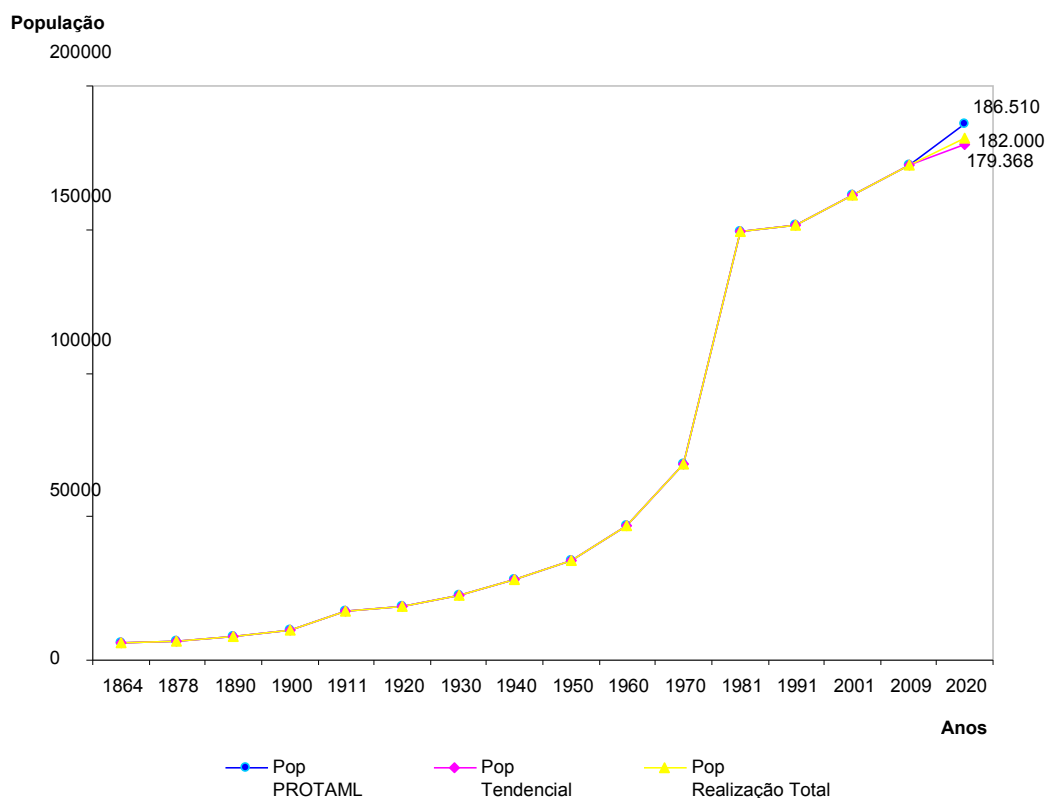
Se considerarmos os mesmos pressupostos deste último método, com a **concretização e ocupação total** dos fogos aprovados neste concelho, em 2020 a população prevista será de **182 000** habitantes – **Cenário de Realização Total**

Este segundo método, vem confirmar que é pouco provável que o concelho em 2020, apresente um valor superior ao valor extrapolado a partir do estudo de revisão do PROTAML, ou seja, cerca de **186 000 habitantes**.

Sintetizou-se a evolução populacional de forma gráfica, expondo as duas metodologias e os três cenários populacionais: PROTAML, Tendencial e Realização Total:

Evolução da população residente no concelho de Oeiras

1864 a 2020



Fonte: INE – Recenseamentos População; PROTAML e GDM e DPGU/CMO, 2009 e 2020

1.8.1 ANÁLISE COMPARATIVA – PDM EM VIGOR / REVISÃO PDM

Elaborou-se um quadro síntese, onde se resume as metodologias e resultados obtidos a partir das estimativas/projecções da população do PDM elaborado em 1994 e diagnosticadas no processo de revisão.

Documento/Ano		Metodologia Adoptada	Habitante/Alojamento	População Estimada	Desvio População Estimada/População e Recenseamento
PDM	1994	1989 - nº de Contadores de água domésticos =fogo ocupado 2000 - Pop.1988 e fogos previstos em Plano (80% de res. habitual, 1981)	3,125 (Inquérito SMAS/CMO)	183 000 (1988) 237 000 (2000)	20,9%(31 658) 46,2%(74 876)
	2010	2009 e 2020 nº de fogos aprovados em alvará e ritmo de concretização/ocupação (crescimento natural de 2009 e % 80 de res habitual e 2001)	2,16	171 404 (2009) 179 300 (2020)	Censos 2011 (?) -
Recenseamento População	1981	-	2,86	149 328	-
	1991		2,34	151 342	
	2001		2,16	162 128	

Fonte: GDM/CMO, 2010

As estimativas/projecções efectuadas no PDM de 1994, sobrestimaram largamente o crescimento populacional, comparando com os dois últimos momentos censitários. O desvio de população estimada em 1988 relativamente ao Censo de 1991 foi de **20,9%** e o desvio de população prevista no horizonte do Plano relativamente ao valor do último Censo foi de **46,6%**

Atendendo aos pressupostos utilizados para os respectivos cálculos, verifica-se que:

- O peso de alojamentos/fogos destinados a habitação permanente manteve o mesmo valor, 80%, nos dois últimos recenseamentos.
- O coeficiente habitante/ alojamento utilizado para estimar a População Base, em 1988 foi de 3,16. Este indicador foi de 2,86 em 1981, 2,34 em 1991 e de 2,16 em 2001.

A principal razão, encontrada no registo dos desvios das estimativas/projecções populacionais relativamente à evolução tendencial registada, nos Censos, foi o facto de ter sido aplicado um valor habitante/alojamento demasiado empolado, **3,16**. O

ponto de partida para projectar a população no horizonte do Plano já estava sobrestimado.

Por outro lado, no conjunto do nº de fogos/contadores água domésticos, admitiu-se a existência de alguns contadores de água, que eram utilizados no grupo de consumidores industriais/comerciais.

A combinação destes dois factores e o facto da data da elaboração dos estudos do PDM em vigor, estar muito afastado do momento censitário não contribui para a obtenção de valores mais prováveis. O aumento da amplitude do horizonte temporal diminui a qualidade dos dados e a credibilidade dos resultados.

1.9 SÍNTESE E PERSPECTIVA

A primeira grande conclusão a que se chegou é a **estabilização do concelho de Oeiras** em relação à área Metropolitana de Lisboa, num contexto de **crescimento regulado**. Oeiras tenderá a manter o comportamento das variáveis microdemográficas do conjunto da Grande Lisboa

O crescimento natural tendencialmente aproxima-se do **0**, o que implica o concelho de Oeiras estar inteiramente dependente da componente migratória, sendo esta variável a menos previsível.

Em termos do **comportamento estrutural** é de realçar a continuidade do fenómeno do **envelhecimento abrupto** da população e o decréscimo da população activa jovem face à população activa nos grupos mais elevados

A continuidade **atomização da família**, ou seja, a fragmentação constitui uma realidade emergente

Oeiras distingue-se na sua região metropolitana no **maior grau de instrução** dos seus habitantes, associado a um **nível socioeconómico superior**.

Face à variabilidade das tendências demográficas, a construção dum modelo prospectivo, torna-se complexa, sendo cada vez mais difícil optar por uma metodologia. A avaliação de estimativas e projecções já realizadas contribui para a selecção de opções metodológicas

Lida-se com uma população aberta cujo **crescimento populacional** global e estrutural dependerá essencialmente da **estratégia de desenvolvimento socioeconómico e**

territorial adoptada neste concelho e deverão ser novamente equacionadas na fase de proposta do PDM, atendendo ao crescimento urbanístico induzido, como resultado das opções estratégicas de ordenamento do território.

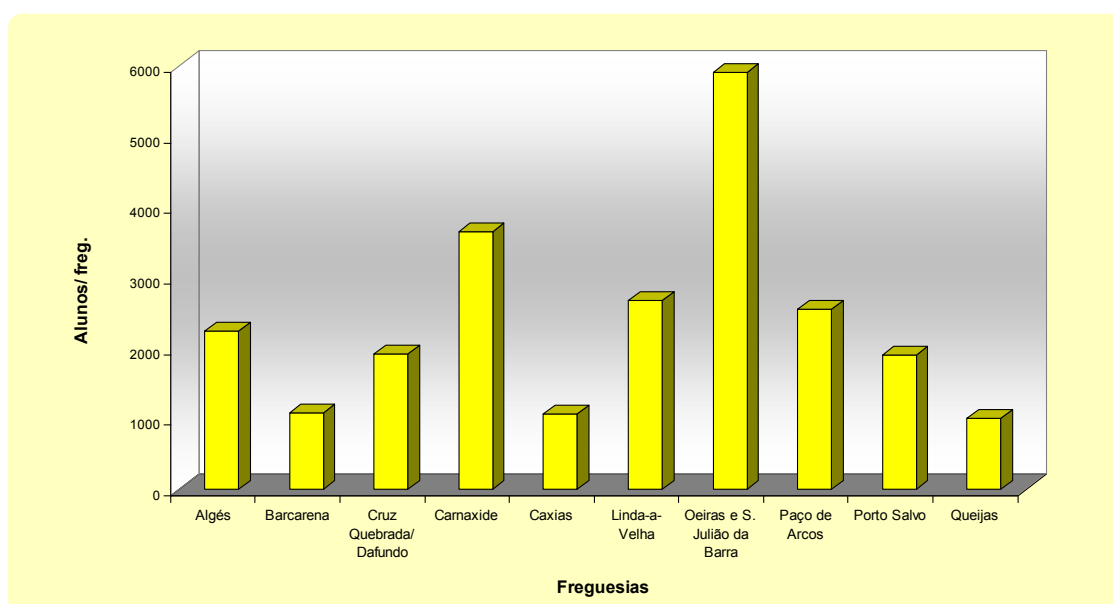
2. SOCIEDADES E EQUIPAMENTOS

2.1 EDUCAÇÃO

2.1.1 A POPULAÇÃO ESCOLAR E AS ESCOLAS NO CONCELHO DE OEIRAS

No Concelho de Oeiras existem **127 Escolas** activas, no ano escolar 2006-07, desde o nível **Jardim-de-Infância** até ao **Secundário**, sendo **55 Públicas, 43 Privadas e 29 IPSS** (Instituições Particulares de Solidariedade Social). No conjunto destas Escolas funcionam **162 ofertas ou níveis de ensino** diferenciados.

A frequência global, no corrente ano escolar de **2006/2007**, atinge o total de **23.961 alunos, 76%** da qual referida às **Escolas Públicas**. É a Freguesia de Oeiras que detém o maior número de alunos, **5.904**, ou seja, **25%** do total; a Freguesia de **Queijas** é a que tem menos alunos, **999**, ou seja, **4%** do total concelhio.



Fonte: DREL / DE, GDM da CMO, 2007

Total de alunos no Concelho de Oeiras, por tipo e nível de ensino

FREGUESIA	R. PÚBLICA	IPSS	R. PRIVADA	TOTAL	Ensino Recorrente	%
OEIRAS e S. JULIÃO DA BARRA	4841	383	680	5904	359	25%
PAÇO de ARCOS	1924	303	318	2545	279	11%
CAXIAS	708	312	40	1060		4%
CRUZ QUEBRADA/ DAFUNDO	651	66	1198	1915		8%
ALGÉS	2009	179	60	2248	366	9%
LINDA-a-VELHA	2158	97	413	2668		11%
CARNAXIDE	3058	303	283	3644		15%
QUEIJAS	600	117	282	999		4%
BARCARENA	616	188	278	1082		5%
PORTO SALVO	1519	231	146	1896		8%
TOTAL	18084	2179	3698	23961	1004	100%

Fonte: DREL / DE, GDM da CMO, 2007

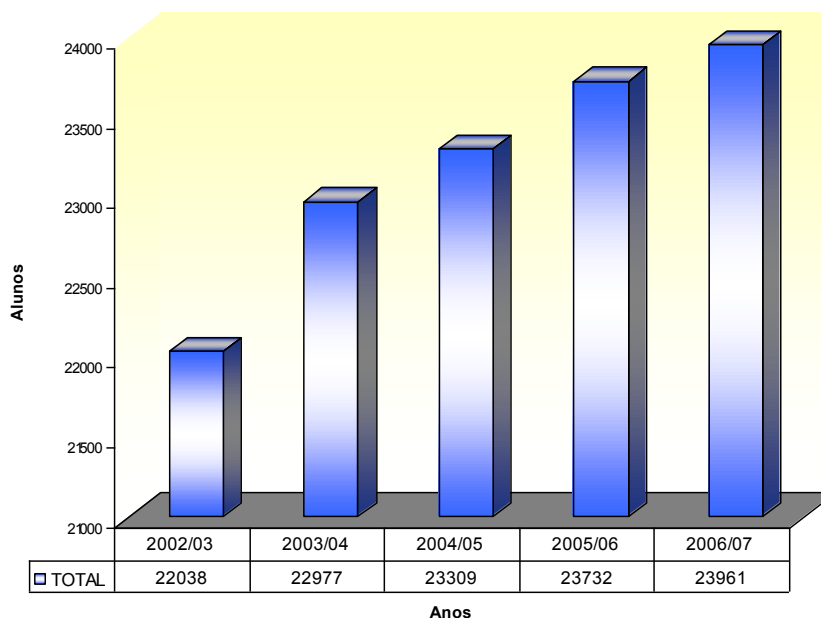
No cômputo geral do Concelho verifica-se uma *frequência* média de **189 Alunos/Escola**, média que encobre naturalmente grandes disparidades, devidas à diferença entre os níveis de ensino e à dimensão dos Projectos-Tipo das Escolas. Por nível de ensino oferecido nas escolas, a frequência é de **148 alunos** em 2006/2007:

Frequência média/níveis de ensino nas escolas do Concelho, 2006/07, por Ciclo

Freguesia	Jardim Infância		1º ciclo		2º/3º ciclos		Secundário		Total	
	Ens.	Al/Ens.	Ens.	Al/Ens.	Ens	Al/Ens.	Ens	Al/Ens.	Ens.	Al/Ens.
Oeiras	18	55	8	163	3	722	2	725	31	190
Paço de Arcos	7	74	5	115	2	437	1	581	15	170
Caxias	4	59	3	92	1	407			8	133
Cruz Q/Dafundo	4	101	4	124	2	440	1	137	11	174
Algés	6	55	2	205	2	435	1	640	11	204
Lin.-a-Velha	9	46	4	163	2	247	2	553	17	157
Carnaxide	11	59	4	124	3	393	1	356	19	165
Queijas	8	55	6	157	1	586			15	100
Barcarena	12	42	6	97					18	60
Porto Salvo	9	48	6	112	1	623	1	172	17	112
Concelho	88	56	48	133	17	475	9	493	162	148

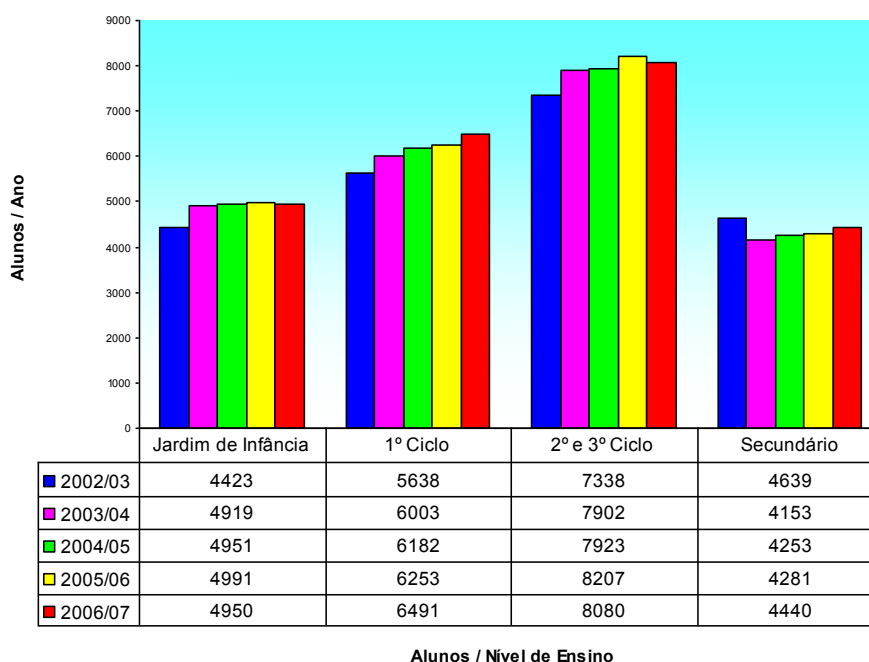
Fonte: DREL / DE, GDM da CMO, 2007

TOTAL de ALUNOS no CONCELHO de OEIRAS de 2002/03 a 2006/07 nas Redes Pública, IPSS e Privada



Fonte: DREL / DE, GDM da CMO, 2007

Total de Alunos no Concelho de Oeiras de 2002/03 a 2006/07 por Níveis de Ensino nas Redes Pública, IPSS e Privada



Fonte: DREL / DE, GDM da CMO, 2007

Dos **23.961** alunos registados em **2006/2007**, nas Escolas do Sistema Educativo do Concelho de Oeiras, **21%** correspondem ao **Jardim-de-Infância**, **27%** ao **1º Ciclo**, **34%** aos **2º e 3º Ciclos** e **18%** ao **Secundário**. Acrescem a estes totais os referentes ao **Ensino Recorrente**, 1004 alunos em 2006/07.

Considerando a **evolução do total de alunos** nos últimos 5 anos, 2002/03 a 2006/07, verifica-se que houve um **aumento de 9%** neste período, embora diferentemente reflectido pelos Níveis de Ensino disponíveis nas Escolas do Concelho.

O número de alunos em **Jardim-de-Infância** tem-se mantido sempre **inferior** ao número de alunos dos outros ciclos do Básico, sendo ligeiramente superior, em média dos 5 anos, ao total de alunos do Secundário, 11%; em média, tem cerca de **20% menos que no 1º Ciclo, e cerca de 40% menos que nos 2º e 3º Ciclos**.

Esta situação pode não indiciar quebra na população mais jovem por razões que se prendem directamente com o envelhecimento da população, ainda que este fenómeno seja uma realidade no concelho, mas reflectir opções escolares fora do âmbito da oferta do concelho, nomeadamente de ensino privado nos concelhos vizinhos.

Por outro lado, uma parte da população activa de Oeiras, cerca de 50%, não trabalha no concelho e, como acontece sempre em concelhos afectados pelos movimentos pendulares, pode optar por ter as crianças mais novas e mais dependentes, mais próximo do local de emprego do que do local de residência.

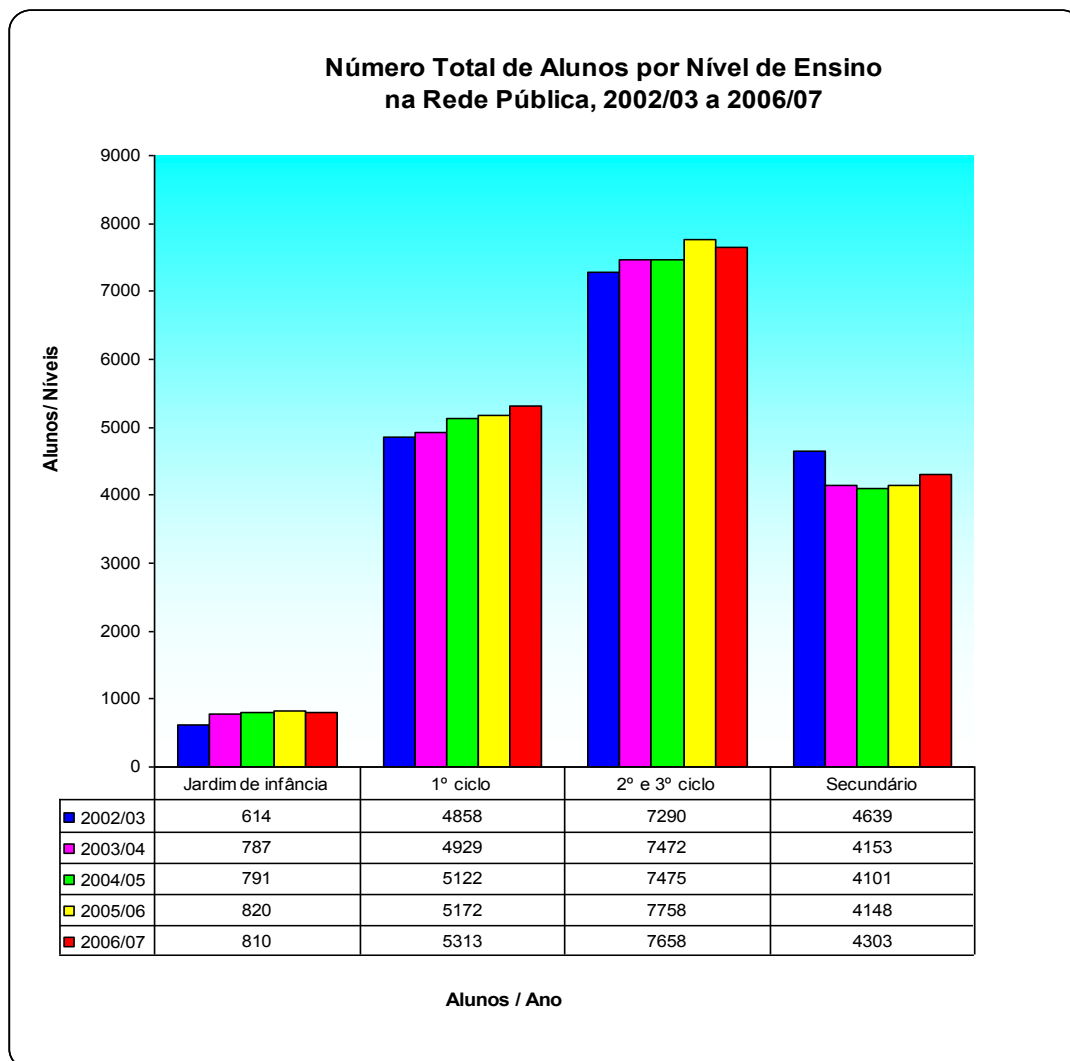
Em contrapartida, os activos que entram diariamente no concelho para trabalharem, o equivalente a cerca de 40% da população activa residente, são previsivelmente mais novos que os que saem, decorrendo daqui uma maior procura potencial neste nível de ensino, a qual pode compensar alguma perda da procura por parte dos residentes.

Em qualquer caso podemos contar, **num futuro a 10 anos** (percurso do Ensino Básico), com a **probabilidade de uma quebra no número de alunos esperados nas escolas de todos os ciclos escolares, entre 20 e 40%**, conforme nos referimos ao 1º Ciclo ou ao 2º/3º Ciclos, tendo como base exclusiva os dados sobre a população escolar do Concelho nos últimos 5 anos. Estas quebras podem ser esbatidas se a oferta escolar do Concelho melhorar e se a população residente rejuvenescer.

A quebra entre o 2º/3º Ciclos e o Secundário, mais de 80% em média no período em análise, evidencia, em parte, a saída precoce do sistema, e também a quebra demográfica no Concelho, desde 1981, nas classes etárias mais jovens.

EVOLUÇÃO RECENTE DO TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS ANUALMENTE

• REDE PÚBLICA

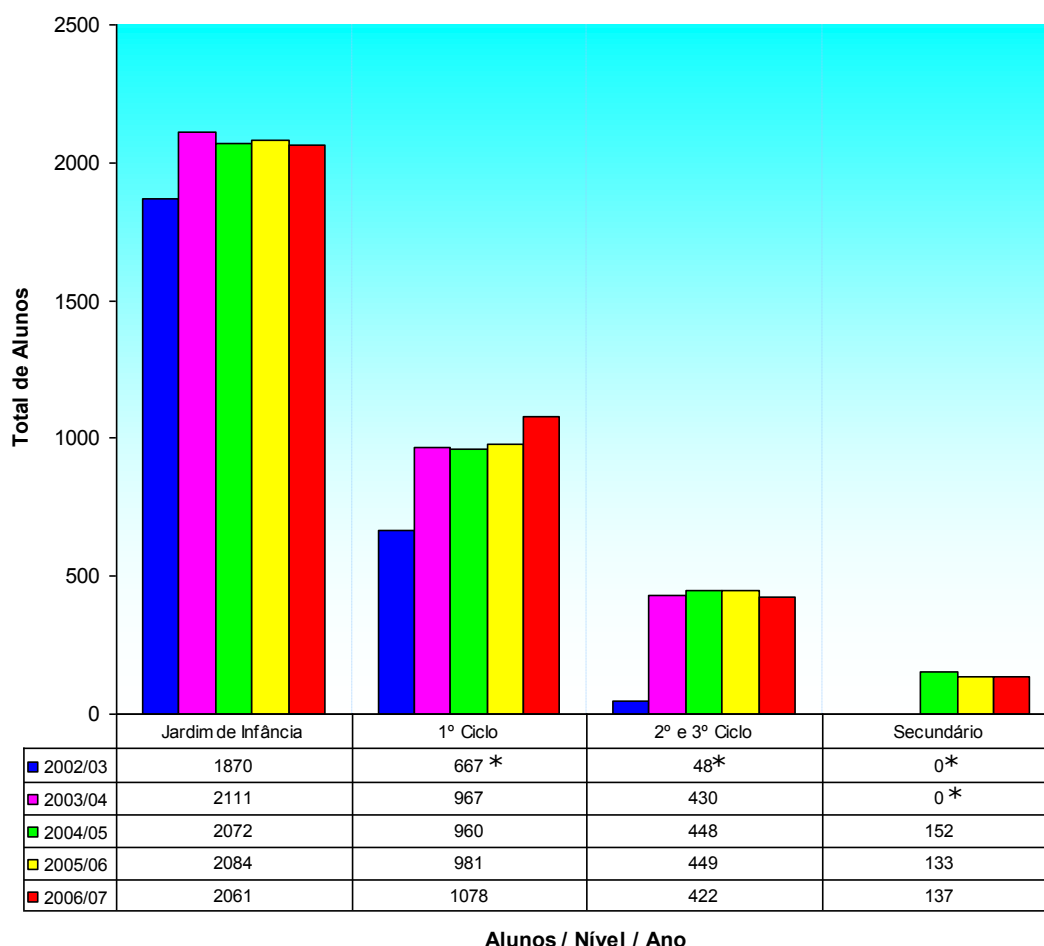


Na análise da evolução recente da frequência de alunos na Rede Pública é evidente o pouco significado do nível Jardim-de-Infância, situação decorrente da fraca oferta existente no Concelho, neste Nível de Ensino. É provável que esta situação também explique uma parte da baixa frequência no 1º Ciclo relativamente aos 2º/3º Ciclos: cerca de 45% menos.

Verifica-se também ganho de frequência anual em todos os restantes níveis de ensino da Rede Pública, com excepção do ensino Secundário: 1º ciclo, 9%; 2º e 3º ciclos, 5%; Secundário, -7%.

• REDE PRIVADA

Número Total de Alunos por Nível de Ensino na Rede Privada, 2002/03 a 2006/07



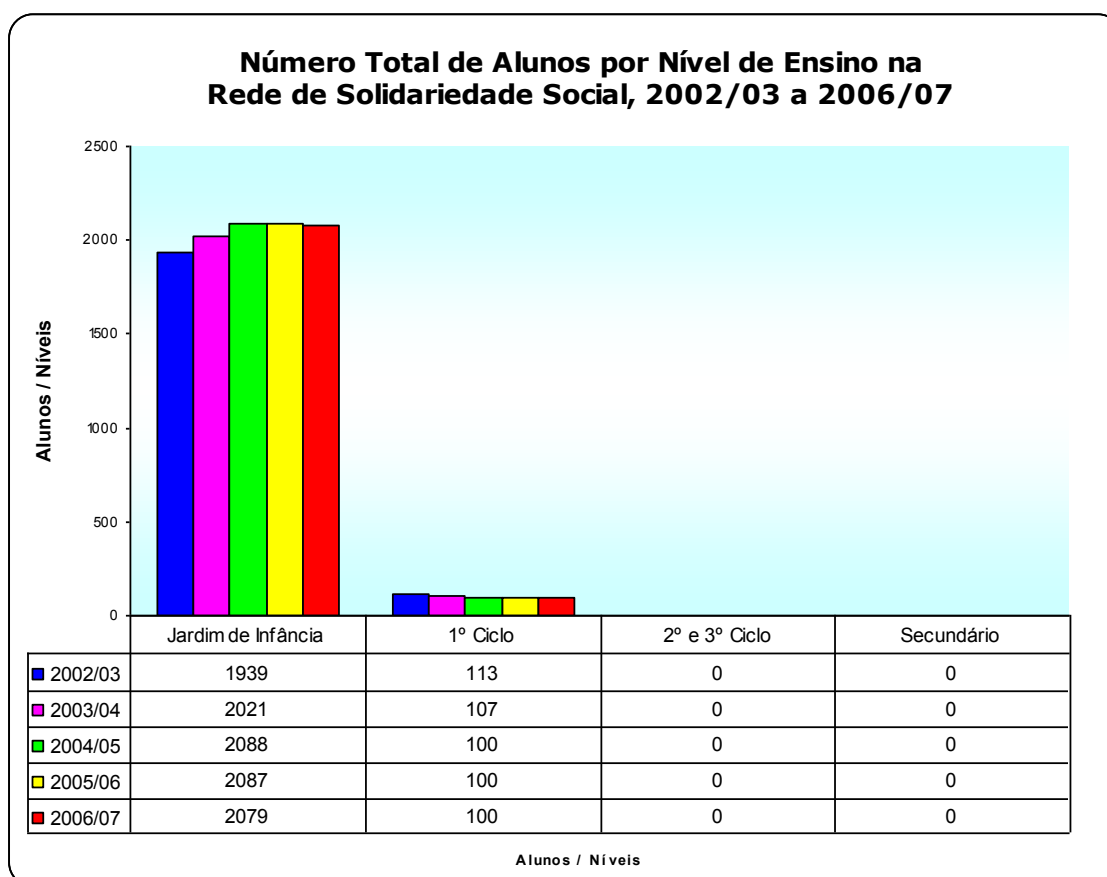
* - Sem Dados do Instituto Espanhol

Na Rede Privada de Escolas é evidente a importância do nível Jardim-de-Infância, 3.698 alunos em 2006/07, **56% do total da frequência das escolas da Rede Privada do Concelho com sistemas de ensino oficializado.**

Esta frequência do nível Jardim-de-Infância é mais do dobro da que se verifica na Rede Pública, com **crescimento de 10%**, entre 2002/03 e 2006/07.

Os restantes níveis de ensino pesam pouco, mesmo o 1º Ciclo onde a frequência é mais importante, não deixando de ser 20% da que se verifica na Rede Pública.

• INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL



As escolas do concelho que fazem parte da Rede de IPSS, Instituições Particulares de Solidariedade Social, incluem principalmente Jardins-de-Infância.

A frequência destas Escolas e deste Nível de Ensino representa quase o triplo da frequência da Rede Pública, sendo também superior à da Rede Privada. O crescimento, no período em análise, tem sido gradual e fraco com excepção do ano lectivo 2006/07 em que há uma ligeira quebra, pelo que a representatividade do sector pode-se classificar como estacionária. Já o 1º Ciclo é muito pouco representativo e também quase estacionário, em número de alunos.

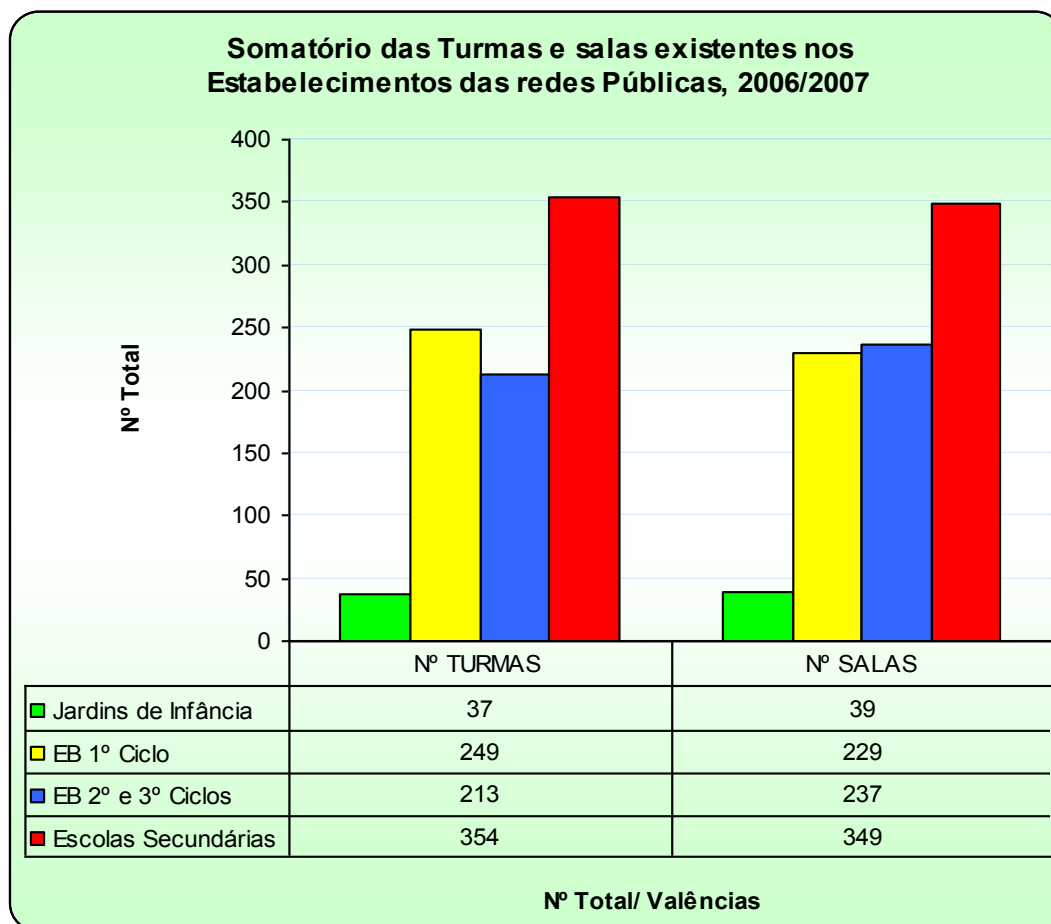
RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Nº de alunos por nível de ensino e por Freguesia em 2006/07

FREGUESIA	Níveis de Ensino nas Escolas	TOTAL DE ALUNOS			TOTAL	
		PÚBLICO	PRIVADO	IPSS		
OEIRAS						
	Pré-Escolar	18	112	491	383	986
	1º Ciclo	8	1113	189		1302
	2º Ciclo	2	1058			1609
	3º Ciclo	2	551			
	3º Ciclo no Secundário	1	595			2366
	Secundário	2	1771			
		29	5200	680	383	6263
PAÇO D' ARCOS						
	Pré-Escolar	7	40	174	303	517
	1º Ciclo	5	429	144		573
	2º Ciclo	1	199			386
	3º Ciclo	1	187			
	3º Ciclo no Secundário	1	531			1348
	Secundário		817			
		14	2203	318	303	2824
CAXIAS						
	Pré-Escolar	4	25	40	212	277
	1º Ciclo	4	276		100	376
	2º Ciclo	1	164			407
	3º Ciclo	1	243			
	3º Ciclo no Secundário					
	Secundário					
		10	708	40	312	1060
CRUZ -QUEBRADA						
	Pré-Escolar	4	36	302	66	404
	1º Ciclo	4	115	379		494
	2º Ciclo	2	266	147		880
	3º Ciclo	2	234	233		
	3º Ciclo no Secundário					
	Secundário	1		137		137
		13	651	1198	66	1915
ALGÉS						
	Pré-Escolar	6	90	60	179	329
	1º Ciclo	2	409			409
	2º Ciclo	1	343			417
	3º Ciclo	1	74			
	3º Ciclo no Secundário	1	508			1459
	Secundário		951			
		10	2375	60	179	2614
LINDA-A-VELHA						
	Pré-Escolar	9	50	271	97	418
	1º Ciclo	4	552	100		652
	2º Ciclo	1		42		42
	3º Ciclo					
	3º Ciclo no Secundário	1	451			1556
	Secundário	2	1105			
		15	2158	413	97	2668
CARNAXIDE						
	Pré-Escolar	12	208	185	303	696
	1º Ciclo	5	855	98		953
	2º Ciclo	2	529			899
	3º Ciclo	2	370			
	3º Ciclo no Secundário	1	281			637
	Secundário		356			
		20	2599	283	303	3185
QUEIJAS						
	Pré-Escolar	7	115	159	117	391
	1º Ciclo	5	358	123		481
	2º Ciclo	1	323			586
	3º Ciclo		263			
	3º Ciclo no Secundário					
	Secundário					
		13	1059	282	117	1458
BARCARENA						
	Pré-Escolar	12	70	244	188	502
	1º Ciclo	6	546	34		580
	2º Ciclo					
	3º Ciclo					
	3º Ciclo no Secundário					
	Secundário					
		18	616	278	188	1082
PORTO SALVO						
	Pré-Escolar	9	64	135	231	430
	1º Ciclo	6	660	11		671
	2º Ciclo	1	319			
	3º Ciclo	1	304			795
	3º Ciclo no Secundário	1	172			
	Secundário					
		18	1519	146	231	1896
TOTAL		160	19088	3698	2179	24965

0 - Não há dados

Estabelecimentos de ensino público onde se incluem os alunos do ensino recorrente



TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

A **Taxa de Escolarização** é um dos indicadores necessários e interessantes para aferir os resultados obtidos para a população em idade escolar, no sistema educativo local. A análise sucinta que se segue é feita para todas as escolas do Concelho, Públicas, Privadas e IPSS, e para as Freguesias, desagregação territorial para a qual existe disponibilidade do total de população na idade escolar do nível escolar em causa.

Considerou-se a **Taxa de Escolarização Bruta*** e a **Taxa de Escolarização Líquida****:

- 1 – Relativamente ao nível **Jardim de Infância** estes indicadores não têm significado.
- 2 – No nível **Básico, 1º Ciclo**, os casos em que as Taxas de Escolarização são superiores a 100% indiciam uma atractividade das escolas para além da procura da

própria freguesia: **Cruz Quebrada/Dafundo** é o caso mais notório por via do Instituto Espanhol aí localizado; noutros casos, os valores elevados das Taxas referem-se à procura na proximidade dos locais de trabalho.

3 – Para os 2º e 3º Ciclos do Básico os elevados valores de Taxas de Escolarização, só se mantêm em **Cruz Quebrada/Dafundo**; na maioria das freguesias dominam valores muito baixos de Taxas de Escolarização, como no caso de **Porto Salvo e Linda-a-Velha**; aliás, só são superiores a 50% nas freguesias de **Oeiras e Queijas**.

4 – No caso do Secundário, a variação entre as freguesias é muito acentuada: **Linda-a-Velha, Oeiras e Algés** apresentam os valores mais elevados, pela qualidade da oferta e/ou pela acessibilidade; **Porto Salvo** volta a apresentar o valor mais baixo.

Grupos Funcionais Escolares por Freguesia em 2001

Grupos Funcionais	Concelho	Barcarena	Carnaxide	Oeiras e São Julião da Barra	Paço de Arcos	Algés	Cruz Quebrada/Dafundo	Linda-a-Velha	Porto Salvo	Queijas
3-5 anos	4349	350	667	945	615	472	174	534	407	185
Total	4349	350	667	945	615	472	174	534	407	185
6-9 anos	5902	477	903	1263	951	578	180	693	602	255
Total	5902	477	903	1263	951	578	180	693	602	255
10-11 anos	3076	251	482	617	473	284	106	395	322	146
12-14 anos	4585	346	769	893	714	407	128	563	530	235
Total	19465	1551	3057	4036	3089	1847	594	2344	2056	891
15-17 anos	5270	405	866	968	822	499	155	655	654	246
Total	5270	405	866	968	822	499	155	655	654	246
Total G Func	34986	2783	5493	7212	5477	3396	1103	4226	3719	1577
População Residente	162128	11847	21354	34851	23496	19542	6591	21952	13724	8771

Fonte - I.N.E., Censos 2001/G.D.M.

Nota - A freguesia de Paço de Arcos inclui a Freguesia de Caxias

- **Taxa de Escolarização Bruta:** relação entre nº de alunos matriculados, em todos os tipos de ensino, e a população escolar residente no grupo etário correspondente
- **Taxa de Escolarização Líquida:** a mesma relação, descontadas as retenções e os abandonos do nº de alunos, só contabilizada para o ensino público

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Freguesia	Valência	Tx de Escolarização Bruta Global					Tx Esc Líquida 2006/07
		Tx_Esc 2002/03	Tx_Esc 2003/04	Tx_Esc 2004/05	Tx_Esc 2005/06	Tx_Esc 2006/07	
Oeiras	Jardim de infância	94.0%	104.1%	109.9%	114.6%	104.3%	100.0%
	1º ciclo	108.1%	103.7%	103.2%	101.3%	103.1%	88.4%
	2º e 3º ciclo	55.3%	57.0%	55.5%	57.2%	53.7%	53.7%
	secundário	149.9%	136.0%	134.7%	141.0%	149.7%	110.8%
Freguesia	Valência	Tx_Esc 2002/03	Tx_Esc 2003/04	Tx_Esc 2004/05	Tx_Esc 2005/06	Tx_Esc 2006/07	Tx_Esc 2006/07
Paço de Arcos *	Jardim de infância	111.9%	129.6%	130.1%	126.7%	129.1%	100.0%
	1º ciclo	87.4%	83.1%	85.0%	92.2%	99.8%	68.0%
	2º e 3º ciclo	45.7%	43.8%	42.6%	42.4%	41.5%	33.0%
	secundário	84.4%	72.0%	75.9%	68.9%	70.7%	45.5%
Freguesia	Valência	Tx_Esc 2002/03	Tx_Esc 2003/04	Tx_Esc 2004/05	Tx_Esc 2005/06	Tx_Esc 2006/07	Tx_Esc 2006/07
Carnaxide	Jardim de infância	91.6%	89.5%	94.3%	96.9%	97.6%	100.0%
	1º ciclo	92.9%	93.0%	95.0%	98.6%	105.5%	82.3%
	2º e 3º ciclo	44.7%	45.9%	44.0%	43.1%	38.6%	36.4%
	secundário	67.9%	60.4%	52.9%	50.8%	41.1%	35.7%
Freguesia	Valência	Tx_Esc 2002/03	Tx_Esc 2003/04	Tx_Esc 2004/05	Tx_Esc 2005/06	Tx_Esc 2006/07	Tx_Esc 2006/07
Cruz Quebrada	Jardim de infância	110.3%	220.1%	227.6%	232.8%	232.2%	100.0%
	1º ciclo	62.8%	238.3%	254.4%	265.0%	274.4%	53.3%
	2º e 3º ciclo	95.3%	156.1%	154.7%	152.7%	148.1%	75.6%
	secundário	0.0%	0.0%	98.1%	85.8%	88.4%	
Freguesia	Valência	Tx_Esc 2002/03	Tx_Esc 2003/04	Tx_Esc 2004/05	Tx_Esc 2005/06	Tx_Esc 2006/07	Tx_Esc 2006/07
Barcarena	Jardim de infância	195.7%	193.7%	157.7%	158.6%	143.4%	100.0%
	1º ciclo	118.2%	122.4%	125.2%	116.4%	121.6%	101.9%
	2º e 3º ciclo						
	secundário						
Freguesia	Valência	Tx_Esc 2002/03	Tx_Esc 2003/04	Tx_Esc 2004/05	Tx_Esc 2005/06	Tx_Esc 2006/07	Tx_Esc 2006/07
Porto Salvo	Jardim de infância	81.3%	89.4%	96.6%	99.0%	105.7%	100.0%
	1º ciclo	103.2%	106.0%	109.1%	106.6%	111.5%	98.8%
	2º e 3º ciclo	10.2%	11.4%	19.0%	27.2%	30.3%	15.8%
	secundário	31.8%	26.5%	26.9%	22.3%	26.3%	12.4%
Freguesia	Valência	Tx_Esc 2002/03	Tx_Esc 2003/04	Tx_Esc 2004/05	Tx_Esc 2005/06	Tx_Esc 2006/07	Tx_Esc 2006/07
Queijas	Jardim de infância	164.9%	177.3%	196.8%	198.9%	235.7%	100.0%
	1º ciclo	163.9%	170.2%	180.8%	185.5%	188.6%	127.5%
	2º e 3º ciclo	67.6%	74.0%	65.5%	64.5%	65.8%	56.5%
	secundário						
Freguesia	Valência	Tx_Esc 2002/03	Tx_Esc 2003/04	Tx_Esc 2004/05	Tx_Esc 2005/06	Tx_Esc 2006/07	Tx_Esc 2006/07
Linda-a-velha	Jardim de infância	67.4%	74.5%	77.0%	79.6%	78.3%	100.0%
	1º ciclo	78.1%	80.7%	86.1%	94.5%	94.1%	78.9%
	2º e 3º ciclo	14.5%	16.0%	18.9%	20.3%	21.0%	16.0%
	secundário	165.3%	168.2%	162.4%	164.0%	168.7%	148.7%
Freguesia	Valência	Tx_Esc 2002/03	Tx_Esc 2003/04	Tx_Esc 2004/05	Tx_Esc 2005/06	Tx_Esc 2006/07	Tx_Esc 2006/07
Algés	Jardim de infância	76.9%	82.6%	77.8%	69.3%	69.7%	100.0%
	1º ciclo	59.9%	72.5%	76.5%	69.9%	70.8%	66.4%
	2º e 3º ciclo	33.0%	35.1%	37.2%	40.7%	47.1%	34.1%
	secundário	123.2%	89.6%	95.2%	111.6%	128.3%	85.8%

- A freguesia de Paço de Arcos inclui a Freguesia de Caxias

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

2.1.2 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

AGRUPAMENTO	ESCOLA SEDE	ESCOLAS
Conde de Oeiras	EB2,3 Conde de Oeiras	EB2,3 Conde de Oeiras EB1 António Rebelo de Andrade EB1/ J.I. Sá de Miranda EB1 Joaquim Matias EB1 nº1/ J.I. de Sassoeiros (Cascais)* EB1 nº2 de Sassoeiros (Cascais)*
S. Julião da Barra	EB2,3 S. Julião da Barra	EB2,3 S. Julião da Barra EB1 Conde de Ferreira EB1 Gomes Freire de Andrade EB1/ J.I. Manuel Beça Múrias EB1 nº2 de Carcavelos (Cascais)*
Paço de Arcos	EBI Dr. Joaquim de Barros	EBI Dr. Joaquim de Barros EB1 Anselmo de Oliveira EB1 Dionísio dos Santos Matias EB1/ J.I. Maria Luciana Seruca
Aquilino Ribeiro	EB2,3/S Aquilino Ribeiro	EB2,3/S Aquilino Ribeiro EB1 Firmino Rebelo EB1 José Canas EB1 Custódia Marques EB1/ J.I. Pedro Álvares Cabral
Prof. Noronha Feio	EB2,3 Prof. Noronha Feio	EB2,3 Prof. Noronha Feio EB1/ J.I. Cesário Verde EB1 Gil Vicente EB1/ J.I. Narcisa Pereira EB1/ J.I. Jorge Mineiro EB1 Sto. António de Tercena
S. Bruno	EB2,3 de S. Bruno	EB2,3 de S. Bruno EB1/ J.I. N.ª Sr.ª do Vale EB1 João Freitas Branco EB1 Manuel Vaz EB1 Visconde de Leceia EB1 Samuel Johnson
Carnaxide - Portela	EBI/ JI Sophia de Mello Breyner	EBI/ J.I. Sophia de Mello Breyner EB1/ J.I. Amélia Vieira Luís J.I. Tomás Ribeiro
Carnaxide - Valejas	EB2,3 Vieira da Silva	EB2,3 Vieira da Silva EB1 Antero Basalisa EB1/ JI São Bento EB1 Sylvia Philips J.I. N.ª Sr.ª do Amparo
Zarco	EB2,3 João Gonçalves Zarco	EB2,3 João Gonçalves Zarco EB1 Armando Guerreiro EB1 D. Pedro V EB1 Pinheiro Chagas EB1/ J.I. Roberto Ivens J.I. José Martins
Mirafleres	EBI de Mirafleres	EBI de Mirafleres EB1 Sofia de Carvalho EB1 Almeida Garrett J.I. Luísa Ducla Soares

* Estabelecimentos de ensino pertencentes ao Concelho de Cascais

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Situação dos Agrupamentos de escolas - Ano lectivo 2006/2007

Escola Sede	Agrupamento de escolas	Alunos	Capacidade	Tx Ocupação	Tx Sucesso Escolar 2005/06
EB 2,3 Conde de Oeiras	EB2,3 Conde de Oeiras	863	768	112.4%	93.2%
	EB1 António Rebelo de Andrade	186	192	96.9%	98.5%
	EB1/ J.I. Sá de Miranda	218	242	90.1%	98.3%
	EB1 Joaquim Matias	83	96	86.5%	89.4%
	EB1 nº1/ J.I. de Sasseiros*	137	146	93.8%	98.5%
	EB1 nº2 de Sasseiros*	94	96	97.9%	98.9%
	Total	1581	1540	102.7%	
EB 2,3 S. Julião da Barra	EB2,3 S. Julião da Barra	746	576	129.5%	91.2%
	EB1 Conde de Ferreira ¹	287	168	170.8%	100.0%
	EB1 Gomes Freire de Andrade	257	288	89.2%	100.0%
	EB1/ J.I. Manuel Beça Múrias	277	291	95.2%	99.1%
	EB1 nº2 de Carcavelos*	139	144	96.5%	99.3%
	Total	1706	1467	116.3%	
EBI Dr. Joaquim de Barros ^o	EBI Dr. Joaquim de Barros	386	624	61.9%	85.2%
	EB1 Joaquim Moreira Rato ²	81	96	84.4%	98.8%
	EB1 Anselmo de Oliveira	84	144	58.3%	100.0%
	EB1 Dionísio dos Santos Matias	176	192	91.7%	100.0%
	EB1/ J.I. Maria Luciana Seruca	128	194	66.0%	87.5%
	Total	855	1250	68.4%	
ES 2,3 Aquilino Ribeiro	EB2,3/S Aquilino Ribeiro	795	1008	78.9%	58% + 55.5%
	EB1 Firmino Rebelo	175	192	91.1%	95.7%
	EB1 José Canas	91	96	94.8%	96.6%
	EB1 Custódia Marques	200	240	83.3%	93.5%
	EB1/ J.I. Pedro Álvares Cabral	175	267	65.5%	85.8%
	Total	1436	1803	79.6%	
EB 2,3 Prof. Noronha Feio	EB2,3 Prof. Noronha Feio	586	576	101.7%	87.5%
	EB1/ J.I. Cesário Verde	158	171	92.4%	98.5%
	EB1 Gil Vicente	91	144	63.2%	97.8%
	EB1/ J.I. Narcisa Pereira	224	242	92.6%	96.6%
	EB1/ J.I. Jorge Mineiro	215	242	88.8%	98.4%
	EB1 Sto. António de Tercena ¹	177	144	122.9%	92.0%
	Total	1451	1519	95.5%	
EB 2,3 S. Bruno	EB2,3 de S. Bruno	407	600	67.8%	82.5%
	EB1/ J.I. N.ª Sr.ª do Vale	101	97	104.1%	90.9%
	EB1 João Freitas Branco	88	96	91.7%	89.7%
	EB1 Manuel Vaz ¹	56	48	116.7%	88.6%
	EB1 Visconde de Leceia	67	96	69.8%	79.7%
	EB1 Samuel Johnson ¹	112	72	155.6%	94.5%
	Total	831	1009	82.4%	
EBI/JI Sophia de Mello Breyner	EBI/J.I. Sophia de Mello Breyner	427	576	74.1%	81,8% + 68.7%
	EB1/J.I. Amélia Vieira Luís	228	314	72.6%	85.5%
	J.I. Tomás Ribeiro	45	100	45.0%	100.0%
	Total	700	990	70.7%	
EB 2,3 Vieira da Silva	EB2,3 Vieira da Silva	621	576	107.8%	92.4%
	EB1 Antero Basalisa ¹	92	48	191.7%	96.4%
	EB1/ JI São Bento	101	121	83.5%	89.2%
	EB1 Sylvia Philips ¹	459	240	191.3%	98.2%
	J.I. N.ª Sr.ª do Amparo	90	100	90.0%	100.0%
	Total	1363	1085	125.6%	
EB 2,3 João Gonçalves Zarco	EB2,3 João Gonçalves Zarco	500	576	86.8%	89.6%
	EB1 Armando Guerreiro	128	144	88.9%	100.0%
	EB1 D. Pedro V	229	240	95.4%	97.0%
	EB1 Pinheiro Chagas	46	48	95.8%	95.3%
	EB1/ J.I. Roberto Ivens	105	133	78.9%	91.7%
	J.I. José Martins	50	50	100.0%	100.0%
		Total	1058	1191	88.8%
EBI de Miraflores	EBI de Miraflores	511	576	88.7%	92.0% + 92.9%
	EB1 Sofia de Carvalho	315	360	87.5%	95.9%
	EB1 Almeida Garrett ¹	195	168	116.1%	97.7%
	J.I. Luísa Ducla Soares	90	100	90.0%	100.0%
	Total	1111	1204	92.3%	
TOTAL do Concelho		11722	13058	89.8%	
TOTAL		12092	12672	95.4%	

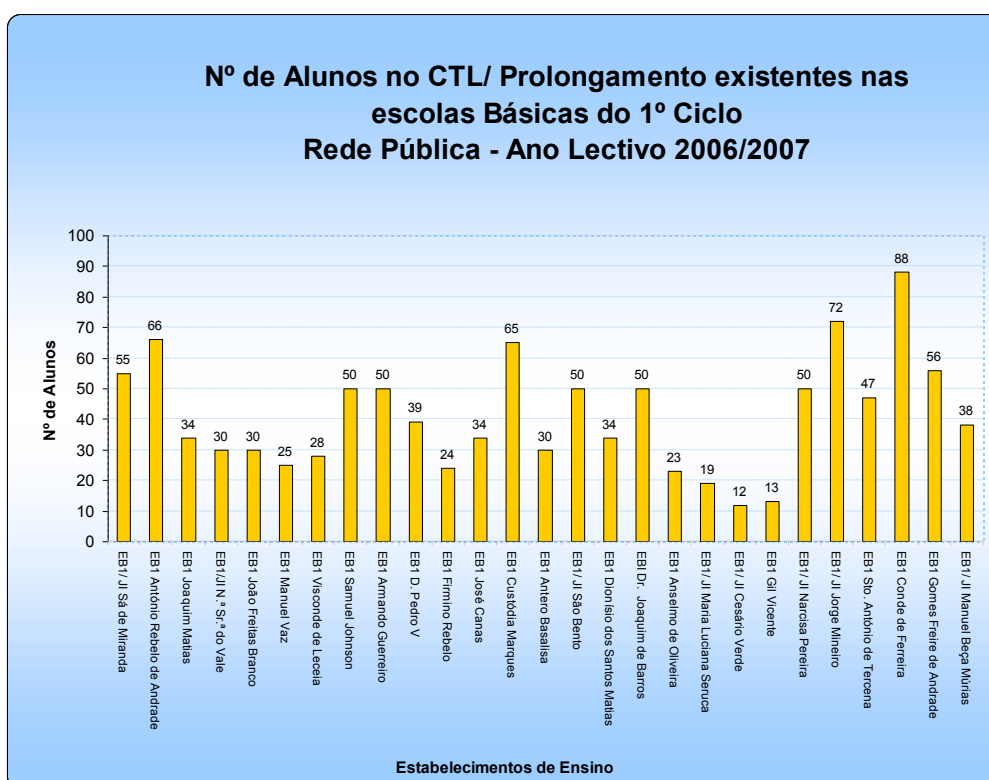
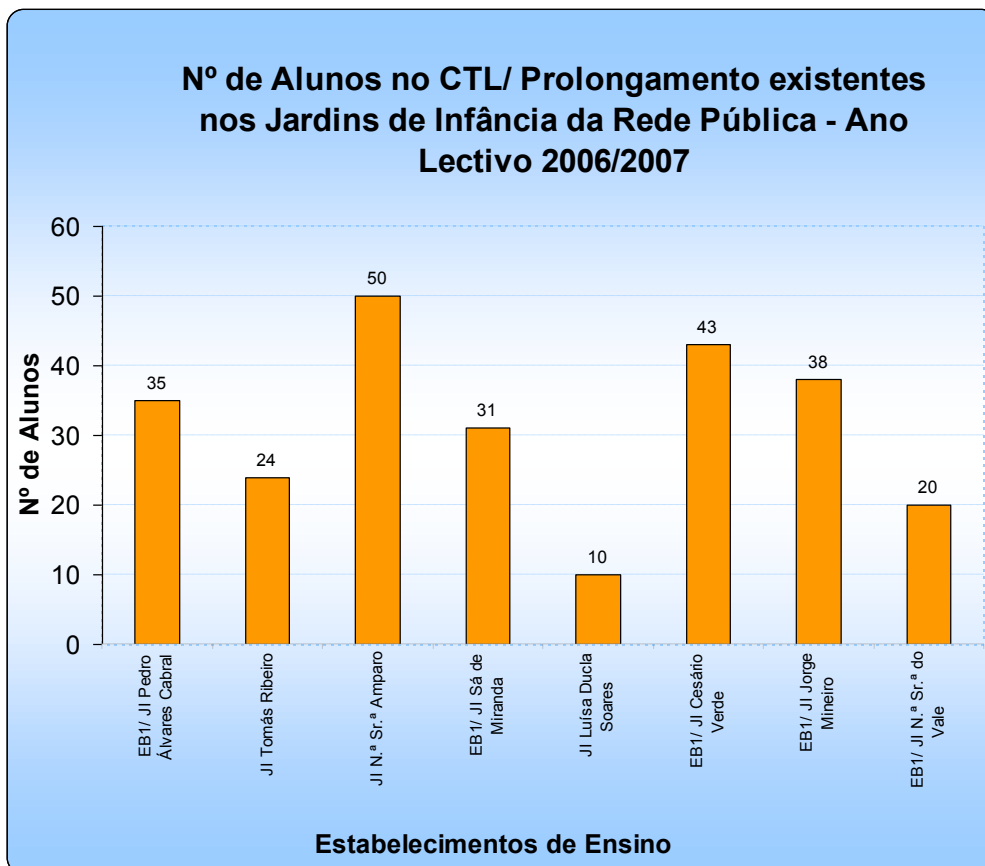
Sem J.I.
EB1 + EB2,3
EB2,3 + Sec

^o - A escola sede EB2,3 Dr. Joaquim de Barros passou a ter a designação EBI Dr. Joaquim de Barros no ano lectivo 2006/07

¹ - Estabelecimentos de Ensino com Regime Duplo

² - Estabelecimento inserido na EBI Dr. Joaquim de Barros no ano lectivo 2006/07

* - Estabelecimentos de ensino pertencentes ao concelho de Cascais



RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Profissionais activos nas escolas do concelho

Agrupamento	Escolas	Nº de Profs./Educadores	Nº de AAE	N.º AI CTL
Aquilino Ribeiro	EB1 Firmino Rebelo	10	4	ND
	EB1 José Canas	5	2	34
	EB1 Custódia Marques	13	4	65
	EB1/ JI Pedro Álvares Cabral	11	6	35
	EB2,3/S Aquilino Ribeiro	104	26	
	TOTAL	143	42	134
Carnaxide - Portela	EBI/JI Sophia de Mello Breyner	8	4	N
	EB1/JI Amélia Vieira Luís	14	7	N
	JI Tomás Ribeiro	2	2	24
	EBI/JI Sophia de Mello Breyner	47	4	
	TOTAL	71	17	24
Carnaxide - Valejas	EB1 Sílvia Philips	24	8	N
	EB1 Antero Basalisa	6	2	30
	EB1/ JI São Bento	8	3	ND
	JI N.ª Sr.ª Amparo	7	4	50
	EB 2,3 Vieira da Silva	93	22	
	TOTAL	138	39	80
Conde de Oeiras	EB1/ JI Sá de Miranda	14	6	86
	EB1 António Rebelo de Andrade	12	4	66
	EB1 Joaquim Matias	6	2	34
	EB2,3 Conde de Oeiras	122	24	
	TOTAL	154	36	186
Miraflores	EB1 Almeida Garrett	12	3	N
	EB Sofia de Carvalho	24	6	N
	EBI de Miraflores	6	1	N
	JI Luísa Ducla Soares	6	4	10
	EBI de Miraflores	65	12	
	TOTAL	113	26	10
Paço de Arcos	EB1 Dionísio dos Santos Matias	10	3	ND
	EB1 Joaquim Moreira Rato	6	2	ND
	EB1 Anselmo de Oliveira	6	3	ND
	EB1/ JI Maria Luciana Seruca	9	5	ND
	EB2,3 Dr. Joaquim de Barros	84	19	
	TOTAL	115	32	0
Prof. Noronha Feio	EB1/ JI Cesário Verde	8	3	43
	EB1 Gil Vicente	5	3	ND
	EB1/ JI Narcisa Pereira	12	6	50
	EB1/ JI Jorge Mineiro	15	6	110
	EB1 Sto. António de Tercena	12	3	ND
	EB2,3 Prof. Noronha Feio	80	28	
	TOTAL	132	49	203
S. Bruno	EB1/JI N.ª Sr.ª do Vale	8	2	50
	EB1 João Freitas Branco	6	3	30
	EB1 Manuel Vaz	5	1	25
	EB1 Visconde de Leceia	6	2	28
	EB1 Samuel Johnson	7	2	50
	EB2,3 S. Bruno	66	25	
	TOTAL	98	35	183
S. Julião da Barra	EB1 Conde de Ferreira	15	5	ND
	EB1 Gomes Freire de Andrade	14	6	ND
	EB1/ JI Manuel Beça Múrias	16	8	ND
	EB2,3 S. Julião da Barra	105	18	
	TOTAL	150	37	0
Zarco	EB1 Armando Guerreiro	8	3	50
	EB1 D. Pedro V	12	4	39
	EB1 Pinheiro Chagas	3	1	N
	EB1/ JI Roberto Ivens	9	4	N
	JI José Martins	2	2	N
	EB2,3 João Gonçalves Zarco	75	16	
	TOTAL	109	30	69
	TOTAL	1223	343	909

2.1.3 TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

Em Oeiras existem 10 Agrupamentos verticais de Escolas que correspondem aos 10 Territórios Educativos (TE) considerados para o Concelho de Oeiras:

1. Território Educativo Conde Oeiras
2. Território Educativo S. Julião da Barra
3. Território Educativo Paço de Arcos
4. Território Educativo Aquilino Ribeiro
5. Território Educativo Prof. Noronha Feio
6. Território Educativo S. Bruno
7. Território Educativo Carnaxide/Portela
8. Território Educativo Carnaxide
9. Território Educativo Zarco
10. Território Educativo Miraflores

A definição dos TE assentou na existência de escolas com oferta de 2º e 3º ciclos delimitando a sua área de influência à capacidade de agregação de escolas do 1º ciclo e de estabelecimentos de pré-escolar da rede pública e a rede de acessibilidades viárias e ferroviárias.

O Concelho de Oeiras é um concelho urbano de reduzida dimensão, em contexto Metropolitano, AML, que funciona como um todo territorial, na base de uma estratégia de desenvolvimento que decorre desde a aprovação do Plano Director Municipal em 1994, existindo complementaridade entre os sectores territoriais que compõem o concelho, bem como entre os equipamentos de diversa índole que servem a população concelhia e que têm diferentes escalas de atendimento, desde a estritamente local (por exemplo, Junta de Freguesia) até à nacional (por exemplo, Complexo Desportivo do Jamor).

No que se refere à estrutura urbana, nenhum dos aglomerados urbanos do concelho está classificado como cidade, facto que implica um sistema urbano em rede de aglomerados que têm, grosso modo, a mesma hierarquia e que se interligam, naturalmente, pelo sistema de vias rodoviárias complementado, na orla ribeirinha e no

topo norte do concelho, pelo sistema ferroviário. No futuro, a articulação interurbana supõe uma “Estrutura Verde” de dimensão concelhia na qual se integra, por exemplo, o já construído (1ª fase) “Parque dos Poetas”.

Assim, e para enquadramento da funcionalidade do parque escolar organizado em Territórios Educativos geridos por Agrupamentos Escolares, os equipamentos que, para o efeito, complementam e enriquecem a “funcionalidade escolar”, funcionam e em muitos casos constituem redes, no sentido da melhor rentabilização dos recursos, em geral, e educativos em particular.

Por outro lado e especificamente no que concerne a acessibilidade a escolas e equipamentos, dadas as características do território concelhio acima referidas, a situação caracteriza-se globalmente pelos seguintes aspectos:

1. Todas as escolas incluídas nos territórios educativos propostos para o ano 2006 e 2007 e para o cenário previsto de 2011, encontram-se incluídas em faixas marginais (menos de 500 m de largura) de eixos viários transitáveis e servidos por serviços de transportes públicos.
2. O serviço de transportes públicos no concelho de Oeiras é assegurado pelas empresas concessionárias: Vimeca e Lisboa Transportes, Scotturb e CP Lisboa.
3. Os serviços de educação da autarquia disponibilizam, de acordo com o normativo municipal aprovado, um serviço de apoio aos estabelecimentos de ensino, para reembolso das despesas feitas em transportes, onde estão contemplados, entre outros, os alunos considerados carenciados (subsidiados pelo SASE).
4. Os alunos, residentes no Concelho de Oeiras, que tenham a sua mobilidade condicionada, nomeadamente com deficiência (motora, sensorial, mental ou outra), também podem usufruir de um serviço de transporte em veículo de transporte adaptado, segundo os critérios emanados das normas específicas para o efeito e elaboradas pelo serviços de Acção Social.

TERRITÓRIO EDUCATIVO 1 “CONDE DE OEIRAS”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado na ponta Sudoeste do concelho, com fronteira com Cascais e agregando 3 escolas desse concelho 2. Engloba toda a área Ocidental do aglomerado urbano de Oeiras, nomeadamente Nova Oeiras e Quinta do Marquês 3. Neste TE localiza-se a área do complexo Investigacional da Quinta do Marquês 4. Limitado, a Sul, pela Linha de Cascais, c/ acesso à Estação de Oeiras; limitado a Norte pela A5
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 10.184 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 2.003 3. População 3-14 anos, 2001: 1.350 4. População 2006: crescimento <2% e fraco rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento <5% e fraco rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 1350 alunos em 4 escolas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 45 alunos • 1º Ciclo com 442 alunos • 2º Ciclo com 599 alunos • 3º Ciclo com 264 alunos 2. 491 alunos em 6 escolas Privadas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 302 alunos • 1º ciclo com 189 alunos 3. 185 alunos em 3 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 185 alunos 4. 1028 alunos na escola Secundária da Quinta do Marquês: <ul style="list-style-type: none"> • 3º Ciclo com 558 alunos • Secundário com 470 alunos
Envolvente Sócio Urbanística	<p>O TE Conde de Oeiras inclui:</p> <p>Uma área urbana de grande interesse do ponto de vista urbanístico, “Nova Oeiras”, planeada segundo os princípios da Cidade-Jardim, da autoria de Arqt. Cristino da Silva e Arqt. Paisagista Ribeiro Teles</p>
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE Conde de Oeiras estão localizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Complexo Investigacional da Quinta do Marquês, que engloba Instituições ligadas à Investigação Biotecnológica, entre as quais o Instituto Tecnológico de Química Biológica, da Universidade Nova 2. O Instituto Gulbenkian de Ciência, uma das Instituições Portuguesas mais prestigiadas no domínio da Biotecnologia

TERRITÓRIO EDUCATIVO 2 “S. JULIÃO DA BARRA”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado no lado Sudoeste do concelho, ocupando a metade Oriental da Freguesia de Oeiras 2. Engloba toda a área Oriental do aglomerado urbano de Oeiras, incluindo o Centro Histórico da Vila de Oeiras, sede do concelho 3. Atravessado, a Sul, pela Linha de Cascais, c/ acesso às Estações de Oeiras e Sto. Amaro e pela Estrada Marginal 4. Confina com a Orla Ribeirinha, a Sul, e é limitado, a Norte, pela A5
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 23.397 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 4.308 3. População 3-14 anos, 2001: 1.567 4. População 2006: crescimento < 5% e fraco rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento de 5% e fraco rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 1567 alunos em 4 escolas Públicas;: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 67 alunos • 1º Ciclo com 754 alunos • 2º Ciclo com 459 alunos • 3º Ciclo com 287 alunos 2. 189 alunos em 5 escolas Privadas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 189 alunos 3. 185 alunos em 3 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 185 alunos 4. 979 alunos na escola Secundária Sebastião e Silva:
Envolvente Sócio Urbanística	<p>O TE S. Julião da Barra inclui</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sede da Câmara Municipal 2. Palácio e Jardins do Marquês 3. Forte S. Julião da Barra 4. Biblioteca Municipal / Assembleia Municipal 5. Parque dos Poetas 6. Passeio Marítimo c/ Piscina Oceânica e Porto de Recreio
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE S. Julião da Barra estão localizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Câmara Municipal de Oeiras 2. Sede do Instituto Nacional de Administração 3. Vasta e diversificada comunidade empresarial, com boa acessibilidade ao comboio, à Marginal e A5 4. C.C. Oeiras Parque e terminal do actual percurso do SATUO 5. Várias entidades ligadas às forças de segurança nacionais, bem como o Cinsouthland, NATO

TERRITÓRIO EDUCATIVO 3 “PAÇO DE ARCOS”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado maioritariamente sobre o território da freguesia de Paço de Arcos 2. Engloba a Vila de Paço de Arcos e respectivo Centro Histórico 3. Atravessado pela Linha de Cascais, c/ estação de Paço de Arcos, e pela Estrada Marginal, a Sul 4. Confina, a Sul, com a Orla Ribeirinha; limitado a Norte pela A5
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 17.282 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 3.425 3. População 3-14 anos, 2001: 855 4. População 2006: crescimento de 5% e fraco rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento de 14% e algum rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 855 alunos em 5 escolas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 40 alunos • 1º Ciclo com 429 alunos • 2º Ciclo com 199 alunos • 3º Ciclo com 187 alunos 2. 318 alunos em 3 escolas Privadas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 174 alunos • 1º Ciclo com 144 alunos 3. 303 alunos em 3 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 303 alunos 4. 1069 alunos na escola Secundária Luís de Freitas Branco <ul style="list-style-type: none"> • 3º Ciclo com 488 alunos • Secundário com 581 alunos
Envolvente Sócio Urbanística	<p>○ TE Paço de Arcos inclui:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Forte da Giribita 2. Palácio dos Arcos (antigo solar dos Condes d’Alcáçovas) 3. Convento e Igreja da Cartuxa 4. Fornos da Cal no Centro Histórico da Vila de Paço de Arcos 5. Instituto de Socorros a Náufragos 6. Clube do Automóvel Antigo 7. Passeio Ribeirinho C/ Clube Naval e Jacto Marítimo
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE Paço de Arcos estão localizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A Área Empresarial Quinta da Fonte, uma das mais prestigiadas do concelho; a Zona Industrial de Paço de Arcos; a sede da Sojornal 2. A Escola Náutica Infante D. Henrique, o Centro Militar de Electrónica

TERRITÓRIO EDUCATIVO 4 “AQUILINO RIBEIRO”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado no lado Noroeste do concelho, com fronteira com Cascais e Sintra 2. Engloba toda a área da Freguesia de Porto Salvo e a parte Noroeste da Freguesia de Barcarena 3. Neste TE localiza-se o Taguspark 4. Limitado, a Sul, pela A5 e atravessado pela Variante à EN 249-3
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 12.411 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 3.054 3. População 3-14 anos, 2001: 1.436 4. População 2006: crescimento de 15% e franco rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento de + de 20% e franco rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 1436 alunos em 5 escolas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 64 alunos • 1º Ciclo com 577 alunos • 2º Ciclo com 319 alunos • 3º Ciclo com 304 alunos • Secundário com 172 alunos 2. 163 alunos em 5 escolas Privadas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 152 alunos • 1º Ciclo com 11 alunos 3. 169 alunos em 3 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 169 alunos
Envolvente Sócio Urbanística	<p>O TE Aquilino Ribeiro inclui:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Taguspark, área urbana empresarial 2. Urbanização de Cabanas Golf <p>Ambos estão incluídos no Plano Estratégico do Parque de Ciência e Tecnologia do Concelho de Oeiras</p>
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE Aquilino Ribeiro estão localizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Taguspark, Parque de Ciência e Tecnologia, a mais prestigiada Área Empresarial do concelho c/ Instituto Superior Técnico 2. Lagoas Park, a mais recente Área Empresarial do concelho

TERRITÓRIO EDUCATIVO 5 “PROF. NORONHA FEIO”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado no centro Norte do concelho 2. Engloba toda a Freguesia de Queijas, a Sul, e o lado NE da Freguesia de Barcarena 3. Neste TE, a Norte localiza-se a Área Empresarial de Queluz de Baixo 4. Limitado, a Sul, pela A5 e confinando, a Norte, com a Linha de Sintra
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 16.063 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 2.994 3. População 3-14 anos, 2001: 1.451 4. População 2006: crescimento >10% e franco rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento >20% e franco rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 1451 alunos em 6 escolas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 159 alunos • 1º Ciclo com 706 alunos • 2º Ciclo com 323 alunos • 3º Ciclo com 263 alunos 2. 523 alunos em 8 escolas Privadas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 366 alunos • 1º Ciclo com 157 alunos 3. 258 alunos em 4 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 258 alunos
Envolvente Sócio Urbanística	<p>O TE Prof. Noronha Feio inclui</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Casa do Poeta Cesário Verde 2. Santuário da N.ª. S.ª. da Rocha, séc. XIX
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE Prof. Noronha Feio estão localizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A Área Empresarial de Queluz de Baixo 2. Sede da ANACOM

TERRITÓRIO EDUCATIVO 6 “São Bruno”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado no centro Sul do concelho 2. Engloba toda a Freguesia de Caxias e o lado Sul da Freguesia de Barcarena 3. Neste TE localiza-se a área do Complexo Prisional de Caxias 4. Confina, a Sul, com a Orla Ribeirinha; é atravessado, a Sul, pela Estrada Marginal e pela Linha de Cascais, c/ acesso à Estação de Caxias; atravessado pela A5 e limitado, a Este, pela CREL
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 12.276 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 2.901 3. População 3-14 anos, 2001: 831 4. População 2006: crescimento <2% e fraco rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento <15% e algum rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 831 alunos em 6 escolas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 25 alunos • 1º Ciclo com 399 alunos • 2º Ciclo com 164 alunos • 3º Ciclo com 243 alunos 2. 60 alunos em 2 escolas Privadas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 60 alunos 3. 359 alunos em 3 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 259 alunos • 1º Ciclo com 100 alunos
Envolvente Sócio Urbanística	<p>O TE São Bruno inclui:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Povoado Pré-Histórico, Calcolítico, de Leceia 2. Forte de S. Bruno 3. Jardins, Cascata e Estatuária do Paço Real de Caxias 4. Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena, actualmente Centro de Cultura c/ Museu da Pólvora Negra, Universidade Atlântica, Centro Arqueológico de Oeiras
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE São Bruno está localizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Complexo Prisional de Caxias

TERRITÓRIO EDUCATIVO 7 “CARNAXIDE-PORTELA”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado no lado Sudeste do concelho, com fronteira com Lisboa 2. Engloba o lado oriental da Freguesia de Carnaxide 3. Neste TE localiza-se a maior área comercial do concelho que inclui as Grandes Superfícies Comerciais 4. Limitado, a Sul, pela A5 e, a Este, pela CRIL
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 5.303 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 1.807 3. População 3-14 anos, 2001: 700 4. População 2006: crescimento <10% e algum rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento <10% e algum rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 700 alunos em 3 escolas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 118 alunos • 1º Ciclo com 304 alunos • 2º Ciclo com 141 alunos • 3º Ciclo com 137 alunos 2. 20 alunos em 1 escolas Privada: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 20 alunos 3. 137 alunos em 2 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 137 alunos
Envolvente Sócio Urbanística	<p>O TE Carnaxide-Portela inclui:</p> <p>Área de recente urbanização</p>
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE Carnaxide-Portela estão localizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A Área das Grandes Superfícies Comerciais do Concelho 2. Área Empresarial de Carnaxide

TERRITÓRIO EDUCATIVO 8 “CARNAXIDE”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado na metade Oeste da Freguesia de Carnaxide, extremo Norte central do concelho 2. Engloba toda a área Ocidental da Freguesia de Carnaxide 3. Neste TE localiza-se a Serra de Carnaxide 4. Limitado, a Sul, pela A5 e confinando, a Norte, com o concelho da Amadora
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 17.127 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 3.469 3. População 3-14 anos, 2001: 1.363 4. População 2006: crescimento >20% e franco rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento >30% e franco rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 1363 alunos em 5 escolas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 116 alunos • 1º Ciclo com 626 alunos • 2º Ciclo com 388 alunos • 3º Ciclo com 233 alunos 2. 263 alunos em 3 escolas Privadas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 165 alunos • 1º Ciclo com 98 alunos 3. 166 alunos em 2 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 166 alunos 4. 637 alunos na escola Secundária Camilo Castelo Branco: <ul style="list-style-type: none"> • 3º Ciclo com 281 alunos • Secundário com 356 alunos •
Envolvente Sócio Urbanística	<p>○ TE Carnaxide-Valejas inclui:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aqueduto de Carnaxide 2. Igreja de S. Romão 3. Centro Cívico 4. Parque Urbano da Serra de Carnaxide e Qtª. do Morval
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE Carnaxide-Valejas estão localizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Área Empresarial de Carnaxide 2. Parque Urbano de Stª Cruz

TERRITÓRIO EDUCATIVO 9 “ZARCO”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado no lado Sul/Ocidental do concelho 2. Engloba toda a Freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo e área Ocidental da Freguesia de Linda-a-Velha 3. Neste TE localiza-se o Complexo Desportivo do Jamor 4. Confina, a Sul, com a Orla Ribeirinha, a Norte, com a A5 e a Este, com a CREL 5. Atravessado, a Sul, pela Estrada Marginal e pela Linha de Cascais, c/ acesso à Estação de Cruz Quebrada/Dafundo
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 20.877 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 3.585 3. População 3-14 anos, 2001: 1.058 4. População 2006: crescimento < 5% e fraco rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento < 10% e algum rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 1058 alunos em 6 escolas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 86 alunos • 1º Ciclo com 472 alunos • 2º Ciclo com 266 alunos • 3º Ciclo com 234 alunos 2. 1563 alunos em 7 escolas Privadas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 525 alunos • 1º Ciclo com 479 alunos • 2º Ciclo com 189 alunos • 3º Ciclo com 233 alunos • Secundário com 137 alunos 3. 91 alunos em 2 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 91 alunos 4. 606 alunos na escola Secundária Amélia Rey Colaço.
Envolvente Sócio Urbanística	<p>O TE Zarco inclui</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aquário Vasco da Gama 2. Fundação Marquês de Pombal 3. Capela de N.ª. S.ª. da Boa Viagem
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE Zarco está localizado:</p> <p>*O Complexo Desportivo do Jamor c/ Estádio Nacional, Piscina Olímpica, Campos de Ténis, Pista de Atletismo, Pista de canoagem e Faculdade de Motricidade Humana</p>

TERRITÓRIO EDUCATIVO 10 “MIRAFLORES”	
Caracterização Geográfica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Situado na ponta Sudeste do concelho, com fronteira com Lisboa 2. Engloba toda a Freguesia de Algés e área Ocidental da Freguesia de Linda-a-Velha 3. Confina, a Sul, com a Orla Ribeirinha e é limitado, a Norte, pela A5 e a Este, pela CRIL 4. Atravessado a Sul pela Estrada Marginal e pela Linha de Cascais, c/ acesso à Estação de Algés
População	<ol style="list-style-type: none"> 1. População Residente total, 2001: 27.208 hab 2. População 0-19 anos, 2001: 4.645 3. População 3-14 anos, 2001: 1111 4. População 2006: crescimento > 10% e algum rejuvenescimento 5. População 2011: crescimento > 20% e rejuvenescimento
Parque Escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. 1111 alunos em 4 escolas Públicas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 90 alunos • 1º Ciclo com 604 alunos • 2º Ciclo com 343 alunos • 3º Ciclo com 74 alunos 2. 108 alunos em 3 escolas Privadas: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 108 alunos 3. 251 alunos em 4 escolas do tipo IPSS: <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar com 251 alunos 4. 1093 alunos na escola Secundária de Miraflores: <ul style="list-style-type: none"> • 3º Ciclo com 453 alunos • Secundário com 640 alunos 5. 950 alunos na escola Secundária de Linda-a-Velha: <ul style="list-style-type: none"> • 3º Ciclo com 451 alunos • Secundário com 499 alunos
Envolvente Sócio Urbanística	<p>O TE Miraflores inclui:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Convento de S. José de Ribamar c/ Biblioteca Municipal 2. Jardins do Palácio dos Anjos c/ Galeria de Arte 3. Frente Ribeirinha de Algés/Jamor c/ VTS 4. Estação Rádio Naval 5. Quinta de Stº. António
Envolvente Empresarial e Institucional	<p>No TE Miraflores estão localizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Área Empresarial Arquiparque, o mais antigo Parque Empresarial do concelho e do País 2. Maior área comercial urbana tradicional do concelho

2.1.4 OUTROS TIPOS DE ENSINO E DE ESCOLA

NOVAS OPORTUNIDADES

A **Incitativa Novas Oportunidades** assenta numa base clara: **o nível secundário é o objectivo de referência para qualificação dos nossos jovens e adultos**. É este o patamar mínimo para dotar os cidadãos das **competências** essenciais à **moderna economia do conhecimento** em que vivemos. É este o patamar mínimo para adquirir e reter, ao longo da vida, novas competências.

A estratégia **Novas Oportunidades** tem **dois pilares fundamentais**:

1 - Fazer do ensino profissionalizante de nível secundário uma verdadeira e real opção, dando Oportunidades Novas aos jovens. É a melhor resposta para os inaceitáveis níveis de insucesso e abandono escolar que ainda temos;

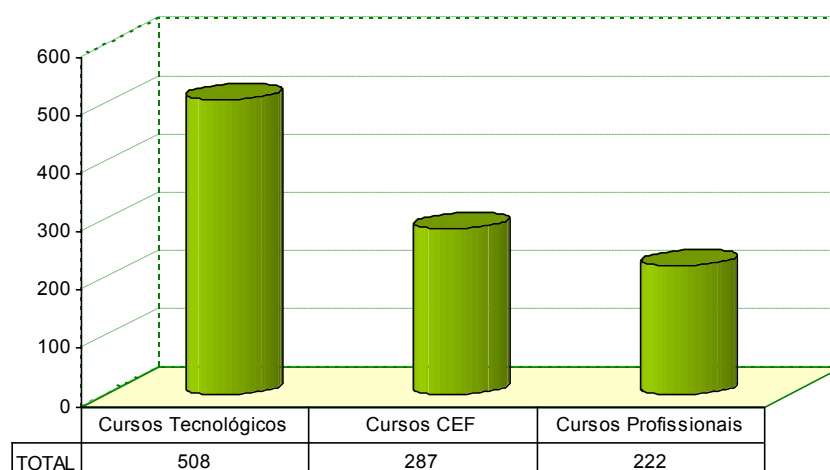
2 - Elevar a formação de base dos activos. Dará a todos aqueles que entram na vida activa com baixos níveis de escolaridade, uma Nova Oportunidade para poderem recuperar, completar e progredir nos seus estudos.

Atingir estes objectivos implica o desenvolvimento profundo e consistente do **Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências** – como forma de medir e certificar competências adquiridas em contextos não formais e informais – a disponibilização de ofertas complementares adequadas, a construção de um sistema de avaliação de qualidade que assegure a manutenção dos mais elevados padrões de exigência e, essencialmente, o forte envolvimento e compromisso dos trabalhadores e das empresas.

MODALIDADES DE FORMAÇÃO JOVEM (a funcionar em Oeiras)

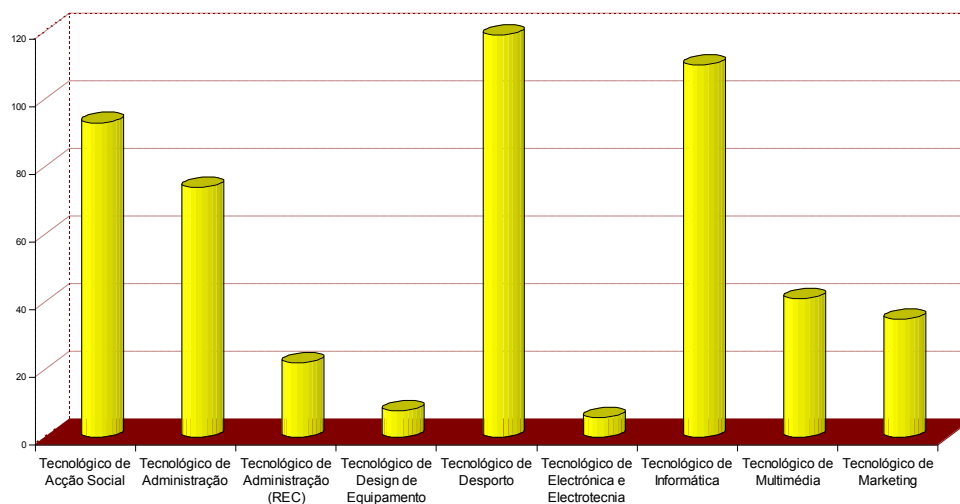
- **CURSOS TECNOLÓGICOS**
- **CURSOS PROFISSIONAIS**
- **CURSOS CIENTÍFICOS-HUMANÍSTICOS**
- **CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (CEF)**

Modalidades disponíveis no Concelho de Oeiras, segundo o nº de alunos que as frequentam



CURSOS TECNOLÓGICOS

Cursos Tecnológicos	Tecnológico de Acção de Social	Tecnológico de Administração	Tecnológico de Administração (REC)	Tecnológico de Design de Equipamento	Tecnológico de Desporto	Tecnológico de Electrónica e Electrotecnia	Tecnológico de Informática	Tecnológico de Multimédia	Tecnológico de Marketing
ES/ 3 Amélia Rey Colaço					X				
ES/ 3 de Miraflores	X		X				X		
ES/ 3 Camilo Castelo Branco							X		X
ES/ 3 de Linda-a-Velha		X							
ES/ 3 da Quinta do Marquês								X	
ES Sebastião e Silva				X					X
ES/ 3 Luís de Freitas Branco		X			X	X			
EB 2,3/S Aquilino Ribeiro	X								



CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (CEF)

Escola Secundária Luís de Freitas Branco

Cursos	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano
CEF- Serralheiro Mecânico Tipo 2		8			
CEF- Assistente Administrativo Tipo 2		15			
CEF- Assistente Administrativo Tipo 3		15			
CEF- Electrecista de Instalações Tipo 3		9			
CEF- Assistente Comercial Tipo 2	14				
CEF- Mecânico de Veículos Ligeiros Tipo 2	16				
CEF- Assistente Familiar e Apoio à Comunidade Tipo 2	13				

Escola Secundária de Miraflores

Cursos	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano
CEF- Operador de Informática		17			

Escola Secundária Aquilino Ribeiro

Cursos	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano
CEF - Curso de Assistente Comercial	18				
CEF - Curso de Costureira e Modista	16				
CEF - Curso de Jardinagem e Espaços Verdes Tipo 2	14				
CEF - Curso de Assistente Administrativo Tipo 3		9			

Escola Secundária Camilo Castelo Branco

Cursos	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano
CEF - Pintura e Decoração Cerâmica	13	9			
CEF - Práticas Administrativas	13	26		8	
CEF - Acompanhante de crianças		17			
CEF - Assistente de Acção Educativa				16	
CEF - Técnico de Desenho e Construção Civil				8	

Escola Secundária de Linda-a-Velha

Cursos	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano
CEF - Assistente Administrativo, tipo 3, nível 2		13			

CURSOS PROFISSIONAIS

Escola Secundária Luís de Freitas Branco

Cursos	10º ano	11º ano	12º ano
Curso Profissional de Técnico de Electrónica, Automação e Computadores	21		
Curso Profissional de Técnico de Manutenção Industrial/ Mecatrónica Automóvel	25		
Curso Profissional de Técnico de Mecânica/ Manutenção Industrial			11
Curso Profissional de Técnico de Manutenção Industrial/ Electromecânica		12	
Curso Profissional de Técnico de Secretariado	16	11	

Escola Secundária Aquilino Ribeiro

Cursos	10º ano	11º ano	12º ano
Curso Profissional de Animador Sociocultural	10		
Curso Profissional de Turismo	23		

Escola Secundária Camilo Castelo Branco

Cursos	10º ano	11º ano	12º ano
Curso Profissional de Técnico de Marketing	24		
Curso Profissional de Técnico de Design	26		
Curso Profissional de Técnico de Acompanhamento de Crianças	24		

Escola Secundária de Linda-a-Velha

Cursos	10º ano	11º ano	12º ano
Curso Profissional de Contabilidade	19		

ENSINO PROFISSIONAL PRIVADO – OFERTA FORMATIVA: CICLO DE FORMAÇÃO 2006/09

Neste grupo de escolas profissionais incluem-se a escola **Val do Rio**, em Oeiras, e o **Instituto de Tecnologias Náuticas**, em Paço de Arcos.

Escola Profissional Val do Rio

Técnico de Artes Gráficas
Técnico de Audio e Video
Técnico de Electrónica e Telecomunicações
Técnico de Indústrias Gráficas/ Impressão/Pré-Impressão

Instituto de Tecnologias Náuticas

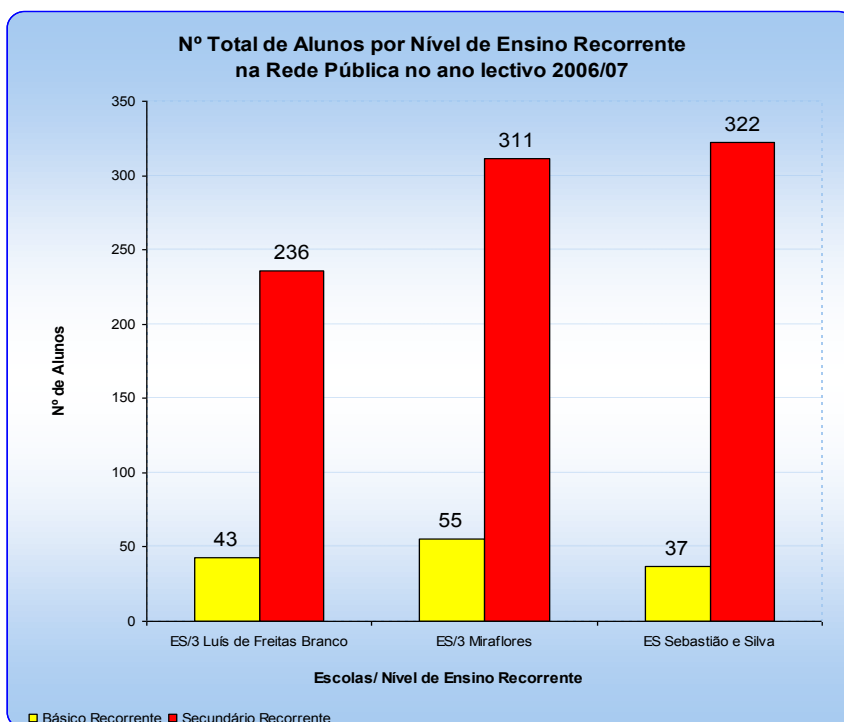
Técnico de Mecânica Naval
Técnico de Electricidade Naval
Técnico de Administração Naval
Técnico de Construção Naval/ Embarcações de Recreio
Contramestre (Marinha Mercante)

ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO

A **Escola de Música N.ª Sr.ª do Cabo** foi fundada pela **Paróquia de Linda-a-Velha** em **1978**, partindo da convicção de que o ensino da música tem um papel preponderante no desenvolvimento harmonioso dos jovens.

É uma escola de **Ensino Artístico Especializado** com paralelismo pedagógico, de nível Básico e Secundário. Esta escola funciona em 3 regimes: **Articulado, Supletivo e Livre**.

ENSINO RECORRENTE



ENSINO EXTRA-ESCOLAR

Destina-se a indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos. Actualmente existem três entidades que ministram este ensino:

Instituição	Cursos	Turmas	Formandos	Escola Pólo
Casa de Betânia	Alfabetização	2	23	Escola Sec. Prof. Noronha Feio
Escola Sec. de Miraflores	Português para estrangeiros	3	49	Escola Sec. de Miraflores
Escola Sec. Luís Freitas Branco	Português para estrangeiros	1	14	Escola Sec. Luís de Freitas Branco

Fonte – Centro Educativo Lisboa Ocidental

Para além destes cursos poderão ser criados outros: Informática, Inglês, Actualização de Português ou Matemática para a Vida.

CURSOS E.F.A (educação e formação de adultos)

Estes cursos constituem uma oferta de educação e/ou formação que visa o aumento dos níveis de escolaridade e de qualificação profissional de adultos, melhorando as condições de empregabilidade. São destinatários os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, que não completaram o 1º, 2º ou 3º ciclo do ensino básico, nem detenham qualquer qualificação profissional. Conferem um certificado de Educação para Adultos – Básico 1, 2 ou 3.

No concelho de Oeiras apenas existe uma escola com curso EFA, Básico1 (1º ciclo) – Escola EB23 Joaquim de Barros.

O **Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências** tem em vista a melhoria dos níveis de certificação dos adultos de 18 anos de idade que não possuam o nível básico ou secundário de escolaridade, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

No concelho de Oeiras funciona um Centro de R.V.C.C. na **Escola Secundária Sebastião e Silva**.

2.2 SAÚDE

Atendendo à evolução dos **Indicadores de Saúde**, verifica-se que o concelho de Oeiras tem vindo a acompanhar o seu desenvolvimento socioeconómico com melhorias em termos de Saúde. Com efeito, atingiram-se não só melhorias ao nível dos Indicadores mas a própria rede de Equipamentos e de Serviços de Saúde beneficiou de alterações pela construção de novas Unidades de Saúde e pelo aumento de unidades da rede privada de Saúde: clínicas médicas e de diagnóstico, que constituem hoje, um importante complemento às estruturas do Serviço Nacional de Saúde (SNS), através de acordos de cooperação, nomeadamente no que se refere aos exames de diagnóstico e especialidades indisponíveis no SNS. Por sua vez a própria rede de farmácias, bastante deficitária nos anos 90 melhorou substancialmente pela abertura de novas farmácias em todas as freguesias do concelho.

Em parceria com outras entidades ou autonomamente, a autarquia de Oeiras tem vindo a desenvolver diversos programas de promoção de saúde e prevenção de doenças, no sentido de contribuir para a adopção de estilos de vida saudáveis da sua população.

As boas práticas que têm vindo a ser concretizadas inscrevem-se no compromisso assumido no âmbito do Projecto Cidades Saudáveis, que Oeiras integra e cujo âmago é a promoção da Saúde e da Qualidade de Vida nas Cidades, procurando posicionar a saúde na agenda dos decisores e incrementar estratégias locais em prol da saúde e do desenvolvimento sustentável, baseadas nos princípios e objectivos da estratégia de saúde Para Todos no século XXI (WHO, 1985), da Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde (WHO, 1986) e na Agenda 21 Local (WHO, 1997).

2.2.1 UNIDADES DE SAÚDE DO SNS

2.2.1.1 Agrupamento de Centros de Saúde - ACES

As estruturas de Saúde pertencentes ao **Serviço Nacional de Saúde (SNS)** e que prestam **Cuidados de Saúde Primários** são consideradas o pilar central do Sistema de Saúde, uma vez que constituem o primeiro acesso dos cidadãos à prestação de cuidados de saúde, assumindo importantes funções de promoção da Saúde e prevenção da doença, prestação de cuidados na doença e ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados.

A última reforma organizativa dos Cuidados de Saúde Primários, que levou à criação dos **Agrupamentos de Centros de Saúde³ (ACES)**, introduziu uma outra organização aos cuidados de saúde primários no sentido de incrementar o acesso dos cidadãos à prestação de cuidados de saúde, e melhorar a forma de os gerir. Os ACES são serviços de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que integram um ou mais centros de saúde.

No Artigo 7.º do Decreto-Lei publicado em 22 de Fevereiro, com o n.º 28/2008 (na 1.ª série do Diário da República) são especificadas a articulação e a inserção das várias unidades funcionais, nomeadamente:

“ 2 – Em cada centro de saúde componente de um ACES funciona, pelo menos, uma USF ou UCSP e uma UCC ou serviços desta.

3 – Cada ACES tem somente uma USP e uma URAP.”

Destas merece destaque a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), porque, é a unidade prestadora de “cuidados de saúde e apoio psicológico e social no âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo” (§ 2, Artigo 11.º). O ACES participa, através da UCC, na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, integrando a equipa coordenadora local (§3 Artigo 11.º).

O Concelho de Oeiras passou a fazer parte do **ACES 4⁴**, com a seguinte organização:

Freguesias	Unidades de Saúde
Algés	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
Barcarena	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
Carnaxide	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
Cruz Quebrada Dafundo	Unidade de Saúde Familiar
Linda-a-Velha	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
Oeiras	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
	Unidade de Saúde Familiar Conde de Oeiras
	Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados
	Unidade de Saúde Familiar São Julião
Paço de Arcos	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
	Unidade de Saúde Pública
	Unidade de Saúde Familiar Delta

³ Diário da República, 1ª série – N.º 38 – 22 de Fevereiro de 2008. Dec-Lei n.º28.

⁴ Diário da República, 1.ª série -N.º 54 - 18 de Março de 2009.

No **Agrupamento de Centros de Saúde de Oeiras**, em 2009, estavam inscritos 216.764 utentes, destes 18,5 % não tinham médico de família. Em termos de recursos humanos e para a mesma data estavam ao serviço 371 profissionais, entre os quais 132 médicos nas várias especialidades.

Unidades de Saúde	Nº de Utentes Inscritos com Médico de Família	Percentagem de Utentes Inscritos com Médico de Família	Nº de Utentes Inscritos sem Médico de Família	Percentagem de Utentes Inscritos sem Médico de Família
TOTAL	176.761	81,5%	40.003	18,5%

Fonte: ACES Oeiras, 2009

Em relação às várias unidades de saúde pertencentes ao **ACES Oeiras**, verificou-se alguma evolução:

- * Em Novembro 1995, entrou em funcionamento a **UCSP de Linda-a-Velha**;
- * Em 2002, foram feitas algumas obras de remodelação na **UCSP de Barcarena**, tornando-a mais acessível às pessoas com mobilidade condicionada;
- * Em 2006 concluíram-se as obras de adaptação de novas instalações para a **UCSP do Dafundo**;
- * Já mais recentemente, em 2007, foi inaugurada a nova **UCSP de Paço de Arcos**. A construção desta nova unidade de saúde, custou cerca de dois milhões de euros, e esteve a cargo da Câmara Municipal de Oeiras, no âmbito de um protocolo (contrato programa) celebrado com o Ministério da Saúde, em 2001.

As alterações legislativas que levaram à criação de **Unidades de Saúde Familiares**⁵ (USF's), enquanto estruturas constituídas por uma equipa multiprofissional, prestadoras de cuidados de saúde personalizados a uma determinada população, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos cuidados prestados, traduziram-se na criação no Concelho de Oeiras de várias USF:

- * Uma das primeiras a abrir foi a **USF do Dafundo** (Set. 2006), procurando dar resposta a alguns problemas importantes como a falta de médicos (no Dafundo, havia cerca de três mil utentes sem médico de família atribuído que, com a USF, passaram a ter acesso a esse serviço).

⁵ Diário da República, 1ª série – Nº 161 – 22 de Agosto de 2007. Dec-Lei nº 298/2007

* Posteriormente, a nova UCSP de Paço de Arcos na **Tapada do Mocho**, passou a contar com uma Unidade Familiar a **USF Delta** que atende 12.791, dos 35.986 utentes inscritos (Dez. 2008) nesta UCSP;

* Mais recentemente foram criadas no Centro de Saúde de Oeiras a **USF de S. Julião** e a **USF do Conde de Oeiras**.

Desde o primeiro trimestre de 2009, a Junta de Freguesia de Queijas disponibiliza aos seus fregueses um **Posto Avançado de Marcação de Consultas Médicas**, online, directamente ligado ao sistema informático do Centro de Saúde de Carnaxide. É a primeira Junta de Freguesia do País a disponibilizar um serviço deste tipo à população

A criação deste serviço inovador foi fruto da celebração de um protocolo entre a referida Junta e a Administração Regional de Saúde (ARS), em estreita parceria com o Centro de Saúde de Carnaxide. Trata-se de um novo conceito de serviço público e de conjugação de sinergias entre as autarquias e a ARS, visando uma maior acessibilidade, de todos os cidadãos, aos serviços de saúde. Com este projecto denominado "Queijas Rumo à Saúde" pretende-se atingir um universo de 9.698 utentes, residentes em Queijas, os quais se encontram inscritos no Centro de Saúde de Carnaxide, incluindo a UCSP de Linda-a-Velha. Posteriormente será criada uma Unidade de Cuidados na Comunidade.

Em termos de **construção de novos equipamentos** encontra-se em curso o processo tendente à construção de novas instalações para uma nova **UCSP** em **Algés**. Actualmente a UCSP de Algés está instalada num edifício antigo de quatro andares, dois dos quais ocupados por residências, e sem elevador, donde advém graves problemas para as pessoas com mobilidade reduzida, e para o próprio funcionamento dos serviços. Na ausência de capacidade do Governo Central para responder às necessidades da população de Algés, a Câmara Municipal de Oeiras assumiu, na íntegra, os custos da construção desta nova unidade, um montante de mais de 4 milhões e meio de euros, além da concepção do projecto de execução.

Recentemente foi ainda concluído o projecto de execução para a nova Unidade de Saúde de **Carnaxide**, cuja construção será suportada pelo Ministério da Saúde, embora sob responsabilidade do Município.

2.2.1.2. Hospitais

O concelho, no que se refere a acesso a cuidados hospitalares, pertence ao **Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE**, do qual fazem parte o Hospital S. Francisco Xavier, o Hospital de Egas Moniz e o Hospital de Santa Cruz, único localizado em território concelhio, mais precisamente em Carnaxide.

O **Hospital de Santa Cruz** é um hospital de referência a nível nacional nas especialidades de cardiologia (médica e cirúrgica), nefrologia e transplantação renal.

A **Santa Casa da Misericórdia de Oeiras**, possui na Vila de Oeiras, uma estrutura de saúde que inclui uma unidade de internamento (19 camas) para casos de índole social, disponibilizada através de protocolo com o Centro Hospitalar de Cascais, além de um Serviço de Saúde com várias consultas de especialidade e de exames de diagnóstico.

Mencione-se ainda o **Hospital Prisão S. João de Deus**, localizado em Caxias, Hospital Oficial não público, única unidade hospitalar de prestação de cuidados médicos especializados no acompanhamento, em regime ambulatorio ou de internamento, aos reclusos de todos os estabelecimentos prisionais do país. É composto por três edifícios: um Pavilhão Clínico, um Pavilhão Administrativo e uma Clínica de Psiquiatria e de Saúde Mental.

2.2.2 REDE PRIVADA DE SAÚDE

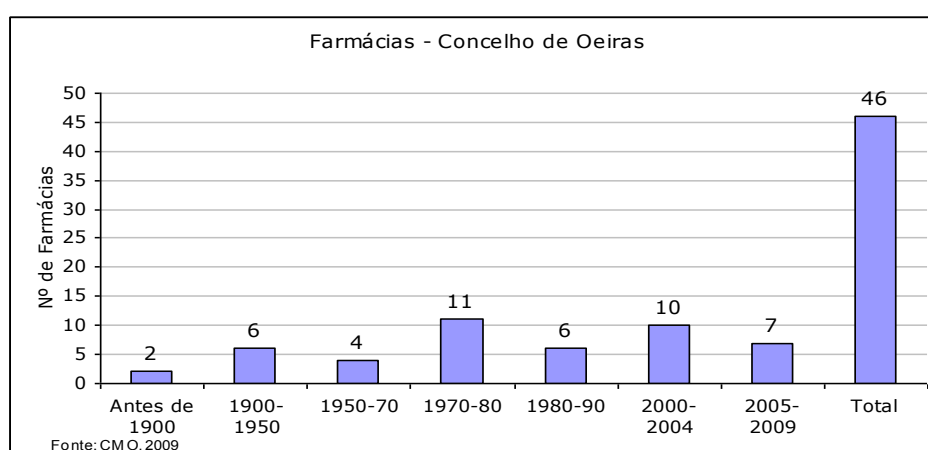
Acompanhando o processo de terciarização do concelho de Oeiras e de qualificação do seu território, assistiu-se nas últimas décadas ao reforço da componente privada de serviços e estruturas de Saúde, pela localização de diversas **clínicas médicas e médico/cirúrgicas**, abrangendo diversas especialidades médicas e disponibilizando múltiplos serviços complementares de diagnóstico - análises clínicas, radiografias, ecografias, TAC, nalguns casos considerados de referência. Por sua vez no INFARMED em Dezembro de 2009 estavam contabilizadas 17 **Parafarmácias**. Deste modo de uma situação de grande dependência face a Lisboa em termos de prestação de serviços de saúde mais especializados, Oeiras tornou-se mais equipado a este nível, pela localização, nestes últimos anos, de diversas unidades de saúde.

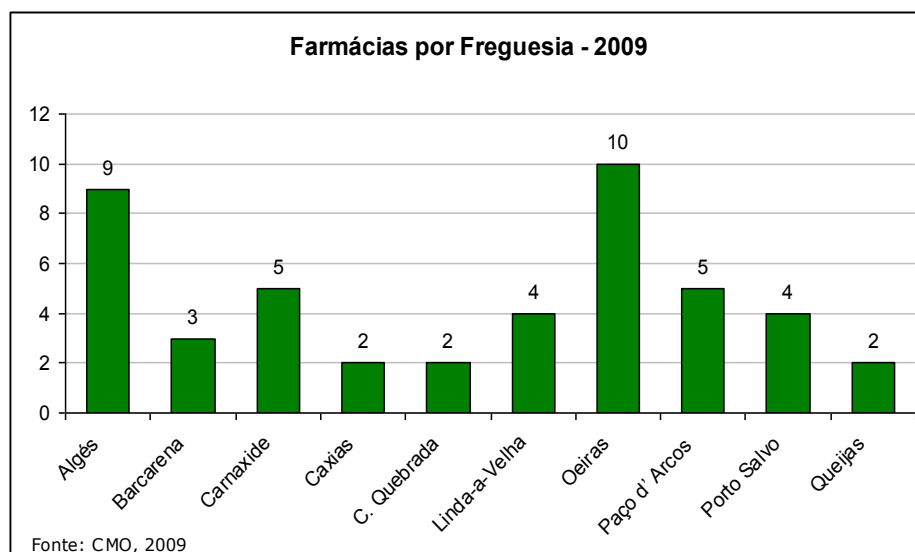
Em **Paço de Arcos** encontra-se em curso o processo tendente à construção da **Unidade de Saúde da Costa do Sol**, equipamento privado composto por uma unidade de internamento de média duração e reabilitação, com a lotação de 40 camas

(23 quartos) e uma unidade de longa duração e manutenção com a lotação de 40 camas (23 quartos), no total de 80 camas (34 quartos duplos e 12 quartos individuais). Este projecto pretende integrar a **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**, modelo de intervenção criado no âmbito dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social com o objectivo de promover a continuidade dos cuidados de saúde e apoio social a todo o cidadão que sofra temporária ou indefinidamente, de algum grau de dependência.

2.2.2.1 Farmácias

À data da elaboração do PDM existiam no território do Concelho de Oeiras 29 farmácias, o que era manifestamente insuficiente face à população residente, situação agravada pelo facto da maior parte dessas farmácias localizarem-se nas freguesias do litoral. Pela concretização do Programa “Farma 2001” e mais recentemente com as alterações legislativas referentes aos critérios de abertura de farmácias, designadamente a que respeita à transferência de farmácias da cidade de Lisboa para concelhos limítrofes, a cobertura do território de **Oeiras** no que se refere a farmácias melhorou substancialmente e em final de 2009 localizavam-se no concelho de Oeiras **46 farmácias**. Este total será proximamente reforçado com mais 2 unidades, assegurando uma cobertura farmacêutica bastante aceitável: 3.572 habitantes por farmácia (171 472 hab. (estimativa INE 2007) /3500, rácio oficial de hab./farmácia).





2.2.3 INDICADORES DE SAÚDE

Evolução de alguns Indicadores de Saúde – Concelho de Oeiras

Médicos por 1000 habitantes relativo ao total de habitantes ‰	1998	2008
	7,9	8,5
Pessoal de Enfermagem por 1000 habitantes ‰	2001	2008
	2,8	3,7
Taxa de mortalidade ‰	2001	2008
	8,6	8,3
Taxa quinquenal de mortalidade infantil ‰	1994/98	2004/2008
	6,8	2,6
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal ‰	1999/2003	2004/2008
	1,2	1,7
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório ‰	2003	2008
	3,4	3,0
Taxa de mortalidade por tumores malignos ‰	2003	2008
	2,3	2,8
Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória ‰	2003	2008
	0,5	0,3

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Indicadores Síntese	Oeiras	Grande Lisboa	Portugal
Profissionais de farmácia, 2008 (por local de trabalho)	71	881	4840
Pessoal ao serviço nos Centros de Saúde, 2008	390	4460	30579
Médicos por 1.000 habitantes, 2009 (por local de residência)	8,6	6,5	3,8
Enfermeiros por 1.000 habitantes, 2008 (por local de trabalho)	3,7	6,5	5,3
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2004/2008)	2,6	3,8	3,5
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2004/2008)	1,7	2,5	2,2
Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória	0,3	0,3	0,3
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,0	3,3	3,2
Taxa de mortalidade por tumores malignos	2,4	2,4	2,3

Fonte: INE, 2009

2.2.4 EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS DO PDM EM VIGOR

Prioridades estabelecidas em PDM 1994	Situação em 2009
1ª Prioridade Linda-a-Velha	Construída a nova UCSP de Linda-a-Velha , inaugurada em 1995.
2ª Prioridade Paço de Arcos Porto Salvo Caxias	Construída a nova UCSP de Paço de Arcos , inaugurada em 2007.
3ª Prioridade Algés/Miraflores Cruz Quebrada Dafundo	Em 2005, a UCSP do Dafundo mudou para novas instalações. Nova UCSP de Algés em construção.
4ª Prioridade Queijas Carnaxide Outurela/Portela	Concluído o projecto de execução para a nova UCSP de Carnaxide , cuja construção será suportada pelo Ministério da Saúde, embora sob responsabilidade do Município. A CMO disponibilizou um terreno para a construção de uma UCPS na freguesia de Queijas . Entretanto será criada uma Unidade de Cuidados na Comunidade nesta freguesia.
5ª Prioridade Barcarena Talaíde Queluz de Baixo Tercena Valejas	Foram feitas obras de melhoria na UCSP de Barcarena , mantendo-se a necessidade de criação de uma nova Unidade de Saúde. A CMO disponibilizou um terreno para a instalação de uma UCSP.

Fonte: PDM94, GDM

Freguesia	Equipamentos			
	Unidades de Saúde, SNS	Farmácias	Parafarmácias	USED
Algés	1	9	3	41
Barcarena	1	3	-	5
Carnaxide	1	5	1	21
Caxias	-	2	-	3
Cruz Quebrada Dafundo	1	2	-	6
Linda a Velha	1	4	6	21
Oeiras	4	10	4	37
Paço de Arcos	3	5	2	8
Porto Salvo	-	4	-	4
Queijas	-	2	1	3
Concelho	12	46	17	149

Fonte: GDM/CMO, 2009

Nota: As Unidades de Saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) dizem respeito às Unidades Funcionais que integram o ACES de Oeiras.

USED – Unidade de Saúde Privada (Clínicas Médicas, Clínicas Dentárias Clínicas de Fisioterapia e de Reabilitação)

2.2.5 INTERVENÇÃO DA AUTARQUIA

A CMO tem desenvolvido diversas acções no sentido de minimizar os efeitos das situações deficitárias, na promoção das condições de Saúde locais e que se traduzem não só na melhoria da rede de equipamentos, como também na qualificação da envolvente aos serviços de saúde.

A **Promoção da Saúde** é um investimento que exige o desenvolvimento de condições para a saúde física, mental e social bem como o apoio e suporte dos profissionais, parceiros sociais e decisores políticos, no sentido de melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das populações, envolvendo-as e responsabilizando-as pela adopção de estilos de vida saudáveis.

A CMO tem vindo a concretizar, autonomamente ou em articulação com outras estruturas, um conjunto de projectos e acções que têm como objectivo geral diminuir a incidência da doença e promover a saúde e o bem-estar, designadamente:

Programa Municipal de Educação Alimentar

Programa Municipal de Educação Sexual

Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências

Programa Municipal de Prevenção do Consumo Excessivo de Álcool

Programa “Oeiras, Município Acessível”

#CHAT – Gabinete de Atendimento a Jovens

Medidas de Emprego Protegido

Programa “Mexa-se Mais”

Projecto de Comparticipação Financeira de Medicamentos

Na prossecução dos objectivos enunciados para os diversos Programas desenvolvidos, são periodicamente organizadas diferentes iniciativas promotoras de hábitos de vida saudáveis, dirigidas a toda a população, que constituem espaços educativos e lúdico-pedagógicos. Estas iniciativas contemplam ainda a realização de diversos rastreios (colesterol, tensão arterial, avaliação do índice de massa corporal, glicemia, osteoporose, audição, visão, antitabágico, entre outros).

Uma outra linha de intervenção da CMO traduz-se no apoio técnico, logístico e financeiro a diversas entidades com actuação no âmbito da promoção da Saúde e redução dos factores de risco, nomeadamente aquelas que intervêm na área da **Toxicodependência**, da **Deficiência**, dos **Cuidados Continuados** e que contemplam projectos de promoção e educação para a saúde.

O reconhecimento da importância do trabalho em parceria e a necessidade de auscultar outros agentes intervenientes na área da saúde, levaram a Câmara Municipal de Oeiras a formar e presidir à **Comissão Municipal de Saúde**, um órgão de cariz consultivo, constituído por representantes de 39 Entidades. Desde 1989, a Comissão tem como objectivo contribuir para a definição de uma **Política de Saúde Municipal**, fomentando o debate na área da Saúde por parte das diversas entidades.

A Autarquia integra ainda a **Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis**, uma Associação que congrega um conjunto de municípios unidos pela vontade de promover a saúde e qualidade de vida das comunidades que representam, em concordância com os princípios e estratégias do Projecto de “Cidades Saudáveis” da Organização Mundial de Saúde. No âmbito dos trabalhos da RPCS já foi elaborada a **Carta de Saúde do Concelho de Oeiras** e mais recentemente o **Perfil de Saúde** para o qual houve a preocupação de elaborar estudos prévios de **Caracterização dos Comportamentos de Saúde da População** residente em Oeiras, através de questionários aplicados nas Escolas do concelho, aos Utentes dos Centros de Saúde e à População em geral. Desta forma podem-se identificar áreas de actuação com

indicação de prioridades consubstanciadas no futuro **Plano de Saúde**, que definirá metas e prazos para a realização das acções e identificando as condições de monitorização.

Mais recentemente foi aprovada a candidatura de Oeiras à Rede Europeia de Cidades Saudáveis⁶. Uma Cidade Saudável é, sobretudo, **uma cidade para todos os seus cidadãos**, inclusiva, sensível, dando apoio e resposta às suas diversas necessidades e expectativas. Oferece condições e oportunidades que apoiam estilos de vida saudáveis. Oferece um meio ambiente físico e construído que apoia a saúde, recreação, bem-estar, segurança, interacção social, mobilidade, orgulho e identidade cultural (OMS, 2009).

Esta Rede funciona por fases de cinco anos e neste momento encontra-se na V Fase, iniciada em 2009 e com término em 2013, dirigida para três áreas de acção:

- Investir em ambientes promotores de apoio e cuidados, que promovem a **inclusão social e a literacia em saúde** dos cidadãos, preocupando-se em dar resposta às suas necessidades e expectativas. Procuram ainda apoiar o desenvolvimento de serviços sociais e de saúde de resposta rápida, para além de políticas que dão ênfase à participação e empoderamento das suas crianças e idosos.
- Promover uma Vida Saudável, através do aumento das condições e oportunidades que apoiam **estilos de vida saudáveis**, actuando sobre políticas promotoras de ambientes sem fumo e planos de prevenção do consumo de álcool e de drogas, o fortalecimento dos sistemas de saúde locais e as redes de parcerias na prevenção de doenças não transmissíveis, a promoção de actividade física e alimentação saudável, o desenvolvimento de espaços e ambientes saudáveis.
- Promoção de Ambientes Saudáveis & Design, integrando considerações sobre a saúde nos processos, **programas e projectos de planeamento urbano saudável**, apoiando e promovendo a saúde, bem-estar, segurança e interacção social, a mobilidade e acessibilidade de todos os cidadãos. Além disso, as implicações e o impacto para a saúde pública das alterações climáticas será factor prioritário.

Cada vez mais se assume que a melhoria dos níveis de saúde é possível através de **políticas integrativas, intersectoriais e estratégicas**, direccionadas não apenas aos

⁶ A Rede Europeia de Cidades Saudáveis integra 89 cidades, num total de 30 países e Portugal faz-se representar por Montijo, Seixal, Viana do Castelo e desde Março de 2010 também por Oeiras.

indivíduos mas também aos seus espaços de vida: reduzir as iniquidades no acesso e na utilização dos recursos, promover a coesão territorial e social; transformar territórios de risco em territórios promotores de saúde.

Para além das restrições relacionadas com o acesso aos recursos materiais e, genericamente, às oportunidades que possibilitam uma vida saudável, a privação relativa e a iniquidade social reduzem os níveis de capital e de coesão social e fragilizam as relações sociais, aumentando o isolamento social, a falta de controlo, a insegurança, o stress, a ansiedade e a baixa auto-estima, condições que têm sido relacionadas com maus resultados em saúde (física e mental). Considera-se, assim, essencial diminuir as desigualdades socioeconómicas existentes e incrementar a organização social, promovendo níveis de participação e de compromisso.

2.2.6 CARACTERIZAÇÃO DOS PADRÕES DE COMPORTAMENTO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE OEIRAS⁷

A Saúde das pessoas é fortemente condicionada pelas suas condições de vida e de trabalho, pelo ambiente físico e socioeconómico e pela qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde, tentando assim imprimir uma mudança na forma como os indivíduos, as comunidades, as organizações de voluntariado e o poder local pensam, compreendem e tomam decisões sobre a saúde.

A literatura técnico-científica tem vindo a abordar o tema e, com o avanço das ciências médicas e biológicas, percebe-se hoje que a saúde individual é, de facto, algo complexa, dependendo de hábitos e estilos de vida, do meio ambiente envolvente em termos socioculturais, económicos e físicos, sem esquecer o grau de acessibilidade de cada indivíduo a cuidados de saúde com qualidade. Nesta perspectiva, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define a Saúde como um estado de bem-estar físico, social e mental capaz de permitir que cada pessoa seja capaz de desenvolver actividades e de se adaptar ao meio ambiente em que vive.

A Câmara Municipal de Oeiras (CMO), atenta a esta realidade, tem vindo a estudar a melhor forma de actuar e de contribuir positivamente para uma vida mais saudável da

⁷ O Estudo “**Caracterização dos Padrões de Comportamentos de Saúde da População do Concelho de Oeiras**” foi elaborada por uma equipa do INA em 2008, que produziu três relatórios intercalares, relativos à população em geral, à população escolar e aos utentes dos Centros de Saúde.

sua população. Deste desafio nasceu o projecto “**Caracterização dos Padrões de Comportamentos de Saúde da População do Concelho de Oeiras**” que produziu três relatórios intercalares, onde são estudados com maior profundidade os padrões de comportamentos de saúde da população do Concelho de Oeiras, incluindo a população escolar e os utentes dos Centros de Saúde. Deste estudo pode-se retirar alguma caracterização de síntese interessante que pode complementar a que se retira dos indicadores clássicos de Saúde.

A grande maioria da população tem **médico de família**, havendo no entanto cerca de 14% que não o tem. Esta falta de cobertura por médico de família é particularmente notória nas Freguesias de Barcarena, Carnaxide e Paço de Arcos. Em sentido oposto, Cruz Quebrada/Dafundo e Porto Salvo têm taxas de cobertura acima dos 93%. As mulheres têm melhor acessibilidade, relativamente aos homens, o mesmo acontecendo com a população mais idosa. Em sentido inverso, quanto mais elevado o estatuto socioeconómico, menor a taxa de cobertura por médico de família. Refira-se, ainda, que mesmo entre os utentes dos centros de saúde, cerca de 8% não tem médico de família.

Os principais **motivos das visitas ao centro** são a consulta regular ou de urgência, o recurso a meios complementares de diagnóstico e terapêutica e a obtenção de receita médica. Por outro lado, a maioria da população (65%) diz ter tido uma consulta de rotina há menos de 6 meses, prazo que tende a ser inferior na população mais idosa e superior na mais jovem.

O **Serviço Nacional de Saúde (SNS)** é o sistema mais frequentemente utilizado por metade da população, repartindo-se a outra metade de igual forma por sistemas comparticipados e privados. Dos sistemas comparticipados, os mais relevantes são a ADSE, em metade dos casos, e os SAMS, em cerca de um quarto. Os sistemas privados são financiados na sua maioria (60%) pelos próprios indivíduos, percentagem que aumenta com a idade. A prevalência do SNS é tão mais importante quanto menor o estatuto socioeconómico da população ou maior a sua idade, observando-se a tendência inversa no caso dos sistemas comparticipados e, sobretudo, dos privados.

Quanto à percepção que a população tem do seu próprio **estado de saúde**, a grande maioria considera-o bom ou razoável, embora piore com o aumento da idade. De facto, no escalão etário com 65 anos ou mais, quase metade da população considera o seu estado de saúde mau ou com alguns problemas.

As **fontes de informação** a que a população mais recorre para se aproximar de um estilo de vida saudável são o médico de família, a televisão e as campanhas e folhetos, estas duas últimas sendo mais prevalentes nos jovens e nas mulheres, que também recorrem mais frequentemente aos amigos, à internet e à família. A população mais idosa apoia-se mais nos médicos, o mesmo acontecendo na população de estatuto socioeconómico mais baixo. Ao inverso, uma mais elevada condição socioeconómica está associada ao recurso à internet, à família e aos amigos.

O **Associativismo** pode ser encarado como um indicador proxy da abertura familiar às formas de intervenção e participação cívica. Nesse sentido, importa referir que cerca de um terço da população pertence a alguma forma associativa (associação, colectividade, clube, etc.), resultado igualmente encontrado na população escolar do Concelho. A Freguesia de Porto Salvo atinge a mais elevada taxa de associativismo (41%).

Ambiente Educacional/Escolar

De forma a apurar o papel dos jovens do Concelho no que toca aos **comportamentos violentos**, percebeu-se que o envolvimento confessado em rixas não acontece de todo na maioria dos casos (80%), acontece raramente em 21% dos casos e frequentemente em apenas 1,5% dos casos. Ainda de salientar que a violência escolar está sobretudo associada a jovens do sexo masculino. É também optimista o indicador que nos dá conta de que apenas 13% dos jovens inquiridos refere já ter sido vítima de agressão ou de roubo.

Quanto às **formas de comunicação** entre amigos, os jovens preferem maioritariamente o contacto pessoal (sendo a primeira escolha em 67% dos casos), embora haja já alguma penetração do telemóvel e da internet (primeira escolha em 21% e 13% dos casos, respectivamente). Refira-se ainda que o telemóvel constitui uma forma de comunicação mais frequente nas raparigas, enquanto que a internet o é nos rapazes.

Actividade Física/Prática Desportiva vs Sedentarismo

Quase metade da população (48%) afirma nunca ou raramente praticar **desporto** ou outra actividade física. A percentagem de homens que assegura fazer exercício físico mais de duas vezes por semana ou diariamente é ligeiramente superior ao das

mulheres que declaram o mesmo (26% e 22%, respectivamente). Tendencialmente, a população adulta mais jovem faz exercício mais frequentemente do que a população mais velha. Este último grupo mostra menor predisposição para fazer exercício de forma a manter ou melhorar a sua imagem física.

A **frequência de exercício físico** é superior nos escalões socioeconómicos mais elevados. No caso dos mais novos, a prática desportiva fora da escola parece ser uma regra geral, especialmente nos rapazes do 3º Ciclo, que admitem fazer exercício com mais frequência do que as raparigas. Relativamente à despesa mensal na prática de algum tipo de actividade física, as mulheres investem mais do que os homens, apesar da maioria da população (65%) não ter qualquer despesa com esta actividade.

É sobretudo na população mais jovem e com melhor condição socioeconómica que se encontram níveis de investimento mais elevados. Mais de metade dos utentes dos centros de saúde (56%) revela ser gratuita a actividade física que pratica. Também a maioria da população escolar (55%) refere que a actividade desportiva realizada fora da escola é gratuita, embora seja mais frequente a actividade ser paga entre os alunos do 3º Ciclo. Importa referir que este último dado poderá significar que a oferta de actividade gratuita é insuficiente, uma vez que são estes alunos os que praticam com mais frequência desporto fora da escola.

No capítulo do **sedentarismo** na população escolar, a internet parece ter suplantado a televisão. De facto, se mais de um terço dedica entre 2 e 5 horas diárias a ver televisão (40%) e à internet (39%), são mais do dobro aqueles que dedicam mais de 5 horas à internet (13%) do que à televisão (6%). Por outro lado, são sobretudo os estudantes do 3º Ciclo que passam mais de 5 horas na internet. Este dado parece indicar que, apesar de praticarem com mais frequência actividade física fora de casa, e não obstante a pesada carga horária característica deste ciclo do ensino, o tempo que os mais novos passam em casa é na internet.

Hábitos alimentares

Em termos gerais, a população do concelho de Oeiras revela ter cuidados com os seus **hábitos alimentares**, já que os seus comportamentos de saúde nesta dimensão revelam uma preocupação positiva com o respeito dos referenciais de saúde aplicáveis à rotina alimentar. Mas como comportamento não saudável está a fraca ingestão média diária de água: mais de metade da população (58%), e de forma acentuada nos homens, demonstra um consumo deficitário de água, segundo as

recomendações da OMS. Verifica-se também que é na população acima dos 64 anos que o consumo diário recomendado é menos frequente, já que apenas 29% dos idosos consome 4 a 6 copos de água por dia.

Consumo de medicamentos e automedicação

Quase dois terços da população do concelho de Oeiras (65%) tomam medicamentos, na quase totalidade das vezes (98%), por prescrição médica.

Verifica-se também que é na população de condição socioeconómica mais baixa que se consomem mais medicamentos assim como, compreensivelmente, nos escalões etários mais elevados (93% da população com 65 anos ou mais). Contudo, é a população mais jovem que mais recorre à automedicação (5%).

Consumo de tabaco

A larga maioria da população (cerca de 83%) não fuma, 12% fuma menos de um maço por dia e apenas 4% fuma um maço ou mais. Os homens e a população mais nova são quem mais fuma, não tendo sido estabelecida nenhuma relação directa com o estatuto socioeconómico.

Quase metade da população escolar do Concelho de Oeiras (45%) já experimentou tabaco, percentagem mais significativa nas raparigas e nos mais velhos. São sobretudo os mais velhos que fumam (13% contra 3% nos mais novos), havendo também mais raparigas que fumam de forma continuada, embora os rapazes que fumam o façam em maiores quantidades.

Consumo de drogas

Existem no concelho de Oeiras comportamentos de risco no que se refere ao consumo de drogas, na medida em que, por um lado, uma em cada cinco pessoas conhece alguém que consome drogas e, por outro lado, o tipo de drogas mais reconhecidas são o haxixe (em 74% dos casos) e a cannabis (53%), seguidas pela cocaína (26%). São os mais jovens que conhecem mais situações de consumo de droga, dando mais relevância ao haxixe e à cannabis, enquanto que a população mais idosa refere mais a heroína



Consumo de álcool

A população do concelho de Oeiras consome mais frequentemente bebidas fermentadas do que destiladas. No que se refere à população escolar do 3º Ciclo, 62% já experimentou bebidas alcoólicas, valor que sobe para 96% no caso dos alunos do secundário. Não obstante a maioria não beber regularmente, 10% dos mais novos e 43% dos mais velhos fá-lo ao fim de semana.



Hábitos preventivos na condução rodoviária

Mais de metade dos condutores do concelho de Oeiras excede ocasionalmente os limites de velocidade, sendo que apenas uma minoria (7%) o faz frequentemente. Por outro lado, trata-se de um comportamento mais associado aos homens e à população mais jovem, sendo que também é mais prevalente nos escalões socioeconómicos mais elevados.



POPULAÇÃO JOVEM

Comportamentos saudáveis 	Comportamentos de risco 
Grau de associativismo elevado nos rapazes	Incidência significativa de IMC abaixo do normal
Predisposição para fazer mais actividade física e melhorar alimentação	Insuficiente oferta de actividades desportivas gratuitas
Prática desportiva fora da escola significativa, sobretudo nos rapazes	Prática de andar a pé insuficiente Períodos extensos de televisão, mas sobretudo na internet, com especial relevo nos mais novos
Preferência por contacto pessoal com amigos	Percentagem significativa não toma pequeno-almoço, com especial relevo nas raparigas
Maioria prefere almoçar em casa ou no refeitório da escola	Percentagem significativa almoça no bar da escola (mais novos) ou em estabelecimentos comerciais (mais velhos)
Consumo equilibrado de lacticínios, cereais e água	Consumo insuficiente de legumes Consumo elevado de refrigerantes, sobretudo nos rapazes
Baixa incidência de doença crónica (embora se destaquem a asma e as alergias) Boa informação sobre doenças sexualmente transmissíveis e gravidez	Período de sono insuficiente Percentagem elevada não usa preservativo ou apenas ocasionalmente
Consumo reduzido de drogas	Percentagem significativa fuma regularmente, com especial relevo nas raparigas e nos mais velhos
	Percentagem significativa consome álcool aos fins-de-semana, com especial relevo nos mais velhos Incidência significativa de fenómenos violentos, sobretudo nos rapazes Incidência significativa de casos de violência doméstica, reconhecidos mais pelas raparigas

POPULAÇÃO ADULTA

Comportamentos saudáveis 	Comportamentos de risco 
Responsabilidade e participação cívica relativamente elevada (grau de associativismo significativo, com excepção da Freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)	IMC elevado, com incidência significativa da obesidade
Predisposição para fazer mais actividade física e melhorar alimentação	Baixa taxa de cobertura por médico de família
Consumo reduzido de tabaco e bebidas alcoólicas, sobretudo nas mulheres	Prática desportiva insuficiente, sobretudo nas mulheres e nos escalões socioeconómicos mais baixos
Alimentação geralmente equilibrada, sobretudo nas mulheres	Prática insuficiente de andar a pé, sobretudo nas mulheres, nos mais jovens e nos escalões socioeconómicos mais elevados
Percentagem elevada toma pequeno-almoço em casa	Consumo reduzido de água
Recurso frequente a consultas de rotina	Período de sono insuficiente, sobretudo nos escalões socioeconómicos mais baixos
Baixa incidência da automedicação	
Boa informação sobre doenças sexualmente transmissíveis	

POPULAÇÃO IDOSA

Comportamentos saudáveis 	Comportamentos de risco 
Responsabilidade e participação cívica acrescida Recurso mais frequente a médicos como fonte de informação	Condição socioeconómica mais precária
Elevada predisposição para alterar comportamentos	Percepção negativa sobre o seu estado de saúde
Melhores taxas de cobertura por médico de família	Prática insuficiente de exercício físico ou de andar a pé
Consultas de rotina mais frequentes	Consumo elevado de medicamentos
Percentagem elevada toma pequeno-almoço em casa	Consumo insuficiente de água
Consumo reduzido de carne	

TENDÊNCIAS MAIS RELEVANTES

Freguesia	Caracterização	Situação de saúde	Comportamentos
Algés	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão médio do Concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Padrão médio do Concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomam mais pequeno-almoço em casa ▪ Andam mais a pé
Barcarena	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População mais jovem ▪ Trabalha mais fora de Oeiras e Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorrem mais à internet ▪ Menor cobertura por médico de família ▪ Menos consultas de rotina ▪ Tomam menos medicamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomam menos pequeno-almoço em casa ▪ Andam menos a pé
Carnaxide	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalha mais em Oeiras 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Menor cobertura por médico de família 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomam menos pequeno-almoço em casa ▪ Andam menos a pé ▪ Dormem mais ▪ Mais predispostos para usar produtos de beleza
Caxias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais filhos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorrem mais aos amigos ▪ Tomam mais medicamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomam mais pequeno-almoço em casa ▪ Maior consumo de bebidas fermentadas ao fim de semana
Cruz Quebrada /Dafundo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais população idosa ▪ Menos filhos ▪ Menos habilitações ▪ Trabalham mais em Lisboa ▪ Menor associativismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorrem - à família ▪ Maior cobertura por médico de família ▪ Mais consultas de rotina ▪ Tomam menos medicamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consomem - bebidas fermentadas ▪ Dormem + ▪ Menos predispostos para usar produtos de beleza ▪ Maior reconhecimento do haxixe
Linda-a-Velha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População mais velha ▪ Menos habilitações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorrem menos à internet ▪ Tomam mais medicamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomam menos pequeno-almoço e/ casa ▪ Consomem mais bebidas fermentadas ▪ Andam mais a pé ▪ Dormem menos ▪ Menor reconhecimento do haxixe
Oeiras e São Julião da Barra	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalham mais na Freguesia de residência ▪ Maior associativismo 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais predispostos para usar produtos de beleza
Paço de Arcos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População mais jovem ▪ Mais habilitações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorrem mais aos amigos ▪ Menor cobertura por médico de família ▪ SNS menos importante ▪ Regimes comparticipados mais importantes ▪ Tomam menos medicamentos 	
Porto Salvo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Menos habilitações ▪ Trabalham mais em Oeiras ▪ Maior associativismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorrem menos aos amigos ▪ Maior cobertura por médico de família ▪ SNS mais importante 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais predispostos para usar produtos de beleza
Queijas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População mais velha ▪ Menos habilitações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recorrem menos à família ▪ Regimes comparticipados mais importantes ▪ Tomam mais medicamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consomem mais bebidas fermentadas ▪ Menos predispostos para usar produtos de beleza

Em síntese e atendendo ao quadro evolutivo dos indicadores de saúde do concelho de Oeiras, e à rede de equipamentos podemos concluir que se verificou uma melhoria significativa a este nível. A própria componente privada de serviços e estruturas de saúde registou uma grande evolução pela localização de diversas clínicas médicas e médico/cirúrgicas, abrangendo diversas especialidades médicas e disponibilizando

múltiplos serviços complementares de diagnóstico - análises clínicas, radiografias, ecografias, TAC - considerados de referência.

A rede de farmácias bastante deficitária no início dos anos noventa, com os transtornos que daí advinham para a população registou alterações pela abertura de várias farmácias, ficando o território concelhio com uma melhor cobertura farmacêutica.

Acresce que a própria autarquia procurou fazer o diagnóstico do vector da Saúde tendo-se produzido a Carta de Saúde do concelho de Oeiras que caracteriza de forma exhaustiva a rede de equipamentos de saúde e posteriormente, de forma a caracterizar os padrões de comportamento de saúde da população residente, elaborou o Perfil de Saúde. Num quadro de informação reduzida ao nível concelhio de indicadores de saúde, estes documentos permitem ultrapassar essa situação, cumprindo simultaneamente os compromissos assumidos pela adesão de Oeiras à Rede das Cidades Saudáveis.

Ainda que não seja da responsabilidade da edilidade a resolução das carências sentidas e identificadas ao nível dos equipamentos de saúde, a autarquia de Oeiras tem procurado em articulação com Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, ter um papel interventivo na programação da rede de equipamentos de saúde, quer pela disponibilização de terrenos, quer através de contratos programa, avançando com a construção de alguns equipamentos, são disso exemplo a construção da nova Unidade de Saúde de Paço de Arcos, já em funcionamento e da nova Unidade de Saúde de Algés (em construção). Em todo o caso persistem carências aos níveis qualitativo e quantitativo que decorrem da existência de situações cujos serviços funcionam em construções adaptadas para o efeito, desajustadas e inadequadas (freguesia de Barcarena) a uma boa prestação dos cuidados de saúde, isto num quadro de maior exigência da população a este nível, e no caso das segundas, pela existência de algumas áreas do Concelho, que recentemente viveram novas dinâmicas populacionais e que não foram acompanhadas pelo desejável planeamento da rede de equipamentos desta natureza (freguesia de Queijas).

2.3 SISTEMA SOCIAL

As transformações verificadas na sociedade obrigaram a novas formas de intervenção e ao ajustamento das respostas sociais existentes e até mesmo à criação de novas respostas e serviços. De facto, as alterações demográficas e de estrutura e modelo familiar, bem como o acentuado envelhecimento da população e o surgimento de formas de exclusão social traduzem-se numa maior complexidade social a que a **rede de equipamentos e serviços do concelho de Oeiras** procura dar resposta nos diferentes níveis.

Os equipamentos sociais são a expressão física da maioria das respostas sociais, de natureza residencial, ambulatória ou mista. Todas as freguesias do concelho de Oeiras estão servidas por equipamentos sociais quer dirigidos à Infância e Juventude, quer à População Idosa e de modo genérico à Família e Comunidade.

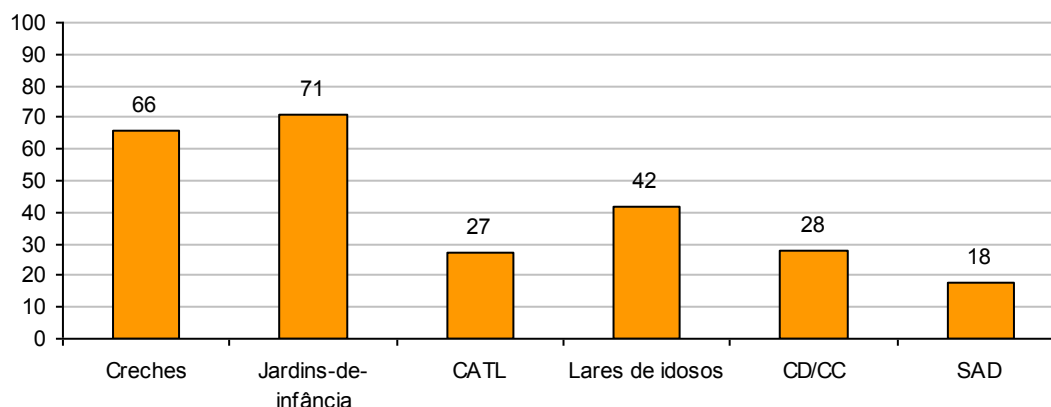
Em 2008 estavam em funcionamento **180 equipamentos**⁸, dos quais 77 pertencem à rede solidária, 86 à rede lucrativa e 16 à rede pública, que representavam 268 respostas sociais. Destas respostas, 180 situam-se na área da **Infância** - Creche, Jardim-de-Infância, Centro de Actividades de Tempos Livres - e 88 na dos **Idosos** - Lar, Centro de Dia/Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário.

Se atendermos à natureza jurídica verifica-se que do total de **equipamentos de infância** 50 são lucrativos, 41 pertencem à rede solidária e 16 são jardins-de-infância da rede pública. Os **equipamentos de apoio a idosos** dividem-se equitativamente entre lucrativos e Instituições Particulares de Solidariedade Social, IPSS. A freguesia Oeiras e São Julião da Barra é a freguesia com mais equipamentos, num total de 28, e Cruz Quebrada Dafundo a freguesia com o número mais reduzido de equipamentos, sendo também a de menor dimensão e com população reduzida.

Quanto às **respostas sociais** presentes nestes equipamentos distribuem-se da seguinte forma: na área da infância existem 66 creches, 87 jardins-de-infância (71 pertencem às redes solidária e lucrativa (43 e 28 respectivamente) e 16 à rede pública), 27 centros de actividades de tempos livres; no apoio aos idosos referenciaram-se 42 lares de idosos, 28 centros de dia/centros de convívio e 18 serviços de apoio domiciliário.

⁸ Carta Social do Concelho de Oeiras - Rede de Equipamentos e Serviços, CMO, 2009.

Respostas Sociais dos Equipamentos



	Respostas do Equipamento por natureza jurídica													
	Lucrativos							IPSS						
	C	JI	CATL	Lar	CD/CC	SA D	Total	C	JI	CATL	Lar	CD/CC	SAD	Total
Algés	3	2	1	1	.	3	10	3	3	1	1	4	2	14
Barcarena	4	6	1	3	.	.	14	2	3	4	1	5	1	16
Carnaxide	2	2	.	2	.	.	6	5	4	4	1	3	2	19
Caxias	1	1	2	3	2	1	1	2	2	11
Cruz Q. Dafundo	1	2	.	1	.	.	4	.	1	1	.	1	1	4
Linda-a- Velha	7	8	4	5	.	.	24	1	2	1	1	2	1	8
Oeiras S.J. Barra	7	10	3	8	2	.	30	4	5	1	2	4	1	17
Paço de Arcos	4	4	1	6	.	.	15	3	2	.	.	2	2	9
Porto Salvo	7	6	2	4	.	1	20	5	4	2	.	2	1	14
Queijas	1	2	.	1	.	.	4	3	2	.	4	1	1	11
Total	37	43	12	31	2	4	129	29	28	15	11	26	14	123

Fonte: Carta Social do Concelho de Oeiras, CMO 2009

A necessidade por parte das famílias de encontrarem uma resposta adequada para a guarda das crianças traduziu-se no reforço da rede de **estabelecimentos de educação pré-escolar**, quer da rede pública quer da rede solidária e lucrativa, nomeadamente junto dos parques empresariais, acompanhando a dinâmica de localização de empresas no concelho, com quadros jovens que procuram, na proximidade ao local de trabalho, estabelecimentos onde deixar os seus filhos.

Ao nível das respostas destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em situação de risco assinala-se o **Instituto Condessa de Cuba** pertencente à Associação Resgate, e o **Centro de Alojamento Temporário de Tercena**. No acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo para além da unidade de acolhimento de emergência da **Casa da Fonte**, existe em Outurela/Portela a **Casa do Parque** pertencente à Associação Crescer Ser - Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família.

O envelhecimento demográfico caracterizado por um lado pela tendência para a diminuição das taxas de natalidade e por outro pelo aumento da esperança média de vida, tem-se traduzido num aumento do número de respostas de apoio aos **idosos**, quer ao nível de equipamentos quer dos próprios serviços.

O **Serviço de Apoio Domiciliário** tem sido uma resposta com grande crescimento o que configura a preocupação em retardar a institucionalização dos idosos. O reforço da capacidade das instituições que prestam este tipo de apoio e o aparecimento de diversas empresas vocacionadas na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a pessoas idosas, que por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou actividades da vida diária, confirmam esta tendência.

A um outro nível regista-se o aparecimento de universidades e academias seniores: **Universidade Sénior de Oeiras**, **USILA** em Algés, **Universidade Nova Atena** em Linda-a -Velha e a **Academia Cultural de Paço de Arcos**. Todas elas visam criar e dinamizar regularmente actividades culturais, educacionais e de convívio, para e pelos maiores de 50 anos, num contexto de formação ao longo da vida, em regime informal.

Na **Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência**, existem no concelho de Oeiras algumas instituições vocacionadas para o apoio à população portadora de deficiência, abrangendo quer a população adulta, quer a população jovem:

- **CERCI de Oeiras** - trata-se de uma instituição dedicada à educação e reabilitação de deficientes, englobando as respostas de lar residencial, intervenção precoce, serviço de apoio domiciliário a deficientes, centro de actividades ocupacionais e mais recentemente um centro de recursos para a inclusão.

- **Centro Nuno Belmar da Costa - Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral** que visa dar assistência a jovens adultos com Paralisia Cerebral e problemas neurológicos afins, com grave incapacidade motora.

- **Casa de Betânia** – lar residencial que acolhe pessoas com deficiência intelectual. Compõe-se de várias estruturas: para além da Casa de Betânia em Queijas, a Casa do Farol em Oeiras, a Casa da Fonte e o Centro de Recursos Sociais ambas também em Queijas.

Para apoio às **Pessoas com Doença Mental ou Psiquiátrica** mencione-se a Unidade Sociocupacional de Oeiras “Farol do Bugio” da ARIA - Associação de Reabilitação e Integração Ajuda e Oeiras, que visa ajudar a pessoa com problemas de saúde mental a adquirir os recursos necessários à sua reabilitação e integração socioprofissional, incentivando-a na aquisição de autonomia socioeconómica, através do desenvolvimento de competências socioprofissionais.

A multiplicidade de respostas sociais para apoio às **famílias** e que visam o reforço do seu papel e da comunidade tendem a ser cada vez mais polivalentes e articuladas. Com efeito os **Centros Comunitários**, os **Centros de Apoio à Vida**, a **Ajuda Alimentar**, o **Banco de Bens Doados** são respostas que através de equipamentos e/ou de serviços procuram de alguma forma atender às crescentes necessidades sociais.

No domínio das respostas destinadas à satisfação de necessidades de lazer destacam-se duas estruturas que, não obstante se revestirem de contornos turísticos, assumem uma vertente social: o **INATEL** e a **Pousada de Catalazete**, ambas em Oeiras.

Para apoio e acompanhamento das **Toxicodependências**, os munícipes de Oeiras contam com a **Unidade de Tratamento de Oeiras** pertencente ao Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT), do Ministério da Saúde que tem desenvolvido um trabalho relevante na área da prevenção, tratamento, reinserção e redução de riscos e danos da toxicodependência.

Duas outras instituições procuram dar resposta às problemáticas associadas aos comportamentos aditivos e à prevenção de consumos compulsivos o **IDEQ - Instituto de Prevenção e Tratamento da Dependência Química**, e a **Ares do Pinhal - Associação de Recuperação de Toxicodependentes**.

Ainda no domínio dos apoios sociais, menciona-se o **CASO, Centro de Apoio Social de Oeiras**, que constitui o maior centro social do **IASD, Instituto de Acção Social das Forças Armadas** e o **Centro Educativo Padre António Oliveira**, em Caxias, equipamento de reinserção social pertencente à Rede Nacional de Centros Educativos, que está sob a Direcção Geral de Reinserção Social do Ministério da Justiça

Um dos cinco **vectores estratégicos** definidos no PDM foi o “desenvolvimento de serviços qualificados às populações, designadamente nas áreas de saúde, desporto, recreio e lazer e de segmentos específicos de turismo (PDM, 1994)”, ora quanto aos **equipamentos e serviços sociais** verifica-se que se deu uma grande evolução quer pelo aparecimento de novos equipamentos, quer pela multiplicidade de novas respostas e de novos serviços que procuram não só o apoio à Família e Comunidade, designadamente a determinados públicos-alvo (crianças e jovens, idosos, pessoas deficientes...), como dar resposta às crescentes problemáticas sociais.

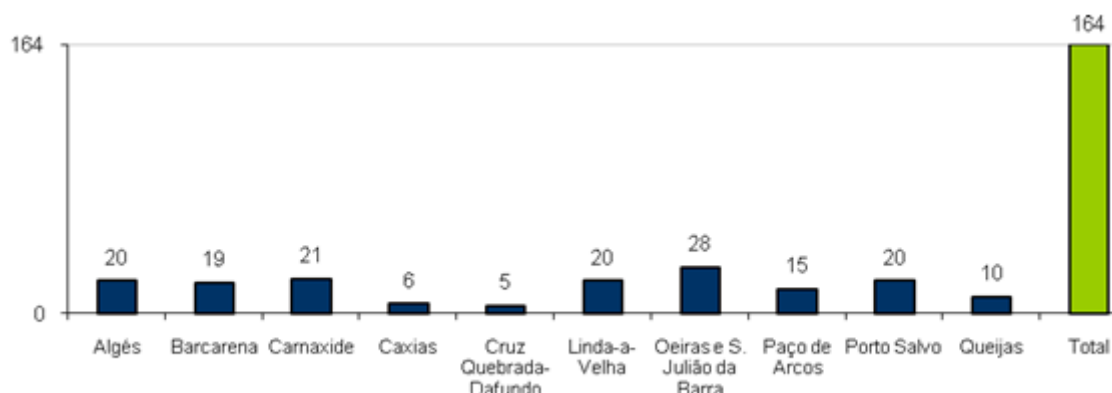
2.3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

A caracterização que se segue reporta-se aos equipamentos sociais que englobam as respostas sociais de Creche, Jardim-de-infância, Centro de Actividades de Tempos Livres, Lar de Idosos, Centro de Dia/Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário. No âmbito do estudo “Carta Social do Concelho de Oeiras - Rede de Equipamentos e Serviços” foram inquiridos um total de 164 equipamentos com as respostas acima mencionadas e distribuídas pelas 10 freguesias do Concelho, dos quais 86 são lucrativos e 78 pertencentes à rede solidária.

Equipamentos por Freguesia

Verifica-se que independentemente do tipo de resposta social, a freguesia de Oeiras e São Julião da Barra tem mais oferta que as restantes. Por outro lado, a freguesia da Cruz Quebrada - Dafundo é a que apresenta um menor número de equipamentos aí localizados.

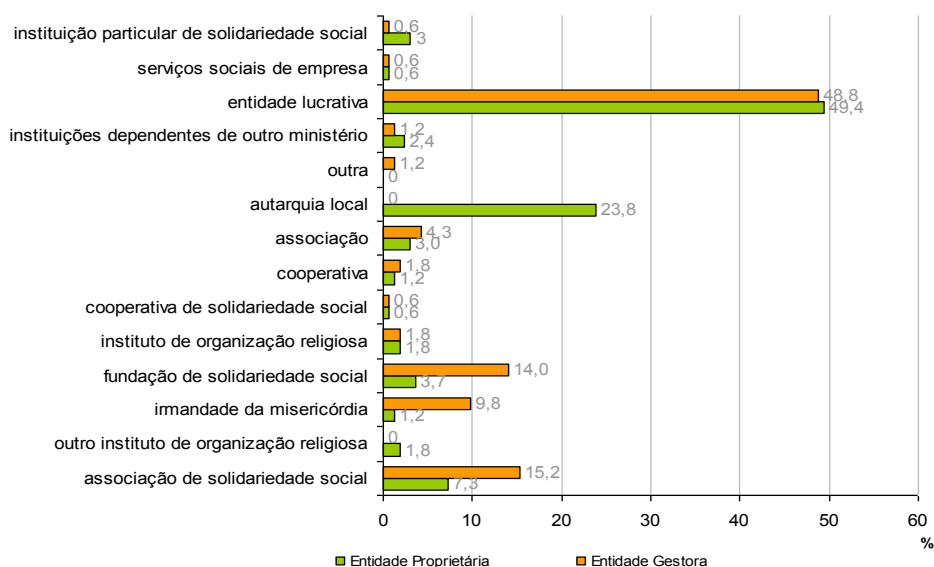
Equipamentos por freguesia



Natureza jurídica das entidades proprietária e gestora

Considerando um total de 164 equipamentos questionados, apresenta-se no gráfico seguinte a distribuição das respectivas entidades proprietária⁹ e gestora pelas diversas naturezas jurídicas. Verifica-se que a maioria das entidades proprietárias e gestoras são entidades lucrativas. A autarquia local é proprietária de um número considerável de equipamentos, mais precisamente 39 equipamentos, muito embora não faça a gestão de nenhum deles.

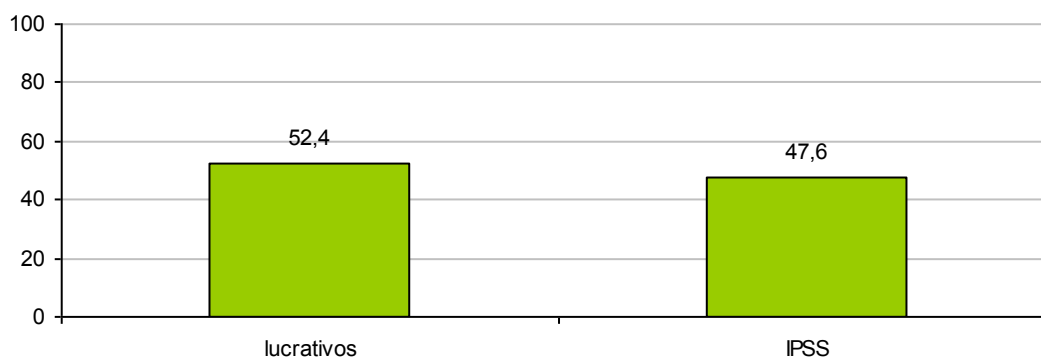
Natureza jurídica das entidades proprietária e gestora



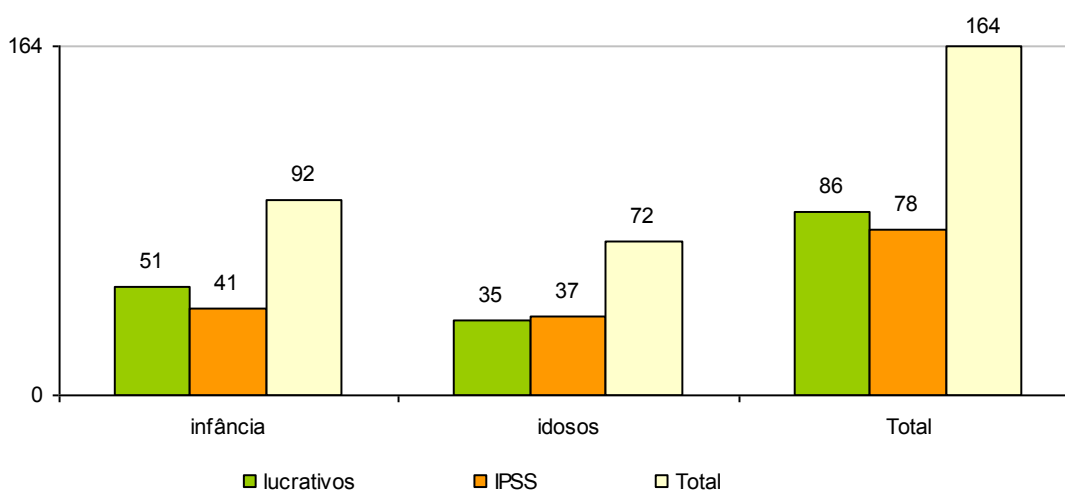
⁹ No contexto da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), a Entidade Proprietária, refere-se a qualquer entidade, individual ou colectiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

Considerando apenas os dois tipos de equipamentos presentes, podemos ver que a maioria são lucrativos, muito embora a distribuição seja muito aproximada.

Tipo de equipamento



Os equipamentos da área da infância têm uma maior expressividade no total dos equipamentos do Concelho. Numa outra leitura, percebemos ainda que os equipamentos de natureza lucrativa existem em maior número.



Natureza jurídica da entidade proprietária e gestora por freguesia

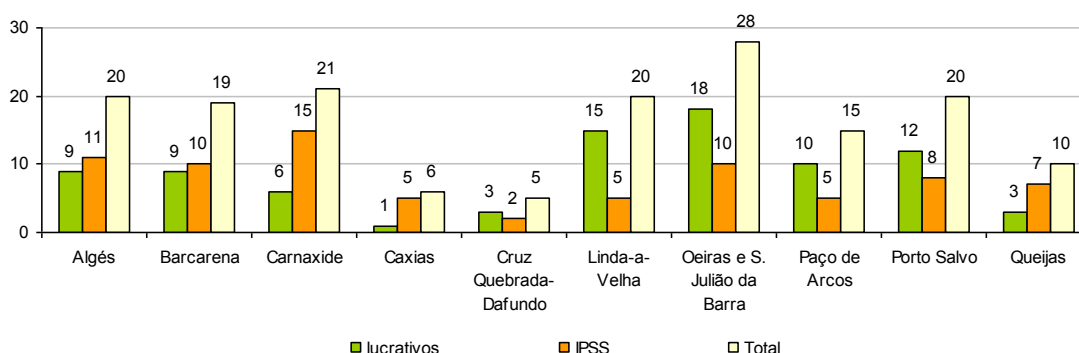
Considerando a natureza jurídica da **entidade proprietária** dos equipamentos¹⁰ em cada freguesia verifica-se que em todas, com excepção de Caxias, a maioria é de natureza lucrativa. Na freguesia de Caxias há 6 equipamentos, e apenas um deles é lucrativo, três pertencem à autarquia local, um a uma fundação de solidariedade social, e outro a um instituto de uma organização religiosa.

A freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra é, como já referimos, aquela com maior número de equipamentos, sendo também a freguesia com o maior número de entidades proprietárias de natureza lucrativa.

Considerando a natureza jurídica da **entidade gestora**, a maioria é também lucrativa, excepto nos casos de Caxias e Carnaxide, únicas freguesias onde predominam as entidades da rede solidária na gestão dos equipamentos. Em Caxias apenas uma entidade gestora tem natureza lucrativa. Em Algés e Barcarena entre as entidades gestoras predominam as associações de solidariedade social, embora em número muito próximo dos lucrativos.

Atendendo à distribuição dos equipamentos por **freguesia** segundo a sua natureza jurídica (IPSS ou lucrativo), verificamos que Linda-a-Velha e Oeiras e S. Julião da Barra são as freguesias com maior número de equipamentos lucrativos. Por outro lado, Carnaxide e Algés são as freguesias com mais equipamentos pertencentes à rede solidária.

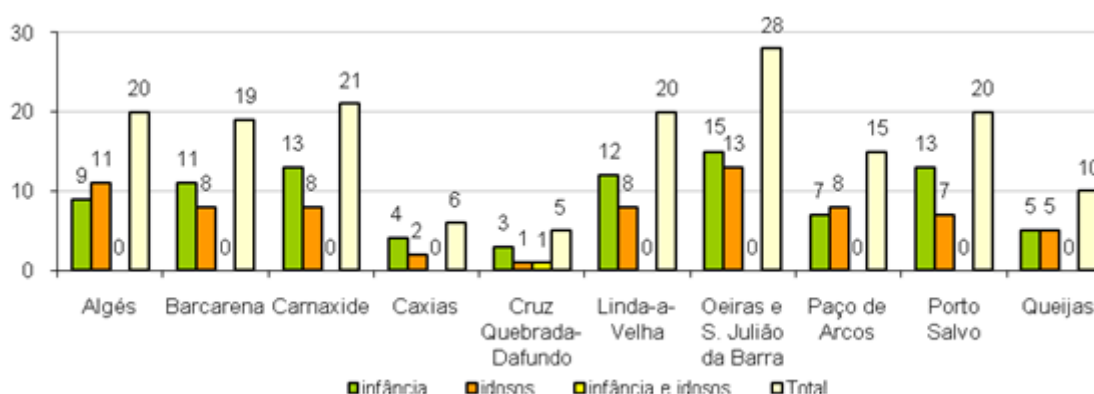
Equipamentos por freguesia e natureza jurídica (valores absolutos)



¹⁰ Optou-se por considerar a freguesia do equipamento pois que considerando a freguesia da entidade proprietária não seria possível perceber onde se localizam os diferentes equipamentos (definidos a partir da sua natureza jurídica).

A distribuição dos equipamentos por freguesia segundo a área de intervenção mostra que Oeiras e S. Julião da Barra é a freguesia com mais equipamentos dedicados tanto à infância quanto ao apoio dos idosos.

**Equipamentos por freguesia e área de intervenção
(valores absolutos)**



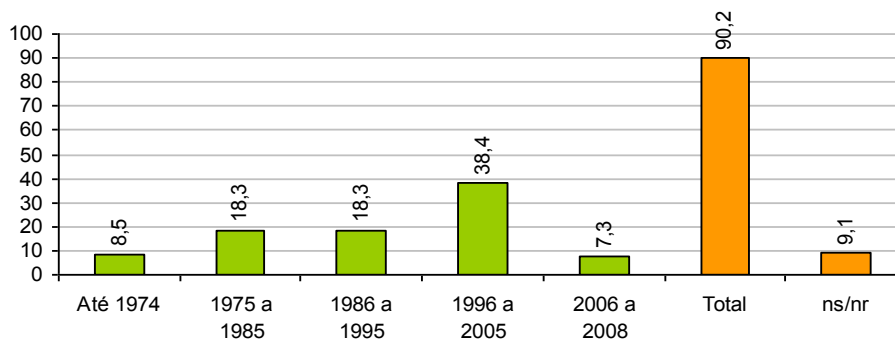
Da análise dos dados constatamos que:

- São 76 os casos em que a entidade proprietária e a entidade gestora são coincidentes.
- A entidade proprietária com o maior número de equipamentos é a Câmara Municipal de Oeiras, que detém 39 equipamentos.
- A entidade que gere mais equipamentos é a Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, gestora de 16 equipamentos do Concelho, 15 com resposta na área da Infância e 1 na área dos Idosos.

Data de início de funcionamento, por natureza jurídica e por freguesia

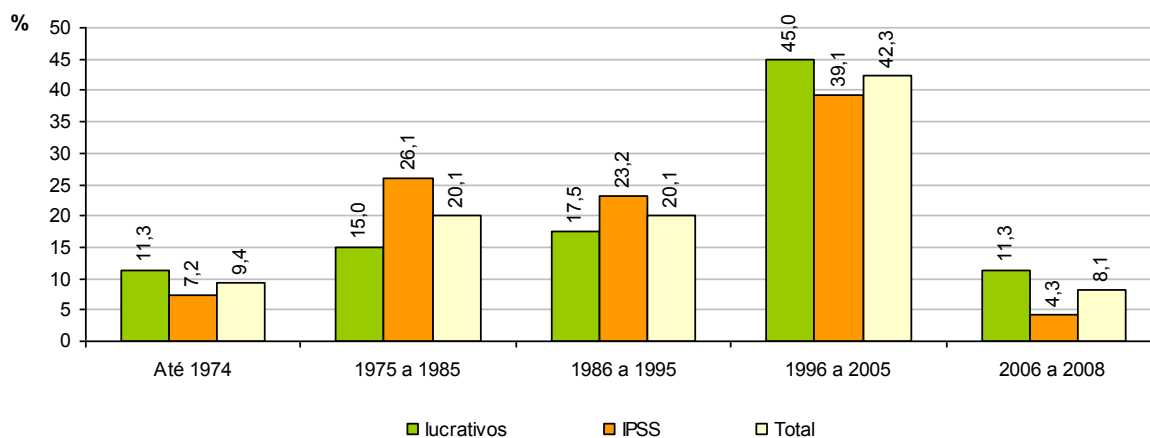
Analisando os equipamentos por ano de início de funcionamento verifica-se que a oferta de equipamentos duplicou nas décadas de 1975/ 1985 e 1996/2005, com o maior crescimento registado nesta última. A taxa de não respostas a esta questão é de cerca de 9%.

Ano do início de funcionamento dos equipamentos (valores absolutos)



A oferta de equipamentos no Concelho regista um acentuado crescimento a partir de 1996, tanto não ao nível dos equipamentos da rede solidária, como dos lucrativos. Assinale-se ainda o acréscimo a partir de 1975 de Instituições Particulares de Solidariedade Social

Tipologia do equipamento por ano de início de funcionamento



Na maioria das freguesias, a década de 1996 a 2005 é aquela onde surge um maior número de equipamentos. Na tabela de dados que se segue, constam apenas os equipamentos com respostas válidas à questão relativa ao ano de início de funcionamento.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

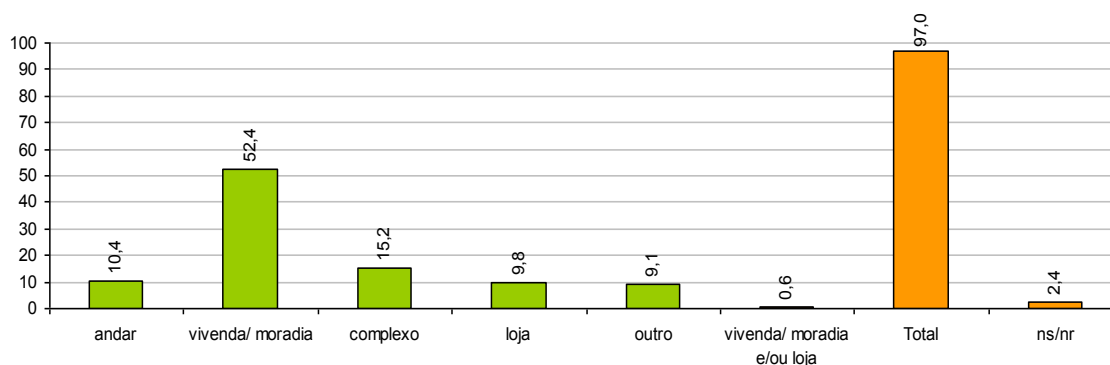
	Ano de início de funcionamento					Total
	Até 1974	1975 a 1985	1986 a 1995	1996 a 2005	2006 a 2008	
Algés	2	4	5	5	2	18
Barcarena	1	3	4	7	2	17
Carnaxide	0	4	0	16	0	20
Caxias	1	1	1	3	0	6
Cruz Quebrada-Dafundo	1	1	2	1	0	5
Linda-a-Velha	1	5	1	7	2	16
Oeiras e S. Julião da Barra	4	8	5	8	1	26
Paço de Arcos	2	1	5	4	1	13
Porto Salvo	0	2	3	9	4	18
Queijas	2	1	4	3	0	10
Total	14	30	30	63	11	149

NS/NR = 15 Equipamentos

Tipo de edifício

A maioria dos equipamentos funciona numa vivenda/moradia. Os andares e complexos, embora com uma percentagem menos expressiva, são igualmente de ressaltar.

Tipo de edifício



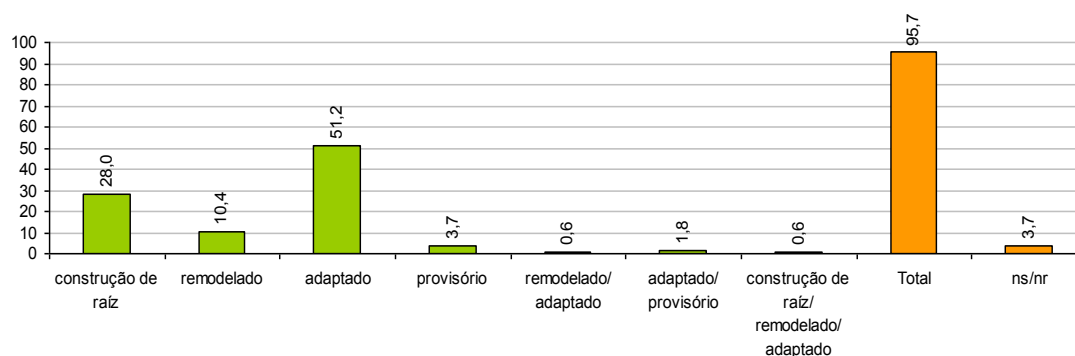
Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição do número de pisos pelo tipo de edifício.

Os edifícios com maior número de pisos são as vivendas/moradias, muito embora também os complexos tenham, em alguns casos, 3 a 5 pisos. Podemos ainda constatar que os equipamentos com apenas um piso são os mais comuns.

Tipo de edifício	Número de pisos						Total
	0	1	2	3	4	5	
Andar	0	14	2	1	0	0	17
Vivenda/moradia	0	11	30	35	3	0	79
Complexo	0	8	5	7	3	2	25
Loja	0	9	1	0	0	0	10
Outro	2	6	3	2	1	0	14
Vivenda/moradia e/ou loja	0	1	0	0	0	0	1
Total	2	49	41	45	7	2	146

Importa salientar que a maioria dos edifícios são adaptados, muito embora uma percentagem ainda relativamente elevada afirmou serem construções de raiz.

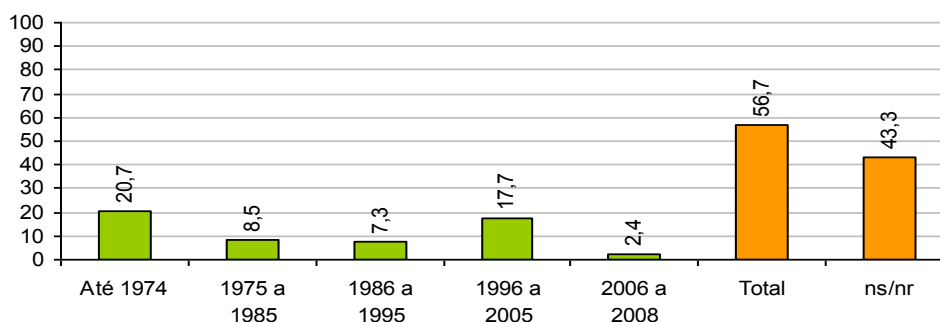
Adequação das instalações



Ano de construção, ano de adaptação e propriedade/arrendamento

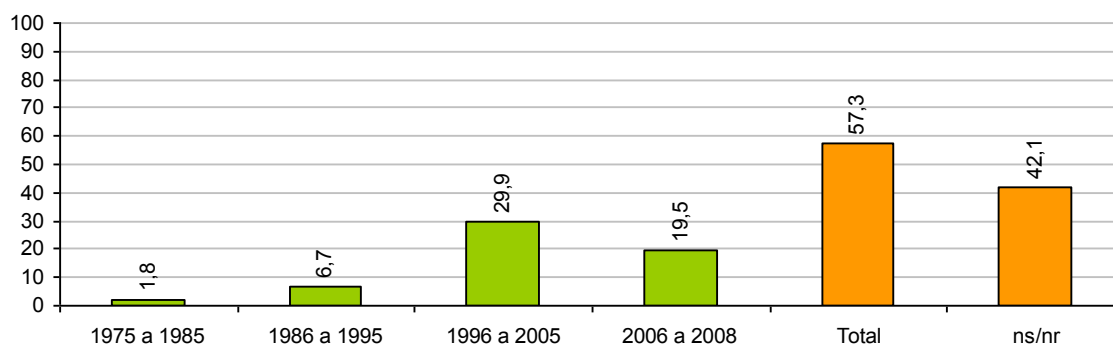
Quase metade dos inquiridos não respondeu a nenhuma das duas questões relativas aos anos de construção e/ou adaptação. Dos que responderam verifica-se que a maioria funciona em instalações anteriores a 1974 ou construídas entre 1996 e 2005.

Ano de construção



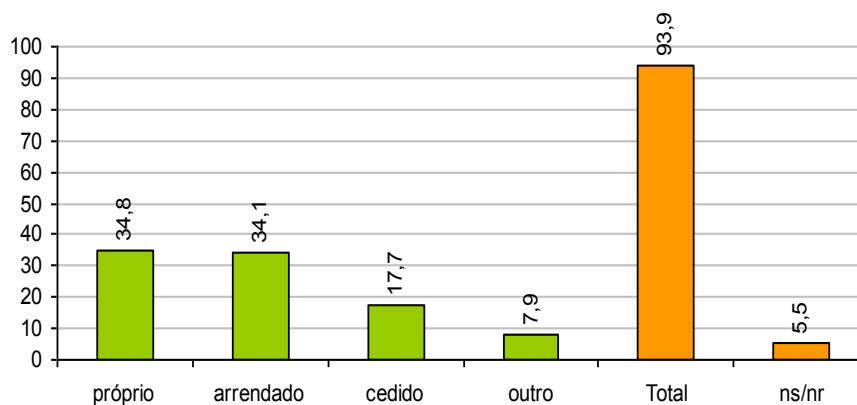
A maior parcela dos equipamentos que fizeram já obras para remodelar ou adaptar as suas instalações fê-las entre 1996 e 2005.

Ano da última remodelação/adaptação



Os equipamentos são essencialmente próprios ou arrendados, somando estas duas categorias aproximadamente 70% dos inquiridos.

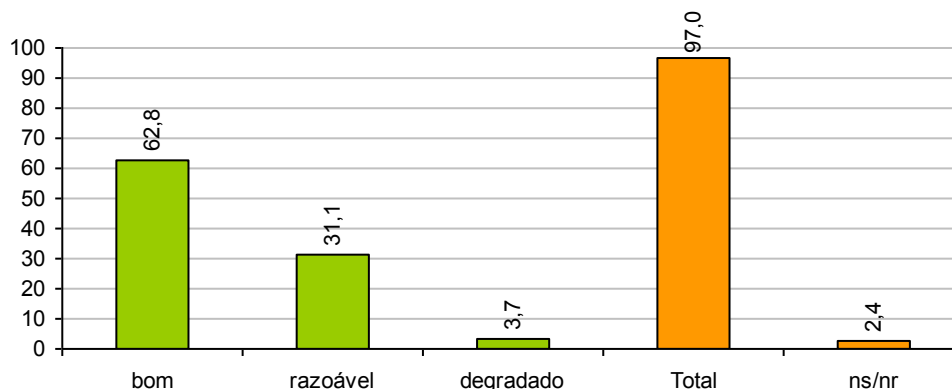
Propriedade do Equipamento



Estado de conservação exterior do edifício

Quando questionados sobre o estado de conservação exterior do edifício, a maioria afirmou encontrar-se em bom estado de conservação, e apenas uma percentagem residual considerou ter instalações em estado degradado de conservação exterior.

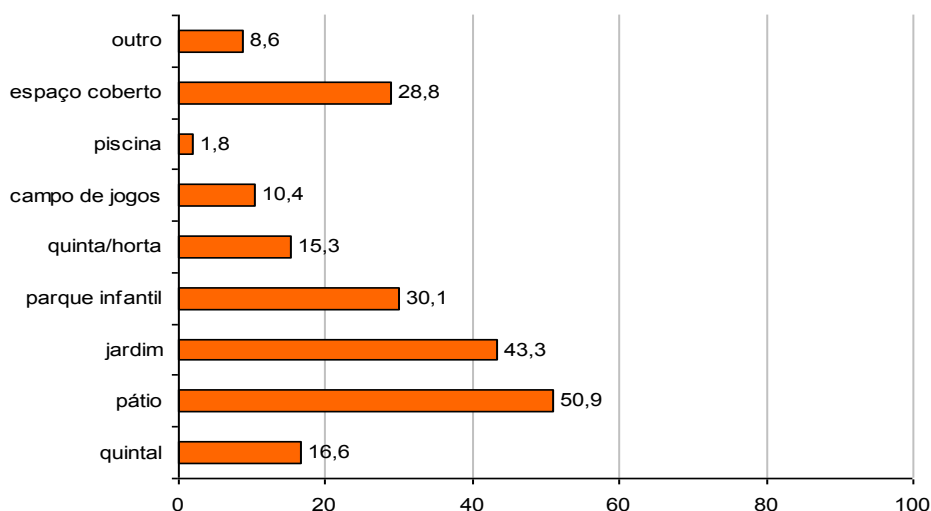
Estado de conservação exterior do edifício



Espaços exteriores e seu estado de conservação

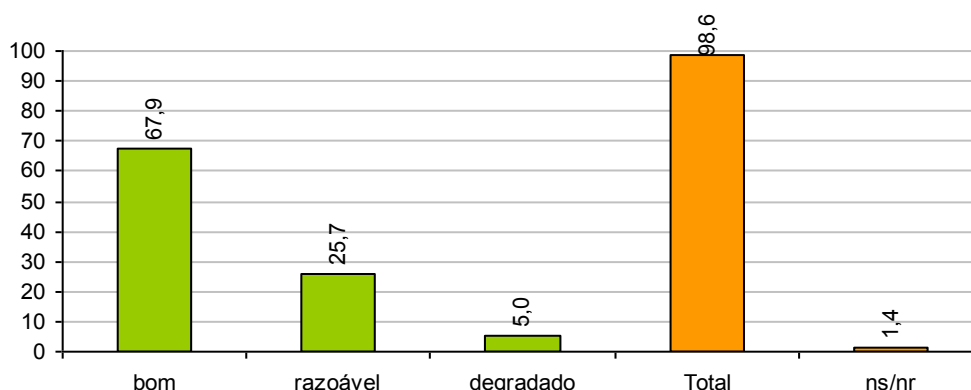
A maioria dos equipamentos tem pátio, e uma parcela significativa tem jardim. A piscina é pouco comum nestes equipamentos.

Espaços exteriores



Relativamente ao estado de conservação dos espaços exteriores, devemos atender às não respostas tendo em conta que, na maioria das situações, correspondem a equipamentos sem espaços exteriores. De facto, 24 dos equipamentos não têm qualquer espaço exterior, pelo que a representação gráfica refere-se apenas a um total de 14 equipamentos.

Estado de conservação dos espaços exteriores



A maioria destes equipamentos tem espaços exteriores em bom estado de conservação. Apenas 5% afirmou estarem em estado degradado (o que corresponde a 7 equipamentos).

	Estado de conservação dos espaços exteriores			
	Bom	Razoável	Degradado	Total
Quintal	21	4	1	26
Pátio	58	20	5	83
Jardim	50	20	1	71
Parque infantil	34	12	3	49
Quinta/horta	20	4	1	25
Campo de jogos	12	5	0	17
Piscina	3	0	0	3
Espaço coberto	34	12	0	46
Outro	11	2	1	14

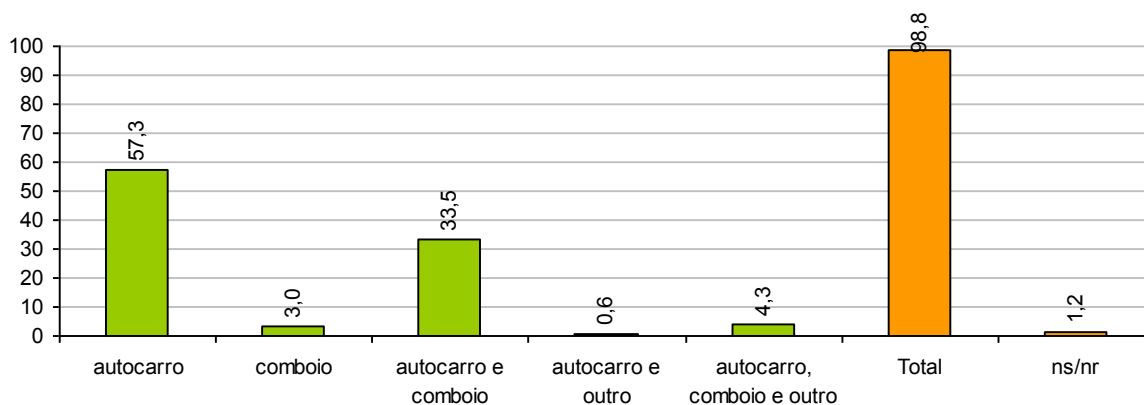
A tabela permite perceber que nenhum dos equipamentos em estado degradado de conservação tem campo de jogos, piscina ou espaço coberto. Por outro lado, a maioria dos equipamentos que tem cada um dos elementos do espaço exterior está em bom estado de conservação.

Acessibilidade

Relativamente ao acesso a transportes públicos, a maioria dos equipamentos (57,3%) são acessíveis exclusivamente por autocarro, sendo que 33,5% dos equipamentos são

acessíveis através de autocarro e comboio e 3% são acessíveis exclusivamente por comboio. Apenas 2 equipamentos não responderam a esta questão.

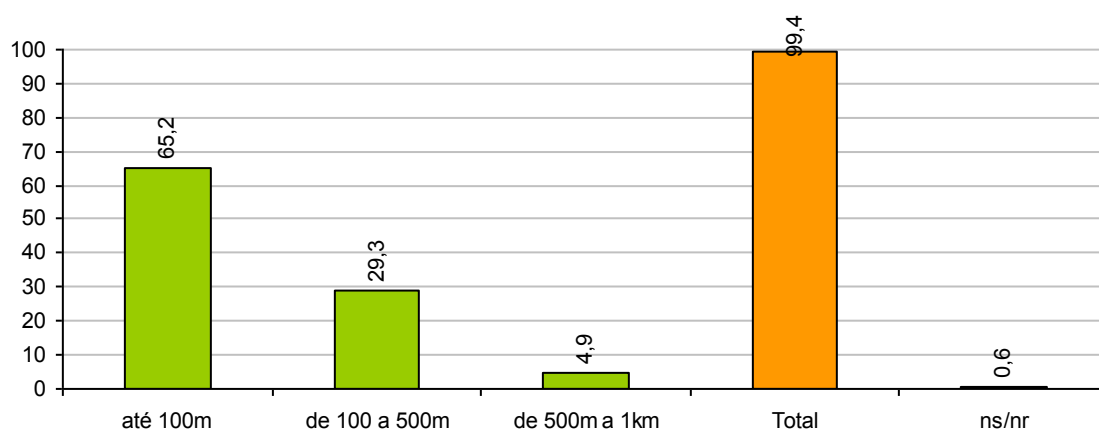
Acesso a transportes públicos



A grande maioria dos equipamentos dista até 100 metros de um transporte público. Apenas 4,9% dos equipamentos são menos acessíveis, distando entre 500 metros e 1 quilómetro do transporte público mais próximo (o que corresponde a 8 equipamentos). A esta questão registou-se apenas uma não resposta.

Refira-se que sempre que os inquiridos assinalaram mais do que uma hipótese de resposta, considerou-se a distância mais curta.

Distância do transporte até ao equipamento

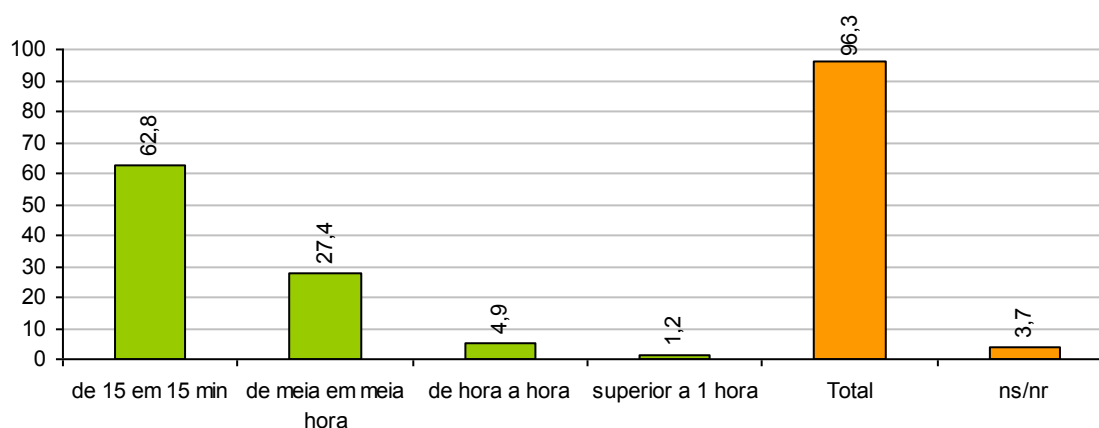


Relativamente à periodicidade do serviço de transporte, a maioria dos equipamentos é acessível por um transporte público que funciona com bastante frequência, de 15 em

15 minutos. Apenas dois equipamentos são servidos por transportes que funcionam com uma frequência superior a 1 hora. O número de não respostas a esta questão aumenta para 6, não ultrapassando os 4%.

Em todas as situações em que os inquiridos assinalaram mais do que uma resposta, considerou-se o período de tempo mais curto.

Periodicidade do serviço de transporte

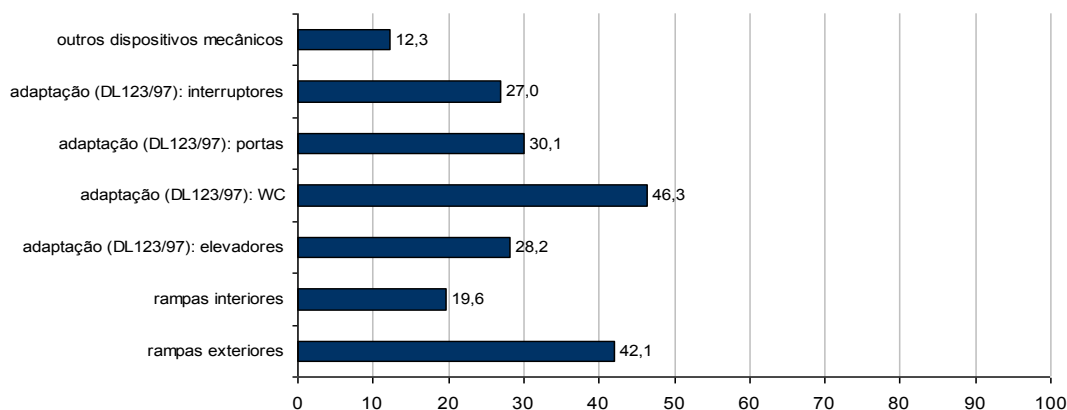


Acessibilidades externas e internas

Só uma pequena parcela dos inquiridos respondeu às questões relativas ao estacionamento. De facto, apenas 70 equipamentos deram informação relativa à capacidade do estacionamento, o que corresponde a menos de 50% dos inquiridos. Destes, sabemos que, em média, têm lugar de estacionamento para 10 viaturas.

Quanto ao número de lugares para viaturas de pessoas com deficiências, o número de não respostas aumenta consideravelmente, passando a cerca de quase 80%. Estas não respostas poderão corresponder a equipamentos que não dispõem de lugares de estacionamento para viaturas de pessoas com deficiências. Considerando os elementos de acessibilidade interna e externa, relativamente a todos os factores considerados, menos de metade dos equipamentos respondeu afirmativamente.

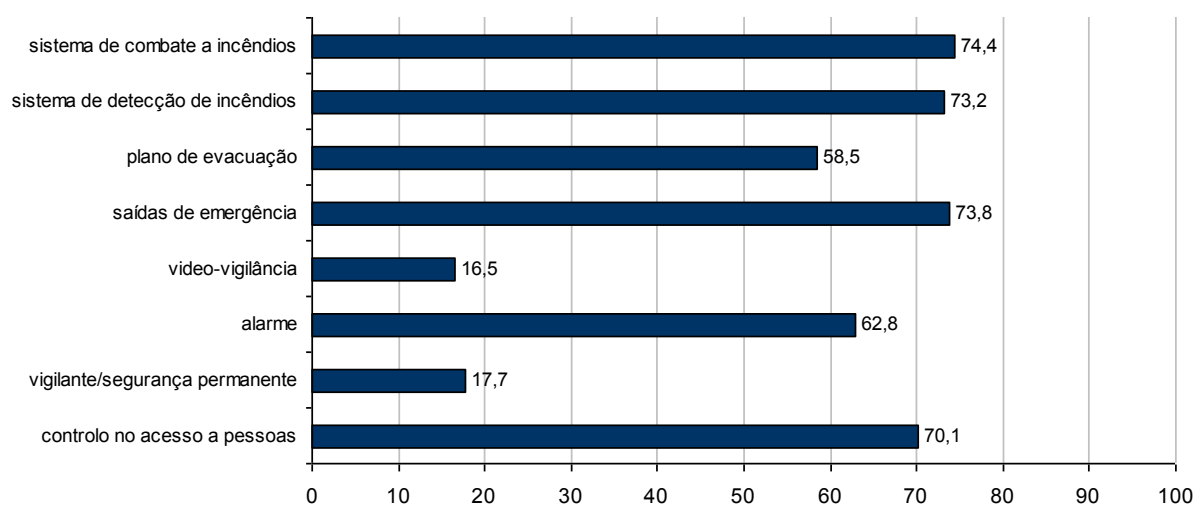
Factores de acessibilidade interna e externa



Segurança

No que respeita aos factores de segurança destes equipamentos, a maioria afirmou ter sistema de combate a incêndios, sistema de detecção de incêndios, plano de evacuação, saídas de emergência, alarme e controle no acesso a pessoas. Vídeo vigilância e segurança permanente são menos comuns.

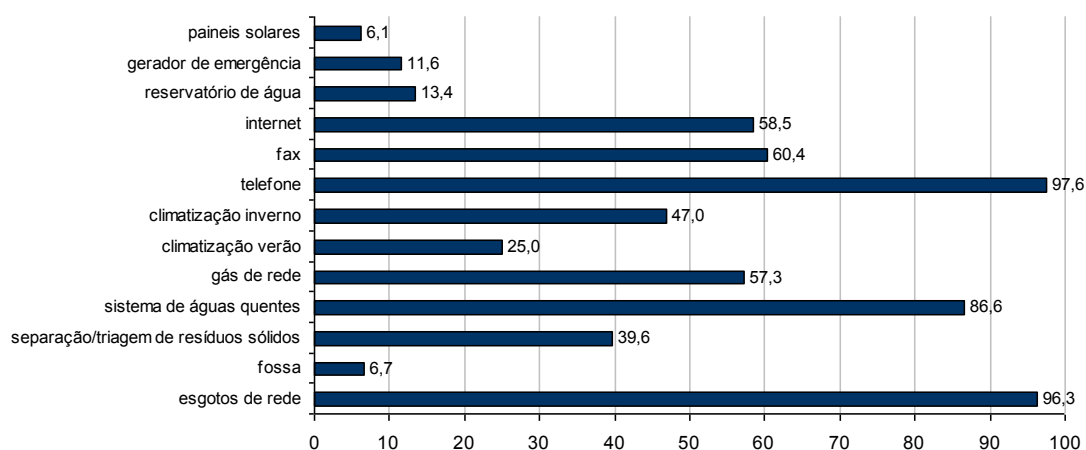
Factores de segurança dos equipamentos



Salubridade/conforto/autonomia

A maioria dos equipamentos tem acesso à Internet, telefone, fax e gás de rede. Menos comuns são os equipamentos com painéis solares, gerador de emergência e reservatório de água.

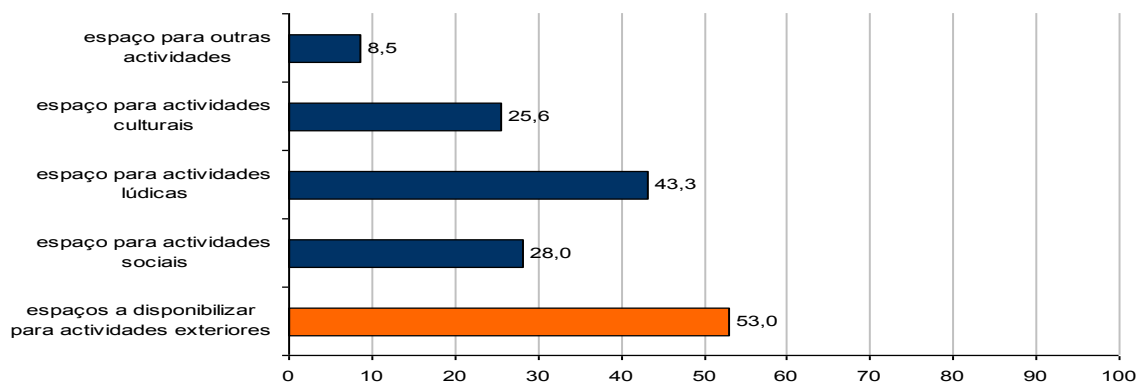
Salubridade, conforto e autonomia



Relação com a comunidade

53% dos equipamentos inquiridos dispõem de espaços para a realização de actividades exteriores, designadamente lúdicas e sociais.

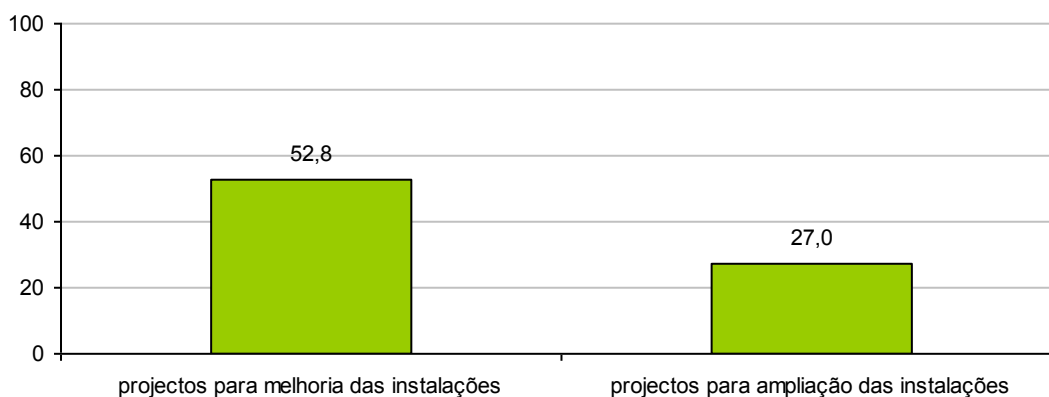
Relação com a comunidade



Equipamento no futuro

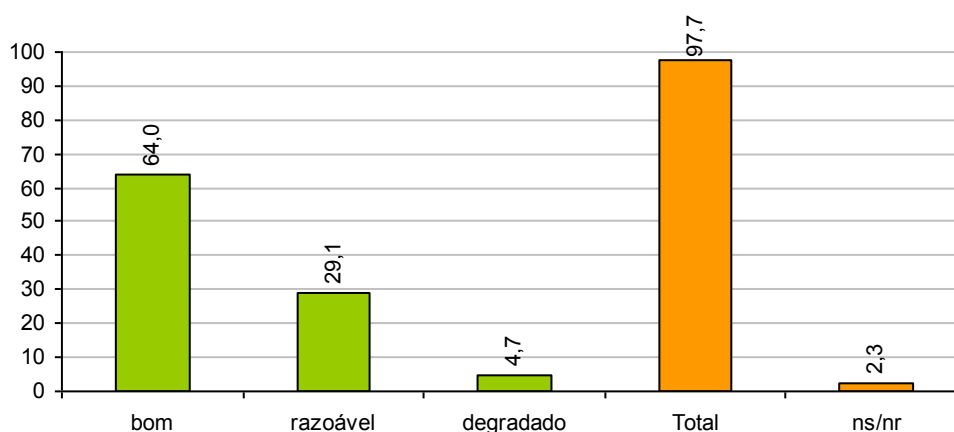
A maioria dos equipamentos tem projectos para melhoria das instalações, e apenas 27% tem projectos de ampliação.

Projectos para melhoria e ampliação das instalações



Considerando apenas os equipamentos com projectos de melhoria das instalações, que representa 52,8% da totalidade dos equipamentos (o que corresponde a 86 equipamentos), podemos ver no gráfico seguinte que a maioria destes funciona em edifícios em bom estado de conservação exterior.

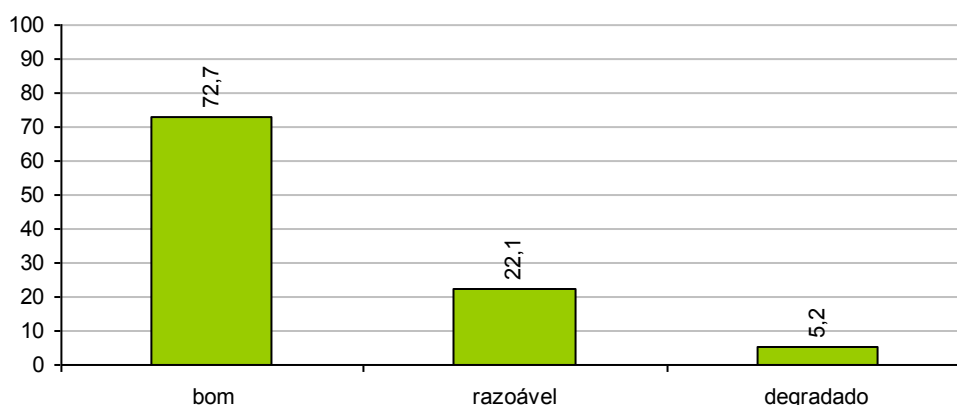
Estado de conservação exterior do edifício dos equipamentos com projectos para melhoria das instalações



Note-se que apenas 4,2% dos equipamentos que funcionam em edifícios em mau estado de conservação têm projectos para melhoria das instalações (o que corresponde a 2 equipamentos).

No gráfico seguinte consideraram-se apenas os equipamentos com projectos para a melhoria das instalações, e simultaneamente com espaços exteriores, de forma a perceber a relação que se estabelece entre o seu estado de conservação e a existência de projectos para melhorar as instalações.

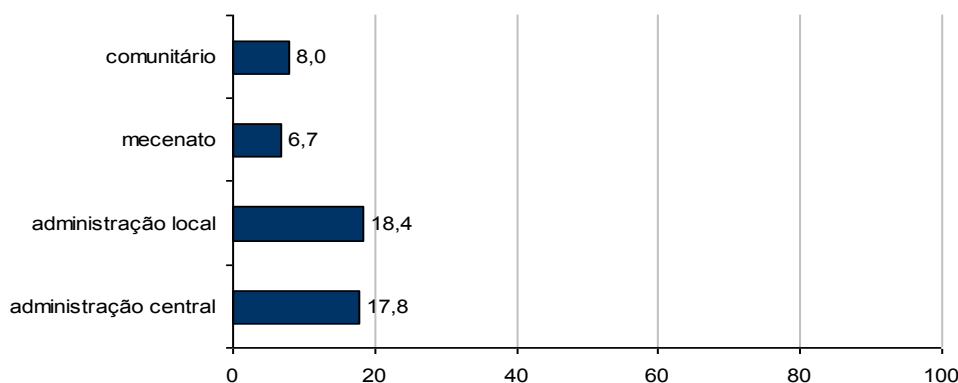
Estado de conservação dos espaços exteriores dos equipamentos com projectos para melhoria das instalações



A maioria destes equipamentos (com espaços exteriores e já com projectos para melhoria das instalações) tem os seus espaços exteriores em bom estado. Apenas 5,2% destes equipamentos têm as instalações em estado degradado de conservação.

A maioria dos equipamentos com projecto de melhoria/ampliação não assinalou qualquer fonte de financiamento para fazer face aos mesmos. Considerando aqueles que o fizeram, a maior parcela tem financiamento da administração local (18,4% dos equipamentos, que corresponde a 30 equipamentos).

Fontes de financiamento



As respostas apuradas permitem aferir que apenas 10 equipamentos lucrativos têm financiamento, e 73 Instituições Particulares de Solidariedade Social afirmaram ter financiamento, independentemente do tipo de financiamento.

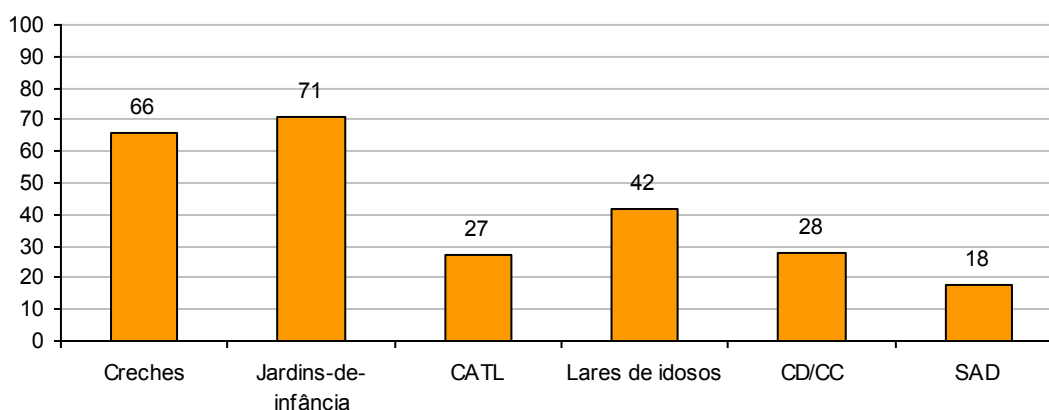
Financiamento	lucrativo	IPSS	Total
Administração central	6	23	29
Administração local	2	28	30
Mecenato	1	10	11
Comunitário	1	12	13
Total	10	73	83

2.3.2 RESPOSTAS SOCIAIS

Tipo de respostas sociais

As respostas sociais distribuem-se da seguinte forma: 66 Creches; 71 Jardins-de-Infância; 27 Centros de Actividades de Tempos Livres; 42 Lares de Idosos; 28 Centros de Dia e de Convívio; e 18 Serviços de Apoio Domiciliário.

Respostas sociais dos equipamentos



Distribuição das Respostas Sociais, por área de intervenção e natureza jurídica

Neste ponto apresenta-se a distribuição das respostas sociais por freguesia e natureza jurídica. Oeiras e São Julião da Barra é a freguesia com mais respostas sociais no total, e em particular respostas na área da infância (creches e jardins-de-infância),

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



lares de idosos e centros de dia e de convívio. A freguesia de Porto Salvo é a segunda com maior número de respostas, e é ainda a freguesia com mais creches no concelho.

	Creches	JI	CATL	Lares	CD/CC	SAD	Total
Algés	6	5	2	2	4	5	24
Barcarena	6	9	5	4	5	1	30
Carnaxide	7	6	4	3	3	2	25
Caxias	4	3	1	1	2	2	13
Cruz Quebrada-Dafundo	1	3	1	1	1	1	8
Linda-a-Velha	8	10	5	6	2	1	32
Oeiras e S. Julião da Barra	11	15	4	10	6	1	47
Paço de Arcos	7	6	1	6	2	2	24
Porto Salvo	12	10	4	4	2	2	34
Queijas	4	4	.	5	1	1	15
Total	66	71	27	42	28	18	252

Relativamente à natureza jurídica das entidades proprietárias, a maioria são entidades lucrativas, e uma parcela relativamente grande pertence à autarquia local. De facto, a autarquia local é o maior proprietário de equipamentos no concelho, que posteriormente cede a sua gestão, através de protocolo.

	Creches	Jardins-de-infância	CATL	Lares	CD/CC	SAD	Total
Associação de solidariedade social	2	3	3	2	5	2	17
Outro instituto de organização religiosa	.	.	1	.	2	1	4
Irmandade da misericórdia	1	1	.	.	1	1	4
Fundação de solidariedade social	1	2	1	2	4	3	13
Instituto de organização religiosa	2	2	1	.	1	1	7
Cooperativa de solidariedade social	1	1
Cooperativa	2	1	3
Associação	.	.	1	4	.	.	5
Autarquia local	20	18	9	3	12	5	67
Instituições dependentes de outro ministério	2	3	.	.	1	1	7
Entidade lucrativa	34	40	10	31	2	4	121
Serviços sociais de empresa	1	1	1	.	.	.	3
Total	66	71	27	42	28	18	252

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição das respostas sociais segundo a sua natureza jurídica, por freguesia. Algés, Barcarena, Carnaxide e Caxias são as freguesias em que o número de respostas pertencentes a IPSS excede o número de respostas lucrativas. Nas restantes freguesias, o número de respostas de natureza lucrativa é bastante superior às respostas pertencentes a IPSS.

Atendendo ao tipo de respostas, o número de respostas pertencentes a IPSS é superior nos centros de dia/convívio e nos serviços de apoio domiciliário. Relativamente às respostas na área da infância e aos lares para idosos, verificamos que são maioritariamente de natureza lucrativa.

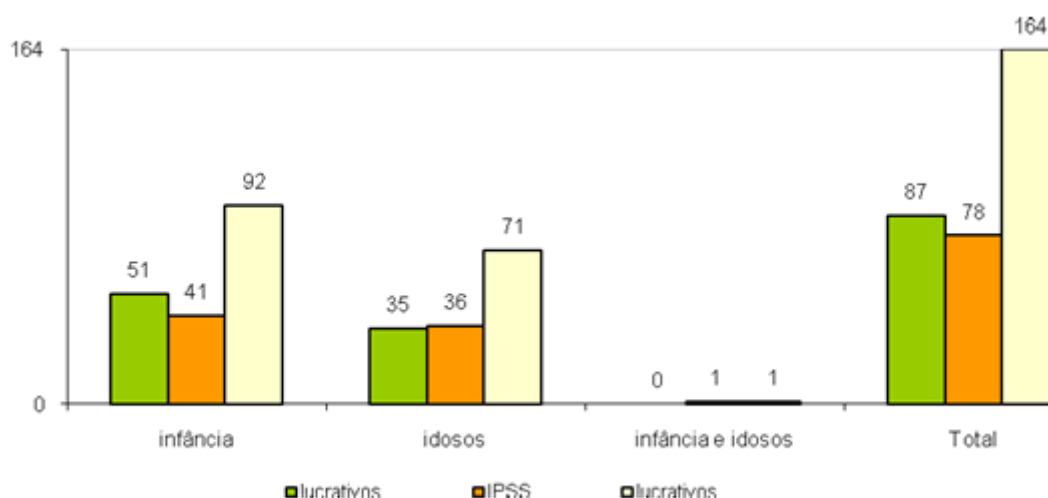
	Respostas do equipamento por natureza jurídica													
	Lucrativos							IPSS						
	C	JI	CATL	Lar	CD/CC	SA D	Total	C	JI	CATL	Lar	CD/CC	SAD	Total
Algés	3	2	1	1	.	3	10	3	3	1	1	4	2	14
Barcarena	4	6	1	3	.	.	14	2	3	4	1	5	1	16
Carnaxide	2	2	.	2	.	.	6	5	4	4	1	3	2	19
Caxias	1	1	2	3	2	1	1	2	2	11
Cruz Q. Dafundo	1	2	.	1	.	.	4	.	1	1	.	1	1	4
Linda-a-Velha	7	8	4	5	.	.	24	1	2	1	1	2	1	8
Oeiras S.J. Barra	7	10	3	8	2	.	30	4	5	1	2	4	1	17
Paço de Arcos	4	4	1	6	.	.	15	3	2	.	.	2	2	9
Porto Salvo	7	6	2	4	.	1	20	5	4	2	.	2	1	14
Queijas	1	2	.	1	.	.	4	3	2	.	4	1	1	11
Total	37	43	12	31	2	4	129	29	28	15	11	26	14	123

Distribuição dos Equipamentos por área das respostas que lhes estão afectas

Do levantamento efectuado resulta que 91 dos equipamentos têm ofertas na área da infância, 71 na área dos idosos, e 1 tem resposta para a infância e idosos. Dos 91 equipamentos com oferta na área da infância, 50 são de natureza lucrativa e 41 pertencentes a IPSS. Quanto aos 71 equipamentos para idosos, eles dividem-se equitativamente entre lucrativos e IPSS. O equipamento com oferta simultaneamente para a infância e idosos corresponde a uma IPSS.

Note-se que estes valores dizem respeito aos equipamentos e não às respostas sociais. Um equipamento para a infância pode ter associado um jardim-de-infância e uma creche. Por outras palavras, um equipamento poder ter mais de uma resposta social.

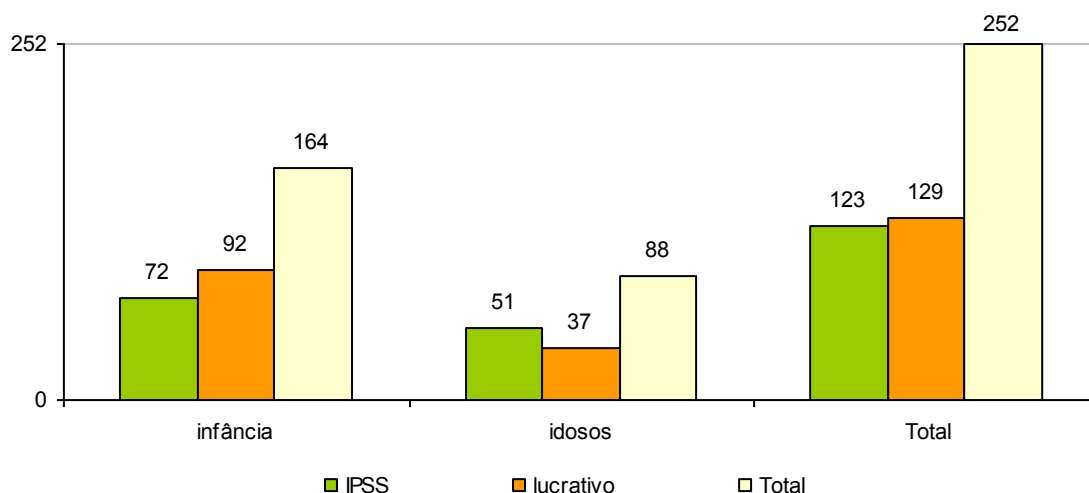
Área da oferta dos equipamentos (valores absolutos)



Distribuição das respostas sociais por área de intervenção

O gráfico seguinte permite perceber a clara predominância das ofertas na área da infância. Por outro lado, verifica-se que a distribuição da totalidade das respostas pelas suas naturezas jurídicas é bastante equilibrada.

Área de oferta das respostas (valores absolutos)



Número de respostas dos Equipamentos por freguesia

O gráfico seguinte apresenta o número de respostas dos equipamentos por freguesia. De um total de 252 respostas sociais e 164 equipamentos, os equipamentos com o maior número de respostas localizam-se nas freguesias de Oeiras e São Julião da Barra e Porto Salvo.

Na freguesia de Algés há 17 equipamentos com apenas uma resposta, 2 equipamentos com 2 respostas e 1 equipamento com 3 respostas, somando um total de 20 equipamentos.

Na freguesia de Barcarena encontramos 10 equipamentos com uma resposta, 7 equipamentos com 2 respostas, 2 equipamentos com 3 respostas, e um total de 19 equipamentos.

Na freguesia de Carnaxide, de um total de 21 equipamentos, 17 têm apenas uma resposta e 4 têm duas respostas.

Em Caxias existem apenas 6 equipamentos, 5 com duas respostas e 1 com três respostas.

Na freguesia de Cruz Quebrada – Dafundo, de um total de 5 equipamentos, 3 têm uma resposta, 1 têm duas respostas e um tem 3 respostas.

Em Linda-a-Velha encontram-se 20 equipamentos, 10 com apenas uma resposta, 8 com duas respostas e 2 com três respostas.

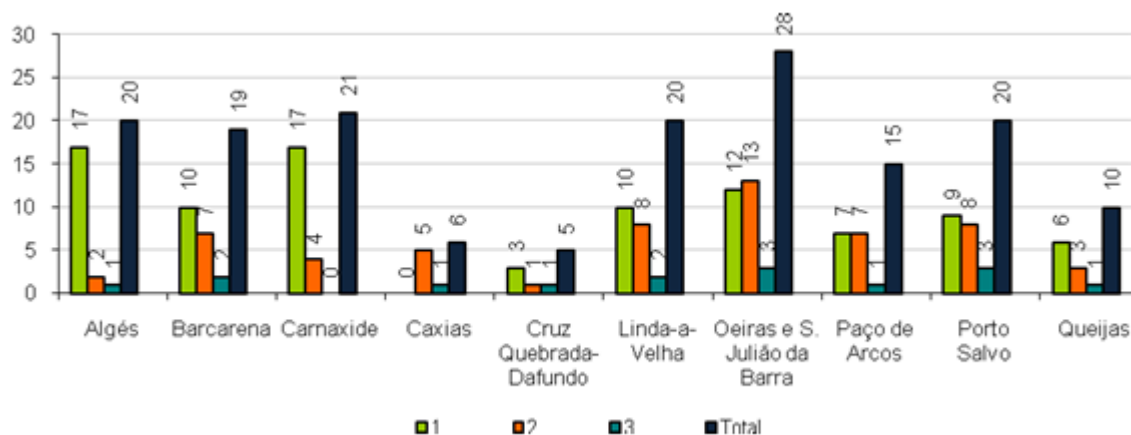
Oeiras e São Julião da Barra é a freguesia com mais equipamentos. Dos 28 equipamentos existentes, 12 têm apenas uma resposta, 13 têm duas respostas e 3 têm três respostas.

A freguesia de Paço de Arcos tem um total de 15 equipamentos, 7 com uma resposta, 7 com duas respostas e 1 com quatro respostas.

A freguesia de Porto Salvo tem 20 equipamentos, 10 com uma resposta, 8 com duas respostas e 3 com três respostas.

Por fim, a freguesia de Queijas tem um total de 10 equipamentos, 6 dos quais têm apenas uma resposta, 3 têm duas respostas e 1 tem três respostas.

Respostas por equipamento, por freguesia (valores absolutos)

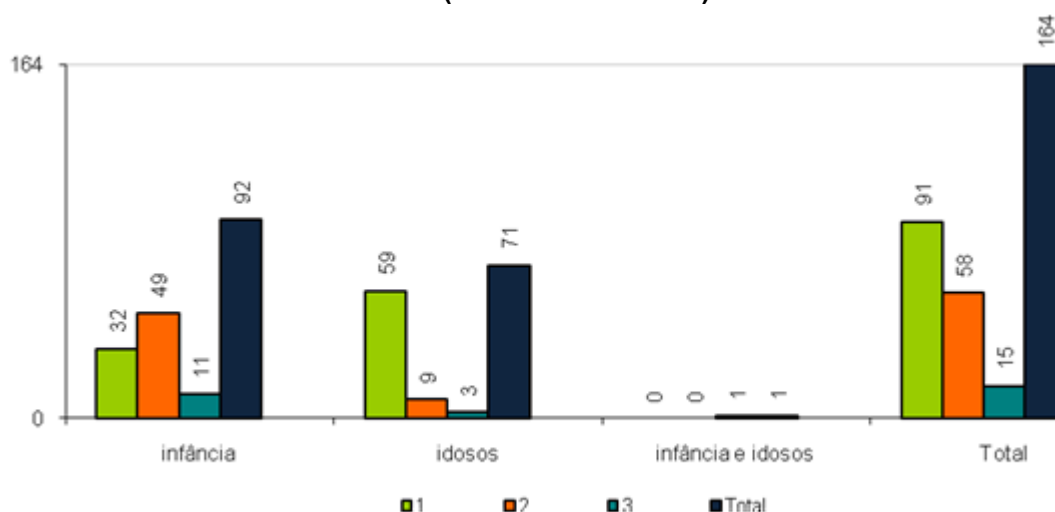


Apresenta-se a mesma informação do gráfico em tabela.

	Número de respostas por equipamento			
	1	2	3	Total
Algés	17	2	1	20
Barcarena	10	7	2	19
Carnaxide	17	4	0	21
Caxias	0	5	1	6
Cruz Quebrada-Dafundo	3	1	1	5
Linda-a-Velha	10	8	2	20
Oeiras e S. Julião Barra	12	13	3	28
Paço de Arcos	7	7	1	15
Porto Salvo	9	8	3	20
Queijas	6	3	1	10
Total	91	58	14	164

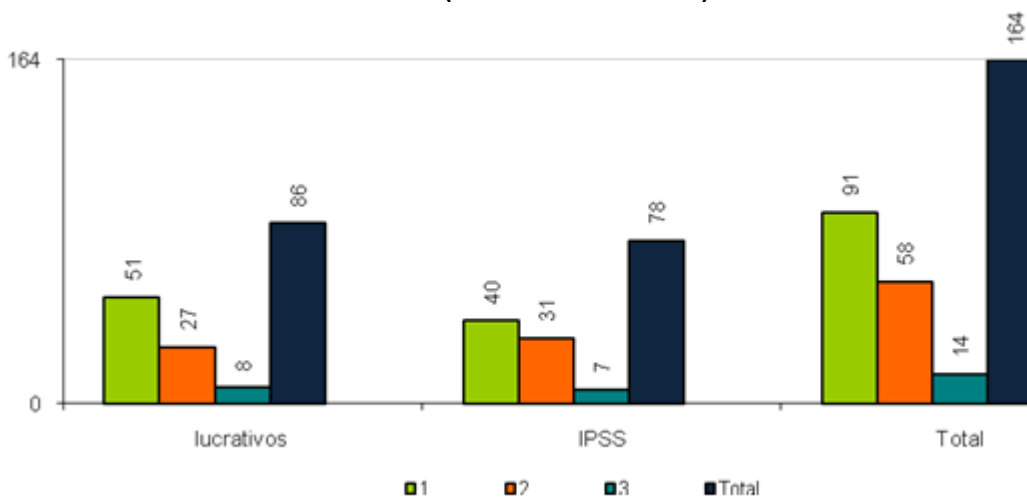
Relativamente ao número de respostas em cada equipamento por área da resposta, 50 dos equipamentos para a infância têm duas respostas sociais, o que representa uma grande maioria. Inversamente, a quase totalidade dos equipamentos para idosos tem apenas uma resposta.

**Respostas do equipamento, segundo a área da resposta
(valores absolutos)**



A distribuição do número de respostas por equipamento segundo a natureza jurídica é bastante equilibrada. De facto, a maioria dos equipamentos de natureza lucrativa ou pertencentes a IPSS têm apenas uma resposta social.

**Respostas por equipamento, segundo a natureza jurídica
(valores absolutos)**



2.3.3 INTERVENÇÃO DA AUTARQUIA

As acções desenvolvidas no âmbito social, têm vindo a ser perspectivadas de modo a criar condições para assegurar a igualdade de oportunidades, fomentar o sentimento de pertença à comunidade, contribuir para a integração social dos indivíduos e para a

redução de factores de exclusão social, procurando simultaneamente reforçar a solidariedade, consolidar a identidade e a vitalidade do tecido social.

Nesse sentido, a política social da edilidade, tem-se consubstanciado no desenvolvimento de acções que permitam a prossecução das seguintes linhas de actuação:

Dinamização Rede Social, conferindo uma maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias. A Rede Social do Concelho de Oeiras constitui um marco importante na formalização e solidificação de uma lógica de planeamento estratégico da intervenção local. Criada na sequência da Resolução de Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, e reforçada pelo Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, a Rede Social de Oeiras tem tido um papel fundamental ao nível do trabalho de parceria alargada, abrangendo diferentes parceiros públicos e privados, visando o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social. A perspectiva metodológica deste modelo tem estado, também, patente no trabalho desenvolvido pelas Comissões Sociais de Freguesia.

Não dependendo directamente da Rede Social e suas estruturas, muito embora decorra de uma lógica de intervenção em parceria e de proximidade com os diferentes “territórios” concelhios, a Equipa de Emergência e Apoio Social (EEAS) é criada pela Câmara Municipal de Oeiras com o objectivo de reforçar/complementar a capacidade de intervenção social e institucional ao nível de cada uma das Freguesias do Concelho de Oeiras.

A prossecução deste objectivo tem implicado a inserção dos diversos elementos da Equipa nos grupos de parcerias interinstitucionais existentes nas Freguesias, e o estabelecimento de relações de trabalho com os serviços internos e as entidades externas consideradas determinantes para cada caso em concreto.

Não se pretende criar uma resposta adicional e muito menos se pretende repisar caminhos percorridos por intervenções anteriores. A actuação da Equipa de Emergência e Apoio Social assenta no aproveitamento das sinergias existentes para ajudar a resolver as situações sinalizadas como problemáticas, e ainda, para colaborar na prevenção da emergência e do agravamento dos problemas sociais do Concelho de Oeiras.

Viabilizar a qualificação das Respostas Sociais do Concelho de Oeiras, permitindo melhores condições de funcionalidade. As exigências de qualidade e os patamares

de certificação exigidos para o funcionamento das organizações que asseguram a gestão de Respostas Sociais e a prestação de serviços de proximidade têm implicado investimentos e o esforço conjugado da edilidade com essas mesmas organizações, com vista a garantir a concretização das vertentes de apoio adequadas às famílias e aos indivíduos.

Desenvolver trabalho em parceria com outros agentes e organizações do Concelho, rentabilizando e potenciando os recursos disponíveis e consolidando uma rede de cooperação constituída por diferentes actores que, conseguindo encontrar um ponto de equilíbrio entre as suas diferentes vontades e pontos de vista, promovem o desenvolvimento social, garantindo o desenvolvimento de respostas de apoio aos indivíduos e famílias, nos diferentes territórios da comunidade concelhia, procurando corrigir alguns desequilíbrios e assimetrias e promovendo a coesão social. São exemplo desta prática, além da supracitada Rede Social de Oeiras, as Comissões Municipais de: Saúde, Juventude e Educação, e a participação em plataformas nacionais, como por exemplo a *Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis* e a Plataforma contra a Obesidade.

Fomentar a apresentação de candidaturas a programas de financiamento nacionais e comunitários, que permitam beneficiar de apoios a diversos níveis, complementando o trabalho desenvolvido pela edilidade e agentes locais. No cumprimento de um dos objectivos da Rede Social, a criação de canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros, o Município tem demonstrado o seu interesse e iniciativa quer na divulgação das medidas de apoio e de programas nacionais ou comunitários, quer na sensibilização junto de algumas entidades para a apresentação de candidaturas, quer enquanto entidade promotora apresentando candidaturas, quer na qualidade de parceiro dessas mesmas candidaturas. Assim, referenciam-se algumas das medidas e programas: Iniciativa Comunitária EQUAL, Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII), Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE), Programa Escolhas, Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), Programa de Apoio ao Alargamento da Rede de Educação Pré-Escolar.

Apoiar a família e os indivíduos ao longo do ciclo de vida, promovendo a conciliação entre a vida familiar e profissional. Este objectivo concretiza-se no desenvolvimento de respostas de apoio à família, na promoção e protecção da infância e adolescência e prevenção do risco nestes grupos etários, na promoção de condições facilitadoras do sucesso escolar, no apoio a iniciativas de entidades e/ou grupos da comunidade, no apoio à população idosa e Organizações que com ela intervêm e na

promoção da Igualdade de Género, esta última com acções específicas, pela repercussão na vida das famílias e na dinâmica da comunidade.

Desenvolver intervenções territoriais de proximidade, designadamente pela criação de serviços de proximidade à comunidade, e integrados nos diferentes “territórios” concelhios. Esta estratégia procura, por um lado, diagnosticar com maior facilidade as necessidades concretas das populações e, por outro, dar resposta às problemáticas que vão emergindo, bem como criar estratégias de intervenção ajustadas às diferentes realidades locais.

São exemplos desta prática, o Núcleo de Intervenção Social da Outurela (sito no Bairro Municipal da Outurela), o Centro Comunitário do Alto da Loba (instalado no Bairro Municipal do Alto da Loba), o Núcleo de Intervenção Social dos Navegadores (que inclui o Espaço Comunitário dos Navegadores e o Centro de Convívio dos Navegadores e está localizado no Bairro Municipal dos Navegadores), bem como a Rede de Juventude, conceito que pretende ser enquadrador das intervenções da CMO na área da Juventude e que consiste em consolidar uma presença próxima dos jovens do Concelho. É, ainda, de salientar neste domínio o Contrato Local de Desenvolvimento Social, em funcionamento no Bairro Municipal do Alto dos Barrinhos, cujo Plano de Acção em curso se destina a combater os fenómenos de vulnerabilidade e exclusão social no Bairro Alto dos Barrinhos e que se encontra a ser complementado com a recente criação, no Espaço Cívico dos Barrinhos, de uma estrutura organizativa que conjuga o trabalho realizado pelas diversas entidades sediadas neste Bairro (Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento, Associação Cultural e Desportiva da Pedreira dos Húngaros, Associação dos Amigos da Mulher Angolana e Centro Social Paroquial de São Romão de Carnaxide - Equipa do Rendimento Social de Inserção). Destacam-se, ainda, os Gabinetes de Atendimento Local no âmbito da habitação municipal, responsáveis pela intervenção nos bairros inscritos nas zonas de intervenção local sinalizadas como prioritárias (Anexo Q).

Apoiar a rede integrada de serviços de saúde e promover a adopção de estilos de vida saudáveis. A edilidade tem procurado apoiar e promover a articulação com entidades que intervêm no âmbito da saúde e, também, fomentar a execução de projectos de promoção directa nesta área concreta de intervenção.

Desenvolver uma política para pessoas portadoras de deficiência. Tem sido dada continuidade a acções que se norteiam pelo reforço ao apoio e articulação com IPSS's que trabalham na área da deficiência e pelo reforço a programas que visem facilitar o

acesso de pessoas com mobilidade condicionada, como é o caso do Serviço de Transporte Adaptado.

Criar um Concelho aberto a todas as Culturas e Identidades, nomeadamente, através da consolidação dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes e da Casa de Culturas. Esta, sob gestão camarária, tem como objectivos: fomentar a cidadania multicultural e o desenvolvimento sócio comunitário, apoiar as comunidades migrantes em Portugal e as relações destas com os respectivos países de origem, e incentivar a participação cívica, o inter-associativismo e a valorização das identidades culturais.

Promover a empregabilidade e estimular o empreendedorismo sustentável. Neste âmbito, a CMO tem dado continuidade a projectos que visam o apoio a jovens e adultos activos na definição dos seus percursos escolares e profissionais, bem como, reforçado o desenvolvimento de metodologias e respostas que favoreçam o processo de integração socioprofissional.

Fomentar a responsabilidade social. O trabalho desenvolvido pela edilidade nesta área, tem-se pautado pelo estímulo da responsabilidade social, quer o nível interno da CMO, quer ao nível externo, procurando mediar os contactos entre empresas e organizações sem fins lucrativos e rentabilizar os recursos disponíveis para a intervenção social.

Promover a igualdade de género. Com vista desenvolver este intuito, a CMO tem vindo a implementar algumas actividades nesta área, junto das organizações sedeadas no concelho, bem como nas suas políticas internas de gestão e estratégias de intervenção, através da integração transversal de princípios de igualdade. Neste momento, encontra-se em elaboração a estrutura do Plano Municipal para a Igualdade de Género, de forma a diagnosticar e delinear estratégias de intervenção do município a este nível.

Salienta-se, ainda, o **desenvolvimento de projectos** por parte da CMO, que tendem atenuar, prevenir e combater problemáticas relacionadas com os grupos mais vulneráveis, particularmente crianças, jovens e idosos, sem descurar no entanto, a intervenção junto das famílias. Para tal, sempre que necessário, foram estabelecidas parcerias com instituições locais ou articulado o trabalho desenvolvido com outros departamentos da CMO. Assim, seguidamente encontram-se elencadas e brevemente descritas as acções desenvolvidas pela edilidade no que concerne às áreas temáticas em análise:

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



INFÂNCIA E JUVENTUDE

Projecto	Breve Descrição	Destinatários
Jovens com Valor(es)	Concretiza-se em alguns períodos de pausa escolar, e consiste na realização de campos de férias desportivas que pretendem prevenir problemáticas como: comportamentos de risco e anti-sociais (higiene, tabaco, álcool, droga, roubo, agressão física e/ou verbal). Foi desenvolvido como resposta a uma carência de actividades de ocupação de tempos livres diagnosticada neste Bairro Municipal. Tem como objectivos: Melhorar o desempenho em contexto escolar, utilizando a prática desportiva como agente de prevenção e mudança de comportamentos e atitudes; Promover o desenvolvimento social e moral, através da participação nas actividades do projecto.	Crianças e jovens residentes no Bairro Municipal dos Navegadores, em idade escolar do 1º CEB e alunos da Escola Básica Pedro Álvares Cabral.
Projecto "Mexe-te nas Férias"	Consiste numa colónia de férias aberta, que decorre em períodos de duas semanas, no mês de Julho e primeira quinzena de Agosto. De forma a potenciar o contexto de intervenção social do projecto, é efectuada uma estreita articulação entre os serviços da edilidade e estruturas a operar neste âmbito, no sentido de incluir cerca de 35% de crianças e jovens em situação de risco.	Jovens munícipes com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos.
Programa Tempo Jovem	Pretende contribuir para a ocupação dos tempos livres, através da participação dos jovens em actividades de utilidade social e comunitária, mediante a atribuição de uma bolsa de compensação financeira. Concretiza-se pela integração de jovens no mercado de trabalho, especificamente na Autarquia e nas Instituições locais que o requirem.	Jovens munícipes com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, tendo como habilitações literárias mínimas o 9º ano de escolaridade.
Programa Municipal de Educação Sexual	Intervindo na área da promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva, prevê a realização de intervenções em contexto escolar e comunitário, procurando o necessário equilíbrio entre acções de continuidade e a introdução de novas respostas, de forma a acompanhar a constante evolução das necessidades dos munícipes na área da Saúde Sexual e Reprodutiva. Nesta dinâmica, os pais, professores e pares são considerados "actores" privilegiados, com as famílias, escolas e comunidade para constituírem os "cenários" de intervenção por excelência. São objectivos deste programa: Promover escolhas responsáveis na área da Saúde Sexual e Reprodutiva; Promover a formação de mediadores inter-pares; Sensibilizar a população para a problemática do VIH/SIDA e promover a responsabilidade social na prevenção/combate à doença.	Munícipes, com especial ênfase para a população juvenil (12-20 anos).

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



IDOSOS

Projecto	Breve Descrição	Destinatários
Programa de Actividade Física 55+	Implementado em parceria com a Faculdade de Motricidade Humana (FMH) da Universidade Técnica de Lisboa, consiste na promoção da actividade física junto dos munícipes seniores através da criação de uma rede de comunicação com os participantes onde a mensagem da actividade física esteja permanentemente subjacente à melhoria da saúde individual, à valorização da qualidade de vida e ao bem-estar. Este programa tem como objectivos primários: informar da importância de seguir um estilo de vida activo e tomada de consciência dos efeitos dos comportamentos sedentários, promover hábitos de exercício moderado e actividade física regular; autonomizar os utentes relativamente às tomadas de decisão na escolha apropriada do programa de exercícios; motivar para uma efectiva utilização, individual e em grupo, dos espaços disponíveis para a actividade física. Tem como objectivos secundários: promover a satisfação dos cidadãos; realizar um programa de referência nacional e internacional; servir de suporte à investigação científica na área da promoção da saúde pelo exercício na população sénior.	Munícipes com idade superior a 55 anos.
Serviço Oeiras Está Lá	Visa prestar, de forma gratuita, serviços de pequenas reparações domésticas e de entrega e colaboração domiciliárias em residências de munícipes beneficiários. De iniciativa camarária, este projecto é concretizado através de uma parceria com uma empresa, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida dos munícipes em situação de maior fragilidade, ao mesmo tempo que auxilia na detecção de situações de emergência social.	Munícipes com idade igual ou superior a 65 anos e que preencham alternativa ou cumulativamente os seguintes critérios: apresentem dificuldades de mobilidade; sejam portadores de deficiência; beneficiem do Rendimento Social de Inserção; vivam sós ou acompanhados de menores.
Programa Turismo Sénior	Promove a participação social e desperta a população mais idosa para novos interesses. O projecto encontra-se estruturado em duas modalidades: Deslocações de um só dia (vertente anual) e Deslocações de vários dias (vertente pontual: 1 a 2 vezes por ano). A primeira modalidade denominada "À Descoberta de Outros Concelhos" prevê a realização de visitas a locais de interesse histórico, paisagístico e cultural no Concelho de Oeiras e outras regiões de Portugal. A modalidade Deslocações de vários dias, iniciada em 2006, traduz-se na realização de programas de "mini-férias".	Munícipes a partir dos 60 anos (deslocações de um só dia) e a partir dos 65 anos (deslocações de vários dias).
Projecto Bairro Limpo	Incide sobre dois vectores de intervenção: acções de informação e sensibilização dirigidas às equipas participantes no projecto e desenvolvimento das acções de limpeza nos bairros municipais, em que os participantes são simultaneamente agentes de informação e executantes das respectivas acções de limpeza. São objectivos deste projecto: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes em geral, e em especial dos idosos; Promover a ocupação útil dos tempos livres e contribuir para o reforço do rendimento dos participantes; Promover o desenvolvimento de contactos e laços sociais entre os elementos das equipas e a população em geral; Sensibilizar a comunidade em geral para as questões ambientais, promovendo comportamentos e atitudes correctas; Contribuir para a melhoria da qualidade do saneamento das vias públicas, e dos espaços verdes.	Munícipes com idade igual ou superior a 55 anos, residentes nos Bairros Municipais dos Navegadores, Pombal e Dr. Francisco Sá Carneiro.
Cartão Oeiras Sénior	Cartão de acesso a benefícios em serviços municipais e em entidades privadas.	Munícipes a partir dos 65 anos.
Programa Idosos em Segurança	Conjunto de acções de sensibilização e informação sobre segurança urbana, destinadas a utentes de IPSS's e grupos identificados através das Juntas de Freguesia do Concelho. As acções de sensibilização constituem espaços de reflexão, formação e partilha de experiências, abordando-se os seguintes temas: Prevenção e segurança nas residências; Prevenção e segurança na via pública; Prevenção e segurança nas práticas criminosas.	Munícipes a partir dos 60 anos.
Projecto NetSénior	Rede de formação em novas Tecnologias de Comunicação e Informação.	Munícipes a partir dos 65 anos de idade, residentes no Concelho de Oeiras há pelo menos 2 anos.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



DEFICIÊNCIA

Projecto	Breve Descrição	Destinatários
Projecto <i>Praia Acessível</i>	Iniciativa promotora da igualdade de oportunidades para cidadãos com necessidades especiais que nasceu da parceria entre a CMO, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras e a Cooperativa de S. Pedro de Barcarena. Visa facilitar o acesso de pessoas com mobilidade condicionada aos benefícios lúdicos e terapêuticos que a praia pode proporcionar.	Crianças e adultos com deficiência frequentadores da praia de Santo Amaro de Oeiras
Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIMPD) de Oeiras	Atendimento prestado no Centro de Juventude de Oeiras e vocacionado para prestar informações sobre direitos, benefícios e recursos existentes na área da deficiência e reabilitação.	Cidadãos com deficiência e famílias, técnicos e instituições.
Enclave de Emprego Protegido	Visa assegurar a pessoas com deficiência, o exercício de uma actividade remunerada, bem como a possibilidade de formação e/ou aperfeiçoamento profissional, permitindo-lhes, sempre que possível, a sua integração no mercado de trabalho. Constituem objectivos desta medida: aumento da empregabilidade, aperfeiçoamento e formação profissional da população com deficiência, bem como valorização das suas competências pessoais.	Pessoas com deficiência ou incapacidade inscritas no Centro de Emprego de Cascais do IEFP.
Estágios de Integração Socioprofissional do Externato Alfred Binet	A CMO tem mantido pólos de aprendizagem na área da jardinagem, no Jardim Municipal de Oeiras, para alunos do Externato Alfred Binet, com vista à integração socioprofissional destes jovens.	Alunos do Externato Alfred Binet, preferencialmente residentes no Concelho de Oeiras, entre os 16 e os 24 anos, com necessidades educativas especiais.
Serviço Transporte Adaptado	Possibilita aos munícipes com mobilidade condicionada uma maior mobilidade e autonomia na sua vivência diária, facilitando o acesso dos mesmos a diversos recursos comunitários, como o sistema educativo, serviços de reabilitação física e socioprofissional, oportunidades culturais e de lazer, entre outros.	Residentes no Concelho com mobilidade condicionada.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



FAMÍLIA E COMUNIDADE

Projecto	Breve Descrição	Destinatários
Serviço de Teleassistência Domiciliária de Oeiras	Serviço de atendimento permanente, recorrendo a um sistema de gestão de alarmes, permitindo a comunicação bidireccional entre o utente e o operador que presta assistência na Central receptora de Alarmes, instalada na sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo.	Todos os residentes no Concelho que apresentem a respectiva candidatura e preencham, alternativa ou cumulativamente, os seguintes critérios: Residam isolados ou acompanhados por pessoa fragilizada; Apresentem mobilidade condicionada ou deficiência motora; possuam baixos recursos económicos.
Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências	Procura-se intervir ao nível da prevenção primária, secundária e terciária das toxicodependências. São objectivos deste Plano: Promover informação junto da comunidade, relativamente ao consumo de substâncias; Apoiar entidades que intervêm no âmbito da promoção da saúde/redução dos factores de risco, através de apoio financeiro, logístico ou técnico, assegurando a continuidade de acções de prevenção primária, secundária e terciária específicas	Crianças e jovens; adictos de rua; ex-toxicodependentes em fase de reinserção.
Programa Vida-Emprego	Tem como objectivo potenciar a reinserção social e profissional de toxicodependentes, como parte integrante e fundamental do seu processo de tratamento, através da formação e do emprego. O programa assenta em cinco medidas: Mediação para a Formação e o Emprego; Estágio de Integração Sócio-Profissional; Apoio ao Emprego; Prémio de Integração Sócio-Profissional; Apoio ao Auto-Emprego.	Toxicodependentes em idade activa, que se encontrem em tratamento ou que o tenham terminado, quer em comunidade terapêutica quer em regime ambulatorio, incluindo os toxicodependentes em processo de tratamento no quadro do sistema prisional, devidamente enquadrados pela entidade de tratamento ou estabelecimento prisional.
Programa Municipal Educação Alimentar	Dinamização de acções específicas dirigidas à população em geral, com especial foco na população mais jovem e nos idosos. Exemplos disso são os projectos: Apoio Nutricional ao Idoso Concretiza-se em acções de sensibilização e informação, realizadas em Centros Dia, que têm como objectivo alertar a população mais idosa para os benefícios de uma alimentação saudável, reforçando os conselhos no combate ao colesterol e tensão arterial elevada. Plataforma Contra a Obesidade: Visa o desenvolvimento de um Programa Integrado de avaliação do Estado Nutricional, Hábitos Alimentares e Abordagem do Sobrepeso e Obesidade em crianças do Ensino Básico, a desenvolver em 3 fases: (a) avaliação do Estado Nutricional de crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico; (b) intervenção específica multidimensional na promoção da saúde infantil com abordagem do sobrepeso e obesidade infantil e (c) monitorização e avaliação do impacto do Programa desenvolvido.	Municípios em geral.
Programa Municipal Prevenção do Consumo Excessivo de Alcool	Assume a transversalidade da problemática do beber excessivo relativamente a diferentes populações e contextos sociais, propondo uma intervenção essencialmente preventiva e reforçada junto das camadas mais jovens, através de dois eixos distintos: Campanha Publicitária e Intervenção em Meio Escolar/Comunitário. São objectivos do Programa: informar sobre os efeitos e consequências do consumo de álcool; modificar crenças e atitudes inadaptables relativamente ao consumo de álcool.	Municípios em geral.
Serviço COMBUS	Serviço que se concretiza na criação de novas carreiras de transporte colectivo rodoviário, com tarifários especiais adequados às necessidades sociais dos utentes, aumentando a acessibilidade a um conjunto de pontos de interesse como: escolas, serviços de saúde, farmácias, zonas comerciais, correios, Juntas de Freguesia e bairros com uma fraca cobertura de transportes públicos.	Municípios seniores Municípios com baixos rendimentos Municípios em idade escolar

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Projecto	Breve Descrição	Destinatários
Banco Local de Voluntariado de Oeiras	Esta plataforma tem por objectivo promover o encontro entre a oferta e a procura de Voluntariado, isto é, realizar a mediação entre interessados em fazer trabalho de voluntariado e Entidades/Instituições do Concelho de Oeiras, com necessidades e possibilidade para enquadrar voluntários em projectos e actividades socialmente úteis, de acordo com os seus interesses, capacidades e disponibilidade, sensibilizando, simultaneamente os munícipes e as organizações para a prática e vantagens do trabalho voluntário.	Munícipes a partir dos 18 anos e Entidades disponíveis para acolherem trabalho voluntário.
Gabinete de Atendimento a Jovens - CHAT	Espaços (Oeiras e Carnaxide) onde os adolescentes podem procurar apoio, expressar as suas ideias, sentimentos, medos ou esclarecer dúvidas sobre a sua saúde. Resultam de parcerias estabelecidas pela CMO com Centros de Saúde, o Instituto de Prevenção e Tratamento da Dependência Química e Comportamentos Compulsivos (IDEQ) e o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) e surgem como uma forma de poder dar resposta a algumas das especificidades inerentes ao processo de desenvolvimento individual dos adolescentes e jovens, nomeadamente, na promoção de escolhas informadas e na compreensão e aceitação das mudanças.	Jovens entre os 12 e os 24 anos.
Programa PESO – Promoção do Exercício e Saúde na Obesidade	Programa de controlo do peso e promoção do exercício, desenvolvido em parceria com a FMH e por especialistas em exercício, nutrição e psicologia, sob supervisão médica. Sendo um programa de continuidade, visa fomentar a autonomia das participantes e a modificação permanente dos seus hábitos e estilos de vida, sem o recurso a medicamentos ou quaisquer outros produtos, aparelhos, ou técnicas de “emagrecimento”.	Mulheres com excesso de peso e obesidade.
Programa PESSOA – Promoção do Exercício e Saúde no Sedentarismo Obesidade e Anorexia	Programa de apoio à comunidade escolar e projecto de investigação científica, desenvolvido em parceria com a FMH, no âmbito da prevenção da obesidade juvenil e de alterações morbidogénicas da composição corporal. Tem características preventivas e protocolos de diagnóstico que identificam as crianças e os adolescentes com necessidades especiais de aconselhamento.	Crianças e adolescentes com distúrbios alimentares.
MUN-SI – Programa Integrado de Avaliação do Estado Nutricional, Hábitos Alimentares e Abordagem do Sobrepeso e Obesidade em Crianças do Ensino Básico	Protocolo vigente entre a Plataforma Contra a Obesidade da Direcção-Geral da Saúde, as Câmaras Municipais de Oeiras, Fundão, Montijo, Seixal e Viana do Castelo e a Universidade Atlântica, este programa decorre da estratégia para a prevenção e redução de risco de obesidade e de excesso de peso, e prevê as seguintes fases: 1. Avaliação do estado nutricional das crianças relacionando dimensões socioeconómicas, demográficas e ambientais com a saúde; 2. Intervenção específica multidimensional na promoção da saúde infantil em meio escolar; 3. Monitorização e avaliação do impacto do programa.	Crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL/ EMPREENDEDORISMO

Projecto	Breve Descrição	Destinatários
Gabinetes de Inserção Profissional	<p>Estruturas criadas em parceria com o IEFP que vêm substituir as UNIVAS e Clubes de Emprego. Destinam-se a apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho e desenvolvem a sua acção em estreita articulação com os Centros de Emprego.</p> <p>Actividades dos GIP de Algés, Carnaxide e Oeiras:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acolhimento e acompanhamento personalizado dos candidatos 2. Recolha e divulgação de oportunidades de formação profissional e emprego 3. Informação sobre programas de criação do próprio emprego 4. Informação profissional para jovens e adultos 5. Apoio à procura activa de emprego 6. Divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo 7. Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu 8. Controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego 	Jovens e Adultos desempregados
Programa de Orientação Escolar e Profissional	<p>Tem como objectivo identificar os interesses e as aptidões vocacionais dos jovens, ajudando-os a definir o seu futuro escolar e profissional, realizando entrevistas individuais, testes psicotécnicos e divulgação de informação organizada acerca das várias opções a nível escolar e profissional.</p>	Jovens em idade escolar.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Projecto	Breve Descrição	Destinatários
Programa Oeiras Solidária	<p>Pretende constituir-se como uma plataforma que colmata necessidades diagnosticadas no Concelho, através da articulação com os serviços prestados pelas empresas/entidades aderentes. Visa, por um lado, estabelecer formas de cooperação no combate aos fenómenos de exclusão social e na promoção do desenvolvimento social e valorização dos recursos humanos, nos grupos mais carenciados e, por outro lado, contribuir para o desenvolvimento socio-económico sustentado na área de influência comum às entidades, com prioridade para o voluntariado empresarial, emprego apoiado (postos de trabalho, estágios e formação em contexto de trabalho), bolsas de estudo, prémios de mérito, reinserção social, animação sócio-recreativa, formação e desenvolvimento comunitário.</p>	População em risco de exclusão social.
Projecto Oeiras PRO	<p>Resulta de uma candidatura ao programa comunitário Equal e foi delineado na tentativa de dar resposta a algumas necessidades sentidas ao nível da promoção e da implementação da responsabilidade social nas organizações, particularmente, na área do emprego e formação profissional, bem como da empregabilidade de grupos em risco de exclusão social. Os principais objectivos são: Promover a Responsabilidade Social das Organizações, RSO, nas ferramentas de gestão organizacional, através da criação do Centro para a Responsabilidade e Inovação Organizacional (CRIO); Partilhar e difundir conhecimentos em Responsabilidade Social das Organizações no âmbito do Observatório de RSO; Testar e adequar ferramentas de Responsabilidade Social das Organizações no âmbito do Laboratório de RSO; Valorizar e melhorar as competências sócio-profissionais dos destinatários do projecto e entidades da Parceria de Desenvolvimento; Partilhar e transferir competências em Responsabilidade Social das Organizações entre as Parcerias de Desenvolvimento de Projectos EQUAL nesta temática.</p>	<p>Os favorecidos pela metodologia de implementação do CRIO, nomeadamente, autarquias, parques empresariais e outros agentes locais que pretendam desenvolver acções na área da responsabilidade social;</p> <p>Beneficiários directos do CRIO, ou seja, as organizações destinatárias (empresas e organizações sem fins lucrativos) e pessoas em situação de vulnerabilidade social</p>

Em síntese entre o PDM 1994 e o levantamento feito na fase de elaboração (2008) da Carta Social de Equipamentos e Serviços Sociais de Oeiras, cresceu o número de Equipamentos e de Serviços Sociais no concelho. Surgiram ainda equipamentos com respostas específicas de apoio social na área da deficiência e de uma forma global de apoio à inclusão social. Inscrevem-se neste nível os Gabinetes de Inserção Profissional, os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, os espaços criadas no âmbito da estruturação da Rede da Juventude com a disponibilização de múltiplas ofertas e de respostas de apoio à juventude, bem como os equipamentos criados nos bairros de realojamento social, caso do Centro Comunitário Alto da Loba e do Espaço Comunitário do Bairro dos Navegadores.

Apesar deste quadro evolutivo e face ao contexto das alterações sócio demográficas, com destaque para o envelhecimento populacional e para as modificações na estrutura da família, as carências que persistem situam-se ao nível das respostas sociais de apoio aos Idosos e as que se englobam no apoio à Família e Comunidade, designadamente as respostas de creche e de jardim de infância/actividades de tempos livres. Pretende-se que com o colmatar destas carências possamos assegurar uma cobertura equitativa do território concelhio, promovendo-se uma maior harmonização das respostas sociais e uma maior valorização das parcerias para uma actuação integrada junto dos indivíduos e das famílias.

2.4 DESPORTO

A Câmara Municipal de Oeiras, reconhecendo o importante papel da prática desportiva em geral, considerou oportuno explicitar, por um lado, os objectivos da **Política Municipal de Desporto**, considerando o enquadramento do sector a nível nacional, e, por outro, as linhas de orientação para a concretização, hoje e no futuro, desta Política, tendo em atenção todo o conjunto de realizações que permitiram posicionar Oeiras entre os concelhos que mais contam com a prática desportiva para a construção de uma sociedade equilibrada, coesa e em constante renovação.

Uma das preocupações básicas para atingir este objectivo foi a sistematização na **Carta do Desporto (2005)** do conhecimento da realidade desportiva do concelho, tanto no que se refere aos equipamentos como à capacidade associativa para gerir a prática desportiva e ainda ao impacto desta na comunidade oeirense.

Para tanto, foram inventariados os **equipamentos de utilização pública** disponíveis no território concelhio, segundo as tipologias oficialmente assumidas e as respectivas funcionalidades definidas pelo **Instituto do Desporto de Portugal**, bem como os **equipamentos privados** cuja qualidade lhes conferiu um prestígio reconhecido fora do território do concelho. Por fim, foram também inventariadas e caracterizadas as **entidades gestoras**, entre as quais sobressaem as **Colectividades de Desporto e Recreio concelhias**, pelo papel que têm na dinamização da actividade desportiva local. Algumas destas Colectividades encontram-se entre as mais antigas e prestigiadas do país.

Assim, distinguiram-se dois grandes grupos de tipologias suficientemente abrangentes para incluírem todas as instalações públicas com funcionalidades no âmbito do desporto:

Instalações Desportivas Artificiais, ou seja, os equipamentos que respondem às orientações da Política Nacional de Desporto para formação de base, para desenvolvimento de actividades mono disciplinares ou para realização de manifestações desportivas de alta competição e de espectáculo;

Outros Equipamentos, com funcionalidades desportivas de carácter informal, que complementam a resposta à crescente e diversificada solicitação no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer activo.

A estas acrescentam-se os actualmente conhecidos como **Health Clubs**, popularmente designados como **Ginásios**. De notar que a importância crescente destes equipamentos está ligada ao perfil do concelho de Oeiras enquanto 2º Pólo de Emprego da Área Metropolitana de Lisboa, e 1º na vertente tecnológica, atraindo diariamente cerca de 40.000 activos residentes fora do concelho, que engrossam a procura deste e outros tipos de equipamento capazes de proporcionarem condições para uma prática desportiva essencialmente de manutenção, que permite quebrar o excesso de sedentarismo ligado às actividades do terciário superior.

Na caracterização do território desportivo de Oeiras foram também consideradas todas as propostas relativas a futuros equipamentos ou áreas equipadas que irão permitir majorar progressivamente a oferta face às necessidades e procura dos utilizadores, munícipes ou outros. De salientar que o Concelho de Oeiras tem um papel notório, a nível nacional, no domínio do Desporto, uma vez que no seu território está sediado o

Complexo Desportivo do Jamor, o mais importante equipamento multifuncional de alta competição, a nível nacional.

2.4.1. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ARTIFICIAIS

As **Instalações Desportivas Artificiais (IDA)** existentes, ou seja, os equipamentos destinados a actividades desportivas organizadas para grupos, em treino ou em competição, de importância local ou regional, foram diferenciadas em:

Espaços ao Ar Livre - Grandes Campos de Jogos

- Pequenos Campos de Jogos Polidesportivos ou
- Campos de Ténis
- Pistas de Atletismo
- Piscinas Descobertas

Espaços Cobertos - Pavilhões

- Salas de Desporto
- Piscinas Cobertas

Em qualquer destes tipos de equipamentos, os mais comuns são os que respondem a **actividades formativas**. Outros foram classificados de **Equipamentos Especiais**, pelas funções especializadas ou excepcionais que detêm, tanto a nível do concelho, como a nível regional, nacional ou mesmo internacional. Nestes últimos também se incluem todos os **equipamentos da orla costeira**, de ar livre ou cobertos, uma vez que, pela sua situação, não podem deixar de ser considerados como especiais.

Espaços ao Ar Livre

Os **Grandes Campos de Jogos** são os equipamentos desportivos que, pela sua natureza, estão representados em menor número no território concelhio nomeadamente ao considerar as diferentes freguesias, uma vez que são estruturas de grandes dimensões, acima de 5.000m², requerendo por isso algumas condições específicas, de localização, bem como de relação com a população utilizadora.

No concelho existem **14 Grandes Campos de Jogos** inseridos na **rede de instalações desportivas de base formativa**, dos quais, **5 Campos de Futebol e 2**

Campos de Rugby estão incluídos no **Complexo do Jamor**; os restantes são **Campos de Futebol**.

Os **Pequenos Campos de Jogos**, englobam os **Campos Polidesportivos**, os **Campos de Ténis** e os **Campos de Futebol de 7**, todos com dimensões inferiores a 5.000m².

Existem **36 Campos Polidesportivos**, inseridos na **rede de instalações desportivas de base formativa**, dos quais **12** têm as dimensões e todos os equipamentos indispensáveis à prática federada.

Na **rede de instalações desportivas de base formativa** incluem-se os **Campos de Ténis** existentes, em número de **12**, para além dos que estão incluídos no Complexo Desportivo do Jamor, em número de **36**. Está previsto um reforço notável nesta especialidade, que aliás ultrapassa a vertente formativa, uma vez que as condições de desenvolvimento e qualificação do território concelhio constituem um enquadramento preferencial para toda a envolvente da prática do **Ténis**.

Actualmente existe **1 Pista de Atletismo** com os requisitos para alta competição, inserida na **rede de instalações desportivas de base formativa**, e que pertence ao Complexo do Jamor.

Recentemente foi decidida a implantação de uma **Pista de Atletismo simplificada** na freguesia de Carnaxide

Nos **Outros Espaços Desportivos** incluem-se **2 Piscinas Descobertas**: a Piscina Oceânica e a Piscina do INATEL.

Espaços Cobertos

No que se refere aos **Espaços Cobertos**, das **31** unidades, **21** são **Pavilhões Polivalentes**, **2** são Salas de Desporto e **8** são Piscinas. Os **Pavilhões Polivalentes** estão incluídos na **rede de instalações desportivas de base formativa**, sendo alguns deles, **12**, parte do equipamento de Escolas Básicas ou Secundárias e mesmo de Escolas Superiores como a Escola Náutica e a Faculdade de Motricidade Humana.

Apesar desta situação confortável, prevê-se o reforço deste tipo de equipamento, ligados a escolas ou não, a realizar numa segunda fase do desenvolvimento da rede – **Qt^a. do Marquês, Grupo Desportivo Unidos Caxienses, Cooperativa Nova Morada, Associação Desportiva de Oeiras, Complexo Desportivo de Linda-a-**

Velha, Escolas Básicas Integradas de Porto Salvo, Tercena e posteriormente Alto dos Barronhos.

As Piscinas Cobertas, na *rede de instalações desportivas de base formativa*, são em número de 5, às quais se acrescentam 3 Convertíveis e 4 Polivalentes, bem como as inseridas nos Ginásios e Health Clubs, no total de 6, além da Piscina Olímpica do Complexo do Jamor.

Equipamentos Especiais

Os Equipamentos que foram classificados como Especiais incluem Instalações para o Espectáculo Desportivo, Instalações Desportivas Especializadas, e os Equipamentos da Orla Costeira.

Como Instalações para o Espectáculo Desportivo e para a Alta Competição, sobressai o Complexo do Jamor, já referido pela variedade de instalações para os níveis de prática desportiva de alta competição. Para além deste Complexo Desportivo, existem duas outras unidades com a mesma vocação: a piscina do Algés e Dafundo e o Pavilhão Municipal de Miraflores.

Continua em estudo o projecto do Centro de Ténis de Barcarena, parte integrante do Complexo de Desporto e Lazer de Barcarena, constituído por um conjunto de courts para prática formativa da modalidade, incluindo escola, bem como courts dimensionados para acolherem competições de nível internacional.

Nos Equipamentos Especializados estão incluídas diversas unidades: o Campo de Golfe, a Carreira de Tiro e a Pista de Canoagem no Complexo Desportivo do Jamor, as Salas de Judo e de Ginástica Rítmica do Sport Algés e Dafundo, a Escola de Windsurf em Oeiras e os Centros Hípicos de Leceia e Leião.

Está prevista a concretização de outros Equipamentos Especializados como o Complexo de Golfe de Cabanas, já em finalização, bem como o ordenamento da Serra de Carnaxide como grande espaço de lazer com possibilidade de prática de desporto diversificado.

A Orla Costeira, outro espaço de eleição para actividades de lazer, desporto, recreação, cultura, pese embora a escassa dimensão disponível entre o plano de água e a área urbana, é o domínio de eleição para os Desportos Náuticos.

Aí se encontram, entre as estruturas mais antigas, a **Piscina do INATEL** e o **Centro Náutico do Clube de Paço de Arcos**; entre as mais recentes, a **Piscina Oceânica**, o **Passeio Marítimo** que se estende, no troço actual, entre as praias da **Torre** e de **Stº. Amaro** e o **Porto de Recreio**.

A aposta na valorização da Orla Costeira é prioritária entre as orientações definidas para a valorização do território concelhio, incluindo-se a concretização do **Porto de Recreio de Oeiras**, inaugurado em Setembro de 2005, e a continuação do reordenamento do **Passeio Marítimo da Praia de Stº. Amaro até Paço de Arcos**, já terminado.

A médio prazo está prevista a recuperação de todo o espaço desactivado da área industrial devoluta na **Cruz Quebrada** para funções lúdicas e de lazer, devolvendo-o finalmente à vocação ribeirinha, através de estruturas ligadas ao plano de água como uma Marina e uma Piscina.

Prevê-se também o reforço das multifuncionalidades ribeirinhas em **Algés**, onde se incluem o **Centro e Escola de Vela** e as **Instalações do Sport Algés e Dafundo**, o **Porto de Recreio/Marina**.

Resta ainda, como velha aspiração para a reestruturação conjunta da Orla Costeira, o provável reaproveitamento público da **Doca da Marinha**.

Outros Equipamentos

No sentido de responder aos mais variados anseios da população no domínio do desporto, foram também atendidas as práticas desportivas mais informais que usam equipamentos maioritariamente sem dimensão para prática desportiva de competição, as **Instalações Desportivas de Base Recreativa**, importantes na iniciação, manutenção, ou simplesmente para o recreio das populações, nomeadamente os **Campos de Jogos**, as **Salas de Desporto**, as **Piscinas** e as **Áreas Verdes Equipadas**.

Os **Campos de Jogos e Salas de Desporto** considerados neste conjunto distribuem-se por todas as freguesias, disponibilizando, assim, diversas oportunidades para práticas informais, não deixando de estar previsto algum reforço.

No que se refere a **Piscinas**, as propostas existentes enquadram-se todas na **rede de instalações desportivas de base formativa**.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



As **Áreas Verdes** existentes, ainda que já estejam minimamente equipadas, deverão continuar a ser melhoradas e valorizadas, prevendo-se outras que permitam algumas práticas desportivas, mesmo radicais, ou, pelo contrário, algumas bem tradicionais como, por exemplo, a Columbofilia.

Ginásios e Health Clubs

Existem 22 entidades classificadas como Ginásios e Health Clubs, com maior densidade nas Freguesias de Oeiras/S. Julião da Barra e Algés.

Os mais recentes apresentam, em geral, uma área maior que os mais antigos abertos desde os anos 70/80 do século XX.

Destas entidades, 4 têm maior complexidade de instalações, ou seja, salas de prática de modalidades, piscina e campos de jogos: Solinca, Miraflores Holmes Place, Solplay e Tagus Park Health Clube; 2 têm a combinação de salas e piscina: Qt^a. da Fonte Holmes Place e Clube de Miraflores; todos os outros só dispõem de salas.

Freguesias	Equipamentos ao Ar Livre					Equipamentos Cobertos			Equipamentos Especiais		
	Campo Futebol	Campo Rugby	Pista Atletismo	Polidesportivo	Campo de Ténis	Pavilhão Polivalente	Piscinas	Sala Desporto	Equipamentos Especializados	Equipamentos Competição	Equipamentos Orla Costeira
Algés				1	1	3	3		4		
Barcarena				3	1		2			5	
Camaxide	1*			3		2+1*	2	1*			
Caxias				1		1		2			
Cruz Quebrada-Dafundo	5**	2**	1**		Complexo Ténis**	3			5**	5**	
Linda-a-Velha	1			2			1				
Oeiras e S. Julião da Barra	1				3	2			2		3
Paço de Arcos				1	1	3	1				1
Porto Salvo	3			2		3	1				
Queijas						2					
Concelho	11	2	1	13	6	20	10	3	11	10	4

Fonte: DD-GDM/CMO

Notas: * Equipamentos do Parque Desportivo Carlos Queiroz

** Equipamentos do Complexo Desportivo do Jamor: equipamentos especializados - Pista de Canoagem, Driving Ranger de Golfe, Sala de Judo, Carreira de Tiro, Sala de Squash; equipamentos de Competição - Estádio Nacional, Piscina Olímpica, Pista Corta-Mato, Complexo de Ténis (36 campos, 5 cobertos), Pista de Atletismo

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Freguesias	Outros Equipamentos Desportivos								
	Pista Atletismo Simplificada	Campo de Jogos/Polidesportivo	Campo de Ténis	Pavilhão Polivalente	Piscina Descoberta	Pista de Voo Circular	Sala Desporto	Área Verde Equipada	Total
Algés		3	1		1	1	8		14
Barcarena		7					2	1	10
Carnaxide	1	5					2		8
Caxias		5							5
Cruz Quebrada-Dafundo		5		1			1		7
Linda-a-Velha		3	1				2		6
Oeiras e S. Julião da Barra		10	3		2		10		25
Paço de Arcos		7	1				4		12
Porto Salvo		6	1				2		9
Queijas		3							3
Concelho	1	54	7	1	3	1	31	1	99

Fonte: DD-GDM/CMO

2.4.2 O EQUIPAMENTO E O TERRITÓRIO

No cômputo geral, existem 18,1m² de equipamentos *per capita* no Concelho de Oeiras, incluindo o Complexo do Jamor.

A Freguesia mais beneficiada é naturalmente a de Cruz Quebrada/Dafundo e as menos beneficiadas, no que se refere aos valores da capitação, são Caxias e Queijas.

Concelho/Freguesias	Área Desporto (m ²)	População	Capitação (m ²)
Algés	46.524,2	19.542	2,4
Barcarena	477.676,2	11.847	40,3
Carnaxide	40.474,0	21.354	1,9
Caxias	4.661,2	7.720	0,6
Cruz Q./Dafundo	2.133.813,2	6.591	323,7
Linda-a-Velha	28849,6	21.952	1,3
Oeiras/S. Julião da Barra	124.907,9	34.851	3,6
Paço de Arcos	35.560,5	15.776	2,3
Porto Salvo	43.827,4	13.724	3,2
Queijas	3.481,1	8.771	0,4
Concelho	2.939.775,7	162.128	18,1

2.4.3 A GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Existem diversos Tipos de Gestão dos Equipamentos Desportivos do Concelho de Oeiras:

Propriedade e Gestão do Estado

Complexo Desportivo do Jamor
Faculdade de Motricidade Humana

Propriedade do Estado e Gestão de “Oeiras Viva”

Pavilhões de Escolas Públicas

Propriedade do Estado e Gestão Institucional

Piscina da Escola Náutica

Propriedade da CMO e gestão de “Oeiras Viva”

Pavilhões e Piscinas Municipais
Pequenos Campos de Jogos de prática desportiva informal

Propriedade do Estado e Gestão de Clube ou Instituição

Pequenos Campos de Jogos, além do Mini Golfe de Algés

Propriedade e Gestão de Clube ou Instituição

Campos de Jogos, Pavilhões Polivalentes, Salas de Desporto, Piscinas e Equipamentos Especializados

Em síntese, a evolução ao nível da rede de equipamentos desportivos confirma que a autarquia reconhece o papel fundamental que o desporto tem na prevenção da saúde e na promoção dos valores sociais e culturais e, portanto, na valorização dos factores que constituem os pilares do equilíbrio das sociedades.

Como vertentes desta política destaque-se o Programa Municipal de Apoio ao Associativismo Desportivo em que se procura apoiar os clubes desportivos, assim distribuindo por todo o território municipal condições e oportunidades para a prática do Desporto.

Paralelamente, os Programas Municipais de Promoção Desportiva visam incentivar e generalizar a sua prática numa perspectiva sustentada e continuada e apoiar e incentivar a prática generalizada do exercício e da actividade física enquanto factores de promoção de uma vida saudável. O Programa de Promoção do Exercício, 'Melhor Exercício, Mais Saúde', conhecido como 'Mexa-se Mais', integra a preocupação da promoção de diversos tipos de actividades físicas com a sustentabilidade ambiental, o aproveitamento e dinamização do espaço público, a integração social e a promoção de estilos de vida saudáveis - constituindo-se como um dos programas de implementação dos objectivos de desenvolvimento sustentável prosseguidos pela autarquia.

2.5 CULTURA

A Cultura, que integra campos tão diversificados como os elementos patrimoniais e as referências criativas, as criações artísticas e a produção artesanal, as manifestações educativas e a convivência social, os comportamentos individuais e grupais e as relações entre grupos culturais diferentes, as culturas ditas eruditas e as culturas ditas populares, enfim a Cultura pode acompanhar campos tão diferentes como o desporto (cultura desportiva) ou a política (cultura política) e as artes (cultura artística) ou a cultura gastronómica.

Considerando a importância da dimensão da Cultura no desenvolvimento de um território, foi elaborada a **Carta da Cultura do Concelho de Oeiras (2007)**, documento que sistematizando indicadores de natureza quantitativa e qualitativa,

procurou fazer um ponto de situação sobre a realidade cultural do Concelho, designadamente quanto aos espaços de cultura e eventos, e aos agentes culturais. Foram caracterizados de forma exaustiva todos os equipamentos de cariz cultural, listados todos os eventos que ocorrem no Concelho de responsabilidade municipal ou realizados em parceria e todos os agentes culturais - associações culturais e recreativas, colectividades - que a diferentes níveis correspondem a componentes da herança cultural e da afirmação criativa deste Concelho.

Apostando numa oferta cultural intensa e diversificada, Oeiras tem-se afirmado no panorama regional e mesmo nacional, quer em equipamentos, quer no que respeita à realização de eventos de média e de grande dimensão.

Em Oeiras, a cultura tem vários suportes que vão desde a música, dança e teatro às exposições e leituras, entre outras, os quais são pensados para um público de todas as idades. Muitos são os espaços e equipamentos culturais que disponibilizam actividades que procuram ir ao encontro dos gostos mais diversificados, mostrando o quanto a cultura é variada e ecléctica.

Destacam-se, pelo papel relevante que detêm na dinamização do panorama cultural do Concelho, as **Bibliotecas Municipais - Oeiras, Carnaxide e Algés**, a **Livraria-Galeria Municipal Verney**, a **Fábrica da Pólvora de Barcarena**, com o seu **Auditório ao ar livre**, **Museu da Pólvora Negra**, **Lugar Comum - Centro de Experimentação Artística**, o **Centro Arqueológico de Oeiras**, os **Teatros e Auditórios Municipais - Amélia Rey Colaço, Eunice Muñoz, Lourdes Norberto, Rui de Carvalho**, o **Palácio do Marquês de Pombal**, com os **Jardins** e outras dependências, das quais se destaca a **Casa da Pesca**, o **Palácio dos Arciprestes** de Linda-a-Velha, sede da **Fundação Marquês de Pombal**, as **Galerias Municipais** – no **Palácio Ribamar** em Algés, no **Lagar de Azeite**, em Oeiras, no **Centro Cívico de Carnaxide**, entre outras, as **Igrejas Paroquiais** e respectivos centros sociais, a **Quinta Real de Caxias**, o **Parque dos Poetas**, o **Palácio dos Arcos**, em Paço de Arcos, o **Palácio Anjos**, em Algés, onde está instalado o **CAMB – Centro de Arte Manuel de Brito** que acolhe um dos mais importantes acervos representativos da arte portuguesa do século XX e que registou desde a sua abertura em Novembro de 2006, 61.703 visitantes, o recentemente (Junho de 2008) reabilitado **Palácio do Egipto**, com 20.751 visitantes, a **Biblioteca Operária Oeirense**, a **Fundição de Oeiras**, o **Aquário Vasco da Gama**, os **Jardins Municipais**, entre muitos outros espaços, municipais ou

privados, de notório valor patrimonial ou não, onde se realizam eventos de diversa índole.

Enquadrando estes e outros espaços está o próprio **Território do Concelho** como foi bem evidenciado na apresentação histórica. De facto, o concelho de Oeiras, desenvolvendo-se em anfiteatro debruçado sobre o Tejo, apresenta um conjunto de mais valias naturais que, enquanto referências da paisagem, condicionam, enriquecem ou orientam a sua identidade cultural.

Entre essas mais valias está a proximidade e convivência fácil com o plano de água do troço final do Estuário do Tejo que proporciona, para além de uma ampla abertura de horizontes, a fruição fácil de uma luminosidade intensa e peculiar, dos ventos e cheiros que anunciam a proximidade do Atlântico, do calor do sol temperado com humidade. No estuário também se diluem e apaziguam os sons que a cidade incessantemente produz.

Por isso, a **Orla Litoral** não pode deixar de ser um dos **Espaços de Cultura de Oeiras**, acolhendo eventos de relevo internacional, como seja, o Festival **OPTIMUS ALIVE OEIRAS** que desde a sua primeira edição já atraiu 400 000 espectadores nacionais e estrangeiros.

Para dentro do Concelho, e em ligação com a Orla Litoral, ficam os **Vales das Ribeiras - Jamor, Barcarena, Laje**, que escorrem ao longo do território, de norte para sul, até ao Estuário do Tejo.

O percurso histórico do concelho acrescentou-lhes as potencialidades, enriquecendo o **Património Natural** que nos chegou, com património edificado onde ponteiavam os espaços privilegiados de cultura cuja inventariação e preservação estão acauteladas no **Plano de Salvaguarda do Património Construído de Oeiras** elaborado nos idos anos 90 do século XX. As referências a esses espaços, na Carta da Cultura, irão privilegiar os que estão integrados nos programas de actividades culturais, enquanto **Espaços de Cultura**.

AUDITÓRIOS

AUDITÓRIO MUNICIPAL EUNICE MUÑOZ

Antigo Cine-Oeiras, situa-se no centro histórico de Oeiras e data de 1945, com capacidade para 283 pessoas. Tem valências para música, dança, teatro e cinema.

AUDITÓRIO MUNICIPAL LOURDES NORBERTO

Situado em Linda-a-Velha, é um espaço polivalente, com 95 lugares, especialmente vocacionado para teatro, tendo uma companhia residente, “Intervalo-Grupo de Teatro”.

TEATRO MUNICIPAL AMÉLIA REY COLAÇO

Espaço com capacidade para 65 pessoas e larga tradição no teatro, foi recuperado e a sua actividade dinamizada. Tem capacidade para 65 pessoas. Tem valências para apresentações com pequenos dispositivos nas áreas da música e teatro.

AUDITÓRIO MUNICIPAL RUI DE CARVALHO

Situado no Centro Cívico de Carnaxide, foi inaugurado recentemente e tem capacidade para 180 pessoas. Tem valências para música, teatro, e com alguma limitação, dança.

AUDITÓRIO CÉSAR BATALHA

Situado nas Galerias do Alto da Barra, em Oeiras, tem capacidade para 94 pessoas. Tem valências para música, teatro, e com alguma limitação, dança.

AUDITÓRIO DO TEATRO INDEPENDENTE DE OEIRAS

Localizado em Santo Amaro de Oeiras tem uma capacidade de 140 lugares.

MUSEUS

MUSEU DA PÓLVORA NEGRA

Tendo cada vez mais consciência da necessidade de interacção do museu com o meio, comunidade, onde está inserido, o **Museu da Pólvora Negra, MPN**, pretende continuar a fomentar iniciativas que procurem a realização de actividades conjuntas, de modo a criar ligações estreitas com a comunidade.

GALERIAS

LIVRARIA-GALERIA MUNICIPAL VERNEY

A 3 de Maio de 1995, a Câmara Municipal de Oeiras aprovou, por unanimidade, a instituição da **Livraria-Galeria Municipal Verney, LGMV**, num edifício de três andares, situado no centro histórico da vila de Oeiras. A Livraria-Galeria Municipal Verney seria inaugurada no dia 20 de Maio de 1995, fruto de uma acção conjunta no

âmbito da literatura e artes plásticas, promovida pelo escritor David Mourão-Ferreira e pelo escultor Francisco Simões.

LAGAR DE AZEITE, GALERIA MUNICIPAL

Antiga dependência agrícola da Quinta do Marquês, situado na área da ainda denominada Estação Agronómica Nacional, foi alvo de recuperação entre 1989/90, mantendo embora o testemunho de uma época próspera na agricultura. Constitui um espaço expositivo privilegiado e tem uma programação regular.

CENTRO CULTURAL PALÁCIO DO EGÍPTO

O Palácio do Egípto teve variadas ocupações, da qual se destaca a sede da Associação Desportiva de Oeiras (ADO). Após a sua aquisição em 2005, a CMO decidiu recuperar e reabilitar este espaço adaptando-o a novas funções. Com a realização deste projecto pretendeu-se dar continuidade à sedimentação de políticas culturais que fomentem programações expositivas de inegável qualidade.

OUTROS ESPAÇOS EXPOSITIVOS

SALAS EM PARCERIA (salas protocoladas)

Estes espaços respondem a um desejo da Câmara em partilhar responsabilidades e desenvolver as condições favoráveis à descentralização da criação e produção artística: Biblioteca Operária Oeirense, a Messe dos Oficiais de Caxias, o Aquário Vasco da Gama, a Fundação Marquês de Pombal, entre outros.

BIBLIOTECAS

AS BIBLIOTECAS DE OEIRAS

Do Serviço de Bibliotecas, Documentação e Informação da Câmara Municipal de Oeiras fazem parte a **Biblioteca Central de Oeiras** e os pólos de **Algés**, **Carnaxide** e **Caxias**, bem como, o **Centro de Documentação e Informação**.

Ainda que a **BIBLIOTECA CENTRAL DE OEIRAS** esteja situada numa zona recentemente urbanizada e seja uma das mais modernas bibliotecas construídas recentemente em Portugal (inaugurada em 1996 com uma área total de cerca de 2.500 m²), a tradição da leitura pública em Oeiras remonta a 1957 e teve como base um legado de 12.000

volumes, oferecido à Câmara em 1942, por Nicolau Alberto Fonty Archer de Lima, um bibliógrafo residente no concelho.

O **NÚCLEO DE ALGÉS** foi inaugurado em 1981 e funcionou inicialmente no 1º Piso do Palácio Anjos (250 m²), tendo depois mudado para o Palácio Ribamar (2001), onde hoje se encontra. O **NÚCLEO DE CARNAXIDE** foi inaugurado em 1992 e, embora seja um espaço de dimensões pequenas, detém um espólio diversificado. Prevê-se também a mudança de instalações para uma área mais ampla e central. O **NÚCLEO DE CAXIAS** foi inaugurado em 1998 e situa-se no Jardim da Cascata da Real Quinta de Caxias. Embora também seja um espaço com pequenas dimensões, guarda um espólio diversificado, com especial destaque para a temática dos jardins.

O **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CDI** tem como função recolher, organizar e divulgar documentação e informação especializada sobre o concelho de Oeiras, referente nomeadamente à História Local, ao exercício do Poder Local, e também à Legislação Nacional.

PARQUE DOS POETAS

Parque recente com área total a atingir os 25 hectares, cuja primeira fase foi inaugurada a 7 de Junho de 2003 com colocação do primeiro grupo escultórico de 11 poetas, de um total de 20.

O Parque celebra a Poesia, a partir de um conceito criado pelo poeta David Mourão Ferreira e pelo escultor Mestre Francisco Simões que o Arq. Francisco Caldeira Cabral, em parceria com Mestre Francisco Simões, desenvolveu em projecto paisagístico inovador, ligado à cultura e ao desporto, valorizando fortemente não só o espaço urbano adjacente como o conceito de desenvolvimento urbano geral no concelho de Oeiras, nomeadamente na vertente de ambiente urbano.

Os espaços lúdicos que inclui são diversificados, desde a Praça da Água até à Fonte Cibernética, passando pela Alameda e Jardins Temáticos dos Poetas, até ao Anfiteatro.

A segunda fase do Parque acentuará, naturalmente a vertente poética do projecto, com enfoque nos Lusíadas e no seu autor, Luís Vaz de Camões

Quanto aos agentes culturais que têm vindo a dinamizar diversas actividades no concelho, são maioritariamente associações, algumas já muito antigas, que nasceram

no quadro do movimento associativo da segunda metade do século XIX que enfrentou as grandes transformações sócio-económicas decorrentes da instalação de grandes indústrias. As associações culturais e recreativas são pólos de desenvolvimento das comunidades que constituem o Concelho de Oeiras assumindo-se como estruturas de desenvolvimento cívico, social e pessoal, salvaguardando tradições e promovendo a contemporaneidade, são disso exemplo: as bandas filarmónicas, orquestras ligeiras, ranchos folclóricos, grupos de música popular e de música erudita, grupos corais, grupos de teatro entre outras.

Em síntese o panorama da Cultura no Concelho de Oeiras evoluiu bastante nestes últimos anos, a aquisição do Palácio do Marquês, ex-libris de Oeiras a recuperação da Fábrica da Pólvora e posteriormente do Palácio Anjos e do Palácio do Egipto marcaram indubitavelmente este território pela salvaguarda do património e pela disponibilização de outros espaços museológicos e adequados para a realização de actividades culturais. Multiplicaram-se os eventos alguns dos quais já ganharam grande projecção mesmo além fronteiras, apostando-se no pluralismo na criação cultural enquanto base de consolidação de uma cultura inovadora e promotora de cidadania, reforçaram-se ainda os apoios aos diversos agentes culturais. Por outro lado, retomou-se um amplo conjunto de iniciativas com o objectivo de salvaguardar o tão valioso património que o Vinho de Carcavelos, entretanto registado com a marca de Conde d'Oeiras representa para o concelho e mesmo para a região.

Preservando os valores do passado, apoiando uma política cultural que procura sustentar-se em estratégias norteadas, quer para a qualidade de vida, quer para a resposta às exigências de uma população residente altamente qualificada, e da presença de empresas de cariz tecnológico, Oeiras tem grandes recursos que deverá potenciar no processo de reforço do seu peso na vida cultural da região e simultaneamente que possa contribuir para o reforço da competitividade do Concelho.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



AUDITÓRIOS/ANFITEATROS/TEATROS		BIBLIOTECAS LUDOTECAS	GALERIAS/ESPAÇOS EXPOSITIVOS		MUSEUS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS		Centros Culturais
Municipais	Não Municipais	Municipais	Municipais	Não Municipais	Municipais	Não Municipais	Municipais
ALGÉS							
Teatro Municipal Amélia Rey Colaço		Biblioteca Municipal de Algés - Palácio Ribamar	CAMB - Palácio Anjos				Palácio Ribamar
Anfiteatro Palácio Ribamar			Galeria Municipal Palácio Ribamar				
BARCARENA							
Pátio do Enxugo, Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena			Edifício 51, Antiga Fábrica da Pólvora	Edifício 26 da Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena	Museu da Pólvora Negra, Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena		
			Casa do Salitre, Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena				
			Centro Experimental Artístico, Clube de Artes e Ideias, Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena				
			Exposição Monográfica do Povoado Pré- histórico, Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena				

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



AUDITÓRIOS/ANFITEATROS/TEATROS		BIBLIOTECAS LUDOTECAS	GALERIAS/ESPAÇOS EXPOSITIVOS		MUSEUS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS		Centros Culturais
Municipais	Não Municipais	Municipais	Municipais	Não Municipais	Municipais	Não Municipais	Municipais
CARNAXIDE							
Auditório Municipal Ruy de Carvalho, Carnaxide		Biblioteca Municipal de Carnaxide		Galeria/Escola de Pintura DINRIC, C.C. de Carnaxide			
		Ludoteca Fundação Marquês de Pombal					
CAXIAS							
				Messe dos Oficiais de Caxias			
CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO							
				Sala Polivalente do Aquário Vasco da Gama		Aquário Vasco da Gama	
LINDA-A-VELHA							
Auditório Municipal Lourdes Norberto, Linda-a-Velha	Anfiteatro do C.S.P. Linda-a-Velha			Galeria de Arte Fundação Marquês de Pombal - Palácio dos Arciprestes			

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



AUDITÓRIOS/ANFITEATROS/TEATROS		BIBLIOTECAS E LUDOTECAS	GALERIAS/ESPAÇOS EXPOSITIVOS		MUSEUS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS		Centros Culturais
Municipais	Não Municipais	Municipais	Municipais	Não Municipais	Municipais	Não Municipais	Municipais
OEIRAS							
Auditório Municipal Eunice Muñoz,	Auditório CASO – Centro de Apoio Social de Oeiras	Biblioteca Municipal de Oeiras - Moinho das Antas	Galeria Municipal Lagar Azeite - Palácio Marquês de Pombal				
Auditório da Assembleia Municipal de Oeiras		Biblioteca Operária Oeirense	Livraria Galeria Municipal Verney	Biblioteca Operária Oeirense			
Anfiteatro do Parque dos Poetas	Auditório do Centro Paroquial de Nova Oeiras	CDI, Centro de Informação e Documentação, Oeiras	Centro Cultural Palácio do Egipto	Hangar K7 - Fundação de Oeiras			
Auditório do Teatro Independente de Oeiras	Auditório da ex-Estação Agronómica Nacional	Ludoteca do Jardim Municipal de Oeiras					
Auditório César Batalha	Auditório da AERLIS						
PAÇO DE ARCOS							
	Auditório GLAXO					Clube Automóveis Antigos	Casa das Culturas
	Auditório do LEMO	Ludoteca do Bugio		Salão Nobre do Clube Desportivo de Paço de Arcos			
				Paço de Artes			

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



AUDITÓRIOS/ANFITEATROS/TEATROS		BIBLIOTECAS E LUDOTECAS	GALERIAS/ESPAÇOS EXPOSITIVOS		MUSEUS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS		Centros Culturais
Municipais	Não Municipais	Municipais	Municipais	Não Municipais	Municipais	Não Municipais	Municipais
PORTO SALVO							
	Auditório Tagus Park						Casa das Letras
	Auditório do Instituto de Soldadura e Qualidade						Centro Cultural da Lage
	Auditório Lagoas Park						
QUEIJAS							
	Auditório do Centro Social Paroquial de Queijas						

Fonte:DCT/GDM/CMO,2009

2.6 PATRIMÓNIO CULTURAL

O Património cultural são os testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante devendo ser objeto de especial proteção e valorização. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflete valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constitui um dever desta autarquia, dando cumprimento às normas estabelecidas no Regulamento do Plano Diretor Municipal e demais legislação em vigor, nomeadamente a Lei nº 107/2001 de 8 de setembro.

O património cultural existente no município de Oeiras contempla os seguintes valores:

- Património arqueológico
- Património construído

2.6.1 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE OEIRAS

Integram o património arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente e cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.

As jazidas arqueológicas que seguidamente se identificam resultam de um esforço conjunto de inventariação que integrou equipas da Direção-Geral do Património Cultural e do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, que constitui um serviço da Câmara Municipal de Oeiras. Grande parte destes sítios integra a Carta Arqueológica do concelho de Oeiras editada por esta câmara em 1994.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Designação	Tipo de Sítio	Meio	Freguesia
Alto da Barra - Reduto Renato Gomes Freire de Andrade	Jazida	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Alto da Peça 1	Inscrição	Terrestre	Paço de Arcos
Alto da Peça 2	Vestígios de Superfície	Terrestre	Paço de Arcos
Alto das Cabeças 1	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Alto das Cabeças 2	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Alto das Cabeças 3	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Alto das Cabeças 4/ Monte do Sirgado	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Alto de Leceia	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Alto do Cartaxo	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Alto do Dafundo/ Alto de Santa Catarina	Povoado	Terrestre	Linda-a-Velha
Alto do Leião	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Alto do Puxa Freixe	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Alto dos Barronhos	Estação de Ar Livre	Terrestre	Carnaxide
Antas	Estação de Ar Livre	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Barotas - Leceia	Vestígios Diversos	Terrestre	Barcarena
Bateria de São Gonçalo - Medrosa	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Bica - Moínho da Revinheira	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Cabeço de Paimão	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Cacilhas	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Capela de Leião 1	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Carnaxide - Estrada	Vestígios de Superfície	Terrestre	Carnaxide
Carnaxide 2	Vestígios de Superfície	Terrestre	Carnaxide
Carnaxide 3	Vestígios de Superfície	Terrestre	Queijas
Carrascal	Povoado	Terrestre	Barcarena
Caruncho	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Casal de Barronhos	Estação de Ar Livre	Terrestre	Linda-a-Velha
Casal de Cabanas	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Casal de Santa Leopoldina	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Casal de São Miguel	Vestígios Diversos	Terrestre	Barcarena
Casal do Canas	Estação de Ar Livre	Terrestre	Carnaxide
Casal do Lameiro	Vestígios de Superfície	Terrestre	Queijas
Casal do Sabino	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Casal do Serigato 1	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Casal do Serigato 2	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Casal do Serigato 3	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Casal dos Moinhos	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Casal tardo-romano da Serra de Carnaxide	Casal Rústico	Terrestre	Carnaxide
Castelo	Necrópole	Terrestre	Barcarena

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Designação	Tipo de Sítio	Meio	Freguesia
Castelo 1º - 2	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Caxias - Forte de São Bruno	Vestígios de Superfície	Terrestre	Paço de Arcos
Cemitério de Oeiras	Vestígios Diversos	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Cotão Velho	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Cruz Quebrada	Vestígios de Superfície	Terrestre	Cruz Quebrada-Dafundo
Encosta de Leceia	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Encosta Sul de Outurela	Vestígios de Superfície	Terrestre	Carnaxide
Estrada de Leião-Leceia	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Estrada Nova	Estação de Ar Livre	Terrestre	Carnaxide
Ferrarias del Rey	Edificações Setecentistas	Terrestre	Barcarena
Fontainhas	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Fonte do Arneiro	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Fornos da Cal	Forno	Terrestre	Paço de Arcos
Forte da Giribita	Vestígios de Superfície	Terrestre	Paço de Arcos
Forte de Catalazete	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Forte de Nossa Sra da Conceição	Edificações Setecentistas	Terrestre	Algés
Forte dos Maias	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Foz do Rio Jamor	Forno	Terrestre	Cruz Quebrada-Dafundo
Galegas	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Gamelas	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Gruta de Carnaxide	Gruta	Terrestre	Queijas
Jardim de Oeiras	Edificações Setecentistas	Terrestre	Oeiras
Junção do Bem	Necrópole	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Laje Poente	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Laveiras 1	Inscrição	Terrestre	Paço de Arcos
Laveiras 2	Vestígios de Superfície	Terrestre	Paço de Arcos
Leceia	Povoado Fortificado	Terrestre	Barcarena
Leião	Villa	Terrestre	Porto Salvo
Leião-Núcleo da Idade do Ferro	Habitat	Terrestre	Porto Salvo
Linda-a-Pastora	Vestígios de Superfície	Terrestre	Queijas
Linda-a-Velha	Vestígios de Superfície	Terrestre	Linda-a-Velha
Lixeira de Porto Salvo	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Mama Sul	Vestígios de Superfície	Terrestre	Carnaxide
Moinho dos Quartos	Vestígios de Superfície	Terrestre	Queijas
Monte da Barrunchada	Vestígios de Superfície	Terrestre	Carnaxide
Monte da Cruz	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Monte do Castelo/ Castelo 1º - 1	Tholos	Terrestre	Barcarena
Oeiras - Rua João Teixeira Simões	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Outurela I	Jazida	Terrestre	Carnaxide

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Designação	Tipo de Sítio	Meio	Freguesia
Outurela II	Vestígios Diversos	Terrestre	Carnaxide
Paço de Arcos - Rua Joaquim Moreira Rato	Vestígios de Superfície	Terrestre	Paço de Arcos
Paimão - Sul	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Penas Alvas	Povoado	Terrestre	Porto Salvo
Ponte da Laje	Gruta	Terrestre	Porto Salvo
Povoado de Carnaxide	Povoado	Terrestre	Carnaxide
Praia do Dafundo	Vestígios de Superfície	Terrestre	Cruz Quebrada-Dafundo
Quartel de Paço de Arcos	Vestígios de Superfície	Terrestre	Paço de Arcos
Queijas	Vestígios de Superfície	Terrestre	Queijas
Queluz de Baixo	Vestígios de Superfície	Terrestre	Queluz
Quinta da Boiça	Silo	Terrestre	Porto Salvo
Quinta da Figueirinha	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
Quinta da Fonte	Vestígios de Superfície	Terrestre	Paço de Arcos
Quinta da Moura	Casal Rústico	Terrestre	Barcarena
Quinta do Bré	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Quinta do Jardim - Murganhal	Vestígios de Superfície	Terrestre	Paço de Arcos
Quinta dos Salregos	Vestígios de Superfície	Terrestre	Carnaxide
Santo Amaro de Oeiras	Vestígios de Superfície	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
São Miguel 2	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Serra de Carnaxide	Vestígios de Superfície	Terrestre	Carnaxide
Serviços Rádio Eléctricos	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Sol Avesso	Necrópole	Terrestre	Porto Salvo
Sul da Rádio Marconi	Vestígios de Superfície	Terrestre	Carnaxide
Talaíde	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Tercena	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Valejas	Vestígios de Superfície	Terrestre	Barcarena
Vila Fria	Vestígios de Superfície	Terrestre	Porto Salvo
Villa romana de Oeiras	Villa	Terrestre	Oeiras e S. Julião da Barra
"Jeanne Marie" (1736) - Bugio	Naufrágio	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
"Le Dauphin Couronné" (1673) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
"Le Jules" (1673) - Cachopos, Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
"Le Vaillant" (1684) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
"Nossa Senhora dos Mártires" (1606) - São Julião da Barra	Naufrágio	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
"Providência" (1834) - Caxias	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
"Saint Charles" (1669) - São Julião da Barra	Naufrágio	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
"Saint Pierre" (1697) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
"Santa Teresa" (1704) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Designação	Tipo de Sítio	Meio	Freguesia
"Santo Inácio de Loiola" (1633) - Praia de Oeiras	Naufrágio	Subaquático	Cruz Quebrada-Dafundo
"Toussaint" (1736) - São Julião da Barra	Naufrágio	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
"Union" (1733) - São Julião da Barra	Naufrágio	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
Barra do Tejo - Ânfora	Achado(s) isolado(s)	Subaquático	Oeiras
Bugio - Âncora	Achado(s) isolado(s)	Subaquático	Oeiras
Bugio - Casco	Casco	Subaquático	Oeiras
Bugio - Moedas	Achado(s) isolado(s)	Subaquático	Oeiras
Canal Norte, São Julião da Barra	Âncora	Subaquático	Oeiras
Caxias - Ânforas	Achado(s) isolado(s)	Subaquático	Oeiras
Galeão (1594) – Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
Naufrágio - Oeiras 1	Naufrágio	Subaquático	Algés
Naufrágio (1580?) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
Naufrágio (1674) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
Naufrágio (1677) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
Naufrágio (1678) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras
Naufrágio (1715) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
Naufrágio (1720) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
Naufrágio (1733) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
Naufrágio (1742) - Barra do Tejo	Naufrágio	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
Paço de Arcos - Canhões	Canhão	Subaquático	Paço de Arcos
Praia da Torre 1	Achado(s) isolado(s)	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
Praia da Torre 2	Canhão	Subaquático	Oeiras
Praia da Torre 3	Achado(s) isolado(s)	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
Praia de Carcavelos 3	Âncora	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
Praia de Caxias	Canhão	Subaquático	Oeiras
Santo Amaro de Oeiras - Canhões	Canhão	Subaquático	Oeiras
São Julião da Barra 1 - espólio Reiner, Almeida, Cardoso	Outros	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra
Torre de São Lourenço	Muralha	Subaquático	Oeiras e S. Julião da Barra

2.6.2 PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO DO CONCELHO DE OEIRAS

O Plano Director Municipal aborda o tema do património construído, seja este arquitectónico, ambiental ou cultural. Considerando que é imperativo preservar a história e cultura do território, de modo que com o entendimento do passado se construa o futuro. Assim, em 1994, o PDM identificava 14 Núcleos de Formação Histórica, com características diversas de acordo com a sua localização no território - Oeiras, Paço de Arcos, Algés, Carnaxide, Queijas, Linda-a-Pastora, Porto Salvo,

Barcarena, Leceia, Queluz, Tercena, Valejas, Outurela/Portela e Caxias/Laveiras - e cartografava igualmente as Quintas de Recreio, que eram divididas em três diferentes graus, de acordo com a relevância da estrutura que ainda mantinham.

Mais importante que isso, colocava a obrigatoriedade da concretização efectiva do “Plano de Salvaguarda do Património Construído”, que iria objectivar operacionalmente as questões relacionadas com o Património.

A Câmara Municipal de Oeiras, ciente da riqueza patrimonial que possui, elaborou o Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras doravante designado por PSPCACO e, em 1995, aprovou-o como um Regulamento Municipal, ao abrigo da alínea 2 do art. 39º do Decreto-Lei nº100/84 de 29 de Março, Lei das Autarquias Locais. A publicação em Diário da Republica é de 11 de Março de 2004 (Diário da Republica II Série, nº67)

O PSPCACO pretende ser o instrumento orientador da defesa e valorização dos valores patrimoniais, ambientais e construídos do Concelho. Pretende-se que assegure a gestão das operações urbanísticas a levar a cabo nos elementos classificados e respectivas faixas de protecção, de forma a garantir a coerência e integração urbana, nos termos do artigo 36º do PDM.

O PSPCACO abrange todo o concelho, englobando todos os valores patrimoniais, de carácter erudito ou popular, incluindo as peças arquitectónicas que, isoladas ou integradas em núcleos antigos, são um marco da vivência das populações.

Antes da elaboração do PSPCACO, na área geográfica do concelho de Oeiras estavam apenas classificados 9 bens imóveis, embora existissem palacetes, casas de antigas quintas, antigas fábricas, fortes e vestígios arqueológicos que, devido ao seu relevante valor cultural e arquitectónico, fazem parte dos testemunhos documentais de natureza histórica do concelho, merecendo ser objecto de classificação.

Todos os elementos patrimoniais (num total de 136) foram inventariados, divididos em categorias e caracterizados nas fichas que integram o plano. Os imóveis já sujeitos a classificação como património nacional, foram igualmente incluídos no PSPCACO.

Em 2009, decorridos dez anos da finalização do PSPCACO deu-se início à sua revisão, tendo em conta novas premissas, designadamente as alterações à legislação, como sejam a publicação da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro (Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural) e a sua articulação com o novo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Dec-Lei nº

555/99 de 16 de Dezembro com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 60/2006 de 4 de Setembro, a alteração das condições físicas de alguns dos imóveis classificados, fruto do decorrer do tempo. Assim foi proposta a alteração da categoria de classificação de alguns imóveis e a criação de uma nova categoria que correspondente à arquitectura e urbanismo do século XX, tanto no âmbito do Modernismo, arquitectura do Estado Novo como, Movimento Moderno e Arquitectura Contemporânea.

ELEMENTOS CLASSIFICADOS PELO PSPCACO

As categorias de classificação que seguidamente se apresentarão em detalhe incluem apenas as originalmente constituídas no PSPCACO. As categorias têm por objectivo identificar grupos de elementos patrimoniais, construídos em diversas épocas, para determinados fins ou representativos de determinados factos históricos.

ELEMENTOS OU VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS (EA)

A ocupação e consequente construção no território que é hoje o concelho de Oeiras começa na longínqua Pré-História, nessa altura preferindo os topos do interior, mais afastados do litoral aberto e pouco seguro face às investidas dos que demandavam o abrigo do estuário do Tejo.

Os vestígios arqueológicos incluídos nesta categoria correspondem aos mais relevantes identificados, até à data, no concelho. Os restantes encontram-se descritos na “Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras”.

EA1 - Estação Arqueológica de Leceia (freguesia de Barcarena)

O principal exemplo deste tipo de ocupação é o Povoado Pré-Histórico de Leceia, conhecido no mundo científico desde 1878, ano em que o General Carlos Ribeiro apresentou a respectiva memória à Academia das Ciências de Lisboa. Mais de um século depois, em 1983, e perante o risco de desaparecimento desta estação arqueológica, iniciaram-se as escavações, que prosseguem até hoje, sob a coordenação do Professor João Luís Cardoso, com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras. Desde 1963 que esta estação arqueológica está classificada como Imóvel de Interesse Público.

A área em escavação ultrapassa os 10.000m², sendo a área de exploração pré-histórica mais vasta em Portugal. Os resultados obtidos colocam esta estação arqueológica entre as mais importantes, no género, na Península Ibérica e mesmo na Europa Ocidental. Nela estão representadas sucessivas etapas cronológico-culturais, ao longo de cerca de 1.000 anos de ocupação, desde o Neolítico Final até Calcolítico Final.

EA2 - Mosaico Romano da Rua das Alcássimas (freguesia de Oeiras)

O mosaico romano, descoberto em 1903 por Leite Vasconcellos, encontra-se no r/c de um edifício do século XVIII, na Rua das Alcássimas, em Oeiras. É um azulejo do tipo “opus vermiculatum” e policromo, onde figuram vários motivos geométricos e de fantasia.

O edifício foi adquirido pela Câmara Municipal de Oeiras em 1991.

EA3 - Gruta da Laje (freguesia de Porto Salvo)

A gruta está situada na encosta esquerda da Ribeira da Laje, junto à povoação. Trata-se de uma cavidade natural com materiais líticos, cerâmicos e metálicos de diversas épocas, ocupada pelo homem desde o Paleolítico até à Idade do Ferro. Tem a forma de um corredor irregular e sinuoso.

ARQUITECTURA MILITAR (AM)

A orla litoral do concelho apresenta um conjunto de pequenos promontórios que foram aproveitados para o estabelecimento de fortes que, construídos entre os séculos XVI e XVIII, fizeram parte do sistema defensivo da barra do Tejo à cidade de Lisboa.

AM1 – Forte de S. Julião da Barra

Construção iniciada no século XVI, no reinado de D. João III, sob traça do arquitecto Miguel de Arruda, sofrendo posteriormente diversas alterações, mas sem deixar de ser um dos mais belos e maiores exemplares das maiores fortificações marítimas portuguesas.

AM2 - Feitoria (freguesia de Oeiras)

Estabelecimento militar situado à beira do Tejo. Conjunto de edifícios a que, no século XVIII, foi adicionada uma bateria, servindo de apoio à construção da Torre do Bugio.

AM3 - Forte de Catalazete (freguesia de Oeiras)

Pequeno forte de defesa construído em 1972. Nos finais do século XIX foi desactivado e ocupado por particulares. Mais tarde passou para a posse da Mocidade Portuguesa que aí instalou uma colónia de férias. Actualmente funciona como Pousada de Juventude.

AM4 - Forte do Areeiro ou de Sto. Amaro (freguesia de Oeiras)

Pequeno forte construído no século XVII. As obras foram concluídas em 1659. Em 1954 foi entregue ao Ministério da Defesa Nacional.

AM5 - Forte de S. João das Maias (freguesia de Oeiras)

Pequeno forte construído após a Restauração no reinado de D. João IV. A porta de entrada tem as armas reais e uma inscrição alusiva à sua construção “Álvaro de Sousa o fez em 1644”. Em 1976 foi entregue aos Serviços Sociais das Forças Armadas para colónia de Férias.

AM6 - Torre do Bugio ou Fortaleza de S. Lourenço da Cabeça Seca (freguesia de Oeiras)

No século XVI (1593?) foi iniciada a construção da Fortaleza de S. Lourenço da Cabeça Seca, mais conhecida como Torre do Bugio, com projecto de autoria de Frei Vicêncio Casale, classificado como Imóvel de Interesse Público.

O primeiro farol foi instalado no forte no século XVIII.

AM7 - Forte da Giribita ou de N. Sra. de Porto Salvo (freguesia de Paço de Arcos)

Pequeno forte construído no século XVII por ordem de D. João IV (1649). Em 1947 foi entregue à Marinha de Guerra.

AM8 - Forte de S. Bruno (freguesia de Caxias)

Pequena fortificação mandada construir por D. João IV em 1647, sob a égide de S. Bruno. Ao longo dos séculos teve várias ocupações e adaptações. Passou para a posse do município de Oeiras, que o recuperou em 2000.

QUINTAS (Q)

As Quintas constituem unidades agrícolas ou ambientais que outrora tiveram cariz predominantemente agrícola e/ou recreativo, aliado ao intuito de rendimento e/ou lazer.

A estas unidades agrícolas estão associados os elementos lúdicos com aproveitamento misto dos assentos de lavoura, aos quais se adicionaram os jardins, pavilhões e cascatas.

Q1 – Quinta dos Marqueses de Pombal (freguesia de Oeiras)

A Quinta, propriedade dos Marqueses, foi constituída pela junção de vários casais e quintas que formaram o primitivo morgado de Paulo Morgado de Ataíde, tio do Marquês de Pombal, junto da ribeira da Laje, beneficiando de uma zona muito fértil onde se constituiu um dos maiores regadios do concelho.

Era formada por três quintas, a Quinta de Baixo, a Quinta Cima e a Quinta do Marco. As duas primeiras são as mais conhecidas e representativas, uma vez que é aí que se situam o Palácio, os Jardins, a Adega/Celeiro, estes na Quinta de Baixo, e uma grande parte da exploração agrícola na Quinta de Cima.

É na Quinta de Baixo que se localiza a adega/celeiro, de cujas instalações resta o chamado Lagar de Azeite, magnífico espaço recuperado pela Câmara de Oeiras para eventos expositivos.

Na Quinta de Cima, ligada à Quinta de Baixo por um eixo principal, a Avenida dos Loureiros que partia dos Jardins do Palácio e fazia a relação entre os espaços de toda a Quinta, situa-se a Casa da Pesca e a Cascata do Taveira ou dos Gigantes. Estas estruturas enquadram um tanque gigantesco, outrora utilizado para a rega e para recreio. O suporte da Cascata é ornamentado com impressionantes painéis de azulejos do século XVIII.

Q2 - Quinta da Boiça de Cima e da Boiça de Baixo (freguesia de Porto Salvo)

Situa-se no Vale da Ribeira da Laje, antigo local de grandes potencialidades agrícolas, ocupando a margem esquerda e a direita da ribeira (Quinta de Cima e de Baixo, respectivamente). Actualmente, o conjunto é composto pela casa de habitação, palheiro e curral.

A casa da Quinta data do século XVIII (1747) e tem na fachada o brasão da família Sidónio Pais.

Q3 - Quinta Real de Caxias (freguesia de Caxias)

A construção foi iniciada no século XVIII pelo Infante D. Francisco, filho de D. Pedro II. Com a morte deste, as obras ficaram a cargo do futuro D. Pedro III, filho de D. João V, tendo-se prolongado até ao século XIX, com diversos melhoramentos que proporcionavam a utilização recreativa, para além da produtiva. No jardim destaca-se a cascata, de várias galerias comunicantes e dispostas em trono, coroada por um pavilhão octogonal. A água cai no lago onde se salienta o conjunto escultórico de Machado de Castro.

Na 1ª metade do século XX a Quinta foi parcelada e ocupada pelos Ministérios do Exército e da Justiça, ficando o Palácio, a Cascata e os Jardins na posse dos Altos Estudos Militares, até 1956. A restante área foi cedida pelo Ministério da Justiça ao Instituto Padre António de Oliveira.

Em 1953, os Jardins, as esculturas e duas salas do Palácio foram classificadas como Imóvel de Interesse Público, sendo, sem dúvida, os Jardins o conjunto mais importante tanto do ponto de vista paisagístico como arquitectónico e escultórico.

Em Janeiro de 1986 foi estabelecido um Protocolo entre a Câmara de Oeiras e o Ministério da Defesa, para a recuperação dos Jardins e da Cascata.

Com a obtenção de um prémio, em 1993, na sequência da candidatura ao Projecto Piloto de Conservação do Património Arquitectónico Europeu, promovido pela Comissão das Comunidades Europeias, desenvolveu-se um novo ciclo e incentivo na recuperação do jardim, dando possibilidade à consolidação dos desenhos de buxo, com a reposição do traçado decorativo da época da sua construção, à iluminação dos seus caminhos e à adaptação de um novo sistema hidráulico de alimentação dos repuxos, fontes e Cascata através da reciclagem da água.

Em 2009 novo protocolo foi estabelecido, desta feita com o Ministério da Justiça, na sequência do qual se efectuou a recuperação da estatuária.

Q4 - Quinta do Jardim (freguesia de Caxias)

Há referências a esta propriedade desde o século XVI, embora a casa da quinta date do século XVIII, altura em que estava na posse da família Ludovice. A capela da quinta é dedicada a S. João Baptista e tem um magnifico retábulo de madeira esculpida e um precioso frontal de altar em azulejos do século XVII.

Q5 - Quinta do Torneiro, Casa e Jardins (freguesia de Paço de Arcos)

Também conhecida por Quinta dos Anjos, trata-se de um dos bons exemplos de quinta de recreio no concelho. Já aparece referenciada na cartografia do século XVIII. O conjunto é composto pela casa principal, que inclui a capela com rica decoração do século XVIII, os extensos jardins de buxo e a propriedade agrícola.

Q6 - Quinta do Relógio (freguesia de Paço de Arcos)

Mandada construir por Tomás Maria Bessone em 1860, sob a direcção do arquitecto italiano Cinatti. Destaca-se no jardim a Torre do Relógio. Com a construção do caminho-de-ferro a quinta ficou fraccionada, mantendo actualmente apenas o palacete e os jardins.

Q7 - Quinta da Terrugem (freguesia de Paço de Arcos)

O palácio de dois pisos assenta nos caboucos de uma casa senhorial do século XVI. Para além do palácio a propriedade inclui a capela, adega, antigas cavalariças, cisterna, tanque de rega. É propriedade da CMO, encontrando-se a SANEST em funcionamento do edifício.

Q8 - Quinta da Muxavela (freguesia de Barcarena)

Mantém a casa construída no século XVIII, um pomar de citrinos de 20000m² e uma horta de 3500m². A casa apresenta características das casas rurais de Lisboa: múltiplos tectos, escada exterior, pátio e anexos destinados às alfaias agrícolas.

Q9 - Quinta do Estrangeiro (freguesia de Barcarena)

Mantém as características rurais, composta pela casa e terrenos agrícolas, com um sistema de rega peculiar, composto por tanques, aqueduto e caleiras.

Q10 - Quinta da Fonte (freguesia de Barcarena)

.Embora não seja precisa a data da sua construção, refere-se uma inscrição em pedra com a data de 1722. A casa apresenta características das casas rurais de Lisboa: cobertura em quatro águas, escada exterior, pequeno alpendre, e os jardins possuem espécies vegetais variadas e de grande porte.

Q11 - Quinta da Ponte (freguesia de Barcarena)

A cartografia de 1843 faz referência à Quinta e a uma azenha junto à Ribeira de Barcarena. A casa apresenta características das casas rurais de Lisboa: cobertura em quatro águas e escada exterior. Envoltas por ampla vegetação.

Q12 - Quinta da Rainha (freguesia de Barcarena)

Acredita-se que tenha alguma ligação à história do Palácio Nacional de Queluz, no entanto desconhece-se a sua origem. Possui uma escadaria monumental, portão em ferro forjado e um antigo tanque de água.

Q13 - Quinta de Nossa Senhora da Conceição (freguesia de Barcarena)

Mandada construir no século XVII pelos Sinel de Cordes.

Apresenta uma austeridade medieval, com portão de entrada maneirista com brasão de pedra com dois leões adossados, da família Cordes. A capela, dedicada a S. João Baptista, está classificada como Imóvel de Interesse Público pelo IGESPAR.

Actualmente propriedade da Câmara Municipal de Oeiras, a Quinta foi alvo de um protocolo estabelecido em 2010 para instalação da Oeiras International School, devendo dar-se início em Janeiro de 2011 às obras de recuperação.

Q14 - Quinta do Sobreiro (freguesia de Barcarena)

Casa construída no século XVII, com as características das casas rurais dos arredores de Lisboa: dois pisos, uma escada exterior que conduz a uma “loggia”. Na fachada destaca-se o brasão da família Brée.

Q15 - Quinta de S. Miguel (freguesia de Barcarena)

Possui dois edifícios com interesse histórico e arquitectónico. O mais antigo data de 1742, conforme inscrição no lintel da entrada. Tem ainda uma antiga fonte – Fonte do Arco. Nesta quinta viveu o escultor Álvaro de Brée que, nos anos 40, remodelou as duas casas.

Q16 - Quinta da Graça (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Esta Quinta foi outrora estância de repouso dos frades gracianos. Em meados do século XIX pertencia a João José Machado, veterinário e lavrador. Está integrada no Complexo desportivo do Jamor e mantém actualmente a fachada principal do Palácio (o recheio ardeu em 1993), espécies vegetais centenárias e um interessante sistema hidráulico (tanques e noras)

Q17 - Quinta de S. Mateus (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Trata-se de um edifício dos finais do século XVIII. Em 1860 a fachada poente do edifício foi revestida a azulejos segundo a moda brasileira da época. A quinta mantém ainda um parque onde existem espécies vegetais centenárias.

Q18 - Quinta do Bonfim ou dos Alemães (freguesia de Queijas)

Casa dos finais do século XVIII. Tem características rurais, envolvida pela vegetação e um pequeno pomar. Possui um interessante sistema hidráulico com poço, tanques de água e caleiras.

Q19 - Quinta dos Arciprestes, Aciprestes ou Ciprestes (freguesia de Linda-a-Velha)

No século XVII esta propriedade era designada por “Casal Grande”. No século XVIII foi doada por D. José I a Alexandre de Gusmão. O Palácio sofreu grandes danos com o terramoto de 1755. Na quinta existe ainda a um poço com moinho de vento, um tanque e uma casa de fresco. O palácio e jardins são propriedade da CMO, encontrando-se lá sedeada a Fundação Marquês de Pombal.

Q20 - Quinta do Morval (freguesia de Carnaxide)

A propriedade pertenceu ao Visconde Moreira Rey. Possui a casa principal, cavalariças e picadeiro e uma pequena estufa revestida a pedra da região.

Q21 - Quinta dos Grilos (freguesia de Carnaxide)

Jardins românticos de concepção inglesa. O edifício tem pormenores arquitectónicos assinaláveis – azulejos, pavimentos – e espécies botânicas raras.

Q22 - Quinta do Salles (freguesia de Carnaxide)

No século XVIII foi um pequeno convento. Com a extinção das ordens religiosas em 1834 a quinta transformou-se numa exploração agrícola particular. Tem um interessante sistema hidráulico e tanques com vestígios de pinturas.

É propriedade do município tendo sido restaurada e adaptada a ninho de empresas e jardim público.

Q23 - Quinta de St.º António (freguesia de Algés)

Julga-se que a construção data do século XVIII. O edifício principal possui um pequeno frontão e um campanário revestido a azulejos. Nos jardins e no parque da quinta existem espécies vegetais exóticas e centenárias.

A quinta está englobada no Plano de Pormenor de Almarjão, prevendo-se a preservação dos edifícios, com uso habitacional. 2ha de jardins foram reconstruídos para uso público.

ARQUITECTURA CIVIL

EDIFÍCIOS REPRESENTATIVOS DOS CONCEITOS DA TECNOLOGIA CONSTRUTIVA DE CADA ÉPOCA (EC)

Embora construídos em diferentes épocas, com diferentes tecnologias e para diferentes fins, são edifícios que, à época da sua construção, tiveram uma grande importância no aglomerado ou unidade rural onde se implantam. Alguns destes edifícios sofreram, no decorrer do tempo, intervenções que alteraram a sua imagem original, mantendo-se no entanto inalterável a sua carga histórica.

EC1 – Palácio dos Marqueses de Pombal, Jardim, Casa de Pesca e Cascatas (freguesia de Oeiras)

O Palácio foi construído na segunda metade do século XVIII, segundo projecto do arquitecto Carlos Mardel. É enquadrado pelos belíssimos jardins que mantêm a traça do século XVIII e que ilustram de forma brilhante o viver social dessa época.

Os Jardins do Palácio são muito importantes na história dos jardins em Portugal, uma vez que introduzem um tipo de organização do espaço ajardinado diferente da organização característica do Sul da Europa, herdada dos romanos e árabes. O traçado geométrico e a decoração dos novos Jardins reflectem a influência europeia na arte dos Jardins do século XVIII estando bem patentes no caso de Oeiras.

Adquirido pela CMO em 2003. Continua a funcionar no edifício o INA.

EC2 - Palácio do Egipto (freguesia de Oeiras)

A Quinta de recreio da N. Sra. do Egipto, onde se inseria o palácio, foi adquirida no início do século XVII por João Rebelo de Andrade. Esta família vai apoiar muitas iniciativas de interesse local, como a reconstrução da Igreja Matriz de Oeiras. Ao longo do tempo o palácio foi sofrendo inúmeras alterações que modificaram bastante a fachada e algumas salas interiores. Foi adquirido pela CMO, em 1979, que em 2009, procedeu à sua recuperação e subsequente reconversão para o uso actual – centro cultural. Trata-se actualmente de um imóvel que reúne elementos originais e a intervenção contemporânea.

EC3 - Casa da Quinta do Arriaga (freguesia de Oeiras)

A Quinta do Arriaga foi outrora uma das quintas senhoriais de Oeiras e estendia-se até ao Areeiro. Nos finais do século XIX a quinta foi fraccionada e vendida aos talhões, restando apenas a casa apalaçada, a cascata, um lago e as curiosas galerias escavadas na rocha (actualmente inseridas no Jardim Municipal de Oeiras)

EC4 - Edifício da Junção do Bem (freguesia de Oeiras)

Fazia parte da antiga Quinta da Costa. Foi adquirida por Casimiro Esteves Mendes, em data desconhecida, que a transformou em habitação própria. Entre 1912 foi doada à associação de beneficência “Junção do Bem”.

Actualmente está instalada na propriedade a Escola Profissional Vale do Rio, que está a ser alvo de um projecto de ampliação.

EC5 - Casa da Quinta da Serra (freguesia de Oeiras)

Antiga propriedade do Marquês de Pombal, a Quinta da Serra teve outrora uma Ermida dedicada a N. Sra. das Mercês. A quinta aparece referenciada em 1762 e dela constava a casa principal com capela, a ermida e as vinhas. Actualmente mantém as suas características de arquitectura rural, com a cobertura de quatro águas e a escada principal que conduz a uma “*loggia*”.

EC6 - Palácio dos Arcos (freguesia de Paço de Arcos)

Residência nobre construída nos finais do século XV e reedificada no século XVIII. Em 1698, D. Teresa Eufrásia cria o morgadio de Paço de Arcos que lega a D. Jorge Henriques, senhor das Alcáçovas. Da estrutura primitiva o edifício conserva os dois torreões unidos por uma varanda que assenta em três arcos. Tem uma capela com altar barroco dedicada a N. Sra. Do Rosário.

Para além do edifício a propriedade tem ainda um pátio com anexos para criados e cavalariças e um jardim.

É propriedade do município., herança do Conde das Alcáçovas e irá ser objecto de requalificação para adaptação a uma unidade hoteleira, encontrando-se concluído o concurso para concessão da exploração.

EC7 - Casa da Antiga Quinta do Lagoal (freguesia de Caxias)

Estava integrada no conjunto de quintas de recreio que surgiram no concelho no início do século XVIII. A casa da quinta, construída no século XVIII, tem dois pisos e a

fachada principal sublinhada por uma varanda em ferro forjado. No interior conserva belos painéis de azulejos e frescos. A capela, projecto do arqº José Morais Amado, foi construída na primeira metade do século XX. Para além da casa restam apenas os jardins em socalcos, uma vez que a restante propriedade foi urbanizada.

EC8 - Paço da Quinta Real de Caxias (freguesia de Caxias)

A construção do palácio foi iniciada no século XVIII pelo Infante D. Francisco, filho de D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburg. Foi residência de Verão de D. Maria I, D. João VI, a Imperatriz D. Amélia e D. Maria II.

O edifício, de pequenas dimensões e linhas severas, é ornamentado com um painel de azulejos azuis na parede do terraço. No interior sobressaem algumas salas ornamentadas com belos painéis de azulejos e o salão nobre forrado a tela pintada a óleo. Junto ao palácio existem ainda antigas cocheiras e casas de criados.

EC9 - Convento da Cartuxa (freguesia de Caxias)

O Convento foi fundado no século XVII. O pequeno claustro, com três arcos em cada ala, foi mandado construir pelo Cardeal D. Luis de Sousa, nos finais do século XVII. O templo primitivo terá sido destruído na sequência da remodelação em 1736, altura em que foi construída a Igreja hoje existente que tem, como característica particular, uma excelente acústica, sendo preferida, por grupos musicais de renome internacional, para gravações. A fachada é encimada por uma imagem da Virgem com o Menino.

Desde 1903 que o convento alberga as instalações do Instituto Padre António de Oliveira.

EC10 - Casa da Quinta da Fonte (freguesia de Carnaxide)

Um dos edifícios possui características do século XVII. No entanto, no decorrer do tempo verificaram-se alterações e acrescentos ao edifício principal. O edifício mais recente (século XIX?) mantém pormenores arquitectónicos com interesse como as cantarias, chaminés. O interior é enriquecido com tectos de madeira.

EC11 - Casa da Antiga Quinta de St.º António da Mina (freguesia de Caxias)

Inicialmente estava integrada nos bens do Convento da Cartuxa. Da antiga quinta resta apenas o edifício principal, construído no século XVIII. Conserva um nicho em pedra com uma inscrição com a data de 1737 e belos painéis de azulejo no pátio da entrada.

EC12 - Casa de Massarelos (freguesia de Caxias)

Casa do século XVIII, com planta rectangular e fachadas ritmadas por janelas de sacada. Tem um terraço forrado a azulejos representando as quatro estações.

EC13 - Casa da Quinta das Lindas (freguesia de Barcarena)

Bela casa de veraneio, construída na primeira metade do século XX. De salientar o carácter decorativo da fachada, cujos vãos das janelas são envolvidos e embelezados por azulejos azuis e brancos. No interior da casa e nos jardins existem também alguns painéis de azulejos policromos.

Foi adquirido pelo município para instalação de uma unidade de saúde.

EC14 - Palácio Restani (freguesia de Barcarena)

O Palácio Restani, outrora designado Quinta do Raio, foi mandado construir no início do século XIX por D. João VI, para servir de residência ao médico da Casa Real. O edifício foi adquirido em 1908 pelo pai de Alfredo Ramos da Silva, casado com uma senhora italiana de apelido Restani.

O edifício, de grandes proporções, encontra-se bastante degradado.

Actualmente aguarda-se a cedência do edifício à Câmara Municipal de Oeiras para ser criado um equipamento.

EC15 - Casa da Antiga Quinta de S. João do Rio – Instituto Espanhol (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Imponente moradia com características arquitectónicas dos finais do século XVII. Terá sido mandado construir por D. João V. No jardim encontram-se algumas espécies vegetais de interesse.

EC16 - Casa do Cedro (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Foi mandado construir por Roberto Ivens (que deu o nome à Av. Ivens) nos finais do século XIX. Mais tarde, a casa foi vendida à família Norton, ricos comerciantes de carvão. É um edifício de concepção romântica e exótica. Sublinha-se o carácter decorativo da fachada, com colunas de pedra que terminam em belos capitéis trabalhados.

Os jardins são ornamentados por pequenos lagos e bancos.

EC17 - Palácio da Cruz Quebrada (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Antiga residência de Sebastião José de Carvalho e Melo. O Marquês de Pombal adquiriu este Palácio com o objectivo de descansar a meio da viagem de Lisboa para o seu Palácio de Oeiras e substituir as parelhas de cavalos. O estilo arquitectónico é rígido e simples. O interior mantém alguns pormenores arquitectónicos do século XVIII – azulejos, chão em lajedo e outros. Actualmente encontra-se ocupado por um estabelecimento de restauração e bebidas.

EC18 - Palacete de Sta. Sofia (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

O palacete de Sta. Sofia é um edifício do século XIX, com características peculiares, com cúpulas mouriscas e varandas corridas com grades de ferro forjado. A fachada é decorada com belos frisos de azulejos policromos.

EC19 - Palácio Ribamar (freguesia de Algés)

Construído no século XVIII pelo Conde de Vimioso, em terrenos do convento de S. José de Ribamar, foi utilizado, entre 1920 e 1928, como Casino e mais tarde como escola secundária. Em 1962 foi adquirido pela Câmara de Oeiras que o recuperou para núcleo da Biblioteca de Algés, inaugurado em 2001, e onde também funciona um espaço expositivo.

EC20 - Antigo Convento de S. José de Ribamar (freguesia de Algés)

O Convento de S. José de Ribamar foi fundado em 1559 por D. Francisco Gusmão, fidalgo cavaleiro da Infanta D. Maria. No final do século XVII era muito venerada uma imagem do Menino Jesus que existia na Sacristia. Com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, o convento e as suas terras foram adquiridos por José Marques da Costa Soares. Em 1872, o Conde de Cabral comprou a propriedade, transformou o convento em habitação e mandou construir o palacete. Actualmente, todo o conjunto, que foi sendo alvo de sucessivas alterações, encontra-se bastante degradado.

Está em fase de licenciamento um projecto que visa a recuperação e reconversão deste imóvel para um condomínio habitacional. Passará a reunir elementos originais e a intervenção contemporânea. A alteração deste elemento fica condicionada ao desfecho do processo de licenciamento.

EC21 - Palácio Anjos (freguesia de Algés)

Construído em finais do século XIX, é um edifício do tipo *chalet*, outrora integrado numa quinta conhecida como Vila e Parque Miramar. Foi adquirido pela Câmara de

Oeiras e adaptado a outros usos, nomeadamente serviços e áreas expositivas. Desde 2006 aloja o Centro de Arte Moderna Manuel de Brito.

EC22 Antigo Forte e Palácio da Conceição (freguesia de Algés)

A primeira referência a este forte aparece num Decreto Real de 30 de Agosto de 1701, que nomeia seu Governador o Visconde de Fonte Arcada, data que corresponderá ao início da sua construção.

O Forte tinha planta trapezoidal e sobre o portão um nicho com a imagem da padroeira do reino, Nossa Senhora da Conceição, que lhe deu o nome.

EC23 - Casa da Antiga Quinta da Piedade (freguesia de Algés)

Aparece referenciada numa gravura de 1763. Edifício de características rurais do século XVIII. Actualmente a quinta está limitada ao edifício principal e jardim, que mantém uma luxuriante vegetação.

EC24 - Elementos Arquitectónicos e Paisagísticos da Antiga Quinta de Sta. Marta ou do Leonel (freguesia de Algés)

Nos finais do século XIX estava inserida numa zona de grandes potencialidades agrícolas. A casa principal, característica do século XVIII, é um edifício de dois pisos, com brasão na fachada, cantarias em lioz e azulejos.

É propriedade municipal e tem um protocolo para instalação de um ninho de empresas, por protocolo com a Fundação da Juventude.

EC25 - Casa da Antiga Quinta da Fonte (freguesia de Carnaxide)

Casa de quinta de recreio do século XIX, com concepção revivalista. Apresenta influências nórdicas nos telhados de águas abruptas e fachada acastelada. Mantém jardins e hortas.

EC26 - Casa da Antiga Quinta de N. Sra. da Conceição (freguesia de Carnaxide)

No século XIX era também designada por Quinta da Fábrica, devido à fábrica de chitas que, durante muitos anos funcionou na quinta. Tem uma ermida dedicada a N. Sra. da Conceição, remodelada no século XIX. Possui ainda vestígios do passado rural – com noras e tanque.

EC27 - Casa Gabri (freguesia de Carnaxide)

Mandada edificar no século XIX pelo Visconde Moreira de Rey para a sua filha Gabriela de Melo. O edifício de dois pisos possui, na fachada voltada para o jardim, grandes janelas e colunas em pedra. Tem jardins em socalcos com uma estufa, uma cascata e um pequeno lago revestido a azulejos e conchas. Nesta casa residiu, durante algum tempo, Camilo de Castelo Branco.

EC28 - Palacete da Quinta das Torres (freguesia de Carnaxide)

Outrora integrada na propriedade da Quinta do Morval. É mais um exemplo das quintas de recreio constituídas em Carnaxide no século XIX. O edifício tem características onde impera o gosto romântico do castelo medieval, com as suas torres e ameias, revivalismo muito apreciado no século XIX.

EC29 – Casas de Lavoura da Antiga Quinta da Quintã (freguesia de Porto Salvo)

A propriedade inclui uma pequena Capela do século XVIII e diversas casas antiga de lavoura (vacaria, galinheiro, pátios, etc) representativas do passado rural

EC30 - Elementos Arquitectónicos e Paisagísticos da Antiga Quinta das Biscoiteiras (freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo)

Em conjunto com as quintas do Balteiro e da Graça, representa o que resta do grande conjunto de estruturas rurais que ocuparam o Vale do Jamor antes da construção do estádio Nacional. Resta apenas a casa da quinta e alguns elementos paisagísticos.

EC31 - Elementos Arquitectónicos e Paisagísticos da Antiga Quinta do Balteiro (freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo)

Em conjunto com as quintas das Biscoiteiras e da Graça, representa o que resta do grande conjunto de estruturas rurais que ocuparam o Vale do Jamor antes da construção do estádio Nacional. Resta apenas a casa da quinta e os anexos destinados a alfaias agrícolas.

EC32 - Aquário Vasco da Gama (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Inaugurado em 1898, no âmbito das comemorações do 4º Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. O Rei D. Carlos contribuiu muito para a sua construção e em 1935, foi doada ao Aquário a Colecção Oceanográfica do Rei e respectiva biblioteca.

O edifício foi construído no século XIX e foi sofrendo várias obras de remodelação e ampliação. Em 1940, por ocasião da construção da Av. Marginal, uma ala do edifício foi cortada. Na fachada, salientam-se os painéis de azulejo da autoria do Mestre Jorge Colaço.

ELEMENTOS SINALIZADORES OU REPRESENTATIVOS DE FACTOS OU SITUAÇÕES CARACTERÍSTICAS DE UM PERÍODO HISTÓRICO (ES)

Trata-se de pequenas peças arquitectónicas, dispersas pelo concelho, que simbolizam o antigo poder local, a memória de um feito ou personagem, ou ainda marcas do quotidiano nas antigas populações.

ES1 - Pelourinho da Vila de Oeiras (freguesia de Oeiras)

Símbolo da administração autónoma da Justiça Local, o Pelourinho de Oeiras é um monumento do Século XVIII. Tem perímetro octogonal, é feito em pedra lioz, mede cerca de 7,20m de altura e remata de forma arredondada sendo encimado por um espigão em bronze. Dos degraus que formam a base, só três deles se encontram à vista.

ES2 - Chafariz da Vila de Oeiras (freguesia de Oeiras)

Construído no Século XVIII, o seu projecto é atribuído a Carlos Mardel.

A forma sinuosa do seu espaldar, acentua a pedra de armas dos Carvalhos e a Coroa do Marquês bem integrados na parede circular que lhes serve de suporte. Tem 3 bicas. Este chafariz abastecia de água a população da Vila de Oeiras.

ES3 - Monumento de Homenagem aos Combatentes da Grande Guerra (freguesia de Oeiras)

Monumento de homenagem do Concelho de Oeiras aos mortos da guerra de 1914-18. Inscrição: “realizado pela liga de interesses de Oeiras em 9 de Abril de 1940”. É um trabalho do escultor Álvaro de Brée e do Arquitecto Veloso Reis Camelo.

ES4 – Pavilhão Octogonal (freguesia de Oeiras)

Pequeno edifício do século XVIII que outrora fez parte da Quinta da Arriaga, hoje incluída no Jardim Municipal de Oeiras.

ES5 - Chafariz do Espargal (freguesia de Oeiras)

Grande Chafariz, que outrora era abastecido por uma fonte de água medicinais. É constituído por um frontespício de onde jorra uma bica. As águas são recolhidas numa bacia cujo acesso é feito por degraus. Tem a seguinte inscrição “Câmara Municipal de Oeiras - 1849.

ES6 - Obelisco Gomes Freire de Andrade (freguesia de Oeiras)

Este obelisco é dedicado à memória de Gomes Freire de Andrade que, em 18 de Outubro de 1817, naquele foi enforcado, junto da Torre de S. Julião da Barra. Tem a seguinte inscrição: “O seu admirador Barão da Victória da Batalha General e Governador na Praça de S. Julião da Barra lhe mandou levantar este monumento como lembrança do exército no anno 1835”.

ES7 – Carranca de Pedra do Parque Municipal de Oeiras (freguesia de Oeiras)

Cabeça em mármore sacaroide com talhe caraterístico do período romano que representa um filósofo.

ES8 - Ponte de Pedra da Ribeira da Laje (freguesia de Porto Salvo)

Ponte de pedra muito antiga (século XVIII?), como parecem atestar os seus alicerces, constituídos por dois corta correntes em alvenaria. Possui um original tabuleiro em lajes de calcário. A antiga ponte permitia o acesso entre as duas margens da Ribeira da Laje.

ES9 - Cruzeiro de Porto Salvo (freguesia de Porto Salvo)

Cruzeiro constituído por uma base em degraus e uma cruz em pedra. No adro da igreja de Porto Salvo encontra-se um cruzeiro semelhante.

ES10 - Chafariz de Porto Salvo (freguesia de Porto Salvo)

Chafariz municipal composto por um frontão e dois reservatórios para água. No frontão encontram-se três painéis de azulejos provenientes da Fábrica de Sant’Ana, cujos motivos estão relacionados com a actividade local: cenas bucólicas e escolares. Os azulejos estão assinados e datados: “AR – 1937”.

ES11 - Pombal da Quinta da Barreira (freguesia de Porto Salvo)

O pombal da quinta da Barreira é uma pequena peça de arquitectura do século XVIII de planta circular e cobertura em abóboda. Pela sua forma e características é um marco importante na paisagem urbana de Porto Salvo.

ES12 - Chafariz de Leião (freguesia de Porto Salvo)

Chafariz de pedra e alvenaria, composto por um frontão e um reservatório para água. O frontispício é constituído por três elementos almofadados, sendo o do meio encimado por um frontão triangular rematado com uma cruz. Tem duas bicas. Terá sido construído no século XIX. Foi recuperado em 2006.

ES13 - Monumento Conway Shiply (freguesia de Paço de Arcos)

Monumento fúnebre de pedra branca com epitáfio em inglês. Encerra o corpo do jovem comandante de um navio de guerra britânico, que foi vencido e morto pelos franceses num combate naval nas proximidades da barra do Tejo em 22 de Abril de 1808.

ES14 - Chafariz de Paço de Arcos - Centro da Vila (freguesia de Paço de Arcos)

Pequeno chafariz do século XIX revestido a azulejos azuis e brancos, com a inscrição: “CMO 1892”. A CMO procedeu a obras de reconstituição da antiga parede circular com os respectivos bancos.

ES15 - Monumento ao Patrão Joaquim Lopes (freguesia de Paço de Arcos)

Monumento dedicado ao Patrão Joaquim Lopes, figura de destaque em Paço de Arcos no século XIX. O monumento é constituído por um busto em bronze e uma peanha em pedra com a seguinte inscrição “Ao Benemérito Patrão Joaquim Lopes e aos que com abnegação o acompanharam nas horas de perigo”. Embora de construção anterior, foi colocado neste local pela Junta de Freguesia de Paço de Arcos em 1964.

ES16 - Chafariz do Canejo (freguesia de Paço de Arcos)

Chafariz de pedra construído no século XIX. É composto por um frontispício e dois bancos laterais. Tem a seguinte inscrição: “ANTÓNIO ISIDORO DA COSTA QMANDOU FAZER À SUA CUSTA NO ANNO DE 1822”.

ES17 - Chafariz Velho de Paço de Arcos (freguesia de Paço de Arcos)

Chafariz de grandes dimensões construído no século XVIII. Tem a seguinte inscrição “ANNO DE 1775”. O chafariz de pedra está bem integrado na parede circular que lhe serve de suporte. Mais tarde, nos anos 50, foi revestido a azulejos azuis e brancos da Fabrica de Sant’Ana. O chafariz ficou isolado e com difícil acesso à construção da Avenida Marginal.

ES18 - Cruz dos Cavalinhos (freguesia de Barcarena)

Cruz de pedra que assinala uma das explosões da Fábrica da Pólvora de Barcarena. Segundo a tradição popular, foi a este local que chegaram destroços. Desconhece-se a data da sua criação.

ES19 - Ponte sobre a Ribeira do Jamor (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Ponte construída em 1608 sob a orientação de um arrábido de Santa Catarina de Ribamar - Frade Rodrigo de Deus. A ponte sustem uma construção sólida e é constituída por três arcos em pedra. Tem uma inscrição na base com a data de construção.

ES20 - Chafariz do Dafundo - Antiga Fonte da Maruja (freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo)

Ficou célebre no século XVIII pois era neste local que os barqueiros do Tejo se abasteciam de água doce. O chafariz possui uma curiosa decoração de embrechados. O chafariz e a zona envolvente foram recuperados pela CMO nos anos 90.

ES21 - Chafariz de Carnaxide (freguesia de Carnaxide)

O chafariz inicial data do século XVIII. O frontispício tem esculpido o brasão real e uma inscrição em latim que refere que “O Rei D. José o mandou fazer em 1766 incluído nas duas obras de reconstrução após o terramoto”. Está revestido a azulejos datados de 1952.

ES22 - Aqueduto de Carnaxide (freguesia de Carnaxide)

Mandado construir por D. José I no século XVIII. Trata-se de um aqueduto subterrâneo, que conduz a água da nascente, localizado a cerca de 1 km da entrada da galeria do sítio designado das Francesas, até ao chafariz situado na zona de Carnaxide. São apenas visíveis três claraboias que assinalam exteriormente o curso de água. A mina mãe-de-água, feita em cantaria, constitui uma bela peça de arquitectura do século XVII. O seu interior é ocupado por bancos de pedra e um tanque que funciona como reservatório de água para o chafariz.

ES23 - Aqueduto das Francesas (freguesia de Carnaxide)

O Aqueduto das Francesas é um ramal subsidiário do Aqueduto das Águas Livres. Trata-se de um aqueduto subterrâneo do qual apenas são visíveis as 30 clarabóias. O Aqueduto tem início em Carnaxide, percorre a serra com o mesmo nome, passa por

Alfragide e vai até à Buraca, onde tem entrada pelo Aqueduto Geral. As obras deste ramal foram iniciadas no século XVIII e prolongaram-se por todo o século XIX.

ES24 - Cruzeiro de Algés (freguesia de Algés)

Cruzeiro de pedra mandado construir pela Câmara Municipal de Lisboa no início do século XVII (1605). Foi colocado junto ao portão do Palácio Ribamar em 1927. Possui uma base quadrada com uma inscrição em latim.

EDIFÍCIOS REPRESENTATIVOS DE FACTOS OU PERSONALIDADES HISTÓRICAS RELEVANTES (EP)

Imóveis que, podendo não ter um valor arquitectónico relevante, são referência local da vida ou da passagem de personalidades marcantes na história do concelho ou do país.

EP1 - Casa do Duque de Wellington (freguesia de Oeiras)

Casa onde viveu o Duque de Wellington (1769-1852) quando esteve em Oeiras, por ocasião da construção das Linhas de Torres, a partir de 1810. Mantém os pormenores arquitectónicos das casas de campo dos arredores de Lisboa: escadaria exterior, capela adossada ao edifício principal, cantarias em lioz, guardas em ferro forjado.

A casa está inserida no quartel do Regimento da Artilharia de Costa.

EP2 - Casa Archer de Lima (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Morada de veraneio dos finais do século XIX, pertenceu ao diplomata e escritor Nicolau Alberto de Forty Archer de Lima (1882-1942). Apelidada de “Chalet Petit Aubergue”, era uma das vivendas típicas do Dafundo. A fachada principal, toda forrada a azulejos, tem um belo painel Arte Nova na parte superior. Foi recuperada recentemente e mantém a função habitacional.

EP3 - Casa de D. Miguel (freguesia de Queijas)

Edifício de dois pisos, mantém ainda as características de antiga casa de campo. Foi propriedade de D. Miguel.

Pelas suas características arquitectónicas, pode situar-se a sua construção no século XVIII. O edifício mantém alguns pormenores de interesse tais como gárgulas de pedra na fachada principal e belos painéis de azulejo figurativos no primeiro piso.

EP4 - Casa de Cesário Verde (freguesia de Queijas)

Casa de veraneio que foi residência do famoso poeta Cesário Verde. A propriedade destinava-se à exploração agrícola, sobretudo de fruta. Um grande incêndio destruiu parte do edifício e do recheio de obras de arte. Sofreu várias transformações ao longo do tempo, restando apenas alguns vestígios da estrutura inicial, como o pequeno campanário, colunas, estátuas e restos do antigo muro. Integrada nas ruínas da Quinta de Linda-a-Pastora.

EP5 - Casa Branca (freguesia de Carnaxide)

Edifício construído no século XIX que ganhou prestígio quando, em 1882, foi adquirida por Tomás Ribeiro (1831-1901). Nesta casa Tomás Ribeiro recebeu o Rei D. Luis e importantes figuras do mundo intelectual e político daquela época. Outrora a casa era rodeada por belos jardins românticos com pequenos lagos e cascatas. Actualmente foi muito desvirtuada pela instalação do Colégio do Americano.

ARQUITECTURA RELIGIOSA (AR)

Nesta categoria foram incluídos os edifícios religiosos que, estando ou não actualmente dedicados ao culto, foram erigidos antes dos anos 40. Grande parte da arquitectura religiosa do concelho remonta ao século XVIII.

AR1 - Igreja Matriz de Oeiras (freguesia de Oeiras)

A Igreja de Oeiras é um templo de invocação a Nossa Senhora da Purificação e foi construída no Séc.XVIII. A fachada principal mantém duas torres sineiras e pormenores neoclássicos de grande interesse. No interior, tem uma só nave, e os altares e teia apresentam mármore ricos. Na porta principal tem a data de 1744.

Além de algumas pinturas, a Igreja possui um belo órgão (no coro) e um tecto pintado por Cotrim.

AR2 - Capela de Santo Amaro (freguesia de Oeiras)

A Capela de Stº Amaro de Oeiras foi erguida pela irmandade da Conceição. O seu interior é formado por uma nave e capela-mor. Na parede direita da nave encontra-se o púlpito de pedra com base circular e varanda de balaustrades. Os três altares apresentam retábulos típicos do final do Séc.XVIII, obras pagas pelo Marquês de Pombal. As duas abóbodas estão revestidas por excelentes estuques de estilo rococó

certamente realizados pela oficina de João Grossi, estucador italiano radicado em Portugal.

Os silhares de azulejos apresentam painéis historiados, pintados apenas a azul e branco com passos da vida da Virgem, na nave, e a Morte e Assunção da Virgem na capela-mor, possivelmente de 1790 da Real Fábrica do Rato.

AR3 - Capela de N. Sra. da Piedade (freguesia de Porto Salvo)

Julga-se datar do século XVIII. De salientar, na fechadura principal a estrela do Marquês e espadana. A Capela tem duas entradas - uma privativa possivelmente para os habitantes da quinta e outra junto ao adro para os habitantes da região. No interior, possui silhares de azulejos policromos posteriores ao terramoto de 1755 que representam painéis historiados e ricas cercaduras. Fazem parte do conjunto: casa de lavoura, cozinha, vacarias e palheiro.

AR4 - Capela de N. Sra. de Porto Salvo (freguesia de Porto Salvo)

A ermida remonta do Séc.XVI, e, segundo a tradição foi mandada construir pelos tripulantes de uma nau da Índia que se salvou de uma tempestade no Cabo da Boa Esperança. Construída a Capela tornou-se centro de devoção de navegantes e pescadores. Mais tarde, no 3º quartel do Século XVII, esta capela foi restaurada e ampliada. O interior, de uma só nave apresenta as paredes forradas de azulejos datadas de 1734. Junto ao arco triunfal existe uma caixa de esmolas “*rocaille*” com uma pequena pintura de Nossa Senhora. Os dois painéis de azulejo do alpendre são de Policarpo Bernades e representam dois milagres da Senhora de Porto Salvo

AR5 - Igreja de N. Sra. do Socorro (freguesia de Porto Salvo)

Julga-se que a capela remonta ao século .XVIII, pelos pormenores arquitectónicos que a caracterizam. É um pequeno templo de características rurais, dedicado a Nossa Senhora do Socorro.

AR6 - Capela do Senhor Jesus dos Navegantes (freguesia de Paço de Arcos)

Pequeno templo muito antigo cuja construção é anterior a 1698. Em 1792 a Capela era propriedade do Hospital de S.José que a reedificou em 1877. A Capela, possui no seu interior um modesto rodapé de azulejos do terceiro quartel do Séc. XVIII. Nesse mesmo ano a imagem do Senhor Jesus dos Navegantes foi benzida, o que originou uma grande procissão e arraial. Actualmente, realiza-se em Paço de Arcos (última

semana de Agosto) uma festa com procissão em honra do Senhor Jesus dos Navegantes.

AR7 - Igreja de Laveiras (freguesia de Caxias)

Desconhece-se a data de construção do templo, embora apresente características do Séc. XVIII.

Na fachada principal, destaca-se a torre sineira, com 2 relógios, com numeração romana e duas placas, uma à memória do Padre Feliciano Martins dos Santos, Capelão da Igreja entre 1867 e 1876 e outra referente ao restauro e ampliação da Igreja pelo Estado entre 1888-1889, sendo Ministro das Obras Públicas o Conselheiro Emílio Júlio Navarro. No interior, tem decorações em talha dourada e estuques trabalhados. A Igreja é dedicada a Nossa Senhora das Dores.

AR8 - Igreja de S. Pedro (freguesia de Barcarena)

Embora já existisse um templo no local desde o século XIII, a traça actual da igreja remonta ao século XVIII, época em que foi restaurada. Datam desta época, a talha da capela-mor e dos pequenos altares em redor. A Igreja tem apenas uma nave e conserva ainda alguns azulejos, de salientar um silhar de tapete do século XVII. Outros elementos de realce: Arquibanco em madeira (Séc.XVII); lavabo de mármore branco (século XIX); várias imagens de madeira estofada e policromada; rico espólio de paramentos para celebração do culto. É dedicada a S. Pedro e o restauro do tecto com a imagem do Santo foi realizada pela CMO em 2010.

AR9 - Capela de S. Sebastião (freguesia de Barcarena)

Pequeno templo de planta circular, dedicado ao culto de S. Sebastião, protector das pestes e dos artilheiros.

Desconhece-se a data da sua fundação embora uma das lajes tumulares localizada na passadeira central da Ermida tenha a data de 1599. No entanto, o actual edifício é de reconstrução tardia (finais do século XVIII).

Merecem especial relevo: os silhares de azulejos (princípios do Séc.XIX), o púlpito e uma pia de pedra (Séc.XVII) excelente trabalho de escultura com decoração de folhagem e de flores variadas em acentuado relevo.

Foi restaurada pela CMO em 1999/2000.

Está em vias de classificação pelo IGESPAR com despacho de abertura.

AR10 - Igreja de Sto. António de Tercena (freguesia de Barcarena)

Templo do Século XVIII dedicado a Santo António. Na fachada principal, junto à porta encontra-se a data alusiva à sua construção – “1742”. O interior de uma só nave, tem na Capela-Mor um gracioso conjunto rococó de cantos com ornatos de estuque no tecto. Uma das paredes está revestida a azulejos azuis e branco representando quatro cenas dos milagres de Santo António. (Século XVIII). De salientar, também as pias de água benta em forma de concha talhadas em mármore rosado. Recentemente, foram feitas obras no interior da Igreja, e introduzidos materiais (silhar de azulejos, etc.), novos e incaracterísticos.

AR11 - Igreja de N. Sra. da Piedade de Leceia (freguesia de Barcarena)

Pequeno e modesto templo de uma só nave revestida com um silhar de azulejos do princípio do século XIX.

A capela-mor está revestida com dois painéis de azulejo do último quartel do século XVIII, que representa Cristo a Caminho do Calvário e a Descida da Cruz. A talha do altar-mor é pobre e numa fase tardia. De salientar também, o conjunto de azulejos pombalinos da Sacristia. A porta principal da Capela tem uma inscrição com data da sua construção – “1761”.

AR12 - Igreja de Valejas (freguesia de Barcarena)

Pequeno e modesto templo de características rurais. Na fachada principal, tem uma sineira com pormenores neoclássicos, e um frontão triangular terminando em cruz com a data de 1763. O acesso ao templo é feito por uma escadaria ladeada de pequenos bancos.

AR13 - Ermida e restos do Antigo Convento de Sta. Catarina de Ribamar (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

A bela Capela, com retábulo embutido (obra do Arqtº João Antunes), tem as paredes revestidas a azulejos assinados por Gabriel del Barco e datados de 1697. Os painéis de azulejo das paredes e dos rodapés apresentam figuras muito próprias do artista: meninos a brincarem com grinaldas de belas flores. A decoração da folhagem e enrolamentos barrocos provenientes do tecto está patente nas cercaduras da capela e nos azulejos do átrio (Gabriel del Barco).

AR14 - Capela de N. Sra. da Boa Viagem (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Pequena capela rústica, dedicada a Nossa Senhora da Boa Viagem.

Neste local, existiu o Convento de Nossa Senhora da Boa Viagem que, com a extinção das ordens religiosas em 1834, foi abandonado e mais tarde demolido, cuja padroeira era muito venerada pelas senhoras da corte e pelos pescadores. Ao templo, faziam-se procissões, peregrinações, votos e oferendas.

A actual capela, tem a fachada principal revestida a azulejos dos Séc. XVII-XVIII, e um pequeno alpendre com uma inscrição. Foi restaurada pela CMO.

AR15 - Santuário de N. Sra. da Conceição da Rocha (freguesia de Queijas)

Segundo a lenda, foi encontrada em 31 de Maio de 1822, numa gruta nas margens do Rio Jamor, uma imagem da Santíssima Virgem com o título da Conceição.

No local da aparição construiu-se um templo - O Santuário de Nossa Senhora da Rocha - cujo traçado se deve ao pintor Domingos António de Sequeira. As obras ficaram concluídas em 1893.

O edifício actual, de grandes dimensões, tem na entrada principal uma inscrição alusiva às comemorações festivas do seu centenário (1822-1922).

É junto ao Santuário, que todos os anos em Maio se realiza a tradicional romaria.

AR16 - Capela de Linda-a-Pastora (freguesia de Queijas)

O templo de linhas simples, arquitectura do Século XVIII (?), tem na fachada principal um frontão triangular e uma torre sineira.

No interior, destacam-se os lambris de azulejos policromos, o pequeno coro e o altar dedicado a S. João Baptista.

AR17 - Capela de Linda-a-Velha (freguesia de Linda-a-Velha)

Pequeno e modesto templo do século XVIII. Na fachada principal tem ao alto uma sineira e a data alusiva à sua construção – “1780”.

AR18 - Igreja de S. Romão (freguesia de Carnaxide)

Desconhece-se a data de construção da Igreja embora haja referências ao término da nave em 1683. A igreja possui um belo conjunto de azulejos que reveste a Capela-Mor, dos finais do século XVII, com motivos muito dinâmicos e variados. Estão identificados com a sigla P.M.P., com que o pintor assinou alguns painéis. A Capela foi terminada em 1713 segundo a visitação desse ano pelo Padre Francisco da Silva Figueira. A pia baptismal e o relógio de sol datam de 1588. A Igreja é dedicada a S. Romão, padroeiro dos lavradores.

AR19 - Capela de N. Sra. do Cabo (freguesia de Algés)

Templo modesto, localizado em Algés de Cima, outrora povoação de lavradores e pescadores. As referências alusivas à Capela de Nossa Senhora do Cabo datam do século XVIII, período em que esta tinha grande importância e era local de romaria.

PATRIMÓNIO INDUSTRIAL (PI)

Edifícios ou conjuntos de edifícios que são testemunho da actividade fabril existente no concelho. Nesta categoria estão incluídos os sistemas tradicionais de moagem (moinhos) dispersos pelo concelho, que foram agrupados num mesmo elemento.

PI1 - Fábrica da Pólvora de Barcarena (freguesia de Barcarena)

Os primórdios da Fábrica da Pólvora Negra de Barcarena enraízam nas Ferrarias d'El-Rei instituídas por D. João II, junto à Ribeira de Barcarena, que laboraram até finais do séc. XVII, tendo sido absorvidas pela nova instalação fabril. A função era o fabrico de armas necessárias às campanhas dos Descobrimentos.

A iniciativa do fabrico da pólvora, no perímetro das Ferrarias, terá sido de D. Manuel, embora não exista a certeza do facto.

Enquanto edifício industrial, com dimensão e complexidade, a Fábrica da Pólvora Negra de Barcarena deve-se à iniciativa do Marquês de Alenquer e Conde de Salinas, D. Diogo da Silva e Mendonça, Vice-Rei de Portugal entre 1617 e 1621, no tempo de Filipe II, de Portugal. Em 1645, condensa-se todo o fabrico da pólvora em Barcarena para evitar incidentes em unidades de fabrico dispersas e demasiado próximas da capital do reino.

Até 1950, a Fábrica funcionou em produção estatal de artefactos militares. Após um período de arrendamento a particulares, com acrescentos das instalações e introdução de novos processos de produção, a Fábrica passa a fazer parte da INDEP, SA, Indústrias Nacionais de Defesa, para fabrico de pólvora de caça.

Em 1988 é extinta e em 1994 foi adquirida pela Câmara Municipal de Oeiras, incluindo os terrenos adjacentes, num total de cerca de 45 hectares e 70 edifícios, para posterior recuperação e dinamização

PI2 - Sistemas Tradicionais de Moagem e de Elevação de Água (Concelho)

Em Oeiras, como na generalidade das zonas próximas de Lisboa, e fruto das condições geográficas do concelho, optou-se pela instalação de moinhos de vento, em detrimento de outros sistemas de moagem. No início do século XIX, a sua construção atingiu níveis impressionantes, definindo-se uma cintura moageira pré-industrial, que se foi extinguindo nas primeiras décadas do século XX.

PI3 - Fornos de Cal (freguesia de Paço de Arcos)

A referência mais antiga aos fornos da cal remonta a 1582. Desconhece-se quando cessaram a actividade, todavia a sua exploração constituiu uma actividade económica importante na zona. São um conjunto de cinco construções robustas, de planta circular, em pedra, alinhados de um dos lados da rua. O conjunto foi recuperado pela CMO.

PI4 - Casa da Antiga Fábrica de Cerâmica de Montargila (freguesia de Algés)

A Fábrica de Cerâmica Montargila foi fundada em 1897 e esteve em laboração até aos anos 60, produzindo telha, telhão, tijolo e artigos decorativos de cerâmica. No local, que entretanto foi urbanizado, permanecem a casa principal, do gerente da fábrica, um belo exemplar de arquitectura em tijolo e uma vila operária, edifício de planta quadrada em torno de um pátio comum, construída em 1945.

PI5 - Casas da Antiga Fábrica de S. Pedro do Areeiro e Relógio (freguesia de Oeiras)

Esta fábrica de lanifícios foi fundada por José Diogo da Silva em 1864. Esta fábrica constituiu durante muitos anos uma “indústria modelo”, utilizando maquinaria sofisticada para a época, Foi visitada pelo Rei D. Carlos e pela Rainha D. Amélia em 1891. Após o projecto de recuperação que substitui por novas as antigas casas térreas, residência dos operários, resta do conjunto original a grande casa do dono da fábrica e a torre do relógio, ambas recuperadas.

NÚCLEOS URBANOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA (NH)

Esta categoria engloba os conjuntos habitacionais mais antigos, que estiveram na génese dos aglomerados urbanos. Cada núcleo está delimitado por uma área que o distingue da envolvente actual, que é a expansão do aglomerado original.

Em 1994, o PDM identificava 14 Núcleos de formação Histórica. Quando da publicação do PSCACO assinalaram-se 16 Núcleos de Formação Histórica (Oeiras, Paço de Arcos, Algés de Cima, Carnaxide, Queijas, Linda-a-Pastora, Porto Salvo, Barcarena, Leceia, Queluz de Baixo, Valejas, Caxias, Cruz-Quebrada, Dafundo, Laveiras, Linda-a-Velha e Vila Fria).

NH1 - Núcleo Antigo de Oeiras (freguesia de Oeiras)

A Vila de Oeiras, sede do concelho com o mesmo nome, é uma povoação cujas raízes tem origem muito antiga, assinalando-se, nomeadamente, vestígios do período da ocupação romana da Península Ibérica. O crescimento do aglomerado esteve condicionado a um conjunto de factores físicos e climatéricos – solo fértil, clima ameno, rede hidrográfica – favorável à circulação de pessoas e bens. Os actuais limites do Núcleo englobam duas áreas principais: a primeira área, a mais antiga, corresponde à origem e formação da vila de Oeiras e coincide com a maior densidade construtiva. A segunda área é constituída, essencialmente, por moradias de recreio dos finais do século XIX e início do século XX.

Nos finais do século XX, face ao crescimento urbano e demográfico da segunda metade desse século, o pequeno núcleo urbano foi afectado pela poluição, congestionamento viário e degradação do parque edificado. A CMO tem vindo a promover intervenções de reabilitação do núcleo que passam pela criação de ruas estritamente pedonais (R. 7 de Junho, R. Febus Moniz, Lg. 5 de Outubro) e pela recuperação de edifícios, como é o caso do Palácio do Egipto, Junta de Freguesia, entre outros.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- AR1 – Igreja Matriz de Oeiras
- AR2 – Capela de Santo Amaro
- EA2 – Mosaico Romano da Rua das Alcássimas
- ES3 – Monumento de Homenagem aos Combatentes da Grande Guerra
- EC2 – Palácio do Egipto

NH2.1 - Núcleo Antigo de Porto Salvo (freguesia de Porto Salvo)

O núcleo de Porto Salvo, situado no interior do concelho, estende-se ao longo da sua principal via rodoviária – Rua Conde de Rio Maior, que é também um dos principais

pontos de passagem para quem se dirige a outras povoações do interior do concelho de Oeiras. Porto Salvo foi outrora um pequeno núcleo rural. Os seus habitantes viviam essencialmente do cultivo das terras e da criação de gado bovino. O núcleo antigo mantém ainda alguns conjuntos de arquitectura vernacular que testemunham as antigas características do aglomerado.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- AR4 – Capela de Nossa Senhora de Porto Salvo
- ES11 – Pombal da Quinta da Barreira

NH2.2 - Núcleo Antigo de Vila Fria (freguesia de Porto Salvo)

O núcleo antigo de Vila Fria está situado no aglomerado de Porto Salvo, estendendo-se ao longo da Rua Actor António Pinheiro – Estrada Municipal 579-1.

NH3 - Núcleo Antigo de Paço de Arcos (freguesia de Paço de Arcos)

Paço de Arcos foi outrora uma pequena povoação rodeada de hortas e quintas, tendo sido a relação com o rio um factor sempre presente no seu desenvolvimento, que inclusive determinou a sua configuração.

Durante o século XVIII, por iniciativa do Marquês de Pombal, foram feitos alguns melhoramentos na povoação: construção da antiga caldeira ou doca, construção do chafariz velho, melhoramento de estradas.

Foi também nesta vila que viveu Patrão Lopes e trabalhou como remador da falua do Bugio. Aqui tornou-se Patrão de Salva-Vidas, tendo-se destacado por imensa bravura ao salvar centenas de vidas na Barra do Tejo. Foi condecorado com a Ordem da Torre e Espada pelo Rei D. Luís

No cemitério de Oeiras pode-se visitar o seu mausoléu, e em Paço de Arcos existe um monumento em sua homenagem.

O núcleo antigo de Paço de Arcos caracteriza-se por ruas estreitas, com predominância das habitações de 1 e 2 pisos. A malha urbana apresenta um traçado concordante com a linha de costa. O eixo principal da vila – Rua Costa Pinto - impõe-se como artéria comercial do núcleo, tendo como ponto mais atractivo a restauração.

A reabilitação deste centro histórico, que contou com a recuperação de edifícios marcantes como a Pensão Moreira, a Casa da Dízima, tem sido balizada pelo regulamento municipal que constitui o Plano de Pormenor do Núcleo Antigo de Paço

de Arcos. Tem havido também um papel importante por parte da CMO na aquisição e remodelação de edifícios para habitação jovem.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- ES15 – Monumento ao Patrão Joaquim Lopes
- AR6 – Capela do Senhor Jesus dos Navegantes
- ES14 – Chafariz de Paço de Arcos
- EC6 – Palácio dos Arcos

NH4 - Núcleo Antigo de Caxias (freguesia de Caxias)

Povoação muito aprazível, situada junto ao Tejo, foi durante os séculos XVIII e XIX ponto de veraneio aristocrático.

NH5 - Núcleo Antigo de Laveiras (freguesia de Caxias)

A existência da povoação já estava documentada em 1588 e sofreu bastante com o terramoto de 1755. À semelhança de outros aglomerados do concelho, também teve origem rural, possuindo ainda vestígios desse passado agrícola.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- AR7 – Igreja de Laveiras

NH6.1 - Núcleo Antigo da Cruz Quebrada (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

Situada no sopé do monte de Santa Catarina, foi outrora uma pequena povoação vivendo da agricultura e do rio de lavadeiras.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- EC17 – Palácio da Cruz Quebrada

NH6.2 - Núcleo Antigo do Dafundo (freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo)

As primeiras notícias a respeito do Dafundo datam da 2ª metade do século XIX. Todavia, já existiam anteriormente quintas de recreio e o famoso Chafariz da Maruja, muito frequentado pelos marinheiros que aí se abasteciam de água potável.

Nos finais do século XIX, com o desenvolvimento dos transportes (comboio e eléctrico), O Dafundo passou de aldeia saloia a estância balnear. Foi a altura da construção dos *chalets* e moradias de recreio, que ainda hoje pontuam o núcleo.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- EP2 – Casa Archer de Lima

- EC16 – Casa do Cedro

NH7 - Núcleo Antigo de Queijas (freguesia de Queijas)

A povoação de Queijas estava rodeada de terras férteis, onde dominava o cultivo de cereais. Mantém ainda características do passado rural, sendo que a zona mais típica do núcleo se situa nas Escadinhas da Fonte, onde subsistem vestígios de um antigo sistema hidráulico: lavadouro público, bebedouros, mãe-de-água.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- EP3 – Casa D. Miguel

NH8 - Núcleo Antigo de Linda-a-Pastora (freguesia de Queijas)

O terramoto de 1755 fez grandes estragos na povoação. Em 1865 a povoação tinha cerca de 400 habitantes, dedicados sobretudo à agricultura. Ainda mantém alguns quarteirões com casas de características rurais, embora o núcleo tenha sido muito devassado pela construção da A5.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- AR16 – Capela de Linda-a-Pastora

NH9 - Núcleo Antigo de Linda-a-Velha (freguesia de Linda-a-Velha)

Povoação de grandes recursos agrícolas que, durante o século XVII constitui uma das principais fontes de abastecimento à cidade de Lisboa. Nos finais do século XIX foi zona de veraneio e refúgio dos lisboetas durante os calores do Verão. São deste período os *chalets* e quintas que embelezavam o aglomerado que, em 1865, tinha pouco mais de 200 habitantes. Actualmente o núcleo está muito descaracterizado, subsistindo poucos vestígios do passado.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- AR17 – Capela de Linda-a-Velha

NH10 - Núcleo Antigo de Carnaxide (freguesia de Carnaxide)

Carnaxide foi uma freguesia eclesiástica criada no século XII, após a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques. O aglomerado rural foi crescendo em torno de uma ermida dedicada a S. Romão, erigida no século XIV. Era constituído por casas singelas, de 1 ou 2 pisos, com anexos para as alfaias agrícolas. No século XVIII, após

o terramoto, D. José mandou fazer melhoramentos em Carnaxide, nomeadamente a construção de um aqueduto e um chafariz no centro da vila. No decorrer desse século verificou-se um crescimento significativo da população residente e, conseqüentemente, da produção agrícola. Tem havido também um papel importante por parte da CMO na aquisição e remodelação de edifícios para habitação jovem.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- EP5 – Casa Branca
- AR18 – Igreja de S. Romão
- ES21 – Chafariz de Carnaxide
- ES22 – Aqueduto de Carnaxide
- ES23 – Aqueduto das Francesas
- EC25 – Casa da Quinta da Fonte

NH11 - Núcleo Antigo de Algés de Cima (freguesia de Algés)

Julga-se ser uma povoação de origem árabe, já existente no século XII. No decorrer dos séculos XVII e XVIII, são instaladas no local grandes quintas de lavoura que aproveitaram a existência dos terrenos férteis e abundância de água. Actualmente o núcleo conserva ainda alguns exemplos da arquitectura rural, embora se encontre bastante descaracterizado e empobrecido. Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- AR19 – Capela de Nossa Senhora do Cabo

NH12 - Núcleo Antigo de Barcarena (freguesia de Barcarena)

Barcarena representa um dos núcleos rurais mais pitorescos, ainda alguns conjuntos de arquitectura vernacular que testemunham as antigas características do aglomerado. No núcleo encontram-se ainda dois templos de grande interesse histórico e artístico, a igreja Paroquial de S. Pedro e a Capela de S. Sebastião.

Para Barcarena foi finalizado, em 2009, o último estudo urbanístico que engloba toda a área de um núcleo histórico.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- AR8 – Igreja de São Pedro
- AR9 – Capela de S. Sebastião

NH13 - Núcleo Antigo de Queluz de Baixo (freguesia de Barcarena)

Trata-se de uma pequena povoação de origens rurais. O núcleo primitivo está muito descaracterizado e circundado por construções de grande volumetria. Mantém-se apenas alguns edifícios de interesse patrimonial como a Quinta da Palmeira, Quinta da Rainha e o Palácio Restani, mandado construir por D. João VI.

NH14 - Núcleo Antigo de Leceia (freguesia de Barcarena)

Povoação muito rica em vestígios arqueológicos, nas imediações do Castro de Leceia. O núcleo mantém algumas características da sua origem rural nas ruas estreitas, casas térreas com pátios,

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

- AR11 – Igreja de N. Sra. da Piedade de Leceia

NH15 - Núcleo Antigo de Valejas (freguesia de Barcarena)

No reinado de D. Afonso III, esta povoação, onde o Rei fez aforamento de uma lagoa, estava inserida no Condado de Barcarena. Actualmente o núcleo mantém algumas características do passado rural, em que a arquitectura tradicional se mistura com moradias e prédios de rendimento que deram ao aglomerado uma nova função de dormitório.

Elementos patrimoniais inseridos no núcleo:

AR12 – Igreja de Valejas

2.7 HABITAÇÃO

A repartição e as características do parque habitacional são condicionantes fortes para explicar a distribuição de pessoas e famílias.

2.7.1 ALOJAMENTOS

A **distribuição dos alojamentos**, em 2007, pelos concelhos da GL evidencia que Lisboa lidera com 29,6% do total, seguida por Sintra com 18,1%; Mafra detém 4% e **Oeiras** 8,3% na mesma data, situando-se numa posição intermédia na GL.

A **densidade** de alojamentos evidencia um “efeito de proximidade a Lisboa”: as maiores densidades verificam-se em Lisboa (3.463 Aloj./Km²) e Amadora (3.387 Aloj./Km²), seguindo-se Odivelas (2.189 Aloj./Km²) e **Oeiras** (1.651 Aloj./Km²).

Em Oeiras os **alojamentos** são predominantemente de residência habitual, registando-se a maior concentração em Oeiras e S. Julião da Barra. Quase dois terços dos alojamentos do Concelho são habitados pelo proprietário, sendo esta situação menos dominante nas freguesias de Cruz Quebrada/Dafundo, Queijas e Algés. A média de alojamentos por edifício é relativamente baixa, menos de 5 alojamentos por edifício, sendo especialmente baixa em Queijas e Porto Salvo, 2 alojamentos por edifício.

Entre 1991 e 2001, os maiores aumentos de número de alojamentos registaram-se em Carnaxide e Porto Salvo.

Alojamentos e formas de ocupação nas freguesias do concelho de Oeiras 2001

Freguesias	Alojamentos										
	Total		Familiares Clássicos				Encargos/Rendas valor médio		Ocupante proprietário (%)	Familiars clássicos por edifício (%)	Tx variação 1991/2001 (%)
	nº	%	Residência habitual		Uso sazonal (%)	Vagos (%)	Encargos hab. próp. (€)	Rendas (€)			
			nº	%							
Algés	9.973	13,1	7.776	78,0	9,3	11,7	355	148	65,6	8,0	11,0
Barcarena	5.150	6,8	4.172	81,0	10,3	8,2	301	121	79,7	2,8	32,1
Carnaxide	8.987	11,9	7.364	81,9	8,0	9,24	352	135	75,0	6,5	40,3
Caxias	3.186	4,2	2.450	76,9	8,0	12,0	-	-	-	-	-
Cruz Quebrada/Da fundo	3.379	4,5	2.755	81,5	8,9	8,7	326	115	59,0	5,5	-1,2
Linda-a-Velha	9.980	13,2	8.261	82,8	9,4	6,8	333	182	79,5	6,5	3,1
Oeiras e São Julião da Barra	17.002	22,5	13.531	79,6	12,2	8,0	354	228	76,6	6,5	6,7
Paço de Arcos	8.609	11,4	6.427	74,7	13,8	11,0	321 ¹	168 ¹	71,3 ¹	4,2 ¹	29,8 ¹
Porto Salvo	5.774	7,6	4.584	79,4	6,0	14,3	331	112	60,6	2,3	49,7
Queijas	3.664	4,8	3.108	84,8	6,5	7,4	262	147	77,2	2,0	5,5
Concelho	75.704	100,0	60.428	79,8	9,9	9,5	334	160	72,8	4,6	16,9

Fonte: INE, Censos – 1991 e 2001

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

Em 2001, O **índice médio de ocupação dos alojamentos familiares** no concelho, traduzido pelo número de residentes nos alojamentos familiares clássicos, foi de **2,16**. É de destacar a freguesia de Paço de Arcos, com o valor mais baixo, **1,84**, onde existia também, uma maior concentração de habitação sazonal.

A **tipologia** (divisões por alojamento) em Oeiras, no último Censo foi em média **4,4**. Não se observaram grandes diferenças entre freguesias, onde os valores variaram entre os **4,3** e os **4,6**.

Índice médio de ocupação e tipologia dos alojamentos nas freguesias do Concelho de Oeiras, 2001

Freguesias	População Residente (Nº)	Alojamentos familiares clássicos (Nº)	Pop residente /alojamentos familiares (Nº)	Divisões por alojamento familiar clássico de residência habitual ¹ (Nº)
Algés	19542	9874	1,98	4,4
Barcarena	11847	5121	2,31	4,3
Carnaxide	21354	8912	2,40	4,5
Caxias	7720	3086	2,50	-
Cruz Quebrada	6591	3351	1,97	4
Linda-a-Velha	21952	9877	2,22	4,4
Oeiras e São Julião da Barra	34851	16963	2,05	4,4
Paço de Arcos	15776	8566	1,84	4,3 ¹
Porto Salvo	13724	5755	2,38	4,3
Queijas	8771	3616	2,43	4,6
Concelho	162128	75121	2,16	4,4

Fonte: INE, Censos – 2001

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

O quadro seguinte procede à análise da cobertura das **infra-estruturas básicas**, nos alojamentos familiares deste concelho, em 2001. Na generalidade quase todos os alojamentos familiares tinham as infra-estruturas básicas. O registo de alguns alojamentos em condições consideradas mais precárias, deve-se essencialmente, por nesta data ainda existirem cerca 5000 famílias a viver em barracas, tendo sido erradicadas em 2003.

No último Censo, já se observava uma habitação de qualidade em Oeiras. Ao nível das condições de habitabilidade, a proporção de alojamentos com **aquecimento central**, neste concelho foi de **5,5%**; com quase o dobro da Grande Lisboa, onde se registou para a mesma data, **3,5%**. Foram as freguesias de Carnaxide, Oeiras e São Julião da Barra e Algés, que registaram o maior peso de aquecimentos centrais por alojamento, com 7,4, 6,8 e 6,3, respectivamente.

Alojamentos e infra-estruturas básicas nas freguesias do concelho de Oeiras, 2001

Freguesias	Aloj familiares de residência habitual	Aloj fam de residência habitual com electricidade		Aloj fam de residência habitual com água		Aloj fam de residência habitual com retrete		Aloj fam de residência habitual com esgotos		Aloj fam de residência habitual com banho		Aloj fam sem pelo menos uma infraest básica	Aloj fam com aquecimento central
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%	%
Algés	7870	7845	99,7	7839	99,6	7747	98,4	7842	99,6	7784	98,9	2,16	6,30
Barcarena	4192	4189	99,9	4181	99,7	4090	97,6	4186	99,9	4145	98,9	3,20	3
Carnaxide	7433	7426	99,9	7415	99,8	7302	98,2	7424	99,9	7376	99,2	2,30	7,40
Caxias	2541	2533	99,7	2509	98,7	2467	97,1	2519	99,1	2495	98,2	-	-
Cruz Quebrada	2776	2773	99,9	2764	99,6	2743	98,8	2766	99,6	2729	98,3	2,45	5,30
Linda-a-Velha	8355	8340	99,8	8317	99,5	8204	98,2	8324	99,6	8285	99,2	2,29	4,60
Oeiras e São Julião da Barra	13554	13553	100,0	13546	99,9	13395	98,8	13553	100,0	13526	99,8	1,33	6,80
Paço de Arcos	6459	6455	99,9	6439	99,7	6360	98,5	6441	99,7	6423	99,4	2,37 ¹	5 ¹
Porto Salvo	4598	4597	100,0	4592	99,9	4490	97,7	4595	99,9	4566	99,3	2,83	3,80
Queijas	3145	3141	99,9	3133	99,6	3076	97,8	3137	99,7	3112	99,0	2,93	2,70
Concelho	60923	60852	99,9	60735	99,7	59874	98,3	60787	99,8	60441	99,2	2,21	5,50

Fonte: INE, Censos – 2001

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

2.7.2 EDIFÍCIOS

Na Grande Lisboa a **variação do número de edifícios**, entre 2001 e 2007, foi da ordem dos 5,8% com a construção de cerca de 14.600 novos edifícios: Mafra, Vila Franca de Xira e **Oeiras** foram os concelhos com maior acréscimo, neste último caso de 8,1%.

A **dimensão dos pisos dos edifícios**, no conjunto da GL dominam os edifícios com 1 e 2 pisos, 65%, e apenas 6% ultrapassa os 7 pisos. Lisboa apresenta o edificado mais “alto”, 11% dos edifícios têm mais de 7 pisos e Mafra, com o edificado mais “baixo”: 88% dos edifícios que não ultrapassam os 2 pisos. Em **Oeiras** também dominam os edifícios com 1 e 2 pisos, 49%, mas os edifícios com 3 e 4 pisos são representativos, 32%, seguindo-se os edifícios com 5 e 6 pisos, 11%, e os com 7 ou mais pisos, 8%.

Oeiras apresenta um Índice de Envelhecimento dos Edifícios relativamente baixo, 59,8, dada a modernidade do edificado: cerca de 45% dos edifícios foram construídos de 1970/90. Até 1945, **Oeiras** apresenta um comportamento semelhante aos restantes concelho da GL, ou seja, fraca dinâmica construtiva, em contraponto a Lisboa. De 1946 a 1970 também reflecte o boom da construção, embora menos acentuadamente que Amadora (ainda então dentro dos seus limites), Cascais e Lisboa, tal como acontece com os restantes concelhos da GL. De 1971/90, a expansão da construção é ainda mais notória, com 45% de edifícios, situando-se, assim, no grupo de concelhos que mais construiu nesta época, depois de Loures/Odivelas.

Em Março de 2001 existiam cerca de **15.804 edifícios** no concelho de Oeiras, tendo este número aumentado cerca de 3% desde 1991. Destes, só 15.355 são classificáveis como clássicos, uma vez que existia um vasto universo de barracas que foram completamente erradicadas até 2003.

Assim, podemos falar de um aumento muito mais expressivo do parque habitacional do concelho de Oeiras, que é confirmado pela variação de 16,9% no número de alojamentos clássicos de residência habitual, ou seja, os que estão inseridos em edifícios também classificados como clássicos, portanto não precários. Muitos destes novos alojamentos foram destinados a realojamento.

Edifícios nas Freguesias do Concelho de Oeiras

Freguesias	Edifícios					
	Edifícios Clássicos Total		Tx de variação (%)	Densidade dos edifícios (Edif./Km ²)	Pavimentos por edifício (n°)	Edifícios com 1 alojamento (%)
	1991	2001	1991-2001	2001	2001	2001
Algés	1.285	1.230	-4,3	618	5,3	19,1
Barcarena	1.531	1.776	16,0	196	3,8	65,4
Carnaxide	1.638	1.360	-17,0	208	5,5	43,5
Cruz Quebrada/Dafundo	767	606	-21,0	208	4,2	36,1
Linda-a-Velha	1.592	1.509	-5,2	660	5,2	43,5
Oeiras e São Julião da Barra	2.629	2.602	-1,0	391	5,3	45,8
Paço de Arcos	2.232 ¹	2.752	-39,7 ¹	406 ¹	4,1 ¹	60,0 ¹
Porto Salvo	1.915	2.478	29,4	337	3,0	56,6
Queijas	1.766	1.739	-1,5	757	3,1	70,0
Concelho	15.355	16.052	4,5	350	4,5	51,9

Fonte: INE, Censos – 1991 e 2001

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

As freguesias que viram o seu parque habitacional crescer mais intensamente foram Porto Salvo (29,6%) e Barcarena (22,2%). Os valores negativos de Algés, Carnaxide, Cruz Quebrada/Dafundo e Queijas são explicáveis pela erradicação de barracas, conforme referido anteriormente.

Uso dos Edifícios nas Freguesias do Concelho de Oeiras

Freguesias	Edifícios por tipo de uso, 2001			
	Total	Edifício exclusivamente residencial	Edifício principalmente residencial	Edifício principalmente não residencial
Algés	1230	73,7	25,8	0,6
Barcarena	1776	91,3	8,1	0,6
Carnaxide	1360	77,2	21,0	1,8
Caxias	1405	95,4	4,1	0,5
Cruz Quebrada/Dafundo	606	88,4	11,2	0,3
Linda-a-Velha	1509	88,3	11,3	0,4
Oeiras e São Julião da Barra	2602	88,4	10,6	1,0
Paço de Arcos	1347	87,8	11,0	1,2
Porto Salvo	2478	94,5	5,3	0,2
Queijas	1.739	94,1	5,9	0,0
Concelho	16.052	88,8	10,6	0,6

Fonte: INE, Censos – 2001

Em termos de repartição dos edifícios pelas freguesias do concelho, merecem destaque Oeiras e S. Julião da Barra e Porto Salvo. No extremo oposto, surge a freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo cujos edifícios representam apenas 3,8% do total do concelho. Note-se que a maior parte do território desta freguesia está ocupada pelo Complexo Desportivo do Jamor.

Considerando a densidade dos edifícios por freguesia, verifica-se que são as freguesias de Queijas, Linda-a-Velha e Algés que apresentam as maiores densidades, embora com significados diferentes: Queijas tem um dos menores números de pavimentos por edifício e dominância de edifícios com 1 alojamento, enquanto que em Algés e Linda-a-Velha dominam os edifícios com 5 e 6 pavimentos, também dominantes em Oeiras e S. Julião da Barra, mas com menor densidade.

Os edifícios exclusivamente residenciais são largamente dominantes em todas as freguesias do Concelho, com maior incidência em Caxias.

A **idade do parque habitacional** é também uma variável importante. Assim, pode-se verificar a existência de quatro grupos distintos de freguesias que registam diferentes características em termos de idade do parque habitacional.

- Algés e Cruz Quebrada/Dafundo apresentam a idade média dos edifícios mais elevada entre todas as freguesias, com larga percentagem de edifícios construídos antes de 1970, nomeadamente antes de 1945. A construção da Avenida Marginal e do Caminho-de-Ferro proporcionaram a afluência de população para estas freguesias do concelho de Oeiras, provocando o incremento da construção de edifícios.
- Oeiras e S. Julião da Barra e Barcarena, apresentam uma idade média entre os 30 e os 35 anos, cuja maioria dos edifícios datam de dois períodos de construção: 1946-70 e 1971-90.
- Carnaxide, Paço de Arcos, Caxias e Linda-a-Velha apresentam dominância de idade média entre os 25 e 30 anos que registam um pico de construção nas três últimas décadas: 1971-90 e 1991-2001.
- Queijas e Porto Salvo com idade média de edifícios inferior a 25 anos.

Os edifícios mais antigos encontram-se em Cruz Quebrada/Dafundo e os mais recentes em Carnaxide, Porto Salvo, Paço de Arcos e Caxias.

Edifícios por Época de Construção nas Freguesias do Concelho de Oeiras

Freguesias	Edifícios por Época de Construção								
	Total	Edifícios – época de construção (%)					Edifícios construídos nos últimos 10 anos (%)	Idade média dos edifícios (anos)	Índice de envelhecimento do edifício (nº)
		Antes de 1919	De 1919 a 1945	De 1946 a 1970	De 1971 a 1990	De 1991 a 2001	2001	2001	2001
Algés	1.230	5,3	13,7	52,0	22,3	6,7	6,7	41,4	285,3
Barcarena	1.776	6,6	5,5	26,5	42,1	19,4	19,4	30,7	62,5
Carnaxide	1.360	6,4	6,7	13,5	47,1	26,3	26,3	27,7	49,7
Caxias	1.405	4,7	2,2	34,2	37,7	21,2	-	-	-
Cruz Quebrada/Dafundo	606	9,7	16,2	45,9	20,8	7,4	7,4	43,8	348,8
Linda-a-Velha	1.509	0,5	2,3	33,6	51,9	11,7	11,7	27,1	23,7
Oeiras e São Julião da Barra	2.602	2,5	11,2	25,0	48,0	13,2	13,2	31,1	103,7
Paço de Arcos	1.347	6,3	7,6	18,9	45,9	21,3	21,3 ¹	28,4 ¹	48,7 ¹
Porto Salvo	2.478	0,8	1,0	32,5	43,7	22,0	22,0	23,4	8,2
Queijas	1.739	0,7	2,6	21,5	66,7	8,4	8,4	24,9	40,4
Concelho	16.052	3,6	6,2	28,9	44,9	16,4	16,4	29,3	59,8

Fonte: INE, Censos – 2001

Nota: ¹ - Dados que englobam a Freguesia de Caxias

O **Índice de Envelhecimento** dos edifícios sublinha estas diferenças: mais elevado em Algés e Cruz Quebrada/Dafundo; mais baixo em Porto Salvo e Linda-a-Velha

As freguesias que mais rejuvenesceram, nos 10 anos anteriores a 2001, foram Carnaxide, Porto Salvo, Barcarena, Paço de Arcos e Caxias.

2.7.3 PROGRAMAS MUNICIPAIS

A evolução do parque construído engloba uma enorme diversidade de propostas, entre elas as que se referem à construção de iniciativa municipal (também de fundações sem fins lucrativos), para realojamento de populações que entretanto se foram radicando nos diferentes concelhos da GL, por vezes em condições de grande precariedade. As soluções encontradas pelos municípios, foram reforçadas, nos anos 80, com o lançamento do programa PER, Programa de Erradicação de Barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Oeiras foi o concelho que melhor e mais rapidamente aproveitou a oportunidade deste Programa, uma vez que tinha cerca de 5.000 famílias a viver em barracas, no território concelhio, tendo eliminado esta situação até 2003.

Programas Municipais de Habitação

Freguesias	Programa	Alojamentos Total		Alojamentos de Habitação Social		Contratos de Desenvolvimento Municipal	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
BARCARENA	QUINTA DA POLITEIRA	160	2,8	160	5,6	0	0,0
CARNAXIDE	CDH BARRINHOS	910	15,6	-	-	910	31,0
	CDH CARNAXIDE	95	1,6	-	-	95	3,2
	EDIFICIO LINDA-A-VELHA (GNR)	6	0,1	6	0,2	-	-
	ENCOSTA DA PORTELA	364	6,3	364	12,6	-	-
	GLEBA B	78	1,3	78	2,7	-	-
	IMPASSE À ESTRADA DA ROCHA	10	0,2	10	0,3	-	-
	LUTA PELA CASA	100	1,7	100	3,5	-	-
	OUTURELA/PORTELA	128	2,2	128	4,4	-	-
	CDH PATEO DOS CAVALEIROS	426	7,3	-	-	426	14,5
	S. MARÇAL	319	5,5	-	-	319	10,9
	SOLATEA	16	0,3	16	0,6	-	-
	UNIDADE RESIDENCIAL MADRE MARIA CLARA	45	0,8	-	-	45	1,5
CAXIAS	DR. FRANCISCO SA CARNEIRO	400	6,9	400	13,9	-	0,0
	CDH LAVEIRAS/CAXIAS	112	1,9	-	0,0	112	3,8
LINDA-A-VELHA	BAIRRO 25 DE ABRIL	192	3,3	192	6,7	-	-
	QUINTA DA MARUJA	10	0,2	10	0,3	-	-
OEIRAS	BENTO JESUS CARAÇA	146	2,5	146	5,1	-	-
	CASAL DA MEDROSA	44	0,8	44	1,5	-	-
	MEDROSA	3	0,1	3	0,1	-	-
	POMBAL + CDH POMBAL	449	7,7	326	11,3	123	4,2
	PREDIO COPACABANA	8	0,1	8	0,3	-	-
PAÇO DE ARCOS	ALTO DA LOBA	440	7,6	440	15,3	-	-
	BUGIO	180	3,1	180	6,3	-	-
	CORAÇÕES	32	0,6	32	1,1	-	-
	TERRUGEM	156	2,7	-	-	156	5,3
PORTO SALVO	CASAL DO DESERTO	69	1,2	69	2,4	-	-
	MOINHO DAS ROLAS	311	5,3	-	-	311	10,6
	NAVEGADORES	441	7,6	-	-	441	15,0
	RIBEIRA DA LAGE	166	2,9	166	5,8	-	0,0
CONCELHO		5816	100,0	2878	100,0	2938	100,0

Fonte: DH/CMO, 2010

2.7.4 SÍNTESE E PERSPECTIVA

Numa perspectiva metropolitana pretende-se **limitar a ocupação dispersa** e incentivar a ocupação urbana através dum processo de **reabilitação e policentrismo**, suportada numa contenção do Parque Habitacional.

Em Oeiras, a expansão urbana, numa etapa inicial, esteve associada à “Linha de Cascais”. Posteriormente, com a criação de **núcleos especializados de I&D** e de Serviços, tais como, Quinta da Fonte, Tagus Park e Lagoas Park, a ocupação urbana mais recente, fez-se de forma acelerada, densificando o número de alojamentos e de edificações. Contemplaram-se **usos mistos** e a realocação de actividades económicas, vindas principalmente de Lisboa, impulsionando o **transporte individual** sem a sustentação do transporte colectivo.

Pretende-se a promoção do desenvolvimento urbano suportado nos princípios da **compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana**, fortalecendo as aglomerações estruturadoras. Visa inflectir as tendências de ocupação actuais com o contributo do recurso à implementação de alguns instrumentos urbanísticos.

Num panorama recente e a curto prazo, a qualificação das **condições de habitabilidade** melhorará, como consequência natural do grau de exigência das novas certificações.

2.8 SEGURANÇA

No Concelho de Oeiras existe uma grande diversidade de equipamentos de Segurança, uma vez que estão instalados neste território equipamentos de nível regional, nacional e internacional, para além dos que servem directamente a comunidade local.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Sector	Entidade	Tipo	Nº
Segurança Internacional	NATO (inclui VTS para a Marinha)	Joint Headquarters	1
Segurança Nacional	Defesa Nacional	Comando Operacional das Forças Terrestres	1
	Autoridade Nacional de Protecção Civil	Sede e CNOS	1
	Direcção de Faróis	Sede	1
	Instituto de Socorros a Náufragos	Sede e Estação Salva-Vidas	2
	Controlo de Tráfego Marítimo do Continente	VTS	1
	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Sede	1
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Sede	1
Segurança Regional	Controlo do Tráfego Marítimo do Porto de Lisboa	VTS	1
	Centro de Comunicação de Dados e Cifra da Marinha	Pólo de Algés	1
Segurança Local	GNR	Depósito de Mercadorias apreendidas	1
	PSP	Comando	1
		Esquadra Territorial	6
		Esquadra de Competência Específica	3
		Esquadra CP	1
	Polícia Municipal e Protecção Civil	Sede	1
Bombeiros Voluntários	Quartel	7	
Justiça	Tribunal	Comarca	1
	Hospital Prisão de S. João de Deus		1
	Instituto de Reinserção Social	Centro Educativo – Internato	1
	Comissão de Protecção de Menores	Comarca	1

Fonte: GDM/CMO, 2009

Os equipamentos de carácter Internacional, Nacional e Regional apresentam a seguinte descrição:

NATO: O Quartel-general, em Oeiras (**Joint Headquarters Lisbon**) tem, desde 2007, um maior nível de responsabilidade, nomeadamente sobre o Mediterrâneo e África, acolhendo o Directorado para a Preparação de Operações e detendo a tutela da Força de Reacção da NATO (NFR, NATO Response Force), que comanda a partir de 1 de Julho de 2008 e durante dois anos. Este reforço de importância é único no universo NATO da Europa e implicou a reformulação e ampliação de instalações, dos meios materiais e humanos.

Comando Operacional: está instalado, desde 2000, no Quartel da Medrosa, antigo Quartel do Regimento de Artilharia de Costa, em Oeiras. Este Quartel ocupa parte da antiga Qt^a. da Medrosa, onde, segundo a tradição, esteve alojado o Duque de Wellington, em 1810, aquando da sua visita a Oeiras para inspeccionar o plano das “Linhas de Torres” que contava com um vasto conjunto de baterias e redutos fortificados no território de Oeiras.

Autoridade Nacional de Protecção Civil, ANPC: é um serviço central de natureza operacional, da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, na dependência do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna. Está sediado em Carnaxide. A ANPC dispõe de uma estrutura operacional própria, o **Comando Nacional de Operações de Socorro, CNOS**, competindo-lhe, nos termos da lei, assegurar o comando operacional das operações de socorro e ainda o comando operacional integrado de todos os corpos de bombeiros.

Direcção de Faróis: criada em 1924, no quadro da Marinha Portuguesa que tem a responsabilidade pela manutenção de uma rede de faróis na costa de Portugal, desde 1892. A DF tem por missão a direcção técnica das ajudas à navegação e a direcção técnica do vasto património de assinalamento marítimo representado por 50 faróis, 338 farolins, 148 bóias, 26 balizas, 35 sinais sonoros, 56 enfiamentos e 4 estações DGPS, no Continente e Ilhas. As instalações da sede, situadas em Paço de Arcos (Oeiras), compreendem outras instalações e funções como a Central de Faróis que monitoriza as funções vitais das principais ajudas à navegação do Porto de Lisboa e respectivas aproximações. A DF é representante nacional na International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities – IALA.

Instituto de Socorros a Náufragos: assim denominado desde a implantação da República, em 1910, sucede ao Real Instituto dos Náufragos, criado em 1892 e presidido pela fundadora, a Rainha D. Amélia. Tem sede em Caxias e organiza uma estrutura de segurança costeira distribuída por 31 Estações Salva-Vidas (1 em Paço de Arcos) e 28 Capitánias dos Portos Portugueses, do Continente e Ilhas.

Torre VTS de Controlo do Tráfego Marítimo do Continente, até 50 milhas náuticas. Sedeada no campus da Escola Náutica Infante D. Henrique e dependente do Instituto Marítimo e Portuário (MOPTC), entrou em funcionamento em 2 de Janeiro de 2008 com as seguintes competências: notificação de incidentes; controlo de poluição, acidentes marítimos, condições meteorológicas, prevenção de riscos e vigilância da costa em geral.

A **Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, ANSR**, sedeada na Urbanização Cabanas Golf, Parque de Ciência e Tecnologia do Concelho de Oeiras, é um serviço central da administração directa do Estado, dependente do Ministro da Administração Interna, que tem por missão o planeamento e coordenação a nível nacional de apoio à política do Governo em matéria de segurança rodoviária, bem como a aplicação do direito contra-ordenacional rodoviário.

O **Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, SEF**, sediado na Urbanização Cabanas Golf, Parque de Ciência e Tecnologia do Concelho de Oeiras, é um serviço de segurança na dependência do Ministro da Administração Interna que, no quadro da política de segurança interna, tem por objectivos fundamentais controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, bem como estudar, promover, coordenar e executar as medidas e acções relacionadas com aquelas actividades e com os movimentos migratórios.

Torre VTS do Porto de Lisboa: situa-se em Algés, na ponta de um molhe de um porto de abrigo artificial que deverá acolher as lanchas e barcos dos Pilotos da Barra; a estrutura projectada pelo arquitecto Gonçalo Byrne foi inaugurada em Julho de 2001 e funciona como Centro de Coordenação e Controlo Marítimo do Porto de Lisboa (CCCMLP); coordena também as acções de fiscalização, segurança portuária e de ambiente portuário.

O sistema **VTS (Vessel Traffic System – Controlo do Tráfego Marítimo)** tem como objectivo monitorizar e fornecer informações adicionais aos navios em águas confinadas ou muito movimentadas. O VTS do Porto de Lisboa monitoriza a região compreendida “Entre-Cabos” (Cabos Espichel e Roca), a Oeste de Lisboa, até à Ponte Vasco da Gama, a Leste.

Centro de Comunicação de Dados e Cifra da Marinha, pólo de Algés: um dos 4 pólos deste Centro, com Monsanto e Trafaria e Penalva na Margem Sul que dependem do Comando Naval de Lisboa e que ocupa as instalações da antiga Estação Radionaval “Comandante Nunes Ribeiro” (N), existente há mais de 56 anos e herdeira das primeiras experiências radiotelegráficas iniciadas em 1901.

Hospital Prisão de S. João de Deus, Caxias: o Forte de Caxias foi construído entre 1879 e 1886, tendo passado a adoptar o nome de Rei D. Luís em 1901. A sua utilização como estabelecimento prisional data de 1916, sendo transformado, durante o Estado Novo, em prisão política. Depois da libertação dos presos políticos, em Abril de 1974, deixou de ser prisão política, tal como todas as outras, sendo hoje o Hospital Prisão de S. João de Deus.

O Centro Educativo Padre António de Oliveira, em Caxias, enquanto Casa de Detenção e Correção, foi transferido das Mónicas para a Cartuxa no primeiro quartel do séc. XX, mais precisamente em 1903, passando posteriormente a Instituto de Reinserção Social Padre António de Oliveira, com o mesmo objectivo, lutar pela reinserção de jovens delinquentes. Actualmente integra a Rede Nacional de Centros Educativos que constituem um instrumento de reinserção social, enquanto estabelecimentos desconcentrados do Instituto de Reinserção Social e visam educar para o direito. Este Centro faz parte do grupo a reestruturar no quadro da nova filosofia da reinserção social.

No Concelho de Oeiras, as autoridades policiais locais (de âmbito nacional e municipal), responsáveis pela segurança dos cidadãos, tem vindo a melhorar a sua prestação, o que se repercutiu numa diminuição gradual da taxa de criminalidade no seu total. De salientar que o reforço do contingente da Polícia Municipal de Oeiras de 19 agentes em 2001 para 90 em 2009, contribui fortemente para a redução desta taxa.

Paralelamente a esta acção policial surge uma política autárquica de inclusão social que, com abordagens a determinadas problemáticas que conduzem, directa ou indirectamente a comportamentos de marginalidade, levaram à redução do número de crimes registados. O reforço dos equipamentos, designadamente sociais e o desenvolvimento de programas sociais dirigidos aos mais jovens, fazem parte das preocupações da autárquica em assumir uma atitude de prevenção dos níveis de insegurança.

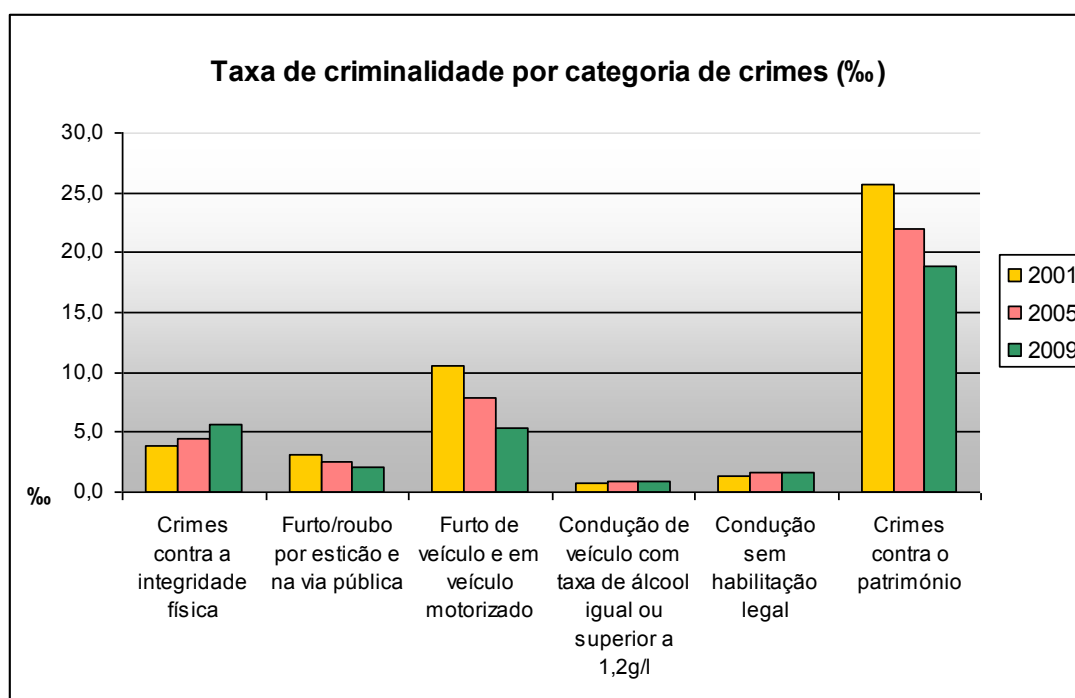
Estatísticas oficiais registam uma diminuição gradual da taxa de criminalidade total em Oeiras que, em 2001, registava 37,3‰ passando para 33‰ em 2009. Estes valores encontram-se abaixo dos registados para a região da Grande Lisboa, com 49,1‰ e 50,3‰, respectivamente.

Taxa de criminalidade total (‰)

Localização geográfica	2001	2005	2009
Grande Lisboa	49,10	46,60	50,30
Amadora	42,60	40,20	52,80
Cascais	55,20	55,10	52,50
Lisboa	86,20	78,80	85,60
Loures	32,30	29,50	37,30
Mafra	27,60	37,30	43,20
Odivelas	19,10	29	31,40
Oeiras	37,30	34,60	33
Sintra	28,90	30,60	37,70
Vila Franca de Xira	30,50	25,20	28,50

Fonte: INE

Quando analisados individualmente, os crimes têm comportamentos bastante diferenciados. O tipo de crime com maior incidência no Concelho de Oeiras é o crime contra o património, cuja diminuição tem sido bastante favorável no decorrer da última década. Em seguida, e com um comportamento em tudo idêntico, encontram-se os crimes de furto de veículo e em veículo motorizado. Relativamente aos crimes contra a integridade física, apesar de apresentarem um ligeiro aumento de 2001 (3,8‰) para 2009 (5,7‰), encontram-se abaixo dos registados na Grande Lisboa (5,7‰ para 2001 e 6,5‰ para 2009).



Fonte: INE

No que diz respeito ao furto/roubo por esticção e na via pública, verifica-se que a sua incidência diminui no período em análise, contrariamente à condução sem habilitação legal e à condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior 1,2g/l que aumentam de 2001 para 2009, ainda que apresentem valores inferiores aos registados para os concelhos da Grande Lisboa.

3. PERFIL ECONÓMICO DE OEIRAS

3.1 PROTAGONISMO EMPRESARIAL DE OEIRAS NA GRANDE LISBOA

A análise que se segue desenvolve-se em dois períodos: o primeiro até 2003 e o segundo de 2004 a 2009. Esta distribuição temporal deve-se fundamentalmente à diferença da informação disponível antes e depois de 2003, sendo que, não podendo ser comparadas, por motivos de alteração de bases de dados, também a mais antiga não deve ser ignorada por corresponder à fase de maior transformação do território do Concelho de Oeiras.

3.1.1 PERCURSO ECONÓMICO ATÉ 2003

A dinâmica e evolução empresarial de Oeiras são aqui abordadas através da análise do comportamento das sociedades, o grupo empresarial mais referenciado no que se refere a informação, no contexto da Grande Lisboa e no período 1988-2003, ou seja desde antes do PDM até 9 anos após a respectiva aprovação. De notar que a análise comparativa só é possível para 5 concelhos que têm estatísticas disponíveis em 1988: Lisboa, Mafra, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira, ficando de fora Cascais, Amadora, Loures e o mais recente Odivelas no conjunto da Grande Lisboa:

- ✓ N° de sociedades: Oeiras quase triplica, Sintra mais que triplica e Lisboa aumenta 1,5 vezes o n° de sociedades entre 1988 e 2003, variação que evidencia a perda de protagonismo de Lisboa paralela ao reforço da posição de Oeiras e Sintra;
- ✓ Emprego em sociedades: Oeiras mais que triplica, Sintra pouco mais que duplica e Lisboa perde três pontos percentuais no total de postos de trabalho em sociedades, variação que volta a evidenciar a perda de protagonismo de Lisboa, enquanto Oeiras passa a 2º pólo de emprego, ficando Sintra em 3º lugar;

- ✓ Volume de negócios: Lisboa perde protagonismo como nos indicadores atrás focados, reforçando Oeiras a sua posição e fica em segundo lugar, depois de Lisboa, ao quadruplicar o volume de negócios, restando Sintra em 3º lugar.

Evolução das Sociedades Empresariais 1988/2003 (total = concelhos em análise)

	Sociedades (% do total)		Pessoal ao Serviço (% do total)		Volume de Negócios (% do total)	
	1988	2003	1988	2003	1988	2003
Lisboa	80	65	86	71	88	71
Mafra	2	3	1	2	1	1
Oeiras	6	10	4	13	4	16
Sintra	9	17	6	11	4	10
Vila Franca de Xira	3	5	3	3	3	3

Fonte: FUE do INE

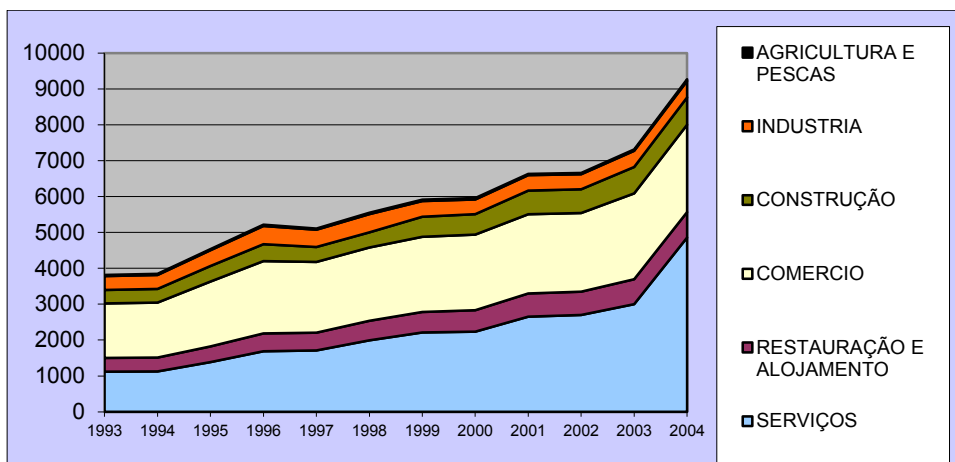
No total da Grande Lisboa, em 2003, é notório o 3º lugar do concelho de Oeiras no volume de negócios e no emprego relativos às sociedades empresariais, estando em 4º lugar no que toca ao número total de sociedades, depois de Lisboa, Sintra e Cascais, pelo que podemos concluir da maior importância das sociedades sedeadas no Concelho.

Sociedades Empresariais nos concelhos da Grande Lisboa 2003

	Sociedades		Pessoal ao Serviço		Volume de Negócios	
	Nº	%	Nº	%	milhares de euros	%
Amadora	6382	6,3	39624	4,4	4 739 499	3,7
Cascais	8629	8,6	45622	5,1	4 319 381	3,4
Lisboa	48236	48,0	521180	58,5	78 769 381	61,6
Loures	6712	6,7	48085	5,4	6 044 671	4,7
Mafra	2194	2,2	14920	1,7	1 237 384	1,0
Odivelas	4935	4,9	20931	2,3	1 421 987	1,1
Oeiras	7314	7,3	92573	10,4	17 744 814	13,9
Sintra	12519	12,5	82871	9,3	10 619 120	8,3
V. Franca de Xira	3626	3,6	25767	2,9	2 874 888	2,3

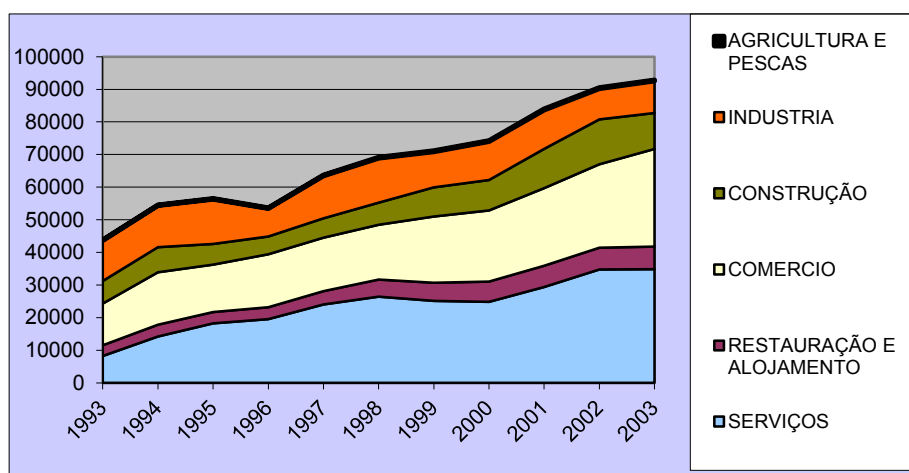
Fonte: FUE do INE

NÚMERO DE SOCIEDADES



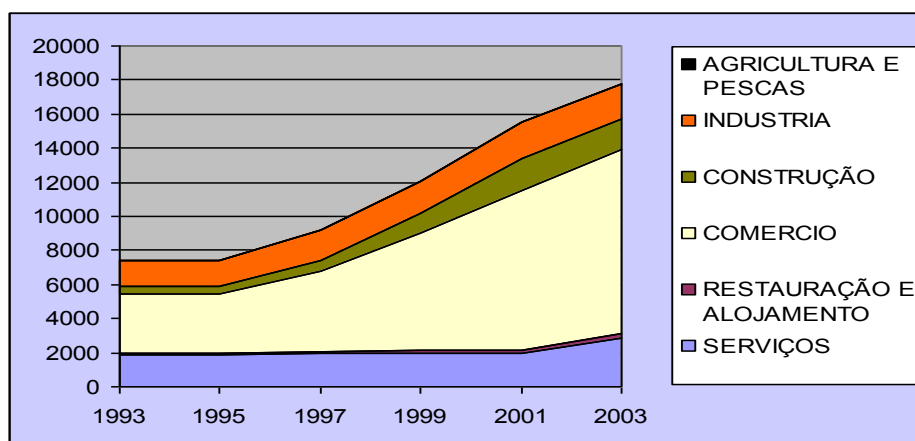
Fonte: FGUE do INE

EMPREGO GERADO PELAS SOCIEDADES



Fonte: FGUE do INE

VOLUME NEGÓCIOS GERADO PELAS SOCIEDADES



Fonte: FGUE do INE

(em milhões de euros)

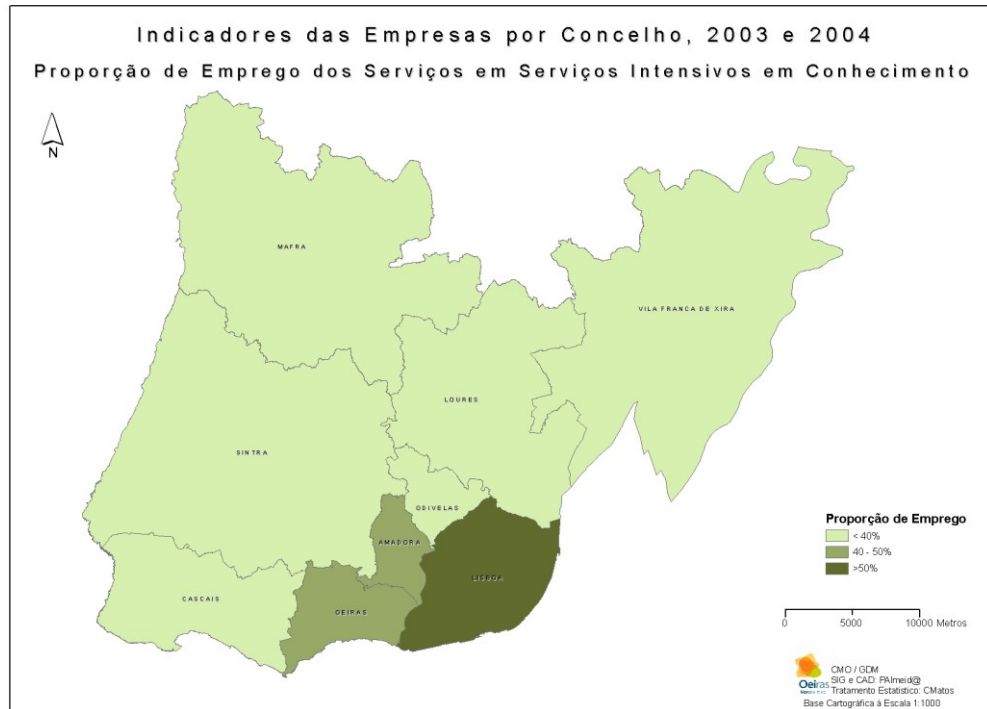
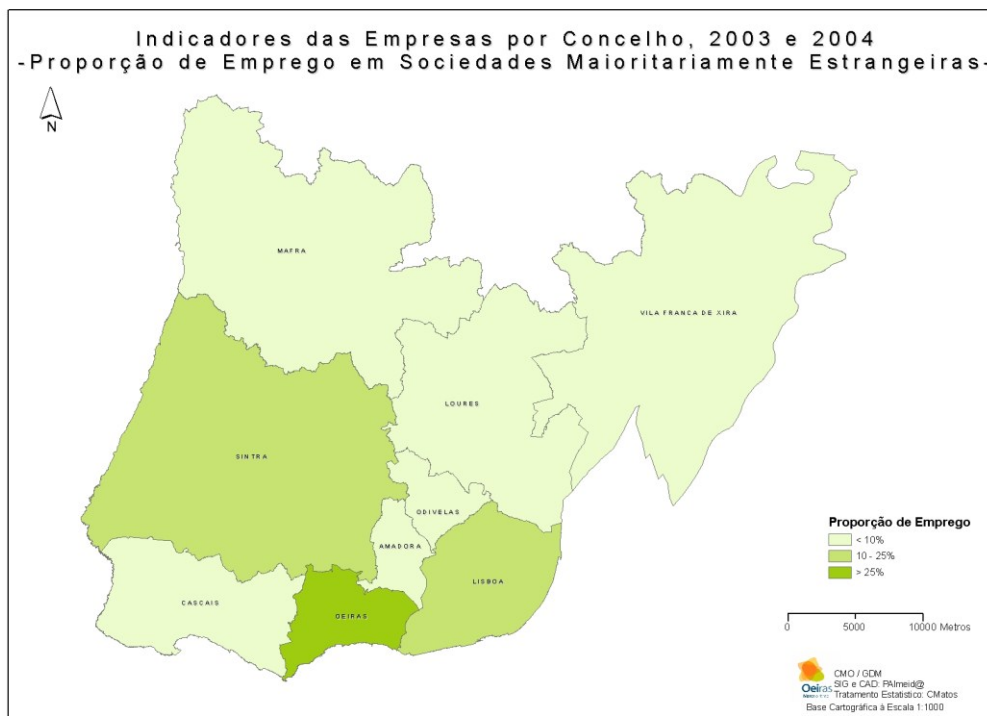
A análise das 3 variáveis evidencia que a evolução ocorrida foi progressiva realçando-se ainda, como aspectos relevantes:

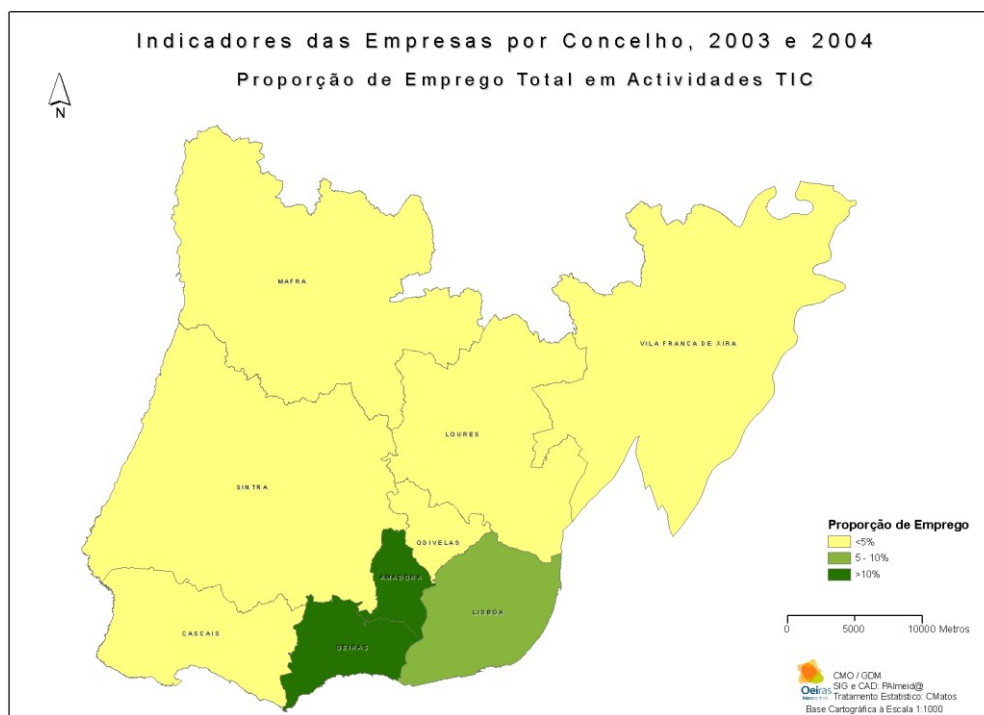
- Um crescimento estável, com uma resposta dual mas intuitiva à crise económica dos últimos 5 anos que se traduziu num aumento do *número* de sociedades mas também em algum abrandamento no crescimento do seu *volume de negócios*, com uma desaceleração paralela ao nível do *volume de emprego*;
- Uma estrutura de actividades em forte terciarização, comandada pelo subsector **comércio** - onde o peso das multinacionais e/ou dos líderes de mercado é muito forte, porque, com menos de metade do *número* de sociedades dos serviços e menor *volume de emprego* que estes, mais do que triplica o seu *volume de negócios*;
- Um aumento da dimensão média das sociedades que não é extensivo a todos os subsectores;
- Os **serviços** têm-se revelado, simultaneamente, como a frente económica onde se criou um maior *número* de empresas e se gerou mais *volume de emprego* apesar do fraco *volume de negócios*, este facto remete para a questão central do défice de competitividade nacional - a da presença de ascender na cadeia de valor pela incorporação mais intensiva de conhecimento;
- Por fim, não são visíveis, neste nível de agregação, especializações ou certos nichos de mercado mais intensivos em conhecimento, nos quais o Concelho se tem vindo a especializar mas que fazem a diferença na análise ao nível da região.

Considerando o **emprego nas sociedades maioritariamente estrangeiras**, Oeiras apresenta a mais elevada proporção na Grande Lisboa, 28,6%, muito acima dos valores correspondentes a Lisboa, 12,4%, e à região, 13,3%. Se tivermos em linha de conta a AML, Área Metropolitana de Lisboa (grande Lisboa e Península de Setúbal), esta posição só é superada por Palmela, efeito Auto Europa.

Relativamente ao **emprego em serviços intensivos em conhecimento**, o valor que cabe a Oeiras, 45%, é o 2º na Grande Lisboa, depois de Lisboa cidade, 55%.

No que toca ao **emprego em actividades TIC**, Tecnologias de Informação e Comunicação, o valor que representa Oeiras, 11,9%, é o primeiro da Grande Lisboa e da AML, o que indicia uma forte especialização de Oeiras nas actividades carismáticas da nova economia.





Dimensão/Concentração Tecnológica

A partir da informação disponível é possível analisar o significado de dois grupos determinantes para a consecução da estratégia acima referida: as **grandes empresas** e as **empresas de base tecnológica**.

As fontes a seguir utilizadas têm um carácter voluntário e por isso, apesar de terem uma credibilidade elevada não podem considerar-se um retrato exaustivo da realidade. Além disso, deve-se ainda ter em conta que nas empresas de base tecnológica existem muitas *start up* a que é inerente uma menor visibilidade.

A análise das **primeiras 1000 empresas**, segundo o **volume de negócios**, da edição de 2003 do relatório da D&B *Duns Pep 7500 – Principais Empresas de Portugal* permite ilustrar a posição de Oeiras neste segmento das grandes empresas e complementarmente faz-lo ainda em relação ao subconjunto de empresas de base tecnológica neste grupo.

CONCELHOS COM MAIS SEDES EMPRESARIAIS DAS 1000 MAIORES, 2003				
CONCELHOS	NUMERO	%	VOLUME DE NEGOCIOS	%
LISBOA	217	49,1	33799	59,8
OEIRAS	105	23,8	11949	21,1
SINTRA	47	10,6	3789	6,7
PORTO	43	9,7	3310	5,9
MATOSINHOS	30	6,8	3680	6,5
TOTAL	442	100	56527	100

Fonte: DUNS PEP 7500, 2003

Oeiras surge numa posição de *challenger* da capital e destacadamente em relação aos seus competidores mais próximos.

Prosseguindo a interpretação destas primeiras 1000 empresas no que respeita à base tecnológica foi possível separar as que, numa observação empresa a empresa a partir da sua actividade, se podem considerar de base tecnológica, o que permitiu obter um conjunto de **174 empresas** que são simultaneamente **grandes e tecnológicas**.

Da mesma forma, seleccionaram-se os 5 concelhos mais atractivos para este tipo de empresas:

CONCELHOS COM MAIS SEDES DE EMPRESAS TECNOLÓGICAS DAS 1.000 MAIORES, 2003				
CONCELHOS	TOTAL	%	VOL. de NEGÓCIOS	%
LISBOA	44	42%	17490	70%
OEIRAS	34	32%	4103	16%
SINTRA	13	12%	1158	5%
AMADORA	9	8%	1380	5%
MAIA	6	6%	1032	4%
TOTAL	106	100%	25163	100%

Fonte: DUNS PEP 7500, 2003

Neste critério de **base tecnológica** verifica-se um forte reposicionamento dos cinco primeiros concelhos:

- saem do ranking 2 concelhos - Porto e Matosinhos - que detêm apenas 5 e 4 empresas desta tipologia;

- mantendo-se a ordem dos três primeiros lugares, no entanto, altera-se significativamente o seu peso relativo, de modo contraditório, pois, no caso de Oeiras, a uma aproximação em número de empresas correspondeu um afastamento em termos de volume de negócios, que evidência uma maior capacidade de retenção do centro nas empresas com maior facturação.

A observação das actividades das empresas dos 5 concelhos com maior teor de tecnológicas mostra a supremacia de dois *clusters* monopolizadores das suas estruturas de actividades: o farmacêutico e o das TIC (12+16 em Lisboa; 14+11 em Oeiras; 8+0 em Sintra; 6+2 na Amadora e 2+2 na Maia).

Através dos dados da **ANETIE**, na área das TIC, é possível apresentar duas perspectivas suplementares, agora envolvendo empresas de todas as dimensões e enriquecendo um quadro que, em matéria de informação sobre as empresas de base tecnológica, é reconhecidamente deficiente.

Assim, segundo os dados da **ANETIE, 2003**, obtém-se a seguinte distribuição:

CONCELHOS	Vol. Negócios €	%	Colaboradores	%	N.º de Empresas	%
AVEIRO	59.502.478	2,95%	351	2,03%	3	1,63%
BRAGA	44.088.112	2,19%	588	3,39%	13	7,07%
COIMBRA	2.887.534	0,14%	79	0,46%	5	2,72%
FARO	500.000	0,02%	5	0,03%	1	0,54%
LEIRIA	3.415.442	0,17%	116	0,67%	5	2,72%
LISBOA	778.969.235	38,61%	8.052	46,47%	62	33,70%
OEIRAS	475.139.342	23,55%	4.890	28,22%	45	24,46%
SINTRA	441.102.281	21,86%	1.195	6,90%	12	6,52%
PORTO	143.089.055	7,09%	1.247	7,20%	26	14,13%
SANTARÉM	3.882.883	0,19%	49	0,28%	3	1,63%
SETÚBAL	64.452.601	3,19%	727	4,20%	8	4,35%
UIXEU	510.169	0,03%	27	0,16%	1	0,54%
TOTAL:	2.017.539.133	100,00%	17.326	100,00%	184	100,00%

Fonte: ANETIE, 2003

A estrutura das empresas TIC desta fonte mostra uma convergência básica com os quadros anteriores mas uma forte divergência de pesos, em parte expectável por se tratar agora todo o universo de empresas e não só das incluídas no grupo das 1000 maiores, e por se tratar apenas do cluster TIC e não de todos os tipos de empresas de base tecnológica. Assim, merecem ser destacados os seguintes tópicos:

- a consistência da posição de Oeiras em segundo lugar no ranking a seguir a Lisboa e com uma proximidade que tem aumentado, a partir de fontes como os relatórios *Duns Pep 7500* que se tem vindo a acompanhar desde 1997;
- a relevância do concelho de Sintra como 3º concelho nacional neste domínio de actividade;
- a inesperada irrelevância, ou melhor a invisibilidade, segundo as fontes aqui usadas, nos domínios empresariais aqui analisados, de concelhos com universidades públicas que aparentemente deveriam pesar como pólos de disseminação de tecnologia.

Numa breve análise cartográfica do concelho (feita com base nos dados do Roteiro do Concelho de Oeiras, Municípa, e de um trabalho de campo de actualização em 2006), relativa à distribuição das actividades do Terciário Superior, ou seja dos serviços ligados, por um lado à Administração, à Investigação e Ensino e, por outro, às actividades da nova economia que supõem o uso de novas tecnologias, reconhece-se que tanto o Terciário Superior como as TIC e Biotecnologias se localizam muito para além das áreas empresariais e Taguspark, nomeadamente nos eixos Oeiras / Paço de Arcos e Algés/Linda-a-Velha/Carnaxide.

3.1.2 EVOLUÇÃO ECONÓMICA 2004-2009

A dinâmica empresarial do Concelho de Oeiras nos últimos 6 anos é bastante satisfatória, face ao comportamento dos restantes concelhos ao nível nacional. Fazendo uma análise semelhante, dos indicadores atrás referidos, mas desta vez para o período entre 2004 e 2009, verifica-se que a actividade económica de Oeiras se manteve em crescimento.

Sociedades Empresariais nos concelhos da Grande Lisboa

Área Geográfica /Ano	Sociedades		
	2007 (Nº)	2003-2007 (Nº)	2003-2007 (%)
Grande Lisboa	96.866	-3.681	-4
Amadora	5.559	-823	-13
Cascais	8.720	91	1
Lisboa	45.205	-3.031	-6
Loures	6.661	-51	-1
Maфра	2.586	392	18
Odivelas	4.657	-278	-6
Oeiras	7.794	480	7
Sintra	12.057	-462	-4
Vila Franca Xira	3.627	1	0

Fonte: INE, 2009 - Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2008
INE, 2003 - Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2003 - FUE

A análise do comportamento das **sociedades empresarias** na Grande Lisboa é demonstrativa da evolução registada em Oeiras. Em termos absolutos foi o concelho que conseguiu captar maior número de **sociedades**, quando comparado com o ano de 2003. A Grande Lisboa perde 4%, o próprio Concelho de Lisboa perde 6%, a par com Odivelas, mas a maior perdedora é a Amadora, com menos 13% das suas sociedades empresariais.

Empresas por município da sede nos concelhos da Grande Lisboa

Área Geográfica	Empresas		
	2007 (Nº)	2003-2007 (Nº)	2003-2007 (%)
Grande Lisboa	261.791	24.479	10
Amadora	17.510	-3.123	-15
Cascais	26.981	6.250	30
Lisboa	98.668	8.386	9
Loures	20.322	39	0
Mafra	8.760	1.644	23
Odivelas	14.791	-315	-2
Oeiras	22.964	5.968	35
Sintra	39.204	4.495	13
Vila Franca Xira	12.591	1.135	10

Fonte: INE, 2009 - Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2008
INE, 2003 - Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2003 - FUE

Ao nível da evolução das **empresas** a realidade é um pouco diferenciada. Alguns dos concelhos que anteriormente se revelaram pouco atractivos para a fixação das sedes das sociedades empresarias, obtiveram um comportamento inverso no que respeita às empresas, como é o caso de Lisboa e Sintra. **Oeiras** foi o concelho que conseguiu atrair, para o seu território, uma maior percentagem de empresas (35%) no período em análise. Este facto deve-se ao modelo de desenvolvimento adoptado, de acordo, aliás, com as estratégias e orientações do Plano Director Municipal aprovado e publicado em 1994, que se baseou no objectivo de fazer deste território um espaço alternativo e de excelência para as actividades do terciário superior, nomeadamente as mais intensivas em conhecimento e tecnologia, que se caracterizam, de uma forma geral, como empresas de grande dimensão. Para além dos parques empresariais, onde se encontram instaladas algumas das maiores e mais importantes multinacionais (Microsoft, Nestlé, HP, Philips, etc.), Oeiras apresenta igualmente, no seu território, importantes institutos de investigação científica, que transformaram este concelho num dos principais pólos de **I&D** da Europa.

**Empresas por município da sede, segundo o escalão de pessoal ao serviço,
2007**

Área Geográfica	Total (Nº)	>10 (%)	10-49 (%)	50-249 (%)	250 ou + (%)
Grande Lisboa	261.791	95,6%	3,6%	0,6%	0,2%
Amadora	17.510	96,5%	2,9%	0,5%	0,1%
Cascais	26.981	96,9%	2,7%	0,4%	0,1%
Lisboa	98.668	94,7%	4,3%	0,8%	0,2%
Loures	20.322	95,5%	3,8%	0,6%	0,1%
Mafra	8.760	96,0%	3,5%	0,4%	0,1%
Odivelas	14.791	96,8%	3,0%	0,2%	0,0%
Oeiras	22.964	95,2%	3,6%	0,9%	0,3%
Sintra	39.204	96,2%	3,3%	0,4%	0,1%
Vila Franca Xira	12.591	96,1%	3,2%	0,6%	0,1%

Fonte: INE, 2009 - Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2008

O objectivo do modelo de desenvolvimento empresarial foi amplamente bem sucedido. A constante aposta, por parte da autarquia, no dinamismo e renovação do tecido empresarial, traduziu-se num factor de grande impacte, desenvolvimento e elevação do concelho em matéria de fixação empresarial. Atrás desta atractividade, que privilegiou a fixação de empresas ligadas ao conhecimento, surgem novas empresas que contribuirão para o desenvolvimento de infra-estruturas, comércio e serviços indispensáveis ao seu funcionamento. Actualmente o concelho posiciona-se como um destino de excelência para investimentos que criem valor acrescentado para a região.

**Volume de negócios das empresas, por município da sede, segundo o sector de
actividade, 2007**

Área Geográfica	Total (Milhares €)	Primário (%)	Secundário (%)	Terciário (%)
Grande Lisboa	149.689.972	0,03%	30,9%	69,0%
Amadora	5.495.918	0,00%	33,9%	66,1%
Cascais	5.644.010	0,02%	21,8%	78,2%
Lisboa	86.947.860	0,04%	33,5%	66,5%
Loures	6.748.427	0,00%	26,7%	73,3%
Mafra	1.913.684	0,03%	33,3%	66,6%
Odivelas	1.798.696	0,07%	39,5%	60,4%
Oeiras	23.998.062	0,01%	17,8%	82,2%
Sintra	12.832.870	0,00%	35,3%	64,7%
Vila Franca Xira	4.310.445	0,01%	49,9%	50,1%

Fonte: INE, 2009 - Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2008

A análise das **empresas**, segundo o **volume de negócios**, permite ilustrar a posição de Oeiras no segmento das empresas de base tecnológica e intensivas em conhecimento (sector terciário superior) e comparativamente aos restantes municípios da região da Grande Lisboa.

Concelhos com mais sedes das 1.000 maiores empresas, 2009

Área Geográfica	Empresas		Empregados		Vol. Negócios	
	Nº	%	Nº	%	Milhões €	%
Lisboa	228	48,3	181.242	61,9	54.283	61,1
Oeiras	119	25,2	60.557	20,7	17.006	19,1
Sintra	48	10,2	14.042	4,8	4.825	5,4
Funchal	42	8,9	10.717	3,7	7.276	8,2
Porto	35	7,4	26.267	9,0	5.443	6,1
Total	472		292.825		88.833	

Fonte: Informa D&B Portugal - Duns PEP 10.000 Principais Empresas de Portugal, 2009

O quadro anterior, cuja informação provém da base de dados disponibilizada pela Informa D&B, o *Duns PEP - 10.000 Principais Empresas de Portugal*, retrata a distribuição das 1.000 Maiores Empresas nos 5 principais concelhos receptores, em 2009. **Oeiras** surge numa posição de supremacia, com 25,2% do total das principais empresas, que representam aproximadamente 17 milhões de euros de facturação e empregam mais de 60 mil funcionários. Estes valores apenas foram superados por Lisboa, que ocupa uma posição bastante destacada, justificada pelo seu estatuto de capital do país.

Contudo, quando comparada com a análise anteriormente efectuada para o ano de 2003, a evolução é claramente positiva para Oeiras, face aos restantes municípios em estudo. Oeiras aumenta em 13% o número de empresas classificadas como *Principais Empresas de Portugal*, que se traduziu num acréscimo de 42% no volume de negócios por estas gerado. Lisboa apenas cresceu em 5% o número de empresas, Sintra cresceu 2% e o Porto decresceu em 19%.

Ganho Médio Mensal dos TCO nos Estabelecimentos, segundo o Sector de Actividade, 2007

(Euros)

Área Geográfica	Total	Primário	Secundário	Terciário
Grande Lisboa	1.299,06	796,22	1193,03	1325,87
Amadora	1.148,82	863,51	1.093,54	1.172,03
Cascais	1.068,42	702,12	1.106,68	1.058,30
Lisboa	1.436,16	991,07	1.384,65	1.442,11
Loures	1.049,65	637,47	1.137,69	1.005,35
Mafra	793,43	615,54	811,43	789,50
Odivelas	816,55	1.036,29	818,93	814,51
Oeiras	1.617,88	1.129,62	1.458,68	1.649,45
Sintra	1.046,80	693,38	1.089,61	1.021,55
Vila Franca de Xira	1.038,34	944,21	1.264,93	919,63

Fonte: INE, 2009 - Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2008
Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS), Quadros de Pessoal

Nota: TCO (Trabalhadores por Conta de Outrem)

A intensa **terciarização** ocorrida no município de Oeiras deu origem a uma com a forte qualificação do capital humano. **Oeiras** evidência um nível de terciarização dos seus trabalhadores dos mais elevados da região da GL, com mais de 83% dos seus TCO inseridos no sector terciário.

Esta elevada concentração de recursos humanos qualificados é um facto indissociável do nível do **ganho médio mensal** da sua população activa. Oeiras apresenta o mais elevado ganho médio mensal do país, com € 1.617,88, superando até o do concelho de Lisboa. Este comportamento regista-se igualmente para os ganhos obtidos pelos trabalhadores do sector secundário e terciário, devido à grande concentração de unidades empresariais de grande intensidade tecnológica, instaladas, como são exemplo as farmacêuticas, as empresas de equipamento informático, de telecomunicações, assim como à bastante expressiva presença de processos produtivos intensivos em conhecimento e tecnologia.

Os padrões de qualidade apresentados pelas áreas empresariais atraem sedes de grandes e importantes empresas, que fizeram deste município aquele que representa, actualmente, a maior concentração de empresas de elevado nível tecnológico e científico do país. De salientar, que estes índices de qualidade de trabalho e de qualidade de vida são reconhecidos pelos sucessivos prémios que esta autarquia tem ganho nos últimos anos, nomeadamente: "**Melhor Concelho para trabalhar**", "**Município de excelência**", "**European Enterprise Awards**" e o "**ECOXXI**".

3.2 ESTRUTURA ECONÓMICA

O perfil económico do Concelho de Oeiras será analisado tendo por base um leque diversificado de indicadores que nos permitirão caracterizar a sua actividade económica, as suas especializações sectoriais e concluir sobre sua dinâmica.

Pela análise da estrutura económica do Concelho de Oeiras considerando o total de estabelecimentos por sector de actividade CAE (Classificação das Actividades Económicas) observa-se uma natural preponderância do comércio, tanto por grosso como a retalho. Com mais de 30% do total de estabelecimentos existentes neste concelho, o Comércio é notoriamente a principal actividade económica, ao qual se seguem as actividades associadas ao Alojamento e Restauração, com cerca de 14% e Outras actividades de serviços, com aproximadamente 13% onde se incluem as actividades das organizações associativas, os serviços de reparação de bens e todas as actividades relacionadas com os serviços pessoais e de apoio às famílias.

Estrutura da Actividade Económica, por Ramos de Actividade, 2008

Descrição CAE	Estabelecimentos	%
Indústria transformadora	295	4,1%
Electricidade, gás, vapor, água e ar	12	0,2%
Captação, tratamento e distribuição de água	20	0,3%
Construção	175	2,4%
Comércio por grosso e a retalho	2245	31,3%
Transportes e armazenagem	211	2,9%
Alojamento, restauração e similares	1009	14,1%
Actividades de informação e de comunicação	326	4,5%
Actividades finanças e de seguros	176	2,5%
Actividades imobiliárias	144	2,0%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	450	6,3%
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	198	2,8%
Administração Pública e Defesa	138	1,9%
Educação	338	4,7%
Actividades de Saúde humana e apoio social	375	5,2%
Actividades Artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	112	1,6%
Outras actividades de serviços	943	13,1%
Actividades dos organismos internacionais	8	0,1%
Total	7175	

Fonte: Municípiã, SA (Levantamento do Comércio e Serviços-2008)

Num segundo grupo, encontram-se as Actividades de Consultoria, científicas e técnicas (6,3%), as Actividades de TIC, tecnologias de informação e comunicação

(4,5%) e ainda a Indústria Transformadora (4,1%). As primeiras incluem, maioritariamente, serviços de apoio à gestão das empresas (agências de publicidade, serviços de contabilidade e jurídicos, entre outros), as seguintes são essencialmente empresas que oferecem serviços de apoio informático e de telecomunicações e por último, na Indústria Transformadora, destacam-se actividades de panificação/pastelaria, a impressão/reprodução e a farmacêutica.

De destacar ainda o contributo das actividades relacionadas com a Saúde Humana e Apoio Social e ainda com a Educação, que apresentam valores de 5,2% e 4,7% respectivamente.

Em síntese, para além do comércio, da restauração e dos serviços pessoais, merecem destaque as actividades relacionadas com as novas tecnologias de informação e comunicação, os serviços de consultoria, assessoria e auditoria e a investigação & desenvolvimento, facto directamente relacionado com a política local de promoção da nova economia, em espaços destinados à fixação de empresas do terciário superior.

3.2.1 ÁREAS EMPRESARIAIS TERRITÓRIOS DE INOVAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE OEIRAS

Inovar o território é um **risco** e o Concelho de Oeiras assumiu esse risco a partir dos anos 80, propondo a “**revolução estratégica**” nas “**orientações de desenvolvimento**” que então estavam desenhadas para a área de Lisboa e que assumiam o território do concelho de Oeiras, encostado a Lisboa, apenas como um território de atravessamento entre a capital e Cascais.

O modelo de desenvolvimento adoptado em Oeiras, de acordo, aliás, com as estratégias e orientações do Plano Director Municipal aprovado e publicado em 1994, teve como objectivo fazer deste território um espaço alternativo e de excelência para as actividades do terciário superior, nomeadamente as mais intensivas em conhecimento e tecnologia.

Este objectivo, amplamente bem sucedido, traduziu-se num factor de grande impacte, desenvolvimento e elevação do Concelho em matéria de fixação empresarial. Atrás desta atractividade, que privilegiou a fixação de empresas ligadas ao conhecimento, surgem novas empresas que contribuíram para o desenvolvimento de infra-estruturas, comércio e serviços indispensáveis ao seu funcionamento.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



É no contexto da nova estratégia de reforço tecnológico e de I&D que o Município de Oeiras assume a figura de planeamento territorial **Parque de Ciência e Tecnologia, PCT**, como a mais inovadora e eficaz, face aos objectivos estratégicos identificados.

Para tanto, integrou o grupo de trabalho que respondeu às propostas do Governo Central de então, no sentido de se concretizarem as condições de financiamento, com participação de fundos comunitários, tendo sido o único Município que concretizou, no curto prazo imposto pelas condições de acesso ao co-financiamento comunitário, a aquisição dos terrenos necessários para o efeito. E assim se materializou o **Taguspark**.

Este empenho continuou com a criação de outros Parques e/ou Espaços Tecnológicos/Serviços que se foram implantando no concelho.

Principais Espaços Empresariais do concelho de Oeiras (estimativas Junho 2006)

CENTROS EMPRESARIAIS	Tipo	Área (ha)	Entidades (nº)	Grandes Empresas (%)	Especialização (%)	Emprego
TAGUSPARK	PCT	116	160	25	75 - tic 5 - biotecnológicas	8.000
QTª DA FONTE	OP	44	55	70	27 - cluster farmacêutico 23 - tic	3.300
LAGOAS PARK	OP	46	65	70	40 - tic 35 - construção	3.500
QTª DO MARQUÊS	CI	131	8	-	90- investigação 10- administração	2.200
PAÇO DE ARCOS	ZIE	35	45	45	30 - multimédia 15 - automóvel 10 - equipamentos	3.500
CARNAXIDE/LINDA-A-VELHA	ZIE	673	250	45	12 - tic 11 - equipamentos 10 - alimentação	14.500
OUTORELA / PORTELA	ZIE	67	130	30	28 - grossistas 14 - equipamentos 12 - alimentação	9.500
QUELUZ DE BAIXO	ZIE	35	190	40	12 - cluster farmacêutico 12 - edição 10 - grossistas 10 - marketing/multimédia	8.000
MIRAFLORES	ZS	27	260	51	20 - tic 13 - construção 12 - financeiros	14.000

FONTE: GDM/CMO, 2006

NOTAS: PCT – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA; OP – OFFICE PARK; CI – COMPLEXO INVESTIGACIONAL; ZIE – ZONA INDUSTRIAL E EMPRESARIAL; ZS – ZONA DE SERVIÇOS

De facto e tal como já foi referido, Oeiras assumiu, desde muito cedo (anos 80), uma posição de liderança e inovação nas orientações de desenvolvimento que se desenhavam para a área de Lisboa em termos de planeamento territorial. O Concelho de Oeiras iniciou a sua estratégia de revolução com a criação do **Arquiparque** (em Miraflores), a primeira estrutura empresarial de administração única criada em Portugal e, em seguida, num contexto de reforço tecnológico e de I&D, atraiu para o seu território a construção do Taguspark, o único **Parque de Ciência e Tecnologia** existente em Portugal até à data.

A estas propostas sucederam-se outros Parques e/ou Espaços Tecnológicos e de Serviços de iniciativa privada que, com o activo suporte por parte da Câmara Municipal se foram implantando no Concelho, transformando-o no 1º Pólo Tecnológico de Portugal. Nestas novas infra-estruturas empresariais investiu-se em factores de funcionalidade e valorização paisagística, que imprimiram uma certa identidade a estas novas zonas, tornando-as cada vez mais atractivas, principalmente para as empresas multinacionais e qualificadas.

Pela análise do quadro dos Principais Espaços Empresariais podemos concluir que estamos claramente perante uma situação de prestígio, em termos de tecido produtivo, onde se realça, por um lado o peso das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e por outro, um conjunto, dinâmico e prestigiado, de empresas e instituições, com níveis de intensidade tecnológica elevada, principalmente na área da Biotecnologia e da Farmacêutica.

A informação disponível para analisar esta realidade provém da base de dados disponibilizada pela Informa D&B, o *Duns PEP - 10.000 Principais Empresas de Portugal*, que apesar de ter uma credibilidade elevada, não retrata exhaustivamente a realidade.

O quadro seguinte é ilustrativo da distribuição destas empresas nos 10 principais concelhos receptores. Oeiras surge numa posição de supremacia, com 4,4% do total das 10.000 principais empresas de Portugal, que representam aproximadamente € 18,7 Milhões de facturação e empregam mais de 65 mil funcionários. Estes valores apenas foram superados por Lisboa, que ocupa uma posição bastante destacada justificada pelo seu estatuto de capital do país.

Concelhos com mais Sedes das 10.000 Principais Empresas de Portugal, 2008

Área Geográfica	Empresas		Empregados		Volume de Vendas	
	Nº	%	Nº	%	Milhões €	%
PORTUGAL	10.000		1.059.873		211.218,95	
LISBOA	1.410	14,1	278.336	26,3	59.814,98	28,3
OEIRAS	438	4,4	65.669	6,2	18.743,46	8,9
PORTO	351	3,5	47.478	4,5	8.039,48	3,8
SINTRA	326	3,3	34.290	3,2	7.662,80	3,6
FUNCHAL	268	2,7	18.882	1,8	8.225,05	3,9
LOURES	249	2,5	22.958	2,2	4.480,35	2,1
VILA NOVA DE GAIA	247	2,5	26.248	2,5	4.980,25	2,4
MAIA	242	2,4	22.386	2,1	4.312,04	2,0
BRAGA	217	2,2	17.069	1,6	2.809,08	1,3
MATOSINHOS	208	2,1	36.080	3,4	7.129,57	3,4

Fonte: Informa D&B Portugal - Duns PEP 10.000 Principais Empresas de Portugal (2008)

Prosseguindo a interpretação da base de dados sobre as 10.000 principais empresas de Portugal, mas desta vez filtrando apenas as localizadas no Concelho de Oeiras, elaborámos três quadros onde se representam as áreas de actividade com maior predominância, as que geram maiores valores em termos de volume de vendas e as actividades mais empregadoras.

Mais uma vez, e reforçando a ideia expressa anteriormente, existem, de facto, dois *clusters* dominantes: o que está relacionado com a indústria farmacêutica, com 42 empresas e o que se relaciona com as actividades da nova economia que pressupõem o uso de novas tecnologias de informação e informática, com 41 empresas. De referir, a título de curiosidade que, segundo dados do INFARMED (Directório Empresarial), publicados em 2007, 40% das entidades suas associadas, ligadas ao sector farmacêutico, têm instalações ou estão mesmo sedeadas no município de Oeiras.

Áreas de Actividade com maior nº de Empresas, no Concelho de Oeiras, 2008

Área de Actividade	Nº Empresas
Actividades relacionadas com farmacêuticas	42
Actividades relacionadas com tecnologias de informação e informática	41
Construção e engenharia civil	31
Actividades de consultoria para os negócios e a gestão	15
Comércio por grosso de produtos alimentares	14
Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação	14
Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins	13
Comércio de veículos automóveis	12
Promoção imobiliária	12
Comércio por grosso de materiais de construção	10

Fonte: Informa D&B Portugal - Duns PEP 10.000 Principais Empresas de Portugal (2008)

Em terceiro lugar surgem as empresas ligadas às actividades de construção civil e engenharia, do sector secundário, que representam um segmento muito importante em Oeiras, com 31 empresas aqui sedeadas.

Ao efectuar análise por volume de vendas surgem novas áreas de actividade que, apesar de serem pouco representativas, em termos de número de unidades empresariais no concelho (entre 2 a 6), apresentam volumes de negócios bastante avultados. Falamos das empresas ligadas à distribuição de combustíveis, aos transportes aéreos, aos retalhistas de produtos alimentares e às actividades especializadas ligadas à construção.

Áreas de Actividade com maior Volume de Vendas, no Concelho de Oeiras, 2008

Área de Actividade	Volume de Vendas (M€)
Comércio por grosso de combustíveis	2.297,30
Actividades relacionadas com farmacêuticas	1.942,48
Comércio de veículos automóveis	1.511,86
Actividades relacionadas com tecnologias de informação e informática	1.194,39
Comércio por grosso de produtos alimentares	1.035,02
Transportes aéreos	987,06
Comércio a retalho de produtos alimentares	757,17
Comércio a retalho de electrodomésticos	663,52
Outras actividades especializadas de construção	566,80
Construção e engenharia civil	540,06

Fonte: Informa D&B Portugal - Duns PEP 10.000 Principais Empresas de Portugal (2008)

Existem ainda sociedades farmacêuticas e as TIC, protagonistas neste concelho, como já havia sido referido anteriormente e que aqui vêm reforçar a sua importância. De salientar ainda a perda de protagonismo das empresas relacionadas com a construção e engenharia civil, cuja intensa actividade no Concelho de Oeiras não se repercute, na mesma proporção, no volume de negócios.

Áreas de Actividade com maior nº de Empregados, no Concelho de Oeiras, 2008

Área de Actividade	Nº Empregados
Actividades de investigação e segurança	7317
Actividades relacionadas com tecnologias de informação e informática	4877
Actividades de limpeza	4500
Actividades relacionadas com farmacêuticas	3823
Actividades relacionadas com fornecimento de recursos humanos	3720
Comércio por grosso de produtos alimentares	3699
Comércio a retalho de produtos alimentares	3323
Construção e engenharia civil	2645
Exploração de restaurantes	2640
Outras actividades especializadas de construção	2379

Fonte: Informa D&B Portugal - Duns PEP 10.000 Principais Empresas de Portugal (2008)

No que respeita às sociedades empresarias mais empregadoras, regista-se presença da sede da SECURITAS em Linda-a-Velha, com mais de 6.000 empregados, associada às restantes empresas que actuam no ramo da segurança, fazem deste sector o maior empregador do Concelho. Igualmente intensas em mão-de-obra e com poucas sociedades existentes em Oeiras (entre 1 a 6) são as actividades de limpeza, as de fornecimento de recursos humanos, os retalhistas de produtos alimentares, a exploração de restaurantes e as actividades especializadas de construção. Também aqui e mais uma vez, as TIC e as farmacêuticas, assim como os grossistas de produtos alimentares e a construção civil têm a sua posição de destaque.

Numa análise global, podemos concluir que, apesar de existirem áreas de actividade preponderantes no Concelho de Oeiras, que se destacam tanto pelo número de sociedades, como pelo volume de vendas, como pelo número de pessoas que empregam, existem outras que, ou pela sua dimensão ou pela seu volume de negócios, se consideram igualmente importantes, fazendo com que a economia do município de Oeiras esteja apoiada num vasto leque de áreas de actividade, não dependendo, por isso, de um número reduzido de actividades.

Analisando ainda a informação disponibilizada pela Informa D&B quanto à localização das principais empresas sedeadas no Concelho de Oeiras, podemos concluir que a Freguesia de Carnaxide é a principal receptora destas empresas, às quais estão associados mais de 19 mil postos de trabalho. Quanto à facturação, a Freguesia de Porto Salvo é mais rentável, já que com apenas 64 empresas (pouco mais de metade

das empresas de Carnaxide) consegue posicionar-se como a freguesia com o maior volume de vendas.

Distribuição geográfica das 10.000 Principais Empresas no Concelho de Oeiras, 2008

Freguesia	Nº Empresas	Nº Empregados	Vol. Vendas (Milhões €)
ALGÉS	74	8479	2.924,6
BARCARENA	45	5238	1.113,6
CARNAXIDE	112	19099	4.172,4
CAXIAS	3	69	16,7
CRUZ QUEBRADA-DAFUNDO	7	679	161,0
LINDA-A-VELHA	49	10971	1.150,8
OEIRAS	23	4582	1.537,0
PAÇO DE ARCOS	56	5281	3.086,0
PORTO SALVO	64	10822	4.517,0
QUEIJAS	5	449	64,4
TOTAL	438	65.669	18.743,5

Fonte: Informa D&B Portugal - Duns PEP 10.000 Principais Empresas de Portugal (2008)

De salientar ainda que a presença de capital estrangeiro (participações superiores a 25%) nos estabelecimentos localizados em Oeiras encontra-se muito acima dos valores de referência nacional, indiciando a esse nível um elevado grau de internacionalização do tecido empresarial deste Concelho. As empresas internacionais tendem a operar em estabelecimentos de maior dimensão, o que acentua o respectivo peso relativo avaliado em termos de emprego.

3.3 TURISMO

O Turismo é um eixo estruturante de desenvolvimento da economia nacional e local justificado pelas receitas que proporciona, pela mão-de-obra que emprega pelos efeitos multiplicadores que induz, em várias áreas.

O percurso feito por Oeiras em termos de ordenamento urbanístico e do território, a par da preservação do património histórico/cultural e do desenvolvimento económico foram determinantes nestes últimos anos para a grande evolução registada no sector do Turismo e que obrigaram a uma outra a atenção dada ao sector.

No Diagnóstico realizado para o estudo “Plano Estratégico do Turismo para o concelho de Oeiras” (2007) ressaltam-se os três segmentos turísticos de procura turística em que Oeiras tem revelado um posicionamento competitivo:

- **Turismo de Negócios** decorrente da atracção e fixação do sector terciário. A sua consolidação depende fortemente da capacidade de resposta do concelho à organização de eventos *corporate* de média/grande dimensão que visem o prolongamento da estada dos profissionais.
- **Turismo Náutico** como resultado da oferta de um porto de recreio com qualidade reconhecida e que se considera necessário dar maior visibilidade junto do mercado nacional e internacional.
- **Turismo Desportivo** por via da localização do Centro Desportivo do Jamor. A oferta de Estágios Profissionais Desportivos poderá ser a via de afirmação do concelho neste segmento.

Neste estudo foram ainda identificados os principais elementos turísticos do concelho:

- Palácio Marquês de Pombal, Palácio Anjos, Estação Agronómica Nacional, Fábrica da Pólvora de Barcarena, Parque dos Poetas, Jardim da Cascata da Quinta Real de Caxias, Fortes, Porto de Recreio de Oeiras e Piscina Oceânica. Potenciando estes elementos defende-se que o desenvolvimento estratégico do destino Oeiras deverá estar a par e acompanhar as principais tendências dos dois destinos de maior proximidade e com melhor posicionamento na Região de Lisboa e Vale do Tejo - Lisboa e Cascais

A oferta hoteleira de Oeiras tem vindo a acompanhar esta evolução tendo crescido exponencialmente nos últimos anos, registando-se em 2009, nove unidades de alojamento, perspectivando-se num futuro próximo a abertura de mais unidades turísticas, algumas das quais de cinco estrelas.

Unidades Hoteleiras do Concelho de Oeiras, 2009

Designação	Ano de Abertura	Classificação	Quartos	Camas	Pessoas
Hotel Lagoas Parque	2006	★★★★	182	247	351
Hotel Express By Holiday Inn	2004	★★★	126	252	260
Hotel Real de Oeiras	2003	★★★★	100	196	201
Hotel - Apartamentos Solplay	2003	★★★★	119	498	498
Hotel Amazónia Jamor	1997	★★★★	97	174	210
Hotel Solar Palmeiras	1994	★★★★	34	58	68
Hotel IBIS	1993	★★	61	79	127
Pousada da Juventude Catalazete	1978	-	24	94	94
INATEL (Motel Continental)	1958	-	137	451	460
Total			880	2049	2269

Fonte: DCT/CMO e Instituto do Turismo de Portugal - 2009

Em termos de procura turística, o número de hóspedes e número de dormidas tem aumentado ao longo dos anos: de 2003 a 2006 registou-se um crescimento de hóspedes e dormidas na ordem dos 64% e 61% respectivamente. Para o ano de 2006, no total do alojamento classificado local registaram-se 131.120 turistas e 247.944 dormidas. Os principais mercados são o português, com uma quota de 70%, seguindo-se o espanhol, o francês e o inglês que, no conjunto, compõem uma quota de mercado na ordem dos 14%. Em Oeiras, ao contrário de quase todos os destinos turísticos portugueses, não se registam oscilações por sazonalidade, havendo uma procura equilibrada ao longo de todo o ano.

3.4 EMPREGO

Com um sector primário praticamente inexistente e um secundário pouco representativo, com excepção das freguesias de Barcarena e Porto Salvo, o Concelho de Oeiras caracteriza-se, sem qualquer margem de dúvida, como um Concelho altamente terciarizado, com mais de 80% da sua população activa empregada no sector terciário, apresentando o terciário económico (actividades de serviço de apoio às empresas, financeiras, imobiliárias, entre outras) um peso superior ao do terciário social (actividades relacionadas com o comércio, transportes, educação, saúde, entre outras).

Estrutura da Actividade Económica por Sector de Actividade, 2001

Freguesia	Total	Sector primário		Sector secundário		Sector terciário (social)		Sector terciário (económico)	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Oeiras (Concelho)	81010	452		14323		28206		38029	
Barcarena	6176	33	0,5	1496	24,2	1782	28,9	2865	46,4
Carnaxide	10993	51	0,5	2154	19,6	3534	32,1	5254	47,8
Caxias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oeiras e São Julião da Barra	17357	118	0,7	2424	14,0	6578	37,9	8237	47,5
Paço de Arcos	11806	73	0,6	2066	17,5	4592	38,9	5075	43,0
Algés	9263	52	0,6	1394	15,0	3343	36,1	4474	48,3
Cruz Quebrada-Dafundo	3132	27	0,9	552	17,6	1072	34,2	1481	47,3
Linda-a-Velha	11366	55	0,5	1819	16,0	3812	33,5	5680	50,0
Porto Salvo	6445	29	0,4	1606	24,9	2077	32,2	2733	42,4
Queijas	4472	14	0,3	812	18,2	1416	31,7	2230	49,9

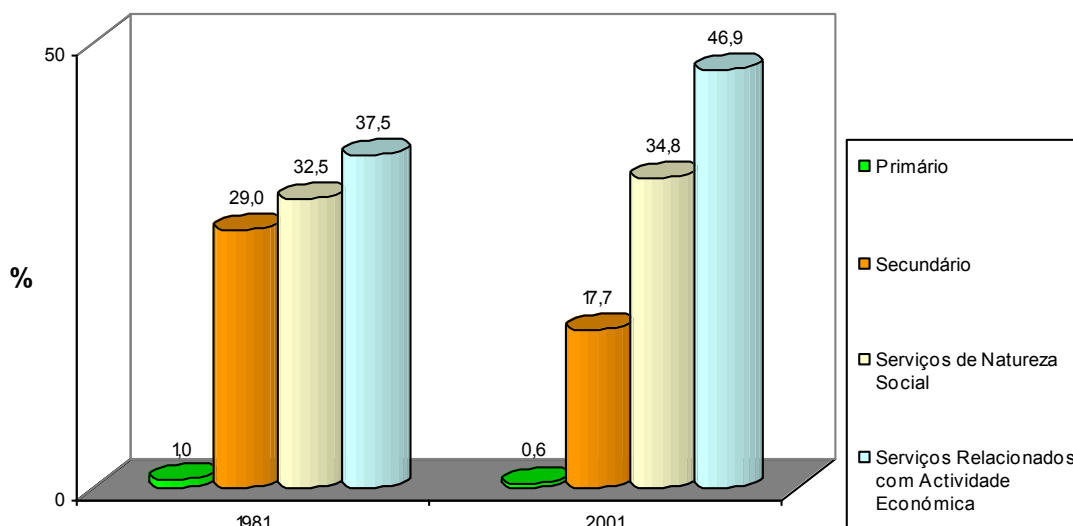
Fonte: INE - Censos 2001

Nota: Paço de Arcos inclui a Freguesia de Caxias

No que se refere aos valores de população empregada no sector secundário nas Freguesias de Barcarena e Porto Salvo justificam-se pela forte presença de indústrias, nomeadamente farmacêuticas e litografias, na ZIE de Queluz de Baixo e por outro lado pelo elevado número de empresas dedicadas à actividades de construção civil existentes em toda a região de Porto Salvo.

A aposta relacionada com a especialização do Concelho no terciário superior reflectiu-se, como seria de prever, em alterações das características da sua população residente activa, tanto do ponto de vista das actividades como das profissões.

Evolução da população activa , segundo o ramo de actividade económica no concelho de Oeiras, 1981 e 2001



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1981 e 2001

Pela distribuição relativa da população activa empregada por sectores de actividade económica e respectiva evolução entre 1981 e 2001, pode-se afirmar que esta aposta tem-se vindo a concretizar. Existe uma clara mudança no leque das actividades da população residente no concelho, que se traduz num ganho substancial de qualificação, já que em 2001, cerca de 82% dos residentes empregados trabalhavam no sector dos serviços, enquanto que, em 1981 este sector não ultrapassava os 70%. Este acréscimo verifica-se principalmente no sector dos serviços relacionados com a actividade económica.

Simultaneamente, a qualificação profissional em Oeiras evoluiu, destacando-se o incremento do peso dos residentes empregados nos grupos profissionais associados, exclusivamente, ao Terciário Superior. Os especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas e Técnicos de Profissionais de Nível Intermédio tiveram um aumento para mais do dobro (de 17,1% em 1981 para 36,3% em 2001) e os Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores das Empresas registaram um aumento de 45%, passando de 7,2% em 1981 para 10,4% em 2001.

À semelhança do efectuado para os estabelecimentos, apresenta-se a distribuição da população empregada, segundo os ramos de actividades económica. A análise deste quadro confirma o peso das actividades relacionadas com comércio, imobiliário e

serviços de apoio às empresas na estrutura da população activa empregada, residente no Concelho de Oeiras. De destacar ainda os 11,4% dos empregados no ramo da Administração Pública, onde se insere a Administração Local.

População Residente no Concelho de Oeiras, empregada, segundo o Ramo de Actividade, 2001

Ramo de Actividade Económica (CAE Rev. 2.1)	Pop. Empregada	
	Nº	%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	376	0,5%
Pesca	76	0,1%
Indústrias extractivas	53	0,1%
Indústrias transformadoras	8043	9,9%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	589	0,7%
Construção	5638	7,0%
Comércio por grosso e a retalho	13319	16,4%
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	3914	4,8%
Transportes, armazenagem e comunicações	5760	7,1%
Actividades financeiras	4792	5,9%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	10244	12,6%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	9230	11,4%
Educação	7163	8,8%
Saúde e acção social	5895	7,3%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	3399	4,2%
Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio	2466	3,0%
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	53	0,1%
Total	81010	

Fonte: INE - Censos 2001

No que diz respeito à situação na profissão da população empregada residente em Oeiras, isto é, a relação de dependência ou independência dos indivíduos activos, no exercício da profissão, não existem situações anormais.

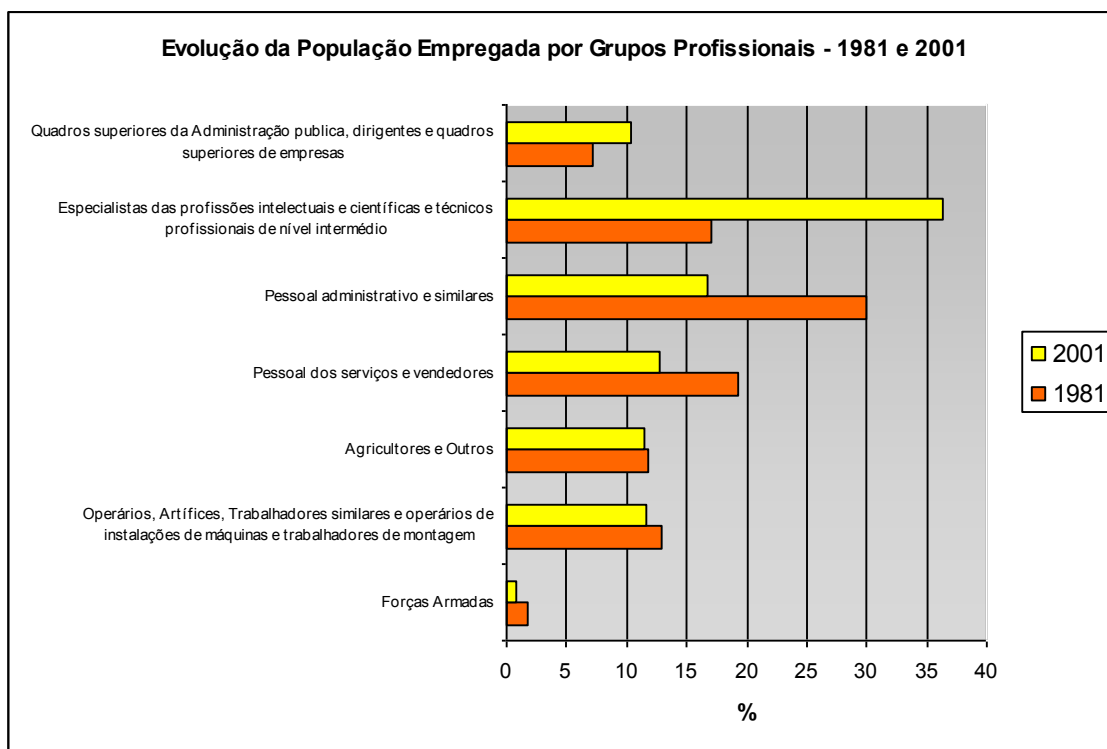
População Residente no Concelho de Oeiras, empregada, segundo a Situação na Profissão, 2001

Situação na profissão	Pop. Resid. (Nº)	Pop. Resid. (%)
Empregador	7670	9,5%
Trabalhador por Conta Própria	2818	3,5%
Trabalhador Familiar não Remunerado	175	0,2%
Trabalhador por Conta de Outrem	69230	85,5%
Membro Activo de Cooperativa	60	0,1%
Outra Situação	1057	1,3%
Total	81010	

Fonte: INE - Censos 2001

Mais de 85% dos activos empregados são trabalhadores por conta de outrem, trabalhando assim para entidades públicas ou privadas, 9,5% são patrões/empregadores, o que significa que são indivíduos activos que exercem uma profissão por conta própria e que empregam, habitualmente, um ou mais trabalhadores remunerados e 3,5% são trabalhadores por sua conta.

Simultaneamente, a qualificação profissional em Oeiras evoluiu, destacando-se o incremento do peso dos residentes empregados nos grupos profissionais associados, exclusivamente, ao Terciário Superior. Os especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas e Técnicos de Profissionais de Nível Intermédio tiveram um aumento para mais do dobro (de 17,1% em 1981 para 36,3% em 2001) e os Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores das Empresas registaram um aumento de 45%, passando de 7,2% em 1981 para 10,4% em 2001.



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação 1981 e 2001

Paralelamente, é notório o acentuado decréscimo do peso dos grupos profissionais Pessoal Administrativo e Similares, que desce praticamente para metade e do Pessoal dos Serviços e Vendedores, que em 1981 representava 19,3% da qualificação profissional da população activa, passando, em 2001 para 12,7%.

Atendendo ao local de trabalho da população activa residente no Concelho de Oeiras verifica-se e tendo em conta os dados de 2001 que 39,9 % dos residentes em Oeiras trabalham no Concelho e 60,1% trabalham noutros concelhos. Ainda que não tenhamos dados que permitam actualizar estes números podemos recorrer a outros estudos para tentar perceber uma possível evolução. De facto num estudo concluído recentemente (2008), “Estudo de Mobilidade e Acessibilidades de Oeiras”, 54% das viagens dos residentes são internas, o que significa que 46% são para fora do concelho. Ainda que neste estudo no universo dos residentes são incluídos todos os residentes maiores de 14 anos, a verdade é que os dados de mobilidade aferidos permitem inferir que a tendência é para o reforço do número de residentes de Oeiras a trabalhar no Concelho.

Por sua vez vêm trabalhar para o Concelho de Oeiras 38.763 residentes noutros concelhos (dados de 2001), o que confirma a capacidade de atracção de emprego de Oeiras. Reforça esta ideia o Estudo referido anteriormente, no âmbito do qual foram feitos inquéritos a residentes mas também a não residentes, tendo-se verificado que entre as zonas em que se regista um maior conjunto de viagens realizadas por não residentes (mais de 50% do total das viagens terminadas na respectiva zona) destacam-se vários parques de escritórios e centros empresariais, e nomeadamente a zona do Tagus Park (com 82% das viagens a serem realizadas por não residentes), Quinta da Fonte (com 73%), Lagoas Park (com 56%), Carnaxide Industrial (59%) e Queluz de Baixo - zona industrial (86%).

Movimentos pendulares e indicadores de mobilidade, 2001

Indicadores de Mobilidade do concelho de Oeiras		
Movimentos Pendulares de População (nº de pessoas)	População residente empregada (1)	81.010 pessoas residentes no concelho de Oeiras têm emprego (dentro ou fora do concelho)
	Entradas (2)	38.763 pessoas trabalham em Oeiras mas residem noutros concelhos
	Saídas (3)	48.651 pessoas residem em Oeiras mas trabalham noutros concelhos
	Saldo de Emprego (4) = (2) - (3)	saldo de emprego de -9.888 pessoas traduz um concelho fornecedor líquido de mão-de-obra
	Emprego (5) = (1) + (4)	71.122 postos de trabalho gerados no concelho
Importância dos movimentos pendulares (em %)	Taxa de mobilidade extra- regional (6) = [(3)/(1)]*100	60,1% da população residente empregada sai do concelho para trabalhar
	Taxa bruta de atracção (7) = [(2)/(5)]*100	54,5% dos postos de trabalho do concelho são preenchidos por população não residente no concelho
	Grau de atractividade / repulsão (8) = [(5)/(1)]*100	Taxa de atracção de 87,8% explicada por um nº de postos de trabalho gerados no concelho inferior à população residente empregada
	Grau de localização do emprego (9) = [(1)-(3)]/1*100	39,9% da população que trabalha em Oeiras, reside, também, em Oeiras

Fonte: AM&A, com base em dados do INE, Censos 2001

Mas o universo dos residentes activos não se cinge apenas aos indivíduos empregados. Oeiras, em 2001, registava uma taxa de desemprego de 7%, com 6157 desempregados, dos quais 1443 em situação de procura do seu primeiro emprego e 4714 à procura de um novo emprego. Estes valores têm vindo a oscilar ao longo dos anos, sempre com tendências de redução, atingindo, em 2009 o valor de 5112 desempregados.

No contexto da região de Lisboa e Vale do Tejo, Oeiras representa 3,49% do desemprego registado no final de 2009. Este indicador afecta de forma mais ou menos equitativa os Homens e as Mulheres, sendo que 95,29% procuram um novo emprego e apenas 4,71% procuram um primeiro emprego.

Desemprego Registado por Concelho segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego - 2009

Área Geográfica	Género				Tempo de Inscrição				Sit. Face à procura de emprego				Total
	Homens		Mulheres		< 1 Ano		1 Ano e +		1º Emprego		Novo Emprego		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Oeiras	2474	48,40	2638	51,60	3459	67,66	1653	32,34	241	4,71	4871	95,29	5112
Lisboa VT	71361	48,68	75239	51,32	102382	69,84	44218	30,16	7419	5,06	139181	94,94	146600

Fonte: MTSS - Instituto do Emprego e Formação Profissional - Dez. 2009

O grupo etário mais afectado por este indicador é o dos 35 aos 54 anos (44,72% do total de Oeiras), afectando principalmente indivíduos com o Ensino Secundário como nível de escolaridade.

Em termos absolutos, ao longo de 2009, Oeiras recebeu 748 ofertas de postos de trabalho por parte das entidades empregadoras, das quais apenas 274 corresponderam a colocações efectuadas pelos inscritos no Centro de Emprego. De salientar que o Fim do Trabalho Não Permanente foi motivo apresentado por 47,4% dos inscritos e 14,7% apresentaram razões de despedimento.

Com base no universo profissional de Oeiras e tendo em conta a inovação e a mudança registada no município nos últimos anos, foi elaborado um estudo¹¹ de forma a identificar as necessidades expressas pelas sociedades, pelos trabalhadores e pelos residentes, bem como desenhar cenários emergentes no domínio do Conhecimento, das Competências e das Profissões. Com o objectivo de elaborar a cartografia das competências profissionais dos residentes no Concelho, das organizações instaladas e dos seus trabalhadores, estabeleceram-se linhas estratégicas orientadoras da gestão das pessoas no concelho de Oeiras, ou seja, o que se convencionou chamar INVESTIMENTO E GESTÃO DO CAPITAL HUMANO.

O estudo apoiou-se em três grupos alvos:

- as organizações concelhias,
- os residentes no município
- os trabalhadores.

Uma análise global dos domínios de exercício da profissão neste Concelho permitiu identificar como profissões mais relevantes no Concelho de Oeiras as seguintes:

- 1 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas;
- 2 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio;
- 3 - Pessoal de Serviços e Vendedores;
- 4 - Pessoal administrativo e similares;
- 5 - Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas.

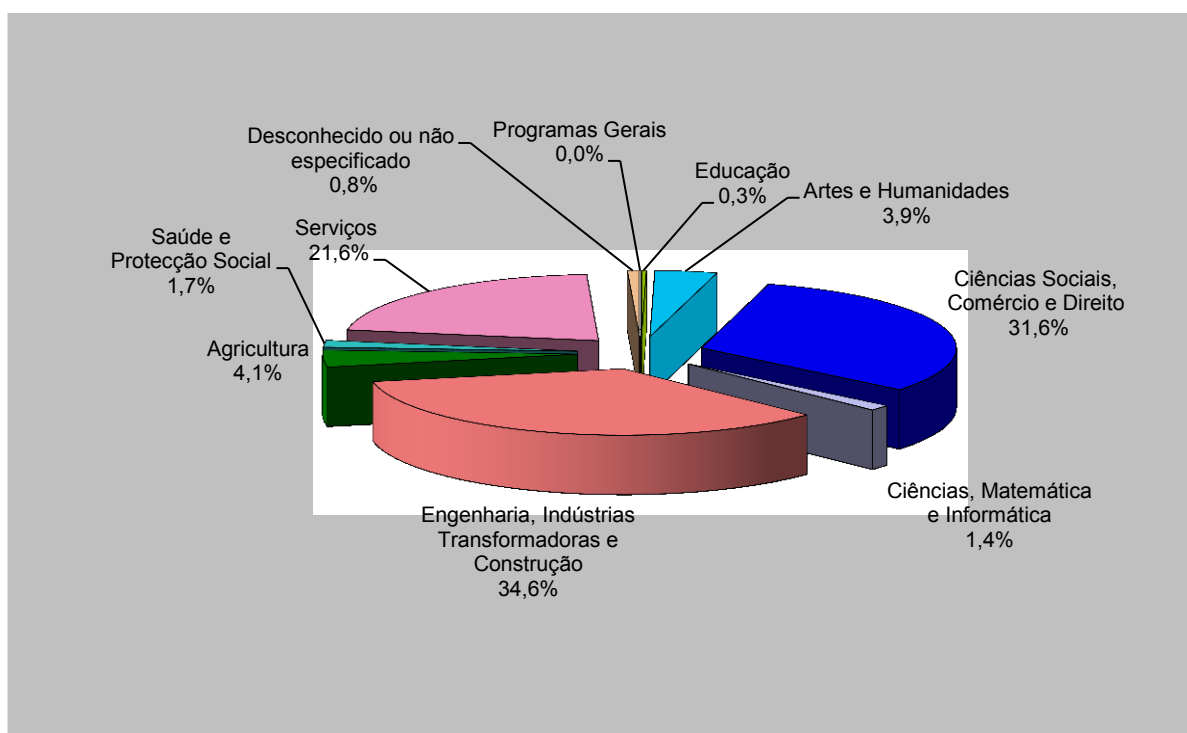
¹¹ A Carta de Competências Profissionais do Concelho de Oeiras, foi desenvolvida pela APG, Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos, em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras.

Não têm grande expressão no conjunto geral das profissões: Trabalhadores não qualificados; Trabalhadores ligados à agricultura e pesca; Membros das Forças Armadas.

O grupo profissional Operários, artífices e trabalhadores similares tem alguma representatividade entre os residentes (9,3%) e menos nos trabalhadores (4,5%).

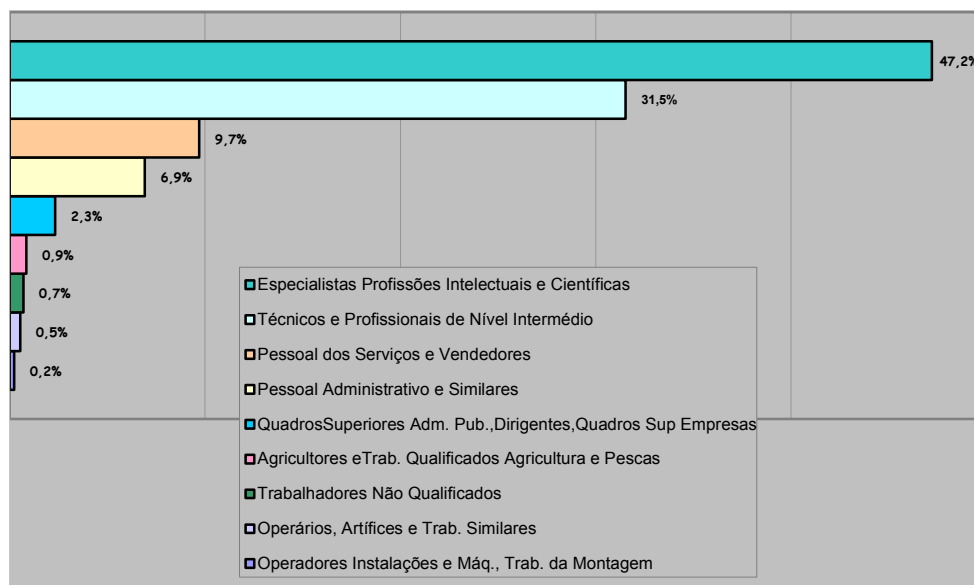
Foi sobre este universo profissional que incidiu o trabalho de campo, procurando identificar as competências percebidas pelas organizações, pelos trabalhadores e pelos residentes, bem como desenhar diversos Cenários futuros, no domínio do Conhecimento, das Competências e das Profissões.

ÁREAS DE CONHECIMENTO EMERGENTES



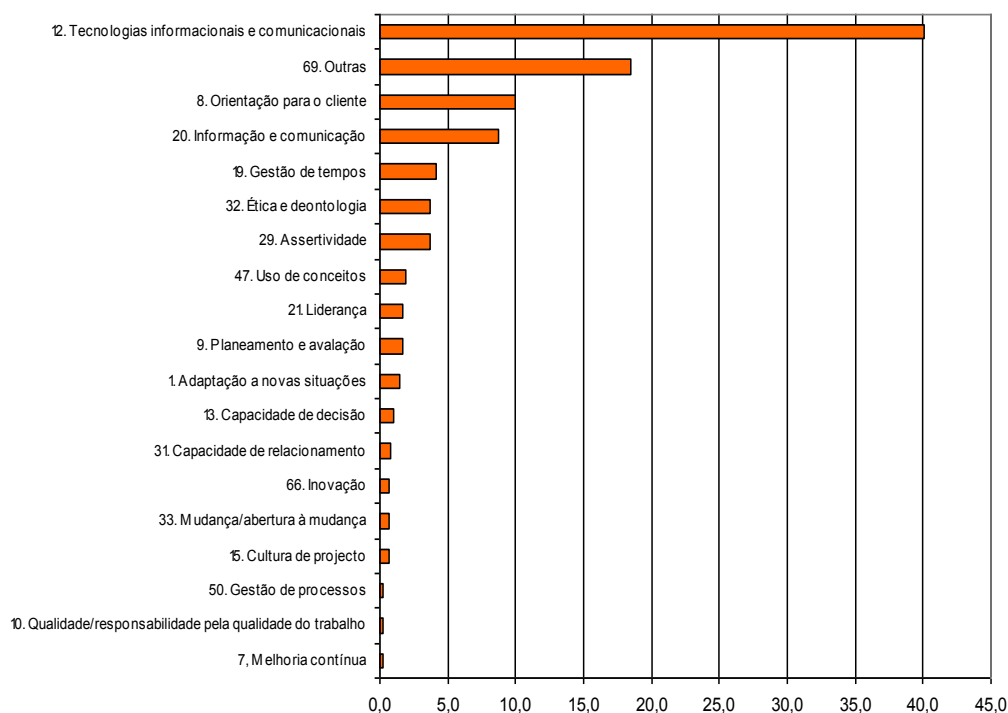
Fonte: Carta de Competências do Concelho de Oeiras

PROFISSÕES EMERGENTES NO CONCELHO DE OEIRAS



Fonte: Carta de Competências do Concelho de Oeiras

Competências emergentes (%)



Em síntese apresentado o perfil económico do Concelho de Oeiras destacam-se alguns traços caracterizadores que fundamentam a evolução da estrutura económica do concelho nos últimos anos:

- imediatamente após o concelho de Lisboa, Oeiras é a área geográfica do país que apresenta maior capacidade de atrair não só as **empresas de maior dimensão a nível nacional**, mas as maiores empresas de serviços avançados e tecnológicos, que normalmente são detidas por entidades externas
- a presença do capital estrangeiro (participações superiores a 25% do capital) nos estabelecimentos localizados em Oeiras encontra-se muito **acima dos valores de referência nacional**, indiciando a esse nível um elevado grau de internacionalização do tecido empresarial deste concelho. As empresas internacionais tendem a operar em estabelecimentos de maior dimensão, o que acentua o respectivo peso relativo avaliado em termos de emprego.
- apresenta uma forte cobertura de unidades empresariais associada a **sectores terciários superiores**. A sua localização não está circunscrita apenas às Áreas Empresariais ou dos Programas Estratégicos delineados, estendendo-se um pouco por toda a área geográfica do concelho.
- o perfil produtivo de Oeiras encontra-se fortemente alicerçado na disponibilidade de um **capital humano francamente diferenciado** face ao resto do país: de facto apresenta-se altamente qualificado, com um peso significativo de população com Ensino Superior. A forte qualificação do capital humano motiva assim, uma intensa terciarização do mesmo, com Oeiras a evidenciar um nível de terciarização da população dos mais elevados da AML a par de Cascais e Lisboa.

II AMBIENTE



1. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

1.1 INTRODUÇÃO

A caracterização biofísica do território é uma componente importante do processo de planeamento, permitindo a emergência de opções de “ordenamento do território”, isto é, de um entendimento esclarecido sobre as potencialidades e restrições do território face às necessidades de ocupação dos diferentes usos do solo e de distribuição das actividades humanas.

A transformação e apropriação do território decorre de oportunidades e de circunstâncias que nem sempre se fundamentam na interpretação dos sítios com base no conhecimento científico e erudito, nem em razões e argumentos trabalhados em relatórios; contudo, compete à prática do planeamento estabelecer a conexão e integração das áreas de saber sectoriais com a vivência real do território, concebendo e fundamentando propostas de desenvolvimento e ordenamento territorial.

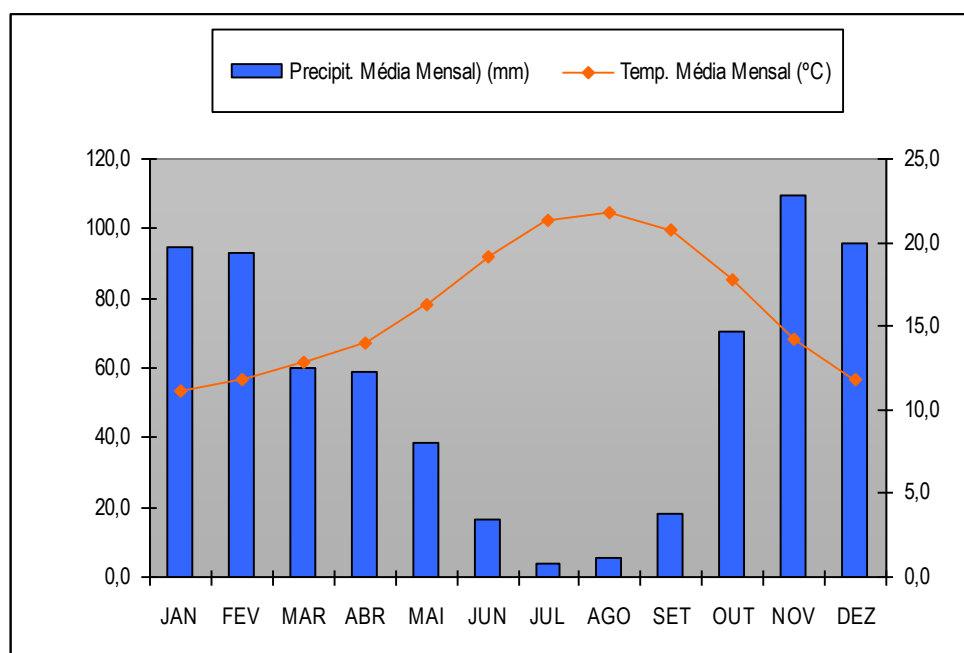
Os estudos de caracterização devem ser estritamente orientados para conclusões que tenham utilidade nos trabalhos de planeamento e não para trabalhos monográficos, mesmo que volumosos ou altamente especializados, dos quais pouca informação com interesse para a resolução dos problemas urbanísticos pode ser retirada. Os factores geomorfológicos podem, na sua maior parte, ser considerados invariantes no horizonte de planeamento, uma vez que não são expectáveis alterações significativas da Orografia, Clima ou Geologia (pelo menos com uma dimensão relevante para os estudos de planeamento à escala do município), pelo que a caracterização biofísica no âmbito da revisão do PDM não difere significativamente da que foi realizada na versão anterior – embora o rigor e detalhe da informação disponível possam contribuir para novas interpretações.

A revisão do Plano Director Municipal de Oeiras constitui uma oportunidade para a reflexão sobre as estratégias municipais de desenvolvimento e utilização dos recursos naturais, adaptando-as às alterações socioeconómicas e de conjuntura externa verificadas durante a aplicação anterior do plano e as expectáveis no novo horizonte de planeamento. Os períodos, relativamente longos, associados à vigência de um PDM aconselham a uma revisão no sentido de actualizar as estratégias relativas aos usos do solo, às suas eventuais alterações e às exigências territoriais para o desenvolvimento económico. Quanto aos factores invariantes, como, por exemplo, a Geologia, o Clima e outros, a caracterização feita na primeira versão do plano não

necessita de ser repetida, merecendo apenas uma reinterpretação quando tal se justifique.

1.2 CLIMA

O concelho de Oeiras tem um clima particularmente ameno, cujas temperaturas médias anuais variam entre 11,1°C e 21,8°C. A temperatura média máxima ocorre em Agosto, com 27°C, e a média máxima mais baixa ocorre em Janeiro com valores de 14,16°C. As médias mínimas variam entre 7,6°C em Janeiro e 16,6°C em Agosto. Nos meses de Janeiro e Dezembro as temperaturas mínimas chegam a atingir -1°C, contudo, as máximas nos mesmos meses ultrapassam os 20°C. Pode, portanto, concluir-se que as condições climáticas no que concerne à temperatura são particularmente confortáveis, facto que caracteriza os climas mediterrânicos dos litorais ocidentais dos continentes. As temperaturas máximas que podem causar algum desconforto ocorrem nos meses de Maio a Setembro, situando-se acima dos 35°C e chegando no mês de Junho a 42,3°C. São, porém, valores extremos e relativamente raros, porquanto os valores médios da temperatura máxima nunca ultrapassam os 27°C e os valores médios mínimos não descem abaixo de 7,6°C. Todos estes valores resultam de uma média de 30 anos.



Normal Climatológica para Oeiras (IM)
(Estação de Sassoeiros, 1961 – 1990; Lat: 38°42'N, Long: 09°19'W, Alt: 50m)

Perante esta informação, resulta para efeitos de planeamento do território a recomendação prática de cuidados na construção, de modo a ajustar os materiais e as soluções arquitectónicas às condições climáticas por forma a alcançar uma boa termoestabilidade de conforto, reduzindo ao mínimo os custos em energia ou, o que seria ideal, prescindindo mesmo do recurso ao ar condicionado, principalmente para arrefecimento nos períodos de Verão. A utilização criteriosa de arvoredo nas vias urbanas e nos espaços verdes envolventes das construções contribui decisivamente para a diminuição dos extremos térmicos dos edifícios, com poupanças muito significativas na energia necessária para a sua climatização.

A humidade relativa é extremamente confortável, variando entre 55% em Agosto e 73% em Janeiro. A nebulosidade e a insolação são excepcionalmente equilibradas, prevalecendo ligeiramente a insolação sobre os períodos de nebulosidade. Quanto à precipitação, esta concentra-se nas estações de Outono - Inverno, sendo escassa nos meses de Junho a Setembro. Os meses de Julho e Agosto são particularmente secos, com precipitações inferiores a 6 mm mensais. Entre os meses de Março e Outubro inclusive há um défice hídrico no solo, requerendo uma abordagem específica no âmbito do tratamento dos espaços verdes urbanos quanto à escolha do tipo de espécies e dos métodos de condução dos diversos estratos de vegetação, sendo geralmente necessário recorrer a sistemas de rega.

Humidade Relativa, Nebulosidade e Insolação (IM)

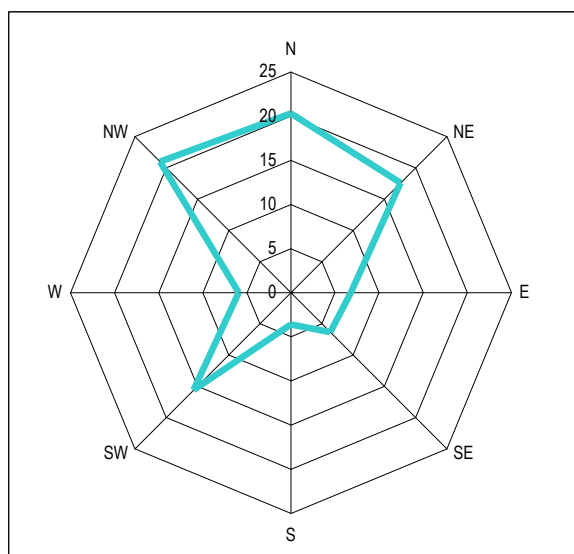
	Humidade Rel. Média (%)		Nebulosidade Total Média (0-10)		Insolação Média Total	
	09h	15h	09h	15h	(h)	(%)
Média anual	76	65	4	-	2567,6	55
(período dos dados)	(1974 - 1990)		(1961 - 1970)		(1961 - 1968)	

Do balanço climatológico de água no solo, calculado pelo método de Thornthwaite, e considerada uma capacidade de água utilizável de 100 mm, e de acordo com os valores constantes das estações meteorológicas acima referidas, o clima do litoral é classificado como semi-árido, 2º mesotérmico, com excesso de água no ano nulo, ou pequeno e eficácia térmica no Verão pequena. Para o interior, o clima é considerado sub-húmido seco 2º mesotérmico, com défice moderado no Verão, e eficácia térmica no Verão nula ou pequena¹².

¹² Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal à Escala 1/50.000 – Folha 34C (RAMALHO e tal, 2001)

Conclui-se que há algumas restrições no que diz respeito ao balanço hídrico, o que condiciona a agricultura, a composição florística nos espaços arborizados e dos parques e jardins urbanos. Acresce que o regime de pluviosidade apresenta acentuadas irregularidades na distribuição da precipitação ao longo do ano e na própria intensidade das chuvadas, chegando a ocorrer precipitações superiores a 150mm numa hora, o que acentua e problematiza o regime torrencial das ribeiras e obriga a um especial e muito cuidado dimensionamento das redes de colectores pluviais urbanos (GAPTEC, 2008).

Os ventos dominantes são de norte, noroeste e nordeste e têm uma velocidade moderada, com velocidades médias que nunca ultrapassam 22,2km/h no mês de Agosto (o mais ventoso), com ventos de norte. Os ventos de sudoeste também são expressivos, mas com velocidades médias que não ultrapassam os 15,2km/h e com frequência anual inferior a 15,6%. O regime de ventos é globalmente moderado, sendo contudo suficiente para assegurar uma boa dispersão da poluição atmosférica que localmente é produzida por tráfego e outras actividades humanas.



Frequência do Vento por Rumo - Média anual - Estação de Sassoeiros (1981/1990)

De facto, o clima mediterrânico e, particularmente, o da fachada sudoeste da Península Ibérica, é um dos mais apreciados para o desenvolvimento das actividades humanas, proporcionando condições de temperatura e de humidade médias, sem acontecimentos meteorológicos extremos, possuindo um Verão seco (característica exclusiva dos climas mediterrânicos) e um Inverno húmido mas relativamente suave.

No caso da Costa do Estoril, essas características são melhoradas por temperaturas muito moderadas ao longo de todo o ano. A topografia e a distância ao Oceano, ainda que curta, determinam no entanto variações micro-climáticas que podem influir acentuadamente no conforto climático de habitações ou de equipamentos públicos ou até na concentração de poluentes e determinadas alturas do dia ou do ano. Por exemplo, a localização em ponto elevado e topograficamente destacado é sujeito a uma maior intensidade dos ventos dominantes, que em certos meses podem ser limitantes para algumas actividades (é o caso da nortada no Verão ou dos ventos de Sul, associados à passagem de perturbações frontais, no Outono e Inverno). A criação de obstáculos aos principais canalizadores do vento, através da implantação de edifícios ou de cortinas de abrigo, pode ter efeitos positivos ou negativos, consoante se trate de proteger culturas agrícolas ou equipamentos turísticos ou de garantir o escoamento de poluentes resultantes de tráfego ou actividades industriais intensos.

1.3 FISIOGRAFIA

A fisiografia do território concelhio é marcada por um relevo ondulado suave e pontualmente escarpado em alguns troços das margens e também no litoral, com altitudes progressivamente maiores do litoral para o interior. As cotas mais elevadas situam-se na Serra de Carnaxide, que atinge a altitude de 195m, num maciço que não excede os 220m de altitude, já no exterior do concelho de Oeiras. Na freguesia de Barcarena, junto a Casal de Cabanas, atingem-se igualmente cotas altimétricas relativamente mais elevadas, da ordem dos 180m.



Mapa Hipsométrico do Concelho de Oeiras (ver Carta II-1)

As ribeiras da Laje, de Barcarena, do Jamor e de Algés correm em vales encaixados, de orientação sul-norte, originando interflúvios relativamente planos; contudo, as encostas laterais que dão enquadramento a estes vales são, por vezes, bastante declivosas, aí ocorrendo as maiores pendentes existentes no território concelhio (ver Carta 2). Com excepção da zona de Caxias, entre as ribeiras de Barcarena e do Jamor, a linha de costa, apesar de rochosa, é composta por falésias baixas e pequenas enseadas com depósitos arenosos.

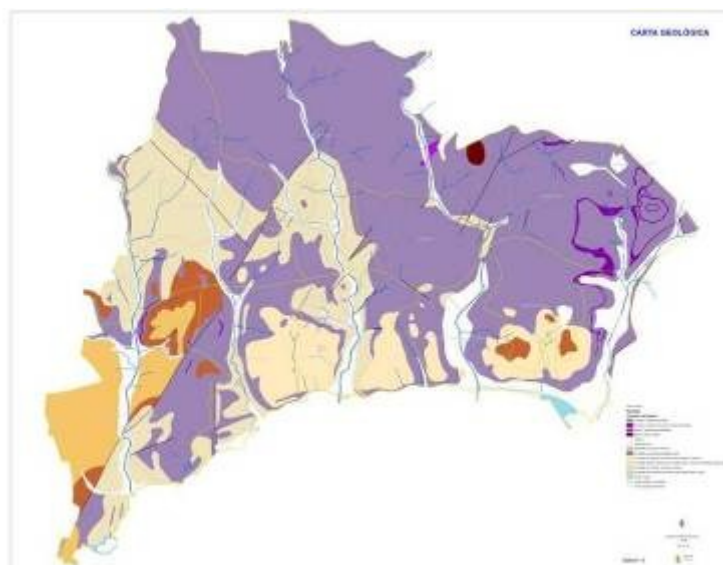
Constatando-se que todo o território do concelho de Oeiras está já plenamente inserido num perímetro urbano da zona central da Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, num uso dominante urbano, o desafio que se coloca ao planeamento consiste em conceber as soluções de desenho e de composição urbana e paisagística que resolvam a necessária estabilidade do sistema urbano. A combinação do tecido



urbano edificado com os corredores dos vales das ribeiras deve estabelecer e explorar um contraponto entre a imagem arquitectónica dos conjuntos construídos e a expressão paisagística de um belo natural criado ao longo dos espaços livres dos vales e de parte das suas encostas, assim como em zonas como a Serra de Carnaxide e outros espaços singulares que se pretendem afirmar como valores paisagísticos e espaços de desafogo associados ao recreio e ao lazer.

1.4 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

A maior parte do concelho de Oeiras está integrada no denominado “Complexo Vulcânico de Lisboa”, onde ocorrem sobretudo basaltos e pequenos afloramentos de andesitos e labradoritos, entre outras rochas ígneas menos representativas. A espessura média do manto basáltico é de aproximadamente 70m sobre calcários margosos e calcários recifais, os quais abundam na zona acima de Porto Salvo (entre as ribeiras da Laje e de Porto Salvo), na zona de Leceia e Nova Barcarena e ao longo das ribeiras já referidas e da ribeira de Barcarena. Ao redor da vila de Oeiras afloram ainda os denominados “Calcários de Entre - Campos” e junto ao litoral, entre as ribeiras de Porto Salvo, Barcarena, Jamor e Algés, é também significativa a formação argilosa dos Prazeres. Os fundos dos vales são frequentemente colmatados com depósitos aluvionares.



Mapa Geológico para o concelho de Oeiras (ver Carta 5)

Em certas zonas, como em Algés, Linda-a-Velha e em algumas partes das encostas do rio Jamor há riscos de deslizamentos, o que recomenda especiais cuidados a tratar pela Geotecnia. A diversidade geomorfológica do concelho constitui em si um valor que se presta a ser explorado pela composição urbana e pelo desenho da paisagem, no entanto, para que tal aconteça, é condição necessária que o planeamento tenha desenvolvimentos de pormenor e de projecto de execução trabalhando sobre unidades territoriais com escala, ficando depois o resultado dependente da qualidade estética e técnica das obras.

Actualmente, não existem recursos minerais assinaláveis no concelho de Oeiras, com excepção de pedreiras de basalto e de algumas rochas calcárias hoje desactivadas na sua totalidade.

Pedreiras licenciadas pelo Ministério da Economia
(DRE/Min. Economia, Dezembro de 2010)

Pedreira nº	Denominação	Explorador	Situação actual
1324	Escaropins	Armando Cunha, SA	Sem exploração (trab. recuperação ambiental e pais.)
1447	Rossio	Câmara Municipal de Oeiras	Não existe
1524	Perdigueiras	Transbrital – Transportes e Britas de Pio Monteiro, Lda.	Sem exploração (trab. recuperação ambiental e pais.)
3861	Mato dos Celcos	José Guilherme Jorge Costa	Sem exploração (trab. recuperação ambiental e pais.)

Do ponto de vista dos Recursos Geotérmicos, há a assinalar que nas instalações dos Serviços Sociais das Forças Armadas, em Oeiras, foi efectuado um furo com a profundidade total de 475m, que capta água a cerca de 30°C no aquífero Aptiano-Albiano (níveis entre os 385m e os 469m), na bacia de Lisboa. O caudal disponível é de 6l/s, sendo utilizadas bombas de calor no aproveitamento geotérmico.

As maiores reservas em relação à utilização daquele aquífero como reservatório geotérmico decorrem da sua complexidade estrutural. Aqueles níveis, constituídos por arenitos porosos (“Grés de Almargem”), apresentam boas perspectivas de criação de outras instalações geotérmicas desenvolvidas para fins semelhantes¹³.

A título de curiosidade, refira-se que o Sistema de Informação de Ocorrências e Recursos Minerais Portugueses (SIORMINP¹⁴) refere a existência de um único registo no concelho de Oeiras – uma ocorrência de depósitos de ouro nas areias da praia junto ao Forte de S. Julião da Barra, que foram alvo de exploração diminuta pela Casa Real Portuguesa entre 1827 e 1829.

1.5 SOLOS

A litologia prevalecente no concelho originou solos vérticos, de elevada fertilidade, sobretudo para as culturas cerealífera (principalmente trigo), olivícola e vitícola, tendo sido um dos principais determinantes para uma densa e muito antiga ocupação do território já no Neolítico. Os locais de rochas basálticas são as zonas de menor risco sísmico, enquanto que algumas encostas de formações calcário-margosas poderão exigir particulares cuidados sob o ponto de vista geotécnico no que diz respeito à implantação de infra-estruturas urbana e à edificação.

Embora o uso agrícola não tenha expressão no concelho de Oeiras no quadro de uma estratégia de produção agrícola de nível nacional ou mesmo regional, não deixa de ser pertinente e interessante que a estrutura do povoamento urbano contemple a conservação de algumas quintas de génese rural e a criação de novas parcelas de habitação unifamiliar ou para outras utilizações com dimensões que lhes permitam dispor de amplos espaços de jardim, horta, pomar e maciços arbóreos que, no seu conjunto, contribuirão para qualificar a expressão cénica das unidades territoriais.

¹³ Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal à Escala 1/50.000 – Folha 34C (RAMALHO *et al*, 2001)

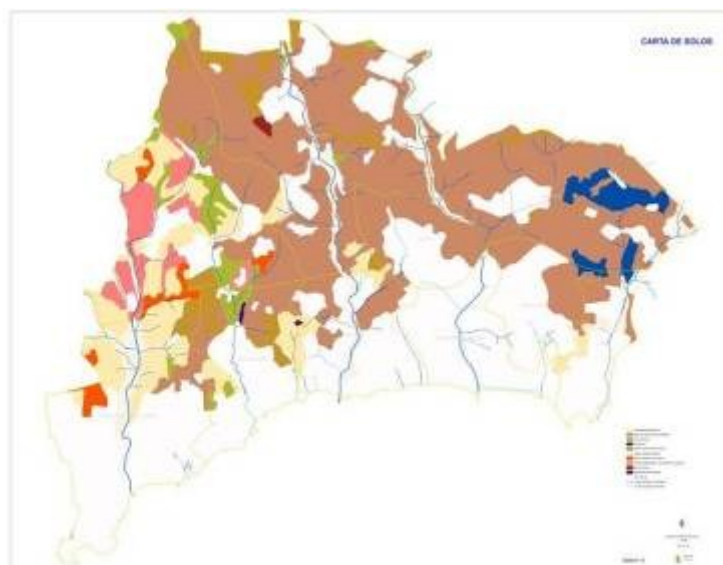
¹⁴ <http://e-geo.ineti.pt/bds/ocorrencias/default.aspx?Type=&ID=2101>

Neste contexto, têm toda a pertinência e sentido haver cuidados de salvaguarda dos solos mais férteis.

As principais características dos solos existentes no concelho de Oeiras são profundamente afectadas quer pelo material litológico originário, quer pela sua situação topográfica e histórico de utilização. Aqui abundam sobretudo os barros castanho-avermelhados não calcários, derivados dos basaltos ou doleritos do Complexo Vulcânico de Lisboa, que possuem elevados teores de minerais de argilas expansíveis, conferindo-lhes propriedades especiais de estrutura e comportamento — grande capacidade de retenção de água e nutrientes, elevada plasticidade e adesividade quando húmidos, pronunciados fendilhamento e rijeza em estado seco e curto período de sazão, apresentando grande potencialidade para a produção vegetal. Foram estes os solos que propiciaram o desenvolvimento agrícola do território do concelho desde há milénios, permitindo o bom desenvolvimento das culturas.

Os litossolos de basaltos e de calcários (solos delgados, com espessura efectiva até 10 cm), os solos litólicos não húmicos de basaltos, os solos calcários pardos, os solos mediterrâneos pardos e vermelhos, os solos mólicos e os aluviosolos (estes também frequentemente de textura pesada) apresentam áreas de distribuição ainda significativas, sobretudo nos vales das principais ribeiras (no último caso) ou nos terrenos de formações calcárias.

Os barros e os aluviosolos, por apresentarem uma grande espessura efectiva e maior fertilidade, garantem uma elevada produtividade vegetal e menores restrições às diversas actividades agrárias, pelo que apresentam significativo valor agronómico e merecem ser salvaguardados.



Mapa de Solos para o concelho de Oeiras (ver Carta 6)

O concelho de Oeiras, com um mosaico territorial diversificado e geomorfologicamente dinâmico, localiza-se na zona central da Área Metropolitana de Lisboa, merecendo a designação de concelho urbano. A dominância do uso urbano constitui em si um desafio muito particular para a correcta adaptação dos espaços rústicos remanescentes que devem ser salvaguardados como valores associados à rede de drenagem natural e à estruturação de espaços livres significantes na estrutura urbana concelhia e metropolitana. As características geográficas do município e a estrutura do povoamento exigem uma estratégia de desenvolvimento a partir de uma racionalização da distribuição e composição dos espaços urbanos, integrando em contraponto os trechos dos vales onde podem pontuar alguns espaços de uso agrícolas e florestais sempre considerados numa lógica de estruturação da composição urbana.

1.6 VALORES NATURAIS E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

A vegetação natural potencial do concelho de Oeiras é muito influenciada pelas características edáficas prevalentes. Os solos originados a partir de basaltos e de alguns tipos de calcários e argilas são muito ricos em montemorilonite (uma argila expansível), o que causa apreciável fendilhamento no período seco. Entre as espécies arbóreas que prosperam neste tipo de solos, podem citar-se o zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*), o carrasco (*Quercus coccifera*), a alfarrobeira (*Ceratonia*

siliqua) e o pilriteiro (*Crataegus monogyna*). Cerca de 2/3 do concelho teria sido em tempos dominada por formações arbóreas de zambujeiro e alfarrobeira da associação *Viburno tini* – *Oleatum sylvestris*, enquanto o remanescente teria possuído povoamentos dominados por carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* ssp. *broteroi*), em alguns calcários e formações sedimentares em solos básicos, ou matas ribeirinhas predominantemente de freixo (*Fraxinus angustifolia*).



Orla mista de zambujeiros e freixos no rio Jamor, a montante de Valejas.



Orla mista de zambujeiros e freixos a montante do Murganhal.



Freixial na ribeira da Laje



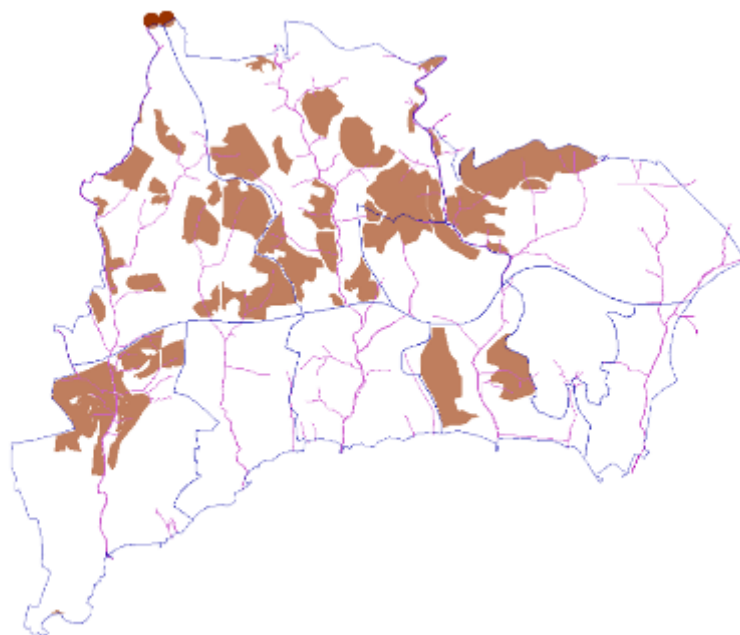
Populus nigra (à esquerda) no rio Jamor.



Ulmeiros na ribeira da Laje Quinta da Estrangeira

Junto ao litoral, numa estreita faixa nas zonas arenosas e nas arribas rochosas, teria abundado a vegetação halófitas, como o estorno (*Ammophila arenaria*), o cardo-marítimo (*Eryngium maritimum*), a sabina-da-praia (*Juniperus turbinata*) e a tamargueira (*Tamarix* sp.).

Actualmente, os maciços florestais que ocorrem no concelho são maioritariamente formados por povoamentos resultantes de rearborezações com outras espécies, como os pinheiros (*Pinus* sp.) e os eucaliptos (*Eucalyptus* sp.), ocorrendo ainda povoamentos dominados por acácias (designadamente *Acacia cyanophylla* e *Acacia pycnantha*), espécies infestantes. Os espaços silvestres são compostos sobretudo por matos subseriais em diferentes estádios de desenvolvimento.



Manchas remanescentes de vegetação autóctone (DAE/CMO)

A paleta de espécies da flora a utilizar no concelho é muito ampla e a selecção deverá ter o cuidado de evitar aquelas que apresentem comportamento infestante e, muito em particular, aquelas que possam constituir um risco de epifítia, devendo também ter em conta o tipo de solo, a exposição e a distância à linha de costa. Salvaguardando estes cuidados, a escolha remete para o foro da composição paisagística ou, no caso da agricultura e da floresta, para os critérios da economia desses sectores. De qualquer modo, estes aspectos deverão ser avaliados de forma casuística perante projectos e acções concretas, facto que deverá ser reconhecido pelo PDM e demais PMOT. No caso de áreas dedicadas à criação de parques urbanos, como, por exemplo, na Serra de Carnaxide, a questão essencial prende-se com o seu mérito paisagístico enquanto trabalho de autor.

A vegetação arbórea característica dos vales encaixados e aluviões das ribeiras de Oeiras foi quase integralmente substituída no decurso dos últimos milénios, sobretudo por campos agrícolas. As espécies invasoras (como o *Arundo donax*) e as doenças (designadamente a grafiose, que eliminou quase completamente os povoamentos de ulmeiro) fazem parte das causas que, nas últimas décadas, criaram um quadro de empobrecimento significativo da flora ribeirinha.

A reconstituição destas galerias ribeirinhas pode, contudo, ser exequível, garantidas que estejam as condições quer para o permanente apoio e condução da regeneração natural da vegetação específica destes ecótonos (freixos e salgueiros, sobretudo) que se verifica em muitos locais (designadamente, na ribeira do Jamor), quer para a rearborização dos troços não urbanos, quer ainda para o combate às espécies invasoras.

O reforço de galerias ribeirinhas multiestratificadas e a manutenção de uma faixa de largura mínima garantem as melhores condições para a depuração das águas fluviais provenientes de freguesias a montante do concelho e para a filtragem natural das escorrências de águas poluídas, quer de áreas impermeabilizadas adjacentes (estradas, aglomerados urbanos), quer de áreas agricultadas.

A existência de galerias ribeirinhas bem desenvolvidas, para além da valorização cénica dos vales dos cursos de água, permite a manutenção de corredores ecológicos com interesse para a diversificação da fauna e flora do concelho.

A fauna terrestre do concelho de Oeiras não é rica em espécies com especial valor para a conservação, uma vez que os habitats naturais foram sofrendo ao longo dos séculos profundas transformações. As espécies que aqui ocorrem são aquelas que se adaptaram a meios substancialmente artificializados e que suportam um amplo leque de condições ambientais e a forte presença humana. Alguns dos habitats potencialmente mais ricos, como as zonas ribeirinhas, os povoamentos florestais fechados ou as arribas marinhas, apresentam-se muito alterados e sem escala para acolher espécies mais sensíveis a perturbações. Contudo, muitas espécies adaptam-se bem a ambientes muito humanizados e beneficiam do mosaico composto de terrenos urbanizados, agrícolas e florestais, como é o caso do pintassilgo (*Carduelis carduelis*), do verdilhão (*Carduelis chloris*), do morcego-anão (*Pipistrellus pipistrellus*) e da lagartixa do mato (*Psammodromus algirus*).

A fauna marinha do concelho apresenta uma apreciável diversidade e tem beneficiado do resultado das medidas anti-poluição aplicadas na rede hidrográfica e nas águas oceânicas. Na orla ribeirinha do concelho de Oeiras abundam espécies de peixes, crustáceos, equinodermes, moluscos, anelídeos e cnidários, contabilizando-se cerca de uma centena e meia de espécies que ocupam habitats muito diversificados, como areias, rochas, enrocamentos e a própria coluna de água. As espécies marinhas apresentam muito frequentemente um elevado valor comercial no âmbito das actividades piscatórias, destacando-se, apenas a título de exemplo, os camarões, os

percebes, os caranguejos e as cracas, ou peixes como a dourada, o linguado, o pregado, a faneca e os salmonetes.



A redução da poluição dos cursos de água e o aumento da conectividade entre as áreas não edificadas aumenta a oportunidade para o enriquecimento da diversidade dos diferentes grupos de fauna no território concelhio. No ambiente marinho, a diversificação de habitats e o controlo dos focos de poluição poderão também promover uma ainda maior ocorrência de espécies, designadamente da ictiofauna.

A protecção dos ecossistemas silvestres e a regulação dos ciclos naturais (água, nutrientes, etc.) deverá ter como referência, em primeiro lugar, a dimensão metropolitana das questões a explicitar e das soluções a adoptar. A contenção da erosão, a defesa contra cheias, a manutenção de corredores ecológicos, o controlo de espécies invasoras, a mitigação da poluição, a protecção microclimática, a prevenção contra riscos naturais (como maremotos ou terremotos), apresenta uma dimensão sempre regional e é nesse nível se iniciam as análises e a concepção da estrutura e usos a defender para o concelho.

A este entendimento esclarecido do funcionamento do território, que deverá incorporar os espaços edificados como parte integrante do conjunto territorial, deverão adicionar-se os níveis relacionados com a qualidade cénica dos campos panorâmicos da costa, assim como da imagem urbana e de paisagens e de outros valores específicos que justificam a Costa do Sol como um dos mais importantes eixos turísticos do país e relevantes na base económica do concelho.

A nível nacional, os princípios e objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade, consubstanciam-se na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, estabelecida na Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade¹⁵ (ENCNB) e regulada no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade¹⁶, que inclui:

- áreas protegidas;
- sítios da lista nacional de Sítios e as Zonas de Protecção Especiais integradas na Rede Natura 2000;
- outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais;
- Áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) e Domínio Público Hídrico;
- Áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Em Oeiras, não existem áreas protegidas nem sítios ou Zonas de Protecção Especial, o que reflecte o facto de não existirem neste território espécies ou habitats com características e interesse de conservação que tivessem justificado a sua classificação como tal.



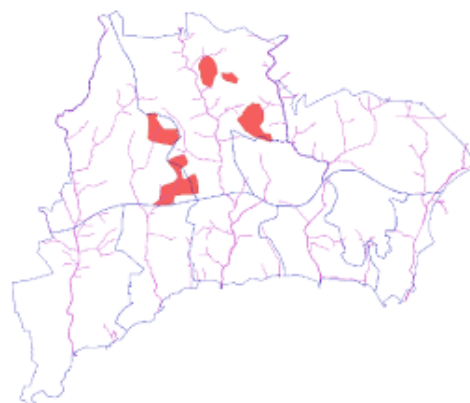
Áreas da Reserva Ecológica Nacional – PDM'94

¹⁵ Resolução de Conselho de Ministros nº 152/2001 de 11/10.

¹⁶ Decreto-Lei nº 142/2008 de 24/7.



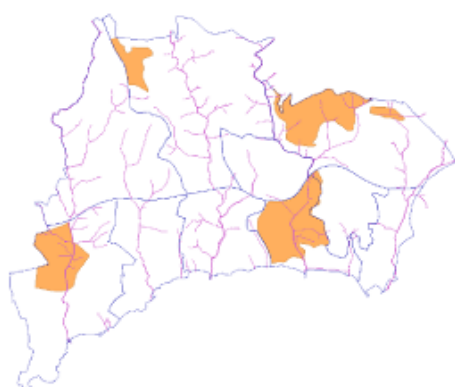
Áreas do Domínio Hídrico (GDM/CMO)



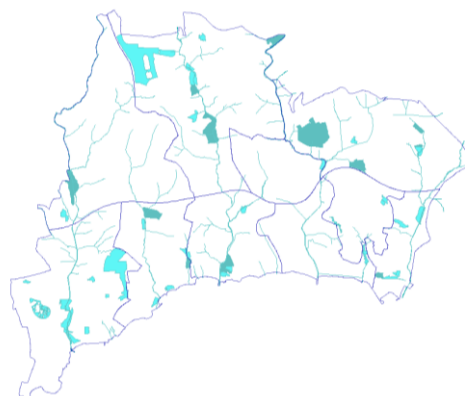
Áreas da RAN – PDM'94

Contudo, as restantes áreas referidas na legislação são essenciais ao funcionamento dos sistemas naturais, sendo ainda de considerar como áreas territoriais relevantes do ponto de vista da protecção dos valores naturais e da conservação da natureza e da biodiversidade (já contempladas na Estrutura Verde Principal e Estrutura Verde Secundária do PDM'94):

- Estruturas de Equilíbrio Ambiental:
 - Estação Agronómica Nacional,
 - Parque Urbano da Serra de Carnaxide,
 - Complexo de Golfe - Casal de Cabanas,
 - Complexo Desportivo do Vale do Jamor;
- Estruturas Verdes Urbanas (Parques e Jardins);
- Quintas;



Áreas da Classe de Espaço de Equilíbrio Ambiental
(PDM'94)



Quintas, Parques e Jardins
(GDM/CMO)

Complementarmente a estes espaços, já contemplados no PDM'94, foi entretanto realizado pelo Departamento de Ambiente e Equipamento um levantamento das manchas remanescentes de vegetação autóctone, com relevância à escala do concelho.

Estas estruturas e espaços constam da “Carta de Valores Naturais”, cuja análise irá suportar a proposta de Estrutura Ecológica Municipal do PDM revisto.



Mapa de Valores Naturais (GDM/CMO – ver Carta 8)

Pelo facto de não existirem em Oeiras formações vegetais, habitats ou espécies com especial valor de conservação, assumem especial prioridade as abordagens que

privilegiam a gestão dos recursos hídricos ao nível da bacia hidrográfica e o correcto enquadramento das áreas edificadas e a disponibilização de espaços silvestres devidamente equipados para o recreio. Por isso a definição de uma política de salvaguarda dos espaços rústicos do concelho de Oeiras parte sempre de um nível metropolitano, onde se resolvem as principais questões relacionadas com as bacias hidrográficas intermunicipais e também com a disponibilização de espaços com a dimensão necessária para integrarem a rede metropolitana de parques florestais, *parkways*, *riverways* e parques urbanos de fruição pública.

Os espaços livres que possam e devam ser paisagisticamente renaturalizados oferecem-se como excelentes suportes para a salvaguarda dos habitats e das espécies. Assim, Oeiras, através de um trabalho urbanístico aturado e erudito, poderá contribuir para a rede de espaços de conservação da natureza, criando nichos de particular beleza paisagística que abrigarão espécies animais e vegetais de interesse para as políticas de salvaguarda dos recursos naturais.

1.7 RECURSOS HÍDRICOS

1.7.1. RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS

A maior parte do concelho de Oeiras estende-se pelas bacias hidrográficas de cinco ribeiras do Oeste da península de Lisboa: Laje, Porto Salvo, Barcarena, Jamor e Algés. Trata-se de cursos de água de reduzida extensão, não ultrapassando os 20km de desenvolvimento, a que se associam bacias hidrográficas também não muito extensas no contexto nacional (a maior, do Jamor, possui cerca de 4670ha) e de pequenas altitudes máxima e média (os pontos mais altos não ultrapassam os 350m). Com excepção da ribeira de Porto Salvo, todas as restantes principais bacias se estendem por dois ou mais concelhos, o que obriga sempre a um nível de intervenção metropolitano.

Apesar da sua dimensão relativamente modesta, a gestão destas bacias hidrográficas assume uma enorme importância no quadro do planeamento territorial e da valorização paisagística. Diversos factores confluem para lhes conferir um carácter fortemente torrencial — a pequena dimensão, os declives por vezes acentuados, a percentagem não desprezável das superfícies impermeabilizadas e a ocorrência frequente de episódios de elevada pluviosidade característicos da região Oeste de

Península Ibérica propiciam o surgimento de cheias, por vezes com efeitos devastadores, num território que é densamente habitado.

A ocupação humana destas pequenas bacias hidrográficas e o facto de só recentemente se ter procedido à implantação das redes de saneamento explicam os níveis de poluição dos lençóis freáticos e de alguns solos. No entanto, a evolução das redes de saneamento já se faz sentir na melhoria da qualidade da água das ribeiras. Apesar deste esforço de tratamento dos efluentes domésticos e industriais e dos resíduos sólidos urbanos, encetado pelo Município e alargado a toda a linha do Estoril, a despoluição completa das ribeiras implica uma gestão rigorosa da sua parte montante (já fora dos limites do concelho).

A análise do sistema hidrológico reconhece as diferentes realidades fisiográficas e de uso do solo que se podem encontrar em Oeiras, desde troços em zonas de relevo muito movimentado e acidentado, com fortes declives longitudinais dos cursos de água afluentes onde os caudais de cheia têm um regime torrencial muito acentuado (ribeira da Outurela, por exemplo), passando por zonas onde a pendente é mais suave e os vales que contêm o leito de cheia são mais alargados, normalmente na parte jusante das bacias (ribeira do Jamor a jusante do Santuário da Nossa Senhora da Rocha), até troços em que as ribeiras atravessam aglomerados urbanos e onde se justificam especiais cuidados de regularização dos cursos de água, de modo a controlar e minimizar os efeitos das cheias (por exemplo, Oeiras, Laje ou Barcarena). São ainda de salientar os cuidados no dimensionamento das secções das passagens hidráulicas e de outros sistemas de atravessamento (Paço de Arcos, Algés).

A gestão das bacias hidrográficas deve influenciar profundamente o desenho do espaço urbano e a afectação dos usos do solo, tendo em vista o correcto funcionamento do sistema hidrológico e a diminuição dos riscos a que as populações estão sujeitas, promovendo a valorização urbana dos cursos de água. Por outro lado, os vales das ribeiras no concelho de Oeiras acolhem um conjunto patrimonial com valor histórico — palácios e quintas antigas, núcleos rurais ou edificações associadas à gestão da água, o qual pode ser integrado em *riverways* e em outros espaços de recreio de nível municipal ou mesmo metropolitano.

Dadas as suas características climáticas e geomorfológicas, o concelho de Oeiras é extremamente sensível do ponto de vista hidrológico e a gestão das bacias hidrográficas e dos seus sistemas hídricos deve merecer uma atenção muito especial e especializada, não só nas zonas não edificadas mas em toda a extensão de cada

bacia, conjugando essa análise com o estudo da rede de saneamento urbano, num exercício integrado e sistémico. Por outro lado, todos os principais cursos de água do concelho cumprem uma relevante função de conectividade entre espaços silvestres e a sua morfologia e uso do solo recomendam a criação dos já referidos *riverways* que liguem as principais áreas arborizadas do concelho e limitrofes.

Do ponto de vista da quantidade e qualidade da água, a caracterização do concelho relativamente à disponibilidade e utilização de recursos hídricos tem vindo a ser realizada recorrendo à informação associada ao Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo, no que respeita às características gerais das bacias hidrográficas do concelho, aos dados de exploração dos sistemas de abastecimento de água (SMAS Oeiras e Amadora) e de drenagem e tratamento de águas residuais (SMAS Oeiras e Amadora, SANEST e SIMTEJO), à caracterização de parâmetros de qualidade no âmbito dos sistemas de monitorização existentes (SMAS Oeiras e Amadora, SANEST e INAG) e a estudos e levantamentos realizados pela própria autarquia.

Apresenta-se de seguida a referência à informação existente nestas várias vertentes.

O concelho de Oeiras encontra-se abrangido pelo Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo, na Sub-Bacia “Grande Lisboa”, abrangendo *grosso modo* a área urbana da cidade de Lisboa e sua envolvente na margem direita do Tejo ($\approx 223 \text{ km}^2$).

O **clima** desta zona é, na maior parte, sub-húmido / húmido e, do ponto de vista pluviométrico, tem uma precipitação anual média de 670 mm, variando de cerca de 620 mm até 700 mm. Quanto à **seca**, estritamente encarada do ponto de vista hidrológico, a análise efectuada com base no período compreendido entre 1941/42 e 1990/91 evidenciou, comparativamente a outras sub-bacias, menor incidência de situações de seca.

O **escoamento** anual médio nesta sub-bacia na série de anos 1977/78 a 1988/89 foi de 238,7 mm, valor de significado reduzido no âmbito do PBH Tejo.

Quanto à **qualidade das águas superficiais** no concelho, existem 3 estações hidrométricas e de qualidade - no Rio Jamor, Ribeira da Laje e Ribeira de Barcarena -, que são monitorizadas regularmente até ao presente, realizando os SMAS de uma forma aleatória análises físico-químicas às ribeiras principais do Concelho. Com a entrada em funcionamento do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, a qualidade da água das ribeiras do Concelho melhorou significativamente, sendo esta entidade responsável pela realização sistemática de campanhas de monitorização das

águas superficiais e controlo de descargas poluentes (ver Cap. 2.3.2)..

A melhoria da qualidade da água em resultado da entrada em funcionamento do sistema da SANEST é patente nos dados existentes sobre as praias do Concelho (Algés, Cruz Quebrada, Paço de Arcos, Santo Amaro, Caxias e Torre), onde existe monitorização química por parte dos SMAS e ARS (idem).

O esforço de recuperação da qualidade da água nas ribeiras do concelho tem passado pelo investimento realizado pelos SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Amadora e Oeiras) e SANEST na separação dos colectores domésticos e pluviais, na remodelação da rede de drenagem de um modo geral e na gestão e controlo do funcionamento do Sistema.

A única zona balnear do Concelho – praia da Torre – regista regularmente **qualidade de água aceitável** para fins balneares desde 1997, e a CMO foi o primeiro município a realizar análises e desinfecções ao areal, na praia da Torre, em 2004. Em 2006 este procedimento foi repetido para candidatar a Praia da Torre à bandeira azul para o ano de 2007.

A CMO, no domínio das águas superficiais, está a colaborar na realização de um **estudo de avaliação e monitorização da qualidade das águas e do estado ecológico das principais ribeiras do Concelho de Oeiras** (Algés, Barcarena, Porto Salvo, Jamor e Lage), conduzido pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com recurso à utilização de biomonitorios¹⁷.

Este trabalho enquadra-se no âmbito da **Directiva - Quadro da Água (DQA)**, que preconiza uma abordagem abrangente e integrada de protecção e gestão da água, tendo em vista alcançar o bom estado de todas águas em 2015. Dos elementos inovadores previstos na DQA e que são abordados neste trabalho, destacam-se os seguintes:

- Avaliação da qualidade das águas através de uma abordagem ecológica;
- Avaliação do impacte das actividades humanas no estado das águas de superfície.

De uma forma geral as águas da **ribeira de Algés** são as que apresentam maior contaminação por metais pesados, elementos químicos de eutrofização, e que apresentam o ambiente mais negativo para a fisiologia dos biomonitorios. Acresce o

¹⁷ VIEIRA, A.R., GONZALEZ, C. & BRANQUINHO, C. (2008).

facto de esta ribeira apresentar a mais baixa integridade ecológica das ribeiras do concelho. Esta linha de água, deve constituir uma prioridade do município em termos de melhoria da qualidade das águas. No que respeita à integridade ecológica da vegetação ribeirinha o estudo sugere que se deve investir num processo de restauro ecológico das linhas de água mas apenas após a descontaminação permanente das águas, de outra forma não seria um processo sustentável.

A **ribeira de Barcarena** apresenta diverso tipo de situações ao longo do seu troço, mas em média a qualidade das águas apresenta alguma contaminação por metais pesados, elevadas concentrações de substâncias precursoras de eutrofização que causam um impacte significativo na fisiologia dos musgos, sendo a sua integridade ecológica predominantemente classificada como má. Parecem ainda existir alguns focos intermitentes e pontuais de poluição que merecem mais investigação futura.

A qualidade das águas da **ribeira de Porto Salvo** é aquela que apresenta melhores condições, nomeadamente para a sobrevivência dos musgos transplantados. Estas águas não mostraram possuir fontes de elementos eutrofizantes ou de carga orgânica, apenas apresentaram valores elevados de alguns metais pesados, pontualmente, tanto no espaço como no tempo.

A **ribeira da Laje** não aparenta grandes problemas de contaminação das águas por metais pesados ou carga orgânica embora, pontualmente, tenham surgido alguns focos que causaram um grande impacte na vitalidade dos biomonitores e, como tal, a sua causa merece mais observação futura. No entanto, a sua integridade ecológica continua a ser classificada como má ou pobre. Tendo em conta a ausência de fontes de contaminação permanentes e a baixa integridade ecológica, o estudo sugere que esta ribeira possa ser candidata, em determinados troços, a um processo de restauração ecológica, com o objectivo de melhorar a conectividade. Nos troços mais a montante seria possível melhorar a estrutura e qualidade da vegetação, por exemplo, revegetando determinados troços com espécies nativas da flora regional, de porte arbóreo.

A **ribeira do Jamor** é a que apresenta a melhor integridade ecológica de todas as ribeiras do concelho, o que está de acordo com a maior percentagem de área arborizada na envolvente; no entanto, alguns focos de poluição por metais pesados e mesmo por nitrato e fosfato mostram que a qualidade da água ainda merece algum controlo.

Em termos **florísticos e faunísticos**, as ribeiras de Oeiras têm registado um incremento significativo associado à melhoria da qualidade da água verificada com a introdução do sistema de saneamento.

Nos troços terminais, a intensa artificialização das suas margens e a canalização dos cursos de água, impedem em grande medida, a sua utilização por espécies de fauna ou flora ribeirinhas. No entanto, os troços com alguma naturalidade constituem ainda canais preferenciais de aproximação das espécies de aves e de pequenos mamíferos a zonas mais urbanas, assumindo, assim, especial relevância para a qualidade do espaço urbano.

A melhoria dos troços fluviais e a sua requalificação permitem a concepção de corredores fluviais, integrados no Plano de Corredores Verdes previstos pela Divisão de Espaços Verdes da CMO (DEV/CMO), para o Concelho de Oeiras.

No âmbito do **Plano da Vegetação** (DEV/CMO), a reprodução de espécies vegetais autóctones, que existem no nosso Concelho, nos viveiros municipais, permitem a sua posterior implantação nos espaços verdes do concelho. Estas espécies requerem consumos de água muito reduzidos, dado já estarem perfeitamente adaptadas ao clima local, e a sua crescente utilização nos espaços verdes urbanos é uma das medidas a adoptar para a sustentabilidade da utilização da água local, no concelho. Com a mesma preocupação, tem vindo a ser introduzido um sistema de monitorização e gestão automática dos sistemas de rega de espaços verdes (**Projecto Neptuno**) que cobre já uma fracção significativa dos espaços verdes sob gestão municipal, assegurando reduções efectivas de consumos de água de rega da ordem dos 50%.

1.7.2. RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS

As formações aquíferas das captações estudadas no âmbito da Carta Geológica¹⁸ estão directamente relacionadas com zonas de fracturas com aquíferos detectados na sua generalidade em calcários fracturados, a profundidades variáveis chegando a atingir os 210m. Os caudais de exploração são muito variáveis, normalmente em formações calcárias, com valores entre 1l/s e 20 l/s, com uma frequência maior de valores compreendidos entre 1l/s e 4l/s.

¹⁸ Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal à Escala 1/50.000 – Folha 34C (RAMALHO *et al*, 2001)

Existem ainda algumas nascentes e captações superficiais, quer nas formações sedimentares, quer no Maciço de Sintra e Complexo Vulcânico de Lisboa, apresentando aquíferos geralmente com caudais fracos.

Tratando-se de um recurso “invisível”, a sua caracterização e quantificação requer estudos aprofundados ao nível hidrogeológico. Desde 2005, com o início de execução do **Plano Estratégico da Água**, foram já inventariadas cerca de 350 estruturas tradicionais de captação, condução, armazenamento e distribuição de água (ver Carta 4 e TOMAZ, 2005).

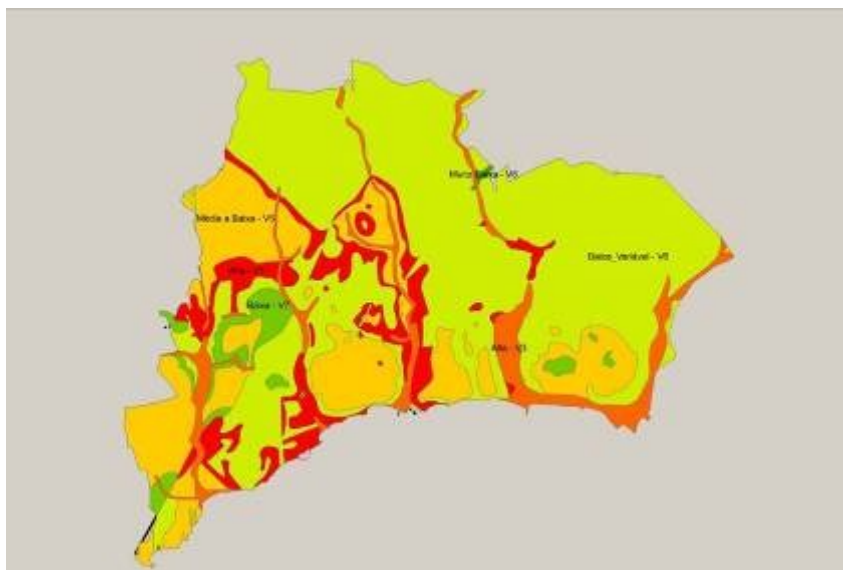
Com os dados, apurados até ao momento, é possível afirmar que este recurso poderá cobrir 25% das necessidades municipais actuais, centrando-se a grande fatia dos consumos na rega de espaço verdes (com uma poupança potencial para as finanças municipais da ordem dos 500.000€ anuais).

Cenário de consumo de água de rega associada à gestão de espaços verdes (2005 – 2009)

	Espaços Verdes (ha)	Consumo de água	Custo da rega
2005	110	1.900.000 m ³	1.100.000 €
2009	190	3.200.000 m ³	2.100.000 €

Fonte: DEV/CMO

Algumas das formações geológicas existentes no concelho de Oeiras são vulneráveis à contaminação dos aquíferos nelas existentes, sendo disso exemplo os calcários com rudistas e camadas com *Neolobites vibrayeanus*, formação do Cenomaniano Superior frequente nas encostas dos vales dos troços terminais das ribeiras de Barcarena (também na envolvente de Barcarena), da Laje e de Porto Salvo, e as formações aluvionares do Quaternário das principais ribeiras.



Avaliação da vulnerabilidade à poluição do Concelho de Oeiras dos recursos subterrâneos (DAE/CMO)

Embora devido à intensa actividade e ocupação humana os recursos hídricos subterrâneos se encontrem algo diminuídos na sua quantidade e qualidade, apresentam um elevado valor na alimentação dos cursos de água e são, em muitos casos, utilizáveis para fins menos exigentes em termos de composição química e bacteriológica, como por exemplo a rega de espaços verdes e a agricultura.

O modo de recolha e tratamento de todos os efluentes domésticos e industriais e das escorrências a partir de meios poluídos (estradas e outros espaços públicos impermeabilizados, depósitos de materiais, etc.) constitui um imperativo sempre que estejam em causa a protecção de captações de água e nas zonas envolventes aos cursos de água e nos casos de aquíferos vulneráveis à poluição. Por outro lado, deverão ser preservadas as partes superiores das bacias hidrográficas (por exemplo, serra de Carnaxide ou pontos mais elevados dos interflúvios), devendo optar-se pela localização de actividades potencialmente poluidoras em zonas o mais a jusante possível.

1.8 PAISAGEM

O conceito de unidade de paisagem representa uma aproximação conceptual por sugerir uma porção homogénea de território, ou seja, uma área concreta, descritível, analisável e projetável. A definição de unidades homogéneas de paisagem constitui

assim uma ferramenta de diagnóstico ambiental, bem como um documento geográfico de grande utilidade na definição de estratégias de futuro, e que tanto pode consistir numa abordagem local, como regional ou nacional, dependendo para isso da escala e nível de percepção que se queira ter.

Qualquer paisagem reflete o registo acumulado da evolução biofísica e da história das culturas precedentes, tendo por base o inevitável reflexo da interação espacial e temporal do indivíduo ou comunidade com o meio que o envolve. A paisagem enquanto representação qualitativa de um território, representa assim o produto da interação entre o suporte físico enquanto meio abiótico de potencial ecológico como o relevo, o clima e a geologia – o suporte biológico como a fauna, a vegetação e os solos – e o Homem, enquanto agente transformador do espaço.

Considera-se como certo, que o uso do solo enquanto reflexo da interferência humana no território, se reveste de grande importância na construção da ideia de paisagem, no entanto é muitas vezes, fortemente condicionado pelas anteriores variáveis.

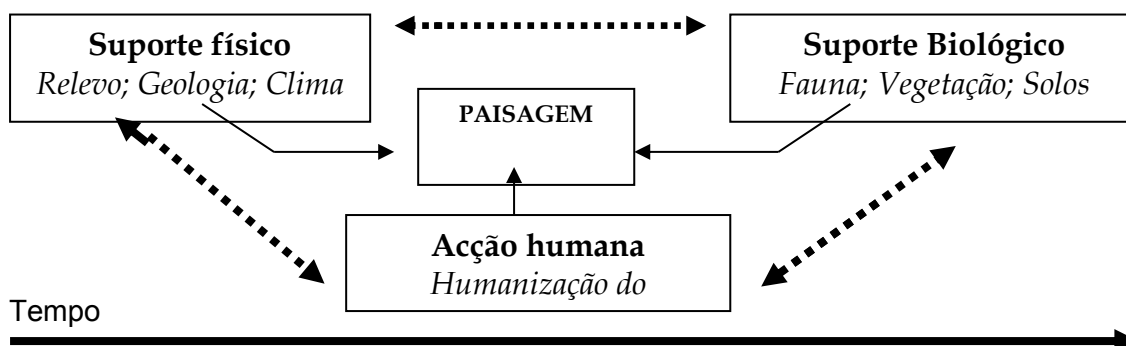


Fig.1: Abordagem conceptual à paisagem

Para a definição das Unidades de paisagem do Concelho de Oeiras, adotou-se uma metodologia que numa primeira fase, enquadrou as macro unidades de paisagem estabelecidas na publicação da DGOTDU de 2002 “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, nomeadamente no volume IV (grupos e unidades de paisagem) K (maciços calcários da Estremadura) a Q (terras do Sado) e numa segunda fase teve em conta a descrição feita ao carácter da paisagem e principais medidas de gestão.

Sendo este um estudo de alcance nacional, a metodologia nele efetuada permite um reconhecimento bastante pormenorizado do território, e que apesar de elaborado numa escala de maior abrangência, permite ainda assim a extrapolação de alguns valores cruciais para a caracterização da área agora em análise, sobretudo tendo em conta os aspetos identificados ao nível do carácter da paisagem e ao nível das medidas de gestão propostas, que serviram de base para a construção do modelo conceptual à escala local.

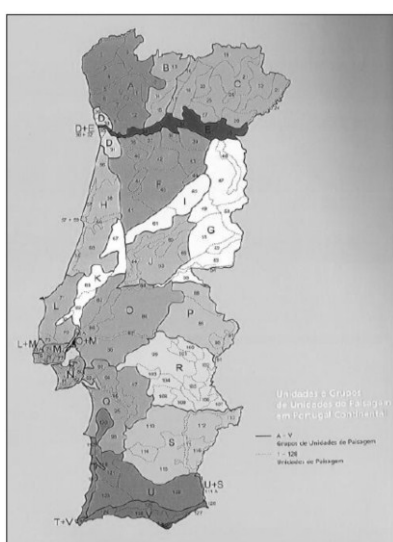


Fig.2¹⁹



Fig. 3

Fig.2 – enquadramento das macro-unidades de paisagem ao nível nacional

Fig.3 – enquadramento das macro-unidades ao nível regional

Assim de acordo com a referida publicação – e de acordo com a figura 3, o concelho de Oeiras inclui três unidades de paisagem, provenientes de um enquadramento regional:

- a) Grupo M - unidade paisagem 76, Linha de Sintra, que inclui parte Norte do concelho de Oeiras;
- b) Grupo M - unidade de paisagem 78, Costa do Sol – Guincho, que inclui a parte Sul do concelho de Oeiras;

¹⁹ Fonte: DGOTDU, 2002 - Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental.

- c) Grupo M - unidade de paisagem 77b, Lisboa - envolvente ao centro histórico que inclui a parte Nascente do concelho de Oeiras, referente ao eixo Algés – Carnaxide

Estabeleceram-se ao nível local as unidades de paisagem do concelho, tendo em conta agora a escala municipal e tendo por base os aspetos metodológicos fundamentais acima descritos, a informação base identificada ao nível regional e ainda os valores a ter em conta identificados ao nível dos três sistemas que concorrem para a construção da matriz das unidades de paisagem.

Relativamente à matriz das unidades de paisagem, refere-se que resultam de conjuntos homogéneos de condições do seu suporte físico (relevo, hidrografia, geologia), do seu suporte biológico (solos e vegetação/habitats) e da ação humana (ocupação atual do território / tipo de povoamento).

QUADRO METODOLÓGICO – ACÇÃO HUMANA		
Fatores	Valores	Fonte
Uso do solo	Áreas agrícolas e florestais	Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007, IGP, 2007; Ortofotos, 8 bit-cor, resolução 20 cm, Município SA, 2010, suporte digital.
	Áreas urbanas	
	Áreas de recreio e lazer	
	Espaço canal	
	Áreas de carácter patrimonial	Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, CMO, 2003.
Tipo de povoamento	Povoamento concentrado	Elaboração própria em ambiente SIG CMO, Gabinete de Desenvolvimento Municipal, 2012.
	Povoamento disperso	
	Sem povoamento	

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

QUADRO METODOLÓGICO – SUPORTE FÍSICO		
Fatores	Valores	Fonte
Geologia	Formações geológicas com aptidão aquífera	Carta Geológica de Portugal, escala 1:25000, INETI, folhas 430 e 431, 1999, suporte digital, (vector).
Análise morfológica	Vales e linhas de água	Elaboração própria em ambiente SIG CMO, Gabinete de Desenvolvimento Municipal, 2012.
	Planaltos	
	Topos	

QUADRO METODOLÓGICO – SUPORTE BIOLÓGICO		
Fatores	Valores	Fonte
Solos de elevado valor ecológico	Solos de muito elevado e elevado valor ecológico	Carta de Solos de Portugal, escala 1:25000, SROA/CNROA, suporte digital, 1971;
	Solos de reduzido valor ecológico	Magalhães, M.R., 2007, Estrutura Ecológica da Paisagem, Conceitos e Delimitação – escalas regional e local
Habitats de interesse comunitário	Povoamentos de sobreiros, zambujeiros e algumas comunidades ripícolas	Elaboração própria em ambiente SIG CMO, Gabinete de Desenvolvimento Municipal, 2012.
Habitats de interesse local	Outras manchas de vegetação com interesse para a conservação local	Elaboração própria em ambiente SIG CMO, Gabinete de Desenvolvimento Municipal, 2012.

UNIDADES DE PAISAGEM

Após levantamento da cartografia de base para a identificação dos fatores naturais e antrópicos da paisagem e identificação e territorialização dos fatores definidores das unidades de paisagem, foram integrados os valores acima descritos nos quadros metodológicos, tendo em conta o modelo conceptual supra descrito.

Foi ainda feita uma reclassificação desses critérios de forma a agrupar os que – relativamente ao mesmo tema fossem passíveis de traduzir os mesmos valores, tendo os mesmos sido posteriormente integrados através de processos de generalização automática em ambiente SIG.

No final foi feita uma ponderação individual e conjunta dos valores, de acordo com a sua natureza e preponderância na leitura do todo, relativamente ao destaque que tomam na paisagem e nas relações de força e cooperação que advêm do seu cruzamento, tomando como exemplo a análise da relação de força de valores como o “solo de valor produtivo vs área urbana consolidada”, ou a análise de valores de cooperação como o “uso agrícola vs Planalto vs solo de valor produtivo”.

Foi igualmente importante o recurso à publicação “A geografia de Oeiras – Atlas municipal” – Gabinete de Estudos da Câmara Municipal de Oeiras, 1997, bem como a publicação “Altas de Oeiras” Gabinete Comunicação da Câmara Municipal de Oeiras, 2005, nomeadamente no aprofundamento de algumas questões que se prendem com a caracterização da evolução do uso do solo, nos períodos de 1946 a 2003, que contribuíram para a construção e consolidação de alguns aspetos na matriz das unidades de paisagem.

Cada unidade de paisagem corresponde assim ao que se julga essencial para a sua diferenciação, podendo conter elementos de humanização de diferentes usos (urbano ou não urbano), desde que estes não descaracterizem pela forma, volume ou quantidade os elementos relevantes que estiveram na génese da sua diferenciação/individualização.

O modelo adotado identifica cinco unidades de paisagem no concelho, que de acordo com o grau de detalhe que se pretenderá dar em estudos futuros, poderão individualizar-se posteriormente em subunidades de paisagem.

UP1 – Unidade de Paisagem “Urbano”

Fator decisivo para a mudança que se observou na paisagem em Oeiras no último século, foi o facto de se ter assistido a uma expansão urbana, nem sempre harmoniosa, mas que traduz um crescimento efetivo desde 1947, principalmente em torno das Vilas seus núcleos de formação histórica. Posteriormente - a partir de 1967,

registam-se maiores fluxos migratórios por via da procura de melhores condições de vida em torno da capital. Com este fluxo surgem também problemas graves relacionados com uma ocupação desordenada, principalmente devido ao aparecimento de extensas áreas de “barracas” e alguma expansão de áreas de alta densidade.

Nas últimas décadas, devido às políticas implementadas no município, assistiu-se à atenuação desses fenómenos, destacando-se entre outras medidas a erradicação do fenómeno das “barracas”, bem como o aumento generalizado da qualidade de vida nas áreas urbanas.

Nos últimos anos houve um aumento e colmatção das áreas edificadas a sul da autoestrada principalmente com tecido urbano de alta densidade, tendo ainda havido alguma consolidação das áreas urbanas de baixa e alta densidade nos aglomerados a norte da autoestrada, acompanhadas de novas áreas dedicadas ao terciário superior, tendência esta que deriva também de uma maior oferta de vias rodoviárias (tanto as existentes como a via rápida de Porto Salvo como as programadas como a VLN).

Trata-se da unidade de paisagem com maior área no concelho, traduzindo também uma tendência verificada nas últimas décadas relativamente ao uso do solo e expressa agora por um conjunto de características comuns tais como o uso predominantemente urbano, o tipo de povoamento e densidades (habitacional e populacional), o grau de infraestruturização, o isolamento ou contágio das manchas urbanas e ainda a forma ou imagem do conjunto.

UP2 – Unidade de Paisagem “Vales das Ribeiras”

O carácter desta Unidade de Paisagem prende-se essencialmente com a existência de uma morfologia particular onde 5 principais ribeiras – praticamente paralelas e equidistantes, moldam o território formando vales de tipologias distintas, com traçados sinuosos e encaixes por vezes muito profundos.

Nos troços a sul os vales originam várzeas férteis de aluviões e coluviões com grande potencial agrícola, sendo também nestas áreas a sul que se verificam maiores constrangimentos e incompatibilidades nos usos e aproveitamentos possíveis a essa disponibilidade de solo fértil.

Apesar da pressão urbanística das últimas décadas, algumas destas linhas de água do concelho ainda conservam troços das suas margens naturalizados - principalmente

a norte da autoestrada, sendo que abrigam também um legado histórico-cultural que interessa preservar e potenciar com destaque naturalmente para as Quintas históricas e outras com interesse patrimonial.

Esta unidade é assim constituída pelos principais vales e linhas de água que ainda conservam o perfil de sistema hidrológico em boa parte da sua extensão e cuja leitura morfológica se mantenha inalterada.

Esta unidade de paisagem pode incluir assim áreas urbanas, sempre que os critérios que lhe deram origem sejam considerados dominantes relativamente aos demais utilizados na unidade de paisagem urbano.

UP3 – Unidade de Paisagem “Planaltos Abertos”

Grande parte desta unidade de paisagem é composta por áreas maioritariamente abertas ou sem coberto vegetal arbóreo, com edificado mais ou menos disperso essencialmente ligado à atividade agrícola.

São extensas áreas com declives suaves e uma exposição predominantemente virada a sul, interrompida pelos vales das ribeiras e alguns acidentes morfológicos com áreas de maior altitude na zona de Talaíde e Serra de Carnaxide.

Apesar da expansão urbana das últimas décadas, o carácter agrícola desta unidade de paisagem permanece vincado, identificando-se ainda um mosaico compartimentado onde predominam os prados naturais e culturas arvenses de sequeiro, sobre solos extremamente férteis e raros com origem eruptiva no sector oriental e central, sendo que no sector Poente – com solos de origem calcária, ganham expressão cada vez mais os afolhamentos de vinha, contextualizados também, pela existência da região demarcada do vinho de Carcavelos.

Esta unidade de paisagem corresponde assim a áreas essencialmente abertas e livres de urbanização, onde predomina uma ocupação agrícola remanescente de culturas arvenses anuais, compartimentadas por sebes, formando um mosaico com uma riqueza imagética relevante, dada pelos contrastes entre as áreas mobilizadas e as áreas incultas e ainda no sector Poente, também pela geometria da vinha.

São também estas áreas livres entre áreas urbanizadas, em conjunto com os vales das ribeiras, responsáveis por conferir “estrutura” e facilitar a leitura da paisagem à

escala do município, principalmente na relação entre o tecido edificado e não edificado.

UP4 – Unidade de Paisagem “Serra de Carnaxide”

A Serra de Carnaxide constitui em termos geomorfológicos o principal “acidente” de relevo no concelho com o ponto mais alto de 215 metros junto ao limite administrativo Norte, o que lhe permite um destaque particular na paisagem, com relações de inter-visibility com outros territórios dentro e fora do concelho.

É-lhe associada ainda uma estrutura da propriedade rústica que toma um valor médio superior à média do concelho (cerca de 2,36ha) o que se traduz numa paisagem com uma compartimentação mais espaçada, onde ocorrem atualmente – também pelo abandono progressivo das atividades agropecuárias, a regeneração natural de grandes manchas de matos esclerófitos, essencialmente compostas por carrasco.

Estas áreas, constituem em conjunto com outras menos declivosas ocupadas por afolhamentos agrícolas remanescentes, uma ampla área livre e com carácter mais ou menos naturalizado, adjacente a áreas urbanas tendencialmente mais densas, como são os casos de Carnaxide e Outurela e as áreas a Norte já no concelho da Amadora.

UP5 – Unidade de Paisagem “Litoral”

Trata-se de uma paisagem marcada pela presença do Rio Tejo e sua Foz, com uma abertura visual para o oceano na zona poente. Tem sido durante o último século uma importante zona de veraneio, onde a par de outros fatores, utentes e transeuntes procuraram a sua particular amenidade climática dada pela exposição e pelo regime de ventos - em especial pela proteção dada pelas encostas suaves dentro e fora do município, relativamente aos ventos Norte e Noroeste.

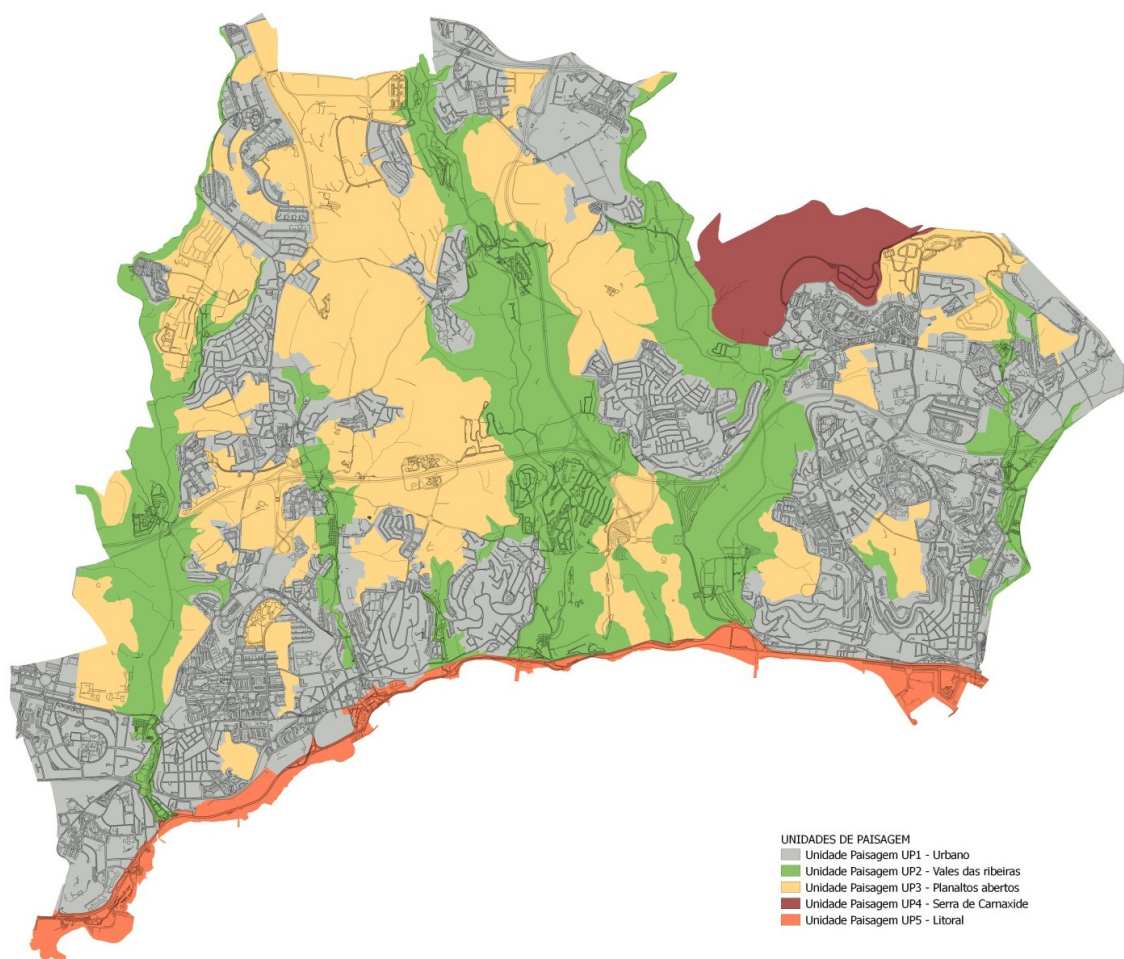
Caracteriza-se por ter uma costa muito recortada, onde a linha de caminho-de-ferro e a estrada marginal estabelecem de forma geral o limite Norte desta unidade de paisagem.

É também aqui que existem as fortificações de costa, elementos de elevado valor patrimonial, que apesar de na sua maioria, não permitirem um uso generalizado pela população, encontram-se acessíveis e ligados através do passeio marítimo – estrutura esta que além de interligar estes pontos, permite ainda obter vistas de grande

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

qualidade cénica sobre os territórios a sul, nomeadamente sobre a Costa Ocidental da Península de Setúbal e sobre o Atlântico.

A costa apresenta pouca riqueza biológica devido ao elevado grau de artificialização.



2. ESTADO DO AMBIENTE

2.1 QUALIDADE DO AR E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

2.1.1 QUALIDADE DO AR

Avaliação da Qualidade do Ar

Relativamente aos **níveis de qualidade do ar** no concelho, está em funcionamento, desde Setembro de 2002, a estação de monitorização da Quinta do Marquês, integrada na rede de monitorização regional como estação “de fundo”, isto é, caracterizando uma zona que não está sob a influência directa de fontes de poluição.

Quinta do Marquês


Dados da Estação

Código:	3091
Data de início:	2002-09-01
Tipo de Ambiente:	Urbana
Tipo de Influência:	Fundo
Zona:	Área Metropolitana de Lisboa Norte (a)
Rua:	Escola Secundária Quinta do Marquês, Rua das Escolas
Freguesia:	Oeiras e São Julião da Barra
Concelho:	Oeiras
Coordenadas Gauss Militar (m):	Latitude: 192904 Longitude: 96454
Coordenadas Geográficas WGS84:	Latitude: 038°41'51'' Longitude: 009°19'24''
Altitude (m):	48
Rede:	Rede de Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo
Instituição:	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Contacto:	21 0101 300

(a) a zona é uma aglomeração

Poluentes

Poluente	Símbolo	Data de Início	Data de Fim
Dióxido de Enxofre	SO2	2002-09-01	
Partículas < 10 µm	PM10	2002-09-01	
Ozono	O3	2002-09-01	
Dióxido de Azoto	NO2	2002-09-01	
Monóxido de Carbono	CO	2002-09-01	
Monóxido de Azoto	NO	2000-11-30	



<< >>

Escolha uma outra estação:

Escolha uma estação OK >>

Estadísticas (em construção)

Escolha um poluente

1992 OK >>

Características da Estação de Monitorização da Qualidade do Ar da Quinta do Marquês
(Instituto do Ambiente, 2009: <http://www.qualar.org/INDEX.PHP?page=4&subpage=3&estacao=3091>)

Os dados registados em contínuo pela estação desde essa data permitem verificar que a qualidade do ar é globalmente de boa qualidade, isto é, não se verificam muitas situações de excedência dos valores-limite legislados para os vários poluentes, particularmente aqueles parâmetros que se prendem com situações mais directamente relacionados com a saúde pública.

As situações mais desfavoráveis a assinalar são:

- Registam-se valores de **partículas PM₁₀** superiores ao Valor Limite em 2003 e 2004, embora ainda dentro da margem de tolerância aplicável nesses anos;

- A conjugação de temperaturas elevadas e da presença de poluentes primários (particularmente as partículas e os óxidos de azoto) têm provocado a ocorrência de diversas ocorrências de concentrações excessivas de **ozono**, por vezes excedendo os limiares de informação e de alerta à população (gerando a comunicação por parte da CCDRLVT aos meios de comunicação e às autoridades locais de saúde e de protecção civil).

Fontes de poluição atmosférica

A análise do comportamento médio dos parâmetros segundo as horas do dia, os dias da semana e os meses do ano permite identificar uma associação entre os poluentes com valores mais desfavoráveis na estação e o comportamento do tráfego automóvel.

Esta evidência de que a principal fonte de poluição atmosférica é o tráfego automóvel é confirmada pela avaliação que tem vindo a ser feita da qualidade do ar no território de Oeiras, conforme as seguintes fontes de informação:

- A análise da qualidade do ar na aglomeração da Área Metropolitana de Lisboa Norte no âmbito dos Relatórios produzidos pela própria CCDR LVT para elaboração dos Planos e Programas para a Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo²⁰:
 - Identificaram uma única Fonte Pontual Individualizada no concelho de Oeiras – Lisgráfica.
 - não identificaram situações problemáticas de qualidade do ar associadas à estação de monitorização da Quinta do Marquês nem em resultado das campanhas de monitorização com tubos de difusão, e as concentrações de SO₂ (poluente de origem industrial) são muito reduzidas neste território.
- O levantamento de fontes de poluição industrial, apresentado no capítulo 2.3.1. deste Relatório permite verificar que o número de actividades industriais no concelho de Oeiras é reduzido, e que não existem actividades dos sectores mais relevantes com emissões atmosféricas que justifiquem a sua consideração como fontes pontuais individualizadas.
- No âmbito do trabalho de caracterização do território de Oeiras no que respeita às emissões e à qualidade do ar, com vista ao desenvolvimento do projecto “Carta da

²⁰ FERREIRA, F.; NOGUEIRA, L. & ALMEIDA, C. (coord.) (2006)

Qualidade do Ar do Concelho de Oeiras”, realizado pela empresa IRRADIARE²¹, “não foi considerada qualquer fonte industrial, uma vez que não existem indústrias relevantes na área” para os cenários de qualidade do ar elaborados pelo Modelo de Cálculo utilizado e de acordo com a validação efectuada com os dados de monitorização.

As Fontes Lineares Individualizadas consideradas nos estudos da CCDRLVT (dados de tráfego de 2000/2001) que se encontram no concelho de Oeiras são as seguintes:

- Auto-estrada do Estoril – A5;
- Circular Regional Externa de Lisboa – A9;
- IC 19;
- Circular Regional Interna de Lisboa – CRIL/IC 17;
- Estrada Marginal – N6.

Gestão e comunicação da Qualidade do Ar

Tendo presente a importância das questões da qualidade do ar para a saúde pública, para sua gestão territorial e ambiental e para a sensibilização e promoção de comportamentos mais sustentáveis junto da população, a CMO, em parceria com a OEINERGE, promoveu a elaboração da **Carta da Qualidade do Ar do Concelho de Oeiras** que é utilizável tanto para analisar as condições ambientais de Oeiras, como para avaliar a incidência resultante de acções sobre instrumentos de planeamento e de gestão municipal, através da simulação das alterações do uso do solo.

Para servir estas capacidades, o projecto inclui uma interface dinâmica de consulta à Carta da Qualidade do Ar, com capacidade de simulação. A interface dinâmica é servida por uma base de cenários, um sistema de consulta e acesso e uma interface internet (<http://qualar.oeingerge.pt>).

²¹ IRRADIARE (2008) Carta da Qualidade do Ar do Concelho de Oeiras – Relatório Final, n/p, CMO, Oeiras, Novembro de 2008.

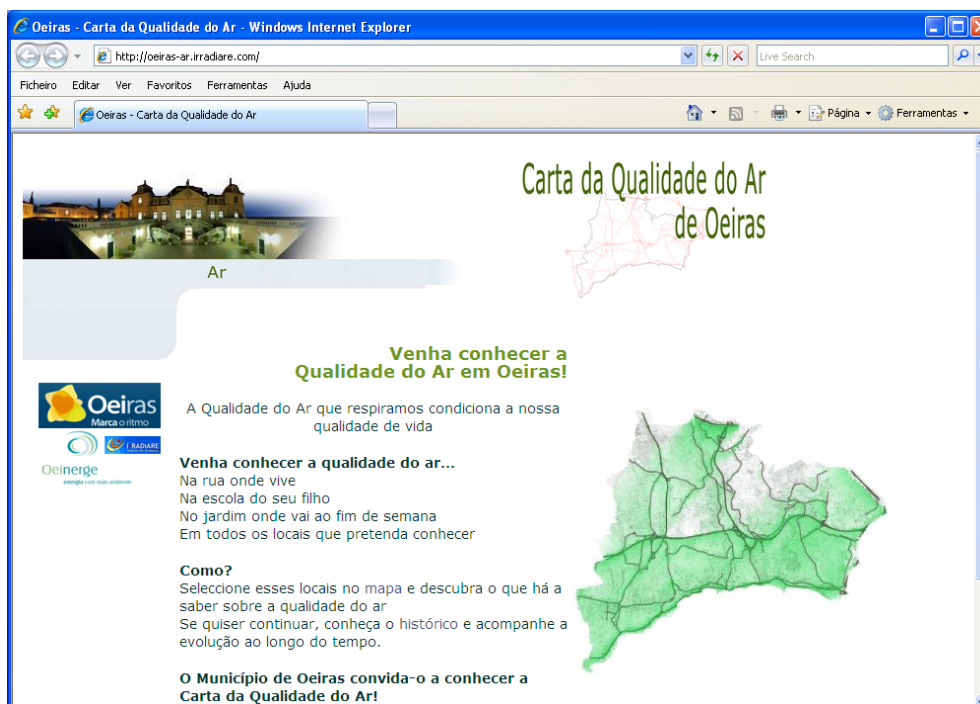


Imagem da interface na internet da Carta da Qualidade do Ar do Concelho de Oeiras
(<http://qualar.oeingerge.pt>)

Na interface dinâmica que suporta o acesso público à Carta de Qualidade do Ar do Concelho de Oeiras, é possível identificar as seguintes funcionalidades:

1. Consulta dos últimos dados disponíveis sobre a qualidade do ar no concelho:

- Para o concelho é apresentada uma imagem que identifica em todos os pontos do concelho (na quadrícula utilizada pelo projecto), mediante um código de cores, o índice da qualidade do ar aí presente;
- Neste ponto é possível navegar em níveis geográficos distintos, sendo possível obter o mesmo índice para o nível do concelho, freguesia e ruas, ou outras unidades urbanas;
- Possibilidade de consulta dos gráficos da última semana/ mês/ ano da variação de cada um dos poluentes: CO, NO_x e PM₁₀.

2. Consulta do histórico de valores:

- É possível pesquisar a base de dados de qualidade do ar através de datas ou de valores de máximo e mínimo para cada um dos poluentes e para o índice de qualidade do ar;

- No caso de pesquisa por data basta colocar a data pretendida e é disponibilizada a mesma informação que no ponto anterior mas para a data seleccionada.

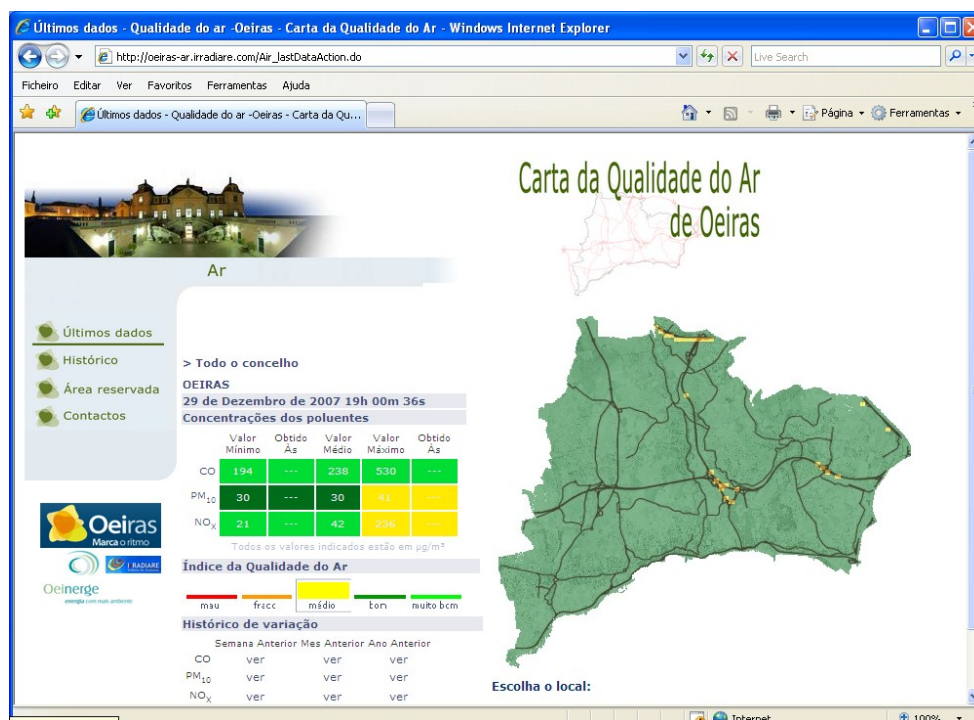


Imagem da consulta dos dados mais recentes para o concelho no seu conjunto (<http://qualar.oeingerge.pt>)

3. Simulação:

- Esta página permite simular a dispersão de poluentes informação para o nível do concelho, freguesia ou rua/ estrada, fazendo variar a velocidade do vento e/ou a direcção do vento, a estabilidade atmosférica e/ou o volume de tráfego. Apresenta uma imagem com a concentração de poluentes em cada ponto do concelho e também a informação sobre o índice de qualidade do ar considerando todo o concelho.

4. Área reservada

- Esta página permite simular a configuração do perfil de utilizador e a gestão de utilizadores. Apresenta informação sobre os utilizadores e permite a alteração de dados.

A CMO participou no Grupo de Trabalho criado pela CCDR-LVT com vista à preparação do **Programa de Execução dos Planos e Programas de Melhoria da Qualidade do Ar** (PPAr), no quadro do Decreto-Lei nº 279/2007 de 6 de Agosto. O Programa de Execução do PPAr da Região de Lisboa foi finalizado pela CCDR LVT no início de 2009 e integrou um conjunto de medidas contratualizadas com diversas entidades, públicas e privadas, cuja intervenção é relevante para a melhoria da qualidade do ar em cumprimento das metas europeias.

Com esse objectivo, a CMO assinou em 16/2/2009 um protocolo com a CCDR LVT que contempla as acções que a autarquia está a desenvolver para contribuir para melhorar a qualidade do ar:

- Plano Estratégico de Gestão da Frota Municipal de Oeiras;
- Consultório OEINERGE de Mobilidade, Energia e Ambiente;
- Introdução de veículos híbridos na frota municipal;
- Elaboração de um Manual de Boas Práticas para Donos de Obra;
- Carta Qualidade do Ar;
- Plano Municipal de Arborização:
- Manutenção da estrutura verde secundária do concelho;
- Novas alternativas de transporte colectivo – ComBus;
- Estudo de Mobilidade e Acessibilidades de Oeiras;
- SATU-Oeiras;
- Promoção da actividade física e de modos de transporte mais saudáveis;
- Rede ciclável concelhia;
- Programa de Educação Ambiental.

A **Revisão do PDM** foi também identificada como uma medida com um contributo potencialmente significativo para a melhoria da qualidade do ar, por se considerar que os objectivos de densificação e miscigenação de usos do tecido urbano, a par das medidas de promoção de modos de mobilidade mais sustentável através das opções infra-estruturais e de planeamento urbano são determinantes para esse objectivo.

2.1.2 ENERGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Constituindo presentemente um factor elementar da qualidade de vida dos cidadãos e um requisito básico para o desenvolvimento económico, pode dizer-se que o concelho de Oeiras dispõe de uma rede de abastecimento de energia eléctrica que cobre a totalidade do

território concelhio (e da sua população residente – 99,9% segundo os Censos 2001), em condições de fiabilidade de serviço aceitáveis (com excepção de situações localizadas que vão sendo resolvidas com as empresas distribuidoras).

A exigência de níveis crescentes de conforto e de qualidade de vida por parte da população residente reflecte-se na utilização de diversos sistemas domésticos consumidores de energia, estando o consumo de energia inevitavelmente ligado com os padrões de desenvolvimento, já que a intensidade energética do território (e das actividades aí presentes) pode revelar importantes ineficiências.

Globalmente, Oeiras apresenta uma **intensidade de utilização da energia** superior à da sua envolvente regional – $1,19 \times 10^3$ kWh de energia eléctrica por habitante, no concelho, perante $1,13 \times 10^3$ kWh na Grande Lisboa (valor apenas ultrapassado por Lisboa e por Mafra), e 0,65 tep/hab de combustível automóvel (0,59 tep/hab para a Grande Lisboa, 4º valor mais elevado entre os 9 municípios da sub-região)²².

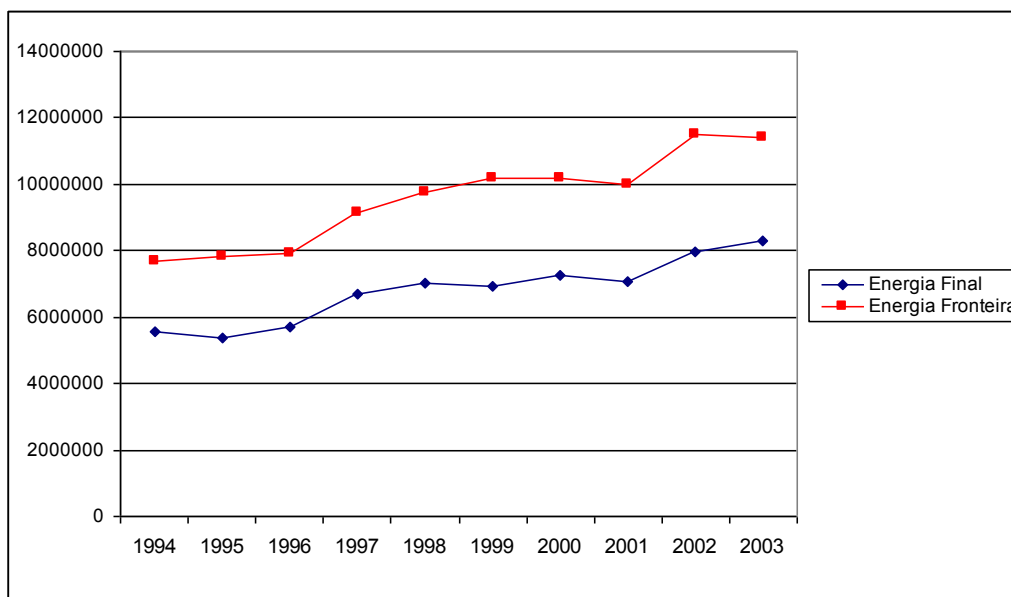
A par desta análise, importa ainda salientar a forma como o concelho de Oeiras contribui para os problemas ambientais globais directamente associados à utilização da energia, particularmente as alterações climáticas (no quadro do Protocolo de Quioto e das políticas europeias e nacionais consequentes), reflexão tanto mais importante quanto o empenho da autarquia na implementação da sua Agenda 21 Local.

Os estudos promovidos pela CMO e pela OEINERGE a respeito **da energia e das emissões de Gases com Efeito de Estufa**²³ permitiram identificar um conjunto de indicadores quanto (1) à procura de energia final no concelho, e (2) a quota-parte da responsabilidade do concelho e das suas actividades no consumo de energia no País e consequentes emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

A **procura total de energia** no concelho de Oeiras nos últimos 10 anos (1994 – 2003) cresceu 49%, acompanhando de perto a tendência nacional (+75%), com uma taxa média anual de aumento de 4,7%.

²² INE, 2003.

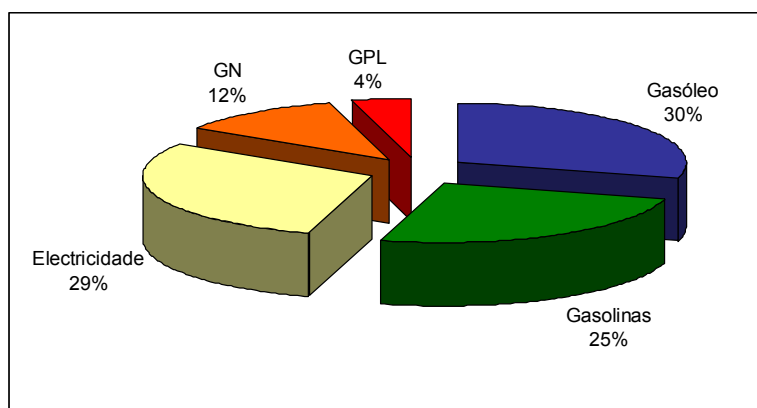
²³ OEINERGE (2006) e E-VALUE (2008).



Evolução da procura de Energia Final e Energia Fronteira no concelho de Oeiras (GJ)

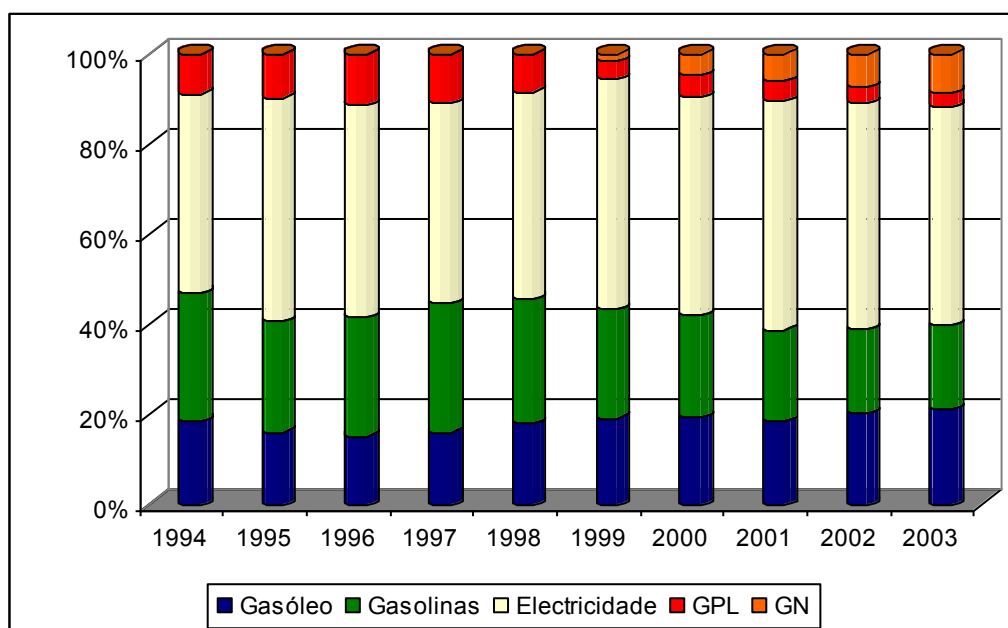
A nível nacional, de 1990 a 2003 as emissões de Gases com efeito de estufa aumentaram cerca de 37%, sendo a sua principal origem associada ao sector de produção e transformação de energia e ao sector dos transportes.

Quando consideramos a contribuição dos vários tipos de energia consumida para a situação de Oeiras, verificamos que a procura de energia se distribui sobretudo pelas formas utilizadas nos sistemas de transporte (gasóleo, gasolina e GPL, perfazendo 59% do total), e pela electricidade (sobretudo utilizada pelos edifícios – 29%), sendo o Gás Natural uma parcela de 12%.



Procura relativa por tipo de energia em Oeiras em 2003 (Energia Final – energia eléctrica fornecida no concelho e vendas de combustíveis no concelho)

Contudo, se considerarmos toda a energia que foi necessária ao País para que, em Oeiras, sejam consumidas as quantidades acima referidas²⁴, o contributo de **electricidade** assume maior importância relativa e os combustíveis apresentam um contributo mais reduzido.



Evolução de procura relativa por tipo de energia em Oeiras (Energia Fronteira⁶)

Analisando sectorialmente, os sectores que mais requerem energia eléctrica são o de **Serviços** (52% em 2003) e o sector Doméstico. Em termos absolutos, são os que mais pesam no aumento de consumo desta forma de energia no concelho de Oeiras, e o crescimento acentuado no sector dos serviços está claramente associado à criação de pólos como o Taguspark, a Quinta da Fonte e o Lagoas Parque no período considerado.

O sector dos **Transportes** apresenta valores relativamente estáveis de consumo de electricidade: na série temporal estudada, a energia requerida para o sector dos transportes é justificada apenas pelo funcionamento dos comboios urbanos da linha de Cascais e Sintra. O SATU-OEIRAS – Sistema Automático de Transporte Urbano, apenas iniciou o seu funcionamento a 7 de Junho de 2004.

²⁴ Energia Fronteira – corresponde à Energia Final, consumida no concelho, adicionada da energia que foi necessária para que essa fosse produzida/distribuída tendo como limite dessa análise/quantificação a fronteira nacional

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

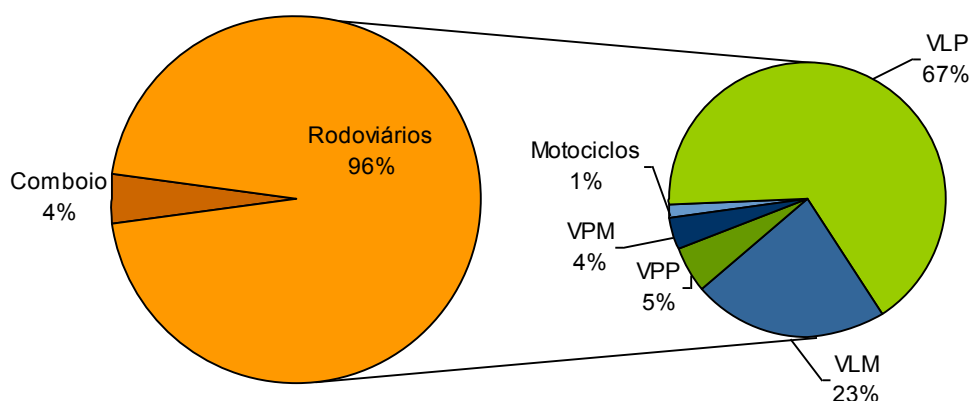
Tendo em conta que os dados da procura (vendas) de **combustíveis** pode não corresponder ao real consumo que tem lugar no território concelhio, foi desenvolvida uma metodologia de estimação dos consumos²⁵, cujos primeiros resultados apontam para um consumo total de 1.101.481 GJ nas **viagens realizadas com origem ou com destino no concelho**, nos vários modos de transporte e tipos de veículos.

Consumo total de energia das viagens com origem ou destino no concelho de Oeiras 2003

Tipo de veículo	GJ/ano	%
Motociclos	14.675	1,3
VLP – Veículos Ligeiros de Passageiros	666.995	60,6
VLM – Veículos Ligeiros de Mercadorias	227.268	20,6
VPP – Veículos Pesados de Passageiros	53.348	4,8
VPM – Veículos Pesados de Mercadorias	38.563	3,5
Comboio	100.630	9,1
Total	1.101.481	100,0

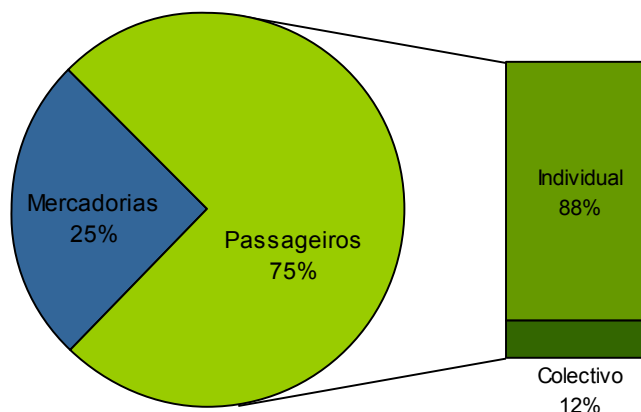
FONTE: OEINERGE/IST, 2006

Por um lado, é evidente a maior contribuição do modo rodoviário (96% se contabilizada a energia final, e 91% se contabilizada a Energia Fronteira), sendo, dentro deste, totalmente dominante a importância do transporte individual perante a fracção representada pelo consumo de energia pelos transportes colectivos.



Distribuição do consumo de energia final das viagens com origem ou destino no concelho de Oeiras, por modo de transporte (ano de referência: 2003)
(OEINERGE/IST, 2006)

²⁵ OEINERGE & IST (2006)

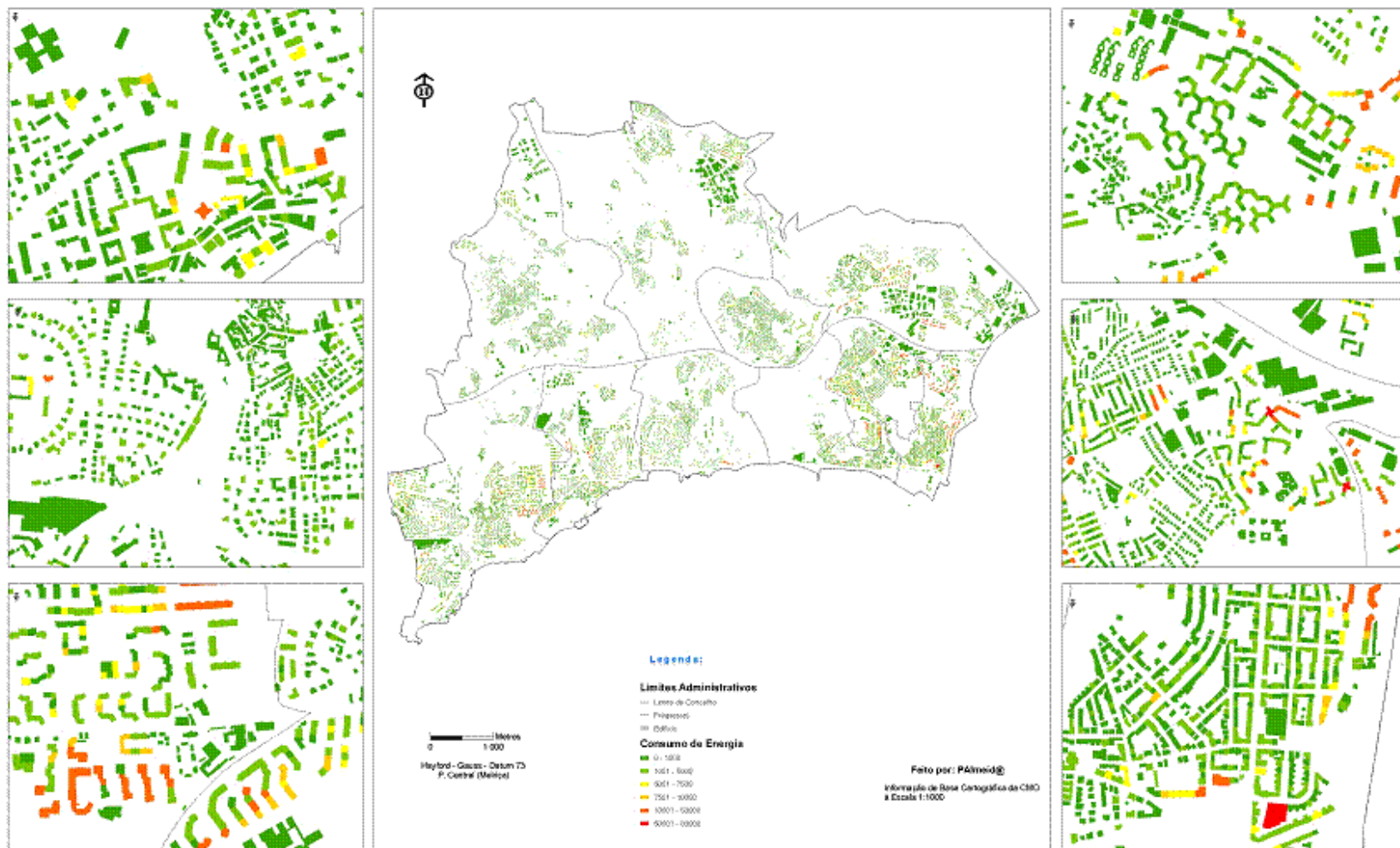


Distribuição do consumo total de energia das viagens com origem ou destino no concelho de Oeiras, por tipo de serviço (ano de referência: 2003)
(OEINERGE/IST, 2006)

Relativamente aos dados apresentados, é de salientar as seguintes **questões**, particularmente relevantes quanto às opções que se colocam ao concelho de Oeiras:

- O consumo de energia eléctrica no concelho de Oeiras representa 50% do consumo total de energia que o concelho acarreta ao País, sendo o **sector dos edifícios** (subsectores dos serviços e doméstico) responsável por praticamente 70% desse valor;
- Um estudo-piloto sobre a área edificada do concelho de Oeiras e os consumos médios identificados pelo estudo da Matriz, perante os padrões de consumo de energia considerados desejáveis, pelos vários tipos de utilizações da área construída, aponta para um **potencial global de poupança de energia de cerca de 50% dos valores actuais de consumo** (106.000.000 kgep), se forem adoptados nos edifícios existentes medidas de optimização desses mesmos consumos (gestão da procura – ver Mapa).
- Os dados disponíveis sobre o **consumo de energia pelo sector dos transportes**, exclusivamente nas deslocações com origem ou destino no próprio concelho de Oeiras, apontam para uma clara responsabilidade dominante do **modo rodoviário**, particularmente da utilização de **veículos individuais**. Qualquer política de redução dos consumos de energia neste sector passará, à escala local, pela actuação sobre este balanço. Prevê-se que este padrão se continue a **verificar na avaliação dos consumos de energia pelo tráfego de atravessamento** (estudo em curso), mas pensa-se que a quantidade total de energia em causa estará numa proporção, aproximadamente, 1/2.

Carta de Consumo do Potencial de Poupança de Energia do Concelho de Oeiras
Potencial de Poupança de Energia Residencial no Sector dos Edifícios



RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Oeiras ainda não dispõe de um levantamento das **disponibilidades de recursos energéticos** (em preparação), embora se possam desde já apontar algumas questões-chave:

- O território urbano de Oeiras coloca condicionantes aos empreendimentos convencionais de produção de **energia eólica** (efeitos sobre a paisagem e eventualmente pela produção de ruído), embora recentes avanços tecnológicos apontem para o desenvolvimento de micro-sistemas para edifícios;
- A **energia solar** (térmica e fotovoltaica) é facilmente utilizável em contexto urbano, permitindo substituir fontes convencionais e contribuir para maiores níveis de conforto nos edifícios;
- O **potencial da biomassa** está por estudar/avaliar;
- Está identificado o **potencial** de produção de Óleo Alimentar Usado (OAU) no concelho de Oeiras, a partir dos diferentes sectores produtores – Horeca, escolas/cantinas, doméstico), e encontra-se em fase de projecto-piloto a criação de um sistema de recolha selectiva e valorização energética deste resíduo, (projecto OILPRODIESEL, financiado pelo Programa LIFE, (Outubro de 2005 a 2007).
- A valorização energética dos **resíduos orgânicos**, em estudo pela Tratolixo²⁶, permitiria também melhorar o balanço energético e ambiental do concelho.

Em termos dos planos e políticas da autarquia com impacte no desempenho energético e de GEE do município, é de salientar que o Executivo camarário aprovou a adesão do Município de Oeiras ao Pacto Europeu dos Autarcas²⁷ (“Covenant of Mayors”), um desafio lançado pelo Comissário Europeu da Energia, Andris Pielbags, a todas as autoridades locais do espaço europeu, no sentido de levarem à prática e ainda mais longe a meta europeia de reduzir em 20%, até 2020, as emissões de gases com efeito de estufa.

A Câmara Municipal de Oeiras tem em curso diversas acções na área da gestão ambiental que permitem à autarquia cumprir todos os requisitos de adesão ao Pacto, e antever um desempenho positivo nesta área. Em Fevereiro de 2010 a CMO aprovou²⁸ e apresentou à Comissão Europeia o Plano de Acção Energia Sustentável para Oeiras (<http://oeiras2020.oeingerge.com/>), presentemente em implementação, com qual se propõe cumprir as metas acordadas no Pacto.

²⁶ TRATOLIXO (2007)

²⁷ Deliberação n.º 1088/2008 aprovada em 14/1/2009 (unanimidade)

²⁸ Deliberação n.º 107/2010 de 10/2/2010 (unanimidade)

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

2.2 RUÍDO

2.2.1 HISTORIAL DOS TRABALHOS DO MAPA DE RUÍDO

Os trabalhos de elaboração do Mapa de Ruído de Oeiras decorrem na Câmara Municipal de Oeiras desde finais de 2003, tendo sido iniciados no quadro legal estabelecido pelo Decreto-Lei nº 292/2000 de 14 de Novembro.

As versões preliminares do Mapa de Ruído corresponderam aos requisitos técnicos dessa legislação, e foram alvo de dois Relatórios Técnicos que descreveram detalhadamente todas as tarefas desenvolvidas e todos os parâmetros considerados no cálculo do Mapa de Ruído (GDM/CMO, 2004 e GDM/CMO, 2005).

A terceira versão do Mapa de Ruído de Oeiras, concluída em Outubro de 2007, veio corresponder aos requisitos da nova legislação entretanto publicada (Decreto-Lei nº 9/2007 de 17 de Janeiro – Regulamento Geral do Ruído), particularmente no que se refere aos períodos de referência e aos parâmetros calculados.

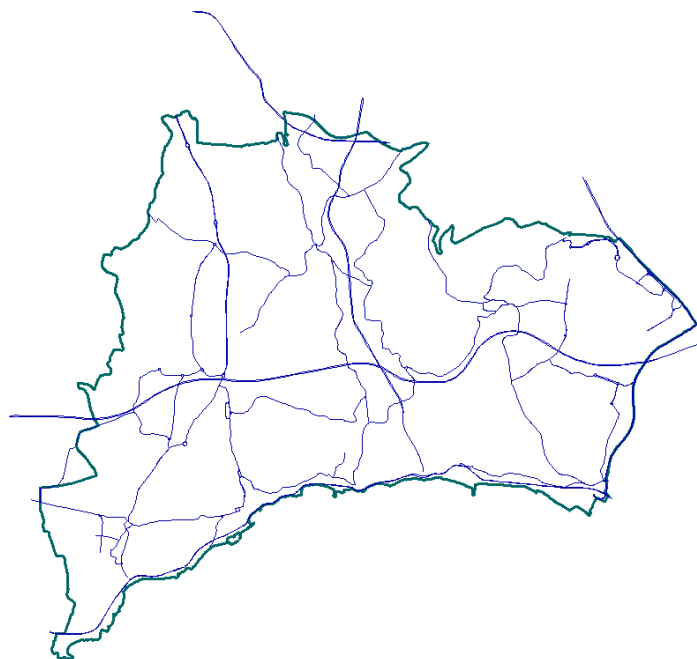
Em 2009 foi possível actualizar o Mapa de Ruído com dados de referência de 2006, não só relativamente à cartografia de base, como à caracterização das fontes sonoras (com os levantamentos de tráfego para o Estudo de Mobilidade e Acessibilidades de Oeiras e actualização das condições de operação das restantes fontes pontuais e lineares), bem como a introdução no modelo de cálculo das medidas mitigadoras (barreiras acústicas) entretanto construídas pela Brisa – concessionária da A5 e A9.

2.2.2 FONTES DE RUÍDO CONSIDERADAS

O Relatório que acompanha a actual versão do Mapa de Ruído (em Anexo) identifica e caracteriza exhaustivamente as fontes consideradas, que foram, em síntese, as seguintes:

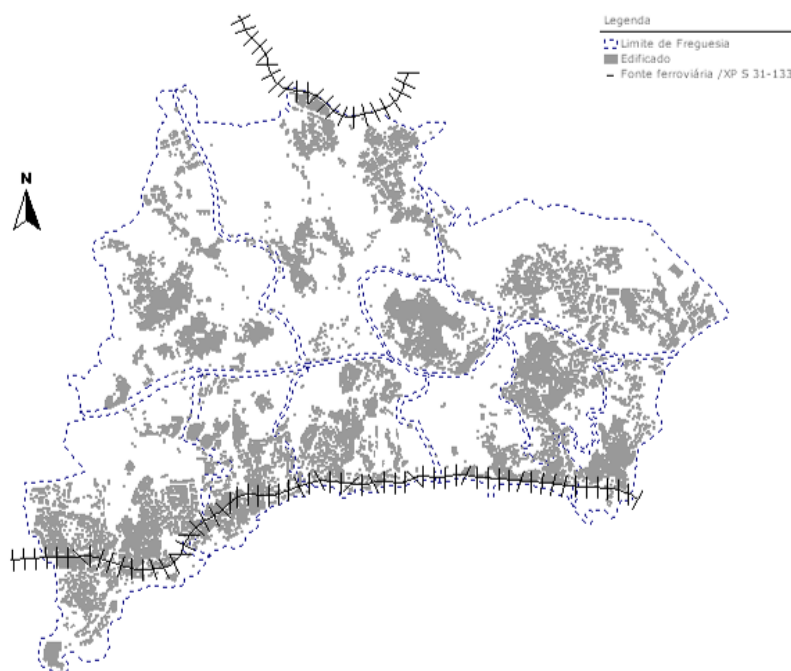
- Fontes Rodoviárias:

Grandes Infra-estruturas de transporte rodoviário (vias nacionais)	A5 – Auto-Estrada do Estoril CREL - A9 Via Principal Queijas / Barcarena CRIL / IC 17 EN 6-3 IC 19 EN 6 – Avenida Marginal N 117 Variante à EN 249-3
Vias Municipais	81 vias (consultar Anexo 1 do Relatório – GDM/CMO, 2009)



Fontes rodoviárias consideradas no modelo de cálculo do Mapa de Ruído

- Fontes Ferroviárias: Linha de Sintra (Tercena-Barcarena - 269 composições / dia) e Linha de Cascais (Carcavelos – Algés – 279 composições / dia).

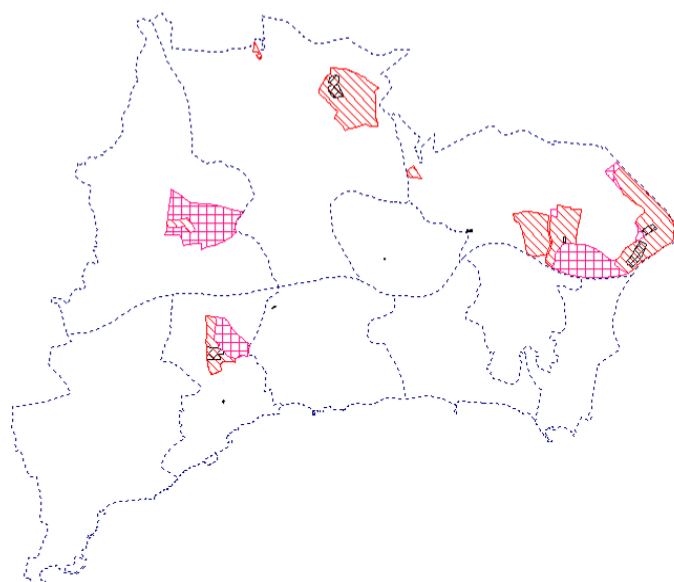


Fontes ferroviárias consideradas no modelo de cálculo do Mapa de Ruído

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- Fontes Industriais:

Fontes industriais	Actividade
Lisgráfica	Edição/impressão/publicação de jornais
Betão Liz	Preparação de betão
Autosil	Fabricantes de Baterias e acumuladores
Sumolis	Produtores de refrigerantes e águas minerais
Sonalis	Carpintaria
Unibetão	Fabrico de betão para a construção
Confirmatrix (antiga Sociedade Metalúrgica A. Convergente, Lda)	Serralharia mecânica
Fernandes & Terceiro, Lda.	Artes gráficas, tipografia, fotolitos, offset, encadernação



Localização das instalações industriais estudadas no Mapa de Ruído (GDM/CMO)

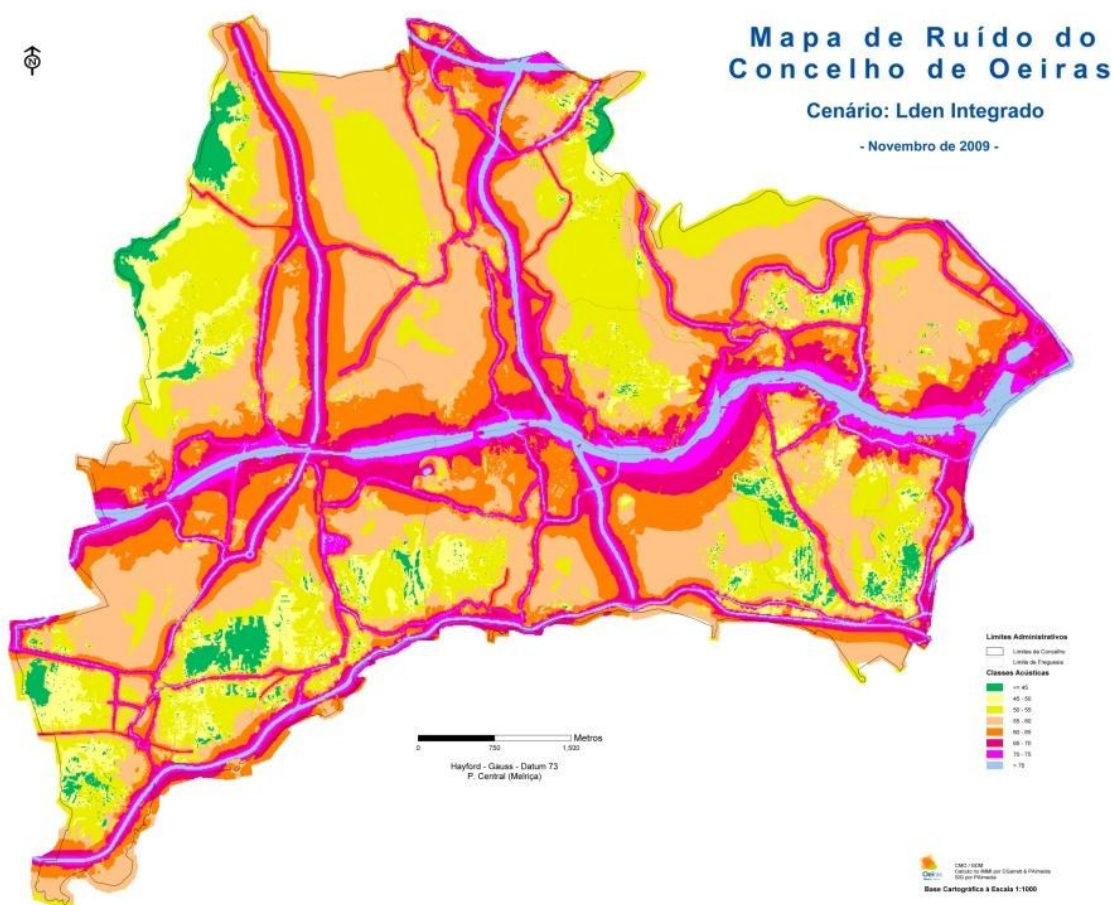
2.2.3 MAPA DE RÚIDO E MAPA DE ZONAS SENSÍVEIS E MISTAS

Para mapear níveis de ruído do concelho de Oeiras, foram estabelecidos diversos cenários, originando mapas sectoriais por tipo de fonte, e um mapa global, integrando todas as fontes consideradas, ou seja:

- Cenário Rodovias – considerando apenas as fontes rodoviárias existentes;
- Cenário Ferrovias – considerando apenas as fontes ferroviárias existentes;
- Cenário Indústrias – considerando apenas as fontes pontuais industriais presentes;
- Cenário Integrado – consideração de todas as fontes anteriores.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

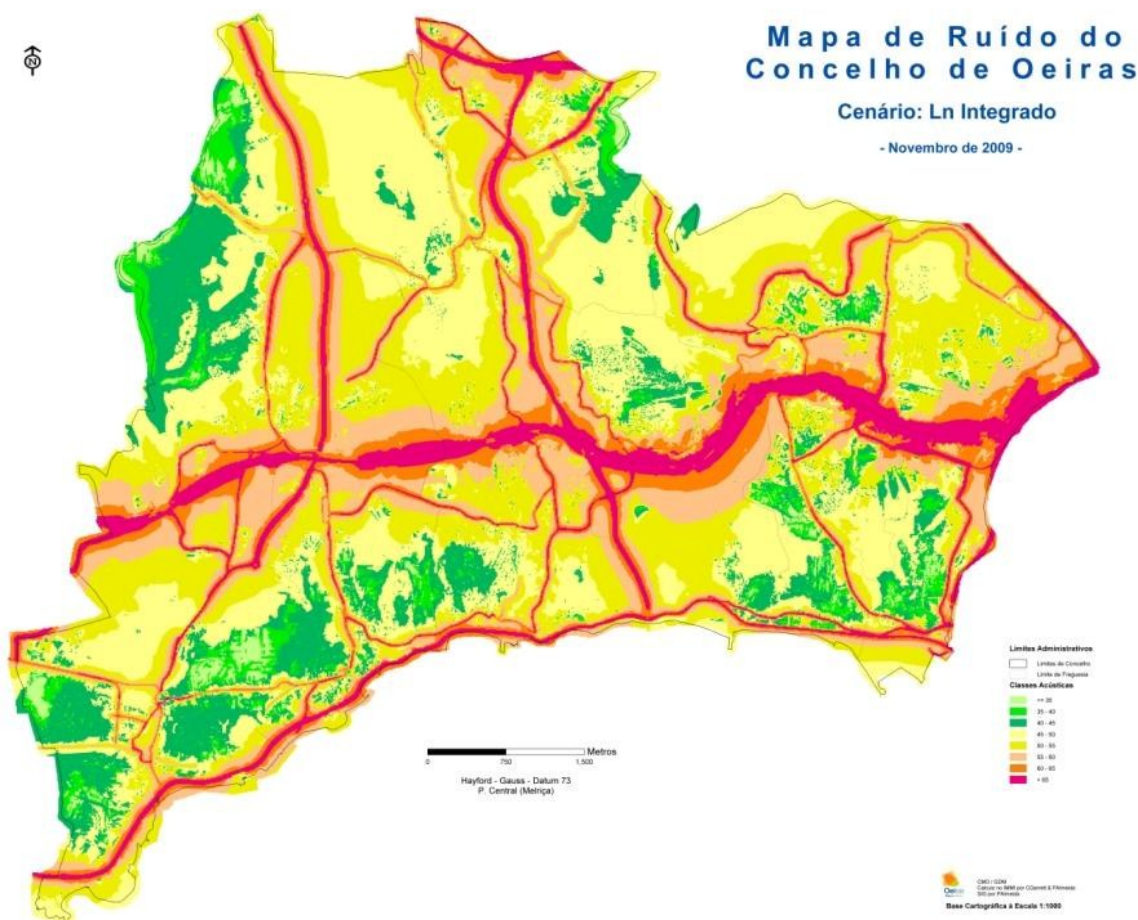
Os cenários mencionados foram gerados para os parâmetros requeridos pela legislação, que são o L_{den}^{29} e o L_n ou L_{night}^{30} .



Mapa de ruído de Oeiras – Cenário Integrado – L_{den} (GDM/CMO, 2009)

²⁹ Indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno, expresso em dB(A), associado ao incómodo global (cf. Alínea j) do artigo 3º do Regulamento Geral do Ruído - DL 9/2007 de 17 de Janeiro)

³⁰ Indicador de ruído nocturno: nível sonoro médio de longa duração, conforme definido na Norma NP 1730-1:1996, ou na versão actualizada correspondente, determinado durante uma série de períodos nocturnos representativos de um ano (cf. Alínea n) do artigo 3º do Regulamento Geral do Ruído - DL 9/2007 de 17 de Janeiro)



Mapa de ruído de Oeiras – Cenário Integrado – Ln (GDM/CMO, 2009)

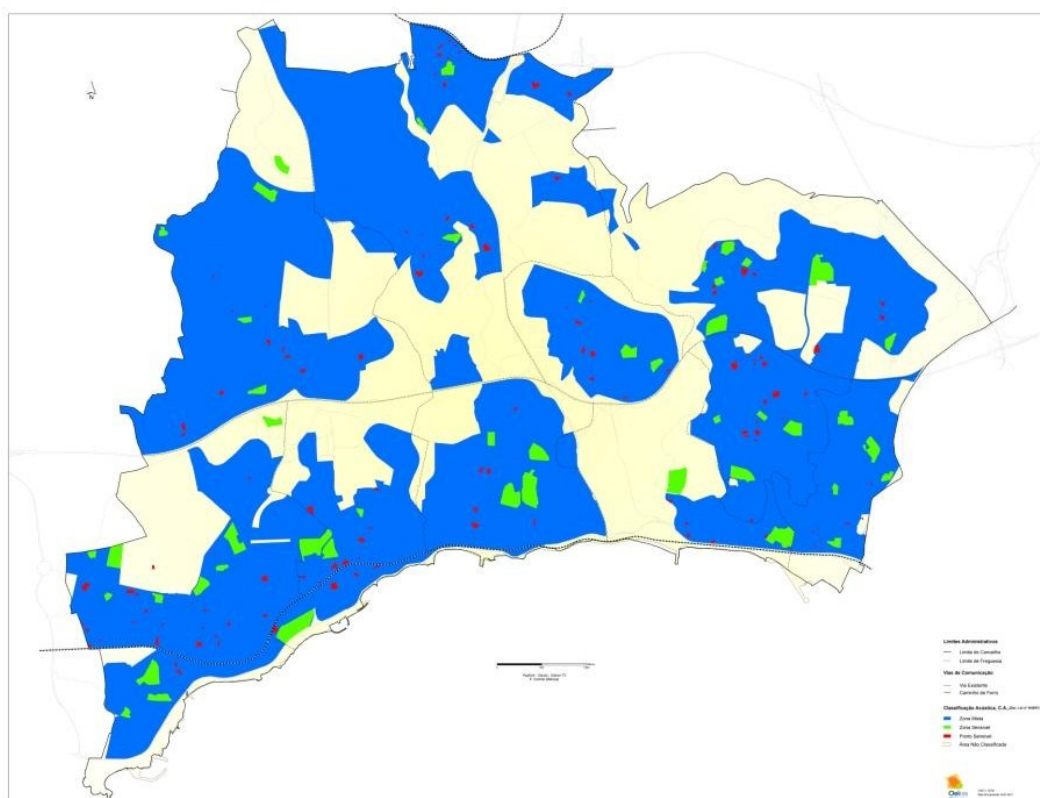
A elaboração do “Mapa de Zonas Sensíveis e Zonas Mistas” (MZSZM – parágrafo 2 do artigo 6º do Regulamento Geral do Ruído), presentemente em curso corresponde à necessidade de preconizar um adequado enquadramento das funções de habitação, trabalho e lazer, que permitam salvaguardar as zonas de residência e de equipamentos e funções urbanas sensíveis de níveis excessivos de ruído.

Os critérios aplicados para a classificação acústica do território de Oeiras para a situação actual foram os seguintes:

- Os aglomerados urbanos, compreendendo as Classes de Espaço “Urbano” e “Urbanizável” do PDM’94, foram classificados como Zona Mista;
- Foram igualmente classificadas como Zonas Mistas as áreas da Classe de Espaço “Área Única Existente”, por conter uso residencial, para a qual os limites foram ajustados de forma a abranger os edifícios com uso residencial

localizados nas áreas das Classes de Espaço “Área Única – Expansão” e “Terciário” adjacentes/ contíguas;

- Foram classificadas como Zonas Mistas as áreas dos Programas Estratégicos ocupadas ou passíveis de serem ocupadas com uso residencial;
- Foram classificadas como Áreas Sensíveis os equipamentos colectivos sociais, educativos e de saúde com área de implantação superior ou igual a meio hectare, e classificados como pontos sensíveis os que tinham área inferior a este valor.



Mapa de Classificação de Zonas Sensíveis e Mistas do Concelho de Oeiras

2.2.4 ZONAS CRÍTICAS

A identificação das zonas críticas do ponto de vista do ruído foi feita recorrendo ao cruzamento entre os Mapas de Ruído (Lden e Ln) e o mapa de classificação de zonas sensíveis e mistas, conforme a definição seguidamente apresentada.

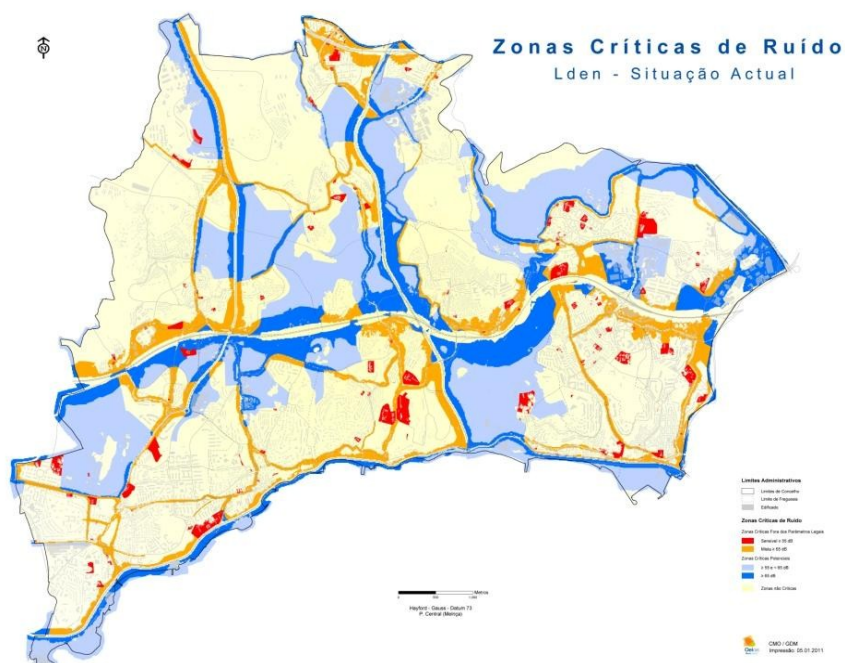
Zonas Críticas de Ruído - definição

	Lden (integração dos 3 períodos do dia)	Ln (período nocturno)
Zonas críticas fora dos parâmetros legais	Zonas e pontos sensíveis com Lden ≥ 55 dB(A)	Zonas e pontos sensíveis com ocupação nocturna com Ln ≥ 45 dB(A)
	Zonas mistas com Lden ≥ 65dB(A)	Zonas mistas e Zonas e pontos sensíveis sem ocupação nocturna com Ln ≥ 55dB(A)
Zonas críticas potenciais	Zonas não classificadas com Lden ≥ 55 dB(A) e < 65 dB(A)	Zonas não classificadas com Ln ≥ 45 dB(A) e < 55 dB(A)
	Zonas não classificadas com Lden ≥ 65 dB(A)	Zonas não classificadas com Ln ≥ 55 dB(A)

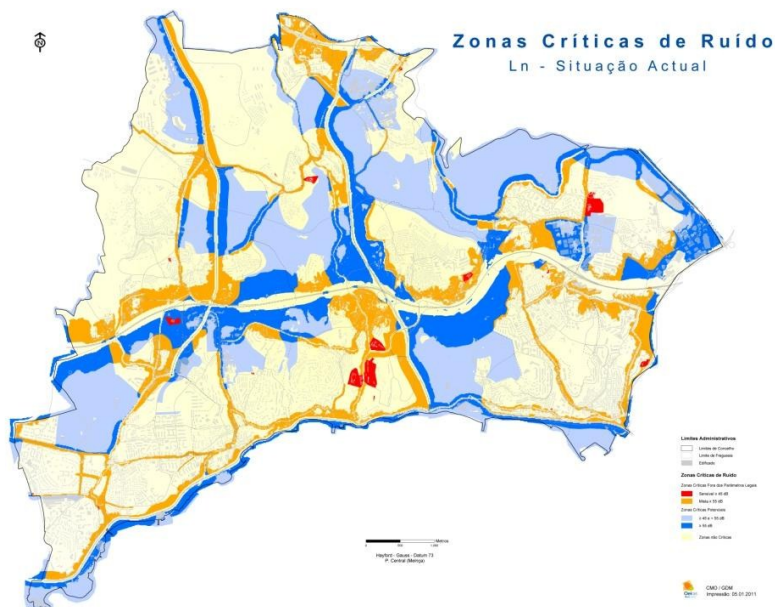
As Zonas Críticas propriamente ditas são as áreas classificadas como sensíveis ou mistas e os pontos sensíveis onde os níveis de ruído já excedem os limites estabelecidos na legislação. Para o período nocturno, apenas foram avaliados os equipamentos com ocupação nocturna para o parâmetro mais exigente, pois os restantes não requerem esse tipo de salvaguarda.

Na maioria dos casos, são áreas adjacentes às infra-estruturas de tráfego rodoviário, sendo as fachadas expostas à via as mais afectadas. Estas zonas serão alvo de uma avaliação mais detalhada que permita estabelecer níveis de prioridade para o estabelecimento de Planos de Redução de Ruído de forma faseada, sendo devidamente consideradas as opções de planeamento (eventualmente também à escala do PDM, na fase de elaboração da Proposta) que possam contribuir para o controlo da poluição acústica já existente.

As Zonas Críticas Potenciais são as áreas não classificadas (e, portanto, onde não existe actualmente uso residencial ou equipamentos sensíveis) onde o ruído já excede os limiares aceitáveis para este tipo de ocupação. A sua delimitação permite avaliar as opções de planeamento e gestão territorial necessárias à salvaguarda da qualidade do ambiente acústico, às diversas escalas de intervenção.



Zonas Críticas de Ruído – Situação actual (Lden)



Zonas Críticas de Ruído – Situação actual (Ln)

Não é realizada nesta fase a delimitação das “zonas tranquilas”, visto que se trata de uma definição no quadro do Decreto-Lei N° 146/2006 de 31 de Julho, cujas disposições – e em concreto aquelas relativas à obrigação de elaborar Mapas

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Estratégicos de Ruído - apenas se aplicam ao concelho de Oeiras para o ano de referência de 2011.

2.3 DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

2.3.1 POLUIÇÃO INDUSTRIAL

O Relatório do PDMO'94 assume "Ambiente" como um conceito de ordem genérica, mas confere algum destaque à poluição industrial como componente que, "de uma forma específica", pode influenciar o concelho.

Com o objectivo de informar a Revisão do PDM, procurou caracterizar-se a realidade da actividade industrial no concelho; para tal, usou-se como base de informação, por ser a mais exaustiva, a base de dados retirada da planimetria da cartografia digital produzida pela Município.

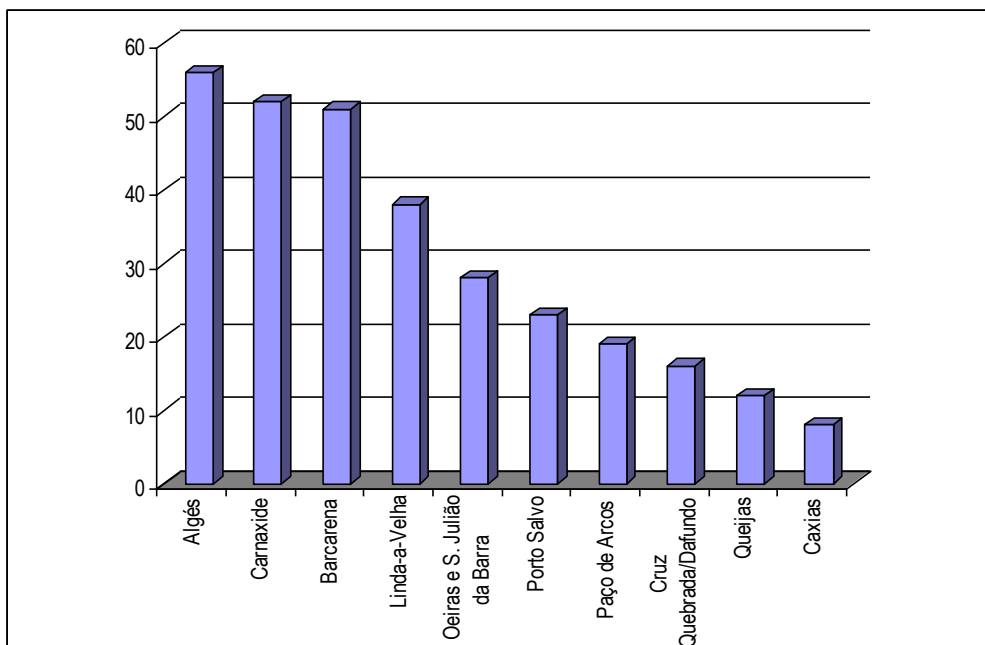
Fez-se a selecção de registos através do código CAE das actividades industriais (288 registos) e cruzou-se a listagem fornecida pela DRELVT (83 registos). A base de dados assim obtida contém 303 registos.

A distribuição dos registos por tipo de actividade industrial é a seguinte:

Número de empresas industriais por Divisão da CAE (Rev. 3)

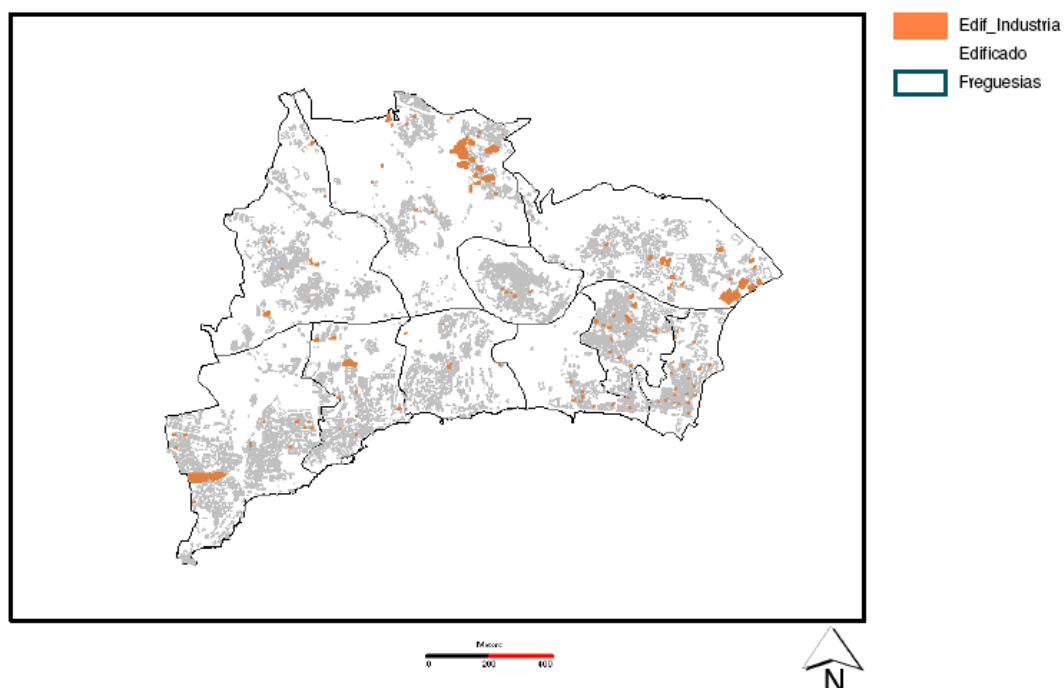
	CAE	Nº empresas
Ind. Alimentares	10	82
Impressão e rep. Suportes gravados	18	69
Out. Ind. Transformadoras	32	28
Ind. Vestuário	14	27
Fab. Produtos farmacêuticos	21	25
Fab. Out. Prod. Minerais	23	11
Ind. Metalúrgicas	24	11
Fab. Pasta, papel, cartão	17	7
Reparação, Manut. Máq. Eq.	33	7
Fab. Prod. Químicos	20	6
Fab. Máquinas e Eq.	28	4
Fab. Artigos borracha e Mat. Plást.	22	4
Fab. Produtos metálicos	25	4
Fab. Eq. Eléctrico	27	4
Fornecimento refeições p/eventos	56	3
Ind. das bebidas	11	2
Fab. Veículos automóveis	29	2
Fab. Mobiliário e colchões	31	2
Indústrias extractivas	9	1
Fabr. Têxteis	13	1
Ind. Couro e prod. Couro	15	1
Ind. Madeira, cortiça, cestaria	16	1
Fab. Outro eq. Transporte	30	1
Total		303

A distribuição das empresas por freguesia é a seguinte:



Distribuição das empresas industriais no concelho de Oeiras por Freguesia

Pela localização dos edifícios com ocupação industrial, no concelho, verifica-se a dispersão da actividade, sendo as excepções as instalações concentradas nas zonas industriais de Queluz de Baixo, Miraflores/Linda-a-Velha/Carnaxide, Paço de Arcos e Oeiras.



Edifícios com ocupação industrial no concelho de Oeiras
(GDM/CMO sobre base de informação da Município)

O REAI³¹, recentemente revisto (Outubro de 2008), classifica os estabelecimentos industriais conforme os graus de risco potencial para a pessoa humana e para o ambiente: Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3.

Para procurar identificar quais as empresas que podem representar maior impacto ambiental ou maior risco no concelho de Oeiras, seguiram-se três abordagens.

- Actividades existentes que estiveram efectivamente sujeitas aos regimes jurídicos referidos no REAI para os estabelecimentos do Tipo 1³²: apenas a Lisgráfica e a Autosil, por via do PCIP (não existem empresas industriais no concelho que tenham sido abrangidas pelos restantes regimes referidos).

³¹ Decreto-Lei nº 209/2008 de 29 de Outubro – Regime de Exercício da Actividade Industrial - REAI

³² Estabelecimentos cujos projectos de instalações industriais estejam abrangidos pelos regimes jurídicos da AIA (Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de Maio), PCIP ou Licenciamento Ambiental (Decreto-Lei nº 173/2008 de 26 de Agosto), PAGSP (Decreto-Lei nº 254/2007 de 12 de Julho) ou operações (específicas) de gestão de resíduos, são incluídos no tipo I (maiores riscos).

- Empresas cuja área de actividade seria potencialmente sujeita a estes regimes jurídicos:

TOTAL DE EMPRESAS POTENCIALMENTE SUJEITAS AO PCIP	34
TOTAL DE EMPRESAS POTENCIALMENTE SUJEITAS A AIA	25
Das quais, seriam simultaneamente sujeitas a AIA E PCIP:	23

Estão nesta situação:

- as empresas de produção de papel;
 - as tipografias, dependendo da sua dimensão (utilização de solventes e capacidade produtiva);
 - as empresas de produtos químicos e de produtos farmacêuticos,
 - as empresas produtoras de cimento, betão ou outros materiais de construção, dependendo da capacidade produtiva;
 - as empresas metalúrgicas e metalomecânicas, dependendo da dimensão.
- O impacte efectivo das actividades industriais em resultado dos estudos já efectuados sobre ruído, qualidade do ar e qualidade da água.

No âmbito dos trabalhos do Mapa de Ruído do concelho de Oeiras, foram identificadas e avaliadas 8 instalações industriais (fontes de ruído relevantes à escala do concelho – ver figura no cap. 2.2.2).

A influência das fontes industriais sobre a qualidade do ambiente acústico do concelho é muito menos significativa do que a das fontes de tráfego (sobretudo rodoviário), e verifica-se terem uma área de influência relativamente confinada; à partida, as zonas que devem merecer maior atenção neste contexto serão as zonas habitacionais da Outurela / Portela, Queluz de Baixo, Paço de Arcos e Queijas, na envolvente dos estabelecimentos ruidosos.

O Mapa de Ruído à escala do concelho, pela sua escala e objectivos próprios, não avalia os problemas de ruído de vizinhança, que podem ocorrer pela excessiva proximidade de edifícios residenciais relativamente a pequenas indústrias (ou outras actividades ruidosas). Contudo, como não têm sido registadas muitas reclamações

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

nos serviços da CMO relativamente a actividades industriais (informação por contacto pessoal junto do SPM), não é de crer que este seja um problema significativo no concelho.

A **qualidade do ar** do concelho de Oeiras foi estudada no desenvolvimento do projecto “Carta da Qualidade do Ar do Concelho de Oeiras”, que se encontra documentado no relatório final do projecto, produzido pela IRRADIARE para a OEINERGE, em 24 de Novembro de 2008.

Na construção do modelo que suporta toda a base de cenários utilizada no projecto, “não foram adicionadas fontes industriais”, uma vez que as indústrias existentes na área não foram consideradas “relevantes” do ponto de vista das emissões de poluentes atmosféricos (cf. Relatório Final do Projecto).

Relativamente à **qualidade da água**, não existindo disponível um registo sistemático de incidências de poluição accidental no concelho, apenas se dispõe de uma percepção qualitativa de que a indústria não é um sector que seja responsável por muitas dessas incidências, e o Serviço de Polícia Municipal tem verificado uma relativa disponibilidade por parte das empresas para a correcção das situações detectadas pelos serviços municipais (comunicação pessoal).

A futura inventariação de fontes industriais, em levantamento por parte dos SMAS, virá a ser fundamental para avaliar e gerir as águas residuais industriais no sistema de drenagem e tratamento do concelho, e para um maior controlo sobre as próprias actividades.

Conclusões:

- A informação disponível para caracterizar as actividades industriais à escala do concelho é escassa e as fontes têm limitações inerentes ao modo como a informação de base é recolhida.
- O concelho de Oeiras acolhe um número reduzido de empresas do sector industrial (303 / 7.403 empresas no concelho = 4%), e estas concentram-se em 7 divisões CAE (83%): indústrias alimentares (sobretudo padarias e pastelarias (27% do total de empresas); tipografias (23%), equipamento de protecção e segurança e outros objectos de uso pessoal (9%), confecção e reparação de vestuário (9%), produtos farmacêuticos (8%), cimento, betão e outros materiais de construção (4%), metalúrgicas e metalomecânicas (4%).

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- Não existem no concelho estabelecimentos industriais com nível de perigosidade significativo (nem sujeitos ao PAGSP nem à AIA);
- O impacte ambiental resultante da actividade industrial no concelho é relativamente reduzido, quer a nível da qualidade do ar, quer do ruído quer ainda da qualidade da água, havendo outras actividades com um impacte muito superior sobre a qualidade ambiental do concelho, como os transportes rodoviários.
- As empresas que potencialmente têm maior nível de risco e/ou de impacte ambiental são as das seguintes divisões (sujeitas potencialmente a PCIP e a AIA):
 - Alimentares excluindo padarias e pastelarias;
 - Papel e cartão;
 - Impressão;
 - Produtos químicos e produtos farmacêuticos;
 - Cimento, betão e outros materiais de construção;
 - Metalúrgicas, metalomecânicas e tratamento de metais.
- As empresas de maior dimensão são, por um lado, controladas pela necessidade de emissão de licença ambiental, e por outro lado encontram-se mais disponíveis para aderir aos sistemas voluntários de gestão ambiental, daí retirando benefícios de imagem e comerciais.
- Do ponto de vista ambiental, poderá valer a pena dar prioridade à **vigilância ambiental** das actividades enquadradas nestas divisões, particularmente sobre empresas de menor dimensão, com impactes de vizinhança, e que não têm capacidade nem interesse na adopção de sistemas de gestão ambiental.

2.3.2 POLUIÇÃO HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA

A primeira fase do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril entrou em exploração em Maio de 1995. Até esta data, grande parte das águas residuais produzidas nos Concelhos de Amadora, Oeiras, Cascais e Sintra era lançada nas linhas de água, que desaguavam nas praias da Costa do Estoril sem qualquer tratamento adequado.

Estas linhas de água, ao constituírem um veículo hídrico de transporte das águas residuais, constituíam a principal fonte de poluição da água das praias da região. Por

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

esta razão e durante alguns anos, as praias da Costa do Estoril apresentaram-se impróprias para a utilização balnear devido aos níveis elevados de poluição.

Desde que entrou em funcionamento o Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, particularmente a partir da 2ª Fase do Sistema, em 1995, foi verificada uma melhoria gradual da qualidade das águas das ribeiras do concelho de Oeiras, ao serem colectadas e encaminhadas para tratamento as águas residuais urbanas das bacias do concelho associadas às Ribeiras da Lage, Barcarena, Porto Salvo e Jamor.



Sistema de Saneamento da Costa do Estoril
(Fonte: SANEST, www.sanest.pt, cons. Dezembro de 2010)

As águas residuais da bacia da Ribeira de Algés são encaminhadas para o Sistema da Simtejo, responsável desde 2001 pela exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão, em regime de concessão, abrangendo os municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira, bem como a bacia de Algés do Concelho de Oeiras.

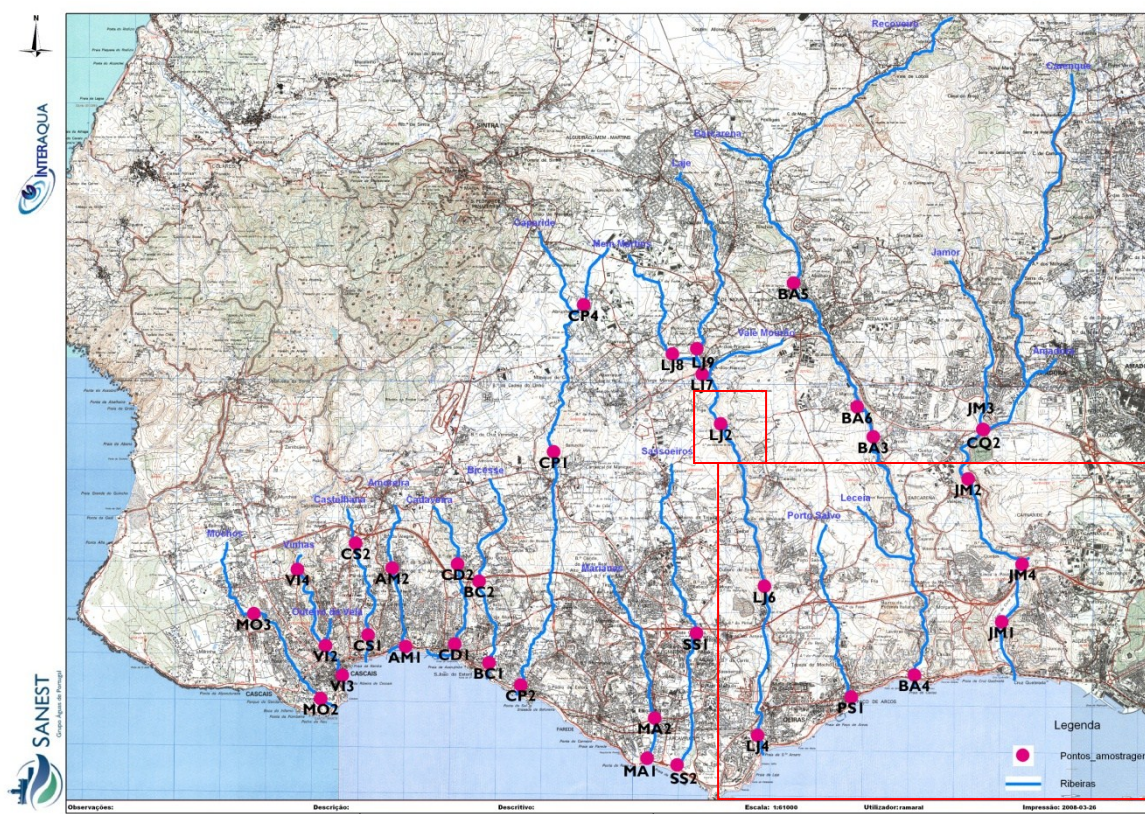
O Gabinete de Saneamento Básico da Costa do Estoril iniciou em 1993 a monitorização da qualidade da água, na zona de descarga da actual ETAR da Guia, bem como da água balnear de algumas praias e ainda da qualidade da água de 7 ribeiras.

O objectivo inicial do estudo de monitorização das ribeiras residia na avaliação do seu caudal e qualidade do mesmo, em alguns parâmetros mais relevantes; a partir de 1997, o objectivo dirigiu-se no sentido da deteccção de fontes de poluição pontual, como a descarga indevida de águas residuais através de colectores pluviais. Este

trabalho tem vindo a ser realizado em conjunto com as respectivas autarquias e Serviços Municipalizados, permitindo os levantamentos de descargas ilegais e a sua erradicação, de forma sistemática e gradual.

Qualidade da água superficial e fontes de poluição - ribeiras

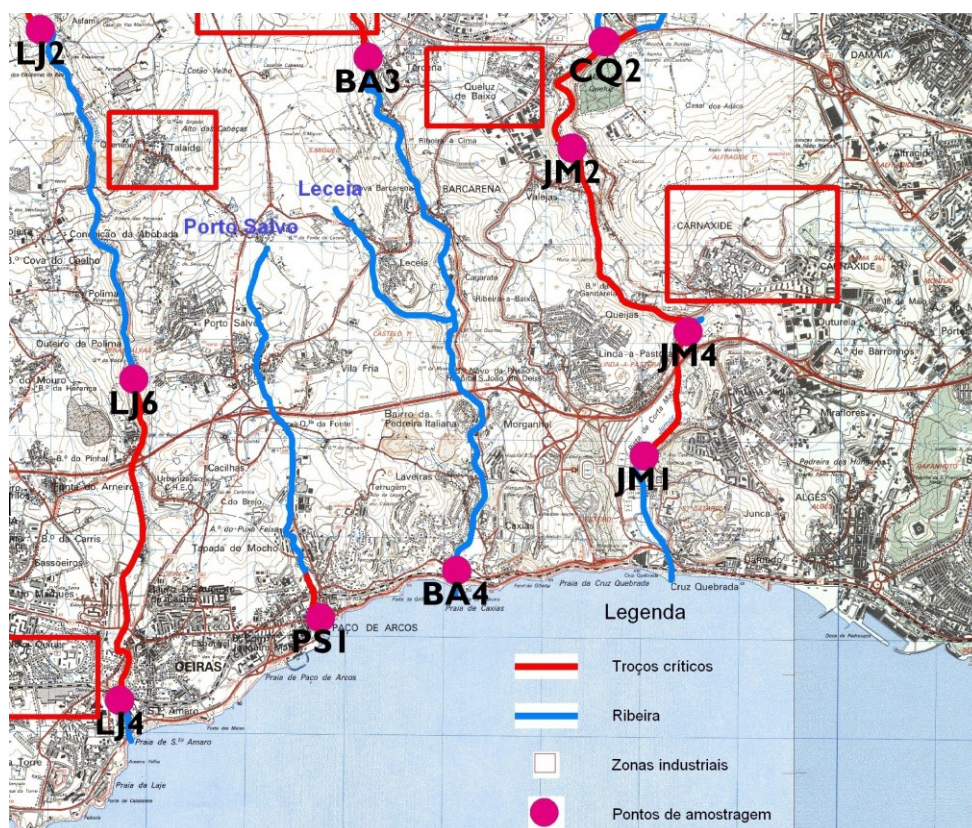
As mais recentes Campanhas de Monitorização da Qualidade da Água das Ribeiras da Costa do Estoril (Campanha 2006/2007 e 2007/2008), levadas a cabo pelo Instituto do Ambiente/ Agência Portuguesa do Ambiente para a SANEST, permitiram monitorizar catorze ribeiras, com 36 pontos de amostragem, das quais 4 ribeiras e 8 pontos de amostragem se encontram no concelho de Oeiras.



Localização dos pontos de amostragem - Campanha de Monitorização da Qualidade da Água das Ribeiras da Costa do Estoril 2007/2008
(Fonte: SANEST, 2008)

Recorrendo ao último relatórios de monitorização (SANEST, 2008) e aos levantamentos realizados em troços a céu aberto e canalizados das ribeiras, e levando em conta a localização das principais zonas industriais, a SANEST procedeu à delimitação dos troços das ribeiras considerados como mais críticos, sendo toda esta

informação de caracterização remetida às autarquias para poderem intervir nessas situações, no âmbito das suas atribuições e competências.



Delimitação dos troços mais críticos das ribeiras do concelho de Oeiras (SANEST 2008)

Para cada uma das ribeiras monitorizadas pela SANEST, a situação à data das campanhas de monitorização de 2007/2008 e levantamentos de campo nos mesmos anos é a que se passa a descrever.

Ribeira da Laje:

Um dos troços mais críticos da Ribeira da Laje situa-se entre a entrada no concelho e o Jardim de Oeiras, uma vez que a classificação da qualidade da água atribuída aos pontos de amostragem LJ6 e LJ4 é de qualidade razoável e de má qualidade, respectivamente, o que indica que a maior poluição está a montante do ponto LJ4 e a jusante de LJ6.

Os resultados analíticos das amostras recolhidas, nos vários pontos de amostragem, demonstram que aparentemente em toda a Ribeira da Laje no seu troço dentro do

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

concelho de Oeiras, existe poluição microbiológica e a presença de carga orgânica, havendo necessidade de investigar as suas fontes poluidoras, para eliminação futura, de forma a promover a sua reabilitação e reduzir o seu impacte sobre a qualidade da água da Praia de Santo Amaro de Oeiras.

Os níveis elevados de matéria orgânica estão provavelmente associados ao número elevado de aglomerados populacionais localizados a montante do concelho de Oeiras e consequentes descargas indevidas de águas residuais domésticas, conforme atestam os resultados da inspecção visual efectuada à Ribeira, realizada durante o período 2006/2007. Algumas zonas industriais poderão também ter alguma responsabilidade nos valores dos parâmetros físico-químicos (Albarraque, Mem-Martins, e eventualmente Talaíde).

No levantamento realizado em 2007/1008, foram detectadas 142 descargas, das quais 42 se encontravam activas, ou seja com vestígios de águas residuais domésticas.

Ribeira de Porto Salvo

Considerou-se que o troço mais crítico da Ribeira de Porto Salvo se situa junto à foz, porque:

- ✓ não se identificaram descargas activas no troço a céu aberto;
- ✓ identificaram-se 16 descargas activas no troço canalizado, junto à foz;
- ✓ os resultados analíticos junto à foz indicam que a poluição tem a sua origem no troço canalizado.

No ponto de amostragem existente na foz desta Ribeira, a classificação da qualidade da água manteve-se na classe **E** de 2004 a Fevereiro de 2008.

Os níveis elevados de matéria orgânica, indiciados pelos valores de CBO₅ e CQO, estão indubitavelmente associados às descargas de águas residuais com origem doméstica.

Em Maio de 2007 foi realizada a inspecção visual ao troço canalizado da Ribeira de Porto Salvo, junto à foz. Das 65 descargas identificadas, 16 encontravam-se activas. Por vezes, a montante do troço canalizado, a Ribeira de Porto Salvo não transporta caudal; no entanto, a jusante do mesmo, o caudal é significativo, sendo atribuído ao número elevado de descargas levantadas durante a inspecção confirmando, portanto, a atribuição da carga poluente às descargas de origem doméstica existentes no troço canalizado terminal desta ribeira.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Ribeira de Barcarena

Considerou-se que o troço mais crítico da Ribeira de Barcarena se situa no troço a montante do concelho de Oeiras, pois:

- ✓ sofre influência das zonas industriais de Aqualva-Cacém, S. Marcos e Massamá;
- ✓ a classificação da qualidade da água atribuída ao ponto de amostragem BA5 é de má qualidade;
- ✓ a classificação da qualidade da água atribuída ao ponto de amostragem BA3 é de muito má qualidade, o que indica que a maior poluição está a montante do ponto BA3 e a jusante de BA5.

À data do Relatório de monitorização (SANEST, 2008), não se dispunha de dados de levantamento de descargas para esta linha de água.

Rio Jamor

Considerou-se que os troços mais críticos da Ribeira do Jamor se situam a montante de Valejas, pois:

- ✓ sofre a influência das zonas industriais de Massamá, Queluz de Baixo e Carnaxide;
- ✓ a classificação da qualidade da água atribuída ao ponto de amostragem JM3 é de má qualidade;
- ✓ a classificação da qualidade da água atribuída ao ponto de amostragem JM1 é de má qualidade, o que indica que a maior poluição está a montante do ponto JM1 e a jusante de JM3.

Verifica-se que, para os parâmetros microbiológicos, ao longo dos anos, a água apresenta má qualidade em toda a sua extensão, apresentando uma ligeira melhoria dos resultados no ponto de amostragem JM4 (Senhora da Rocha – Queijas), a partir de Março de 2007.

Os resultados das amostras recolhidas, nos vários pontos de amostragem, demonstram que aparentemente em toda a Ribeira do Jamor, existe alguma poluição microbiológica, havendo necessidade de investigar as fontes poluidoras, para sua eliminação futura, de forma a promover a reabilitação desta Ribeira, afluente à Praia da Cruz Quebrada.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Os piores resultados analíticos obtidos, principalmente no ponto de amostragem JM1, relativamente aos parâmetros microbiológicos, podem estar associados à proximidade das zonas industriais de Queluz de Baixo e Carnaxide.

À data do Relatório de monitorização (SANEST, 2008), não se dispunha de dados de levantamento de descargas para esta linha de água.

A SANEST tem vindo a proceder ao levantamento de campo das restantes ribeiras, registando os elementos actualizados em suporte SIG (Sistema de Informação Geográfica). A Carta de Levantamento das Descargas nas Ribeiras do Concelho de Oeiras facultada pela SANEST (em Anexo) identifica as descargas detectadas pelas equipas de inspecção, actualizadas a Dezembro de 2010. Verifica-se que relativamente a 2008 foram já erradicadas algumas descargas na Ribeira da Laje, e nas restantes ribeiras o facto de se ter procedido à inspecção de novos troços levou à identificação de um número mais elevado de descargas.

É também apresentada em Anexo a Carta, da responsabilidade da SIMTEJO, relativa ao levantamento de descargas na Bacia da Ribeira de Algés, onde se identifica e localiza um total de 56 descargas, das quais 17 são fora do concelho (Amadora e Lisboa) e 25 são claramente associadas ao sistema de drenagem de águas pluviais de Oeiras. 14 descargas dentro do concelho carecem de investigação suplementar.

Deve salientar-se que este tipo de informação é intrinsecamente limitado porque:

- Os levantamentos de campo permitem identificar as descargas mas apenas as caracterizam num momento específico, não sendo possível determinar quando e com que intensidade ocorrem descargas efectivas; das 265 descargas identificadas na Carta da SANEST atrás referida, apenas 5 apresentavam escorrência no momento da inspecção, uma das quais sem gravidade e 4 com gravidade – classificação que resulta da aplicação de uma grelha de parâmetros de avaliação pelos inspectores;
- Ao longo do tempo, vão sendo realizadas intervenções pelas diversas entidades com atribuições em matéria de recursos hídricos, saneamento básico e gestão territorial (Câmara Municipal e Junta de Freguesia; Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Amadora e Oeiras – SMAS-AO; SANEST; Instituto da Água e Administração de Região Hidrográfica), no âmbito das quais sempre que possível se procede à erradicação de descargas indevidas - daí que este tipo de informação careça de constante actualização.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- A qualidade da água nas ribeiras do concelho resulta não só das descargas pontuais para as ribeiras como também das descargas indevidas de águas residuais domésticas e industriais para a rede de drenagem pluvial (que por sua vez drena para as ribeiras). Este é um levantamento que se encontra em curso por parte dos SMAS - AO, estando previsto ser completado durante o ano de 2011, após o que será possível proceder a uma intervenção sistemáticas de controlo destas situações.
- Um outro factor que se considera de grande importância para a qualidade da água nas ribeiras é a própria poluição difusa, designadamente a que resulta da drenagem das vias de circulação rodoviária (onde se acumulam diversos poluentes) e das zonas de ocupação informal por hortas, onde se sabe serem utilizados produtos químicos (fertilizantes) cuja drenagem para as linhas de água favorece nomeadamente os fenómenos de eutrofização identificados nos relatórios de monitorização.

2.3.3 PROBLEMAS FÍSICOS DAS RIBEIRAS

A par da avaliação da qualidade da água, diversas intervenções por parte dos serviços municipais visam garantir as normais condições de escoamento das ribeiras, a prevenção de inundações, a manutenção de condições físicas de segurança nas margens das linhas de água e a requalificação ecológica dos corredores ribeirinhos, em consonância com a Directiva-Quadro da Água.

Não existe até à data um registo integrado dos diversos tipos de intervenção. Por vezes as obras têm um carácter correctivo, de urgência, a par de outras situações, como aquelas sob o enquadramento do Plano Estratégico dos Corredores Verdes, com um carácter estrutural e em articulação com a implementação da Estrutura Verde Principal e Secundária do Plano Director Municipal.

Apresenta-se seguidamente a síntese, actualizada a Março de 2010, das intervenções de carácter correctivo levadas a cabo durante o ano de 2009 ou equacionadas ou previstas no início de 2010, sendo de salientar o seguinte:

- Em todas as bacias são realizadas, de modo continuado, acções de limpeza e consolidação das margens, inspecção e diagnóstico de troços canalizados e de renaturalização de troços das ribeiras e seus afluentes, por parte dos serviços

da autarquia e em articulação com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora e com a SANEST.

- Na Ribeira de Algés é de salientar o estabelecimento de um protocolo de cooperação entre a autarquia e o Instituto da Água, tendo por objectivo a duplicação da capacidade de escoamento da Ribeira, com um valor de investimento total de 12.500.000,00€; a par desta intervenção de fundo, indispensável ao controlo das inundações que historicamente se associam a esta linha de água, é de salientar a conclusão do projecto para a limpeza do 2º troço canalizado da Ribeira de Algés e a realização da obra de reconstrução da parede de contenção da ribeira de Algés de suporte ao arruamento da Quinta da Formiga – Algés. A par das acções de continuidade acima referidas, têm sido implementados diversos projectos de espaços verdes que envolvem a renaturalização do corredor ribeirinho, de que é exemplo o Parque Urbano de Miraflores.
- Na Ribeira de Barcarena o projecto de maior envergadura é o da regularização da Ribeira de Massamá (afluente da Ribeira de Barcarena – com um orçamento de cerca de 1 milhão de Euros), a par de intervenções correctivas em situações de instabilidade das margens (Qtª S. Miguel – Barcarena; margem esquerda da Ribeira de Barcarena junto ao Caminho do Rio em Caxias; pontão pedonal na rua dos Artilheiros na Fábrica da Pólvora) e de um projecto de passeio ribeirinho para a zona da Fábrica da Pólvora, em fase de Estudo Prévio.
- No Rio Jamor estão previstas duas intervenções de estabilização das suas margens (junto à Sra. da Rocha), está em consignação o Projecto de manutenção da ponte na Rua Carlos César em Valejas, e está a ser iniciada a requalificação dos passeios na margem direita junto à estação da Cruz Quebrada/Dafundo. A intervenção na zona da foz terá que ser equacionada no quadro do Plano de Pormenor da Margem Direita da Foz do Rio Jamor, em fase de elaboração. As intervenções mais urgentes de regularização das muralhas do Rio Jamor, junto à Foz, são da responsabilidade APL.
- A Ribeira da Junça, apesar de corresponder a uma bacia de pequena dimensão, está a ser alvo de uma obra de desassoreamento no seu troço terminal (canalizado) com alguma envergadura, para garantir as necessárias condições de escoamento das águas pluviais.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- Na Ribeira da Laje estão previstas duas intervenções de manutenção de infra-estruturas (ponte sobre a Ribeira da Laje para Mina e pontão pedonal sobre a Ribeira da Laje, no Jardim de Oeiras), estando em arranque o estudo de compatibilização com o desnivelamento da marginal com troço final da ribeira.
- A Ribeira de Porto Salvo, em resultados de estudos hidráulicos realizados pelo INAG, está a ser alvo de um conjunto de projectos de regularização e construção de bacias de retenção, com um valor de investimento total da ordem dos 3.000.000€.

A maioria das intervenções – particularmente as mais urgentes - têm-se limitado a alguns troços nas ribeiras principais, com o emprego de tecnologias clássicas de engenharia cujo objectivo é sobretudo a criação de secções que suportem a cheia centenária. A consciência das desvantagens e insuficiência destas metodologias e da importância de uma abordagem mais abrangente tendo em conta os aspectos de natureza ambiental e a sua enorme contribuição para o equilíbrio dos sistemas urbanos, fez surgir o emprego de novas técnicas baseadas na engenharia natural, que têm vindo a ser empregues desde há largos anos em outros países.

Com o enquadramento dado pela Agenda 21 Local de Oeiras, pretende-se a implementação de boas práticas de intervenção no território, tendo como grande objectivo alcançar o desenvolvimento sustentável territorial.

É nesta perspectiva que se tem procurado nas diversas áreas de actuação, mesmo que de pequena escala, a adopção de soluções que vão de encontro a esses objectivos. A Câmara Municipal de Oeiras tem em programação ou em curso um conjunto de projectos-piloto que vão de encontro a estas práticas, estruturados e enquadrados pelo Plano Estratégico dos Corredores Verdes e apoiados pelos objectivos do Plano Municipal de Arborização. A preservação e renaturalização de linhas de água urbanas e a sua integração na estrutura verde de protecção e lazer no âmbito de intervenções urbanísticas ou projectos internos é uma prática que começa a ser implementada e da qual a intervenção em 2009 na Ribeira de Talaíde (e na Ribeira de Paço de Arcos) constituem exemplos a replicar.



Intervenção na Ribeira de Talaíde (2009)



Intervenção na Ribeira de Paço de Arcos (2009)

Já em 2010, a par de plantações de árvores mais orientadas para funções de enquadramento paisagístico de infraestruturas e sensibilização ambiental, foram também promovidas acções de plantação – com a participação de voluntários - na Ribeira da Ancha, em Porto Salvo, na Ribeira de Paço de Arcos, na Ribeira de Ourela, em Carnaxide (troço entre a Avenida Prof. Dr. Bernardino Machado e o Largo 7 de Junho de 1759) e em três troços do Rio Jamor (junto ao Palácio de Queluz, zona junto a Valejas e troço na Gandarela), no Outono de 2010.



Comemoração do Outono 2010 – plantações de árvores nas ribeiras do concelho

2.3.4 QUALIDADE DAS ÁGUAS BALNEARES

Apesar da qualidade da água nas Ribeiras do concelho de Oeiras ainda se apresentar muito baixa, a verdade é que a evolução tem sido positiva, sendo possível verificar que a qualidade das águas balneares tem evidenciado uma melhoria gradual nos últimos anos, sendo possível assegurar qualidade compatível com as actividades de lazer aí praticadas.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Ao longo de todo o ano são realizadas amostragens e análises de qualidade pelas várias entidades com tutela ou atribuições na matéria (SANEST, SMAS de Oeiras e Amadora, Instituto do Ambiente – para a Administração de Região Hidrográfica do Tejo – e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) sendo possível verificar que em 2008 a maioria das praias, na maioria das amostragens, apresenta qualidade da água boa ou aceitável para a prática balnear.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Qualidade das Águas Balneares em Oeiras (2008)

Locais	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jun	Jul	Jul	Jul	Jul	Ago	Ago	Ago	Ago	Ago	Set	Set	Out
TORRE	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
SANTO AMARO I	Má	Boa	Boa	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Má	Boa	Boa
SANTO AMARO II (A meio da praia)	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
SANTO AMARO III (Junto ao rest. SAISA)	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
PAÇO DE ARCOS	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
CAXIAS I	Má	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
CAXIAS II	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
INATEL	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
MOTEL	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
FONTAÍNHAS	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Má
Cruz Quebrada I	Má	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
Cruz Quebrada II	Má	Má	Má	Má	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Má	Boa	Boa
Algés	Má	Má	Má	Má	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa

Fonte: DAE/CMO

Qualidade boa	Qualidade aceitável	Qualidade Má
---------------	---------------------	--------------

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Qualidade das Águas Balneares na época balnear de 2009

LOCAIS		18Mai	25Mai	01Jun	08Jun	09Jun	15Jun	22Jun	23Jun	29Jun	06Jul	13Jul	14Jul	20Jul	27Jul	28Jul	08Aug	11Aug	17Aug	18Aug	18Aug	24Aug	31Aug
TORRE		Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good
SANTO AMARO	Junto da Ribeira	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good
	Meio da Praia	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good
	Junto ao Saisa	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good
PAÇO DE ARCOS		Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good
CAXIAS		Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good	Good

Fonte: DAE/CMO

2.3.5 DEPOSIÇÃO ILEGAL DE RESÍDUOS E POLUIÇÃO DO SOLO

Não existem em Oeiras situações de grande dimensão de deposição ilegal de resíduos, como lixeiras abandonadas ou depósitos ilegais de sucata, ou áreas com risco elevado de poluição do solo.

As situações de deposição ilegal de resíduos são resultado, essencialmente, da falta de civismo de munícipes e pequenas empresas, dominando a deposição em terrenos públicos ou privados de entulhos e restos de materiais de obras (como alcatrão), monstros, pneus e outros materiais diversos.

A informação mais abrangente e sistematizada relativamente à existência destas situações no território de Oeiras resulta dos levantamentos realizados por voluntários no âmbito da Campanha “Limpar Portugal”, um movimento de cidadãos lançado a nível nacional, com estruturas de coordenação concelhias que se articularam com os serviços Municipais para o apoio à limpeza voluntária de locais e encaminhamento adequado dos resíduos recolhidos, no dia 20 de Março de 2010.

Levantamento de locais de deposição de resíduos em Oeiras pelo Projecto “Limpar Portugal”

Freguesia	Local/Morada	Tipo de resíduos	Observações
Oeiras/ São Julião da Barra (12 pontos de lixeira)	Zona de São Julião da Barra	Ramos e galhos secos	Existem nesta zona 3 pontos de lixeira identificados por coordenadas e fotografia
	Estrada de Oeiras – caminho velho, paralelo à estrada do lado dtº da Viplant – Oeiras Garden	Entulhos de obras, plásticos, madeiras	
	Avª Alvares Cabral	Lixo urbano vários	
	Avª Dom João	Lixo urbano vários	Passeios
	Rua do Liceu - Rª Alexandre Herculano	Lixos vários	O lixo encontra-se entre as duas ruas – trata-se de limpeza de passeios
	Rua Cidade do Mindelo	Lixo urbano vários	
	Parque dos Poetas	Entulhos	O lixo encontra-se nas imediações do Parque
	Sentido Lisboa Oeiras – acesso pela Marginal em ambos os lados (3 pontos)	Entulhos, roupas	

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Freguesia	Local/Morada	Tipo de resíduos	Observações
Caxias (30 pontos de lixeira)	Estrada da Gibalta (2 pontos)	Lixo urbano vários	Existem 2 pontos com lixeira que estão identificados apenas por coordenadas
	Estrada de Laveiras - Bairro Social	Lixo urbano vários	Espalhado em vários pontos do bairro
	Rio das Canas, junto do estaleiro Armando Cunha, S.A.	Plásticos, entulhos	
	Frete prisional hospital (3 pontos)	Lixo urbano vários	3 pontos de lixeira
	Bairro Pedreira Italiana (9 pontos)	Lixo urbano vários	Identificados 9 pontos de lixeira - espalhados ao longo de todo o bairro
	Rua do Quartzo (2 pontos)	Lixo urbano vários	2 pontos de lixeira na rua
	Rª das Amendoeiras entre os nº 14 e 24	Plásticos, ramos, entulho	A concentração do lixo verifica-se no meio e final da rua – Passeios
	Rª Calvet Magalhães (3 pontos) Largo Baden Powel	Lixo urbano vários	3 pontos de lixeira
	Rª das Madresilvas	Ramos e ferro	lixo no passeio
	Estrada de Laveiras	Lixo urbano vários	Lixo ao longo de toda a estrada
	Estrada Murgalhal – Bairro (4 pontos)	Lixo urbano vários	Ao longo da Estrada, 4 pontos de lixeira
	Avª João Freitas Branco, passando o ribeiro	Lixo urbano vários	
Estação de Caxias	Entulhos e plásticos		
Paço de Arcos (7 pontos de lixeira)	Avª Conde São Januário	Plásticos, papeis, ramos, monos	
	Avª António Sena (3 pontos)	Lixo urbano vários	3 pontos de lixeira ao longo da Avª
	Estação de Paço de Arcos (traseiras)	Entulhos, plásticos e lixo organico	
	Rua Calvet Magalhães (2 pontos)	Lixo urbano vários	2 pontos de lixeira
Porto Salvo (18 pontos de lixeira)	Estrada Caminho da Serra – Leião (3 pontos)	Entulhos, sofá, tubos de plástico, sacos de plásticos	3 pontos de lixeira
	Lage - perto do campo de futebol (2 pontos)	Madeiras, resíduos de jardim, Loijas sanitárias, chapas de fibrocimento	2 pontos de lixeira na envôlvia do campo
	Vila fria (2 pontos)	Entulho	Num dos pontos, o lixo encontra-se junto ao portão da estação da TratoLixo
	A5, lado oposto da estação de serviço, sentido Lx-Cascais	Plásticos	
	Casal da choca (2 pontos)	Muitos plásticos , loiça sanitária	2 pontos de lixeira.
	Rª das Portelas – traseiras do campo da bola	Entulho	traseira do campo da bola (terreno baldio)
	Rotunda antes de chegar ao Bairro dos navegadores	Lixo urbano vários	
	Rua Casal Deserto – beira da estrada (2 pontos)	Entulho	2 pontos de lixeira
	Leceia, junto ao campo de futebol	Entulho e plásticos	Além do mencionado, existem mais 3 pontos de lixeira referenciados por números no mapa da organização

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Freguesia	Local/Morada	Tipo de resíduos	Observações
Barcarena (15 pontos de lixeira)	Junto ao Depósito dos SMAS (4 pontos)	Lixo urbano vários	4 pequenos pontos de lixeira
	Estrada Militar na direcção de Queluz (4 pontos)	Lixo variado	4 pontos de lixeira espalhados ao longo da estrada
	Calçada dos Moinhos (3 pontos), perto da ponte da auto estrada	Lixo variado	3 pontos de lixeira
	Estrada de Queluz-frente empresa, Luxera, S.A.	Lixo variado	Trata-se de terreno privado
	Espaço entre a estrada da Fábrica da pólvora, rio, faculdade e parque de estacionamento	Lixo vários	
	Rua Humberto Madeira (2 pontos)	Lixo vários	Trata-se de lixo no passeio, no meio e final da rua
Algés (5 pontos)	Entre parque e CRIL (2 pontos de lixeira)	Lixo vários	2 pontos de lixeira
	Junto à Rotunda Clínica quadrantes	Lixo vários	Pequenos lixos
	Junto à rotunda dos bombeiros	Papeis, plásticos	Pequenos lixos
	Junto ao mercado de Algés	Papeis	Passeios
Dafundo/Cruz Quebrada	Dafundo/Cruz Quebrada - Praias	Canas, madeiras, plásticos	
Carnaxide (14 pontos de lixeira)	Rua das Searas	papeis	Passeios
	Rua da Mina Grande	Papeis, plásticos	Passeios
	Frente ao stand da Vila Utopia	Entulho	
	Bairro Instituto Coração	Resíduos de jardim, plásticos, Entulho	Espalhados pelo Bairro
	Rua do Impasse	Lixo vários	Passeios
	Estrada da Portela	Lixo urbano vários	Berma da estrada
Linda-A-Velha	Pedreira dos Húngaros	Entulhos de grande dimensão	Trata-se de terreno privado parcialmente vedado – proprietário (Gerium promoção e construção imobiliária)

Contudo, o levantamento realizado pelos cidadãos não tem qualquer tipo de sistematização da informação relativamente a factores críticos de avaliação como (1) a dimensão do problema (quantidade de resíduos, suas características de perigosidade ou efeito poluente, etc.), (2) a propriedade do terreno onde se encontram os resíduos e (3) a responsabilidade pelo destino adequado dos resíduos.

Assim, a informação que se apresenta é da responsabilidade dos responsáveis pelo Projecto “Limpar Portugal”, tendo havido um acompanhamento do Projecto por parte da Câmara Municipal de Oeiras no sentido de dar apoio logístico ao Projecto e viabilizar o adequado encaminhamento dos resíduos recolhidos.

Locais de deposição indevida de resíduos identificados e limpos no âmbito do Projecto “Limpar Portugal”

(Fonte: DSU/DAE – CMO)

Freguesias	N.º Voluntários	Locais de deposição indevida de resíduos				
		Referenciadas	Limpas antes dia L	Limpeza total	Limpeza parcial	Por limpar
Algés, Cruz Quebrada-Dafundo, Linda-a-Velha, Carnaxide	323	63		17	17	29
Caxias, Paço de Arcos, Oeiras e S. Julião da Barra	269	59	9	24	7	19
Porto Salvo, Barcarena, Queijas	79	39		6	14	19
TOTAIS	671	161	9	47	38	67

O trabalho de levantamento realizado pelos voluntários permitiu identificar um total de 161 locais com deposição indevida de resíduos. Foi levada a cabo uma avaliação qualitativa destas questões no âmbito da preparação da Campanha, conjuntamente entre a coordenação concelhia e os serviços municipais, tendo sido possível, com a mobilização de 671 voluntários e o empenhamento da autarquia e de diversos parceiros privados³³, realizar a limpeza total de 47 locais e parcial de mais 38.

³³ Junta de Freguesia de Paço de Arcos; TCPI, Tecnoprojecto Internacional, S.A.; Pascoal Monteiro - Construções, Lda; IDO - Madeiras e Construções, Lda.; FHM Transportes Especiais, S.A.; Centro Militar de Electrónica do Exército; BARLOWORLD STET-CAT; TIRATULHOS - Recolha de Entulhos, Lda.; transportes Bizarro Duarte, Lda.; TETRA PAK Portugal, S.A.; Administração do Porto de Lisboa; TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM; CANON Portugal, S.A.; MAQUINTER PORTUGAL - Máquinas e Ferramentas, Lda.

Exemplos de Locais Intervencionados pelo Projecto “Limpar Portugal (20 de Março de 2010)

Local	Antes	Depois
Estrada de Acesso ao Reservatório dos SMAS de Oeiras em Barcarena		
Rua Humberto Madeira (Queluz de Baixo)		
Estrada de Oeiras junto das instalações da Viplant		
Rua Nuno Álvares Pereira (Paço de Arcos) Bairro J. Pimenta		
Estrada Militar (Queijas) Junto aos Estúdios Nirvana		

Os resíduos recolhidos no âmbito da Campanha foram encaminhados para a Tratolixo, para assegurar o devido destino final, totalizando cerca de 485 toneladas.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Quantitativo de resíduos recolhidos no âmbito do Projecto “Limpar Portugal” (Fonte: DSU/DAE – CMO)

(em Kg)

	Pneus usados	Produtos de Alcatrão	R. Jardins e Parques	R.S.U	R. Limpeza	Monstros não separados	Total Geral
Oeiras		25.400			415.400	44.080	484.880

A actuação dos serviços municipais passa pela manutenção da limpeza do espaço público nas áreas urbanas, respondendo caso a caso às situações de deposição indevida que vão sendo identificadas. O Serviço de Polícia Municipal (SPM) é chamado a actuar pelos próprios serviços municipais e, muitas vezes, por munícipes, outras forças policiais e diversas entidades do concelho, fazendo por um lado a ligação aos serviços que podem assegurar a correcção da situação ou actuando no sentido de accionar a responsabilidade civil e criminal em caso de ilícito.

No ano de 2010, foram registadas no SPM 493 situações de deposição ilegal de resíduos e 21 situações de poluição hídrica, havendo no primeiro caso situações não só de despejo / abandono de diversos tipos de resíduos como também insalubridades provocadas por animais.

3. RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

O quadro geral de riscos que pode afectar um território, inclui:

“(i) Perigos naturais, que correspondem a ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais (e.g., sismos, movimentos de massa, erosão do litoral, cheias e inundações);

(ii) Perigos tecnológicos que potenciam acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da actividade humana (e.g., potencial de acidentes industriais, potencial de acidentes no transporte de substâncias perigosas);

(iii) Perigos ambientais, em que se combinam os resultados de acções continuadas da actividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (e.g., incêndios florestais, contaminação de cursos de água, de aquíferos e de solos).”³⁴

³⁴ Riscos e Protecção Civil, Diagnóstico Estratégico Preliminar, PROTAML, 2009

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

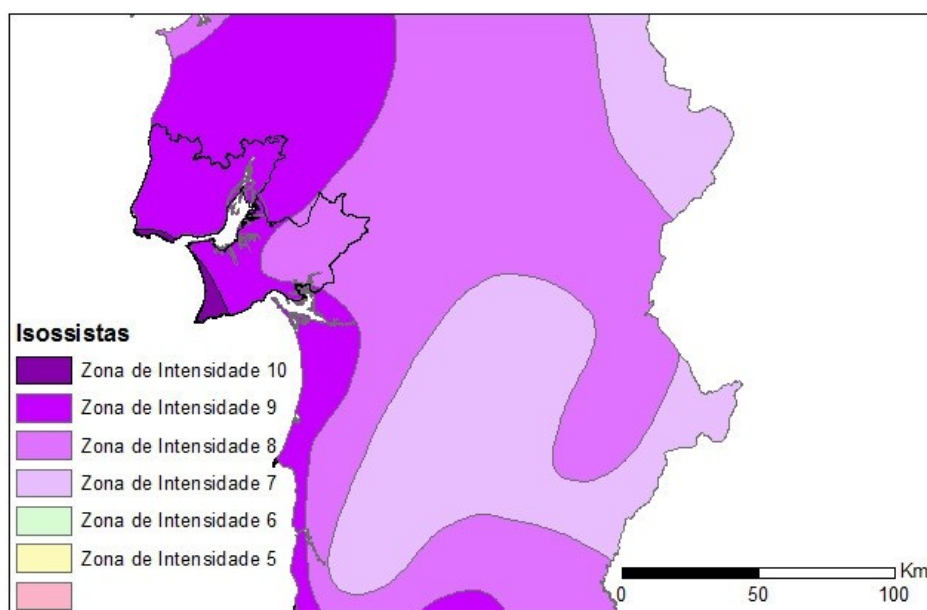
O Concelho de Oeiras participa de uma parte dos riscos da AML, nomeadamente Riscos Naturais e Ambientais. Os Riscos Tecnológicos são menos importantes, dado o perfil económico, marcadamente terciário.

3.1 PERIGOS NATURAIS

3.1.1 SISMOS

“A distribuição espacial das intensidades sísmicas máximas, com base na sismicidade histórica, mostra que a AML” e, portanto, Oeiras “se situa nas zonas de maior intensidade sísmica de Portugal continental. A perigosidade sísmica é elevada devido, não só à proximidade de estruturas activas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S, que têm o potencial de gerar os sismos máximos regionais (Grácia et al., 2003), mas também, à falha (ou zona de falhas) do vale inferior do Tejo (Carvalho et al., 2006).

Tendo em conta a distribuição da intensidade sísmica máxima, foi efectuada o zonamento de risco sísmico em Portugal Continental, de acordo com o Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes, aprovado pelo Decreto-Lei nº235/83 de 31 de Maio. Este regulamento estabelece os coeficientes de segurança a aplicar nas construções de edifícios e pontes em cada uma das 4 zonas identificadas. A AML enquadra-se na zona A do referido zonamento, ou seja, na de maior risco.

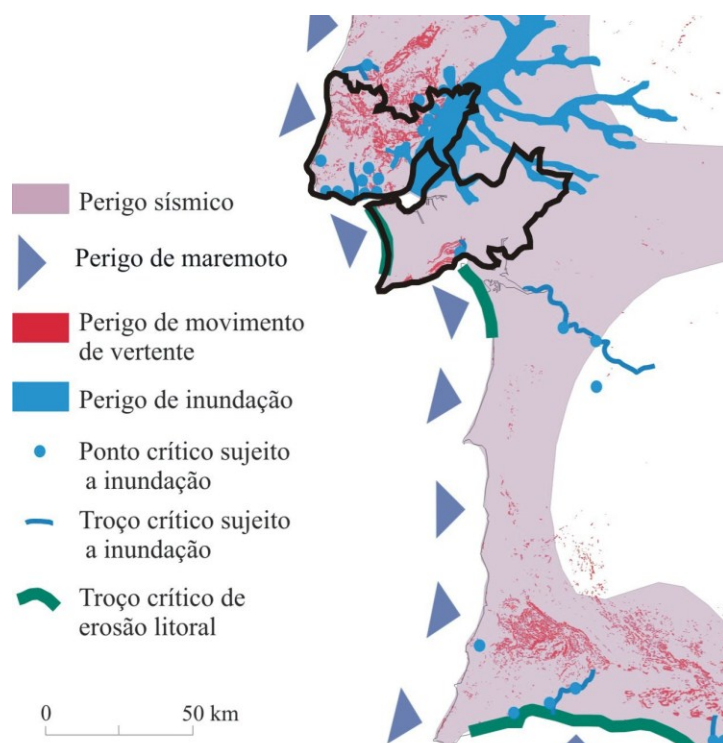


Intensidade Sísmica máxima na AML (Fonte: Instituto de Meteorologia)
Fonte: PROTAML: Riscos e Protecção Civil, Diagnóstico Estratégico Preliminar

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Embora os sismos de magnitude muito elevada tenham uma probabilidade de ocorrência baixa, o risco sísmico da AML é bastante elevado, atendendo à elevada exposição e vulnerabilidade dos elementos em risco, associada à grande concentração populacional, de infra-estruturas e de actividades económicas.

Considerando a simulação modelística do maremoto gerado pelo sismo de 1755 (Baptista et al., 2003), o qual atingiu a magnitude de 8,5, só igualada, de acordo com os registos históricos, pelo sismo de 63 A.C., a faixa costeira da AML é muito susceptível à ocorrência de inundações devidas a maremotos, particularmente nos troços de costa baixa arenosa e nos estuários. Em situação particularmente desfavorável encontram-se Setúbal, Sesimbra, Costa da Caparica, Lisboa e Costa do Estoril.



Perigos Naturais na Área Metropolitana de Lisboa (Fonte: PNPOT)
Fonte: PROTAML: Riscos e Protecção Civil, Diagnóstico Estratégico Preliminar

3.1.2 MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES

Os movimentos de massa em vertentes ocorridos na AML, num passado recente, foram maioritariamente desencadeados pela precipitação. As chuvas intensas e concentradas desencadeiam deslizamentos superficiais, frequentemente com evolução para escoada,

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

e movimentos associados ao trabalho de sapa dos cursos de água. Estes fenómenos não têm ocorrência registada no território do concelho de Oeiras.



Áreas de instabilidade de vertentes na AML

Fonte: PROTAML: Riscos e Protecção Civil, Diagnóstico Estratégico Preliminar

3.1.3 EROSÃO DO LITORAL

O litoral de Portugal continental está dividido em 8 sectores costeiros, de acordo com a morfodinâmica prevalecte (Andrade et al., in Santos e Miranda, 2006). O litoral da AML reparte-se pelo sector costeiro 3 (a norte do estuário do Tejo) e pelo sector costeiro 4 (entre os estuários do Tejo e do Sado). O litoral da AML apresenta um risco de erosão médio-elevado.

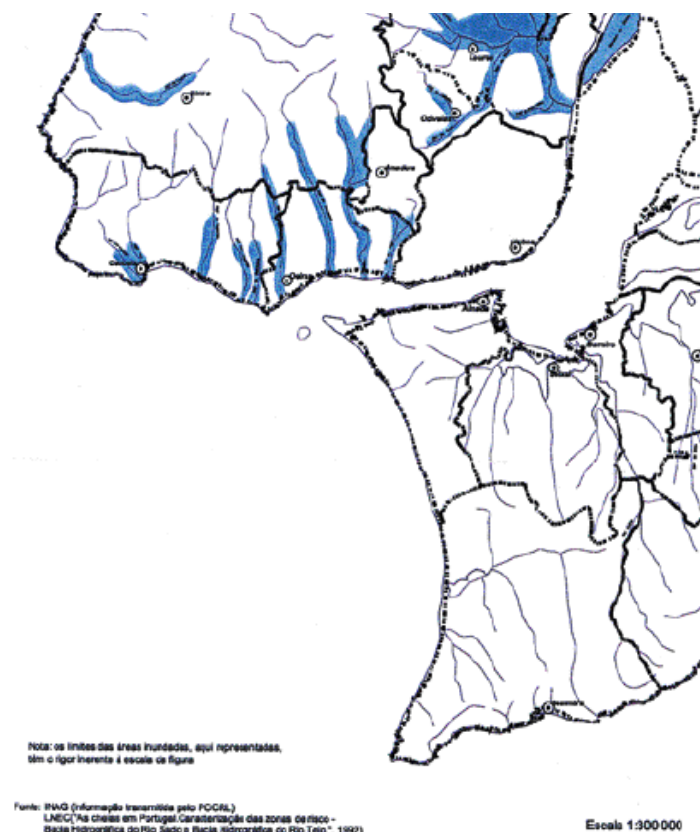
3.1.4 CHEIAS E INUNDAÇÕES

Na AML, as cheias podem ser desencadeadas por: (i) períodos chuvosos que se prolongam por várias semanas, diminuindo drasticamente o efeito regularizador das barragens, que podem potenciar picos de cheia com as respectivas descargas; (ii) episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas.

No segundo caso, ocorrem cheias rápidas, as quais afectam pequenas bacias hidrográficas de reduzido tempo de concentração, que podem ser mortíferas, especialmente nas áreas densamente urbanizadas e com ocupação indevida dos leitos de cheia. As cheias rápidas, e respectivas consequências nefastas já registadas, afectaram essencialmente as pequenas bacias hidrográficas entre os concelhos de

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Cascais e Azambuja (e.g., Rio Trancão, Rio Jamor, Ribeira de Barcarena, Ribeira da Lage, Ribeira das Vinhas) e no concelho de Setúbal (Ribeira do Livramento).



Áreas sujeitas a inundação na AML para cheias com período de retorno entre 10 e 100 anos (Fonte: PROT-AML, 2001)

3.2 CARTA DE RISCOS NO CONTEXTO DO PDM

A cartografia de risco para a proposta do PDM de Oeiras encontra-se em elaboração no quadro de um trabalho abrangente, que integra a preparação do Plano Municipal de Emergência.

Para a elaboração da cartografia de risco será seguido o conjunto de orientações legais e técnicas gerais sobre ordenamento e gestão territorial³⁵ e específicas da área da Segurança e Protecção Civil, e corresponder aos objectivos que serão verificados pela entidade de tutela, que faz parte da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDMO – Autoridade Nacional de Protecção Civil, de acordo com dois documentos de referência:

³⁵ <http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=D2FEB584-A9A2-4B07-98C6-441586DE9683&listaUltimos=1>

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

ANPC (2009) Manual para a Elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente da Protecção Civil, Cadernos Técnicos PROCIV 6, Ed. ANPC, Lisboa, Março de 2009.

JULIÃO, R.P. *et al* (2009) Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal, ed. ANPC, Lisboa.

III TERRITÓRIO



RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



1. INFRA-ESTRUTURAS

1.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Todo o concelho de Oeiras encontra-se abrangido pelo **sistema de abastecimento de água**, abrangendo presentemente **mais de 99%** da população residente, apresentando a água fornecida boas características de qualidade.

Toda a água distribuída no concelho de Oeiras pelo respectivo subsistema dos SMAS_A/O é proveniente da EPAL, tendo atingido o volume de 18.048.550 m³ em 2004.

De acordo com os Censos de 2001, a percentagem de população residente no concelho de Oeiras servida por rede pública de esgotos / drenagem de águas residuais era de 96,8% – 97,8% para a Grande Lisboa –, sendo estes valores actualizados pelas Estatísticas do Ambiente relativas a 2003 para **99,0%** e 98,3%, respectivamente.

A taxa de tratamento das Águas Residuais Urbanas é de **95,1 %**, ultrapassando as metas estabelecidas a nível nacional (PEAASAR II).

Infra-estruturas

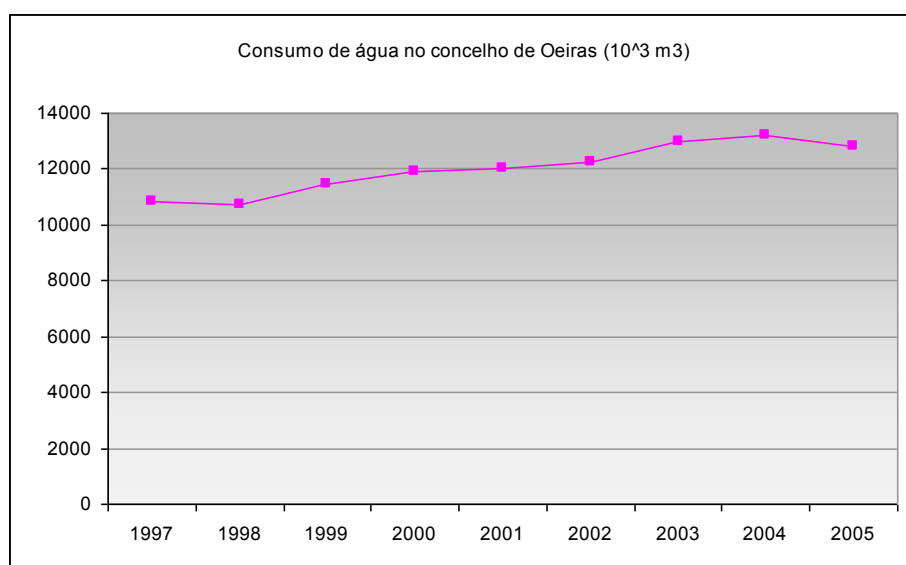
- Extensão total da Rede de distribuição (2006): **612 Km**
- Nº de reservatórios em funcionamento (2006): **10**
- Período médio de reserva de água no concelho: **2 dias**

Fonte: www.smas.pt (cons. 30.Out.2008)

Consumo de água

- Consumo total per capita (capitação urbana - 2006): **252 l/hab.dia ou 91 m³/hab.ano**
- Nº de clientes (2005): **88.275**

Fonte: Matriz da Água, OEINERGE/SMAS, 2006



Fonte: Matriz da Água, OEINERGE/SMAS, 2006

A evolução recente do volume de água fornecido pela EPAL, do volume fornecido e do número de clientes do SMAS, evidencia uma redução muito significativa das perdas do sistema: 2002: 32%; 2003: 29%; 2004: 25% (8.126.637 m³).

Tendência de evolução dos volumes de água comprada à EPAL, vendida aos consumidores e do nº de contratos de fornecimento (2003 – 2004)

	2003	2004	Varição (%)
Água comprada à EPAL (m ³)	19.449.642	18.048.550	- 7,2
Água vendida (m ³)	12.987.799	13.199.654	+ 1,63
Nº de clientes	85.359	86.933	+ 1,84

FONTE: SMAS Amadora / Oeiras, 2005

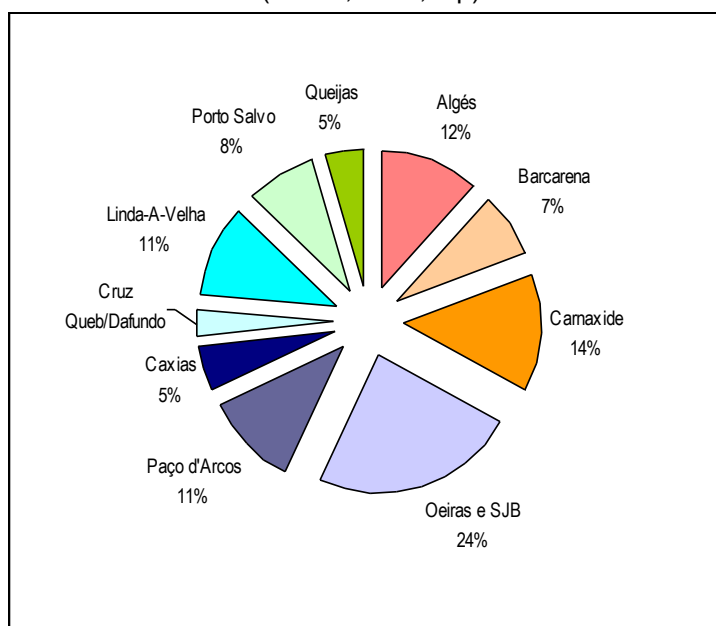
Através da distribuição dos volumes de abastecimento de água por freguesia verifica-se que a freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra constitui a fracção mais importante do total. O consumo *per capita* foi de 74 m³/hab.ano, em 2000 e, em 2003 o consumo de água no sector residencial e dos serviços era de 71 m³/hab.ano (55 m³/hab.ano para a Grande Lisboa).

O sector representado pela tarifa “Doméstico” é claramente o que representa o maior volume de água consumida no concelho – quase 70% -, sendo ainda significativos os consumos da tarifa “Comércio e Indústria” e o consumo por parte da própria autarquia de Oeiras.

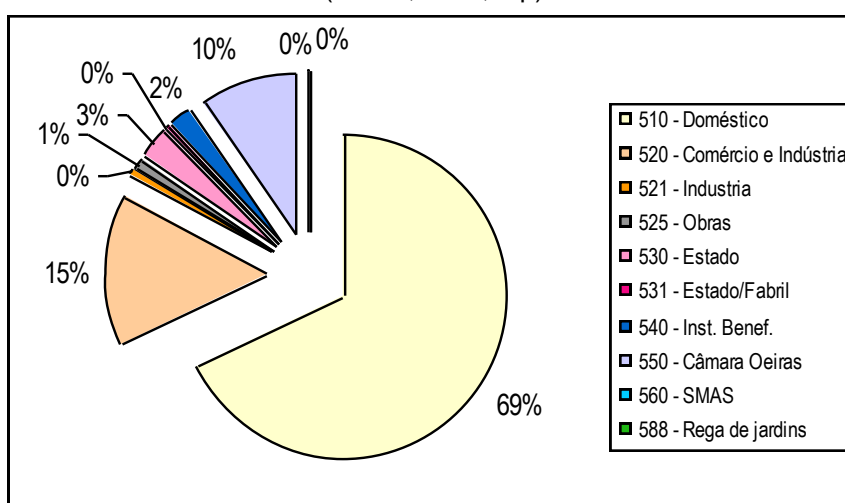
RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Analisando as proporções de cada tarifa por freguesia, o sector “Doméstico” continua a ser dominante em todos os casos, embora com variações que resultam fundamentalmente da maior importância relativa dos consumos de “Comércio e Indústria” (Barcarena, Carnaxide, Paço de Arcos e Porto Salvo) e da própria CMO (Oeiras e S. Julião da Barra).

Vendas de Água pelos SMAS_A/O no concelho de Oeiras, por freguesia (2005)
(SMAS, 2006, n/p)



Vendas de Água pelos SMAS_A/O no concelho de Oeiras, por tarifa (2005)
(SMAS, 2006, n/p)



1.2 SANEAMENTO BÁSICO

As águas residuais urbanas do concelho de Oeiras são abrangidas maioritariamente³⁶ pelo Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril (gerido pela SANEST), que desde 1995 faz a recolha, tratamento preliminar e rejeição final dos caudais recebidos dos 4 sistemas municipais que abrange, na seguinte proporção:

Proveniência do caudal médio diário no sistema da SANEST

Concelho	%
Amadora	3,55%
Cascais	34,71%
Oeiras	18,03%
Sintra	43,71%

Fonte: SANEST (2009, 2010 e 2011)

As águas colectadas nas bacias atribuídas à SANEST são encaminhadas para a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Guia, que possui tratamento preliminar; as restantes águas, colectadas pela SIMTEJO, são drenadas para a ETAR de Alcântara, que possui tratamento primário.

- Comprimento total das redes de drenagem (2006): **doméstica: 383.485m; pluviais: 366.425m; unitária: 173m.**
- Destino das águas residuais domésticas: **ETAR da Guia (SANEST, 85%) e ETAR de Alcântara (SIMTEJO, 25%).**

Fonte: Matriz da Água, OEINERGE/SMAS, 2006

Indicadores Síntese

População servida com água potável no domicílio, 2006: **99,9%**
 População servida por sistema público de drenagem de águas residuais, 2006: **99%**
 População servida por sistema de tratamento de águas residuais, 2006: **95,1%**
 Capitação doméstica de consumo de água, 2005: **186 l/hab.dia**

³⁶ A SANEST é responsável pelas freguesias de Barcarena, Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos, Porto Salvo, Caxias, Queijas, Cruz Quebrada e Dafundo e parte de Carnaxide e Linda-a-Velha (aprox. 97% da população do concelho); A SIMTEJO é responsável pelas restantes áreas de Linda-a-Velha e Carnaxide e a totalidade da freguesia de Algés (aprox. 13% da população).

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

De acordo com os Censos de 2001, a **percentagem de população** residente no concelho de Oeiras servida por **rede pública de esgotos / drenagem de águas residuais** era de 96,8% – 97,8% para a Grande Lisboa –, sendo estes valores actualizados pelas Estatísticas do Ambiente relativas a 2003 para **99,0%** e 98,3%, respectivamente.

A **taxa de tratamento** das Águas Residuais Urbanas é de **95,1%**, ultrapassando as metas estabelecidas a nível nacional (PEAASAR II).

1.3 ENERGIA

Vendas De Combustíveis No Concelho De Oeiras, 1991, 2000 E 2006 (Ton.)

	1990	2000	2006
Total combustíveis gasosos (uso doméstico e serviços)	5.390	10.744	4.870*
Total combustíveis (transporte rodoviário)	22.280	97.618	105.143
Total outros (petróleos, fuel)	2.087	2.691	134

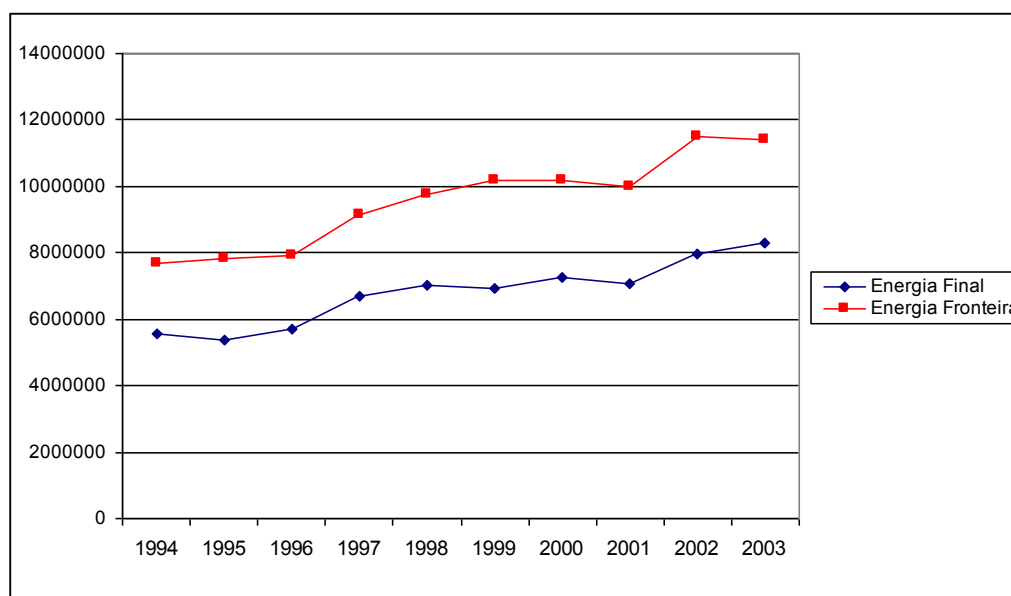
Fonte: www.dgge.pt, cons. Out. 2008; Matriz Energética de Oeiras, OEINERGE, 2006
*Em 2006 foram vendidos 103.724.284m³ de gás natural no concelho.

Venda de combustíveis per capita, 2003: **0,65 tep/hab. de combustível automóvel.**

Consumo de energia eléctrica, 2006 (MWh)

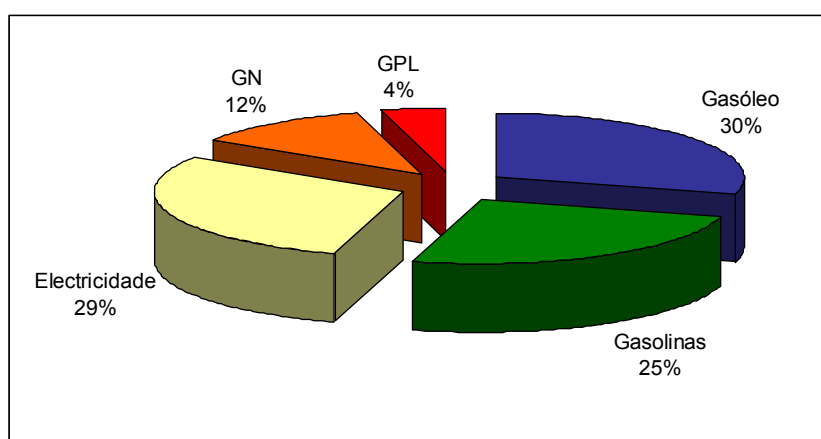
A procura total de energia no concelho de Oeiras nos últimos 10 anos (1994 – 2003) cresceu 49%, acompanhando de perto a tendência nacional (+75%), com uma taxa média anual de aumento de 4,7%.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Evolução da procura de Energia Final e Energia Fronteira no concelho de Oeiras (GJ)

Quando consideramos a contribuição dos vários tipos de energia consumida para a situação de Oeiras, verificamos que a procura de energia se distribui sobretudo pelas formas utilizadas nos sistemas de transporte (gasóleo, gasolina e GPL, perfazendo 59% do total), e pela electricidade (sobretudo utilizada pelos edifícios – 29%), sendo o Gás Natural uma parcela de 12%.



**Procura relativa por tipo de energia em Oeiras em 2003 (Energia Final – energia eléctrica fornecida no concelho e vendas de combustíveis no concelho)
(OEINERGE, 2006)**

Procura relativa por sector de utilização de energia em Oeiras em 2006 (Energia Final)

Doméstico	233.793
Transportes	9.026
Comércio e Serviços	418.864
Construção e Obras Públicas	10.831
Agricultura e Indústria	103.123
Elevação/Abastecimento de Água	2.346
TOTAL	777.984

Fonte: www.dgge.pt, cons. Out. 2008; Matriz Energética de Oeiras, OEINERGE, 2006

Consumo de energia eléctrica, per capita, 2006 (kWh/hab.dia)

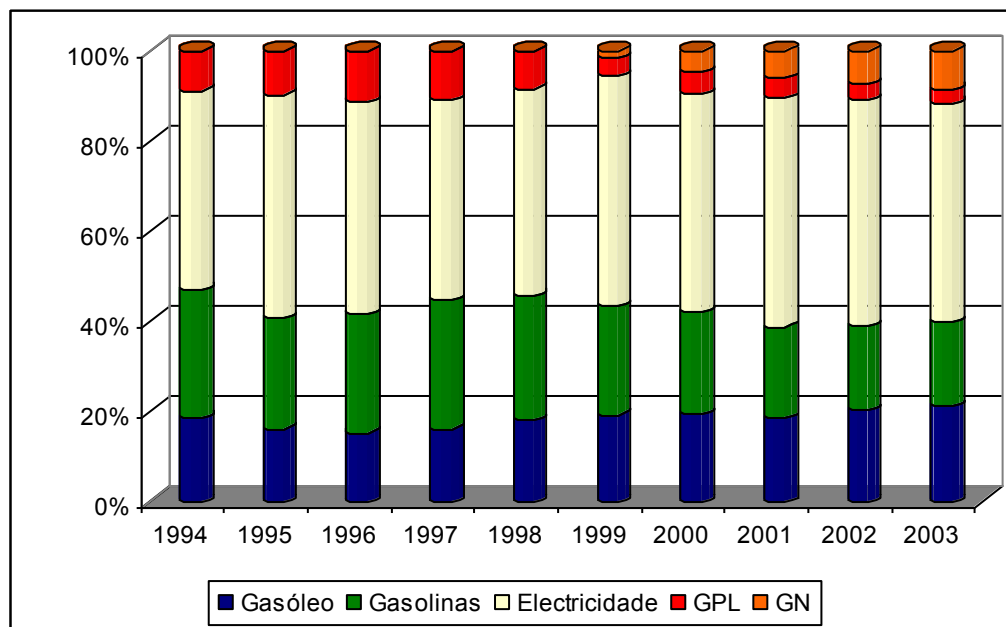
2000: **9,53**

2005: **11,5**

2006: **12,48**

Evolução da procura de energia eléctrica *per capita*, 1994 – 2003: **+ 76%**

Fonte: www.dgge.pt e www.ine.pt, cons. Out. 2008



Evolução de procura relativa por tipo de energia em Oeiras (Energia Fronteira⁶)

(OEINERGE, 2006)

1.4 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1.4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE RSU EM OEIRAS

O sistema de recolha de **Resíduos Sólidos Urbanos** abrangeu, em 2007, 97,9% dos edifícios do concelho (95,3% na Grande Lisboa, INE 2001), sendo explorado e gerido pela CMO, a quem tem sido reconhecida a inovação e a pro-actividade no que respeita à gestão deste sector. Oeiras foi dos primeiros concelhos do País a introduzir sistemas de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos e, em 1997, foi implementado em todo o Concelho o sistema de recolha selectiva porta-a-porta, de embalagens e papel para reciclagem, resultado de uma experiência piloto implementada em Queijas em 1994.

Ao longo dos últimos 15 anos, têm sido criadas as condições para proceder à recolha selectiva de diversos tipos de resíduos, alguns dos quais com carácter de perigosidade, com evidentes vantagens para a qualidade do ambiente do concelho e para o seu desempenho energético e ambiental. Apresentam-se os principais marcos da política de gestão de RSU prosseguida pela CMO:

1983-1989 - Implementação do primeiro sistema de Recolha Selectiva de Vidro e Papel, com destino a reciclagem, ao nível nacional.

1989 - Lançamento da linha do Telefone do Ambiente e recolha selectiva porta-a-porta de resíduos volumosos, com destino a valorização.

1991 - Implementação do novo sistema de remoção de resíduos sólidos por contentores herméticos, com sensibilização da população para a necessidade de acondicionamento adequado dos resíduos e melhorar as condições de higiene e limpeza do espaço publico.

1992 – Lançamento do Projecto de Compostagem Doméstica, distinguido, pela “Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho”, como um dos projectos mais inovadores da Europa. Constitui um projecto de continuidade e de sucesso, demonstrativo de práticas sustentáveis a nível local.

1994 – Adesão ao primeiro Projecto Piloto de Recolha Selectiva e Triagem de embalagens usadas para reciclagem, de âmbito europeu, implementado em Queijas com a construção da primeira Estação de Triagem do País.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

1997 – Alargamento do sistema de Recolha selectiva porta-a-porta de embalagens e papel para reciclagem em todo o Concelho de Oeiras.

2000 – Prémio Plastval/2000 por ter sido a Autarquia que maior quantidade de resíduos de embalagem de plástico/ hab. encaminhou para reciclagem, no âmbito do Sociedade Ponto Verde, durante o ano de 1999.

2000 – Implementação das primeiras Ilhas Ecológicas em Queluz de Baixo, sistema inovador de deposição selectiva de resíduos com destino a valorização.

2001 e 2003 - Concurso Cidades Limpas - Atribuição da Bandeira Verde pelo primeiro lugar na respectiva categoria, nas duas edições do Concurso Nacional de Gestão de Resíduos Urbanos promovido pela Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico e Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente.

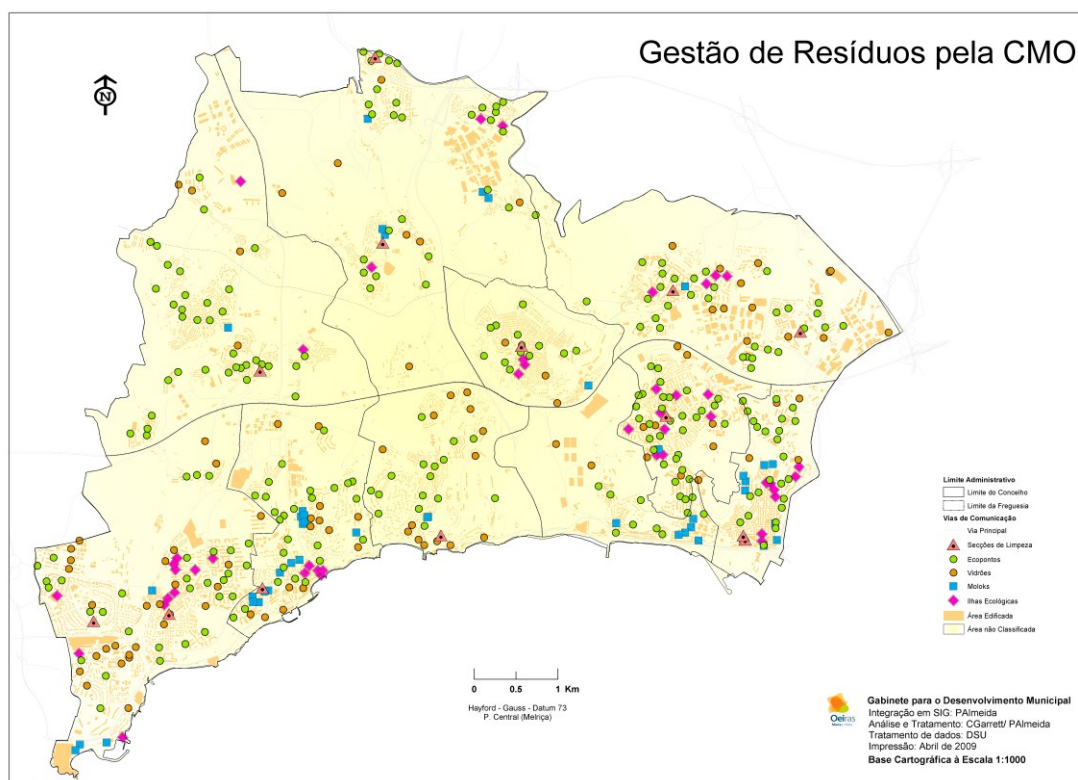
2005 – Implementação do Projecto Óleo Valor, e do Projecto Oilprodiesel, em colaboração com a OEINERGE.

2006-2009 – Consolidação da estratégia de requalificação do espaço público urbano através da aposta em equipamentos subterrâneos para a deposição selectiva de resíduos. Reforço dos equipamentos destinados à recolha selectiva de resíduos, incluindo o alargamento da rede de oleões e a colocação dos primeiros dois Pontos Electrão no âmbito do Plano de Acção para a Gestão dos Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos, apostando em simultâneo em campanhas de promoção e sensibilização ambiental.

Número total de Ecopontos (por tipo de Equipamento e por fluxo de resíduos e respectiva capitação)

	Deposição de Vidro	Deposição de Papel	Deposição de Embalagens
Ecopontos de superfície	543	378	377
Moloks	39	36	19
Ilhas Ecológicas	61	55	54
Total	643	469	450
Nº hab./ Ecoponto	267	366	381

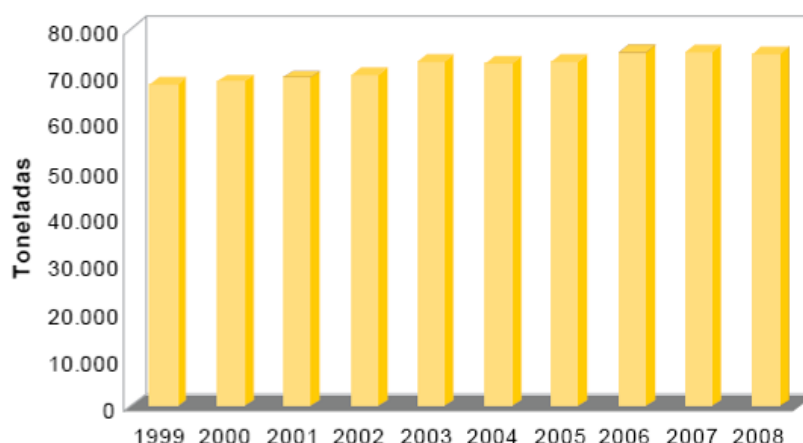
Pela análise da tabela, pode concluir-se que, em Oeiras, o grau de cobertura é superior a 500 habitantes por Ecoporto, meta indicativa definida pelo PERSU II, para os 3 fluxos de resíduos recicláveis, o que indicia um excelente desempenho do Município em termos da qualidade do serviço prestado à população.



Infraestruturas de Recolha Selectiva de Resíduos em Oeiras
 (Fonte: DAE/CMO)

1.4.2 DESTINO FINAL E VALORIZAÇÃO

A par do aumento de população que se tem fixado no concelho de Oeiras, as características socioeconómicas da população e a evolução dos padrões de consumo de uma forma geral justificam um aumento gradual da produção de Resíduos Urbanos, notando-se, no entanto, uma estabilização a partir de 2006.



Total de Resíduos Urbanos produzidos entre 1999 e 2008
(Fonte: VIEIRA & ALBERTO, 2009)

Analisando mais em detalhe o período de 2006 a 2008 (2006 é o ano de transição entre as metas e objectivos definidos pelo PERSU I (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos, 1997-2005) para PERSU II (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, 2007- 2016), verifica-se que efectivamente nestes últimos anos se verificou uma estabilização da produção global de resíduos no concelho de Oeiras. Contudo, não pode considerar-se uma tendência satisfatória pois os Planos acima referidos preconizam taxas de redução de produção de resíduos de 5% (2000 – 2005).

	2006	2007	2008
Total RU produzidos (ton.)	75 025	75 010	74 739
Variação anual (%)	2,55	- 0,02	- 0,36

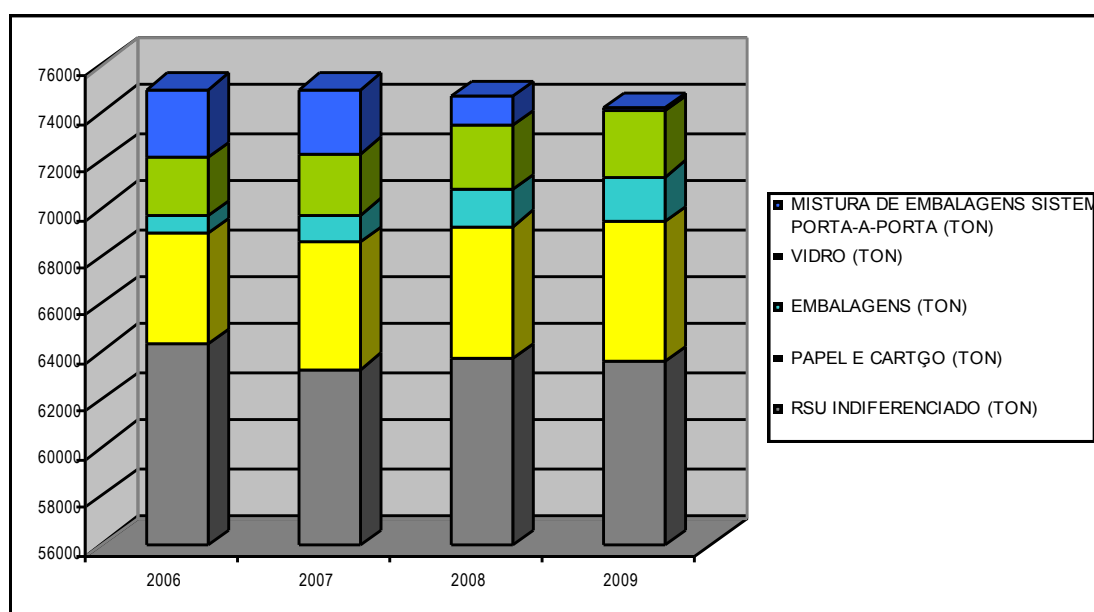
Total de Resíduos Urbanos produzidos e variação anual entre 2006 e 2008
(Fonte: VIEIRA & ALBERTO, 2009)

Dentro do conjunto de resíduos recolhidos, é de salientar que cerca de 15% destes resíduos são objecto de recolha selectiva³⁷, embora se tenha registado uma diminuição de 5,96% (694 ton) entre 2007 e 2008. Não é ainda possível determinar se esta redução se deve a uma incorrecta separação dos resíduos pelos munícipes, pelo abandono da prática da separação ou a outras razões.

³⁷ percentagem ainda muito aquém dos 25% definidos para 2005 conforme o artigo 7º do Decreto-Lei nº 92/2006 de 25 de Maio, relativo a embalagens e resíduos de embalagem.

	2006	2007	2008
Total RS (ton.)	10 634	11 633	10 939
Variação anual (%)	11,38	9,39	-5,96

Total de Resíduos recolhidos selectivamente e variação anual entre 2006 e 2008
(Fonte: VIEIRA & ALBERTO, 2009)



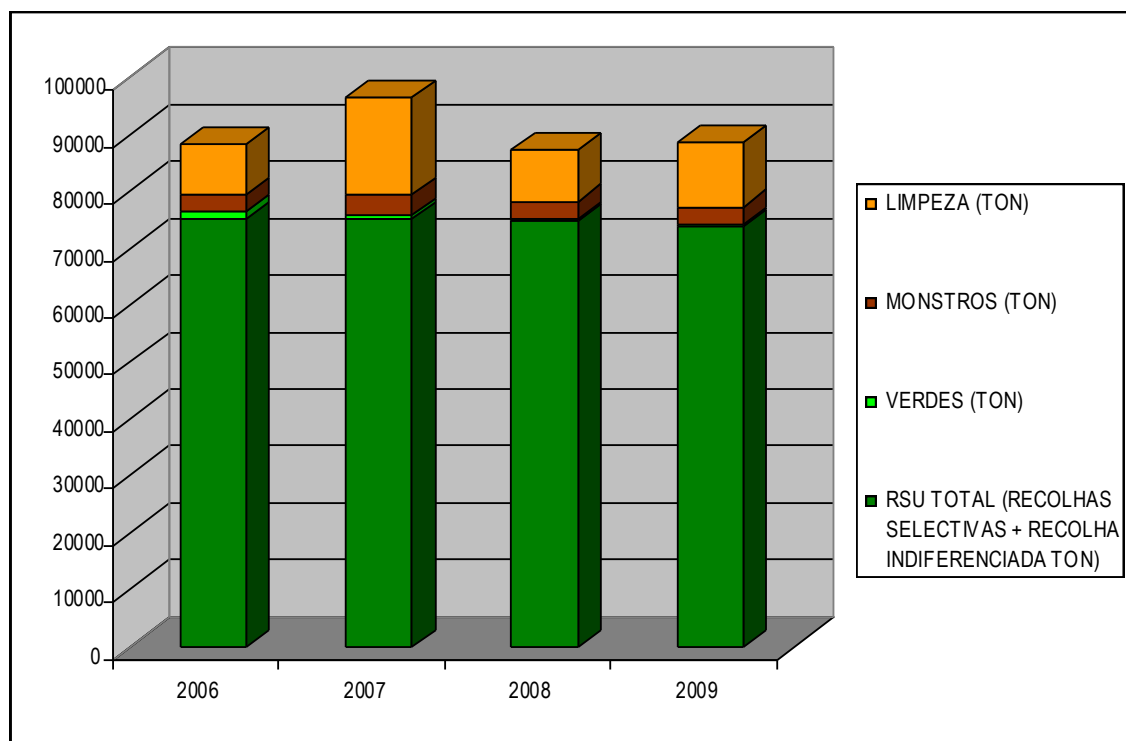
Importância relativa dos diferentes fluxos da Recolha Selectiva
(Fonte: VIEIRA & ALBERTO, 2009)

Relativamente às diferentes fracções recolhidas selectivamente, é de salientar:

- Papel e cartão: a Recolha Selectiva deste fluxo tem vindo a evoluir muito significativamente, atingindo-se em 2007 um total de 7.134 toneladas recolhidas, o que corresponde a um aumento de cerca de 128% relativamente a 1999;
- Relativamente às embalagens, verificou-se um ligeiro abrandamento na recolha entre 1999 e 2001, após o que se regista um incremento até 2007, ano em que se recolhem cerca de 2.000 toneladas, que correspondem a um aumento de 282% relativamente a 2001.
- O vidro é o fluxo de resíduos com deposição selectiva mais antiga no Concelho, com os primeiros vidrões colocados em 1983, pelo que a prática de deposição selectiva deste fluxo se encontra bastante consolidada, como se pode verificar pela evolução da recolha selectiva desde 1999; o incremento da recolha

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

selectiva de vidro em 2008 foi de 48,5%, o que corresponde a cerca de 1.380 toneladas, relativamente a 1999.



Volume de resíduos equiparados a Resíduos Sólidos Urbanos (Resíduos de limpeza, monstros e espaços verdes)

(Fonte: VIEIRA & ALBERTO, 2009)

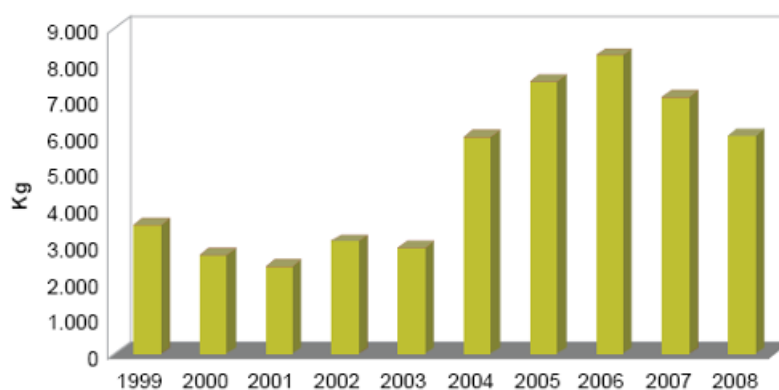
A actividade dos serviços municipais de gestão de espaços verdes, limpeza de espaços públicos e recolha de monstros e resíduos especiais gera um volume de resíduos que não é negligenciável no conjunto de todos os resíduos recolhidos e encaminhados pela CMO; os resíduos de espaços verdes podem oscilar entre 30 e 70 ton/mês, tendo um elevado potencial de valorização, quer para eventual produção de biogás quer, em sistema aeróbio, pela simples compostagem.

A autarquia tem apostado na criação e/ou divulgação de mecanismos de recolha e encaminhamento para valorização ou destino adequado em diversos fluxos especiais: medicamentos fora de Prazo, radiografias ou seringas; Óleos Minerais Usados (óleos oficiais e industriais); Viaturas Abandonadas; Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE's); Dejectos Caninos, entre outros.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A recolha de pilhas sofreu ligeiras oscilações entre 1999 e 2003, período em que se apostou na sensibilização e informação aos munícipes para a deposição selectiva deste resíduo.

Em 2004, verifica-se um incremento muito significativo das quantidades recolhidas, na ordem dos 105% (3 toneladas), mantendo-se este até 2006, ano que se atinge o pico máximo, com cerca de 8,3 toneladas recolhidas. A partir de 2006, assiste-se a uma diminuição até 2008, na média dos 14,5%, a que correspondem a 1,1 toneladas. Este facto pode dever-se à crescente utilização de pilhas recarregáveis por parte dos consumidores, igualmente, motivada pela sensibilização dos serviços municipais.



Evolução da recolha de pilhas entre 1999 e 2008

(Fonte: VIEIRA & ALBERTO, 2009)

Os resíduos urbanos recolhidos em Oeiras são encaminhados para a TRATOLIXO e sujeitos a um sistema de tratamento que passa pela reciclagem, valorização, incineração e deposição final em Aterro Sanitário, de acordo com os dados disponibilizados por esta empresa, o mesmo acontecendo à totalidade dos resíduos recolhidos nos restantes três municípios geridos pela TRATOLIXO.

Não existem no concelho de Oeiras unidades de transferência, unidades de armazenagem e triagem, ecocentros, nem unidades de compostagem, e a única unidade de incineração é a do Cemitério de Oeiras.

As empresas de gestão de resíduos que operam no concelho fazem-no mediante contratos de prestação de serviços directamente com as entidades produtoras dos resíduos, não existindo qualquer forma de a autarquia dispor de um levantamento objectivo desta realidade. A Câmara Municipal de Oeiras procede à gestão por meios próprios da recolha de RSU – indiferenciados e recolha selectiva –, bem como dos

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

resíduos equiparados a RSU de alguns grandes produtores (principalmente empresas de serviços). Especificamente para a recolha dos óleos alimentares usados recolhidos no âmbito do Projecto ÓleoValor (descrito no ponto seguinte), a CMO tem em vigor um contrato com a empresa Óleotorres (Comunicação oral, DSU/CMO, Nov. 2010).

Considerando a realidade do Concelho no que respeita à produção de resíduos, com uma população que excede já os 170 000 habitantes, deu-se início aos estudos com vista a uma futura implementação de **dois Eco-Centros**.

1.4.3 ÓLEOS ALIMENTARES USADOS

Uma das mais recentes iniciativas da CMO nesta área tem a ver com a avaliação da situação do concelho quanto à produção de **Óleos Alimentares Usados**, que levou ao desenvolvimento de um projecto piloto de recolha selectiva deste resíduo, “**Óleo Valor**” e de produção de biodiesel, “**OILPRODIESEL**”, presentemente em curso.

Durante o mês de Julho de 2008 foram colocados, nas dez freguesias do Concelho (dois por freguesia) os “oleões” – contentores para recolha selectiva de óleos alimentares usados -, cujo design e produção foram desenvolvidos no âmbito do Projecto europeu “OILPRODIESEL”.



Os locais escolhidos pela CMO e OEINERGE para colocação dos *oleões* foram estudados de forma a dar visibilidade ao contentor e ao mesmo tempo situá-lo junto a pontos de referência já existentes para os munícipes, daí a maioria estar localizada junto a ecopontos.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Localização dos oleões no concelho de Oeiras
(Fonte: DAE, Projecto OleoValor)

É de referir que a adesão da população nos primeiros meses após a instalação dos *oleões* ultrapassou as melhores expectativas: nos primeiros nove meses já foram recolhidos 8.340 kg de Óleos Alimentares Usados (OAU) nos 20 *oleões*, sendo notório um crescimento do volume de OAU depositado por mês.

Período	Recolha de OAU (kg)
19/01/2009 (4 meses)	3.260
19/02/2009	1.450
09/03/2009	1.510
TOTAL	8.340

A partir dos OAU recolhidos, foi produzido um primeiro lote de biodiesel (1.000 l de OAU resultaram em 900 l de biodiesel), que foi utilizado nas viaturas da frota municipal numa percentagem de mistura de 15%.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Pelas estimativas do **Instituto de Soldadura e Qualidade, ISQ** (coordenador do projecto), a abordagem seguida no OILPRODIESEL permitiu evitar a emissão de 2.214 kg de CO₂ eq.

2. ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E TRANSPORTES

2.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

Ao longo das últimas décadas, com o desenvolvimento territorial da Região de Lisboa tem-se verificado o aumento das deslocações urbanas e uma modificação dos padrões de mobilidade. Este facto introduz uma maior complexidade no funcionamento do sistema de mobilidade da Região.

Com aprovação Plano Director Municipal (RCM 15/94) foram estabelecidas as directivas de intervenção no quadro de desenvolvimento estratégico do Concelho de Oeiras, que integraram investimentos nos sistemas viários e a promoção da fixação do emprego a um ritmo superior ao do crescimento populacional. Esta evolução permitiu contrariar a excessiva pendularização das deslocações para Lisboa e reequilibrar as relações de dependência, em termos de mobilidade, apesar da melhoria das condições de acessibilidade entre estes dois municípios.

A promoção da melhoria das acessibilidades no interior do Concelho e minoração dos impactes do elevado congestionamento dos acessos a Lisboa, eram objectivos consagrados no Relatório do Plano Director.

O processo de reestruturação/reconversão da base industrial do Concelho, com o franco desenvolvimento de funções terciárias, foi outro dos factores que mais contribuiu para alteração padrão de mobilidade do Concelho na Área Metropolitana de Lisboa, com o reforço de Oeiras como pólo estruturante da AML e com a perda de importância de Lisboa na estrutura de destinos da primeira coroa de municípios.

Em particular, nos concelhos limítrofes de Oeiras (Cascais, Sintra, Amadora e Lisboa) e com os quais Oeiras apresenta fortes relações de interdependência, verificaram-se ritmos distintos de crescimento. Cascais e Sintra acompanharam o dinamismo de Oeiras com uma evolução positiva em termos populacionais e de emprego. Nos Concelhos de Amadora e Lisboa têm-se assistido a uma diminuição da dinâmica de crescimento de população e de emprego.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Esta evolução tem repercussões no modelo de mobilidade, com o aumento das deslocações entre estes 4 Concelhos e Oeiras, com a perda de importância relativa dos fluxos de deslocações orientados para Lisboa.

O reforço das relações entre estes 5 concelhos foi suportado, sobretudo, pelo crescimento da malha da rede rodoviária principal radial (prolongamento da A5, beneficiação do alargamento do IC19) e reforço da rede circular (CRIL, CREL e Variante à EN 249-3).

Segundo informação do Instituto de Seguros de Portugal, na década 90 assistiu-se à melhoria da qualidade de vida em toda a AML e a evolução do parque automóvel segurado evidencia um crescimento de 24%, de 2003 e 2008 no Concelho de Oeiras.

A observação destes fenómenos, a par da constatação de algumas ineficiências ocasionadas pelo aumento da frequência, extensão e duração de congestionamentos no sistema de mobilidade, induziu a necessidade de elaboração de um **Estudo de Mobilidade e Acessibilidade no Concelho de Oeiras (EMA Oeiras)**. O Estudo foi realizado em dois anos e integrou trabalhos de campo como: levantamentos, inquéritos e contagens realizados no Município de Oeiras durante os anos 2006 e 2007 e constituiu a principal fonte de informação detalhada do presente relatório.

Os objectivos deste Estudo integrado no contexto da Revisão do PDM, foram essencialmente, três:

- Conhecer as características do sistema de mobilidade e acessibilidade proporcionada no Concelho de Oeiras;
- Diagnosticar as principais debilidades e potencialidades do actual sistema de transportes
- Contribuir para estabelecer as orientações necessárias que potenciem a correcta articulação entre intervenções ao nível do planeamento urbano e de transporte.

No âmbito do EMA de Oeiras, foram realizados inquéritos domiciliários e telefónicos junto da população residente com mais de 14 anos, desde finais de 2006 até ao início de 2007, o que permitiu caracterizar com alguma aproximação a mobilidade do universo de **144.6 mil residentes** e de **77 mil não residentes**.

Estima-se que os **residentes no Concelho de Oeiras, realizem cerca de 306 mil viagens**, sendo que 98% por cento com pelo menos um extremo no Concelho e cerca de 54% internas ao Concelho de Oeiras. O **número médio de viagens** por pessoa

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

móvel é de **2,59 viagens por dia**, reduzindo-se para 2,10 em termos de viagens motorizadas.

No total do **dia útil**, estima-se que se desloquem para Oeiras cerca de **77 mil pessoas**, das quais **85% correspondem a utilizadores do transporte automóvel**, e as restantes são utilizadores do transporte colectivo.

Esta população realiza cerca de **218 mil viagens diárias**, das quais **193,6 mil são realizadas pelos utilizadores do transporte individual** e 24,7 mil viagens são realizadas pelos de utilizadores do TC.

Mobilidade em Oeiras: Indicadores globais

Indicadores	Residentes	Não Residentes	TOTAL
Pessoas	144.633	77.080	221.713
Pessoas Móveis	118.131	77.080	195.211
Viagens	306.220	218.307	524.527
Viagens com pelo menos um extremo em Oeiras	300.114	178.272	478.386
Viagens iniciadas em Oeiras	234.238	94.045	328.283
Viagens terminadas em Oeiras	231.901	94.631	326.532
Viagens internas a Oeiras	166.025	10.404	176.429
% de viagens internas	54%	5%	34%
N.º médio de viagens/pessoa móvel	2,59	2,83	2,69

Fonte: Tis.pt, Inquérito à Mobilidade, 2006/2007

O EMA de Oeiras procurou, ainda, realizar uma avaliação do grau de satisfação das pessoas relativamente às suas opções modais, identificando as principais razões associadas distribuídas por 12 alternativas de resposta, como o tempo de viagem, preço, horários, oferta, conforto, segurança, estacionamento, existência de transbordos. Os motivos subjacentes à resposta foram descritos e enquadrados em grupos de resposta, como sejam: a oferta de transportes colectivos, fluidez de tráfego, as acessibilidades rodoviárias, não utilização do automóvel, pontualidade dos autocarros e tempo de espera na paragem.

Para os utilizadores do transporte individual, o conforto proporcionado por esta opção é, a seguir ao tempo de viagem, uma das principais razões de satisfação com a opção modal.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Os utilizadores do transporte colectivo que declararam estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos com a opção modal, destacaram a falta de pontualidade e o elevado tempo de espera nas paragens como um factor fortemente penalizador.

Também o preço surge como um facto enunciado para explicar o desagrado e o agrado relativamente à opção pelo transporte colectivo, sendo que este é entendido como uma das razões de insatisfação sobretudo pelos residentes no concelho.

Principais razões a influenciarem o grau de satisfação com o modo de transporte

	Insatisfeitos ou muito insatisfeitos		Neutros		Satisfeitos ou muito satisfeitos	
	Residentes	Não Residentes	Residentes	Não Residentes	Residentes	Não Residentes
Utilizadores do Transporte Individual	Tempo de Viagem		Tempo de Viagem		Tempo de viagem	
	40%	72%	51%	56%	87%	70%
	Fluidez de Tráfego		Conforto		Conforto	
	14%	39%	19%	37%	53%	48%
	Dificuldade de estacionamento		Fluidez de tráfego		Flexibilidade de horários	
	45%	25%	2%	28%	8%	44%
	Oferta TC		Preço		Adequação de horários	
	24%	11%	5%	20%	12%	20%
	Muitos transbordos					
	3%	16%				
Segurança						
4%	26%					
Utilizadores do Transporte Colectivo	Tempo de viagem		Tempo de viagem		Tempo de viagem	
	39%	76%	65%	70%	72%	70%
	Preço		Inadequação de horários		Adequação de horários	
	41%	18%	40%	47%	40%	47%
	Pouca pontualidade do TC e Tempos de espera elevados		Pouca flexibilidade horários		Preço	
	29%	22%	12%	31%	25%	46%
	Inadequação de oferta		Preço		Flexibilidade de horários	
23%	4%	32%	43%	19%	25%	

Fonte: TIS.pt, Inquérito à Mobilidade em Oeiras, 2006/2007

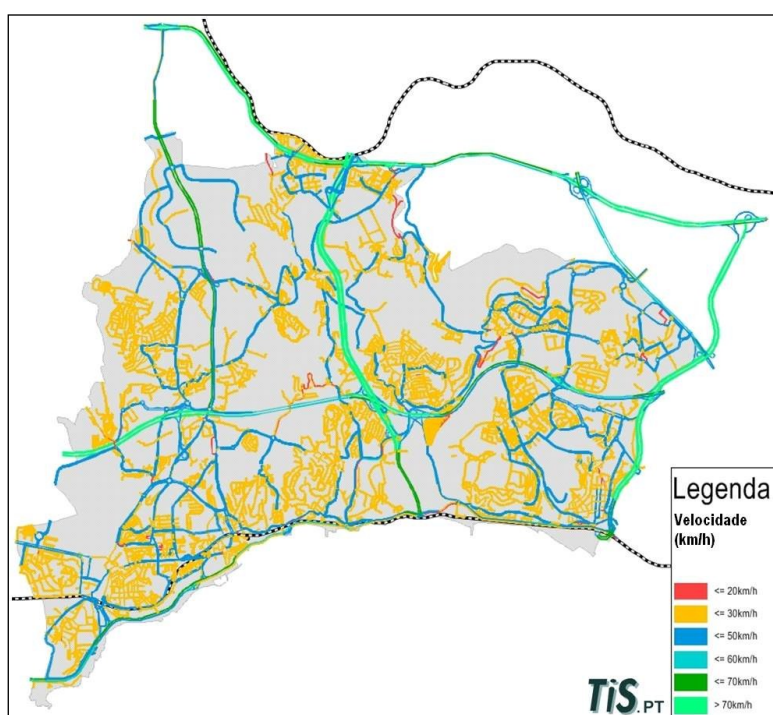
A análise do desempenho do transporte individual teve como base o comportamento do tráfego existente na rede viária existente, tendo em consideração a hierarquia da rede viária proposta no EMA de Oeiras e as matrizes de viagens em TI obtidas para a HPM e HPT.

Em termos de transporte individual foi analisado o desempenho da rede, com base em três indicadores: Velocidade de circulação, Rácio Velocidade Corrente / Velocidade Teórica e Indicador de Sinuosidade.

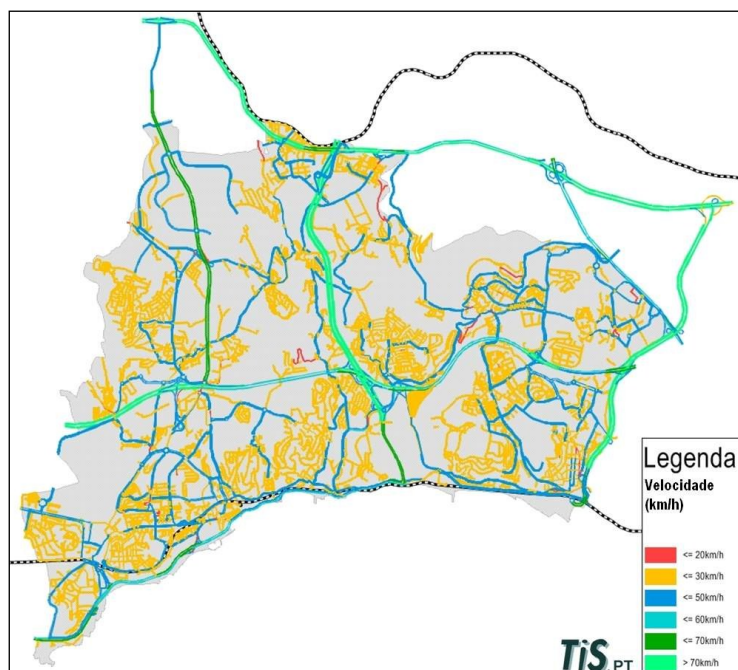
A velocidade é o indicador usualmente utilizado para avaliar o desempenho de uma rede viária, uma vez que permite uma comparação directa entre os diferentes eixos que constituem a rede. Esta característica faz com que seja um indicador mais adequado para a avaliação da rede.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A **velocidade de circulação** é calculada tendo por base a velocidade de circulação teórica, que é degradada em função do volume de tráfego que circula na via, sendo essa degradação mais significativa à medida que o volume se aproxima dos valores máximos de capacidade de circulação da via. As velocidades de circulação teóricas correspondem à velocidade de circulação no cenário de não - congestionamento e são inferiores aos limites de circulação legais de forma a considerarem as perturbações à livre circulação de veículos: manobras de estacionamento, passadeiras, semáforos, entre outros.



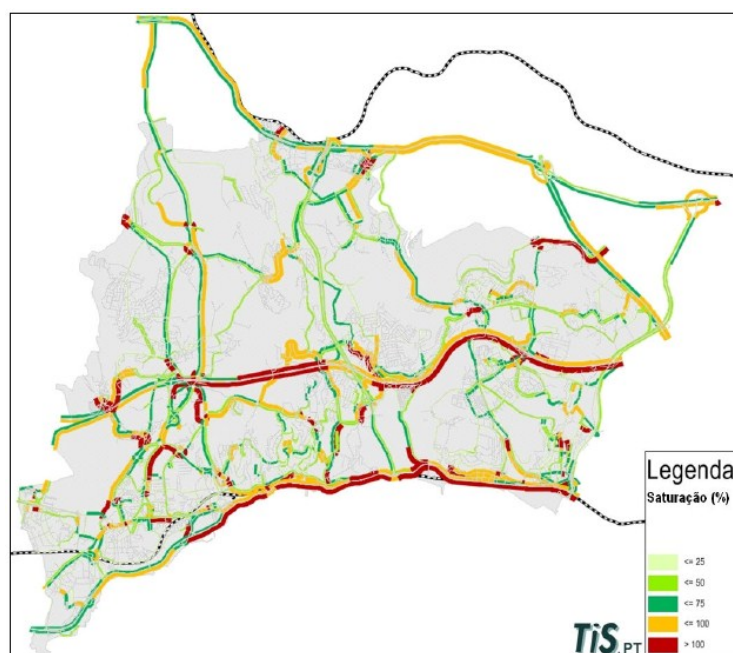
Velocidade de Circulação (Modelo) – HPM
 Fonte: TIS.pt, Modelo de tráfego do Concelho de Oeiras, 2007



Velocidade de Circulação (Modelo) – HPT

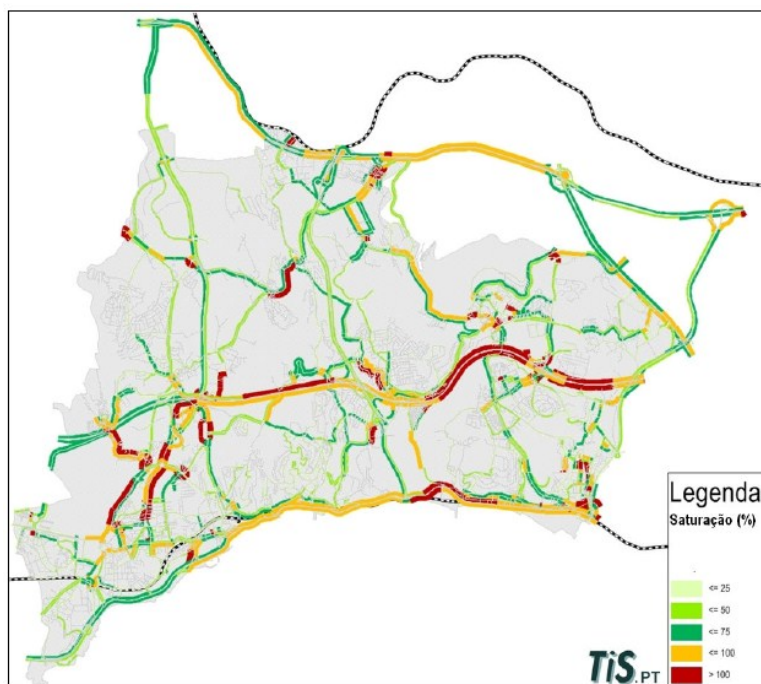
Fonte: TIS.pt, Modelo de tráfego do Concelho de Oeiras, 2007

Comparando a velocidade de circulação da HPM com a praticada na HPT, verifica-se naturalmente um comportamento semelhante ao volume de tráfego e ao nível de saturação da rede, ou seja, possibilidade de circular a velocidades superiores no sentido de Lisboa, durante a HPT face à HPM.



Níveis de saturação (% / sentido) na rede viária – HPM

Fonte: TIS.pt, Modelo de tráfego do Concelho de Oeiras, 2007



Níveis de saturação (% / sentido) na rede viária – HPT

Fonte: TIS.pt, Modelo de tráfego do Concelho de Oeiras, 2007

De acordo com as figuras apresentadas, **são perceptíveis os eixos viários da rede com maior pressão (mais saturados) nas horas de ponta analisadas**, nomeadamente:

- O IC15/A5, na HPM, no sentido Lisboa-Cascais nos troços anteriores aos nós de Linda-a-Velha / Carnaxide e de Porto Salvo e, no sentido contrário, entre os nós do Estádio Nacional e de Miraflores (IC17/CRIL). Na HPT a pressão nestas vias é semelhante, aumentando a carga entre o Nó de Linda-a-Velha / Carnaxide e o Nó do Estádio Nacional;

Nas vias que permitem o acesso ao IC15/A5, o nível de saturação é também superior durante os períodos de ponta. Destas destacam-se a Avenida do Conselho da Europa e Estrada de Paço de Arcos (junto à Quinta da Fonte), a “Rotunda de Queijas” / Estrada Militar (no respectivo acesso à Auto-estrada e o eixo formado pelas avenidas 25 de Abril e do Forte (junto ao Nó de Linda-a-Velha / Carnaxide).

Observa-se um comportamento semelhante entre a HPM e a HPT:

- Principalmente na HPM e no sentido Sul-Norte (até à primeira entrada do Tagus Park) a Variante à EN249-3 apresenta também níveis de saturação superiores a 75%;

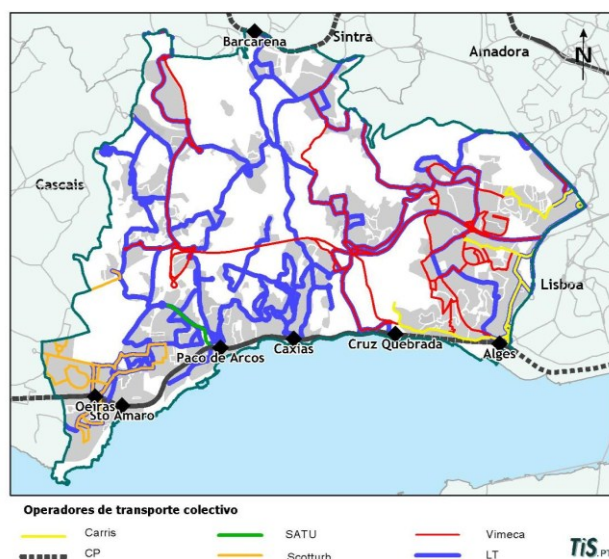
RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- A um nível hierárquico inferior, e durante a HPM, existem também algumas vias com níveis de saturação superiores a 75%, de entre as quais se destacam: a Estrada da Mina (Laje) no sentido Cascais-Lagoas Park, a Estrada de Talaíde (à entrada no concelho de Oeiras), a Estrada de Oeiras (em direcção à Câmara Municipal), a Rua do Desembargador Faria no sentido do centro de Oeiras, a Rua Engenheiro Álvaro Roquette (junto à “Rotunda do Centro Comercial Oeiras Parque”), a Rua 7 de Junho em direcção ao centro de Barcarena, a Estrada Consiglieri Pedroso em direcção ao IC19/A37, a Estrada da Amadora em direcção à EN117 e a Alfragide, a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés e a Rua João Chagas;
- De um modo geral, o funcionamento é semelhante durante a HPT, invertendo-se em alguns casos o sentido dos maiores fluxos de tráfego.

No que diz respeito ao desempenho do transporte colectivo e apesar da quota deste tipo de transporte nas deslocações com extremo em Oeiras não ser tão elevada quanto seria de desejar, é incontestável a importância da acessibilidade em transporte colectivo.

Com efeito, todos os dias, a rede de transportes colectivos que serve Oeiras é responsável por 107 mil viagens, das quais 34,9 mil são internas ao concelho e as restantes implicam a transposição dos limites administrativos de Oeiras.

Actualmente, a oferta em transporte colectivo no concelho de Oeiras é garantida pela CP-Lisboa, pelo SATU-O e por quatro operadores de TC rodoviário, designadamente a Vimeca, a LT-Transportes, a Carris e a Scotturb, cada uma operando em áreas distintas do território concelhio.

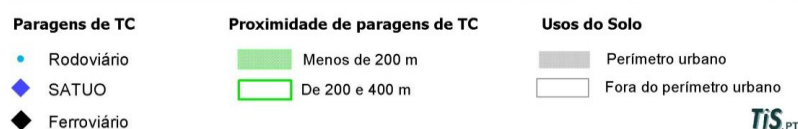
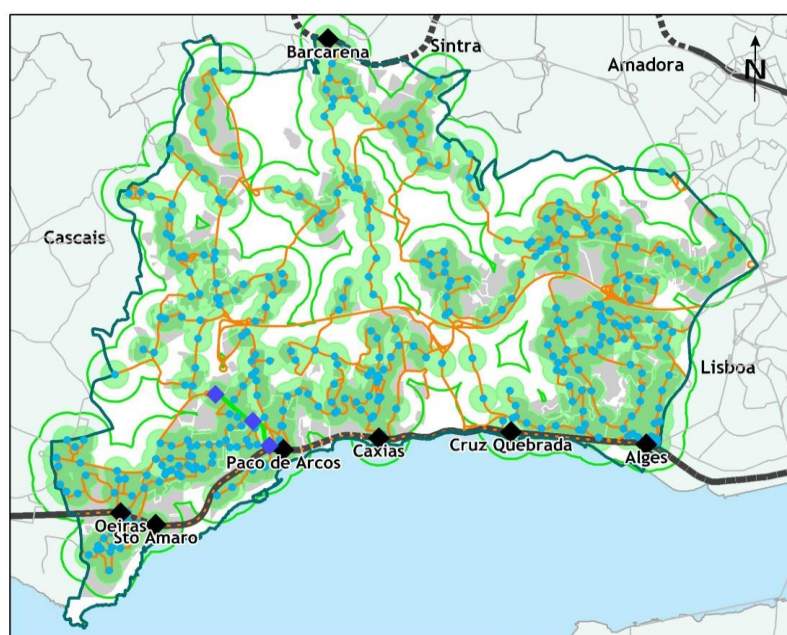


Cobertura da oferta de TC por operador

Fonte: Operadores de transporte, Tratamento TIS.pt, 2007

A cobertura espacial da oferta em TC rodoviário é muito abrangente, sendo que a maior parte da área urbana está a menos de 400 metros (em linha recta) de uma paragem de transporte colectivo. Esta análise apenas considera a existência de uma paragem, não sendo sensível ao total de ligações proporcionadas, à sua frequência ou ao seu período de funcionamento.

Cerca de 68% da população residente em 2001 está a uma distância de 200 m de uma paragem de TC, e quase totalidade da população reside a menos de 400 metros (96%). A excepção a esta regra ocorre em algumas zonas do Tagus Park, de Queluz de Baixo e Linda-a-Pastora.



Cobertura geográfica do serviço de TC

Fonte: Operadores de transporte, Tratamento TIS.pt,2007

ESCALÃO DE DISTÂNCIA AO SERVIÇO DE TC	HABITANTES EM 2001	
	ABS.	PERC.
200 metros	110.600	68%
400 metros	155.900	96%
Total	162.100	100%

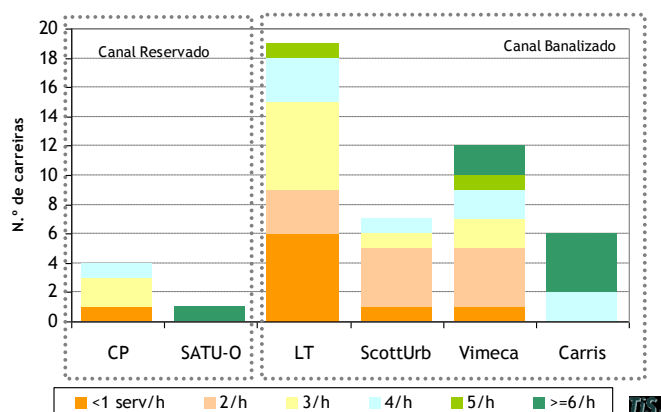
Total de habitantes por escalão de distância ao serviço de TC

Fonte: TIS.pt, EMA de Oeiras, 2008

No que respeita à cobertura horária da oferta, sobretudo da oferta proporcionada pela Vimeca e pela LT Transportes verifica-se que a oferta de TC rodoviário está muito concentrada nas horas de maior procura e nos dias úteis, sofrendo uma redução significativa a partir das 19:00 e nos fins de semana e feriados.

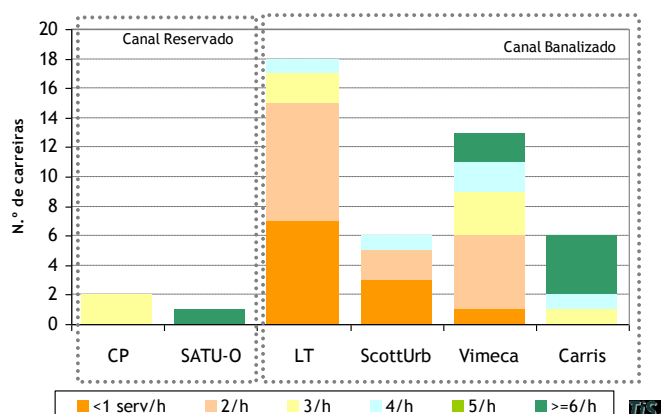
À excepção da oferta do SATU-O e da Linha de Cascais, e das carreiras que servem a zona de Algés, a frequência de serviço do TC rodoviário é baixa, mesmo nos períodos de maior procura, como se pode observar nas figuras seguintes.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Frequência horária no período de ponta da manhã (por sentido) (7:00 – 9:59)

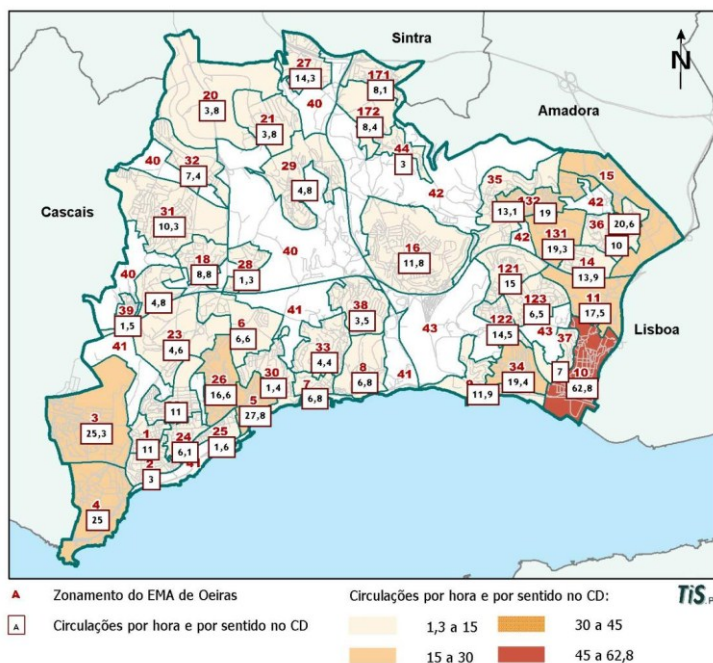
Fonte: TIS.pt, EMA de Oeiras, 2008



Frequência horária no corpo do dia (por sentido) (10:00 – 12:00 e 15:00 – 16:59)

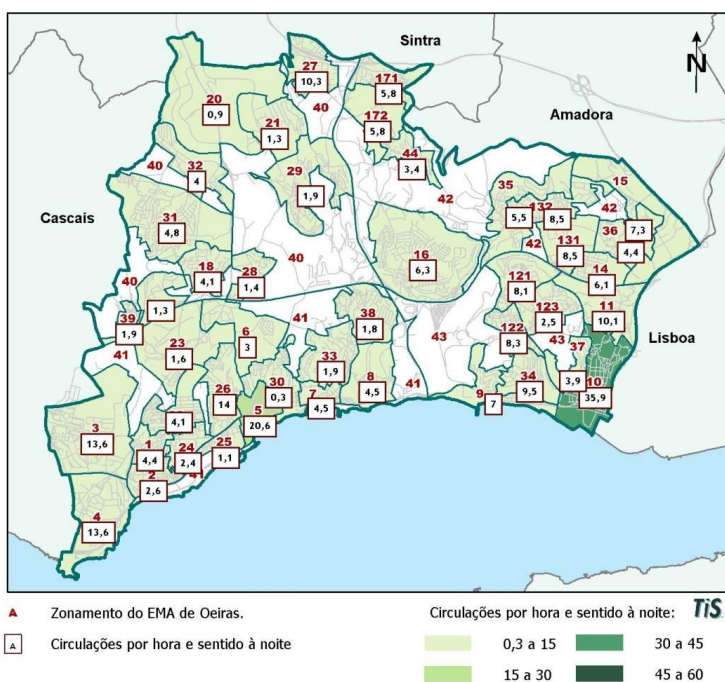
Fonte: TIS.pt, EMA de Oeiras, 2008

As zonas próximas das interfaces de transporte beneficiam dos bons níveis de oferta de TC aí proporcionados (mais de 17 ligações e 400 circulações diárias por sentido), destacando-se neste contexto, as interfaces de Algés, Oeiras e Paço de Arcos. As restantes zonas tem níveis de oferta intermédios que variam em função da sua localização e da proximidade aos corredores tradicionais de oferta.



Número de circulações no CD (por hora e sentido)

Fonte: TIS.pt, EMA de Oeiras, 2008



Número de circulações a noite (por hora e sentido)

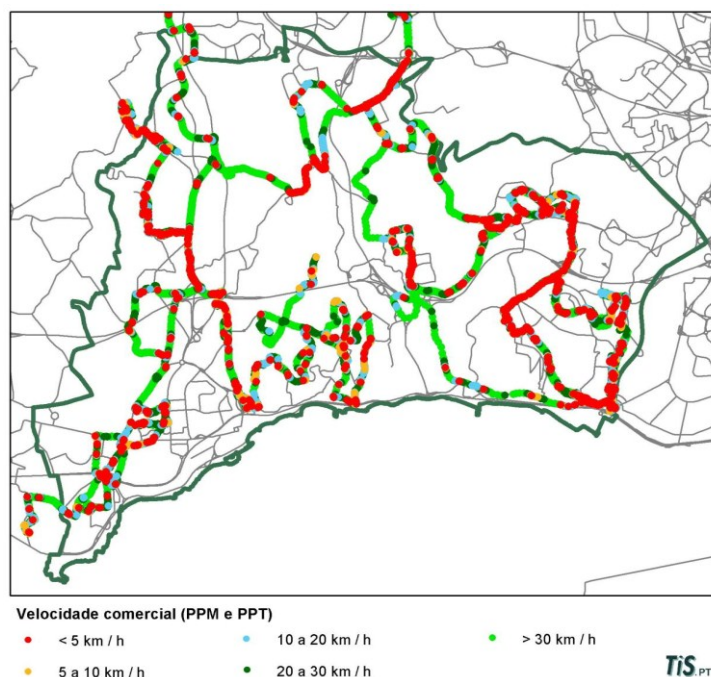
Fonte: TIS.pt, EMA de Oeiras, 2008

A fiabilidade do transporte colectivo rodoviário depende das condições de fluidez na rede viária geral, o que tem graves implicações na qualidade do serviço proporcionado,

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

quer porque os tempos de percurso podem ser mais longos, quer porque o tempo de espera na paragem é variável (contribuindo para a incerteza do tempo de viagem).

Aliás, a análise da variação da velocidade comercial ao longo do dia é prova disto: em média, a velocidade comercial das carreiras é de 18,6 km/h, mas no período entre as 18:00 e as 19:00 esta reduz-se para 12 km/h, reflectindo os focos de congestionamento em vários dos nós da rede viária do concelho.



Velocidade comercial nos períodos de ponta

Fonte: TIS.pt, EMA de Oeiras, 2008

A degradação das condições de circulação é mais acentuada nos períodos de ponta, e em particular no período de ponta da tarde. Efectivamente, observa-se que neste período há um aumento das perturbações devido ao congestionamento viário em zonas próximas dos acessos à A5 e em zonas de concentração de pólos de emprego.

A oferta de TC rodoviário está organizada sobretudo para:

- Garantir as ligações entre os aglomerados do interior a Oeiras, Algés e Paço de Arcos, e, ii) encaminhar os passageiros para a Linha de Cascais.

Mais recentemente, com a emergência dos principais pólos de emprego concentrado, a oferta em TC rodoviário foi adaptada para servir também estes pólos. Todavia, ao incorporar esta oferta em linhas de serviço às zonas residenciais, o serviço

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

proporcionado conduz a tempos de percurso mais elevados e, por isso, menos competitivos.

As ligações diametrais entre Oeiras e o corredor de Algés – Miraflores – Linda-a-Velha estão dependentes da Linha de Cascais. Com a facilidade de acesso à A5, a opção pelo TC é muito pouco atractiva, uma vez que implica pelo menos a realização de um transbordo.

Por razões históricas de concessão, a oferta está organizada por zonas geográficas relativamente “estanques”, ignorando que os desejos de mobilidade cruzam diferentes áreas de cobertura. Por essa razão, as ligações mais deficientemente atendidas são aquelas que pressupõem ligações diametrais entre áreas geográficas servidas por operadores distintos (e.g., entre o corredor de Carcavelos e São Domingos de Rana com Oeiras (Centro Comercial)).

A rede de transportes colectivos de proximidade existe e está em fase de expansão. São várias as carreiras que hoje já procuram promover as ligações entre os diferentes bairros³⁸, e destes às estações ferroviárias. Também o ComBUS tem como objectivo promover um serviço de proximidade interno ao bairro, que podendo ser utilizado por todos, está especialmente vocacionado para responder aos desejos de mobilidade dos mais idosos e carenciados.

A análise do esquema de funcionamento das interfaces de transportes tem que ser entendido a dois níveis: por um lado, equacionando qual o papel que estas desempenham no contexto da oferta de transportes concelhio, e por outro, como é que está organizada a oferta em cada uma delas.

A rede de transportes colectivos de Oeiras está organizada em função de 3 + 1 interfaces de transporte, todas elas apoiadas na oferta ferroviária da Linha de Cascais (e, no último caso, da Linha de Sintra (Estação de Monte Abraão)).

As três interfaces, são, como seria de esperar, Oeiras, Paço de Arcos e Algés, sendo que as “bacias de drenagem” de Oeiras e de Paço de Arcos são em parte coincidentes. A interface de Algés tem um dinamismo próprio, com características de oferta muito mais próximas da oferta que é proporcionada em Lisboa (até porque é ponto de terminos para várias carreiras da Carris) do que propriamente das duas outras interfaces.

³⁸ É o caso da carreira 471 que promove a ligação entre a Vila do Oeiras, o Bairro da Figueirinha, a estação de Oeiras e o Alto da Barra e da carreira 116 que estabelece a ligação entre o Bairro do Jota Pimenta e a estação de Paço de Arcos.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

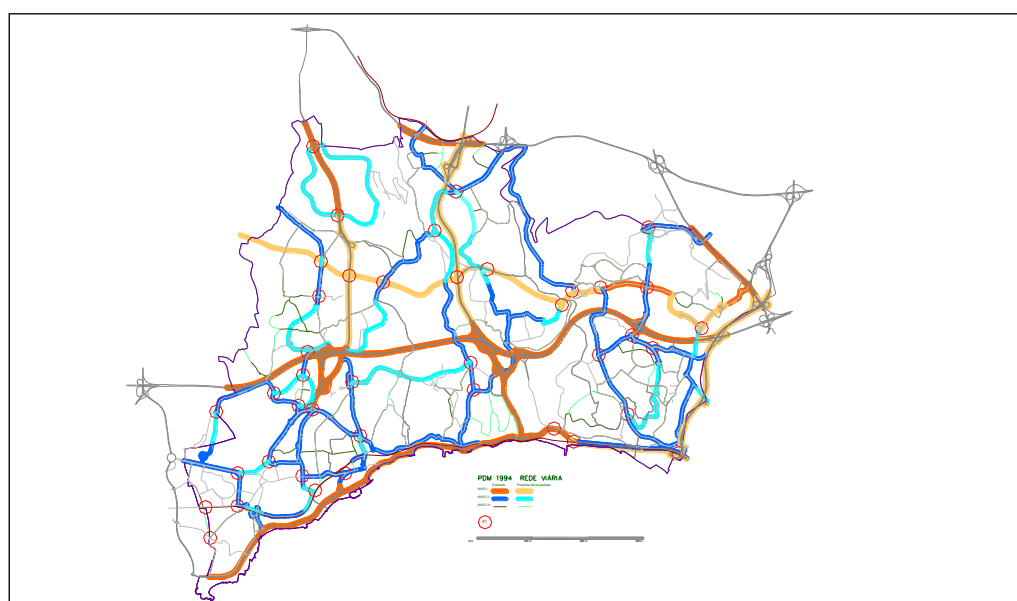
A interface “+1” corresponde à estação de Monte Abraão da Linha de Sintra, a qual está já localizada no concelho de Sintra, mas que serve de ponto de rebatimento para os residentes (e trabalhadores) nas zonas de Queluz de Baixo (zonas 171 e 172), Tercena (zona 27), Barcarena e Leceia.

Todas as interfaces estão localizadas em pontos relativamente extremos do concelho, o que obriga à realização de transbordos para as pessoas provenientes das zonas mais centrais. Uma vez que o acesso a estas interfaces passa pela transposição de vias, que na hora de ponta, estão congestionadas, a opção de utilização das interfaces existentes, é mais apelativa para as pessoas que moram relativamente próximo destas.

Como aspectos positivos sobre a organização das interfaces, são de destacar a elevada concentração da oferta, a diversidade de destinos servidos e a acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada (ainda que no caso de Paço de Arcos, com gastos adicionais de tempo em transbordo).

2.2 INFRA-ESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

A articulação da rede de infra-estruturas de transportes do Município de Oeiras com a Rede Nacional e Regional efectua-se através de uma rede ortogonal de eixos rodoviários, consagrados no Plano Director Municipal, em 1994, integrados na Rede Nacional Complementar (IC's) do Plano Rodoviário Nacional 2000.



Hierarquia da Rede Viária, Plano Director Municipal,
Fonte: CMO/GDM1994

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Nesta última década assistiu-se ao fecho da malha proposta no Plano Director Municipal, com a construção dos seguintes eixos:

- IC15/ A5 Lisboa – Cascais
- IC17/ CRIL Circular Regional Interna de Lisboa
- IC18/ CREL Circular Regional Exterior de Lisboa
- Variante EN 249 -3 Porto Salvo – Cacém
- IC19 Radial de Sintra (beneficiação com o alargamento para 3x3 vias)

Foram, também, realizadas obras de beneficiação: alargamento para 2x2 vias, de instalação de medidas de reforço da segurança rodoviária como a integração de separador central, instalação de semáforos de controle de velocidade, reformulando as intersecções viárias principais em rotundas e a instalação de sistemas semaforicos reguladores do fluxo de trânsito, ou mesmo a execução de nós viários nas seguintes estradas:

- EN 6 Lisboa (Algés) - São João do Estoril
- EN 6-3 Boa Viagem – Queijas
- EN 117 Lisboa – Pêro Pinheiro

Alguns valores sobre a extensão da rede rodoviária no Município em 2010

Extensões de rede viária	Km
Rodovia com Portagem	9,2
Rodovia 3x3	16,9
Rodovia 2X2	38,7
Itinerários Complementares e Estradas Nacionais	36,1
Estradas Municipais Principais	138,5

Fonte: CMO/GDM, 2009

Os troços da rede rodoviária que se encontram previstos no Plano Director Municipal, são:

- a **Via Longitudinal Norte**, que estabelece a ligação intermunicipal com Cascais, assegurando uma melhor integração da rede municipal com a rede regional;
- a **variante marginal -sul da Cruz Quebrada/Dafundo**, que assegurará o desvio do tráfego de passagem daquela freguesia, recuperando a actual estrada marginal para funções de distribuição mais local da Freguesia.

A evolução da malha da rede rodoviária principal e distribuidora reflecte a preocupação de proporcionar alternativas aos tráfegos de passagem e possibilitar o fecho e a hierarquia da malha viária dos aglomerados. Contudo, hoje em dia verifica-se a

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

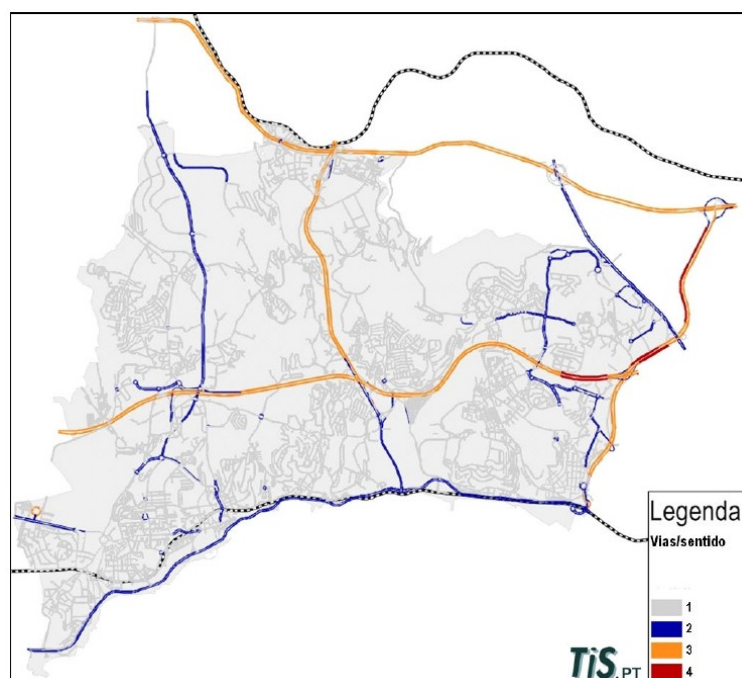
necessidade de proceder a reajustamentos face às novas gerações de tráfego e modificações no comportamento dos fluxos na envolvente das localidades.

O nível de concretização da rede rodoviária prevista no Plano Director Municipal, quer no nível II onde se incluem as vias principais dos aglomerados (azul), quer nas vias distribuidoras integradas na rede de nível funcional III (verde escuro), atinge passados 20 anos, níveis que ultrapassam os **50 % de execução**. Neste rácio inclui-se, igualmente, as intervenções programadas em algumas intersecções viárias sendo que, parte destas, se incluem nos restabelecimentos dos troços das estradas ainda não concretizados.

De acordo com estimativa do modelo de tráfego realizada no EMA de Oeiras, a rede rodoviária no Concelho de Oeiras totaliza cerca de 473 km em 2007, dos quais cerca de 15% detêm funções supra-concelhia e estruturante.

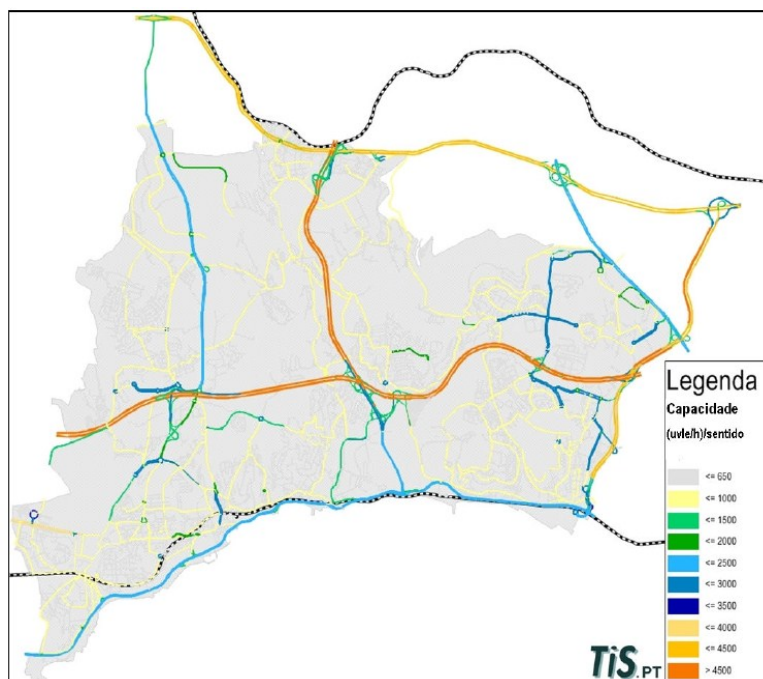
Foram utilizados vários indicadores de caracterização da actual rede viária: extensão, capacidade por via e por sentido de circulação, número de faixas e vias por troço e por sentido, sentidos de circulação, velocidade base de circulação (teórica), e, características geométricas e tipo de controlo das intersecções.

As figuras seguintes procuram traduzir o **actual funcionamento da rede rodoviária**:



Número de vias por sentido

Fonte: TiS.pt, Modelo de Tráfego do Concelho de Oeiras, 2007



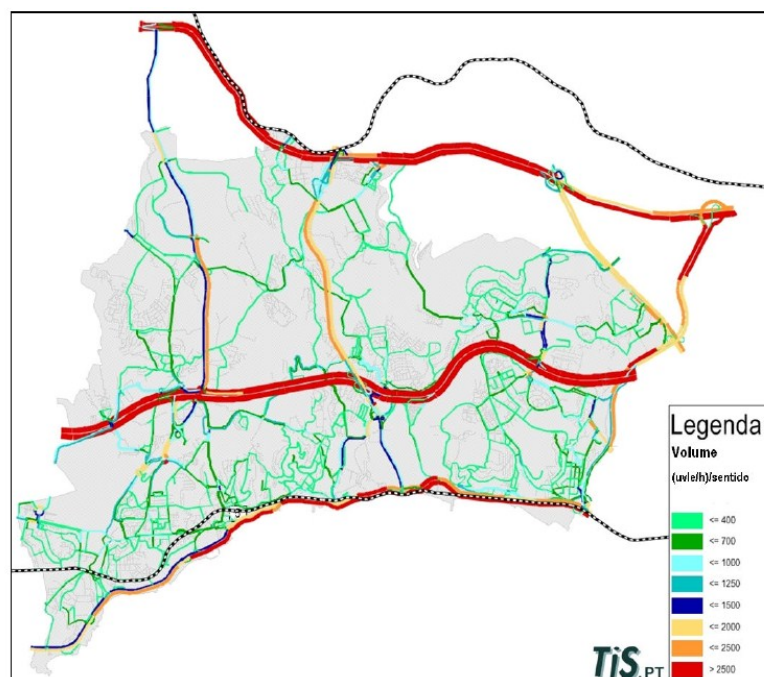
Capacidade da rede rodoviária

Fonte: TIS.pt - Modelo de Tráfego do Concelho de Oeiras, 2007

Como se pode observar, existe uma correlação entre as características físicas e estruturais dos eixos viários e a capacidade de escoamento dos fluxos de tráfego que neles circulam.

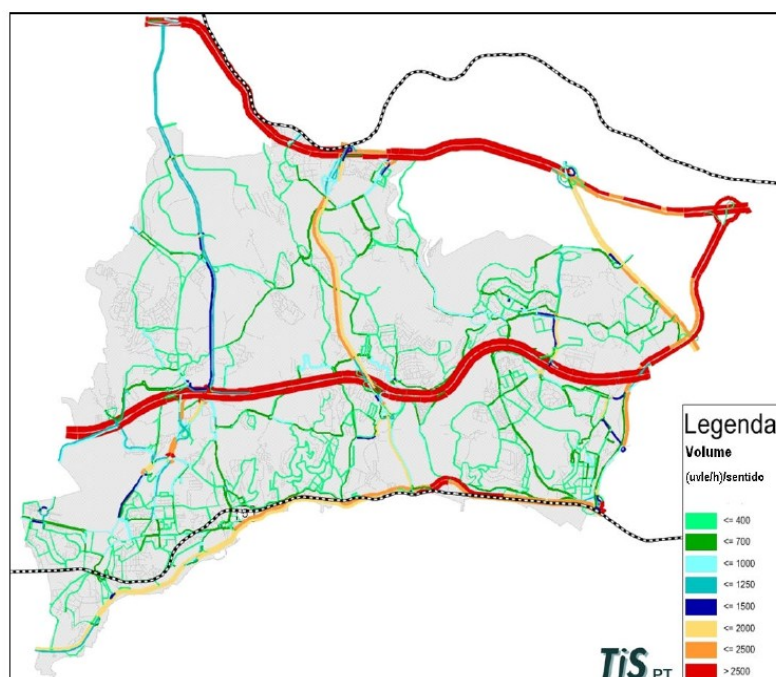
As contagens e inquéritos O/D realizados nas principais portas de entradas rodoviárias do Concelho permitiram estimar a **entrada de cerca de 220 mil veículos ligeiros no período entre as 7h30 e as 21h00 em cada dia útil.**

Cerca de 10 % do total de veículos foram contabilizados na Estrada Marginal, em Paço de Arcos, onde se verificaram cerca de 40% de movimentos de atravessamento do Concelho de Oeiras. Nos nós da A5 e da CRIL foram quantificadas um total de 52.8 mil veículos a entrar em Oeiras, cerca de 24 % do total das entradas. No nó da A5 de Porto Salvo/Oeiras foram contabilizados cerca de 44.3 mil veículos, 23% dos veículos que entram no Concelho.



Volume de tráfego na rede viária – HPM (uevl/h/sentido)

Fonte: TiS.pt, Modelo de Tráfego do Concelho de Oeiras, 2007



Volume de tráfego na rede viária – HPT (uevl/h/sentido)

Fonte: TiS.pt, Modelo de Tráfego do Concelho de Oeiras, 2007

Ao nível da carga de tráfego existente na rede viária durante os períodos de ponta, é possível constatar que a rede fundamental do Concelho de Oeiras: IC15/A5, o IC19/A37, o IC17/CRIL e a EN6 (Avenida Marginal), e em particular a radial, apresentam

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

um volume de tráfego bastante superior ao registado na restante rede viária do concelho, o que está directamente associado às suas funções de eixos supra concelhios que permitem, não só a realização de ligações estruturantes entre concelhos, mas também a acessibilidade ao próprio concelho de Oeiras.

A um outro nível de procura, destacam-se as vias de ligação a estes eixos e a alguns dos principais aglomerados (quer habitacionais, quer de emprego) do concelho, entre eles:

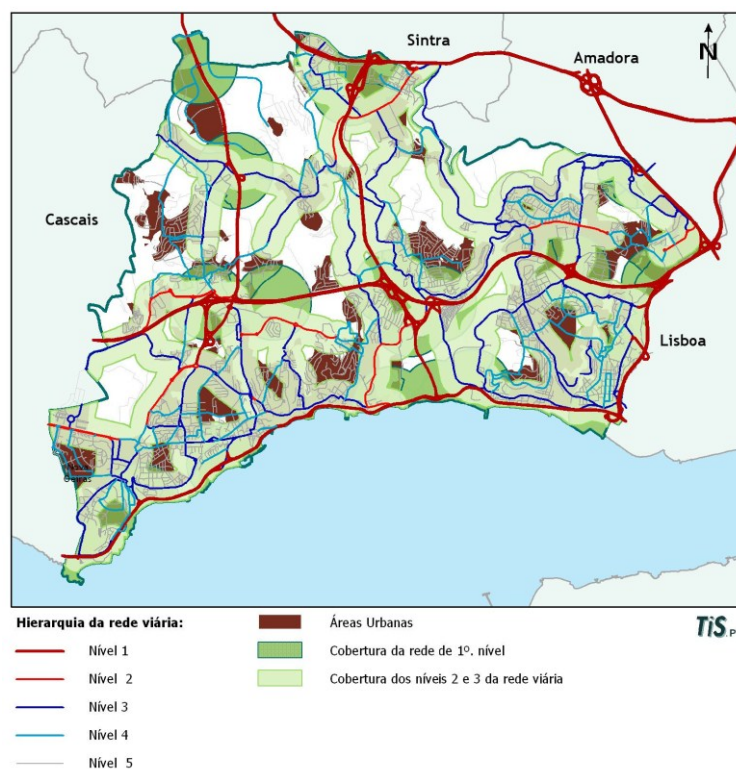
- a Avenida Infante D. Henrique (a norte do IC 19/A37, logo registando maioritariamente fluxos de tráfego provenientes do concelho de Sintra e que demandam este eixo rodoviário), a Estrada Consiglieri Pedroso (com tráfego mais elevado junto ao Nó de Queluz de Baixo do IC 19/A37),
- a Variante à EN249-3 (com fluxos de tráfego superiores durante a HPM e em direcção ao Tagus Park),
- a Rua da Mina (Lage), o eixo formado pela Estrada de Paço de Arcos e Avenida do Conselho da Europa em torno do Nó de Oeiras do IC15/A5 e do Oeiras Parque,
- o eixo constituído pelas avenidas 25 de Abril e do Forte (junto ao Nó de Linda-a-Velha / Carnaxide do IC15/A5), os acessos a Miraflores a partir do IC17/CRIL e a zona do Alto da Boa Viagem (no cruzamento com a EN6);

Para se obter uma relação mais forte entre o volume de tráfego e a hierarquia viária definida nível da classificação da rede viária, acaba por se justificar as alterações preconizadas em termos de classificação de rede viária, indiciando uma melhor adequação da mesma. As vias onde se registam os fluxos mais elevados são sensivelmente as mesmas nos dois períodos de ponta considerados.

Os próprios movimentos direccionais são, genericamente, equilibrados. As principais diferenças notam-se: na Avenida Marginal (fluxo mais forte na HPM em direcção a Lisboa, e na HPT no sentido contrário), na Variante à EN249-3 (com fluxos de tráfego superiores em direcção ao Tagus Park durante a HPM, acontecendo o inverso na HPT) e na Avenida do Forte em Carnaxide, onde a procura é superior no sentido de entrada, durante a HPM, e no sentido contrário ao longo da HPT.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

É importante que a rede viária estruturante garanta uma adequada cobertura do território, o que passa por garantir que a distribuição dos percursos seja realizada recorrendo aos diferentes níveis hierárquicos da rede, de modo a acautelar que as vias mais locais não são utilizadas por tráfego em movimentos de atravessamento.



Cobertura territorial da rede viária no Concelho de Oeiras

Fonte: TIS.pt, EMA de Oeiras, 2008

Na avaliação efectuada, são consideradas bem servidas: as áreas envolventes aos nós rodoviários numa distância em linha recta de 600 metros todos os nós da rede de 1.º nível, nomeadamente, do IC15/A5, IC17/CRIL e IC18/CREL EN6 e da Variante à EN249-3; as vias integradas nos níveis intermédios em áreas abrangidas por um corredor de 250 metros centrado no eixo de via.

Nestas condições de análise, verifica-se que a rede viária estruturante garante a cobertura aos principais aglomerados urbanos do concelho, verificando-se que:

- 94% da área urbana em 2006 é coberta por esta rede estruturante;
- 92% da população que residia no concelho em 2001 (correspondente a 140,9 mil habitantes) estava concentrada na área de influência directa desta rede de transporte;
- 88% do emprego privado em 2004 estava localizado nesta área de influência directa.

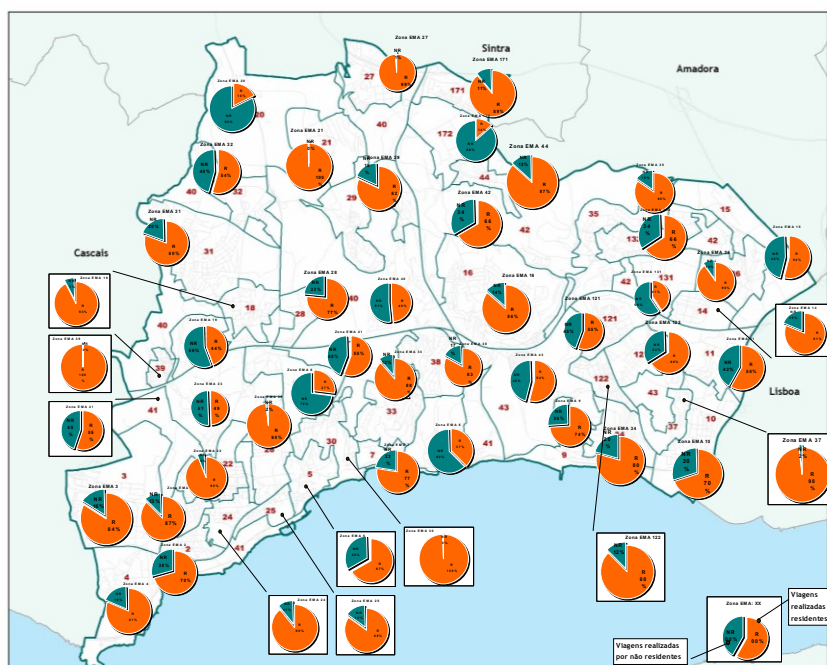
RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Globalmente a cobertura da rede estruturante é bastante elevada, verificando-se todavia, que existem alguns pólos residenciais em que a cobertura proporcionada por esta rede é menor. Entre estes é possível destacar parte da zona de Porto Salvo, B. Auto Construção, a zona de Caxias / Laveiras e uma parte significativa do Tagus Park, que todavia ainda não tem executada os troços previstos e integrados nas rede estruturante, como é o caso da VLN e da Variante de Laveiras.

2.3 MOBILIDADE E TRANSPORTES

2.3.1 MOBILIDADE INTERNA

No Concelho de Oeiras, as zonas com mais atractividade para os não-residentes são as de maior concentração de actividades económicas, sobretudo terciárias, como os parques de escritórios e centros empresariais, Tagus Park (com 82% das viagens realizadas por não residentes), Quinta da Fonte (73%), Lagoas Park (56%), Carnaxide Industrial (59% do total) e Queluz de Baixo – zona industrial (86%).

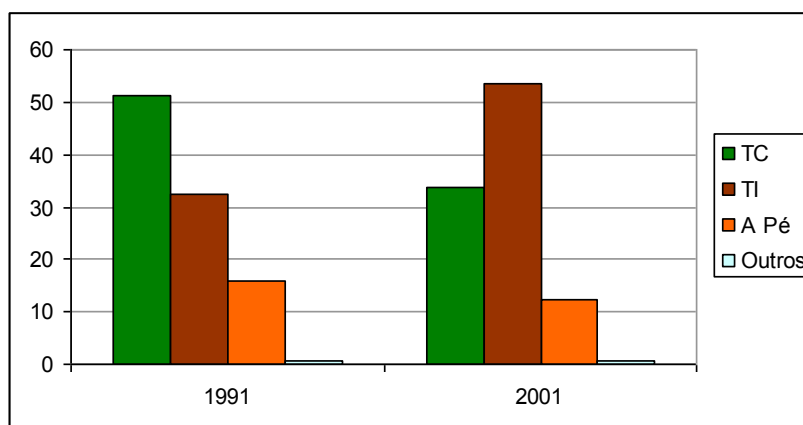


**Mobilidade em Oeiras: Viagens terminadas em cada zona
(Residentes versus Não Residentes)**

Fonte: Tis.pt, Inquérito à Mobilidade, 2006/2007

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Em termos de repartição modal verifica-se, entre 1991 e 2001, uma evolução claramente favorável ao transporte individual em detrimento das deslocações em modos de transporte colectivos.



Evolução da repartição modal dos Residentes entre 1991 e 2001

Fonte: INE, "Movimentos Pendulares na AML 1991 -2001", 2003

Quando se consideram as viagens de e para outros concelhos, a percentagem em que é utilizado o automóvel é de 74%.

De acordo com o EMA de Oeiras, nas deslocações realizadas em Oeiras o transporte Individual é o modo de transporte mais frequentemente utilizado e é, claramente, dominante quando se consideram as viagens inter-concelhias.

Considerando apenas as viagens em modos motorizados (TI e TP) verifica-se que o TP tem uma quota de viagens maior nas viagens internas do que nas viagens inter-concelhos (28% e 24% respectivamente).

Mobilidade em Oeiras: Modos de transporte simplificados

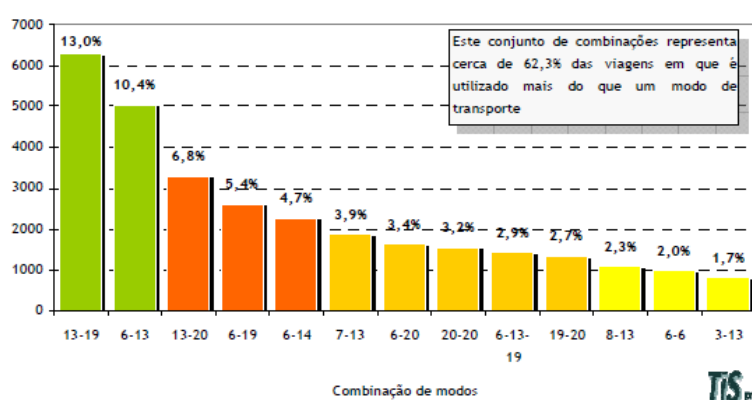
Modos de transporte simplificados	Viagens Iniciadas ou terminadas em Oeiras		Viagens Internas a Oeiras		Viagens Interconcelhias	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Pé	53.846	11,3%	50.831	28,8%	3.015	1,0%
TI	313.073	65,4%	90.628	51,4%	222.445	73,7%
TP	107.617	22,5%	34.896	19,8%	72.721	24,1%
TI + TP	3.520	0,7%	74	0,0%	3.446	1,1%
Outros	330	0,1%	0	0,0%	330	0,1%
TOTAL	478.386	100,0%	176.429	100,0%	301.957	100,0%

Fonte: Tis.pt, Inquérito à Mobilidade, 2006/2007

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

As alternativas de combinação modal que foram consideradas mais representativas reúnem, no seu conjunto, cerca de 66,3% das **combinações modais** identificadas no Inquérito à Mobilidade.

As combinações mais significativas, representadas no gráfico seguinte, representam apenas 62,3% do total. A combinação com maior peso envolve a utilização da CP (Linha de Cascais) - Metropolitano, seguida da combinação Vimeca – CP(Linha de Cascais) e CP(Linha de Cascais) – Carris. A combinação do automóvel com o comboio representa apenas cerca de 1,7% das viagens com mais do que uma etapa.



Mobilidade de Oeiras: Principais Combinações modais
Fonte: Tis.pt, Inquérito à Mobilidade, 2006/2007

Mobilidade em Oeiras: Modos de transporte utilizados nas diversas etapas

Modos utilizados	Designação	Viagens - Etapa 1		Viagens - Etapa 2		Viagens - Etapa 3		Viagens - Etapa 4		Viagens - Etapa 5		Viagens - Total de etapas	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1	A pé (+ de 5 minutos)	55.278	12%	1236	3%	499	4%	120	9%			57.133	11%
2	MMotociclo	1.172	0%									1.172	0%
3	Carro (condutor)	281.112	59%	1297	3%	378	3%	150	11%			282.937	52%
4	Carro (acompanhante)	32.550	7%	253	1%	283	2%					33.086	6%
5	Transporte de empresa (Bus)	383	0%			53	0%					436	0%
6	BUS VIMECA	42.859	9%	7159	15%	2.454	20%	293	21%			52.765	10%
7	BUS Lisboa Transportes	8.420	2%	1766	4%	1.111	9%	147	11%			11.444	2%
8	BUS Scotturb	2.159	0%	722	1%	206	2%	83	6%			3.170	1%
9	BUS Rodoviária de Lisboa	1.774	0%	465	1%	253	2%	99	7%			2.591	0%
10	BUS TST	282	0%	69	0%	113	1%	68	5%			531	0%
11	Outro BUS suburbano	674	0%	34	0%							708	0%
12	Ns a empresa do BUS suburbano	680	0%	128	0%							808	0%
13	CP de Cascais	22.470	5%	17502	36%	844	7%	49	4%			40.864	8%
14	CP de Sintra	3.085	1%	3304	7%	248	2%	49	4%			6.686	1%
15	CP da Azambuja	178	0%	266	1%	205	2%	4	0%			653	0%
16	CP do Sado												
17	Fertagus - Eixo Norte-Sul	138	0%	66	0%	184	2%					387	0%
18	Não sabe que comboio	80	0%									80	0%
19	Metro	7.533	2%	6944	14%	2.682	22%	29	2%			17.188	3%
20	Carris	14.235	3%	6323	13%	1.678	14%	191	14%	44	100%	22.471	4%
21	Táxi	1.183	0%	103	0%	75	1%					1.361	0%
22	Barco	690	0%	637	1%	557	5%	34	2%			1.918	0%
23	Outro	1.452	0%	299	1%	150	1%	64	5%			1.965	0%
	N.ID												
	TOTAL	478.386	100%	48.572	100%	11.972	100%	1.380	100%	44	100%	540.355	100%

Fonte: Tis.pt, Inquérito à Mobilidade, 2006/2007

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Todos os outros motivos têm um peso relativo inferior a 10%, destacando-se as viagens realizadas por motivo de compras com 7% do valor total.

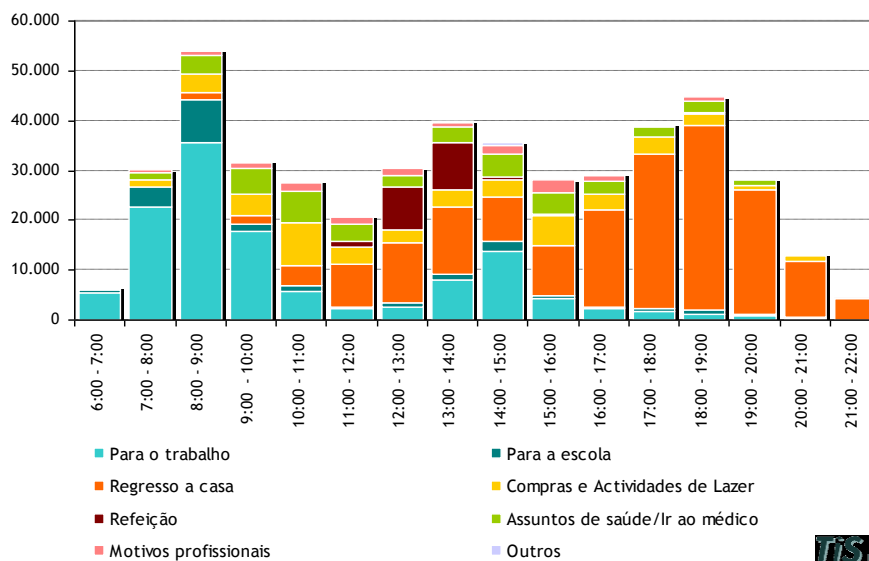
Na repartição das viagens em função do **motivo**, as viagens com características pendulares (por motivo: trabalho ou estudo) são significativas, detendo um peso de 28% no total das viagens terminadas em Oeiras e atingindo uma percentagem de 54% das deslocações sem se considerar as viagens de regresso a casa.

Mobilidade em Oeiras: Motivo das viagens realizadas

Motivos	Designação	Viagens com extremo em Oeiras - TOTAL			Viagens terminadas em Oeiras - TOTAL	
		Abs.	%	% sem Regresso a Casa	Abs.	%
1	Para o trabalho	127.036	27%	45%	78.263	24%
2	Para a escola	22.945	5%	8%	13.322	4%
3	Regresso a casa	198.186	41%		131.948	40%
4	Compras	25.881	5%	9%	23.496	7%
5	Actividade de lazer regular (ex-Ginastica...)	5.799	1%	2%	4.714	1%
6	Actividade de lazer ocasional(ex. cinema...)	5.438	1%	2%	3.790	1%
7	Acompanhar / Buscar familiares	11.348	2%	4%	9.203	3%
8	Refeição	21.271	4%	8%	19.127	6%
9	Assuntos de saúde/ Ir ao médico	10.157	2%	4%	5.814	2%
10	Assuntos pessoais	32.505	7%	12%	24.057	7%
11	Motivos profissionais	15.461	3%	6%	11.183	3%
12	Outros	2.299	0%	1%	1.555	0%
0	<i>Não declarado</i>	60	0%	0%	60	0%
	TOTAL	478.386	100%	100%	326.532	100%

Fonte: Tis.pt, Inquérito à Mobilidade, 2006/2007

A distribuição horária das viagens ao longo do dia e em função do motivo das viagens permite identificar as horas de ponta da manhã, entre as 7h00 e as 10h00, onde predominam as viagens por motivo – trabalho ou escola, com um peso de cerca 77%, e da tarde, entre as 17h00 e as 20h00, onde o motivo - regresso a casa é dominante.



Mobilidade em Oeiras: Distribuição horária das viagens em função do seu motivo

Fonte: Tis.pt, Inquérito à Mobilidade, 2006/2007

A evolução da duração das viagens tem diminuído em geral, sendo maior para as distâncias maiores e consoante os modos, sendo as deslocações em transporte individual as que maior diminuição sofreram ao logo dos últimos anos. A duração das viagens também é diferente quando se considera o motivo como se pode observar na tabela seguinte.

Mobilidade em Oeiras: Duração média das viagens (total e tipologia de movimento)

Modo simplificado	Duração média (em min.)		
	Viagens iniciadas ou terminadas em Oeiras	Viagens Internas a Oeiras	Viagens Interconcelhias
TI	26,1	16,4	30,1
TP	37,1	23,4	43,7
Pé	13,8	13,7	15,8
Média	27,4	17,0	33,5

Fonte: Tis.pt, Inquérito à Mobilidade, 2006/2007

2.3.2 RELAÇÕES INTER-CONCELHIAS

Apenas **24,1%** das cerca de 300 mil viagens entre Oeiras e os outros concelhos da **AML** são realizadas em **transporte colectivo** (num total de 72,7 mil viagens).

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

O corredor de Algés – Miraflores – Linda-a-Velha e Carnaxide concentra uma parte significativa das viagens inter-concelhias. Fora da zona de influência da interface de Algés, que corresponde ao centro de Algés, a percentagem de utilização de TC é inferior à média concelhia.

As zonas mais próximas do caminho-de-ferro (seja da Linha de Cascais e de Sintra) são aquelas que apresentam repartições modais mais favoráveis para o transporte colectivo do que a média nas viagens inter-concelhias.

Como pode ser constatado através do Estudo “Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa 1991-2001” Instituto Nacional de Estatística, 2003, é com os concelhos adjacentes a Oeiras - Lisboa, Cascais, Sintra e Amadora, que as relações de mobilidade inter-concelhia são mais fortes. Cerca de metade das deslocações inter-concelhias são com o concelho de Lisboa, enquanto que os movimentos com Cascais, Amadora e Sintra representam, no seu conjunto, cerca de 40% das viagens com outros concelhos da AML.

As relações com o Concelho de Lisboa são as que revelam maior interdependência e as que apresentam uma quota mais favorável ao transporte colectivo, em particular, com as seguintes zonas de Lisboa:

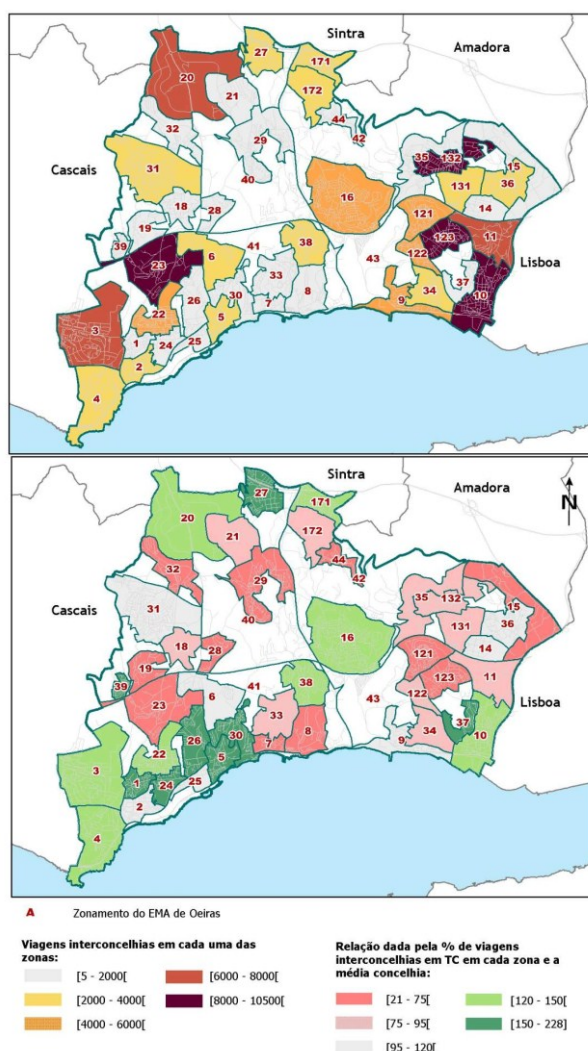
- **Lisboa – Eixo Central:** o corredor Baixa – Avenida da Liberdade – Entrecampos – Campo Grande, onde se verifica a melhor oferta de transportes colectivos. Cerca de 77% destas viagens são realizadas por residentes em Oeiras.
- **Lisboa – Poente:** as zonas de Lisboa que se localizam mais próximas de Oeiras, e que são servidas directamente pela Linha de Cascais ou estão na sua confluência directa. Cerca de 69% das viagens são realizadas por residentes em Oeiras.
- **Lisboa – outras zonas:** restante território de Lisboa, concentrando uma boa parte das zonas de expansão mais recente, cativando cerca de 52% das viagens realizadas por residentes em Oeiras, concentrando-se de um modo gradual junto às zonas mais bem servidas de transporte colectivo.

O **Oeiras Parque, Miraflores - Linda-a-Velha e Carnaxide** constituem pólo importantes de atracção de **viagens iniciadas no Concelho de Cascais**, sendo a maior parte destas viagens realizadas em transporte individual. As ligações entre Carcavelos e São Domingos de Rana com a Nova Oeiras/Quinta do Marquês (zona 3) também são bastante significativas.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Cerca de um terço das viagens com um dos extremos em Cascais, são com a envolvente da Estação ferroviária de Oeiras, sendo realizadas com uma repartição modal mais favorável ao transporte colectivo.

As viagens com início no Concelho de Sintra, em Agualva-Cacém, têm como principal destino os pólos de emprego localizados no Tagus Park, Linda-a-Velha ou Queluz de Baixo) ou estudo como é o caso da Escola Aquilino Ribeiro, em Talaíde. O transporte colectivo apresenta repartições modais favoráveis nas zonas mais próximas de Sintra (e.g., Tagus Park) ou, nas que são directamente servidas por carreiras de transporte público que servem as zonas de Oeiras - Quinta do Marquês / Nova Oeiras. Nas restantes zonas verifica-se a predominância da utilização do transporte individual.



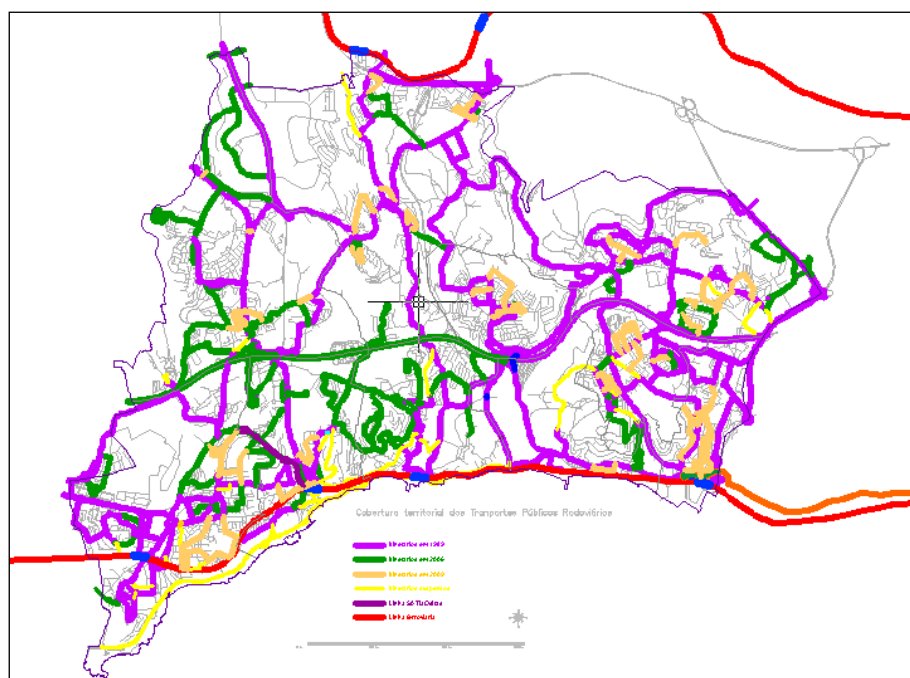
Viagens inter-concelhias terminadas em cada zona EMA e rácio da repartição TC na zona versus a média do concelho

Fonte: Tis.pt, Inquirito à Mobilidade, 2006/2007

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

2.3.3 TRANSPORTE PÚBLICO

A cobertura territorial dos transportes colectivos tem acompanhado a evolução da expansão urbanística do território, procurando satisfazer novas bolsas de procura e aproveitando o desenvolvimento da malha da rede rodoviária de circulação.



Evolução da extensão da rede de transportes públicos no Concelho de Oeiras, 1989-2009

Fonte: CMO/GDM, 2009

A extensão de rede viária servida por transportes públicos tem aumentado ao longos dos últimos anos, servindo as novas zonas edificadas procurando satisfazer a procura entretanto gerada à medida do desenvolvimento da rede de infra-estruturas, um dos factores mais condicionantes para as acessibilidades dos transportes públicos.

Na evolução da rede de transportes verificou-se o reforço da oferta das ligações com os Concelhos de Cascais e de Sintra. O maior aumento verificou-se no reforço da frequência da oferta de proporcionada nas carreiras com ligações a Cascais, e em particular no rebatimento aos eixos ferroviários de Cascais e Sintra.

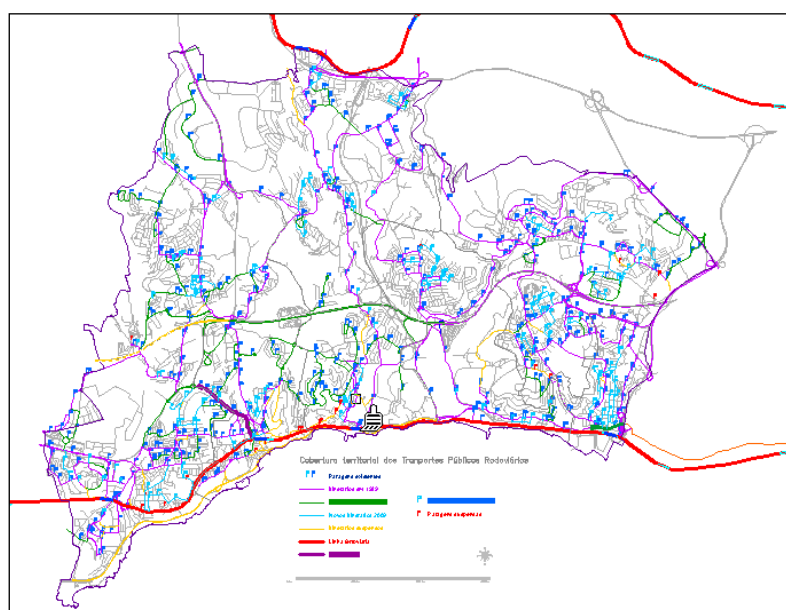
Evolução do número de carreiras circulações entre 1985- 2009

Ligações em TP	Evolução do número de carreiras entre 1985 - 2009	Evolução do número de circulações entre 1985 - 2009
OEIRAS – intra-concelhias	46%	43%
CASCAIS	18%	71%
SINTRA	10%	68%
AMADORA	-11%	-20%
LISBOA	-19%	-20%

Fonte: CMO / GDM, 2009

Na sequência de uma parceria estabelecida entre a CMO e a Vimeca, em 2007 foi iniciada a implementação de um projecto de 6 carreiras urbanas que servem os principais aglomerados populacionais de todas freguesias do Concelho de Oeiras, durante o período diurno dos dias úteis e sábados, tendo contribuído para uma significativa melhoria da cobertura territorial dos transportes públicos no Concelho de Oeiras.

O alargamento da cobertura territorial é condicionada pelo desenvolvimento da malha rede urbana e pode ser retratada através do número de paragens instaladas na área do território de Oeiras, tendo este indicador registado um aumento de 27 % entre 1985 a 2005, atingindo o valor de 14 paragens//Km2. Com a implementação das carreiras COMBUS verificou-se um aumento, elevando este índice para 17 paragens/Km2.



Evolução da cobertura territorial dos transportes públicos colectivos rodoviários, 1989/2009

Fonte: CMO/GDM, 2009

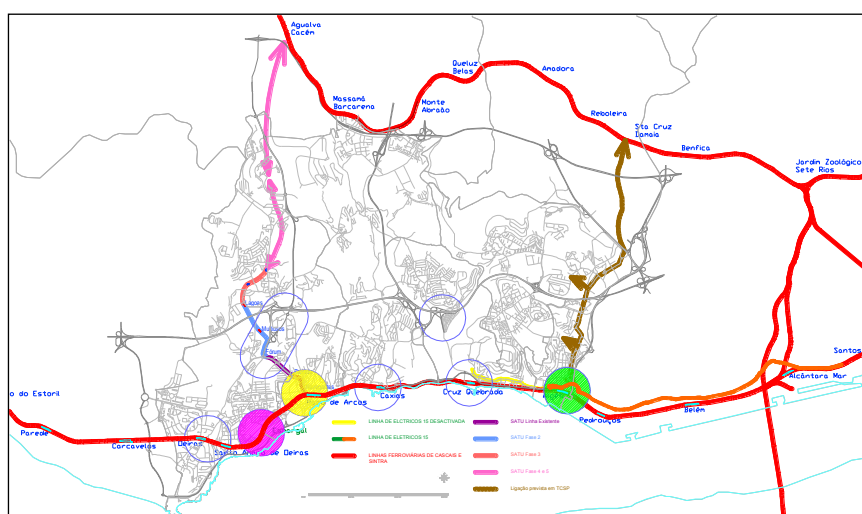
RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

No entanto, verifica-se que ao longo desse período não houve grandes alterações no número de carreiras tradicionais a operar no Concelho, tendo os operadores optado por reajustar os itinerários e horários, o que em parte se correlaciona com a evolução negativa da mobilidade em termos do número de deslocações em transportes públicos.

Foi no rebatimento ao caminho-de-ferro na estação de Oeiras que se verificaram as alterações mais significativas de reforço de oferta do número de circulações, que maioritariamente são oriundas do Concelho de Cascais. Três factores contribuíram para este facto:

- a privatização da empresa da Rodoviária Nacional, levando uma optimização e a uma maior eficiência na gestão dos recursos operacionais da empresa, melhorando o serviço de um eixo, onde igualmente se registou o aumento populacional.
- Os custos dos títulos de transportes, nomeadamente, o passe social cuja coroa de validade termina em Oeiras;
- a oferta de transporte ferroviária proporcionada naquela estação com os comboios da Linha de Oeiras, inerente à função de semi-terminus;

A atractividade de cada estação modificou-se ligeiramente com o reforço da influência da estação ferroviária de Caxias e a diminuição do peso relativo das estações de Santo Amaro, por reforço da polarização exercida pela Estação de Oeiras, e da Cruz Quebrada por deficientes condições operacionais e desactivação da actividade industrial na envolvente da estação.



Evolução da rede de transporte ferroviário pesado, ligeiro e de APM

Fonte: CMO/GDM, 2009

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Um significativo contributo em termos de melhoria das infra-estruturas de apoio à intermodalidade e das condições de rebatimento entre o transporte rodoviário e o ferroviário foi realizado pelo Município de Oeiras, na reformulação do “lay-out” da envolvente da praça D. Manuel I, no espaço reservado ao terminal rodoviário de rebatimento à estação de Algés, aumentando a área afectada à interface e proporcionando um amplo espaço de circulação e de interacção com a zona comercial da Baixa de Algés.

A estação de Paço de Arcos também foi alvo de uma reformulação de modo a proporcionar mais conforto aos utentes de transportes públicos. Esta estação detém actualmente um grande potencial atractivo com o transporte inovador do SATU.

O SATU constitui um modo de elevada continuidade de oferta de serviço e de conforto, de capacidade intermédia superior, entre o autocarro articulado e o eléctrico moderno, funciona em tecnologia de tracção por cabo e é, igualmente, movido a energia eléctrica. O seu traçado existente e previsto encontra-se expresso na figura anterior.

Na interface de Paço de Arcos localiza-se a terceira estação do Concelho em volume de tráfego de passageiros, logo a seguir a Algés e Oeiras. Com a ligação à Linha de Sintra, esta estação poderá adquirir a importância de primeiro nível na Linha de Cascais em termos de número de passageiros, e proporcionar uma significativa melhoria das acessibilidades às localidades servidas pela Linha de Cascais e da Linha de Sintra.

A localização do seu traçado e a sua extensão até à Linha de Sintra constitui a fundamentação e a espinha dorsal da estratégia de desenvolvimento futuro de uma rede de intermodalidade, centralizada na ligação entre duas linhas de transporte ferroviária de grande capacidade de transporte, cuja articulação potenciará uma elevada acessibilidade no eixo poente do Município de Oeiras. A evolução do modo eléctrico, no sentido lato, saldou-se por um resultado positivo considerando o investimento e iniciativa do Município no projecto SATU no eixo Paço de Arcos Cacém.

Evolução a rede de transporte ferroviário pesado, ligeiro e de APM

Extensão / Estações	Linha de Cascais	Linha de Sintra	SATU		Linha de Eléctrico	
	1985- 2005	1985- 2005	1985	2005	1985	2005
Km	9,3	1,5	0	1,2	1,8	0,7
Nº	5	1	0	3	8	3

Fonte: GDM/CMO, 2009

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Por outro lado, no Município de Oeiras a evolução da rede ferroviária ligeira foi negativa, com a desactivação do troço da linha de eléctricos entre Algés e Cruz Quebrada e com a substituição do serviço por uma carreira de transportes rodoviários de rebatimento àquela linha e à estação ferroviária de Algés.

Táxis

Apesar do seu importante papel na política de mobilidade, enquanto alternativa ao transporte individual e complemento do transporte colectivo, este modo tem sido alvo de pouca atenção. O sistema de táxi surge como um modo de transporte capaz de responder a procura diferenciadas, desempenhando um papel fundamental na mobilidade urbana, no sentido em que permite uma operação mais próxima do transporte individual, sem rota e sem horários fixos. Em especial nas deslocações de turismo, lazer ou negócios, o táxi surge como modo preferencial de deslocação.

Na verdade, com um custo mais alto, este serviço não compete directamente com o transporte colectivo, mas cumpre um papel importante de carácter social, quando utilizado em casos de emergência, ou económico, utilizado por turistas e pessoas em viagens de negócios.

Os táxis também podem representar uma alternativa de transporte para a população de maior poder de compra, em substituição do transporte individual, principalmente para acesso a áreas de maior congestionamento e com pouca oferta de estacionamento ou ainda, a áreas que tenham acesso restrito.

Nesse sentido, procurou-se no âmbito do EMA ter em consideração qual a actual oferta de serviços de táxis no concelho, quais as perspectivas futuras, assim como identificar quais os principais condicionalismos e dificuldades percebidas pelos motoristas de táxi no exercício das suas funções e que influenciam o desempenho deste modo alternativo de mobilidade.

O contingente de táxis licenciados no concelho de Oeiras foi alargado de 117 para 150 licenças, estando actualmente em funcionamento 137 licenças.

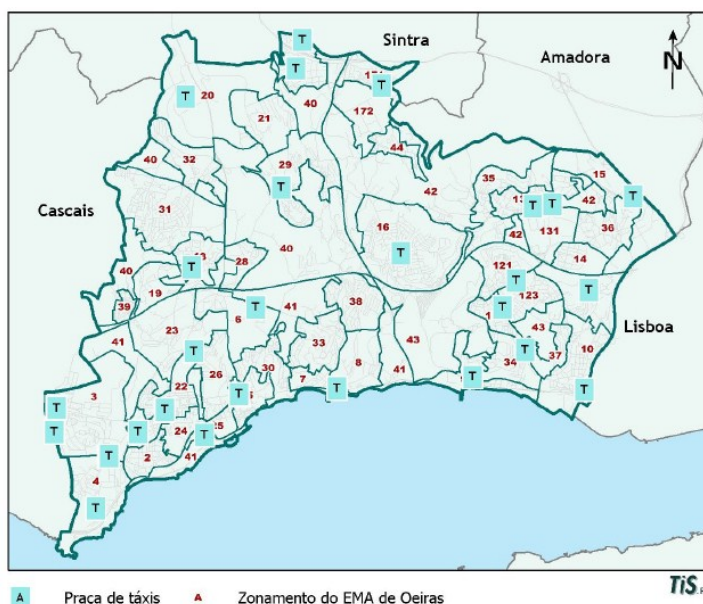
A organização operacional deste sector, que funciona em regime de praça livre condicionada, é apoiada por um serviço de rádio - táxis, que proporciona alguma eficiência na gestão das áreas de influência das praças, sendo o serviço prestado por duas associações:

_ Multitáxis, que actua em especial nas freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Carnaxide e Queijas; e

_ Rádio Táxis do Alto da Barra, que actuam preferencialmente nas restantes freguesias do concelho.

A principal razão para esta repartição prende-se com as zonas de residência dos seus associados, que tendem a prestar o serviço mais na sua área, embora qualquer uma das associações preste serviço na globalidade do concelho.

Como já foi referido a frota actual é de 137 táxis, sendo na sua maioria composta por veículos cuja idade média varia entre os 3 e os 8 anos embora a maior percentagem corresponda a veículos até 5 anos, ou seja, estamos perante uma frota relativamente recente, aspecto este também importante para uma boa imagem do serviço.



Localização das principais praças de táxi

Fonte: CMO/GDM, 2009

A maior procura de serviços é registada nos parques de escritórios e os tempos médios de espera por serviço de táxi (desempenho do serviço) é muito condicionado pelas condições de fluidez do tráfego e horas do dia.

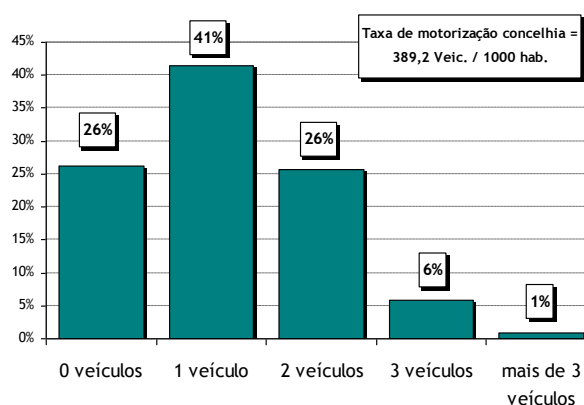
2.3.4 TRANSPORTE INDIVIDUAL

No EMA de Oeiras foi possível estimar o nível de motorização dos residentes e dos não-residentes: a taxa de motorização dos residentes em Oeiras, obtida a partir dos

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

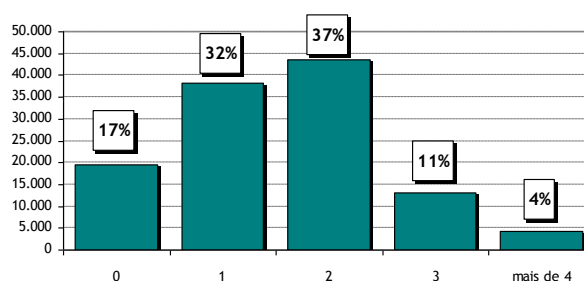
inquéritos aos residentes, é estimada entre os 389 e os 417 veículos por mil habitantes, segundo os levantamentos da procura de estacionamento nocturno.

A posse do automóvel influencia na escolha modal das deslocações dos membros dos agregados familiares em função da capacidade de condução: 26% dos agregados não possuem automóvel e 17% dos agregados não dispõem de habilitações para conduzir.



Residentes: Número de veículos no agregado dos inquiridos

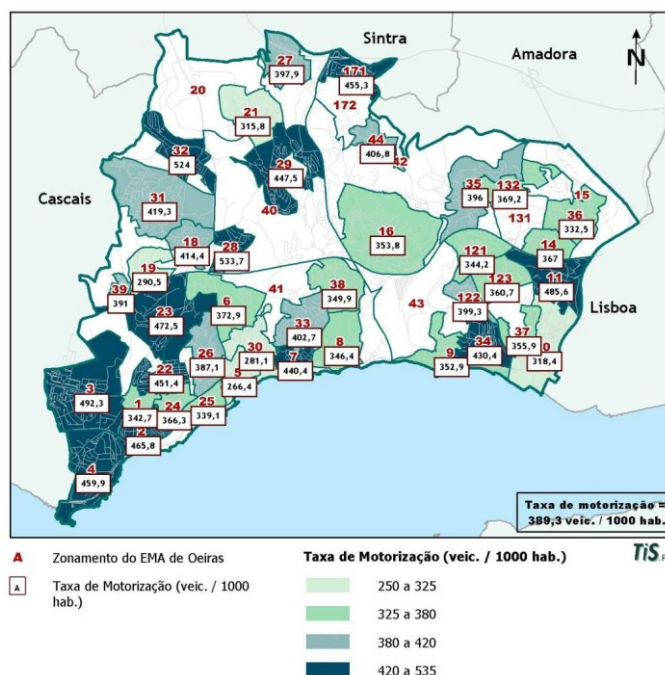
Fonte: Tis.pt, Inquérito à Mobilidade dos Residentes em Oeiras, 2006/2007



Residentes: Número de pessoas do agregado que conduzem

Fonte: TIS.pt, Inquérito à Mobilidade dos Residentes em Oeiras, 2006/2007

As maiores **taxas de motorização** ocorrem em Oeiras, Sto Amaro, Nova Oeiras, Quinta do Marquês, Oeiras, Medrosa, Algés, Miraflores, B. Augusto de Castro, Cacilhas e Fórum Oeiras, Vila Fria, Leião e Talaíde.



Residentes: Taxa de Motorização em Oeiras
 Fonte: TIS.pt, Inquérito à Mobilidade dos Residentes em Oeiras, 2006/2007

Muitas empresas proporcionam facilidades aos seus funcionários em termos de utilização de automóvel. Através do Inquérito à Mobilidade foi aferida esta situação, procurando identificar quantos veículos automóveis, do agregado familiar, têm as despesas pagas na totalidade ou parcialmente, sendo possível estimar que, cerca de 5% dos inquiridos declararam existir um ou mais veículos com despesas pagas por uma empresa. A conjugação deste factor com facilidade de estacionamento no local de destino da viagem constitui é determinante na propensão para o transporte individual.

Em Oeiras, cerca de 74% dos veículos utilizados em viagens terminadas no Concelho, ficam estacionados na via pública sem qualquer pagamento. Apenas em 1% dos movimentos, o estacionamento de veículos na via pública pressupõe o pagamento.

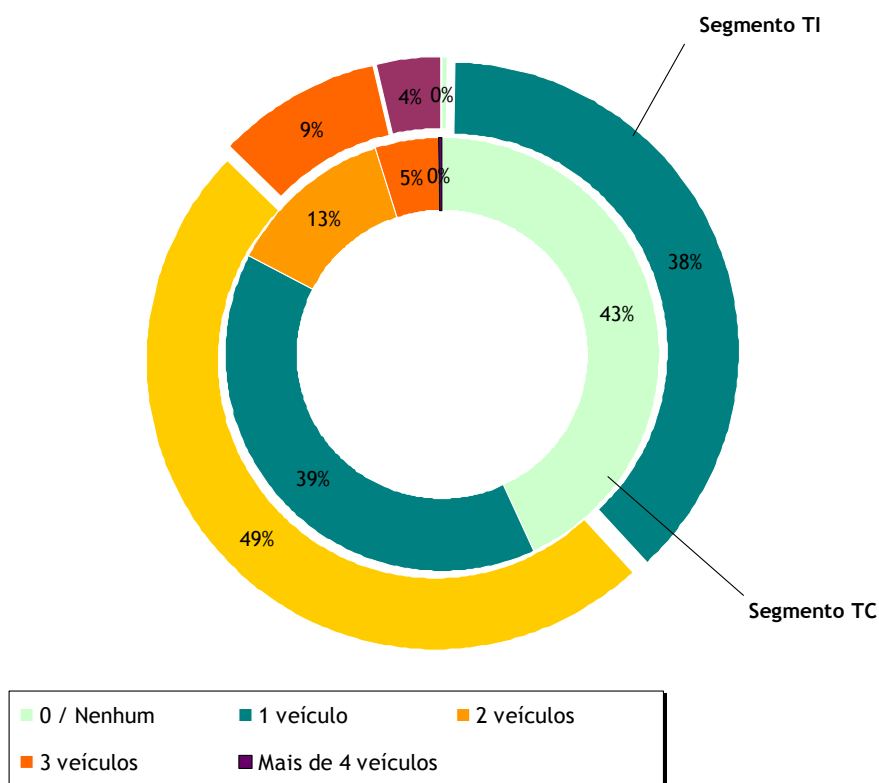
RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Residentes: Número de veículos com as despesas pagas em parte ou no todo pela empresa

Número de veículos	Automóveis com parte ou a totalidade das despesas pagas pela empresa		Automóveis com parte ou a totalidade das despesas pagas pela empresa - TRABALHO	
	Abs.	%	Abs.	%
0 / Nenhum	89.692	95,3%	55.099	94,7%
1 veículo	3.137	3,3%	2.002	3,4%
2 veículos	867	0,9%	695	1,2%
3 veículos	378	0,4%	318	0,5%
4 veículos	43	0,0%	43	0,1%
5 veículos	0	0,0%	0	0,0%
6 veículos	0	0,0%	0	0,0%
Sem resposta	6.983		5.129	
TOTAL	101.100	100%	63.286	100%

Fonte: TIS.pt, Inquérito à Mobilidade dos Residentes em Oeiras, 2006/2007

Nas deslocações para o Concelho, a maior parte dos não residentes são utilizadores do transporte individual, possuindo pelo menos um carro. A taxa de motorização desta população é estimada em cerca de 567 veículos por mil habitantes.



Não residentes: Veículos por agregado (em %) Segmento TI e TC

Fonte: TIS.pt, Inquérito à Mobilidade dos Não Residentes em Oeiras, 2006/2007

Os resultados do inquérito à mobilidade também permitiram identificar a importância das despesas pagas pela empresa ao segmento dos não residentes. Os resultados permitem verificar que um número significativo - cerca de 22% do total - dos não residentes têm um ou mais veículos pagos pela empresa.

Não residentes: N.º. de veículos com as despesas pagas em parte ou no todo pela empresa

Número de veículos	Automóveis com parte a totalidade das despesas pagas pela empresa		Automóveis com parte a totalidade das despesas pagas pela empresa - TRABALHO	
	Abs.	%	Abs.	%
0 / Nenhum	52.988	78%	33.577	73%
1 veículo	13.488	20%	11.497	25%
2 veículos	857	1%	693	2%
3 veículos	359	1%	359	1%
4 veículos	0	0%	0	0%
5 veículos	0	0%	0	0%
6 veículos	61	0%	61	0%
Sem resposta	1.682		717	
TOTAL	69.435	100%	46.904	100%

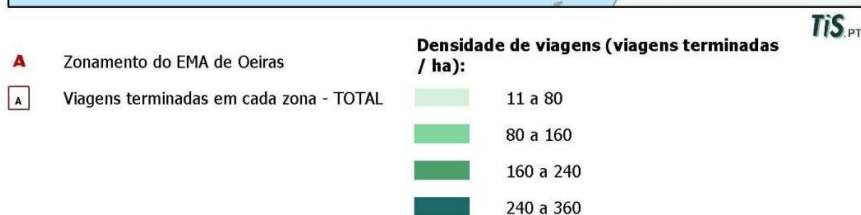
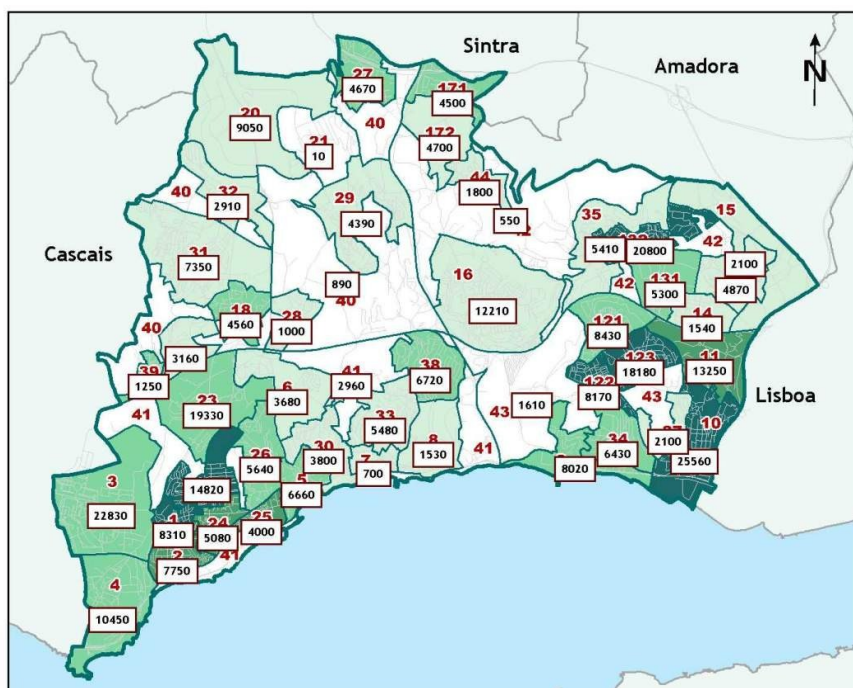
Fonte: TIS.pt, Inquérito à Mobilidade dos Não Residentes em Oeiras, 2006/2007

Nas viagens terminadas em Oeiras, cerca de 60% dos veículos estacionam em zonas gratuitas na via pública e cerca de 30% dos veículos estacionam em parques de estacionamento privativo da empresa, gratuito para o próprio.

Algés, Miraflores e Carnaxide, Paço de arcos e Oeiras são as zonas do Concelho onde ocorrem as maiores densidades de viagens, onde há maiores concentrações de população, emprego e equipamentos colectivos. Nas zonas a norte da A5/IC15, com menor ocupação urbana, verifica-se menor densidade de viagens.

As maiores densidades de viagens em transporte colectivo ocorrem como seria de esperar na envolvente das interfaces com o transporte ferroviário e ao longo do corredor de Algés – Miraflores – Linda-a-Velha, com uma maior densidade urbana.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Mobilidade em Oeiras: Viagens terminadas no Concelho, todos os modos e todo o dia
Fonte: TIS.pt, Inquérito à Mobilidade, 2006/2007

As deslocações a pé ocorrem sobretudo nas zonas mais antigas e densas do Concelho, como são o Centro de Oeiras, Bairro Augusto de Castro, Figueirinha, Moinho das Antas e Paço de Arcos. Algés e Linda-a-Velha e Carnaxide.

2.3.5 ESTACIONAMENTO

Globalmente a **oferta de estacionamento** em Oeiras é composta por:

49.380 lugares de estacionamento gratuitos na via pública

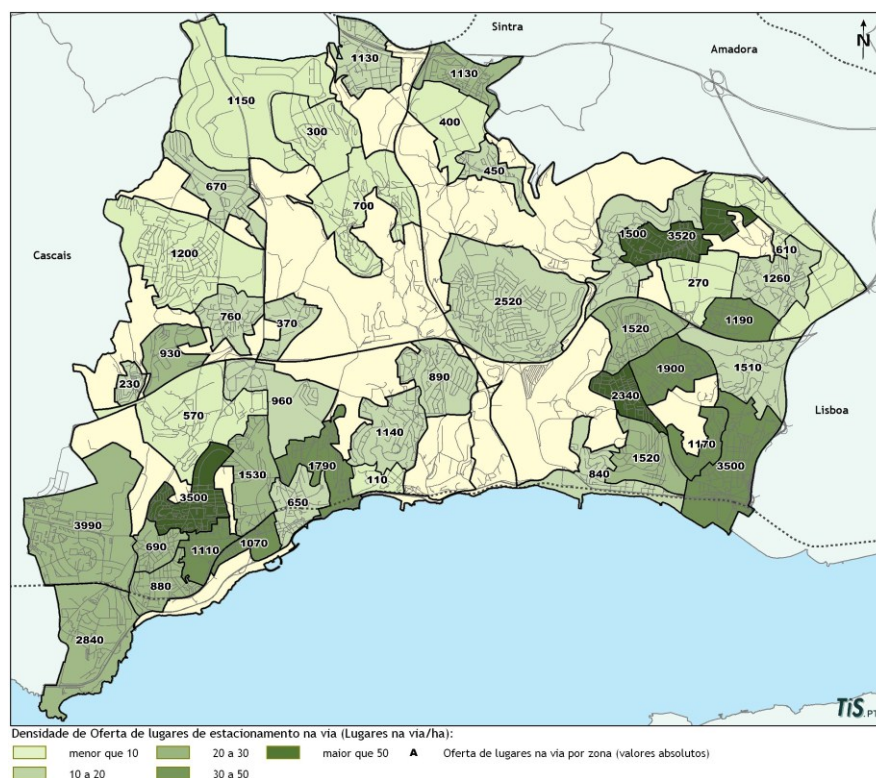
7.000 lugares de estacionamento tarifados na via pública

6.450 lugares de estacionamento em parques de estacionamento públicos contabilizados

19.530 lugares de estacionamento privado de residentes.

De acordo com as estimativas do EMA de Oeiras a oferta de estacionamento estimada para o concelho de Oeiras totaliza o valor de 82.350 lugares com a distribuição que se representa na figura seguinte.

A oferta global de estacionamento na via é estimada em 56.375 lugares, dos quais 6.995 são lugares tarifados geridos pela empresa municipal Parques Tejo. A oferta reservada na via pública é de 1.020 lugares, estando incluído nesta oferta os lugares de cargas e descargas, reservados a entidades e a pessoas de mobilidade reduzida.



Oferta de lugares de estacionamento na via pública e densidade de oferta

Fonte: TIS.pt, Levantamento de Campo, 2006/07

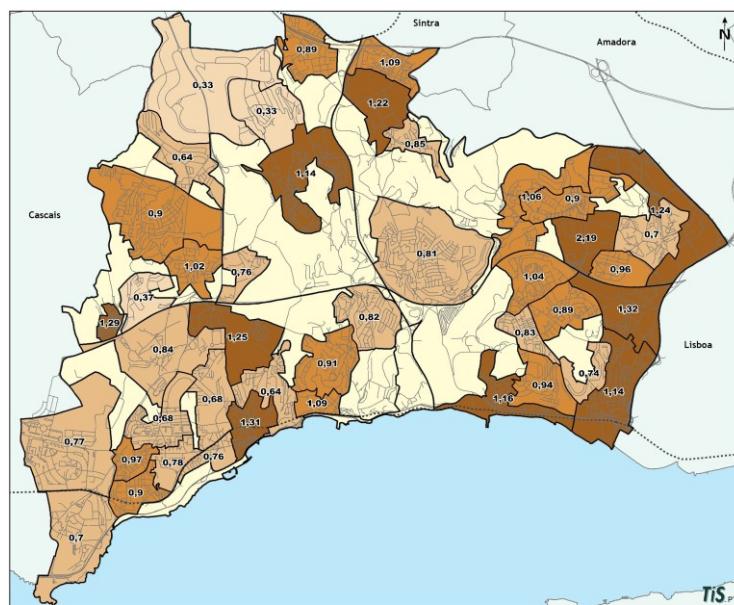
A procura de estacionamento é, sobretudo, residencial, o que é corroborado por:

- a procura de estacionamento na via é muito mais intensa à noite (índice de ocupação nocturno do estacionamento é de 121%) do que durante o dia (índice diurno: 88%), traduzindo a forte componente residencial do concelho;
- a procura ilegal é mais significativa durante o período nocturno, verificando-se que à noite é de 35%, enquanto que durante o dia é de 27%.

Algumas das zonas apresentam índices de ocupação e taxas de estacionamento ilegal muito elevadas no período nocturno, indiciando a existência de uma oferta de estacionamento reduzida. Todavia, esta conclusão não pode ser generalizada a todo o

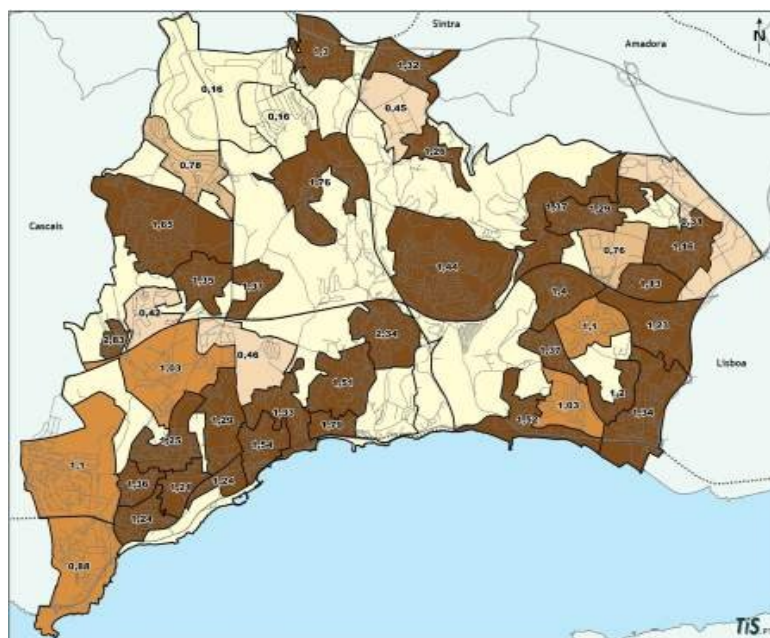
RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

território concelhio, uma vez que nas zonas de menor densidade residencial, parte do estacionamento classificado como ilegal corresponde à utilização “informal” da via que formalmente não é estacionamento.



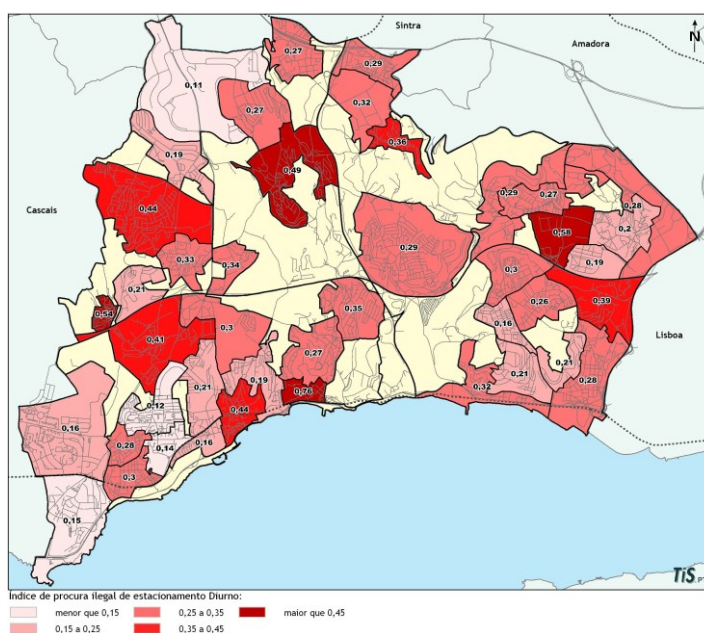
Índice de ocupação diurna (procura total diurna sobre a oferta)

Fonte: TIS.pt, Levantamento de Campo, 2006/07



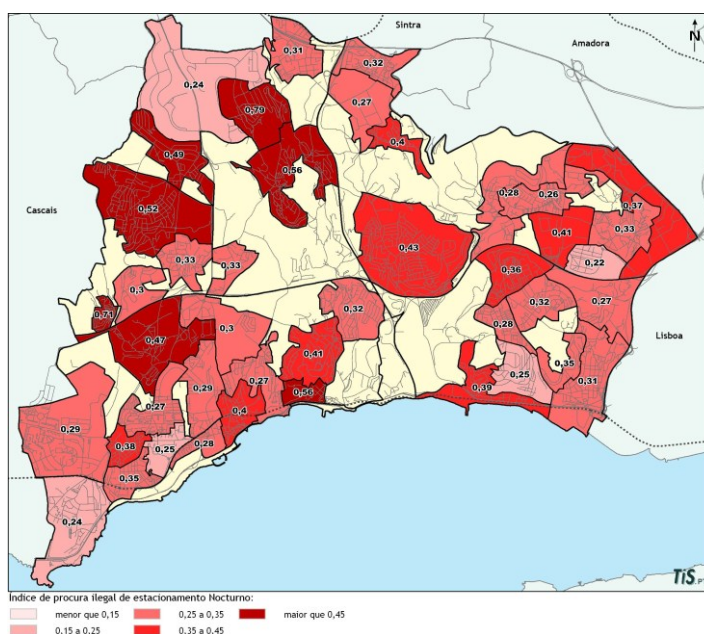
Taxa de ocupação nocturna (procura total nocturna sobre oferta)

Fonte: TIS.pt, Levantamento de Campo, 2006/07



Índice de estacionamento ilegal Diurno (Procura Ilegal Diurna sobre Procura total Diurna)

Fonte: TIS.pt, Levantamento de Campo, 2006/07



Índice de Estacionamento Ilegal Nocturno

Fonte: TIS.pt, Levantamento de Campo, 2006/07

Grande parte da oferta de estacionamento tarifado do concelho é gerida pela Parques Tejo, explorando a concessão de vários parques de estacionamento:

- Mercado de Queijas;
- Centro Cívico de Carnaxide;

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

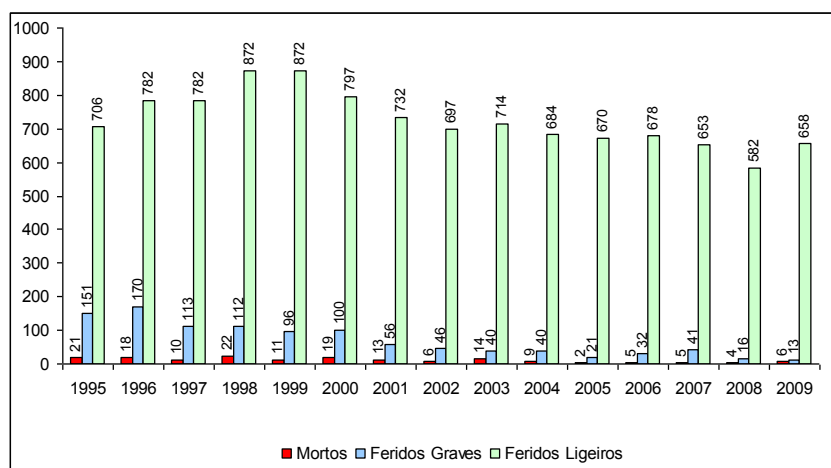
- Piscina Oceânica;
- Porto de Abrigo;
- Nossa Senhora das Graças;
- Ribeira de Algés

Para além destas zonas, a envolvente das estações de Oeiras, Paço de Arcos e Santo Amaro de Oeiras têm lugares de estacionamento tarifado. Também a zona comercial de Queijas e das Palmeiras e a envolvente ao Lagoas Park são tarifadas. No final de 2009, a população com dísticos de estacionamento da Parques Tejo era cerca de 11436 de residentes, sendo a Freguesia de Algés a que maior número adesão registou, seguindo-se Carnaxide, Linda-a-Velha, Miraflores.

2.3.6 SEGURANÇA RODOVIÁRIA

O Plano Nacional de Prevenção Rodoviária aprovado em 2003 estabeleceu como objectivo geral a redução em 50 % do número de vítimas mortais e feridos graves até 2010. Em termos globais a evolução da sinistralidade no Concelho de Oeiras foi no sentido positivo, permitindo verificar a diminuição do número de vítimas mortais e dos e dos feridos ligeiros.

O diferencial verificado entre os feridos ligeiros, tem vindo a aumentar positivamente, embora menos significativamente nos últimos anos.



Tipologia dos acidentes com vítimas no Concelho de Oeiras - 1993 a 2009

Fonte: ANSR, Estatísticas de Sinistralidade

2.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

O Concelho de Oeiras é um dos concelhos motores do desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa com um modelo territorial assente em cinco pólos urbanos e quatro eixos de centralidade.

Nas últimas duas décadas, Oeiras consolidou fortemente a sua posição em matéria de emprego, particularmente no sector terciário, e a dinâmica populacional de Oeiras tem acompanhado o crescimento populacional da AML.

Nos concelhos limítrofes (com os quais Oeiras apresenta fortes relações de interdependência) é possível identificar ritmos distintos de crescimento:

- Sintra e Cascais com fortes dinâmicas populacionais e de emprego, acompanham o dinamismo registado em Oeiras, ultrapassando por vezes este Concelho;
- Lisboa e Amadora têm diminuído o seu peso no contexto metropolitano, no que respeita à sua população, mas também ao emprego presente;

Este dinamismo tem repercussões no modelo de mobilidade, uma vez que se verificou um forte crescimento nas viagens entre estes 4 concelhos e Oeiras, deixando a mobilidade de estar orientada exclusivamente em função de Lisboa.

Este aumento das relações entre concelhos vizinhos, está apoiada nas redes radiais já existentes (A5, IC19 e Estrada Marginal), e nas redes transversais (CRIL, CREL, Variante à EN249-3) as quais se tem vindo a ressentir dos fluxos crescentes que sobre elas impendem (aumentando a frequência e duração dos fenómenos de congestionamento).

A rede rodoviária fundamental (1º, 2º e 3º nível) representa cerca de 15% da rede viária do Concelho e possibilita, de um modo geral: i) a ligação entre Oeiras e os concelhos limítrofes, ii) o atravessamento rodoviário e o acesso aos principais aglomerados do Concelho de Oeiras e, iii) a ligação entre alguns dos aglomerados do concelho.

Tendo em consideração o funcionamento do sistema rodoviário, podemos concluir:

- A rede estruturante de 1º nível assegura uma parte significativa dos movimentos colmatando a malha incompleta da rede de 2ª nível, o que contribui para o congestionamento dos nós de acesso ao IC5/A5 e da Avenida Marginal, nos períodos de maior intensidade de tráfego.
- A rede local absorve cerca de 40% dos fluxos rodoviários do concelho, absorvendo viagens e ligações de maior distância, que deveriam ser efectuadas em vias de nível superior.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- As situações mais relevantes verificam-se nos seguintes eixos:
 - A rede rodoviária das freguesias de Barcarena, Queijas e Carnaxide, nas quais a rede local está a ser utilizada para viagens de atravessamento.
 - Devido ao menor custo da portagem em Oeiras face a Carcavelos, são de assinalar movimentos de atravessamento do concelho de Cascais para Oeiras nas diferentes entradas do concelho, e nomeadamente pela Av. da República (Quinta do Marquês), pela Rua da Medrosa (no Alto da Barra), pela Rua da Mina (junto à Lage) e Estrada de Talaíde.
 - Para evitar o pagamento da portagem no IC15/A5, a rede local de Caxias é sobrecarregada nas entradas ou saídas no nó do Estádio Nacional do IC15/A5, provocando constrangimentos em alguns pontos da rede.
- A rede rodoviária fundamental assegura uma boa cobertura da população (92% em 2001) e do emprego (88% em 2004).
- As principais entradas no concelho são constituídas pelos nós da A5/IC15, onde se concentra a maior pressão de procura em termos de movimentos de entrada de veículos automóveis, estimando cerca de 220 mil entradas diárias, sendo que 18 % são fluxos de atravessamento do Concelho.
- Baixa taxa de ocupação dos veículos automóveis que entram no Concelho de Oeiras (Residentes: 1,38 pessoas/veículo, Não Residentes: 1,36 pessoas/veículo);
- Principais volumes de tráfego são registados na rede de 1º e 2ª nível, dadas as características físicas e as funções inerentes de acessibilidade interna e de ligação aos concelhos vizinhos;
- Principais vias do Concelho com problemas de congestionamento:
 - Av. Infante D. Henrique, nó com IC19/A37 – verificam-se fluxos de tráfego proveniente dos Concelho de Sintra;
 - Estrada Consiglieri Pedroso, nó com IC19/A37 – constata-se tráfego muito elevado junto ao nó de Queluz;
 - Variante à EN 249-3, nó com IC15/A5 – fluxos de tráfego elevado nas horas de ponta;
 - Estrada da Mina (Lage em direcção a Cascais) - fluxos de tráfego de atravessamento proveniente de Cascais em direcção ao nó da IC15/A5;
 - Avenida do Conselho da Europa – fluxos de acesso ao IC15/A5 e à rotunda do Oeiras Parque

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- Avenida 25 de Abril e Av. do Forte – fluxos de tráfego no acesso ao nó de Linda-a-Velha da IC15/A5;
- Acessos a Miraflores – fluxos de saída do IC17/CRIL;
- Alto da Boa Viagem - entroncamento EN6 com a EN6-3;
- Outros pontos de saturação da rede rodoviária:
 - Estrada de Talaíde, em direcção ao Concelho de Cascais
 - Estrada de Oeiras, no acesso a Nova Oeiras/ Qtª do Marquês
 - Rua Desembargador Faria, acesso ao centro da Vila de Oeiras;
 - Rua Eng. Alvaro Roquette, no acesso ao Oeiras Parque e nó do IC15/A5;
 - Rua 7 de Junho, em direcção ao centro de Barcarena;
 - Estrada da Amadora, em direcção à EN117 e Alfragide;
 - Av. dos Bombeiros Voluntários de Algés;
 - Rua João Chagas;
- As maiores reduções de velocidade nas horas de ponta ocorrem na rede estruturante e respectivos acessos, e nas vias locais dos centros urbanos que permitem by-pass aos eixos principais.
- Globalmente, verifica-se uma melhoria dos indicadores relativos à segurança rodoviária no Concelho de Oeiras.

Em termos do desempenho do **sistema de transporte colectivo** no Concelho de Oeiras, sintetizam-se as seguintes conclusões:

- A rede de transporte colectivo que serve Oeiras é responsável, nos dias úteis, pela realização de cerca de 107 mil viagens, grande parte realizadas durante os períodos de maior procura. Cerca de 35 mil viagens são internas ao Concelho e as restantes implicam a transposição dos limites do Concelho de Oeiras;
- A oferta do Transporte Colectivo Rodoviário está organizada para:
 - Garantir ligações entre os aglomerados do interior aos aglomerados que dispõem de interfaces multimodais;
 - Encaminhar passageiros para a Linha de Cascais e de Sintra;
 - Proporcionar aos aglomerados situados a norte do Concelho e na envolvente de Lisboa, acesso directo à rede de metropolitano de Lisboa;

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- Boa cobertura territorial do serviço de transporte colectivo³⁹, com 68% da população residente (2001) a uma distância de 200 m de uma paragem de transporte público e 96% a cerca de 400m;
- Cobertura horária da oferta do transporte Colectivo está, globalmente, concentrada nas horas de ponta e nos dias úteis, com excepção da CP e do SATUOeiras e das carreiras que servem Algés;
- As zonas próximas das interfaces de transportes e das estações ferroviárias da CP e do SATUOeiras, beneficiam de bons níveis de oferta de transporte público;
- A fiabilidade do transporte colectivo rodoviário depende das condições de fluidez da rede viária geral. A velocidade comercial das carreiras é de 18.6 km/h ao longo do dia reduzindo-se para 12km/h na hora de ponta da tarde. A degradação das condições de circulação é mais acentuada nos períodos de ponta, em especial na ponta da tarde, onde se verificam os congestionamentos nas zonas próximas da envolvente dos nós viários da rede rodoviária estruturante e nos principais dos pólos de emprego;
- A rede de transportes públicos de proximidade existe e proporciona ligações entre bairros e localidades contínuas. O COMBUS, um serviço de seis carreiras de proximidade, está especialmente vocacionado para assegurar a mobilidade da população mais idosa e carenciada.
- As principais interfaces do Concelho de Oeiras são Algés, Oeiras, Paço de Arcos. A interface de Monte Abraão, na linha de Sintra e fora dos limites do Concelho de Oeiras, também serve para rebatimento de residentes e empregados no Concelho de Oeiras.
- As estações ferroviárias de Santo Amaro, Caxias, Cruz Quebrada e Barcarena, ainda que servidas pela Linha de Cascais e de Sintra (no caso da última estação) não estão constituídas como interfaces de 1.º nível para Oeiras, tendo uma maior influência nas zonas habitacionais envolventes e de acessibilidade mais próxima.

A oferta de **táxis** existente no Concelho desenvolve um importante serviço junto da população, dos pólos de emprego e serviços e ainda está capacitada para atender a necessidades de mobilidade mais específicas. Os residentes optam mais por se deslocar às praças de táxis, enquanto que nos parques de escritórios, são requisitados mais serviços de táxi ao longo do dia, seja por parte de empregados, seja por parte de

³⁹ Estimativa realizada sem o funcionamento do COMBUS

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

visitantes. Os serviços de táxi combinados regulares (ex. escolar, saúde, etc.) são pouco significativos.

O **nível de motorização** dos residentes em Oeiras é muito elevado, estimando uma taxa de motorização compreendida entre 390 veículos/1000hab e os 416 veículos/1000 habitantes. A taxa de motorização dos não residentes é estimada em cerca 567 veículos/1000 habitante.

Verifica-se uma forte dependência do automóvel por parte dos não residentes em Oeiras. Cerca de 85% dos não residentes que deslocam-se no Concelho de Oeiras em transporte individual, sendo estimado que 22% dos não residentes que utilizam automóvel, têm as despesas pagas no todo ou em parte pela empresa empregadora.

No que se concerne à **procura de estacionamento** no Concelho de Oeiras, em termos globais, foram contabilizados 49.510 veículos estacionados no período diurno e 68.290 veículos estacionados no período nocturno. A procura nocturna é 38% superior à registada no período diurno, evidenciando a forte componente residencial do concelho.

No período diurno a procura ilegal é de 27%, enquanto que no período nocturno é de 35%, o que confirma a maior pressão existente sobre o estacionamento por parte dos veículos dos residentes.

As zonas onde a procura de estacionamento na via no período diurno excede a oferta coincidem com zonas onde está localizado o emprego e o comércio / serviços de atendimento público.

No Concelho de Oeiras, no período diurno, regista-se em média uma taxa de ocupação do estacionamento na via pública de 88%, atingindo este índice o seu valor máximo na zona industrial de Carnaxide e o seu mínimo na zona de Barcarena / Fábrica da Pólvora / Cabanas Golf.

As maiores áreas de oferta de estacionamento tarifado estão concentrada sobretudo na zona de Algés, Miraflores e Carnaxide, onde se verifica uma elevada pressão de procura sobre o estacionamento.

Nas zonas de Oeiras e Paço de Arcos, estão tarifadas áreas de estacionamento junto às estações ferroviárias.

Em Linda-a-Velha e Queijas são tarifadas zonas centrais, junto ao comércio do bairro, como forma de disciplinar o estacionamento nesta zona, evitando o estacionamento de

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

longa duração e de modo a promover a disponibilidade de estacionamento para os clientes que estacionam durante períodos mais curtos.

As zonas com maior pressão de estacionamento e sem estacionamento tarifado na via, são as zonas Industrial de Queluz de Baixo, Outurela e Quinta da Fonte, onde o estacionamento na via é reservado às empresas que o pagam, embora não o sejam para os clientes.

No Tagus Park, a oferta de estacionamento é ainda suficiente para as necessidades do emprego actualmente presente, verificando-se todavia a existência de pequenas bolsas de veículos em estacionamento ilegal.

As zonas que apresentam maior pressão de procura no período nocturno correspondem essencialmente a zonas residenciais como Carnaxide, zona antiga de Linda-a-Velha, Oeiras /Bairro Augusto de Castro, Paço de Arcos / J. Pimenta / Espargal e Oeiras / Santo Amaro e Moinho das Antas.

As estações de Oeiras e de Algés são aquelas que apresentam uma maior capacidade para alojar a procura de longa duração com características de Park & Ride, ainda que em Algés o parque de estacionamento esteja já em Lisboa.

A análise das taxas de rotação do estacionamento na envolvente das estações de Oeiras, Santo Amaro e Algés confirma a existência de uma procura do tipo Park & Ride, a qual é razoavelmente suportada pela oferta existente.

Parte da procura de estacionamento nos pólos de escritórios e de serviços é assegurada pelos parques de estacionamento privados existentes no concelho. Entre as zonas com mais problemas de estacionamento destacam-se:

- Algumas das zonas localizadas no eixo de Algés, Miraflores e Carnaxide, fundamentalmente devido à existência dos parques de emprego e centros empresariais com elevada densidade de emprego;
- A Quinta da Fonte e a zona industrial de Queluz de Baixo, devido à concentração de escritórios e serviços nesta zona;

Relativamente à procura de estacionamento nos principais pólos comerciais, o Oeiras Parque e os espaços comerciais na zona de Alfragide têm oferta de estacionamento própria em cave não existindo quase conflitos de estacionamento entre os clientes destes espaços e dos outros usos.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

As áreas de comércio tradicionais são também zonas de residência, e por isso, o estacionamento dos residentes ocupa uma parte significativa da oferta de estacionamento na via: 21% em Queijas, 27% em Paço de Arcos, 28% no Bairro Auto Construção e 35% em Algés. Genericamente, as taxas de ocupação da oferta de estacionamento nas zonas comerciais são elevadas, apontando para valores próximos da saturação nos períodos de maior actividade comercial em Algés, Queijas e, em menor grau, no Bairro Auto-Construção.

Em sede de análise SWOT são sistematizadas algumas destas conclusões.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

3. USO DO SOLO

3.1 INTRODUÇÃO

O planeamento urbano do Concelho de Oeiras, espelhava até aos anos 80, as características de um território dormitório, que a forte pressão urbanística decorrente da proximidade a Lisboa, lhe infundia. Não obstante a existência de instrumentos de natureza reguladora que vinham assegurando, essencialmente, o crescimento das zonas habitacionais do Concelho, com incidência ao longo da frente estuarina - como é o caso do **Plano de Urbanização da Costa do Sol** (PUCS) que constituiu o primeiro estudo urbanístico local implementado em 1948 e que vigorou até aos anos 90 – o crescimento massivo de urbanizações sub-infraestruturadas e o surgimento de núcleos clandestinos ou bairros de barracas, vieram a impor uma ocupação urbana deficitária e consequentemente degradada ao nível do património construído, paisagístico e ambiental.

A par deste cenário, todo o desenvolvimento urbano do Concelho, se foi mantendo essencialmente nos eixos territoriais suportados por duas principais infra-estruturas de transporte e acessibilidade – a linha férrea Lisboa-Cascais e a auto-estrada A-5: por um lado com a consolidação do “*contínuum*” urbano formado pelos aglomerados que gozavam da proximidade não só ao estuário do Tejo como a Lisboa, reafirmando os privilégios deste posicionamento, e por outro, com a expansão dos aglomerados urbanos e o surgimento de novas urbanizações, de maior incidência nos territórios com proximidade à A-5.

Até então, o desenvolvimento do planeamento urbano do Concelho traduzia-se em intervenções sectoriais, que pese embora assentes em perspectivas relativamente integradas, não apresentavam a abrangência necessária para modificar e antecipar fenómenos susceptíveis de condicionar esse desenvolvimento, e projectar cenários futuros direccionados a uma afirmação e posicionamento territoriais. Este desígnio, apenas tangível numa visão global e integrada, começou a ser assumida nos finais da década de 80, com a definição de novas linhas de orientação – *a definição de uma nova política de habitação, a construção de um moderno e eficaz sistema viário, novos equipamentos e infra-estruturas, etc.* – vindo então a conformar-se com o Plano Director Municipal, em 1994.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

“Transformar Oeiras, um concelho cheio de potencialidades naturais, mas em estado letárgico, num concelho dinâmica com identidade e vida próprias, era o desafio que se impunha.”

(in: Opções Estratégicas de Desenvolvimento da última Década – A Geografia de Oeiras – Atlas Municipal, Gabinete de Estudos CMO, 1997)

Aprovado pela Assembleia Municipal a 7 de Outubro de 1993 e a 22 de Março de 1994, publicado no DR – I série B, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 15/94, o PDM de Oeiras surgia assim como um instrumento de carácter estratégico.

3.2 O MODELO DE ORDENAMENTO

O desenvolvimento urbanístico do Concelho de Oeiras encontrava-se anteriormente ao PDM de 1994, assente no contínuo urbano formado pelos aglomerados ribeirinhos de Algés a Oeiras, de Algés a Carnaxide marcado pela contiguidade a Lisboa e, a Norte da A-5, com incidência no quadrante nordeste, numa ocupação polinucleada composta pelos aglomerados urbanos.

Face a este contexto, o PDM de 1994, previu um modelo de ordenamento, para um horizonte temporal de 10 anos, que teve como pressuposto a definição de um **cenário de ocupação equilibrada do território** (sem a previsão de impactos excessivos ou rupturas graves), suportado nos seguintes objectivos:

- a) *A ocupação equilibrada do território, com preservação da identidade e consolidação dos aglomerados urbanos;*
- b) *A protecção do meio ambiente e a salvaguarda do património paisagístico, histórico e cultural enquanto valores de fruição pelos munícipes e base de novas actividades económicas;*
- c) *A afirmação do concelho como um espaço residencial de qualidade;*
- d) *O apoio ao desenvolvimento do terciário superior e a promoção, em particular, dos serviços de forte componente científica e tecnológica;*
- e) *A melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas do concelho, em especial através da promoção de programas de habitação social.”*

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

“O objectivo era alcançar os níveis de vida europeus uma vez que se estava à porta dos anos 90 e os desafios da integração de Portugal na União Europeia já se faziam sentir.”

(in: Relatório do PDM de Oeiras, CMO, 1994)

Para concretização dos objectivos assumidos, foram traçadas linhas estratégicas de actuação como garante de um modelo equilibrado e sustentado:

- a) *O controlo do crescimento habitacional, sujeitando-o às condições de interesse do concelho;*
- b) *A selectividade no acolhimento das actividades económicas, dando preferência aos serviços com elevados padrões de qualidade;*
- c) *A organização da rede urbana, por forma a impedir a proliferação de urbanizações que criem estrangulamentos às redes e equipamentos de serviço às populações e actividades;*
- d) *A criação de infra-estruturas, equipamentos, áreas verdes necessários à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida das populações.*

O modelo de ordenamento, então traçado para um horizonte temporal de 10 anos, assume **os aglomerados urbanos como unidades básicas e fundamentais da estrutura urbana** e as perspectivas traçadas visaram *“preservar e reforçar a sua identidade, suportada por uma rede de equipamentos e infra-estruturas que contribuam para o equilíbrio da rede urbana.”*

Os programas estratégicos, localizando-se nos espaços intersticiais aos aglomerados urbanos, tinham como principal objectivo potenciar a transformação do padrão de ocupação do território municipal e suportar a instalação de usos com predominância de terciário e complementares de habitação, recreio e lazer.

Os aglomerados urbanos e os Programas Estratégicos assumiram unidades operativas de planeamento e gestão – UOPG’S, destinadas a programas, planos e projectos específicos em função das iniciativas privadas e municipais.

A estrutura verde principal do Concelho foi estabelecida como um dos elementos essenciais do ordenamento do território, integrando as áreas e os corredores verdes de maior expressão. Assenta na existência de quatro áreas denominadas de

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Equilíbrio Ambiental constituídas pelo Parque Urbano da Serra de Carnaxide, Complexo Desportivo do Vale do Jamor, Estação Agronómica Nacional e o Complexo de Cabanas Golf, que são complementadas pelos corredores verdes de ligação dos vales das ribeiras, estes inseridos nas áreas de Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional e, pelas áreas verdes das estruturas urbanas, como é o caso do parque Urbano e Desportivo do Norte de Oeiras.

A definição da estrutura verde municipal que visou a ligação do interior do território à orla ribeirinha do Concelho, revela uma ambição mais abrangente de ligação e continuidade com a estrutura verde da AML.

Ao nível da rede viária e transportes o Plano previa a sua estruturação visando a melhoria da mobilidade interna do Concelho desvalorizando, assim, o efeito de atravessamento do mesmo e criando condições de excepção ao nível da acessibilidade regional no contexto da AML, sendo que ao nível dos transportes perspectivava-se a criação de mecanismos no sentido de equilibrar o sistema e tornar a utilização do transporte público uma real alternativa ao individual.

A **classificação do solo no modelo de ordenamento**, tendo em consideração os usos então predominantes, viria a aferir 8 classes de espaço principais, 8 classes de espaço secundárias e três classificações que, sobrepondo-se às anteriores, são inerentes a condições ou regimes específicos:

Principais Classes de Espaço:

- *Espaços Urbanos;*
- *Espaços Urbanizáveis;*
- *Espaços Industriais;*
- *Espaços de Expansão Industrial;*
- *Espaços Naturais e de Protecção;*
- *Espaços de Equilíbrio Ambiental;*
- *Espaços de Multiuso;*
- *Espaços Semi-rurais;*

Classes de espaço secundárias:

- *Área Única Existente*

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- *Área Única de Expansão*
- *Verde Urbano Existente*
- *Verde Urbano Programado*
- *Terciário Programado*
- *Núcleo de Formação Histórica*

Classificações inerentes a regimes específicos:

- *Quintas*
- *Elementos classificados, em vias de classificação ou interesse concelhio*
- *Servidões ou Restrições de Utilidade Pública com incidência directa no Espaço Urbano ou no Espaço Urbanizável*



Carta de Ordenamento do PDM de Oeiras

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Refira-se que, em 1997, o Plano Director sofreu uma única alteração por via da aprovação do Plano de Urbanização do Alto dos Barronhos que prevendo uma proposta de ocupação com usos de habitação, terciário e equipamentos, para uma área com 41 hectares, classificada como “Espaço Industrial Proposto” localizada no “Alto dos Barronhos”, em Carnaxide, tinha como objectivo a concretização do Programa Especial de Realojamento e do Programa Comunitário URBAN aprovados para o local (*publicado em RCM174/97, DR I-Série B, de 17-10-1997).

Classes de Espaço

Os **Espaços Urbanos e Urbanizáveis**, com uma localização apenas circunscrita aos aglomerados urbanos, são as classes que apresentavam a maior incidência territorial, abrangendo **52% da área total do Concelho** (32% Espaço Urbano e 20% Espaço Urbanizável).

Reconhecendo o uso de Habitação como dominante, o estatuto dos Espaços Urbanos e Urbanizáveis, visava **privilegiar uma consolidação e expansão estruturadas** dos aglomerados, requerendo o desenvolvimento de funções e usos inerentes à vida urbana, designadamente infra-estruturas, equipamentos e estrutura verde.

A previsão de **Espaços Industriais e de Expansão Industrial** no território municipal, pese embora a terminologia, não assentia a presença de unidades industriais de carácter produtivo, já quase inexistentes à data de implementação do PDM, visando antes captar a instalação de serviços e actividades industriais de transformação, com primazia daqueles que apresentassem uma **forte componente científica e tecnológica e ainda, terciário superior** (englobando este as áreas de comércio, serviços, turismo e usos complementares a estas actividades, incluindo habitação).

Esta opção reflectia não só uma perspectiva clara da especialização e posicionamento que o território de Oeiras se propunha afirmar no contexto da AML, mas também um primeiro entendimento da necessária multifuncionalidade do espaço-cidade como garante da sua humanização reflectida aliás, na regulamentação destes espaços que prevêem usos complementares desde que contribuam para a qualificação funcional e ambiental do meio, acrescentando também aqui neste aspecto, uma perspectiva de qualificação urbanística do território.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Os Espaços Industriais e de Expansão têm incidência no quadrante Norte do Concelho, usufruindo da proximidade às principais acessibilidades a Lisboa e ocupam na sua totalidade 7% do território municipal.

A classe de **Espaços Naturais e de Protecção** apresenta-se no quadro do modelo de ordenamento do território de Oeiras destinado à “defesa dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos e urbanísticos, visando a contenção da estrutura urbana.” Abrange **10 % do território municipal**.

Descreve-se espacialmente ao longo dos vales das ribeiras e frente ribeirinha e integra alguns dos espaços verdes urbanos com maiores potencialidades paisagísticas e culturais do Concelho – é o caso do Parque dos Poetas, da Quinta Real de Caxias e do Parque Urbano da Outurela-Portela – integrando a estrutura verde principal do Concelho, a par com a RAN e REN, cuja função se assume mais abrangente, na articulação com os territórios envolventes e na sua integração na AML.

Os **Espaços de Equilíbrio Ambiental** e **Espaços Multiuso** apresentam-se, na generalidade, com um estatuto dirigido ao garante do equilíbrio ambiental e ecológico do sistema urbano e à compatibilidade com as condicionantes legais e visam potenciar a implementação de usos destinados à especialização e ao equilíbrio da rede urbana - abraçam como usos comuns, investigação, turismo, desporto e lazer, sendo exclusivos do primeiro, o recreio e os usos sócio-culturais e, do segundo, os usos de saúde.

Integradas nos Espaços de Equilíbrio Ambiental, cuja função é complementar aos Espaços Naturais e de Protecção e integradora da estrutura verde fundamental do Concelho, temos em evidência um conjunto notável de estruturas paisagístico-ambientais dispostas nos quatro quadrantes do Concelho: a Estação Agronómica Nacional e Quinta do Marquês de Pombal, o Complexo Desportivo e Mata do Jamor, a Serra de Carnaxide e Parque de Santa Cruz e, o actual Cabanas Golfe.

Os **Espaços Multiuso**, incidiam em áreas não programadas e com ocupações de matriz rural, em data anterior à elaboração do PDM, articulando os aglomerados de Tercena, Porto Salvo-Vila Fria- Talaíde-Leião e Barcarena-Tercena-Queluz-de-Baixo-Valejas.

A definição programática desta classe de espaço, prevendo baixos índices de ocupação, programa de usos de especialização e usos complementares, obriga ao desenvolvimento de instrumento urbanístico e implica a análise e aceitação prévia do seu programa por parte da Câmara. Os espaços multi-uso constituíam assim, uma

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

reserva para programas especializados destinados a acolher oportunidades estratégicas de desenvolvimento.

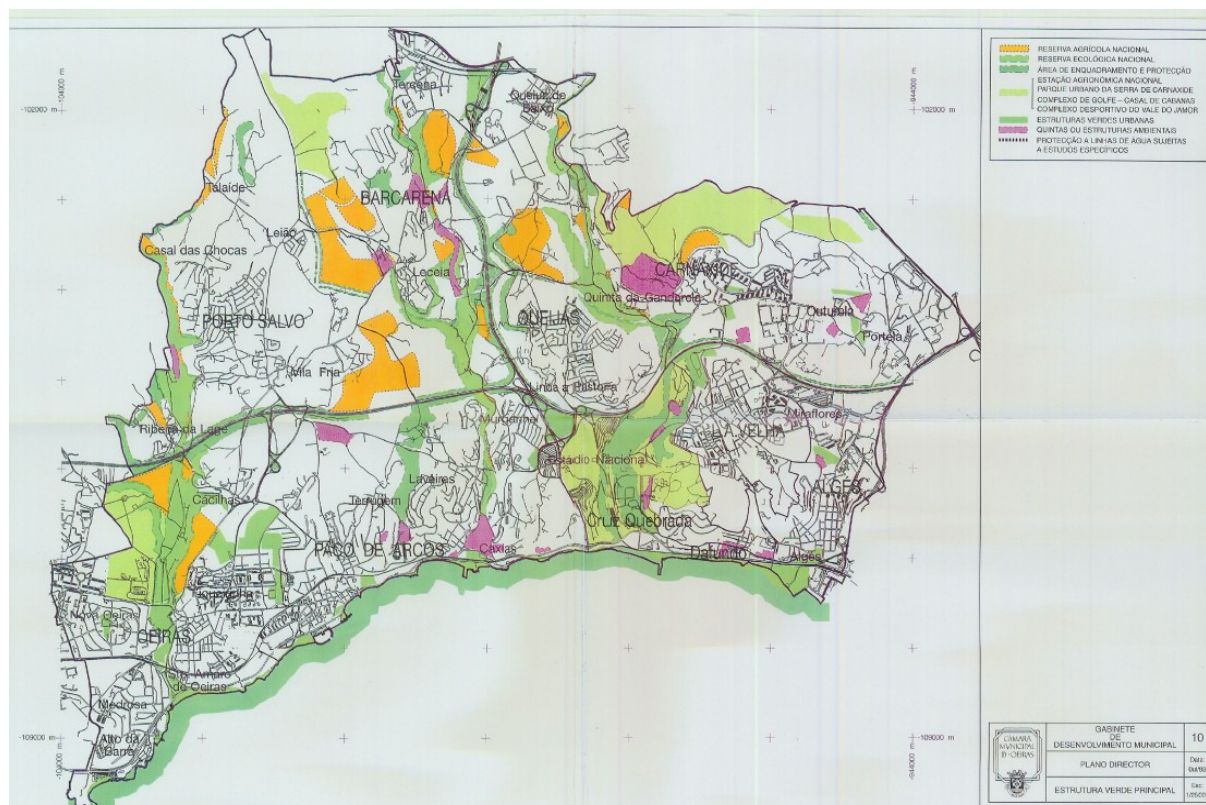
Os **Espaços semi-rurais** assumir-se-iam como aqueles que seriam intercalares entre os espaços naturais e de protecção e os espaços de equilíbrio ambiental com vocação para se integrarem na estrutura verde principal e, cujo estatuto, admitindo habitação isolada unifamiliar ou bifamiliar, seria condicionador de fenómenos de parcelamento informal. Esta classe de espaço apenas tem incidência no quadrante Norte do Concelho, em particular na envolvente ao aglomerado de Queijas e de Barcarena-Leceia.

As categorias de “**Área Única Existente**” e “**Área Única de Expansão**”, incidentes na área da “Quinta da Moura”, constituíram uma delimitação excepcional no contexto urbano que à data de elaboração do PDM se identificava. A existência de um conjunto* que não reunindo as características nem a importância de um aglomerado urbano, conformava uma estrutura em consolidação com origem num loteamento habitacional (moradias isoladas) e apoiado por um conjunto de equipamentos comuns, e o seu isolamento relativamente à rede urbana do Concelho, justificava uma abordagem global e integrada (*“ocupação habitacional autónoma fora da rede urbana”, conforme o artigo 58º do regulamento do PDM de Oeiras).

As categorias de “**Verde Urbano Existente**” e “**Verde Urbano Programado**” integram a Estrutura Verde do Concelho de Oeiras, que a par com o ambiente constitui uma das áreas de intervenção sectorial do modelo de ordenamento.

Integram a Estrutura verde principal:

- **Reserva Agrícola Nacional**
- **Reserva Ecológica Nacional**
- **Área de Enquadramento e Protecção**
- **Estação Agronómica Nacional, Parque Urbano da Serra de Carnaxide, Complexo de Golfe – Casal de Cabanas e Complexo Desportivo do Vale do Jamor;**
- **Estruturas Verdes Urbanas**
- **Quintas ou Estruturas Ambientais,**
- **Protecção a Linhas de Água**



Carta da Estrutura Verde Principal

A previsão de áreas destinadas a “**Terciário Programado**”, visou o acolhimento de usos de comércio, serviços, turismo e outros complementares a estes, incluindo o uso habitacional em situações já previstas e programadas.

A definição das categorias de “ **Núcleos de Formação Histórica**”, “**Quintas**” e “**Elementos classificados, em vias de classificação ou interesse concelhio**”, teve como objectivo assegurar a salvaguarda e gestão dos valores patrimoniais do Concelho de Oeiras, reconhecida a existência de um universo de valores patrimoniais relevante representativa da sua história. Esta acção ficou assegurada pela previsão de aprovação do Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras – PSCACO, que veio a ser publicado em DR em 2004.

O PDM prevê um conjunto de Servidões ou Restrições de Utilidade Pública com incidência directa no Espaço Urbano ou no Espaço Urbanizável, que são regulamentadas por regimes específicos.

3.3 UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Numa perspectiva de desenvolvimento de programas a uma escala mais pormenorizada e de garante ao desenvolvimento de intervenções integradas e de conjunto, o PDM94 definiu **15 unidades operativas de planeamento** constituídas pelos aglomerados urbanos e *7 programas estratégicos*, que permitiram vir a assegurar, de forma coordenada, a concretização das estratégias definidas para o modelo de ordenamento e a gestão de acções urbanísticas a desenvolver num contexto de planeamento urbano.

As UOPG e os PE, ocupam **62% do território municipal**, dado apresentarem uma área total de 546,79 hectares.

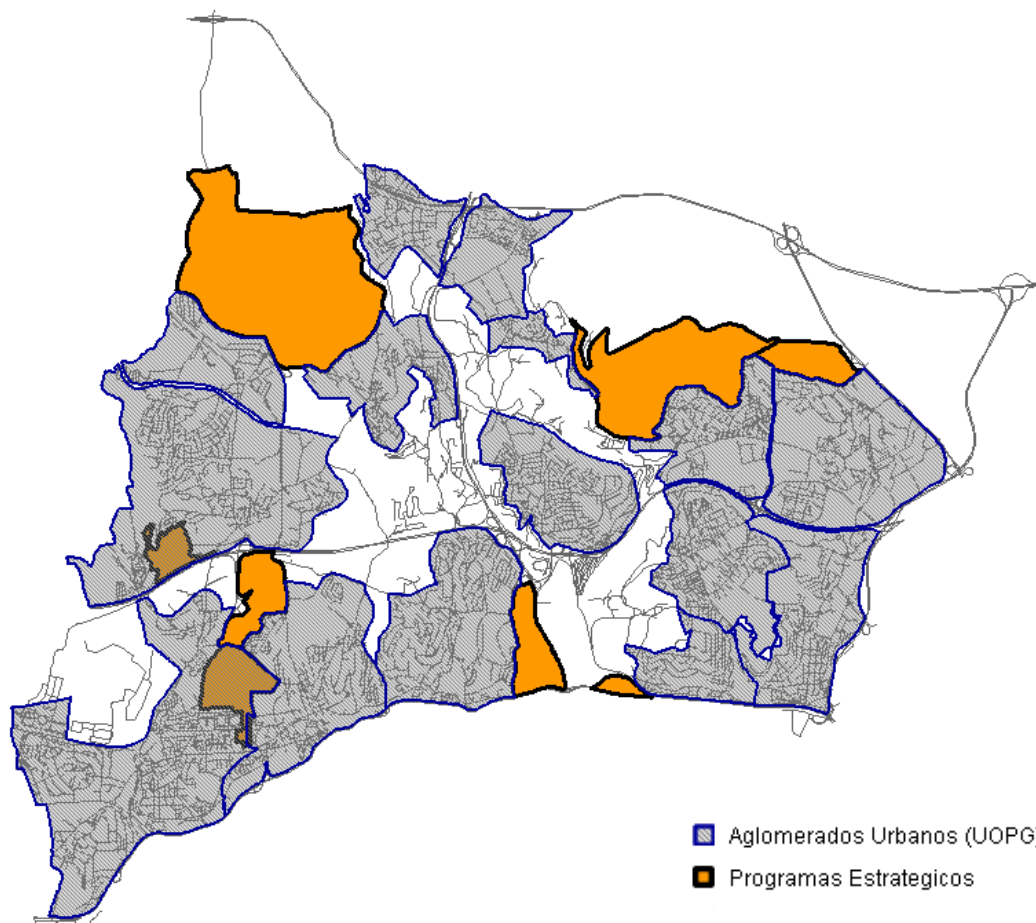
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (U.O.P.G.)

- Oeiras – Santo Amaro;
- Paço de Arcos;
- Caxias-Laveiras (Caxias – Laveiras – Pedreira Italiana – Murganhal);
- Cruz-Quebrada-Dafundo
- Algés-Miraflores;
- Linda-a-Velha;
- Outurela-Portela
- Carnaxide (Carnaxide – Quinta da Gandarela);
- Queijas-Linda-a-Pastora;
- Valejas;
- Queluz-de-Baixo;
- Tercena;
- Barcarena-Leceia;
- Talaíde-Leião;

Programas Estratégicos (P.E.)

- A) Parque de Ciência e Tecnologia
- B) Norte de Oeiras
- C) Parque Urbano da Serra de Carnaxide
- D) Quinta da Fonte
- E) Alto da Boa Viagem
- F) Centro de Lagoas

G) Parque de Santa Cruz



Localização das U.O.P.G. e Programas Estratégicos

No conjunto das UOPG, importa destacar algumas singularidades relativas à incidência das diferentes classes de espaços:

- Apenas **4 das classes de espaço principais têm incidência nos aglomerados urbanos** - Espaço Urbano, Espaço Urbanizável, Espaço Industrial e Espaço Industrial Proposto.

Aglomerados Urbanos	PA	EU	EUZ	EI	EIP
OEIRAS ST AMARO	456,8	346,7	99	0	0
PAÇO DE ARCOS	244,1	166	40,9	17,2	20
CAXIAS/LAVEIRAS	236,1	154,9	69,7	0	0
CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO	88,6	8,3	20,3	0	0
ALGÉS/MIRAFLORES	195,7	131,4	64,3	0	0
LINDA-A-VELHA	168,9	157,9	11	0	0
CARNAXIDE	139,9	83,9	27,7	28,3	0
OUTURELA/PORTELA	260,7	41,4	86,3	86,4	46,6
QUEIJAS	166,7	96,4	66	0	0
VALEJAS	36	23	11,8	0	0
QUELUZ DE BAIXO	102,7	32	10,8	59,9	0
TERCENA	83,7	44,1	37,9	0	0
BARCARENA/LECEIA	127,4	64,9	58,5	0	0
PORTO SALVO/VILA FRIA	419,8	126,7	187,9	5	55
TALAIDE/LEIÃO	117,8	15,3	98,2	0	0
TOTAL	2844,9	1469,9	725	196,8	121,6

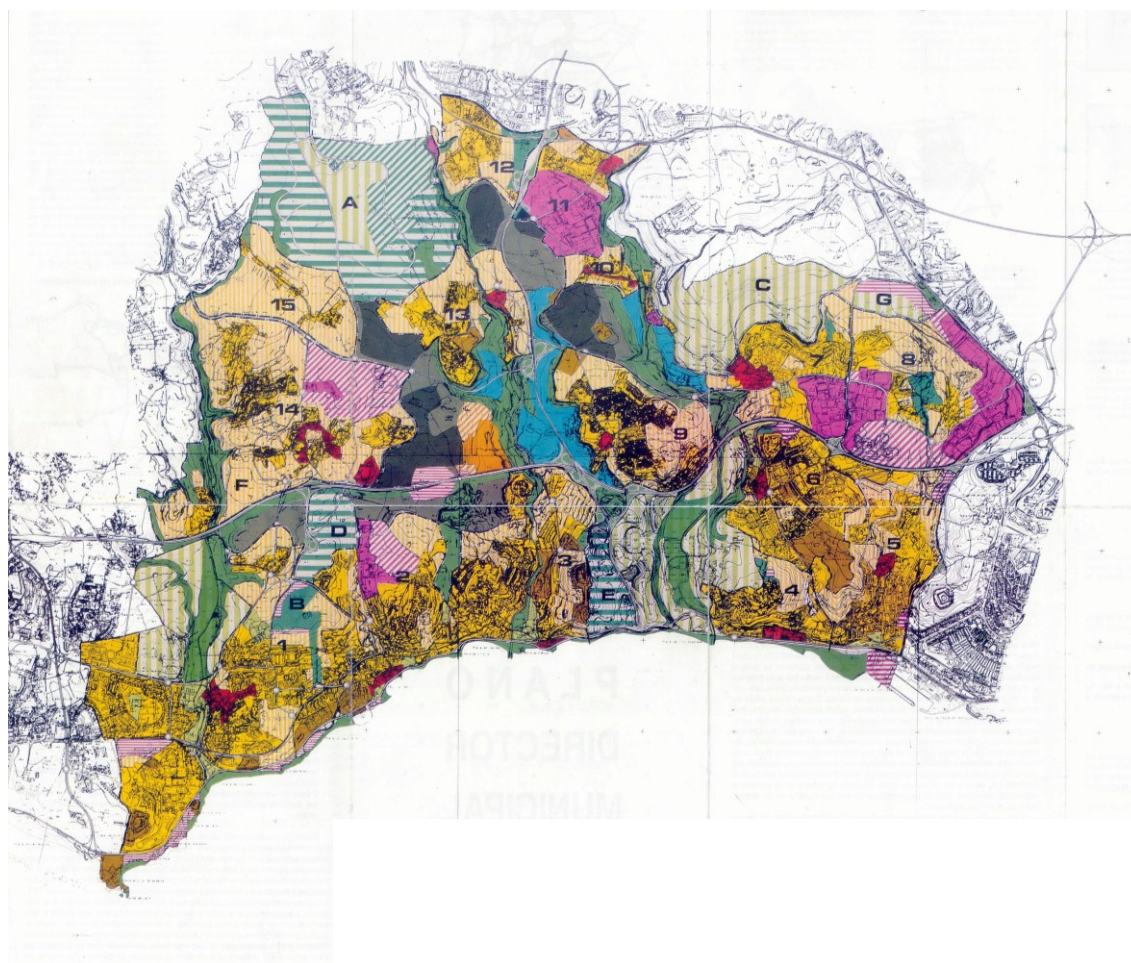
Incidência das diferentes classes de espaço nos aglomerados urbanos
(PA – Perímetro do Aglomerado, EU – Espaço Urbano, EUZ – Espaço Urbanizável,
EI – Espaço Industrial, EIP – Espaço Industrial Proposto)

Oeiras e Porto Salvo são os **aglomerados urbanos com maior área territorial**, ocupando respectivamente, 10% e 9% do território municipal, ao passo que Valejas se apresenta como o aglomerado urbano com menor área territorial (cerca de 1%);

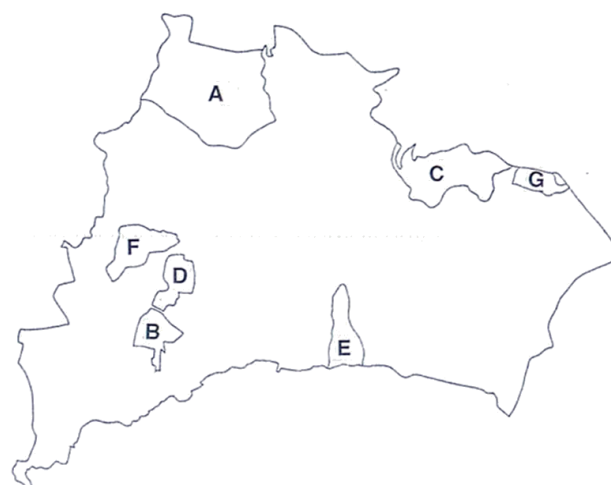
- Apenas **4 aglomerados integram áreas afectas à actividade industrial** (Classes de Espaço Industrial e de Espaço Industrial Proposto), sendo eles, Carnaxide, Paço de Arcos, Queluz-de-Baixo e Outurela-Portela, os dois últimos com maior % de incidência, 58% e 51% respectivamente.

Os Programas Estratégicos:

Os **Programas Estratégicos** estabelecidos no PDM em 1994, somam uma área total de 699 hectares, correspondente a **15,2% da área total do Concelho**. Dois deles encontram-se integrados em aglomerados urbanos – Centro de Lagoas e Norte de Oeiras, e os restantes 5, localizam-se no território intersticial aos aglomerados urbanos, com maior incidência no quadrante Norte do Concelho.



Enquadramento dos Programas Estratégicos na Carta de Ordenamento do PDM



Posicionamento dos Programas Estratégicos no espaço territorial do Concelho

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Os programas estratégicos vieram a confirmar-se figuras de planeamento determinantes para o modelo de desenvolvimento económico proposto pelo PDMO para o Concelho, tendo permitido gerar dinâmicas territoriais de consolidação do território e novos padrões de ocupação urbana com parâmetros de qualidade superior, numa dinâmica territorial com um ritmo de concretização elevado, conforme adiante poderemos observar.

Definição	Área	Conceito geral	Usos
1 - Parque de Ciência e Tecnologia	349,74	Concretizar um espaço qualitativamente desenvolvido e de alta qualidade ambiental	Terciário dominante e actividades de ensino, investigação e desenvolvimento, desporto, turismo , lazer e habitação
2 - Centro de Lagoas	44,87	Configura o desenvolvimento de uma sub-u.o.p.g.	Dominante de terciário e habitação
3 - Quinta da Fonte	159,2	Configura uma u.o.p.g.	Dominante de terciário , bem como usos complementares de habitação, recreio e lazer
4 - Norte Oeiras	42,71	Configura uma sub-u.o.p.g., com plano eficaz	Habitação e terciário , incluindo ainda um parque urbano e um parque desportivo
5 - Serra de Carnaxide	50,1	U.o.p.g. com plano eficaz e concretiza um espaço de equilíbrio ambiental	Lazer, recreio, desporto, turismo e habitação
6 - Parque de Santa Cruz	20,77	Configura uma U.o.p.g.	Usos de terciário e habitação e integra um espaço de equilíbrio ambiental e cultural
7 - Alto da Boa Viagem	34,5	Configura uma u.o.p.g. e articula-se com o desenvolvimento da orla marítima adjacente	Usos de comércio, serviços, turismo , habitação, desporto e lazer .
Total	701,89		

Quadro - Caracterização sistémica dos Programas Estratégicos

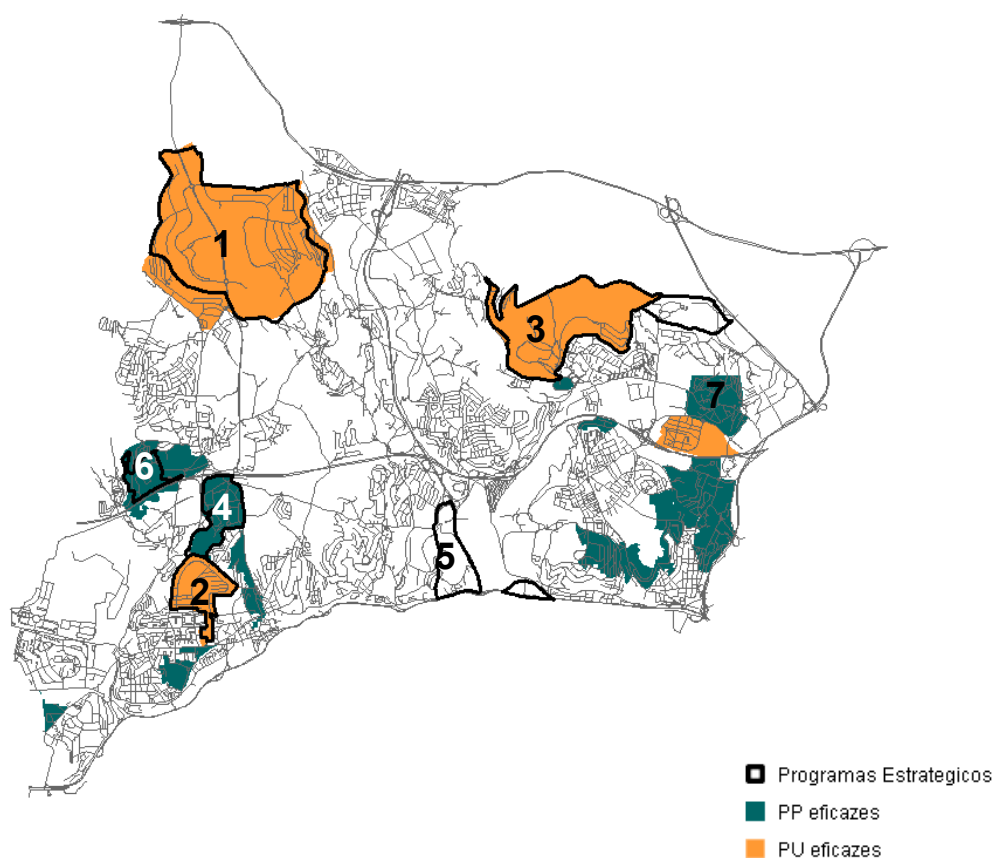
Os programas têm na sua generalidade, usos principais de terciário e habitação, e complementarmente, usos de turismo, desporto, recreio e lazer, contexto ao qual é excepção o P.E. da Serra de Carnaxide.

O “**Parque de Ciência e Tecnologia**”, cuja área é **representativa de 50% da área total dos programas estratégicos** (e cerca de 7% do território do Concelho), constituiu o programa estratégico com maior impacto no desenvolvimento do Concelho.

Para o conjunto dos Programas Estratégicos, o período de implementação do PDMO, revelou um elevado nível de concretização, considerando que **foram elaborados planos municipais e estudos urbanísticos para todos eles, destacando-se à actualidade que apenas 2 não se encontram totalmente concretizados** – o PE do Parque Urbano da Serra de Carnaxide, por falta de oportunidade e conseqüente

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

desactualização do conteúdo programático, encontrando-se actualmente em fase do revisão o Plano de Urbanização respectivo e, o Alto da Boa Viagem, que sendo de iniciativa privada, apenas em 2007, viu o seu estudo urbanístico e respectivos termos de referência aprovados.



Incidência de PU, PP e Estudos Urbanísticos eficazes, em área de Programa Estratégico

	PROGRAMAS ESTRATÉGICOS	Área Total (ha)	PMOT's e Estudos Urbanísticos eficazes	Área Total (ha)	Ano de aprovação	Promotor
1	Parque de Ciência e Tecnologia	349,74	Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (PIAPCT)	358,92	1996	CMO
2	Norte de Oeiras	44,87	Plano Parcial do Norte de Oeiras (PPNO)	47	1991	CMO
3	Parque Urbano da Serra de Carnaxide	159,2	Plano Parcial da Serra de Carnaxide	158,34	1994	CMO ^(b)
4	Quinta da Fonte	42,71	Plano de Pormenor da Quinta da Fonte (PPQF)	49	1995	CMO
5	Alto da Boa-Viagem	50,1 ^(a)	Estudo Urbanístico do Alto da Boa Viagem	38,44	T. de Ref ^a aprovados em 22/05/2007	Privado
6	Centro Lagoas	20,77	Plano de Pormenor da Área Ocidental de Porto Salvo – 1ª Fase	62,54	2001	CMO ^(b)
7	Parque de Santa Cruz	34,5	Alvará de Loteamento n.º 4/2002	31,89	2002	Privado
	Global	701,89		746,13		

Nota: (a) integra terrenos pertencentes ao Complexo Desportivo do Jamor, (b) em face do interesse manifestado por parte de privados.

3.4 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Planos Municipais de Ordenamento do Território

Antes da entrada em vigor do PDM, encontravam-se eficazes 13 Planos Municipais de Ordenamento do Território, entre os quais 9 Planos de Pormenor e 3 Planos de Urbanização, cuja área de intervenção global, com 377,37 hectares, representava **8,24% do território do Concelho**.

Para além dos Planos referidos, a transformação urbana do território, encontrava-se balizada por estudos urbanísticos **que iam sendo desenvolvidos pelas estruturas municipais e, pelas disposições do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas, que, aprovado em 1986, visava assegurar aspectos de qualificação urbana e arquitectónica** nas intervenções que viessem a ser desenvolvidas, tanto de natureza privada como pública.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

IGT publicados antes do PDM de 1994 e que se mantêm eficazes:

Freguesia	Tipologia	Designação	Ano de publicação	Diploma	Área de Intervenção
Oeiras e São Julião da Barra	PU	Plano de Urbanização do Norte de Oeiras (PUNO)	1991	07-06-1991 Série II	47
Linda-a-Velha	PP	Plano de Pormenor do Alto de Santa Catarina (PPASC)	1991	11/02/1992 Série II	27
Paço-de-Arcos	PP	Plano de Pormenor que constitui a alteração ao Plano de Urbanização da Costa do Sol (PPAPUCS)	1991	19-11-1991 Série II	6,6
Oeiras e São Julião da Barra	PP	Plano de Pormenor do Espargal - Oficinas da C.M.O. (PPE)	1991	31/12/1991 Série II	1,8
Carnaxide	PP	Plano de Pormenor da Quinta da Fonte (PPQF)	1992	25/02/1992 Série II	3,25
Algés	PP	Plano de Pormenor do Vale de Algés (PPVA)	1992	23/06/1992 Série II	78
Oeiras e São Julião da Barra	PU	Plano de Urbanização de Cacilhas/Oeiras (PUCO)	1992	06-10-1992 Série II	12
Algés	PP	Plano de Pormenor do Alto de Algés-Quarteirão (PPAA-Q)	1992	06-10-1992 Série II	0,4
Linda-a-Velha	PP	Plano de Pormenor da Área de Serviços a Norte de Linda-a-Velha (PPASLV)	1992	22/09/1992 Série II	5,49
Paço-de-Arcos	PP	Plano de Pormenor do Alto da Terrugem (PPAT)	1992	07-12-1992 Série II	9,48
Oeiras e São Julião da Barra	PP	Plano de Pormenor da Zona HBM-1 da Medrosa (PPZHBM1)	1992	12/08/1993 Série II	6,4
Carnaxide	PP	Plano de Pormenor da Área Central da Outurela-Portela (PPACOP)	1993	12/08/1993 Série I-B	41,61
Carnaxide	PU	Plano de Urbanização da Serra de Carnaxide (PUSC)	1994	01/03/1994 Série II	158,34
				Total	377,37

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



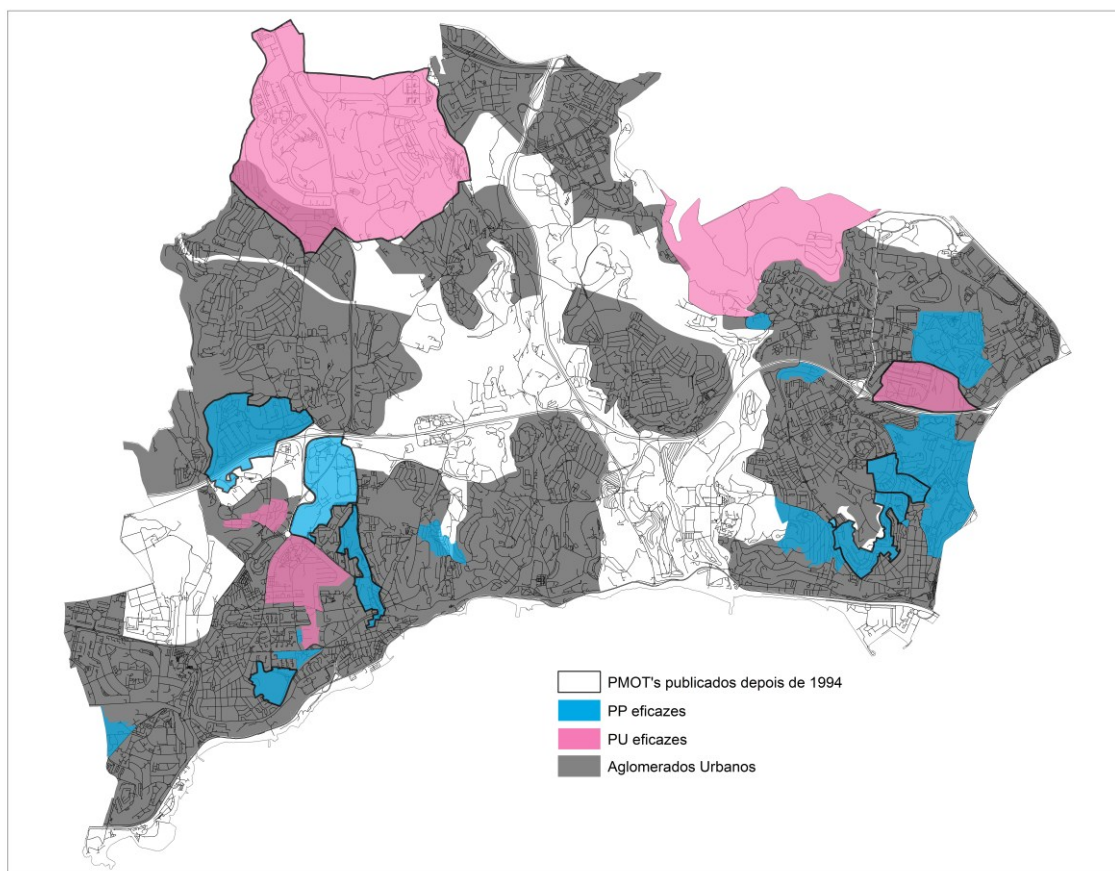
IGT publicados após a entrada em vigor do PDM de 1994 e que se mantêm eficazes:

Freguesia	Tipologia	Designação	Ano de publicação	Diploma	Área de Intervenção
Paço de Arcos	PP	Plano de Pormenor da Quinta da Fonte (PPQF)	1995	09/11/1995 Série II	49
Porto Salvo	PU	Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia (PIAPCT)	1996	16/01/1996 Série II	358,92
Oeiras e São Julião da Barra	PP	Plano de Pormenor do Moinho das Antas (PPMA)	1996	30/01/1996 Série II	12,60
Paço de Arcos	PP	Plano de Pormenor da Zona do Interface de Paço de Arcos (PPZIPA)	1996	20/02/1996 Série II	15,90
Carnaxide	PU	Plano de Urbanização do Alto dos Barrinhos (PUAB)	1997	17/10/1997 Série I-B	41
Algés	PP	Plano de Pormenor do Almarjão (PPA)	1999	28/01/1999 Série II	5,1
Algés	PP	Plano de Pormenor do Alto de Algés (PPAA)	1999	26/02/1999 Série II	26,92
Porto Salvo	PP	Plano de Pormenor da Área Ocidental de Porto Salvo (PPAOPS)	2001	01/06/2001 Série II	62,54
				Total	571,98

Notas: PP – Plano de Pormenor, PU – Plano de Urbanização

Posteriormente à entrada em vigor do PDMO, foram publicados **8 Planos Municipais de Ordenamento do Território**, entre os quais 6 Planos de Pormenor e 2 Planos de Urbanização, aos quais acresce o Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, com um formato de regulamento municipal.

No quadro dos PMOT's elaborados, destacam-se **3 planos com uma forte componente de terciário superior** - o Plano de Pormenor da Quinta da Fonte, de Paço de Arcos (PPQF), o Plano Pormenor da Área Ocidental de Porto Salvo (PPAOPS) e o Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (PIAPCT).



Localização dos PMOT's publicados antes e depois de 1994

Actualmente, o ordenamento do território do Concelho de Oeiras é orientado por:

1 Plano Director Municipal

5 Planos de Urbanização

16 Planos de Pormenor

2 Regulamentos (RMEU e PSCACO)

2 Planos Estratégico (Agenda 21+ e HabitarOeiras)

1 Estudo de Mobilidade e Acessibilidade (EMA)

A avaliação da implementação do PDM de 94 é a que consta do Anexo II ao presente relatório e dele faz parte integrante.

PLANOS ESTRATÉGICOS E REGULAMENTOS COM INCIDÊNCIA NO TERRITÓRIO

Considerando que se encontram anteriormente identificados os Planos de Urbanização e de Pormenor em vigor no Concelho, importa por fim, fazer uma breve descrição dos Planos Estratégicos e Regulamentos assinalados:

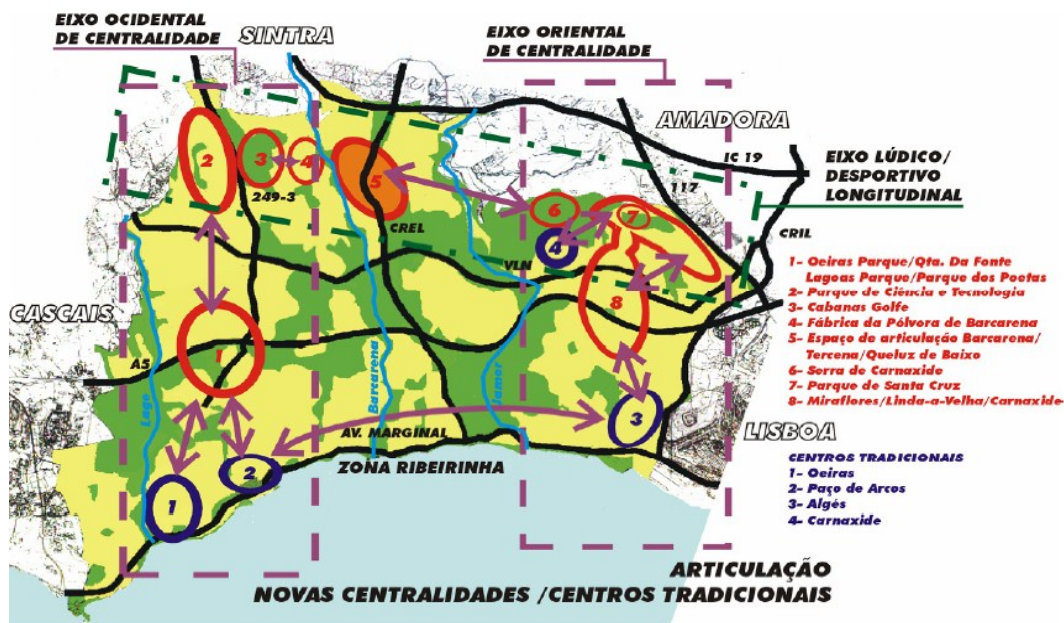
Agenda OEIRAS 21+

A Oeiras 21+ integra a nova Agenda 21 Local de Oeiras constituindo-se como a Agenda da Sustentabilidade para Oeiras de 2008 a 2013.

“A visão de Oeiras em 2020, que sustenta toda a proposta, é a de um território de elevada qualidade, com uma comunidade económica inclusiva e de grande dinamismo, utilizando racionalmente todos os recursos naturais, uma população exigente, moderna, envolvida e feliz pelas oportunidades de prazer e desenvolvimento que encontra no seu concelho de residência.”.

A proposta da Oeiras 21 para o modelo territorial sustentável, é baseado em 5 componentes:

1. Estrutura Natural fundamental em Mega Parque Verde
2. Planeamento Integrado: Usos do Solo articulado com Sistema Transportes
3. Mobilidade Sustentável
4. Equilíbrio Residencial, Serviços e Empregos
5. Pólos de actividades Económicas e de Ensino e Investigação para ancorar o desenvolvimento



Propostas de Oeiras 21 para o Modelo Territorial do Concelho de Oeiras. Fonte: Oeiras 21

Para a concretização do mesmo, foi delineada uma estratégia suportada em temas e espaços territoriais considerados de importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do Concelho, que levou à identificação de **dez projectos motor** considerados prioritários e em redor dos quais se aspira mobilizar recursos e vontades:

- 1 – MegaParqueVerde
- 2 - Vales Verdes das Ribeiras
- 3 - Vidas Seniores de Excelência
- 4 - Escolas, Empresas e Empreendedorismo
- 5 - Bairro 21
- 6 - Alternativas de mobilidade e qualidade de vida
- 7 - Energia, economia e qualidade de vida
- 8 - Orla ribeirinha – entre o estuário e o território
- 9 - Excelência Urbana
- 10 - Melhor governância, mais cidadania

Estes 10 Projectos-Motor constituem a “Agenda Mobilizadora dos Serviços Municipais, População e Parceiros Locais, para concretizar no terreno as prioridades identificadas no processo de Revisão de Oeiras XXI”.

HabitarOeiras

O Plano Estratégico - HABITAR OEIRAS constitui um plano integrado de habitação de 2ª geração, que visa a reabilitação e valorização da qualidade habitacional do concelho, estabelecendo as orientações estratégicas de política de habitação, educação e de equipamento sociais e urbanos de Oeiras para os próximos 10 anos.

O Plano Estratégico, tem por conceito-base "Oeiras é a minha casa", e envolve a intervenção em áreas distintas como apoio às famílias mais carenciadas, apoio aos jovens e idosos, educação, áreas de vanguarda e investigação e sustentabilidade.

Os pilares fundamentais da estratégia do Habitar Oeiras assentam nos seguintes princípios:

- Erradicar a pobreza, requisito fundamental para o desenvolvimento sustentável;
- Promover o desenvolvimento sustentável de todo o território;
- Providenciar habitação adequada e acessível para todos, assegurando a vida das famílias com dignidade;
- Reforçar a qualidade e inovação no planeamento e gestão dos serviços e equipamentos educativos que promovam o desenvolvimento e a competitividade do concelho de Oeiras;
- Garantir a preservação, reabilitação e conservação do património construído;
- Promover a requalificação socio-urbanística de áreas degradadas como veículo de combate à pobreza e exclusão social;
- Solidariedade entre as partes diferentemente beneficiadas com o desenvolvimento garantindo a coesão social;
- Tolerância nas diferenças de crença, cultura e língua;
- Favorecer a integração urbana e as condições de habitabilidade dos grupos sociais mais vulneráveis;
- Respeito pelos valores naturais de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável e responsabilidade partilhada na gestão do processo de desenvolvimento;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial de Oeiras.

Fonte: Plano Estratégico Habitar, Oeiras, CMO, Nov 2006

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras - PSCACO

O Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, foi desenvolvido no âmbito do processo de elaboração do PDM de 1994, e constitui o instrumento de gestão dos elementos patrimoniais existentes no município que identifica, descreve e classifica o património em função de tipologias: Núcleos de Formação Histórica, Quintas, Arquitectura Religiosa, Elementos Representativos dos Conceitos da Tecnologia de cada época, Elementos Sinalizadores ou Representativos de Factos ou Situações Características de um Período Histórico, Património Industrial, Arquitectura Militar, Edifícios Representativos de Factos ou Personagens Históricas Relevantes e Elementos ou Vestígios Arqueológicos.

Regulamento Municipal das Edificações Urbanas – RMEU

Aprovado em 1986, este regulamento que veio a assegurar aspectos de qualificação urbana e arquitectónica nas intervenções desenvolvidas, tanto de natureza privada como pública, foi recentemente revisto, aguardando-se a sua publicação.

Estudo da Mobilidade e Acessibilidade – EMA

O Estudo de Mobilidade e Acessibilidades no Concelho de Oeiras (EMAOeiras), concluído em 2008, teve como objectivos a caracterização do sistema de acessibilidades, deslocações e transportes do Concelho de Oeiras, fazer um diagnóstico das principais debilidades e potencialidades do actual sistema de transportes e uma análise subsequente com a formulação de um quadro de propostas de actuação no sistema concelhio, tendentes a melhorarem a articulação entre o planeamento urbano e o planeamento dos transportes.

3.5 RECONVERSÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANAS

3.5.1 HABITAÇÃO SOCIAL

A Habitação de Promoção Municipal constituiu um dos eixos fundamentais de intervenção delineados pelo PDM de 1994, em face da existência de um relevante número de aglomerados de barracas, fruto do crescimento acelerado e desregulado a que Oeiras esteve sujeito na condição de território periférico à capital.

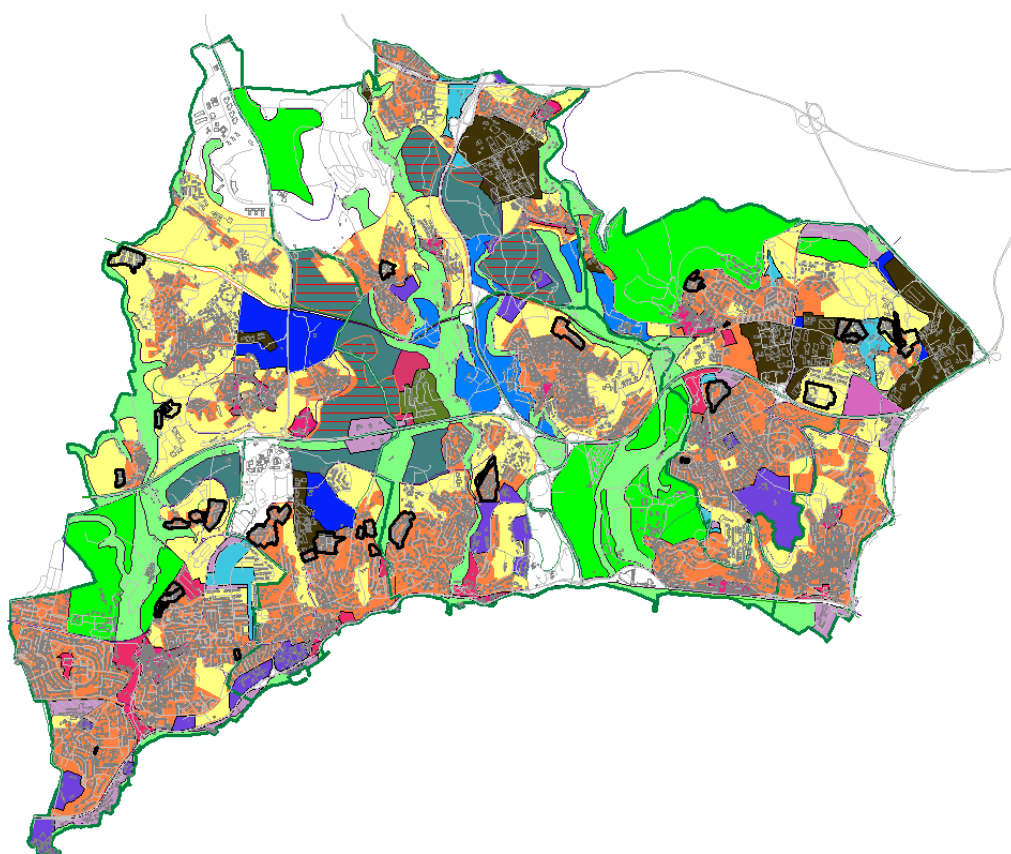
Não obstante a erradicação das barracas ser já alvo de uma política municipal anterior ao PDM, de que são exemplo o desenvolvimento de acções apoiadas pelo Programa SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local), a criação de Cooperativas de Habitação de Promoção Municipal, e a implementação do Programa Especial de Realojamento (PER), em 1993, a adopção deste desígnio em sede das estratégias do PDM de 1994 e o entendimento do mesmo como uma condição integrada na melhoria da qualidade de vida do Concelho, foi um factor determinante à sua concretização:

*“A afirmação do Concelho como um espaço residencial de qualidade.
A melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas
do Concelho, em especial através da promoção de programas de
habitação social”*

(excerto dos objectivos do PDM de 1994)

A definição de um **regime excepcional afecto aos Programas de Habitação Social, com a afectação de 15% da capacidade de construção dos espaços urbanizáveis de cada aglomerado do Concelho**, à edificação social, podendo inclusive atingir os 20%, sem prejuízo para a concretização das expectativas edificativas dos proprietários dos terrenos, **constituiu a par com uma capacidade de diálogo e estabelecimento de parcerias por parte da autarquia, incentivos decisivos na implementação desta política**, que acabou por assentar em quatro directrizes principais:

- Realojamento das pessoas que habitavam em barracas;
- Disponibilização de espaços para implementação dos programas;
- Capacidade financeira do município para aquisição de terrenos;
- Expansão urbana variada dos diferentes núcleos urbanos;



Incidência dos Programas de Habitação Social (PHS) nas classes de espaço do PDM, Fonte: CMO/GDM

A erradicação total das barracas do concelho de Oeiras, concretizou-se em 2002: foram erradicadas realojados 3.165 agregados familiares e 12.132 pessoas necessitadas de realojamento, sendo que do início do PER, em 1993 até ao final de 2004, foram disponibilizados 4.717 alojamentos em regime de “habitação social”.

PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL POR FREGUESIA E NÚMERO DE ALOJAMENTOS

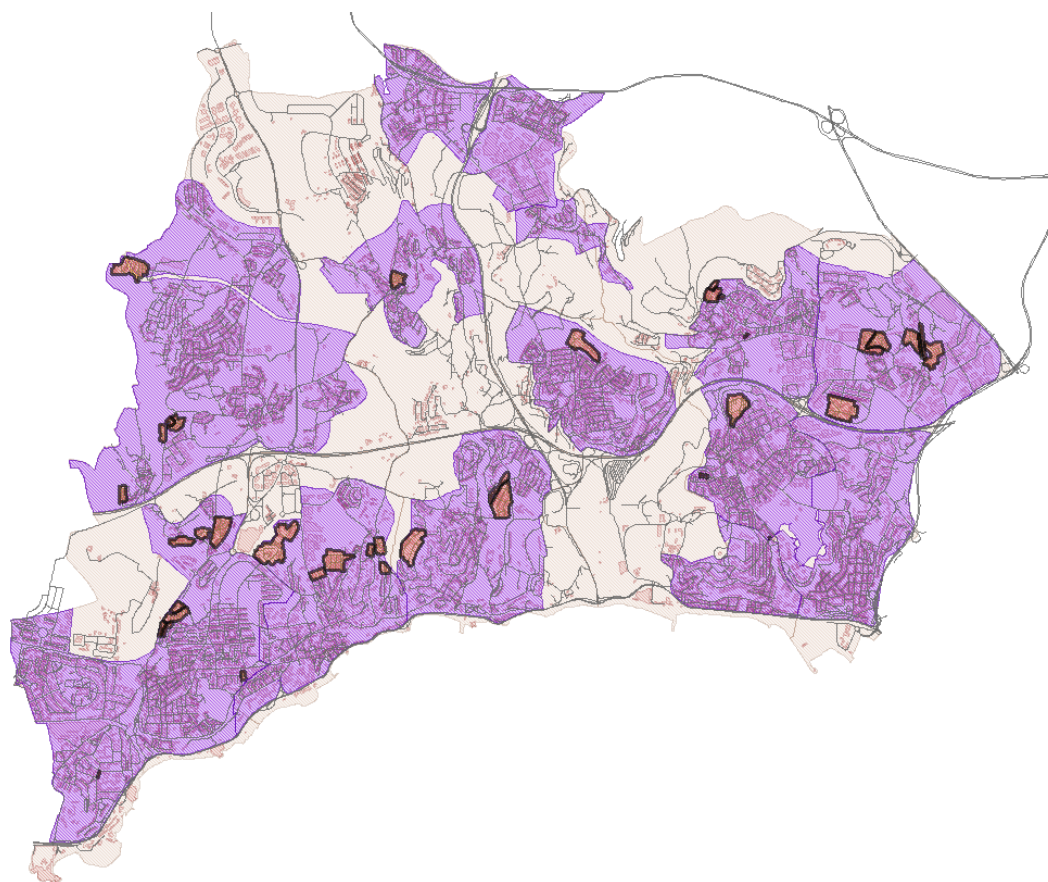
Freguesia	Programa	Alojamentos total		Alojamentos de habitação social		Contratos de desenvolvimento de habitação	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Paço de Arcos	Alto da Loba	440	9,33%	440	16,22%	0	0,00%
	Bugio	98	2,08%	98	3,61%	0	0,00%
	Terrugem	156	3,31%	0	0,00%	156	7,78%
Linda-a-Velha	Quinta da Maruja	10	0,21%	10	0,37%	0	0,00%
	Gleba B	78	1,65%	78	2,88%	0	0,00%
	Linda-a-Velha	10	0,21%	10	0,37%	0	0,00%
Oeiras	Pombal	438	9,29%	315	11,61%	123	6,14%
	Bento de J Caraça	40	0,85%	40	1,47%	0	0,00%
Caxias	Laveiras / Caxias	512	10,85%	400	14,74%	112	5,59%
Carnaxide	Moinho da Portela	90	1,91%	90	3,32%	0	0,00%
	Encosta da Portela	364	7,72%	364	13,42%	0	0,00%
	Outurela / Portela	128	2,71%	128	4,72%	0	0,00%
	Páteo dos Cavaleiros	134	2,84%	0	0,00%	134	6,69%
	Alto dos Barronhos	767	16,26%	0	0,00%	767	38,27%
	Bº São Marçal	319	6,76%	319	11,76%	0	0,00%
	Carnaxide I	52	1,10%	52	1,92%	0	0,00%
	Carnaxide II	43	0,91%	43	1,58%	0	0,00%
Barcarena	Quinta da Politeira I	160	3,39%	160	5,90%	0	0,00%
Porto salvo	Ribeira da Lage	166	3,52%	166	6,12%	0	0,00%
	Moinho das Rolas I	175	3,71%	0	0,00%	175	8,73%
	Moinho das Rolas II	96	2,04%	0	0,00%	96	4,79%
	Bº dos Navegadores	441	9,35%	0	0,00%	441	22,01%
Total		4.717	100%	2.713	100%	2.004	100%

Fonte: CMO, DH, 2003

Fonte: *Habitar Oeiras, Plano Estratégico 2006-2015, 2005*

O planeamento urbano e integração territorial dos Programas de Habitação Social traduz-se, à actualidade, na existência de **22 CDH's** (Contrato de Desenvolvimento Habitacional), albergando **área territorial de 0,9%** do Concelho, a que corresponde um **total de 4717 alojamentos**.

Os CDH usufruem, em função das estratégias traçadas pelo PDM de 1994, de uma **localização integrada na malha urbana dos aglomerados**, fruto de um planeamento urbano que proporcionou ainda a **existência de uma rede de espaços públicos de qualidade e de equipamentos promotores da inclusão social e do apoio em diversas componentes**, desde o desporto ao lazer, apoio à 3ª idade, à juventude, etc.



*Localização de Programas de Habitação Municipal relativamente aos aglomerados urbanos,
Fonte: CMO/GDM*

3.5.2 NÚCLEOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA

O PSPCACO pretende defender a vivência das populações residentes nos núcleos de formação histórica e obviar o abandono e degradação dos edifícios e do espaço público, que leva à procura de habitação noutras zonas. Em 1994, o PDM reconhecia o estado de degradação em que se encontravam alguns núcleos históricos, que exigia alterações a nível da reestruturação de tráfego, demolição ou construção de determinados edifícios, readaptação do mobiliário e equipamento urbano e ainda a renovação do comércio local, com instalação de novos serviços ou actividades.

a) Acção desenvolvida no âmbito do planeamento e gestão urbanística

Inicialmente pretendeu-se que cada núcleo histórico fosse objecto de um Plano de Pormenor específico, no sentido de operacionalizar estas questões. Na década de 90 foram desenvolvidos os planos dos núcleos de Paço de Arcos e Oeiras, sendo que o

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

primeiro foi aprovado em Assembleia Municipal, funcionando como Regulamento Municipal e o segundo é um estudo meramente indicativo.

Com o tempo reconheceu-se a concretização de um Plano de Pormenor para cada núcleo histórico era demasiado ambicioso e pouco operacional, uma vez que o período decorrido para elaboração de cada um atrasava grandemente a resolução de situações que poderiam sê-lo de forma mais eficaz e célere.

Assim, e face ao aparecimento dos planos simplificados, por força das alterações ao RJIT, optou-se por desenvolver estudos urbanísticos para áreas mais contidas do território, de forma a ir resolvendo situações específicas, quer dentro dos núcleos de formação histórica, quer noutras áreas de reconhecido valor patrimonial.

A recuperação do património construído tem vindo assim a ser desenvolvida em dois processos paralelos – por um lado a gestão urbanística preconizada pelo serviço de acompanhamento do PSPCACO e, por outro lado, por um modelo de reabilitação e salvaguarda suportado pela acção no terreno exercida por Gabinetes Técnicos Locais.

O modelo de reabilitação e salvaguarda património construído, traduziu uma estratégia de gestão global e integrada que ultrapassa o mero processo de reabilitação restringido usualmente à recuperação e beneficiação física destas áreas. Enquadra uma política urbana mais abrangente, suportando a requalificação em estratégias de intervenção múltiplas e globais destinadas a potenciar valores culturais, socioeconómicos, ambientais e funcionais destas áreas urbanas.

As propostas visam, à luz do preconizado pelo PDM, reflectir preocupações que ultrapassam a mera intervenção formal, e perseguir a rentabilização e reanimação dos espaços e edifícios, definindo uma metodologia de implementação com aferição de meios jurídicos e financeiros específicos, a realização de parcerias públicas/privadas e o envolvimento da Administração Central, com o propósito essencial de assegurar a oferta habitacional e gerar novas dinâmicas funcionais capazes de inverter fenómenos de desertificação e de valorizar o património arquitectónico e cultural.

b) Implementações no âmbito do PSPCACO

O trabalho desenvolvido no âmbito do PSPCACO, consiste essencialmente em promover acções no âmbito do planeamento da ocupação do solo e a estruturação urbana dos núcleos de formação histórica e restantes elementos patrimoniais, definindo

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



instrumentos reguladores das operações urbanísticas, de modo a garantir a preservação do património construído do concelho.

Esteve sempre inerente a gestão das operações urbanísticas que envolvam imóveis classificados, cujas principais acções abaixo se indicam:

	Acções executadas
LEVANTAMENTOS	<p>1995 - Levantamentos fotográficos, caracterização do edificado e da população existente, nos Núcleos Antigos de Linda-a-Velha, Paço de Arcos, Carnaxide, Oeiras, Porto Salvo, Vila Fria.</p> <p>2001/2002 - Levantamento do edificado do Núcleo Histórico de Barcarena</p> <p>- 2002/2003 – Levantamento dos núcleos de formação histórica da Cruz Quebrada e Dafundo. Plantas de Caracterização do Edificado.</p> <p>- 2003/2004 - Levantamento do edificado do Núcleo Histórico de Linda-a-Pastora</p> <p>- 2004 - Levantamento do edificado do Núcleo Histórico de Laveiras</p> <p>- 2004 – Levantamento do núcleo de formação histórica de Algés de Cima.</p> <p>- 2006/2007 – Actualização do levantamento do núcleo de formação histórica de Paço de Arcos, Oeiras, Leceia e Carnaxide. Fichas de caracterização do parque edificado.</p>
PLANOS E PROJECTOS	<p>1996 - Plano de Pormenor do Núcleo Antigo de Paço de Arcos</p> <p>Estudos do Plano de Pormenor do Núcleo Antigo de Oeiras</p> <p>- 2005/2006 – Proposta de regulamentação urbanística do Largo Almirante Pedroso, Algés de Cima</p> <p>- 2006 -Estudo de reperfilamento da Rua D. Dinis em Leceia</p> <p>- 2007 – Estudo de reconversão de um terreno municipal em Vila Fria, com vista À criação de uma zona de estacionamento e 2 lotes de moradias. Vendido em hasta pública em 2010</p> <p>- 2008- Estudo Urbanístico de Algés de Cima</p> <p>- 2009 – Proposta de alteração ao alvará de loteamento nº08/2004, Quinta dos Aciprestes. Projecto de um edifício de</p>

	<p>habitação jovem e centro de dia. Aprovado por deliberação de Câmara.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2009 – Proposta de reperfilamento da Rua dos Pescadores. Projecto de um edifício de habitação e comércio. - 2009 - Estudo Urbanístico do Núcleo Histórico de Barcarena - 2009 – Estudo Urbanístico de reconversão do Bairro Foz, Algés. Aprovado em sessão de Câmara. - 2009 - Estudo de reperfilamento da Estrada da Rocha em Linda-a-Velha - 2010 – Proposta de reconversão de mobiliário urbano na zona de protecção do Núcleo de Formação Histórica de Linda-a-Velha. Delimitação e diagnóstico da área a intervir. Apresentação de simulações e modelos tridimensionais dos modelos-tipo e cenários perseguidos. Definição de programa de actuação. - 2010 – Proposta de reconversão de mobiliário urbano na zona de protecção do Núcleo de Formação Histórica de Oeiras. Delimitação e diagnóstico da área a intervir. Apresentação de simulações e modelos tridimensionais dos modelos-tipo e cenários perseguidos. Definição de programa de actuação.
OBRA EM IMÓVEIS CLASSIFICADOS	<ul style="list-style-type: none"> - 2004 - Levantamento fotográfico do jardim do Palácio e Quinta do Marquês de Pombal e acompanhamento das obras no jardim e edifícios de apoio do Palácio do Marquês de Pombal
PROPOSTAS DE CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - 2007 - Proposta de classificação do conjunto do Palácio e Quinta do Marquês de Pombal - 2008 – Proposta de classificação do Edifício Villa Longa, Paço de Arcos, como Imóvel de Interesse Municipal. Aprovado em Assembleia Municipal. - 2010 – Proposta de classificação do Bairro Foz, Algés, na categoria de <i>sítio</i>, enquanto conjunto urbano de interesse assinalável na arquitectura do século XX. Levantamento e caracterização histórico-arquitectónica. Definição de estratégias de intervenção dentro da área definida.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

REGULAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> - 2008 – Proposta de regulamentação das operações urbanísticas a desenvolver nos Núcleos de Formação Histórica, integrado na revisão do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas. - 2009 – Proposta de revisão do Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, 1ª fase – Actualização do inventário de Património Classificado do município.
--------------	--

c) Acção desenvolvida no âmbito da requalificação e valorização

O processo de revitalização dos Centros históricos implementado pela CMO, viria a reflectir uma forte dinâmica de transformação, com intervenções desenvolvidas em 4 núcleos históricos.

Esta intervenção nos núcleos históricos foi suportada pela criação de Gabinetes Técnicos Locais que viriam a permitir um conhecimento da realidade “no terreno”, facilitando o diálogo entre os munícipes e a Câmara, e cuja estratégia de acção viria a assentar nas seguintes áreas:

- Requalificação do Espaço Público e Renovação das Infra-estruturas Urbanas;
- Reabilitação e Implementação de Equipamentos;
- Recuperação do Parque Edificado;
- Revitalização do Tecido Social – Programa Habitação Jovem;
- Dinamização do Comércio;
- Animação Cultural

As intervenções levadas a cabo, vieram elevar substancialmente a qualidade de vida das populações residentes, com a melhoria das condições de salubridade e conforto, qualidade e segurança, e a recuperação de um parque edificado e espaços públicos, suportados em soluções de modernidade que procuraram preservar em parte a sua identidade. No quadro seguinte, apresenta-se uma súmula das intervenções desenvolvidas neste âmbito.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

	Acção - Obras executadas
EQUIPAMENTOS	<p>Reabilitação:</p> <p>Reabilitação dos Fornos da Cal (PA)</p> <p>Recuperação da Capela do Senhor Jesus dos Navegantes (PA)</p> <p>Armação dos Pescadores e Requalificação da Praia Velha (PA)</p> <p>Implementação:</p> <p>Centro Cultural de Algés (AL)</p> <p>Espaço Jovem de Algés (AL)</p> <p>USILA- Univ. Sénior Intergeracional de Lisboa e Algés (AL)</p>
PARQUE EDIFICADO	<p>Recuperação</p> <p>Edifício Habitação Jovem – Av. Patrão Joaquim Lopes nº 9 – 4 fogos (PA)</p> <p>Comparticipações e acompanhamento técnico na recuperação de 30 edifícios particulares (PA)</p>
COMÉRCIO	<p>Dinamização</p> <p>Colocação de 3 Directórios (PA)</p> <p>Execução do Guia do Comércio e Turismo do Centro Histórico (PA)</p> <p>Colocação de 1 Totem para o Centro Cultural de Algés (AL)</p> <p>Execução do Guia do Comércio e Turismo da Baixa Comercial de Algés (AL)</p> <p>Análise e parecer sobre colocação de publicidade e esplanadas na Baixa Comercial (AL)</p>
<p>Notas: (AL) – Núcleo Histórico de Algés, (PA) – Núcleo Histórico de Paço de Arcos</p>	

Projectos em curso

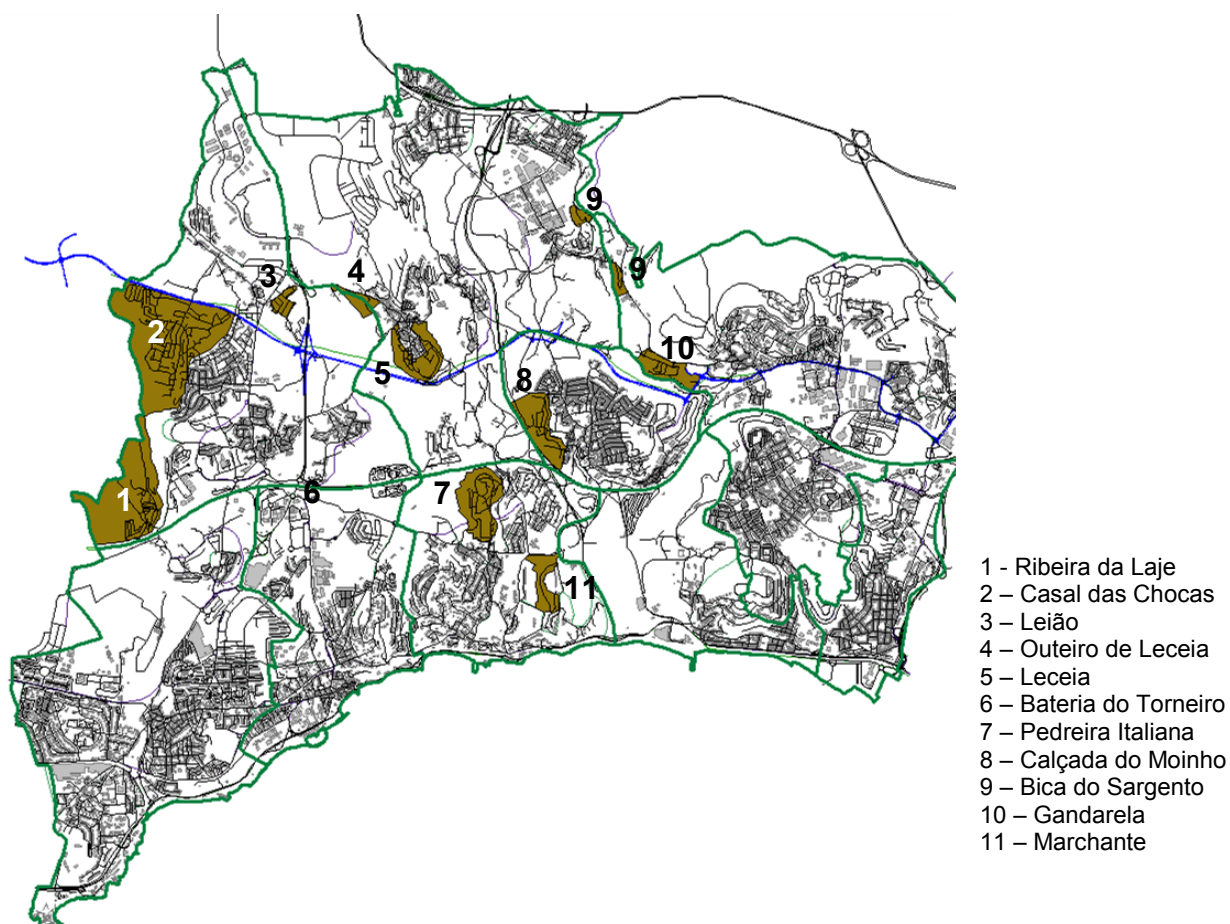
	Acção - Projectos em curso
EQUIPAMENTOS	<p>Reabilitação:</p> <p>Palácio dos Arcos (PA)</p> <p>Recuperação da Igreja Paroquial de Paço de Arcos (PA)</p> <p>Implementação:</p> <p>Centro de Saúde de Carnaxide - Extensão de Algés (AL)</p> <p>Associação de Solidariedade Social “APOIO” (AL)</p> <p>Espaço Multiusos (AL)</p> <p>Centro Cultural José de Castro (PA)</p> <p>Espaço Avôs e Netos (PA)</p>
PARQUE EDIFICADO	<p>Comparticipação:</p> <p>Edif. da Rua General Humberto Delgado, 5</p> <p>Edif. da Rua Ernesto da Silva, 35</p> <p>Programa Habitação Jovem:</p> <p>4 Edifícios num total de 55 fogos</p>
ESPAÇO PÚBLICO	<p>Requalificação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Requalificação da Rua Ernesto da Silva (AL) - Requalificação da Rua Major Afonso Palla (AL) - Implementação do Plano de Cor (AL) <p>Pedonalização da Rua Costa Pinto (PA)</p> <p>Frente Marginal (PA)</p> <p>Implementação de ilhas ecológicas no Jardim de Paço de Arcos (PA)</p> <p>Praceta Dionísio dos Santos Matias (PA)</p>
COMÉRCIO	<p>Dinamização</p> <p>Criação e Implementação de espaço para esplanadas na Rua Ernesto da Silva (AL)</p> <p>Criação e Implementação de espaço para esplanadas na Rua Major Afonso Palla (AL)</p>
<p>Notas: (AL) – Núcleo Histórico de Algés, (PA) – Núcleo Histórico de Paço de Arcos</p>	

3.5.3 NÚCLEOS EM PROCESSO DE RECONVERSÃO

O Concelho de Oeiras contém **11 Núcleos em Processo de Reversão (N.P.R.)**, que vulgarmente se vieram a designar de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (A.U.G.I.) e que representam uma afectação de 5,17% do território municipal. Localizam-se maioritariamente no quadrante a norte da A5 e dois no quadrante a sul daquele eixo viário.

Da área territorial actualmente ocupada pelos NPR, **36% corresponde à área de intervenção do Casal das Chocas**, que se localiza junto à fronteira com o Concelho de Cascais, constituindo deste modo o NPR de dimensão mais significativa (1,86% do território municipal), sendo que o NPR da Bica do Sargento, apresenta a menor dimensão territorial, representando menos de 0,06%.

A génese deste conjunto de núcleos decorre de fenómenos de construção clandestina e parcelamento ilegal da propriedade que se constituíram como impactes do forte crescimento demográfico e da especulação imobiliária.

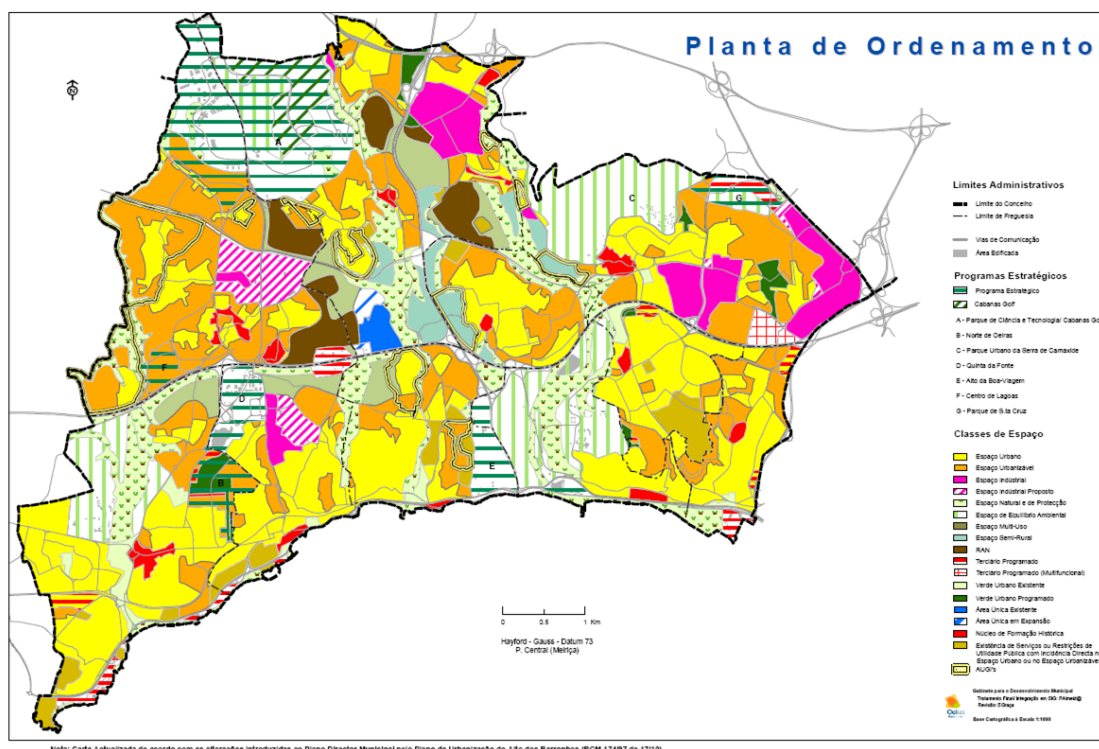


RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Localização dos Núcleos em Processo de Reconversão, Fonte CMO/GDM

O PDM em vigor, não obstante o seu programa base abordar a existência de habitação clandestina no Concelho, não se direccionou numa abordagem específica relativamente aos NPR, optando antes por uma óptica de abordagem integrada relativamente aos perímetros urbanos então definidos, o que justifica não se ter optado pelo regime legal das AUGI'S.

Assim, os **NPR enquadram-se no modelo de ordenamento, com uma incidência dominante nas Classe de Espaço Urbano e Urbanizável**, abrangendo respectivamente 1,2% e 2,37% das mesmas, ao passo que as restantes classes de espaço têm uma incidência diminuta (releve-se apenas a incidência em 1,06% de classe de Espaço Natural e de Protecção).



Enquadramento dos NPR na Carta de Ordenamento, Fonte: CMO/GDM

Classes de Espaço PDM (%)									
E. Urbano	E. Urbanizável	E. Industrial	E. Multi-Úso	P. Estratégico	E. Semi-Rural	E. Nat. Protecção	E. Eq. Ambiental	Ser. Rest. Ut. Pública	RAN
1,20	2,37	0,00	0,10	0,00	0,55	1,06	0,00	0,10	0,00

Incidência das diferentes classes de espaço do PDM dos NPR – Fonte: CMO/GDM

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

O processo de reconversão destas áreas foi enquadrado numa óptica de gestão global e integrada que visava intervir em 6 áreas diferentes de actuação – processos urbanos, infra-estruturas, espaços verdes, equipamentos, legalizações e dinamização sócio-cultural. Este modelo de gestão permitiu atingir desde o início do processo resultados visíveis praticamente em todas as zonas objecto de intervenção.

Gestão Global e integrada



Fonte: CMO/DPE

O sucesso desta metodologia teve por suporte fundamental a criação de gabinetes técnicos locais – o primeiro criado em Leião por altura do processo de elaboração do PDM - que visavam não só uma maior proximidade aos munícipes, mas também dotar os próprios técnicos de um conhecimento mais integrado e próximo da realidade local, gerando-se fenómenos de forte participação pública e permitindo a gestão directa dos diferentes níveis de actuação – o municipal e o particular.

Actualmente existem 4 (quatro) Gabinetes Técnicos Locais, integrados nos bairros da Laje, Casal da Choca, Pedreira Italiana e Leceia.

Na vigência do PDM94, os NPR viriam a conhecer uma dinâmica de reconversão e qualificação relevantes, suportada pela actividade dos GTL a par com o desenvolvimento e implementação de Estudos Urbanos e operações de loteamento, que visaram não só resolver os constrangimentos locais como potenciar a integração dos bairros no território concelhio.

Da implementação dos estudos referenciados, os dados existentes permitem-nos apurar à actualidade, que dos “lotes” que apresentam construção, 23% possui construções licenciadas e quase 10% apresenta licença de utilização.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

NPR	Área (hectares)	N.º			
		"Lotes"	"Lotes" c/ Construção	Construções Licenciadas	Construções c/ Lic. de Utilização
Casal da Choca	85,56	665	257	80	38
Ribeira da Lage	54,27	350	308	21	0
Leião	4,34	98	58	16	2
Outeiro de Leceia	5,8	41	10	21	0
Leceia	16,8	58	42	5	5
Pedreira Italiana	23,92	186	160	77	35
Marchante	10,36	48	8	0	0
Bica do Sargento	2,78	29	10	0	0
Calçada do Moinho	19,04	68	32	0	0
Gandarela	11,61	52	35	0	12
Quinta de Baixo	3,17	26	26	0	*
Total	237,65	1523	946	220	92

Nota: * valor não disponível

Nível de concretização dos "lotes" nos diferentes NPR - Fonte:CMO/DPE

No quadro seguinte, apresenta-se uma súmula dos Processos Urbanos, executados entre 1993 e 2008, com impacto na reconversão e qualificação urbana dos NPR:

Designação
<p>Casal da Choca Plano de Ordenamento e Reversão Estudo Urbanístico da zona A Estudo Urbanístico da zona B Estudo Urbanístico da zona C Estudo Urbanístico da zona D Estudo Urbanístico da zona E Estudo Urbanístico da zona F Estudo Urbanístico da zona G Estudo Urbanístico da zona H Projecto de Loteamento do artigo cadastral 10</p> <p>Laje Plano de Ordenamento e Reversão da Laje.</p> <p>Leceia Plano de Ordenamento e Reversão Projecto de Loteamento de Iniciativa Municipal – 1ª Fase Projectos de Loteamento de Iniciativa Municipal – 2ª Fase Projectos de Loteamento de Iniciativa Municipal – 3ª Fase (em apreciação)</p>

Processos Urbanos com impacto no planeamento urbano dos NPR, executados de 1993 a 2008 – Fonte CMO/DPE

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Perspectivas futuras para os NPR

Actualmente os NPR apresentam uma população global com cerca de 4012hab, representativo de 2,36% da população concelhia (172 610hab), podendo este cenário aproximar-se aos 3, 83% (2496hab), se considerarmos a colmatação futura das áreas ainda expectantes.

Da oportunidade de revisão do PDM, urge assinalar a existência de algumas incompatibilidades com as actuais classes de solo que recaem em três NPR – a Calçada do Moinho, a Gandarela e a Quinta da Bica do Sargento.

O posicionamento dos NPR em zonas de fronteira com áreas integradas na estrutura verde principal do Concelho de Oeiras, nomeadamente associadas aos vales das ribeiras existentes, deverá desejavelmente vir a constituir um factor potenciador da qualidade urbana das mesmas, no sentido do estabelecimento de ligações físicas às ribeiras e aos vales como espaços de usufruto dos valores paisagísticos e ambientais.

Importa por fim, referenciar o conjunto de projectos e intervenções com impacto na reconversão e qualificação urbana dos NPR, actualmente em curso:

Designação
<p>Casal da Choca Projecto de Loteamento dos artigos cadastrais 12 e 13 Estudo Preliminar para Núcleo de Serviços na zona D</p>
<p>Laje Projecto de loteamento da zona A – em fase de discussão pública* Projecto de loteamento da zona B – em fase de estudo prévio*; Projecto de loteamento da zona C – em fase de estudo preliminar*.</p>
<p>Pedreira Italiana Plano de Reconversão da Zona C (Parque urbano e arruamento) Plano de Reconversão – Pedreira Italiana Sul <i>Nota: * de iniciativa municipal</i></p>

Quadro – Processos Urbanos em elaboração – Fonte CMO/DPE

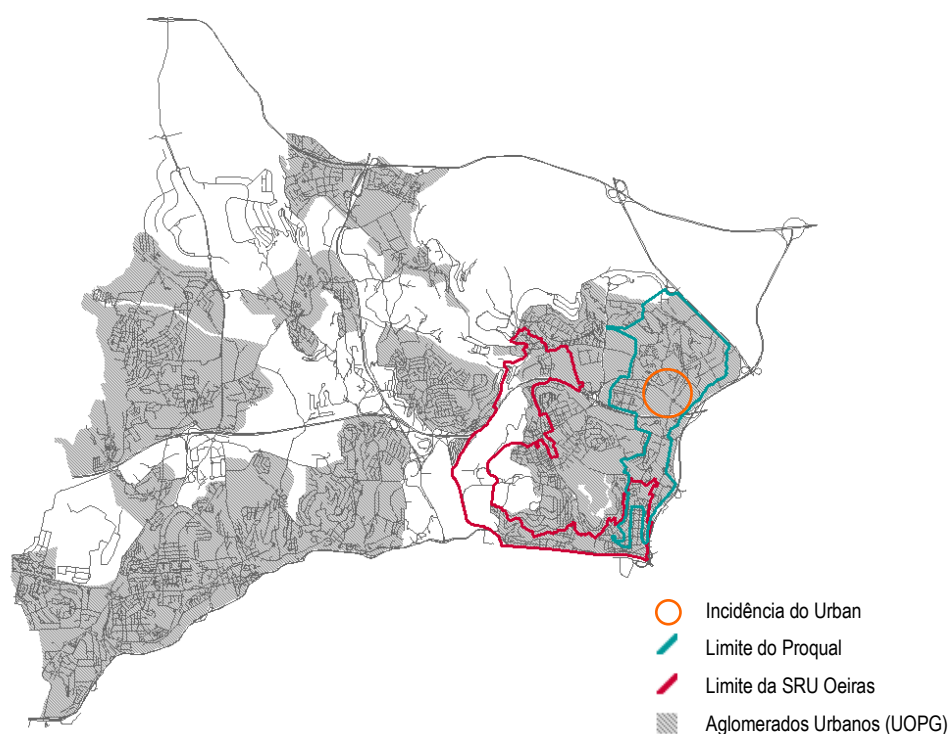
3.5.4 OUTROS PROGRAMAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

No âmbito da Requalificação Urbana, merece destaque um **conjunto de programas que serviram de apoio às acções desenvolvidas** pelo município no contexto da

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

política de desenvolvimento traçada pelo PDM em 1994 e em alguns casos se encontram ainda em implementação:

- URBAN;
- PROQUAL;
- SRU de Oeiras;
- RECRUA;
- PRED.



Localização do Programa Proqual e Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU)

a) O PROGRAMA COMUNITÁRIO URBAN

A **área de intervenção de Outurela/Portela**, integrou um conjunto de quatro intervenções do programa URBAN, ao nível da AML, e constituiu o Sub-Programa 5 – Vale de Algés e Outurela-Portela.

A área, com cerca de 1 200 hectares tinha, na altura da apresentação da candidatura, aproximadamente 18 000 habitantes, dos quais mais de dez mil viviam em barracas, o que representava 85% do total de habitantes que viviam nestas condições no território concelhio.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A grande concentração de habitação precária, a falta de equipamentos e infraestruturas, a existência de grandes áreas expectantes e a intervenção PER prevista (que já previa o realojamento de 2352 famílias da zona de intervenção), constituíram os factores que motivaram, por parte da CMO, a escolha deste local para candidatura ao URBAN.

A implementação do Programa na Outurela/Portela, teve como medidas:

- Apoio à Formação Profissional, Promoção de Emprego, Iniciativas Empresariais Junto de Minorias Étnicas;
- Apoio à Integração Social e Cultural através das Associações Cívicas e Culturais;
- Requalificação Urbana e Ambiental;
- Assistência Técnica e Apoio à Implementação;

A continuidade do trabalho social iniciado veio a ficar assegurado pela Autarquia mediante a constituição de parcerias com as instituições locais, bem como a gestão dos equipamentos criados, dos quais se destacam, entre outros, uma piscina e polidesportivo; um centro de micro-empresas e um centro de acolhimento de crianças em risco.

b) PROQUAL

O PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa, integrava a Medida 1.5 - Acções Específicas de Valorização Territorial do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT), que *“valoriza o carácter integrado das intervenções que promovam o equilíbrio dos sistemas e sub-sistemas urbano-regional, que conduzam à atracção de novas actividades, à geração de eventos de dimensão supra-municipal, à criação de novas centralidades e a efeitos polarizadores que sirvam de âncora aos espaços envolventes”*. Tal medida correspondia assim a uma intervenção estratégica compreendendo 2 componentes: a “Consolidação e Valorização do sistema regional” e a “Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa”.

Tendo este enquadramento, o PROQUAL visava intervir em zonas críticas dos subúrbios da AML com vista a reduzir os desequilíbrios territoriais e as tendências de desqualificação urbanística, assegurando condições de habitabilidade e de integração social das populações. Nesta perspectiva, o PROQUAL viria a contribuir para promover uma Área Metropolitana de Lisboa mais equilibrada, competitiva e sustentável.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

O PROQUAL para Outurela-Portela e Algés foi aprovado em 2001 e desenvolveu-se até 2006, abrangendo uma área de intervenção, com 292 hectares (cerca de 7% da área do município) e 30.000 habitantes, que viria a integrar uma das sete Áreas Críticas Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa.

A área em causa era identificada por integrar as freguesias com maior densidade populacional e por apresentar um contexto urbano diversificado com factores urbanísticos e sociais geradores de fortes assimetrias.

Face a este cenário, o PROQUAL traçava como objectivos gerais *“ordenar e qualificar aos níveis social e espacial, as áreas ou núcleos centrais, e reforçar os processos de urbanidade, dotando as novas zonas de estruturas dinâmicas educacionais e de capacitação profissional, complementando-as com equipamentos sociais e cívicos e promovendo a igualdade nas suas condições de acessibilidade e mobilidade.”*

De forma mais específica, a Algés destinar-se-ia uma intervenção vocacionada ao reforço da sua *“polaridade como centro de comércio, de serviços e de oferta cultural”* e, à Outurela-Portela, dadas as suas características ainda semi-rurais, pretendia-se a *“inversão o processo de degradação e marginalização através da promoção, integração e articulação espacial com as novas áreas residenciais”* que os envolviam.

Operações de Qualificação
Infra estruturas e Ordenamento viário e estacionamento
Iluminação pública e Pavimento
Criação de zonas verdes e de protecção e enquadramento
Eventual aquisição de parcelas para ordenamento
Quinta de Santo António: Equipamento, beneficiação e valorização do Parque Urbano
Centro de Emprego Alto dos Barrinhos: construção de Centro de Empresas
Núcleo Empresarial da Quinat do Sales: criação de Parque Urbano e respectiva integração paisagística
Centro Comunitário e Creche do Alto dos Barrinhos: Equipamento polivalente e intergeracional
Creche/jardim de Infância de S. Marçal
Centro de Apoio à 3ª Idade (Outurela)
Prioritários
Ribeira da outurela/Algés: regularização e valorização da ribeira
Parque urbano da Mama Sul: Criação de Parque Urbano/zona verde de enquadramento paisagístico
Polidesportivo do Alto do Montijo
Jardim de Infância N. Senhora das Graças (Algés)
Quinta do Leonel: Arranjos exteriores do Centro Sagrada Família (creche e jardim de infância)
Viaduto da Outurela (integrante da construção da VLN)
Estacionamento em Algés: Criação de silo para estacionamento para 500 veículos

Projectos/Ações previstos pelo programa Proqual

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

O desenvolvimento do programa PROQUAL naquela área, constituiu uma relevante melhoria da qualidade de vida urbana local, permitindo a implementação de diversas intervenções ao nível de equipamentos, espaços verdes ordenados, espaço público qualificado, etc.

c) Sociedade de Reabilitação Urbana de Oeiras

A criação de uma Sociedade de Reabilitação Urbana para Oeiras (SRU de Oeiras) tem por objecto uma política de ordenamento e valorização urbana e surge no âmbito do Plano Estratégico «Habitar Oeiras» tendo como enquadramento legal, o Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio.

As SRU's visam “promover a reabilitação urbana das respectivas áreas de intervenção”, numa acção suportada num conjunto de objectivos transversais:

- Garantir a sustentabilidade (ambiental, económica e sociocultural do território);
- Promover níveis de excelência na qualidade de construção a promover ou a reabilitar;
- Apostar na coesão social e na qualidade de vida;
- Consolidar a identidade e a vitalidade cultural;
- Desenvolver infra-estruturas que potencializem a fixação de serviços qualificados;
- Reforçar a competitividade económica, sociocultural e espacial do território;
- Qualificar os espaços públicos e os espaços verdes ao dispor da população;
- Promover a sustentabilidade na mobilidade urbana;
- Melhorar as acessibilidades para meios de transportes alternativos;
- Regenerar e qualificar o sistema natural local e global.

O processo de constituição da SRU de Oeiras foi objecto de uma parceria com a Faculdade de Arquitectura de Lisboa da Universidade Técnica de Lisboa*, que permitiu a elaboração de um estudo prévio de caracterização sócio-territorial de uma área mais

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Os imóveis habitacionais localizados em áreas urbanas degradadas e bairros municipais estão igualmente, a título excepcional, abrangidos pelo PRED. No caso das áreas urbanas degradadas têm de estar abrangidos por Alvará de Loteamento.

3.6 ESTRUTURA VERDE E EQUIPAMENTOS

A **Estrutura Verde Principal**, constitui uma das componentes fundamentais do modelo de ordenamento do território estabelecido pelo PDM em 1994, que já abrangia em 2008, uma área total de **1.280 ha**.

Integram a Estrutura Verde Principal:

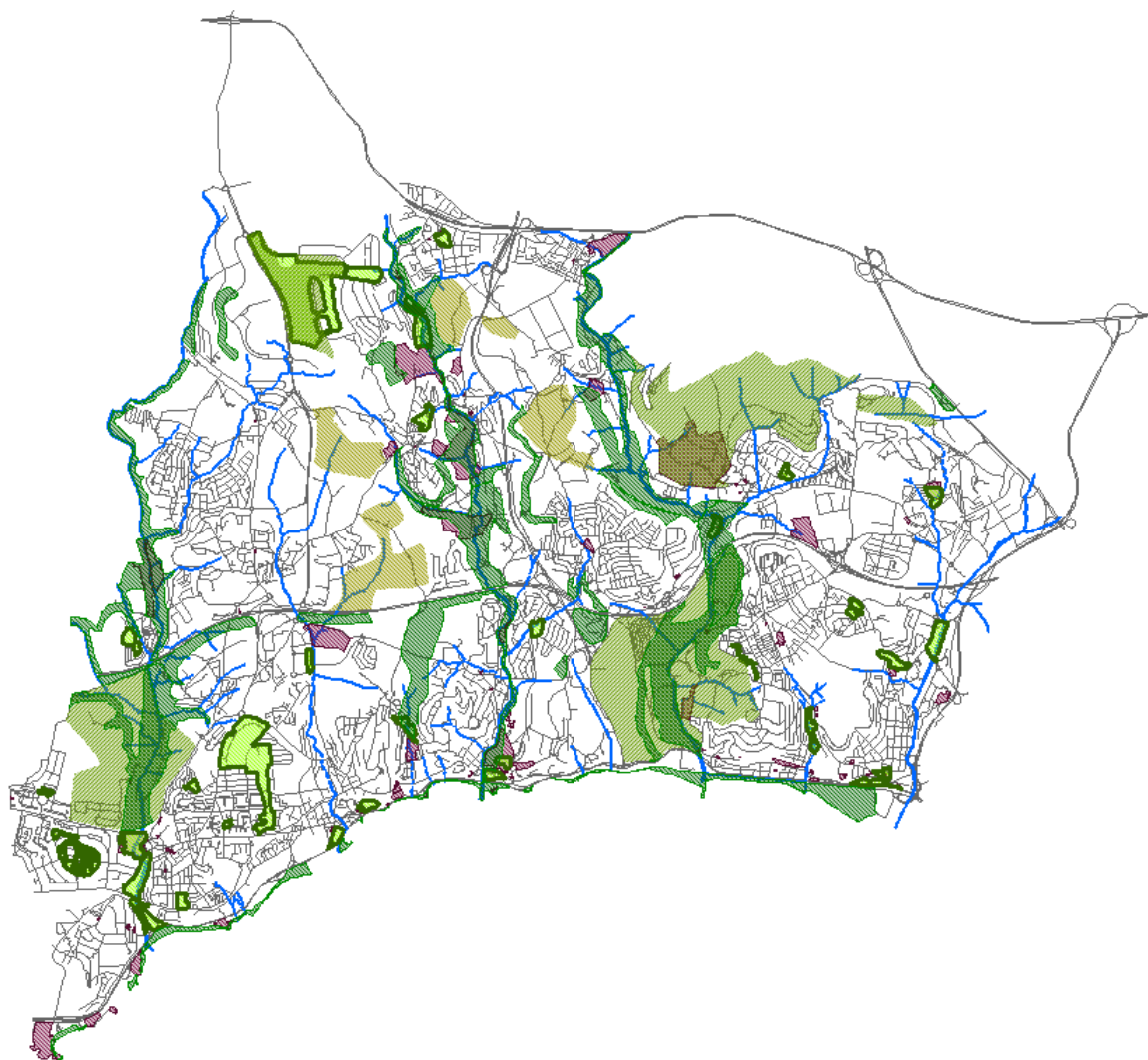
- Áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) e Domínio Público Hídrico;
- Estruturas de Equilíbrio Ambiental:
 - Estação Agronómica Nacional,
 - Parque Urbano da Serra de Carnaxide,
 - Complexo de Golfe - Casal de Cabanas,
 - Complexo Desportivo do Vale do Jamor;
- Áreas de Enquadramento e Protecção (rede viária, linhas de água, espaços residuais);
- Estruturas Verdes Urbanas (englobadas em planos aprovados à data do PDM e alguns Jardins);
- Quintas;
- Protecção a Linhas de Água Sujeitas a estudos específicos.

Nos últimos 10 anos têm sido concretizados diversos projectos que vieram a valorizar a estrutura verde definida no PDM, permitindo promover:

- As funções de ecologia urbana desempenhadas por esses espaços e racional gestão dos recursos naturais;
- A melhoria da eficiência do sistema de gestão;
- O usufruto pelos munícipes.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

É nesse sentido que foi recentemente negociada com o Ministério da Agricultura a possibilidade de a autarquia proceder à valorização e gestão do espaço da Quinta do Marquês (Estação Agronómica Nacional), numa óptica de recuperação da sua vertente patrimonial e de criação de infra-estruturas e actividades que permitam o usufruto pelo público em geral.



Composição da Estrutura Verde Principal, Fonte: GDM, CMO, 2010

A **Estrutura Verde Secundária (EVS)** é um conceito pelo qual o PDM visa complementar a Estrutura Verde Principal com um sistema de espaços verdes que não só proporcione a ligação de todo o concelho num sistema em rede de espaços naturais como torne disponível, em contexto urbano, espaços verdes em quantidade e qualidade

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

compatíveis com os objectivos de qualidade de vida e de “qualidade residencial e de prestígio” preconizados no Plano.

A sua concretização tem vindo a verificar-se, por um lado, pela criação de novos parques e jardins e por outro, pela requalificação dos existentes de que se destacam os seguintes projectos:

- Infra-estruturas de valorização e requalificação da orla ribeirinha, particularmente o Passeio Marítimo e o Porto de Abrigo;
- Criação e alargamento do Parque dos Poetas, cuja área ultrapassa os 25 ha, e que veio valorizar a mancha urbana de Oeiras / Paço de Arcos;
- Implementação dos projectos do Cabanas Golf, Fábrica da Pólvora, e diversas intervenções no âmbito do Programa PROQUAL, que integram corredores verdes;
- Valorização, recuperação e abertura ao público dos Jardins do Palácio do Marquês de Pombal, Quinta Real de Caxias e Quinta dos Sete Castelos.

Em 2009, a capitação de espaços verdes públicos por habitante* estimava-se em 3,54m² (*considerando apenas parques e jardins públicos e, em função da população estimada).

Área dos principais espaços verdes públicos (hectares)

Jardins Históricos	Jardins do Palácio dos Marqueses de Pombal	3,2
	Jardins do Paço Real de Caxias	1,2
Outros Jardins	Jardim Aventura	0,6
	Jardim de Carnaxide	1,1
	Jardim de Caxias	1,4
	Jardins da Fábrica da Pólvora	4,7
	Jardim Gago Coutinho	3,4
	Jardim do Marquês	1,4
	Jardim Municipal de Oeiras	5,3
	Jardim do Murganhal	1,6
	Jardim de Nossa Senhora da Rocha	1,7
	Jardim de Paço de Arcos	1,4
	Jardim do Palácio dos Arcos	1,4
	Jardim do Palácio dos Anjos	1,1
	Jardim dos Plátanos	1
	Jardim da Quinta da Politeira	2,4
	Jardim do Pombal	0,9
	Jardim das Tílias	0,9
Jardim do Ultramar	0,4	

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Parques urbanos	Parque do Alto de Santa Catarina	2,4
	Parque do Alto da Terrugem	2,2
	Parque Nova Oeiras	7,9
	Parque dos Poetas	25,5
	Parque da Quinta do Sales	2,2
	Parque da Quinta de Santo António	2,4
	Parque da Ribeira da Lage	2,4
	Parque Urbano de Miraflores	2,8
	Parque Urbano da Fábrica da Pólvora	11,67
	Jardim da Quinta Real de Caxias	1,2
Total	60,67	

Fonte: DEV/CMO, Junho 2010

Do ponto de vista da gestão, **a CMO procede, por gestão directa ou por aquisição de serviços, à manutenção de cerca de 350 ha de espaço verde público.**

Do ponto de vista da criação de instrumentos para uma eficaz protecção dos valores ambientais associados aos espaços verdes e do planeamento e gestão de recursos a eles associados, há a salientar quanto à evolução nos últimos anos as seguintes acções e projectos:

- Publicação em Diário da República do **Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras** (Edital nº 184/2004 no DR II Série nº 67 Apêndice nº 36 de 19 de Março de 2004, pp.73-76);
- Aprovação e entrada em vigor do **Regulamento Municipal de Espaços Verdes do Concelho de Oeiras** (Edital 296/2002);
- Estabelecimento de um conjunto de **Estudos e Planos que visam a identificação dos recursos naturais e valores patrimoniais existentes no concelho**, a definição de **metas de utilização e critérios e programas de gestão**, a integrar no próprio processo de revisão do PDM.

3.7 CONDICIONANTES

O Plano Director Municipal de 1994 identificou **quatro tipologias de condicionantes com incidência no território de Oeiras**: as relativas a servidões administrativas, as restrições de utilidade pública associadas aos regimes legais da RAN, REN e Domínio Hídrico e as relativas aos imóveis classificados.

O desenvolvimento de operações urbanísticas e instrumentos de planeamento urbano e territorial desenvolvidos nestas áreas foram, nos termos da legislação específica,

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

condicionadas aos pareceres das entidades responsáveis, balizando-se posteriormente aos parâmetros urbanísticos definidos pelo Regulamento do PDM, ou outro instrumento de gestão territorial em vigor.

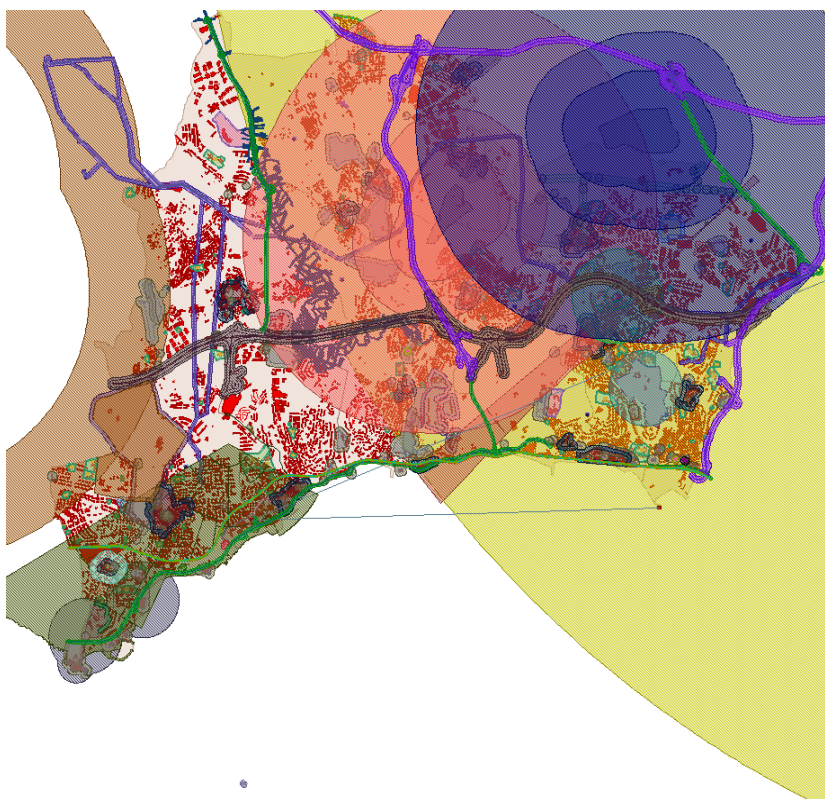
Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SARUP)

As Servidões Administrativas resultam de uma imposição legal ou de um acto administrativo proposto por entidade administrativa com competências para o efeito e, podem ser entendidas genericamente, como o *“encargo imposto sobre um imóvel em benefício de uma coisa, por virtude de utilidade pública desta.”*

As Restrições de Utilidade Pública decorrem directamente da lei são todas e quaisquer *“limitações sobre o uso, ocupação e transformação do solo que impede o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno”*.

O PDM identificou em 1994, um conjunto de **19 SARUP, com uma incidência no território de 113,57hectares (2,5% do território municipal)**, sendo os condicionamentos de si decorrentes, de uma abrangência mais extensa, mensurável em cerca de 85% do território. Note-se que a servidão aeronáutica do aeroporto de Lisboa e as radioeléctricas são responsáveis por aproximadamente, 50% do peso desta abrangência, embora no caso da servidão aeronáutica, devido à distância considerável ao aeroporto, as restrições directas sobre o uso do solo tenham implicações superficiais sobre o ordenamento do território do Concelho de Oeiras.

Refira-se por fim, que as SARUP de natureza militar têm alguma presença no conjunto identificado.



Incidência de todas as Condicionantes existentes no Concelho de Oeiras

RAN e REN

A constituição da RAN integra um conjunto de áreas a proteger que em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais apresentam capacidade para a produção agrícola. Por isto, devem os solos de maior aptidão agrícola fazer parte de um conjunto de elementos fulcrais no equilíbrio ecológico das paisagens, pela função desempenhada na drenagem das bacias hidrográficas e pela capacidade geradora de produção vegetal destinada à alimentação.

Todos os solos da RAN devem ser exclusivamente vocacionados para a agricultura, sendo proibidas todas as acções que contrariem este facto (*Fonte, DGOTDU*).

No município de Oeiras, **130,63ha de terreno encontra-se integrado em RAN, o que corresponde a 2,84% da totalidade do território municipal**. Estes solos, localizam-se maioritariamente a norte da A5 nas freguesias de Barcarena, Porto Salvo e, uma área inferior situa-se na freguesia de Queijas.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Relativamente à REN, é constituída por uma matriz biofísica variada, cuja protecção se impõem, devido às características especiais dos ecossistemas em causa, que têm reflexos directos no enquadramento das actividades humanas.

No quadro actual de sustentabilidade e protecção dos recursos naturais, é de importância substancial no domínio do ordenamento do território (Fonte, DGOTDU).

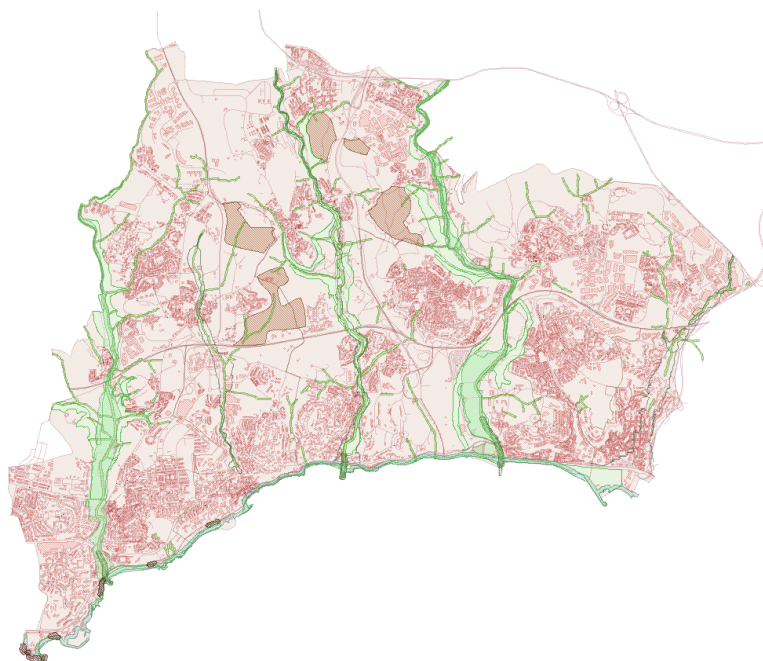
O território municipal é abrangido por 342,87ha de área destinada à REN, correspondendo a cerca de 7,46% da totalidade da área do concelho. As áreas em causa percorrem na sua maioria os vales das ribeiras e a orla ribeirinha.

Domínio Hídrico

Esta condicionante reflecte algumas restrições à utilização dos solos localizados nos leitos e as margens das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, e respectivas margens e zonas adjacentes, com o fim de os proteger, uma vez que são considerados pelo conjunto de bens e natureza de uso público e de interesse geral. (Fonte, DGOTDU).

Abrangem a orla ribeirinha, as arribas, as ribeiras e seus leitos de cheia, bem como as suas zonas adjacentes.

O território de Oeiras comporta 549,75ha de área abrangida pelo DH, correspondendo a cerca de 11,97% da totalidade da área do concelho.



Incidência da RAN, REN e Domínio Hídrico no Concelho de Oeiras

Imóveis classificados

Existem algumas situações de bens imóveis localizadas no território municipal, que pela sua relevância especial como testemunhos da civilização e cultura portuguesas, são objecto de uma protecção e valorização específicos. Estes categorizam-se como monumento, conjunto ou sítio e podem ser classificados como monumento nacional ou como imóvel de interesse público. (Fonte, DGOTDU).

As restrições directas no solo são na sua generalidade restrições à construção numa determinada área de protecção. As condicionantes sobre a estrutura objecto de classificação passam, de uma forma geral, pela inibição de alteração ou fraccionamento.

Os imóveis classificados do Concelho de Oeiras, abrangem uma área de 253,43ha representativa de 5,52% da totalidade da área do concelho e encontram-se quantificados e descritos seguidamente:

- 2 Monumentos Nacionais
- 9 Imóveis de Interesse Público
- 1 Imóvel de Interesse Municipal;

Monumentos Nacionais:

- Aqueduto das Francesas – Troço de Oeiras (Decreto n.º 5/2002, de 19/02)
- Palácio do Marquês de Pombal, Jardim, Casa da Pesca e Cascata (Decretos n.ºs 39 175, de 17 de Abril de 1953; 30 838, de 11 de Novembro de 1940 e 30 762, de 26 de Setembro de 1940)

O território do município de Oeiras é ainda abrangido pela Zona Especial de Protecção do Palácio Nacional de Queluz e jardins (Decreto de 16/06/1910, DG nº 136 de 23/06).

Imóveis de Interesse Público:

- Estação Eneolítica de Leceia (Decreto n.º 45327, de 25/10/1963 e ZEP- Port. N.º 470/86, de 27/08)
- Fornos de Cal – conjunto de 5 fornos (Decreto n.º 5/2002, de 19/02)
- Casa de D. Miguel ou Vila Cacilda (Decreto n.º 5/2002, de 19/02)
- Torre do Bugio ou Torre de S. Lourenço (Decreto n.º 41191, de 18 /07/1957)

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- Pelourinho de Oeiras (Decreto n.º 23122, de 11/10/1933)
- Forte de S. Bruno (Decreto n.º 95/78, de 12/09)
- Forte de S. Julião da Barra (Decreto n.º 41 191, de 18 de julho de 1957)
- Capela de N.ª Sr.ª da Conceição (Qta N.ª Sr.ª da Conceição) (Decreto n.º 28/82, de 26/02)
- Jardins, esculturas e duas salas com pintura decorativa no antigo Paço Real de Caxias (Decreto n.º 39175, de 17/04/1953)

O território do município de Oeiras é ainda abrangido pela Zona Especial de Proteção do Solar, jardins e adega da Quinta do Barão (Decreto n.º 05/2002, DR 1ª série-B nº 42 de 19/02)

Imóveis de Interesse Municipal:

- Ponte do séc. XVII sobre o Rio Jamor (Decreto n.º 28/82, de 26/02)

Outros elementos patrimoniais relevantes:

Através do Regulamento do Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, Edital n.º 184/2004 (DR n.º 67 II Série Apêndice n.º36 19 de Março de 2004), foram assinaladas uma série de situações dignas de interesse do património edificado e paisagístico do concelho.

Para além das situações já assinaladas, este documento refere igualmente:

Quintas

Núcleos urbanos de formação histórica

Edifícios representativos dos conceitos da tecnologia construtiva de cada época

Arquitectura religiosa

Arquitectura militar

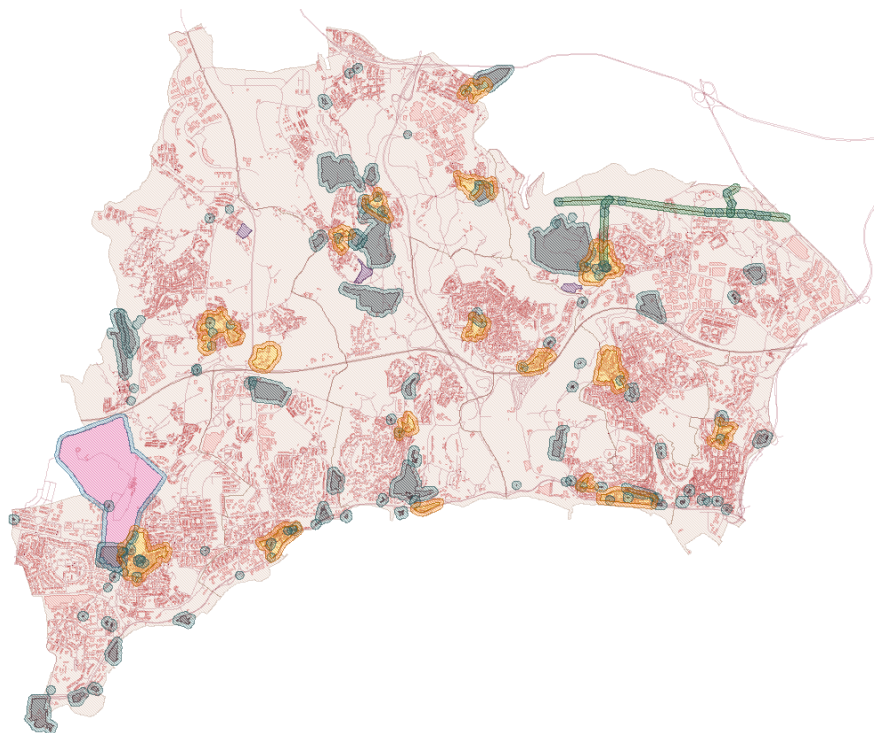
Elementos ou vestígios arqueológicos

Elementos sinalizadores ou representativos de factos ou situações características de um período histórico

Edifícios representativos de factos ou personalidades históricas relevantes

Património industrial

A figura seguinte identifica os Imóveis Classificados existentes no território municipal.



Imóveis classificados no Concelho de Oeiras

As entidades com tutela sobre as condicionantes identificadas para o território de Oeiras, e o objecto da respectiva servidão, são as que se podem visualizar no seguinte quadro:

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Entidade	Servidão
DGPC – DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	Imóveis classificados, propostas de classificação e respectivas áreas de protecção
SANEST - SANEAMENTO DA COSTA DO ESTORIL	Intercetor Geral, Emissários Terrestres e Recintos das Estações Elevatórias da rede de drenagem do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril e respectivas áreas de protecção
ARH -ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO	Rede hidrográfica
DRELVT - DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	Servidões de escolas
ARSLVT – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO	Centros de Saúde de Oeiras e Carnaxide
IPTM - INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS, I.P.	Antenas VTS e respectivas áreas de protecção
IGP - INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS	Marcos geodésicos
MJ/GSP - DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS	Instalações prisionais e respectivas áreas de protecção
DRARO-DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA DO RIBATEJO E OESTE	RAN:Terrenos de classe A e B, solos de baixas aluvionares, coluvionares e outros de interesse
CCDRLVT	REN
ICNF – INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS	Árvores classificadas de interesse público, povoamentos de sobreiros e azinheiras e Regime Florestal do PROF AML
REN - REDE ELÉCTRICA NACIONAL	Rede eléctrica de alta tensão e respectivas áreas de protecção
ANA-AEROPORTOS DE PORTUGAL, S.A.	Instalações aero-portuárias e respectivas áreas de protecção
GDP - GÁS DE LISBOA	Adutores de gás e respectivas áreas de protecção
EP - ESTRADAS DE PORTUGAL	Rede Viária Nacional e respectivas áreas de protecção
ICP-AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES	Estações radio-eléctricas e respectivas áreas de protecção
MDN-MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL	Instalações militares e respectivas áreas de protecção
REFER - REDE FERRÓVIARIA NACIONAL	Rede ferroviária e e respectivas áreas de protecção
EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES	Rede de água e respectivas áreas de protecção

As condicionantes com impacto mais significativo no território do concelho referentes às servidões administrativas e restrições de utilidade pública foram subdivididas nas 4 categorias seguintes:

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

RECURSOS NATURAIS

Recursos Hídricos

Domínio Público Hídrico

Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro

Lei nº 58/2005 de 29 de dezembro

Decreto-Lei nº 226-A/2007 de 31 de Março

Recursos Agrícolas e Florestais

- Reserva Agrícola Nacional
Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março
- Árvores e Arvoredos de Interesse Público
Aviso nº 7145/2000 (DR 2º série nº96 de 24 Abril), Aviso nº 3120/2005 (DR 2º série nº58 de 23 Março) e Aviso n.º 13/2012 de 13 de Junho
- Povoamento de Sobreiros e Azinheiras
Decreto-Lei nº 169/2001 de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 155/2004 de 30 de Junho
- PROF AML - Regime Florestal (Quinta do Marquês-Estação Agromónica Nacional)
Decreto Regulamentar nº 15/2006 de 19 de Outubro

Recursos Ecológicos

Reserva Ecológica Nacional

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março.

PATRIMÓNIO EDIFICADO

Imóveis Classificados

- Palácio do Marquês de Pombal, Jardim, Casa da Pesca e Cascata (Decreto n.º 30762, de 26/11/1940)
- Jardins, esculturas e duas salas com pintura decorativa no antigo Paço Real de Caxias (Decreto n.º 39175, de 17/04/1953)
- Aqueduto das Francesas – Troço de Oeiras (Decreto n.º 5/2002, de 19/02)
- Estação Eneolítica de Leceia (Decreto n.º 45 327, de 25 de outubro de 1963)
- Casa de D. Miguel ou Vila Cacilda (Decreto n.º 5/2002, de 19/02)
- Fornos de Cal – conjunto de 5 fornos (Decreto n.º 5/2002, de 19/02)
- Torre do Bugio ou Torre de S. Lourenço (Decreto n.º 41191, de 18 /07/1957)

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- Forte de S. Bruno (Decreto n.º 95/78, de 12/09)
- Forte de S. Julião da Barra (Decreto n.º 41 191, de 18 de julho de 1957)
- Pelourinho de Oeiras (Decreto n.º 23122, de 11/10/1933)
- Capela de N.ª Sr.ª da Conceição (Decreto n.º 28/82, de 26/02)
- Ponte do séc. XVII sobre o Rio Jamor (Decreto n.º 28/82, de 26/02)
- Palácio Nacional de Queluz e jardins

Decreto de 16/06/1910, DG n.º 136 de 23/06

- Solar, jardins e adega da Quinta do Barão

Decreto n.º 05/2002, DR 1ª série-B n.º 42 de 19/02

Edifícios Públicos e Outras Construções de Interesse Público

- Protecção ao Hospital de Santa Cruz

Portaria n.º 41/84, de 19/01

- Centro de Saúde de Oeiras

Portaria n.º 917/87, de 02/12

EQUIPAMENTOS

Edifícios Escolares

Decreto -Lei n.º 80/2010, de 25 de Junho

Estabelecimentos Prisionais e Tutelares de Menores

- Estabelecimento Prisional de Caxias e Hospital Prisional São João de Deus

Instituído pelo DL n.º 383/87, de 19/12

- Centro Educativo Padre António de Oliveira

Portaria n.º 1200-B/2000, de 20 de Dezembro, em execução da Lei Tutelar Educativa aprovada pelo Decreto-Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro

Defesa Nacional

- Servidão Militar da Fábrica da Pólvora

Decreto de 20 de Setembro de 1892

- Servidão Militar do Quartel de Linda-a-Velha

Decreto n.º 48951, de 03/04/1969

- Servidão Militar do Quartel da Medrosa (COFT)

Decreto do Governo n.º 19/85, de 08/07

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- Servidão Militar da Estação Rádio Naval Comandante Nunes Ribeiro- Central
Recetora do Pólo de Algés
Decreto n.º 41623, de 16/05/1958
- Servidão Militar do Forte de São Julião da Barra
Decreto n.º 48464, de 03/07/1968
- Servidão Militar do Reduto de Gomes Freire
Decreto n.º 48464, de 03/07/1968
- Servidão Militar do Forte do Areeiro
Decreto n.º 48464, de 03/07/1968
- Servidão Militar do Posto de Observação do Grupo Tejo e Bateria da Laje
Servidão Militar do Puxa-Feixe
Decreto n.º 48464, de 03/07/1968
- Servidão Militar do Quartel da Escola Militar Electromecânica de Paço de Arcos
Lei n.º 2078 de 11 Julho de 1955
Decreto n.º 47854 de 23 de Agosto de 1967

INFRA-ESTRUTURAS

Telecomunicações

- Servidão radioelétrica do Centro de Fiscalização Radioelétrica do Sul
Decreto n.º 326/76, de 06/05
- Servidão radioelétrica do Centro de Alfragide
O Decreto Regulamentar n.º 9/79, de 30 de Março procedeu à alteração do Decreto n.º 276/76, de 13 de Abril
- Servidão radioelétrica da estação recetora e costeira Lisboa-Rádio, em Linda-a-Velha
DR 41/78, de 15/11

Abastecimento de Água

- DL n.º 34021, de 11/10/1944
DL n.º 230/91, de 21/06

Drenagem de Águas Residuais

A constituição de servidões administrativas e restrições de utilidade pública relativas ao sistema de drenagem de águas residuais segue o regime previsto pelo DL n.º 34021, de 11 de Novembro de 1944 conjugado com o regime geral de constituição de servidões

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

que resulta do Código das Expropriações aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro.

Rede Eléctrica

- Alta Tensão

Decreto n.º 14829, de 05/01/1928 alterado pelos Decretos-Lei n.º 26852, de 30 de Julho de 1936 (Regulamento de licenças para instalações eléctricas) e n.º 43335, de 19 de Novembro de 1960

DL 56/97, de 14/03)

Gasodutos

Rede do Gás Natural de Lisboa (Troço Cotão -Vila Fria)

Aviso n.º 6649-B/2007, de 11 de Abril, II Série, n.º 71 e Aviso n.º 10500-B/2007, de 8 de Junho, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 110.

Rede Rodoviária Nacional e Rede Rodoviária Regional

- Zona “*non aedificandi*” e licenciamentos na A5, A9 (IC18-CREL), IC17 (CRIL) e IC19 (Nó de Tercena)

DL n.º13/94 de 15/01

DL n.º148/2007 de 27/4 foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2008 de 21 de Julho

DL n.º132/2008 de 21/7

- Zona “*non aedificandi*” na EN6, EN6-3 e EN249-3

DL n.º13/94 de 15/01

Estradas Nacionais Desclassificadas

- Zona “*non aedificandi*” e licenciamentos na EN6-4 e EN6-5

DL n.º 13/71, de 23/1

- Zona “*non aedificandi*” na EN249-3, EN250

DL n.º 13/71, de 23/1

Estradas e Caminhos Municipais

Lei 2110 de 19 de Agosto de 1961

DL n.º 13/71, de 23/1

Rede Ferroviária

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

DL n.º 276/2003, de 04/11

Aeroportos e Aeródromos

- Servidão Aeroporto de Lisboa

Decreto n.º 48542, de 24/08/1968

- Servidão Aeródromo Municipal de Cascais

DR 24/90, de 09/08

- Servidão Aeródromo Militar de Sintra

Decreto n.º31/2007, 11/12

Faróis e Outros Sinais Marítimos

Marcas que definem os enfiamentos da barra sul do porto de Lisboa

DL n.º 15/84, de 12/1

Marcos Geodésicos

Vértices Geodésicos

DL n.º 143/82, de 26/04

3.8 CADASTRO MUNICIPAL

No concelho de Oeiras, apesar da aptidão agrícola que esteve na génese da sua ocupação da qual ainda é evidente um conjunto de quintas cuja área ocupa sensivelmente 3,04% do município, a estrutura fundiária apresenta-se actualmente com características marcadamente urbanas.

Um dos factores bem patentes nas dinâmicas territoriais do município, reflecte-se na política de aquisição de solos por parte do município, durante o plano de vigência do PDM, que permitiu vir a estimular o processo de desenvolvimento urbano. É de relevar neste campo, a aquisição de solos para desenvolvimento dos Programas Municipais de Habitação, e para a implementação de áreas de recreio e zonas verdes, a exemplo na Serra de Carnaxide e em Oeiras, para Parque Urbano e Desportivo (Parque dos Poetas), bem como a aquisição de património edificado e Quintas de Recreio, com destaque para a Quinta do Marquês de Pombal.

De acordo com os dados constantes da publicação “Geografia de Oeiras – Atlas Municipal”, CMO/GE 1997, baseados na Revisão Cadastral de 1991 do IPCC, (ver quadro) a estrutura da propriedade rústica do concelho distribuía-se então, pelas quatro

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

freguesias do concelho de acordo com um grau de fragmentação. Baseado na superfície ocupada pelos prédios rústicos, pelo número de prédios e número de parcelas e indicadores de dimensão média dos prédios e parcelas, chegar-se-ia a duas primeiras conclusões:

- Carnaxide era a única freguesia com uma dimensão média dos prédios rústicos superior à média do concelho;
- As freguesias do interior do concelho têm prédios rústicos de maior dimensão média.

Relativamente à análise das características das parcelas que constituem os prédios (dimensão média e relação n.º de parcelas/prédio) concluir-se-ia relativamente ao grau de fragmentação, que:

- Carnaxide apesar de uma reduzida área rústica apresentava um elevado n.º de parcelas rústicas, e parcelas de maiores dimensões (0,84ha), face ao cadastro rústico global do concelho.
- Oeiras apresenta as parcelas rústicas de menor dimensão, sendo também os prédios rústicos de dimensões reduzidas e, que apresentam um grau de fragmentação considerável. Era então, a freguesia que apresentava um maior parcelamento rural.
- Carnaxide e Paço de Arcos apresentavam-se como as Freguesias com o menor grau de fragmentação da propriedade rústica, dado terem, em média, parcelas de maior dimensão.

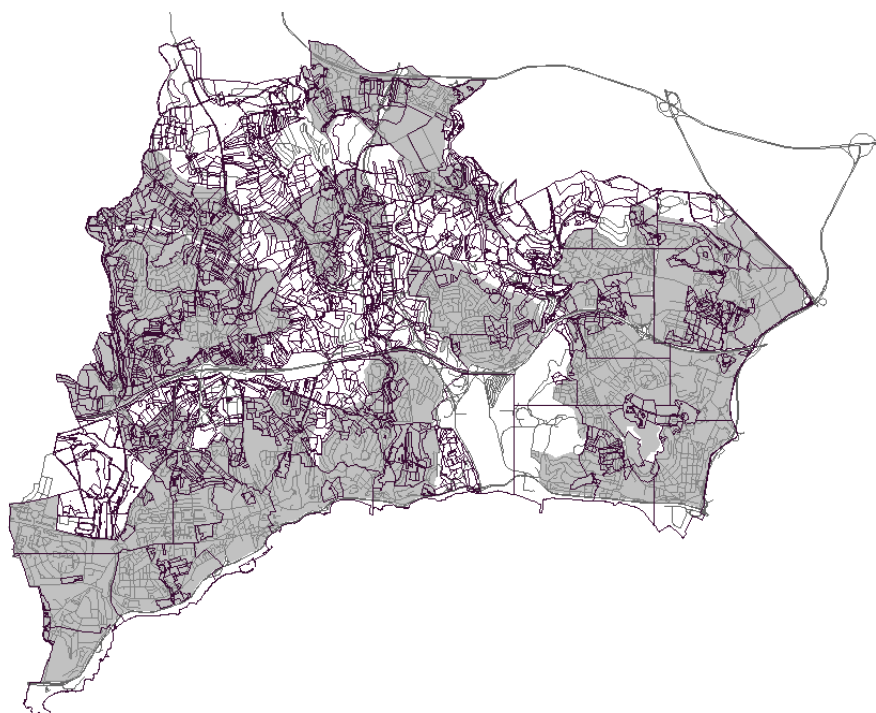
Quadro 36

Estrutura da Propriedade Rústica

(Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica)						
Freguesia	Área Rústica (ha)	Prédios Total	Dimensão Média Prédios (ha)	Parcelas Total	Dimensão Média Parcelas (ha)	Nº de Parcelas por Prédio
Barcarena	940.43	689	1.36	1380	0.68	2.00
Carnaxide	488.20	207	2.36	583	0.84	2.82
Oeiras	508.29	492	1.03	945	0.54	1.92
Paço de Arcos	221.82	186	1.19	285	0.78	1.53
Total	2158.75	1574	1.37	3193	0.68	2.03

Fonte: I.P.C.C. - Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica [Revisão Cadastral de 1991]

Fonte: *Geografia de Oeiras – Atlas Municipal, CMO/GE 1997*



Distribuição do cadastro rústico no território municipal, Fonte: CMO/GDM, 1991

Da leitura do cadastro rústico, que data de 1991, as freguesias de Porto salvo e Barcarena são aquelas que notoriamente apresentam uma fragmentação mais evidente do seu cadastro rústico. É o reflexo de uma dimensão média dos prédios e parcelas inferior. Foram e são, as freguesias que ainda têm áreas consideráveis de terrenos libertos, decorrente de uma génese de utilização agrícola, o que de alguma forma poderá justificar esta padronização.

3.9 POVOAMENTO

Inerente às dinâmicas de transformação urbana que sofreu nos últimos tempos decorrente da implementação do Plano Diretor Municipal e dos fenómenos de pressão urbanística fruto da sua contiguidade territorial à cidade de Lisboa e de modo geral do posicionamento geo-estratégico que atingiu no contexto da AML, Oeiras apresenta-se hoje como um território com uma estrutura de ocupação que tende para a consolidação de um espaço-cidade, com uma estrutura de povoamento que nas suas tipologias de povoamento concentrado e povoamento disperso se estendem à generalidade do território do município.

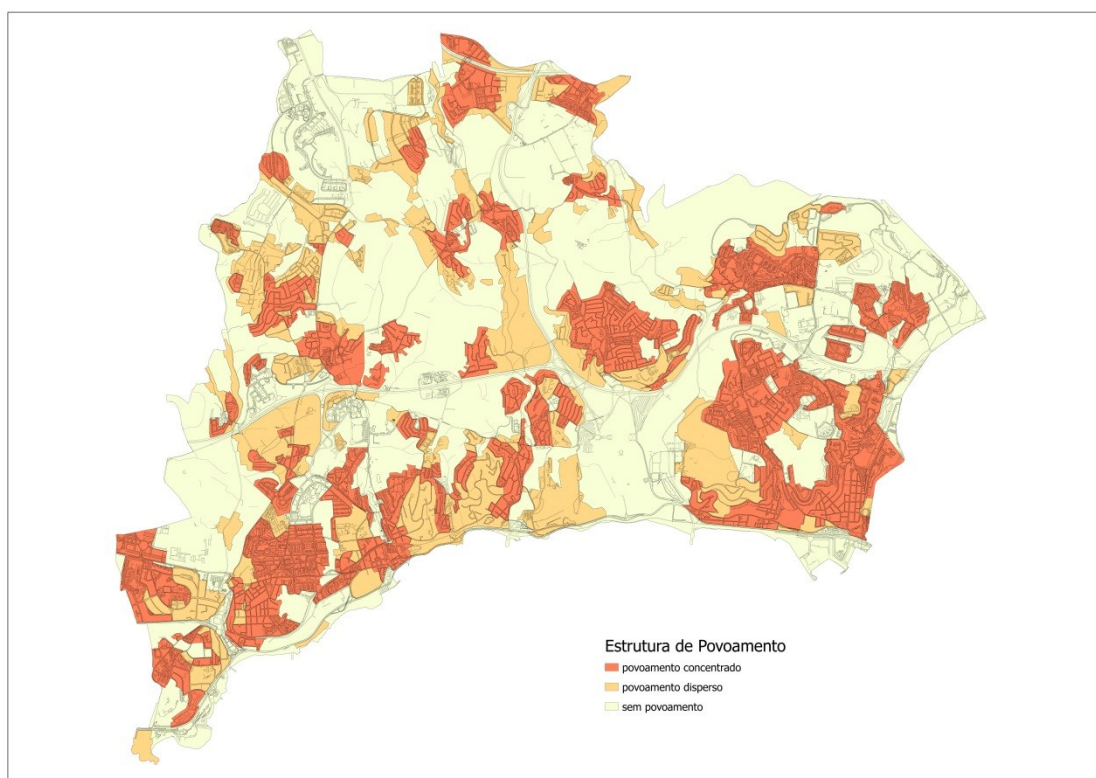
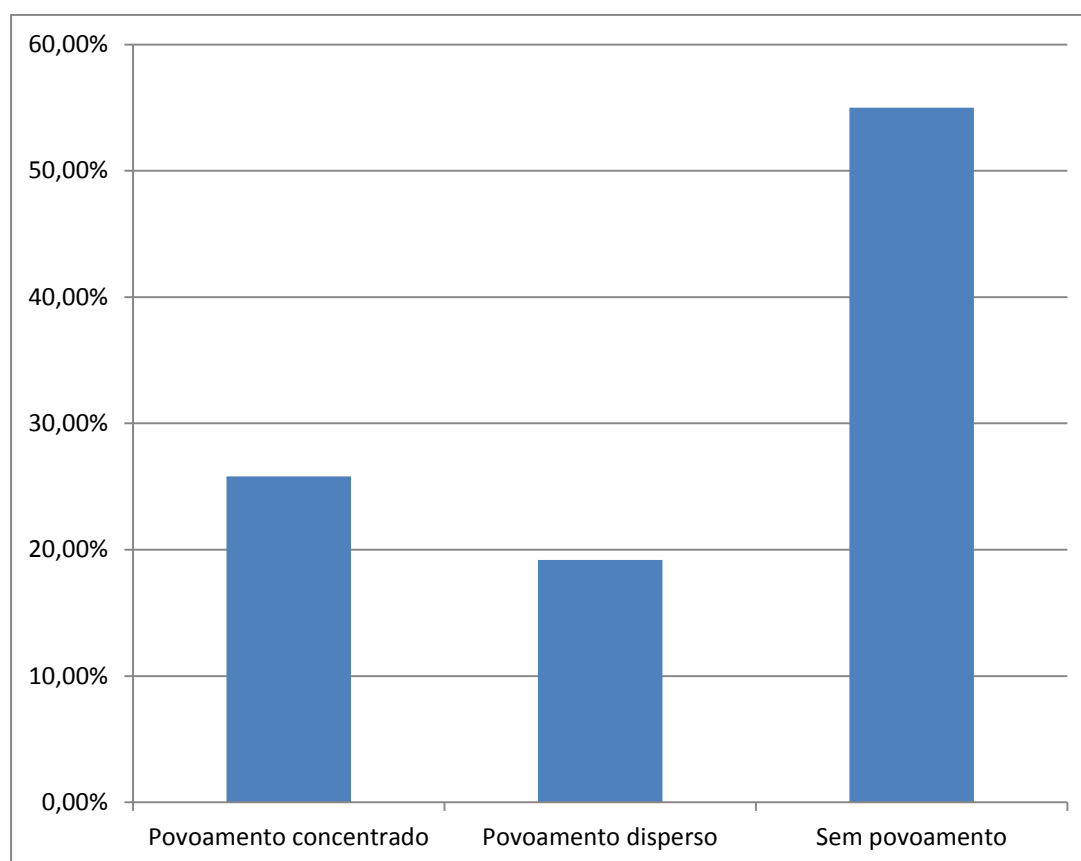


Figura – Estrutura de povoamento

Conforme metodologia, expressa no anexo II, ao presente relatório, a construção deste tema, teve por base a conjugação de informação proveniente de várias fontes. A referência territorial foi a conjugação articulada da subsecção estatística proveniente do Censos 2011 com a ocupação atual do solo.

O povoamento concentrado, corresponde a áreas com ≥ 7 fogos/ha com uma referência mínima de 80 fogos e valores de densidade populacional superiores a 40 habitantes/hectares. O povoamento disperso corresponde a áreas < 7 fogos/ha e intervalo de densidade populacional de 1 a 39 habitantes/hectares. As áreas sem povoamento correspondem aquelas cuja subsecção estatística não tem habitantes ou a manchas que se encontram fora dos perímetros residenciais aferidos na carta de ocupação do solo, ou ainda a manchas sem habitantes quando forem áreas superiores a 1 ha totalmente envolvidas por áreas residenciais.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Estrutura do povoamento	Área (ha)	% do território municipal
Povoamento concentrado	1184	25,81%
Povoamento disperso	881	19,20%
Sem povoamento	2523	54,99%
Total	4588	100,00%

3.10 OCUPAÇÃO DO SOLO

A carta de ocupação atual do solo, constitui um documento de levantamento e caracterização dos padrões de ocupação do solo atuais, atentas as especificidades do território municipal e tomando por referência as tipologias normativas definidas no PROT-AML.

A matriz de ocupação do solo é baseada na correspondência entre as ocupações identificadas à escala regional e à escala local e naturalmente na interpretação entre as

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



semelhanças encontradas nas definições das classes de ocupação constantes no PROT-AML e na ocupação do solo à escala municipal.

Tomando por referência a espacialização das tipologias normativas definidas no PROT-AML e porque se considerou haver um desfasamento considerável entre essa abordagem regional e a ocupação atual conhecida localmente - decorrente naturalmente de questões ligadas com a escala de abordagem, considera-se que deverá haver um passo intermédio correspondente a uma visão crítica relativamente às classes consideradas no PROT-AML. Essa análise teve por base as classes da Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 (COS'2007, IGP, nível III), uma vez que esta última cartografia se reveste de um grande rigor vetorial e uma atualização e classificação genericamente adequada à realidade, tendo ainda sido realizada por entidade externa ao município.

CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO DO PROTAML

Identificados no Concelho

Áreas agrícolas com edificação dispersa

Áreas agrícolas

Áreas edificadas compactas

Áreas edificadas dispersas

CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO DO PROTAML

Identificados no Concelho

Áreas edificadas fragmentadas

Áreas edificadas turísticas

Espaços vazios em construção

Espaços vazios sem construção

CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE PORTUGAL CONTINENTAL PARA 2007, COS'2007, IGP, nível III Identificados no Concelho

Não há correspondência

Culturas temporárias de sequeiro;

Pomares;

Sistemas agro-florestais;

Sistemas culturais e parcelares complexos;

Olivais;

Vinhas

Tecido urbano contínuo

Tecido urbano descontínuo

CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE PORTUGAL CONTINENTAL PARA 2007, COS'2007, IGP, nível III Identificados no Concelho

Não há correspondência

Não há correspondência

Áreas em construção

Espaços verdes urbanos

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Povoamentos florestais	Florestas de folhosas; Florestas de resinosas; Florestas abertas, cortes e novas plantações; Florestas mistas
Complexos desportivos	Equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas
Áreas de indústria extrativa	<i>Não há correspondência</i>
Instalações aeroportuárias e ferroviárias	Redes viárias e ferroviárias e espaços associados
Marinas e portos de recreio	Áreas portuárias
Grandes e médias superfícies comerciais	Indústria, comércio e equipamentos gerais
Áreas de indústria, logística e armazenagem	Indústria, comércio e equipamentos gerais
Praia	Praias, dunas e areais
Povoamento de sobreiro ou azinheira	Florestas de folhosas
Matos	Matos; Vegetação esclerófita
Planos e cursos de água	Cursos de água

Sintetiza-se de seguida para cada ponto a classificação em termos de ocupação, tendo por base a classificação atribuída pelo PROT-AML, tendo em conta ainda a informação base da COS 2007 (nível III) e naturalmente o conhecimento do território municipal. Será feita a correspondência devida relativamente ao ipo de uso urbano e não urbano.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO DO PROTAML Identificados no Concelho	CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE PORTUGAL CONTINENTAL PARA 2007, COS'2007, IGP, nível III Identificados no Concelho	CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO DA REVISÃO DO PDM	TIPO DE USO
Áreas agrícolas com edificação dispersa	<i>Não há correspondência</i>	Quintas ⁴⁰	Não urbano
Áreas agrícolas	Culturas temporárias de sequeiro; Pomares; Sistemas agro-florestais; Sistemas culturais e parcelares complexos; Olivais; Vinhas	Culturas temporárias de sequeiro; Pomares; Policulturas 41 ; Olivais; Vinhas	Não urbano
Áreas edificadas compactas	Tecido urbano contínuo	Residencial consolidado; Espaços verdes urbanos; Equipamentos de educação; Equipamentos de cultura; Equipamentos de telecomunicações; Equipamentos sociais; Equipamentos religiosos; Equipamentos de lazer; Equipamentos de saúde; Equipamentos de segurança;	Urbano
Áreas edificadas dispersas	Tecido urbano descontínuo	Residencial em consolidação;	Urbano
Áreas edificadas fragmentadas	<i>Não há correspondência</i>	Residencial fragmentado	Urbano
Áreas edificadas turísticas	<i>Não há correspondência</i>	<i>Não há correspondência</i>	Urbano
Espaços vazios em construção	Áreas em construção	Áreas em construção	Urbano
Espaços vazios sem construção	Espaços verdes urbanos	Equipamentos de defesa;	Não urbano
Povoamentos florestais	Florestas de folhosas; Florestas de resinosas; Florestas abertas, cortes e novas plantações; Florestas mistas	Florestas de folhosas; Florestas de resinosas; Florestas abertas, cortes e novas plantações; Florestas mistas	Não urbano

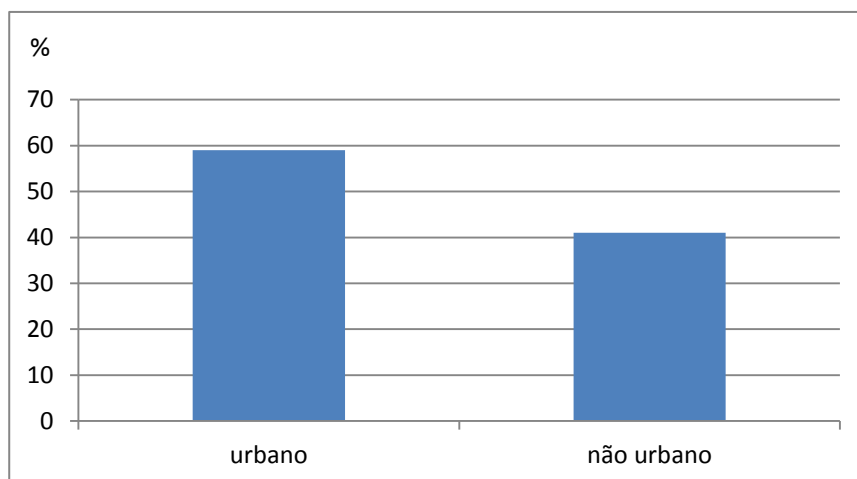
⁴⁰ As áreas denominadas por “Quintas”, correspondem aquelas que se encontrem fora dos perímetros urbanos, sendo que as Quintas inseridas nos perímetros urbanos tomam a designação de “jardins urbanos” ou outra de uso urbano.

⁴¹ Estas áreas de Policultura, correspondem de grosso modo, às áreas classificadas na COS 2007 como “Sistemas culturais e parcelares complexos” e traduzem-se pela ocupação de culturas variadas, geralmente de pequena dimensão junto dos aglomerados urbanos. Poderão corresponder a hortas e áreas ocupadas por um mosaico agrícola variado.

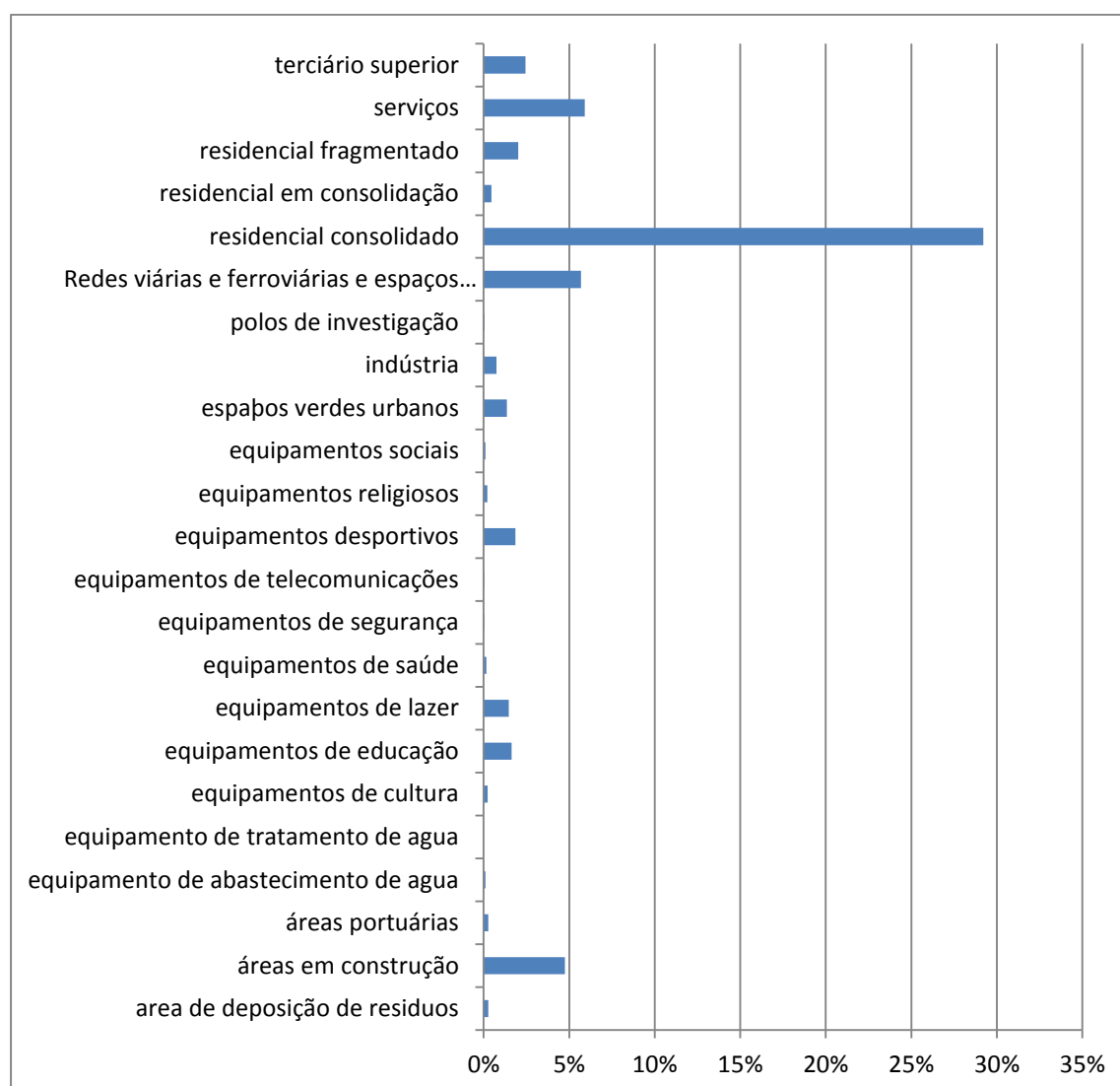
RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO DO PROTAML Identificados no Concelho	CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE PORTUGAL CONTINENTAL PARA 2007, COS'2007, IGP, nível III Identificados no Concelho	CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO DA REVISÃO DO PDM	TIPO DE USO
Complexos desportivos	Equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas	Equipamentos desportivos	Urbano
Áreas de indústria extrativa	<i>Não há correspondência</i>	<i>Não há correspondência</i>	
Instalações aeroportuárias e ferroviárias	Redes viárias e ferroviárias e espaços associados	Redes viárias e ferroviárias e espaços associados	Urbano
Marinas e portos de recreio	Áreas portuárias	Áreas portuárias	Urbano
Grandes e médias superfícies comerciais	Indústria, comércio e equipamentos gerais	Serviços	Urbano
Áreas de indústria, logística e armazenagem	Indústria, comércio e equipamentos gerais	Indústria; Terciário superior; Área de deposição de resíduos; Polos e investigação; Equipamento de abastecimento de água; Equipamento de tratamento de água	Urbano
Praia	Praias, dunas e areais	Praias, dunas e areais; Rocha nua	Não urbano
Povoamento de sobreiro ou azinheira	Florestas de folhosas	Povoamento de sobreiro ou azinheira	Não urbano
Matos	Matos; Vegetação esclerófita	Matos; Vegetação esclerófita; Vegetação herbácea natural;	Não urbano
Planos e cursos de água	Cursos de água	Cursos de água; desembocaduras fluviais	Não urbano

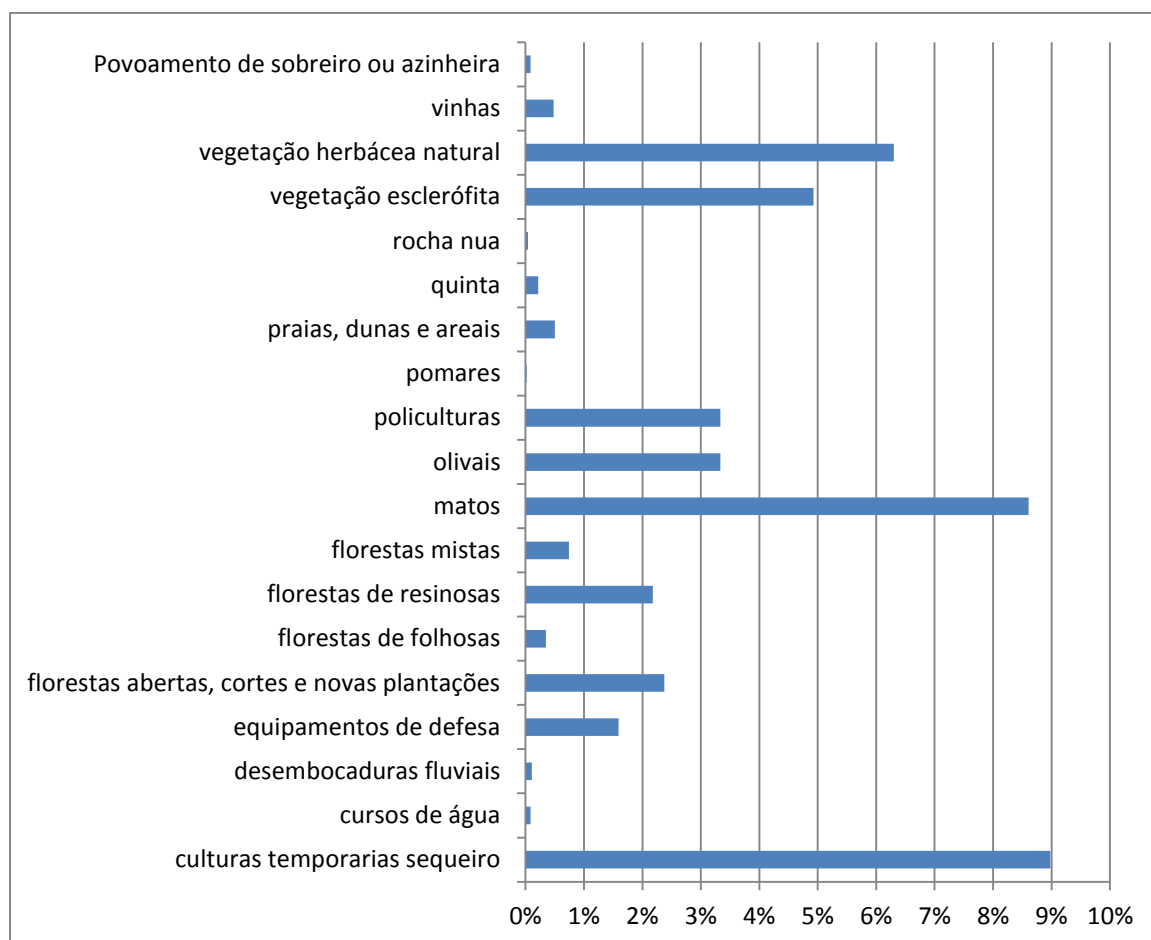
Da leitura da distribuição dos diversos padrões de ocupação do solo, podemos verificar que os usos classificados como urbanos respeitam a áreas que ocupam 58,97% da área total do concelho, enquanto que as que têm usos designados não urbanas ocupam 41,02%.



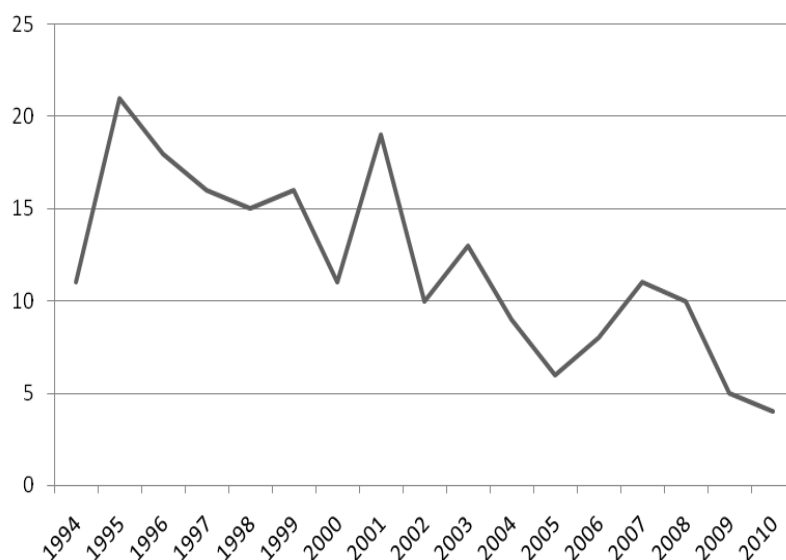
Dentro dos usos urbanos destacam-se as áreas classificadas como residencial consolidado com cerca de 29,21%, seguindo-se os serviços com 5,91%, redes viárias e ferroviárias e espaços associados com 5,69% e abaixo ou no limite dos 5% da área total do território mas ainda com alguma expressão territorial surgem as áreas relativas ao terciário superior, residencial fragmentado, áreas em construção, espaços verdes urbanos e equipamentos de lazer desportivos e de educação.



As áreas cujos usos atribuídos se classificaram como não urbanos ocupam 41,02% do território destacando-se as áreas classificadas como culturas temporárias de sequeiro com 8,98%, as áreas de matos com 8,61%, as áreas com vegetação herbácea natural e vegetação esclerófita com 6,30% e 4,93% respetivamente. Ainda com alguma expressão dentro dos usos classificados como não urbanos surgem as áreas de policultura, as áreas de olival, as florestas de resinosas e novas plantações, cada uma abaixo dos 4% da área do território de Oeiras.



RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

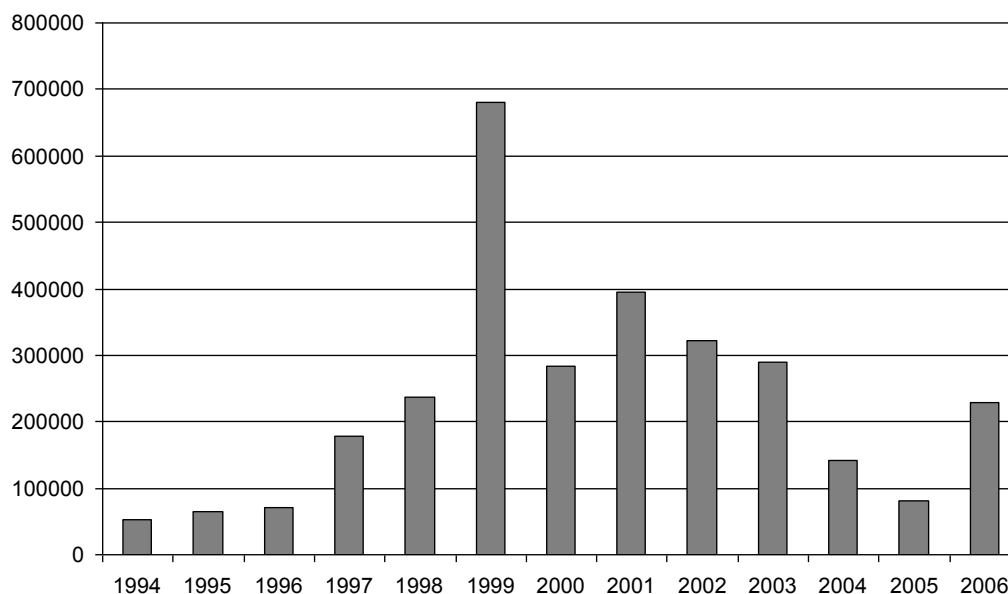


Número de Alvarás emitidos

O maior volume de área bruta de construção aprovada (20%) e o maior número de fogos (3009 fogos), decorrente de alvarás de loteamento emitidos entre 1994 e 2006, reporta-se ao ano de 1999. O valor imediatamente abaixo, 11%, coincide com o segundo ano em que se verificou o maior número de alvarás emitidos, ou seja, 2001.

O período que registou uma menor área bruta de construção aprovada, corresponde a 1994 a 1996, sendo o ano de 1994 o que regista o menor número de fogos (320 fogos), pese embora o maior número de alvarás emitidos no espaço temporal objecto de análise, tenha ocorrido neste mesmo período, em 1995.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Evolução da Área Bruta de Construção aprovada em Alvarás de Loteamento, entre 1994 e 2006

Ano	Área de Loteamento (m ²)	N.º Fogos	Área de Construção (m ²)
1991	316062	701	99027
1992	228210	955	148685
1993	280506	1021	172222
1994	82671	320	52110
1995	170341	526	65574
1996	197643	385	70120
1997	282324	1426	178641
1998	344178	1368	236368
1999	614491	3009	680096
2000	165128	1534	284547
2001	761410	1967	395596
2002	1428658	938	322725
2003	365280	1611	289384
2004	340120	757	141945
2005	208388	402	80577
2006	330750	996	228135
Totais	6116160	17916	3445752

Evolução da Área Totais das Operações de Loteamento, n.º Total de fogos e consequente Área Total de Construção aprovada em Operações de Loteamento, entre 1994 e 2006

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Os pedidos submetidos à CMO por particulares, relativos a **Licenças de Construção, Comunicação Prévia e Informação Prévia**, efectuados nos últimos 4 anos, e que se mantêm válidos, totalizam um conjunto de **196 processos administrativos**.

N.º de pedidos de Licença de Construção, Comunicação Prévia e de Informação Prévia submetidos à CMO, que se mantêm válidos

	Licenças de Construção	Comunicações Prévias	Pedido de Informação Prévia
2006	1	*	*
2007	1	*	*
2008	18	*	*
2009	39	15	*
2010	46	21	55
Total	105	36	55

*Nota: * não se registam pedidos válidos à actualidade*
Fonte: CMO/2010

Dos 55 PIP submetidos à Câmara Municipal em 2010, 11 encontram-se em apreciação, 1 possui validade até 2012 e os restantes 43 têm validade até 2011.

Validade das Licenças de Construção, Comunicação Prévia e de Informação Prévia emitidos

	Licenças de Construção	Comunicações Prévias	Pedido de Informação Prévia
2010	3	1	*
2011	79	19	43
2012	22	13	1
2013	1	3	*

*Nota: * sem registo*
Fonte: CMO/2010

As dinâmicas de investimento por parte dos privados a par com a política de investimento da autarquia, exerceram no território municipal importantes transformações que se traduzem hoje num cenário de planeamento urbano com áreas urbanas pautadas por parâmetros de qualidade de médio/alto standard e especialização funcional:

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- A **erradicação das barracas e da habitação degradada** constituiu um **factor primordial da qualidade de vida no Concelho**, permitindo desde logo eliminar um constrangimento à especialização territorial por actividades de nível superior (atração de investimentos) e de garante à existência de um planeamento urbano com elevados padrões de qualidade urbana;
- A **requalificação do contínuo urbano dos aglomerados da frente estuarina**, nomeadamente com a renovação dos núcleos de formação histórica, induzida por intervenções ao nível do espaço público e da requalificação do parque habitacional, veio a potenciar a instalação de actividades especializadas e a regeneração social.
- A **consolidação dos aglomerados do quadrante oriental**, potenciada pela ligação da CRIL, e o reforço da presença de espaços de localização empresarial – de que é exemplo o Arquiparque e o surgimento de urbanizações com novas linguagens arquitectónicas, espaços públicos mais desafogados e qualificados, e novos equipamentos públicos (parte dos mesmos decorrentes do programa PROQUAL e do investimento da autarquia), vieram a qualificar este eixo potencial pela sua condição de contiguidade à capital e da importância do interface de Algés.
- Os aglomerados de Queijas e Carnaxide tenderam para a assunção da sua continuidade física, facto que se deve de forma relevante ao desenvolvimento de novas urbanizações no aglomerado de Queijas.
- De um modo geral, verificou-se reforço de centralidades existentes e a criação de novas centralidades.
- As dinâmicas territoriais geradas pelo desenvolvimento dos programas estratégicos tiveram um efeito decisivo na constituição do tecido empresarial do Concelho (novas frentes empresariais ligadas às ciências, tecnologias, etc.), com a **implementação do Taguspark no quadrante Noroeste do Concelho, constituindo no contexto do Plano Integrado em que se enquadrou, o motor de desenvolvimento daquele quadrante, com o desenvolvimento de área habitacionais de alto standard** na freguesia de Porto Salvo e a implementação de equipamentos orientados a um segmento especializado, como é exemplo o Cabanas Golfe.
- A recuperação da Fábrica da Pólvora de Barcarena e a sua dinamização cultural a par com a instalação da Universidade Atlântica constituíram um outro factor de dinamização daquele território.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- O reordenamento de “núcleos de génese ilegal”, permitiram assegurar parâmetros de qualidade arquitectónica e urbanística e de integração territorial comparáveis em alguns casos a outras áreas urbanas fruto de um planeamento urbano sustentado;
- Acentuou-se o fenómeno de **terciarização** das áreas industriais com a instalação de actividades do terciário superior e operações urbanísticas fomentando a multifuncionalidade, com a implementação de programas em que o uso habitacional passa a ser um garante de humanização;
- O forte investimento na concretização de intervenções estratégicas, designadamente ao nível do espaço público, acessibilidades e rede de mobilidade, foram factores efectivamente impulsionadores ao desenvolvimento de novas áreas urbanas e ao estímulo da competitividade territorial, registando-se actualmente a existência de um conjunto de infra-estruturas que são determinantes no superior grau de qualidade de vida dos habitantes oeirenses – é o caso do passeio marítimo, do porto de recreio, piscina oceânica e do parque dos poetas;
- O cenário atingido não foi indiferente a alguns factores internos e externos e, de modo específico, às políticas de actuação da autarquia, podendo identificar-se alguns factores que estiveram no sucesso das metas atingidas e outros que perpetuam uma dimensão global que se requer para uma região integrada e integradora à dimensão de um contexto europeu:
- O estabelecimento de parcerias com privados constituiu um contributo relevante no desenvolvimento e implementação de programas e projectos estratégicos na concretização dos objectivos estratégicos do PDM94;
- O desenvolvimento de programas estratégicos com uma visão ampla e integrada, permitiu em tempo oportuno novas abordagens sobre o ordenamento do território e as mutações a que o mesmo se encontra sujeito e a reavaliação de decisões e estratégias;
- A existência de um Plano Director Municipal com uma estratégia global e simultaneamente, a flexibilidade adequada, permitiu à escala do Plano de Pormenor, assegurar um planeamento urbano integrado e os níveis desejáveis de qualidade urbanística e arquitectónica;
- A definição de formas de concretização dos IGT, suportadas em modelos de equilíbrio de encargos urbanísticos, assente num modelo de perequação compensatória de benefícios e encargos, facilitou e estimularam o processo de urbanização;

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

- A optimização e diversificação das fontes de financiamento e capacidade de negociação da autarquia com agentes privados e entidades públicas permitiram a concretização de infra-estruturas públicas determinantes à qualidade urbana atingida;
- O reconhecimento e valorização das singularidades de um território único, como primeira medida de sustentabilidade histórico-cultural, com a preservação e valorização do património construído e ambiental, através da implementação de um Plano de Salvaguarda, permitiram recuperar alguns exemplos únicos no património português e integrá-los nas dinâmicas culturais do Concelho de Oeiras e da AML;
- A ausência de uma visão de uma política regional de transportes e de projectos intermunicipais, entre outros aspectos, persistem como dificuldades na geração de sinergias endógenas e exógenas, o que se reflecte decisivamente na resolução de assimetrias e no estabelecimento de complementaridades à escala regional.

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



IV ANÁLISE SWOT



RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



4. ANÁLISE SWOT

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Socio-economia	<p>PROT reconhece e viabiliza Oeiras como espaço-motor de investigação e desenvolvimento de grande qualidade na AML.</p> <p>Importância estratégica do conhecimento e inovação, em todos os sectores de actividade.</p> <p>Necessidade de novas respostas nos sectores dos serviços ambientais, serviços de saúde e sociais, cultura e lazer, eficiência energética e energias renováveis e indústrias criativas.</p> <p>Reconhecimento de Oeiras como pólo empregador de excelência no contexto da AML.</p> <p>Economia do Mar.</p>	<p>Conjuntura económica global desfavorável ao investimento.</p> <p>Investimentos públicos e privados previstos de âmbito regional e nacional podem provocar o desvio de empresas qualificadas para outras localizações.</p> <p>Duplo envelhecimento da população.</p> <p>Mercado de trabalho internacional mais favorável à população jovem qualificada.</p>
Ambiente	<p>Condições biofísicas regionais favoráveis à saúde e bem-estar humanos (clima ameno/ temperado, horas de sol, exposição das encostas; sistema climático e hidrológico favorecem a dispersão de poluentes atmosféricos).</p> <p>Sistemas de gestão ambiental definidos à escala regional – metas, mecanismos, instrumentos, responsabilidades (recursos hídricos, resíduos, qualidade do ar, alterações climáticas).</p> <p>Disponibilidade regional de recursos naturais (água superficial e subterrânea, vento, insolação, solo)</p>	<p>Susceptibilidade significativa ao risco sísmico e hidrológico.</p> <p>Riscos naturais e de saúde agravados pelas alterações climáticas.</p> <p>Poluição hídrica à escala regional limita a utilização dos recursos hídricos.</p> <p>Dependência regional de recursos básicos exteriores à região – água, energia, alimentos.</p> <p>Problemas de qualidade do ar e de ruído à escala regional ligados às infra-estruturas de transportes.</p>
Território	<p>Inclusão do concelho na principal centralidade da Região de Lisboa.</p> <p>Falta de uma oferta mais competitiva e diferenciada de espaços empresariais nos concelhos circundantes.</p> <p>Boa cobertura por infra-estruturas de abastecimento de água e energia, de transportes, comunicações.</p> <p>Boa cobertura regional por infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias.</p> <p>Construção da 4ª Travessia do Tejo.</p>	<p>Saturação das infra-estruturas de transporte regionais.</p> <p>Novas áreas de serviços na região com rendas mais competitivas.</p> <p>Adiamento de investimentos prioritários à escala regional no sistema de transporte públicos que constituam uma alternativa ao transporte individual.</p> <p>Excessiva dependência do automóvel nas relações inter e intra-concelhias.</p>
Governância	<p>Acessibilidade aos centros de decisão regionais e nacionais.</p> <p>Existência de financiamento europeu para projectos demonstrativos de investigação, de desenvolvimento, etc.</p> <p>Redes institucionais regionais, nacionais e europeias indutoras de rápida informação sobre boas práticas em todos os domínios da administração autárquica.</p> <p>Abertura das Universidades e Instituições de Investigação às empresas e à Comunidade.</p> <p>Autoridade Administrativa Metropolitana.</p>	<p>Dinâmicas competitivas de autarquias vizinhas.</p> <p>Ausência de estratégias públicas eficazes e mais integradas de âmbito regional / metropolitano.</p> <p>Inoperacionalidade da entidade que coordena e promove o sistema de transportes à escala metropolitana, particularmente na definição do processo de contratualização de serviços de TC.</p> <p>Redução dos Fundos Estruturais para a AML.</p> <p>Cultura de Governância incipiente.</p>

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Socio-economia	<p>Forte atractividade para o posicionamento de actividades ligadas ao turismo e lazer, desporto, saúde, ensino, bem como a outros segmentos de grande expectativa de valorização económica.</p> <p>Presença de grandes empresas em sectores tecnológica e culturalmente avançados</p> <p>Rendimento <i>per capita</i> acima da média nacional.</p> <p>Nível elevado de qualificação profissional e académica</p> <p>Forte capacidade de atracção / captação de emprego.</p> <p>Elevado potencial em capital humano.</p> <p>Desenvolvimento económico consolidado.</p> <p>Boa rede de equipamentos e serviços sociais.</p> <p>Baixos índices de criminalidade e baixos índices de pobreza.</p> <p>Boa dinâmica cultural.</p> <p>Existência de pólos de ensino superior e instituições de investigação de nível internacional.</p>	<p>Desequilíbrio entre o custo da habitação e a procura.</p> <p>Respostas sociais que ainda não cobrem a totalidade da procura.</p> <p>Elevada taxa de motorização.</p> <p>Saturação das infra-estruturas de transportes constitui uma externalidade negativa para as pessoas e para as empresas.</p>
Ambiente	<p>Enquadramento paisagístico de qualidade.</p> <p>Espaços naturais de grande valor ambiental e ecológico.</p> <p>Ausência de situações críticas de qualidade do ar.</p> <p>Sistema de gestão de resíduos com boas condições operacionais e bons indicadores de desempenho.</p> <p>Evolução gradual positiva dos níveis de qualidade da água superficial e, sobretudo, da qualidade das águas balneares</p> <p>Existência de levantamentos e planos de gestão locais para os mais importantes recursos naturais (água, corredores verdes, energia e alterações climáticas).</p> <p>Programa de Educação Ambiental com 16 anos de continuidade.</p>	<p>Inexistência de um sistema integrado de gestão ambiental.</p> <p>Inexistência de um Plano de Segurança Alimentar.</p> <p>Sistemas ribeirinhos vulneráveis.</p>

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Território	<p>Espaços públicos de referência.</p> <p>Concentração de importantes pólos de emprego.</p> <p>Consolidação do capital simbólico como território de qualidade para vivências mais integradas de residência, trabalho e lazer.</p> <p>Oferta de espaços de elevada qualidade para a localização de actividades económicas avançadas e intensivas em conhecimento.</p> <p>Boa qualidade habitacional.</p> <p>Inexistência de bairros de barracas.</p> <p>Eficácia da Política de Habitação.</p>	<p>Existência de áreas urbanas monofuncionais e de baixa densidade e conectividade.</p> <p>Dependência da rede fundamental A5/IC15 e EN6 nas viagens inter-concelhias</p> <p>Ineficiência da oferta de TC.</p> <p>Difícil interligação entre zonas empresariais e industriais muito activas com as malhas urbanas consolidadas do concelho.</p> <p>Incapacidade das actividades económicas acompanharem o processo de revitalização dos Núcleos de Formação Histórica.</p> <p>Falta de competitividade territorial dos Centros Históricos.</p>
Governância	<p>Comunidade participativa.</p> <p>Reconhecida credibilidade e confiança no modelo de gestão autárquica, com capacidade de inovação e de gestão do risco.</p> <p>Gestão autárquica com forte envolvimento dos parceiros na concretização de projectos de desenvolvimento.</p> <p>Agenda 21 Local desde 2001.</p>	<p>Envolvimento empresarial incipiente nos contextos da cooperação social e territorial.</p> <p>Sistema de governança desajustado face aos novos desafios.</p> <p>Débeis sinergias e parcerias entre empresas (nomeadamente as empresas localizadas em Parques Empresariais e mesmo o PCT) e entidades públicas / científicas.</p>

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

